SÍLVIO GALLO
FILOSOFIA
EXPERIÊNCIA DO PENSAMENTO
MANUAL DO PROFESSOR
VOLUME ÚNICO
ENSINO MÉDIO - FILOSOFIA
editora scipione

SÍLVIO GALLO

FILOSOFIA

EXPERIÊNCIA DO PENSAMENTO

MANUAL DO PROFESSOR

VOLUME ÚNICO

ENSINO MÉDIO - FILOSOFIA

SÍLVIO GALLO

- Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC-SP).
- Mestre e doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP).
- Livre-docente em Filosofia da Educação pela Unicamp-SP.
- Professor titular da Faculdade de Educação da Unicamp-SP.

2ª edição
São Paulo, 2016

Diretoria editorial
Lidiane Vivaldini Olo
Gerência editorial
Luiz Tonolli
Editoria de Ciências Humanas
Heloisa Pimentel
Edição
André Albert
Gerência de produção editorial
Ricardo de Gan Braga
Arte
Andréa Dellamagna (coord. de criação),
Adilson Casarotti (progr. visual de capa),
Priscila Zenari (progr. visual de miolo),
Claudio Faustino (coord. e edição),
Luiza Oliveira Massucato e Livia Vitta Ribeiro (diagram.)
Revisão
Hélia de Jesus Gonsaga (ger.),
Rosângela Muricy (coord.),
Célia da Silva Carvalho, Claudia Virgilio e Heloísa Schiavo;
Brenda Morais e Gabriela Miragaia (estagiárias)
Iconografia
Sílvio Kligin (superv.), Denise Durand Kremer (coord.),
Sara Plaça (pesquisa), Cesar Wolf e Fernanda
Crevin (tratamento de imagem)
Ilustração
Theo Szczepanski
Cartografia
Eric Fuzii
Foto da capa: Gilmanshin/Shutterstock
Protótipos
Magali Prado

Direitos desta edição cedidos à Editora Scipione S.A.
Avenida das Nações Unidas, 7221, 1º andar, Setor D
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
Tel.: 4003-3061
www.scipione.com.br / atendimento@scipione.com.br

2016

ISBN 978 85 262 9937 5 (AL)
ISBN 978 85 262 9938 2 (PR)
Cód. da obra CL 713406
CAE 566 787 (AL) / 566 788 (PR)

2ª edição
1ª impressão
Impressão e acabamento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gallo, Sílvio
Filosofia : experiência do pensamento : volume único / Sílvio Gallo. -- 2. ed. -- São Paulo : Scipione, 2016.

1. Filosofia (Ensino médio) I. Título.

16-02727 CDD-107.12

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia : Ensino médio 107.12

Apresentação

Você está começando a estudar filosofia. Não pense que ela é só mais um conjunto de informações e conteúdos que você pode decorar e esquecer depois. A filosofia é uma prática de pensamento inventada há quase três mil anos. Desde então, os seres humanos a vêm experimentando. E você também pode experimentá-la. Este livro foi pensado para isso: mediar sua experiência de pensar filosoficamente.

Ao longo das cinco Unidades, você tomará contato com problemas que os filósofos vêm pensando desde a Antiguidade e com conceitos que eles foram inventando para enfrentar esses problemas. Você verá que, às vezes, os problemas permanecem, e os conceitos vão se transformando. Outras vezes, são os problemas que mudam e pedem novos conceitos.

Não se preocupe em decorar o nome de cada filósofo, das correntes filosóficas, das ideias desenvolvidas, dos conceitos formulados. Você não precisa tê-los todos na ponta da língua.

Certa vez, um filósofo afirmou que as teorias são como "caixas de ferramentas". Quando temos um problema a ser enfrentado, procuramos na caixa uma ferramenta, ou melhor, um conceito que nos sirva. Caso nada dessa nossa caixa sirva, teremos de fazer adaptações, modificando uma ou mais ferramentas para que se tornem adequadas. Às vezes teremos até mesmo de inventar uma nova ferramenta.

Aproprie-se deste livro como uma caixa de ferramentas. Nele você encontrará muitas delas para pensar. Mas as mais importantes são as **suas** ferramentas, elaboradas com base em **sua** experiência. Por isso, faça de seu pensamento um laboratório e experimente sempre!

O autor

Conheça seu livro

Veja nestas páginas como este livro está organizado.

Abertura de Unidade

Apresenta o tema da Unidade, contextualizando-o brevemente na história da filosofia e relacionando-o a uma obra de arte, área do conhecimento que tem muitas afinidades com a filosofia. Traz ainda uma pequena linha do tempo, localizando nos séculos os filósofos que serão tratados na Unidade.

Colocando o problema, A filosofia na história e Em busca do conceito

São as principais seções que estruturam cada capítulo. A primeira introduz o problema que será estudado; a segunda promove sua investigação na história da filosofia; e a terceira apresenta atividades práticas a fim de estimular a prática do pensamento conceitual.

Boxes diversos

Há quatro tipos de boxe que aparecem ao longo de cada capítulo, contendo: a **biografia dos filósofos estudados**; a **sinopse de alguns filmes**; **citações diversas**, como trechos de textos de filósofos, músicas, poemas, etc.; e **informações complementares** ao conteúdo estudado. Na subseção **Atividades**, há um boxe com orientações sobre como desenvolver uma **dissertação filosófica**.

Trabalhando com textos

Subseção presente no final de *A filosofia na história*. É composta de textos escritos por filósofos em diferentes momentos da história da filosofia e de algumas questões que orientam sua leitura e exploram seus pontos essenciais.

Sugestão de leituras e de filmes

Subseção de *Em busca do conceito* que apresenta indicações de livros e filmes que fornecerão elementos para o exercício do pensamento conceitual.

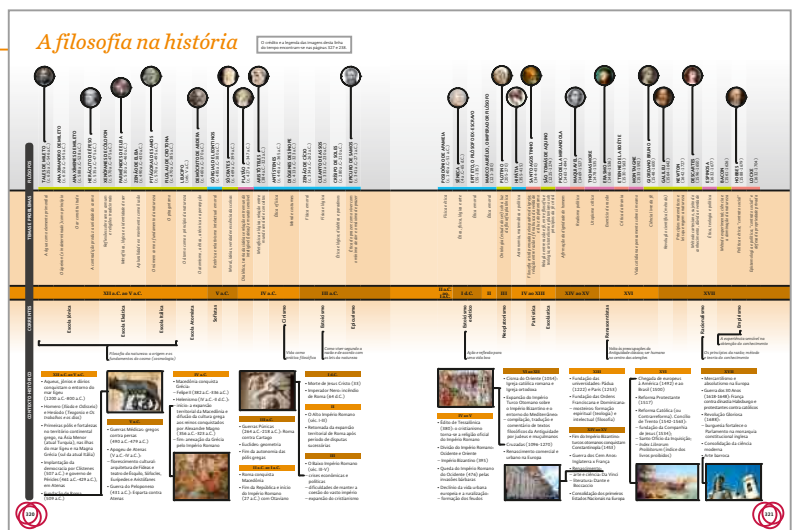
É lógico

Subseção de *Em busca do conceito* que apresenta fundamentos da lógica e as principais correntes que desenvolveram essa área da filosofia ao longo da história.

Fechamento de Unidade

A filosofia na história, *Um diálogo com...*, *A filosofia no Enem e nos vestibulares* e *É lógico?* são as quatro seções que encerram as Unidades. A primeira, que tem o mesmo nome da seção mais longa do capítulo, aprofunda o contexto histórico em que se desenvolveram determinadas produções filosóficas tratadas no texto. A segunda trabalha em conjunto com outras disciplinas que você estuda na escola. A terceira fornece atividades de provas do Enem e de vestibulares das principais universidades brasileiras. A última traz atividades que mobilizam os conhecimentos de lógica estudados na Unidade.

A filosofia na história

No final do livro, você encontra uma linha do tempo. Ela apresenta os filósofos e seus temas e problemas, bem como as correntes filosóficas nas quais se inserem e o contexto histórico em que viveram. Esse material recebe o mesmo nome da seção mais longa do capítulo e de uma das seções que encerram a Unidade, porque dialoga com ambas. Além de organizar o conteúdo, essa linha do tempo ajuda a localizar no livro o momento em que cada filósofo é estudado com mais profundidade. Consulte-a sempre que necessário!

Essas cores indicam a Unidade principal em que cada filósofo foi estudado. Relacione-as às cores de cada Unidade.

Sumário

UNIDADE 1 *Como pensamos?* 09

UNIDADE 2 *O que somos?* 69

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Unidade 1
Como pensamos?

Na Grécia antiga, em meio à intensa vida cultural, política e comercial da pólis, nasceu a filosofia, uma forma de pensar conceitualmente o mundo e responder a problemas diversos de modo racional.

Uma vez que a religião, o mito e o senso comum não mais forneciam respostas satisfatórias para as curiosidades cosmológicas, físicas e antropológicas, os primeiros filósofos buscaram uma explicação pautada em critérios claros, demonstrativos e não dogmáticos.

A filosofia tem uma relação íntima com outros saberes. Na Idade Média, por exemplo, Agostinho e Tomás de Aquino aproximaram a teologia cristã da filosofia; na modernidade, Galileu, Bacon e Newton investigaram na filosofia, na física e na ciência nascente o método que seria mais adequado para a produção do conhecimento verdadeiro.

As artes constituem outro ponto de convergência para os interesses filosóficos. Com os pensadores da teoria crítica, como Benjamin e Adorno, veremos como a arte, sob o ponto de vista filosófico e histórico, teve sua produção e fruição modificadas pelo desenvolvimento de meios técnicos e tecnológicos num contexto capitalista.

Giraudon/The Bridgeman Art Library/Keystone/Coleção particular

O império das luzes, *pintura de René Magritte, de 1949.*

Por que esta imagem provoca tanta estranheza ao primeiro olhar? Dia e noite, céu claro e rua escura... Alguma coisa não parece correta. Tal estranheza nos força a pensar. Esse é o mesmo tipo de estranheza e espanto que a filosofia provoca. Ela não se conforma com respostas prontas e está sempre enfrentando os problemas que nos inquietam. Questionamentos e desafios: é disso que vive a filosofia.

XVII
- **HOBBES** Inglaterra
- **DESCARTES** França
- **LOCKE** Inglaterra
- **NEWTON** Inglaterra

XVIII
- **KANT** Prússia (Alemanha)

XIX
- **NIETZSCHE** Alemanha

XX
- **GRAMSCI** Itália
- **BENJAMIN** Alemanha
- **CASSIRER** Polônia
- **HORKHEIMER** Alemanha
- **ADORNO** Alemanha
- **LÉVI-STRAUSS** Bélgica
- **FEYERABEND** Áustria
- **DELEUZE** França
- **FOUCAULT** França
- **GUATTARI** França

XXI
- **COMTE-SPONVILLE** França
- **LÉVY** Tunísia

1 *Filosofia: o que é isso?*

COLOCANDO O PROBLEMA

O pensamento filosófico

Se prestarmos atenção na canção "Tô", de Tom Zé, viveremos uma genuína experiência filosófica. A letra da canção nos estimula a pensar, ao colocar em jogo uma série de situações aparentemente incongruentes: carinhoso para poder ferir; olho fechado para ver melhor; lentamente para não atrasar; desesperado para ter paciência; com alegria para poder chorar. Alguma coisa parece não se encaixar...

O pensamento filosófico é semelhante, pois nos tira do lugar-comum. É como se, no dia a dia, vivêssemos "no automático", sem pensar muito naquilo que fazemos, naquilo que acontece a nossa volta. De repente, alguma coisa nos chama a atenção. Alguma coisa está estranha. Algo nos faz parar e pensar. Como na canção de Tom Zé, ou como no poema de Carlos Drummond de Andrade: "tinha uma pedra no meio do caminho". É essa "pedra" que nos faz parar, é ela que nos atrai a atenção. Nesse momento nos detemos em nossos pensamentos. Dizendo de outra maneira: quando deparamos com um **problema**, somos levados a exercitar o pensamento.

“

Tô

Tô bem de baixo pra poder subir
Tô bem de cima pra poder cair
Tô dividindo pra poder sobrar
Desperdiçando pra poder faltar
Devagarinho pra poder caber
Bem de leve pra não perdoar
Tô estudando pra saber ignorar
Eu tô aqui comendo para
vomitar

Eu tô te explicando
Pra te confundir
Eu tô te confundindo
Pra te esclarecer
Tô iluminado
Pra poder cegar
Tô ficando cego
Pra poder guiar

Suavemente pra poder rasgar
Olho fechado pra te ver melhor
Com alegria pra poder chorar
Desesperado pra ter paciência
Carinhoso pra poder ferir
Lentamente pra não atrasar
Atrás da vida pra poder morrer
Eu tô me despedindo pra poder
voltar

ZÉ, Tom. *Tropicalista lenta luta*. São Paulo: Publifolha, 2003. p. 188.

Photos 12/Alamy/Latinstock

Cena do filme Sociedade dos Poetas Mortos*, de 1989, dirigido por Peter Weir. Com a chegada do professor de Literatura, John Keating (Robin Williams), os alunos da tradicional escola Welton Academy irão passar por uma experiência de pensamento e de enfrentamento de problemas da qual jamais se esquecerão.*

“
No meio do caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003. p. 16.

Pensar, nesse sentido filosófico, não é algo comum. É um acontecimento que produz transformações em nossas vidas. Quando pensamos, já não somos mais os mesmos.

Pensar e transformar o mundo...

Foi por meio do exercício do pensamento que o ser humano transformou-se a si mesmo e ao mundo. A primeira cena do filme *2001: uma odisseia no espaço* mostra isso de forma contundente. Um grupo de hominídeos vaga pelas savanas africanas disputando poças de água para matar a sede, caçando animais para comer e, ao mesmo tempo, sendo caçados. Quando a câmera focaliza o rosto de um deles, o que vemos é uma expressão de medo. Como se sentir seguro quando não se é o mais forte? Como vencer o medo e enfrentar o mundo, uma natureza inóspita, desconhecida e cheia de perigos? O filme nos mostra que a resposta encontrada pela humanidade para solucionar esse problema é o **conhecimento**.

Certo dia, um dos hominídeos pega um osso de um animal morto e começa a batê-lo no chão. Percebe que, ao utilizar o osso, sua força é ampliada. Desse modo, o osso se transforma em uma **ferramenta**, algo que pode ser utilizado para realizar uma tarefa. Na sequência, durante a disputa do bando desse hominídeo por uma fonte de água com um grupo rival, ele usa o osso para atacar os inimigos. Sua força é multiplicada pela ferramenta (que nesse caso se torna uma arma) e ele vence. Exultante, o hominídeo joga o osso para o alto. Quando o osso, girando, atinge o ápice e começa a cair, transforma-se em uma espaçonave em órbita da Terra.

Essa cena tem um significado muito profundo: mesmo enfrentando o problema da sobrevivência em um mundo inóspito, o hominídeo transformou-se em humano porque foi capaz de inventar uma ferramenta, utilizada, nesse caso, como arma. O uso de ferramentas desenvolveu-se por séculos e milênios, e aquele osso do início converteu-se em outro tipo de ferramenta – um sofisticado aparelho tecnológico.

Também o pensamento dispõe de suas próprias ferramentas – as **tecnologias da inteligência**, como as denominou o filósofo francês **Pierre Lévy**.

O filme *2001: uma odisseia no espaço* narra a história de um enigma que acompanha a humanidade desde seus primórdios. Em busca de uma resposta, uma equipe de astronautas é enviada a Júpiter. A bordo da mais moderna e tecnológica nave espacial, a Discovery, controlada pelo supercomputador HAL 9000, os astronautas querem investigar um fenômeno estranho que pode lhes conduzir ao esclarecimento do enigma.

2001: uma odisseia no espaço. Direção de Stanley Kubrick. Estados Unidos/Grã-Bretanha, 1968. (142 min).

Dmitri Kessel/Arquivo da editora

Cena do filme 2001: uma odisseia no espaço*, de Stanley Kubrick.*

Pierre Lévy
(1956-)

Reprodução/http://pierrelevyblog.com/about/

Pierre Lévy, em foto de 2011.

Filósofo francês nascido na Tunísia. Dedica-se aos campos da comunicação e da informática, estudando seus impactos no pensamento. É autor de diversos livros, entre eles *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*, publicado no Brasil em 1993.

Aristóteles
(384 a.C.-322 a.C.)

De Agostini Picture Library/The Bridgeman Art Library/Keystone/ Museu do Louvre, Paris, França.

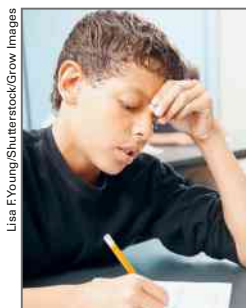
Aristóteles, em escultura de mármore feita entre os séculos I e II d.C.

Nascido na cidade de Estagira, na Macedônia, ainda jovem mudou-se para Atenas, onde estudou com o também filósofo grego Platão (c. 427 a.C.-347 a.C.). Foi professor de Alexandre, que se tornaria imperador da Macedônia e ficaria conhecido como Alexandre, o Grande.

Em Atenas Aristóteles fundou uma escola, o Liceu, onde ensinava filosofia. Vários de seus livros foram escritos para suas aulas ou se originaram de anotações de seus alunos.

Escreveu sobre ética, política, física, lógica, psicologia, biologia, retórica e poética, entre outros temas, e produziu uma das obras mais completas da Antiguidade.

FACULDADE RACIONAL

Lisa F.Young/Shutterstock/Grow Images

Segundo Aristóteles, é o uso da faculdade racional da alma que nos permite pensar. Foto de 2011.

Aristóteles afirmava que a alma humana é dotada de várias faculdades, ou capacidades. Dentre elas, a faculdade racional ou intelectiva é a que torna os seres humanos aptos ao pensamento.
Por isso mesmo, segundo o filósofo, seria a mais importante, pois nos diferenciaria de todos os outros seres da natureza. Mais adiante estudaremos outras faculdades.

Trata-se dos instrumentos que utilizamos para tornar o pensamento mais eficiente. Na história humana, a tecnologia da inteligência que predominou inicialmente foi a **oralidade**, isto é, a comunicação por meio da palavra falada; em determinado momento criou-se a **escrita** (que teria um desdobramento importante com a invenção da imprensa); e mais recentemente a **informática**. Essas tecnologias interferem diretamente no modo como pensamos. A forma de pensar durante uma conversa oral é diferente daquela usada em uma comunicação escrita, por exemplo.

Procurando enfrentar seus problemas, os seres humanos utilizaram as tecnologias da inteligência para elaborar diferentes tipos de conhecimento. A filosofia é um deles.

Em que a filosofia se diferencia dos demais saberes? Se todos são resultado do exercício do pensamento, o que há de específico na filosofia?

O que distingue a filosofia são seus instrumentos e aquilo que ela produz: os conceitos.

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

A filosofia e o pensamento conceitual

A filosofia já foi definida de várias maneiras. A palavra, de origem grega, é composta de *phílos*, que designa o 'amigo, amante'; e *sophía*, que significa 'sabedoria'. O significado de filosofia, portanto, é amor ou amizade pela sabedoria. Se a filosofia é um amor pela sabedoria, isso quer dizer que ela não é a própria sabedoria, e sim uma relação com o saber e que implica um movimento de construção e de busca da sabedoria.

O filósofo **Aristóteles** definiu o ser humano como um "animal portador da palavra, que pensa", isto é, um "animal racional". Segundo ele, "a filosofia é a atividade mais digna de ser escolhida pelos homens", uma vez que nela o ser humano exercita aquilo que lhe seria próprio, ou seja, sua faculdade racional. Seria também uma atividade capaz de proporcionar a felicidade, pois, vivendo filosoficamente, o ser humano estaria vivendo de acordo com sua própria natureza.

A filosofia é, portanto, o movimento daquele que **não sabe** em direção a um **saber**; é a vontade de conhecer a si mesmo e ao mundo.

Duas perspectivas da filosofia

O filósofo contemporâneo **Michel Foucault** procurou mostrar que há duas formas de compreender a filosofia:

- como busca da sabedoria, entendendo o conhecimento como algo que vem de fora;
- como um trabalho de cada um sobre si mesmo, um modo de construir a própria vida.

No primeiro caso, a filosofia é a busca de um saber que está fora de cada um de nós. No segundo, é uma prática de vida, um pensamento sobre nós mesmos, um modo de fazermos com que nossa vida seja melhor.

Essa segunda noção é também uma busca, mas não de algo que está fora de nós. É uma busca para nos tornarmos melhores por meio de práticas cotidianas que certos filósofos denominam exercícios espirituais. Um exemplo de exercício espiritual seria o hábito de escrever um diário. Ao relatar os acontecimentos e as sensações do dia a dia, temos oportunidade de refletir sobre eles e, assim, de nos conhecermos melhor.

Essas duas perspectivas levam a uma terceira: o pensamento filosófico como uma reflexão interna que questiona todos os conhecimentos vindos de fora. Pensar filosoficamente é, portanto, trabalhar sobre os mais diversos problemas e situações "partindo do zero", ou seja, sem aceitar automaticamente os conhecimentos recebidos.

Na sua busca do conhecimento, a filosofia elabora **conceitos**. Para começar a compreender o que são conceitos, pense no que significa para você a ideia de justiça. Faça a você mesmo algumas perguntas:

- O que é justiça?
- A que situações ela se aplica?
- Com seus amigos, por exemplo, você mantém relações justas? E na escola?
- Deve haver um limite para a justiça? Há situações em que se pode abrir mão dela?
- Será que a justiça tem alguma relação com a filosofia?
- A ideia de justiça é algo pronto e definitivo ou muda conforme o lugar e a época?

Ao fazer essas perguntas a si mesmo, você está praticando a atividade filosófica e reunindo elementos que podem ajudá-lo a elaborar um conceito, o conceito de justiça. Nos dicionários e enciclopédias, é possível encontrar muitas definições da palavra justiça. O conceito é algo diferente, é uma elaboração própria, que envolve atividade do pensamento e modifica quem a realiza.

Os conceitos não estão prontos e acabados, mas estão sempre sendo criados e recriados, dependendo dos problemas enfrentados a cada momento. Cada filósofo cria seus próprios conceitos ou recria conceitos de outros filósofos. Ao criar ou recriar conceitos, o filósofo está também agindo sobre si mesmo, criando a si mesmo, construindo sua vida.

> *A filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos.*
>
> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 10.

Mas isso não significa que apenas alguns privilegiados possam praticar a filosofia. Segundo o filósofo italiano **Antonio Gramsci**, "todos os homens são filósofos", na medida em que todo ser humano, de maneira mais ou menos intensa e duradoura, pensa sobre os problemas que enfrenta em sua vida. De certo modo, todo ser humano se utiliza de conceitos, ou até mesmo os formula, em alguns momentos de sua vida.

Michel Foucault (1926-1984)

Jean Pierre Fouchet/Gamma-Rapho/Getty Images

Michel Foucault, em foto de 1967.

Pensador francês que se dedicou a vários campos do conhecimento, como a filosofia, a história e a psicologia. Entre 1970 e 1984 foi professor no Collège de France, uma das instituições de maior prestígio naquele país. Escreveu sobre vários assuntos, entre eles a sexualidade, a loucura e as instituições disciplinares, como a prisão e a escola. Em seus últimos anos de vida, dedicou-se a estudar a filosofia grega antiga, preocupado com o tema da formação ética. Entre seus vários livros, destacam-se *As palavras e as coisas* (1966) e *Vigiar e punir: história da violência nas prisões* (1975).

Antonio Gramsci (1891-1937)

Mondadori Portfolio/Getty Images

Antonio Gramsci, em foto da década de 1930.

Jornalista e filósofo italiano. Militante comunista, passou muitos anos preso sob o governo do líder fascista Benito Mussolini. Foi na prisão que escreveu boa parte de sua obra filosófica, de crítica social e política.

Os **filósofos**, porém, dedicam-se à filosofia de modo mais intenso, fazendo dessa atividade sua profissão e sua vida. Eles problematizam diversas questões, criam conceitos, escrevem textos e livros.

Alguns desses conceitos atravessam os séculos. Embora tenham sido elaborados em um contexto histórico diferente, podem despertar nossa reflexão e ajudar na formulação de nossos próprios conceitos. Pense, por exemplo, no conceito de felicidade. Muitos filósofos já estudaram o assunto em diferentes lugares e épocas e elaboraram os mais variados conceitos de felicidade. Esses conceitos são importantes como referência, mas não são estáticos: mudam conforme o contexto e as motivações de quem está refletindo sobre eles.

Nesta obra você vai conhecer diferentes conceitos criados pelos filósofos ao longo do tempo e compreenderá como eles podem ajudá-lo a pensar melhor sobre sua própria vida.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

A filosofia e suas origens gregas

Entre os séculos IX a.C. e VIII a.C., os gregos se expandiram para além da península grega, estabelecendo colônias importantes, como Éfeso, Mileto (situadas na Jônia, região sul da Ásia Menor, na atual Turquia), Eleia e Agrigento (na Sicília e no sul da atual Itália, região conhecida como Magna Grécia). Foi em algumas dessas cidades que viveram os primeiros filósofos. Tales de Mileto (Jônia), Pitágoras de Samos (Jônia), Filolau de Crotona (Magna Grécia) e Heráclito de Éfeso (Jônia) são alguns exemplos.

Grécia antiga (séculos VIII a.C. a V a.C.)

Banco de imagens/Arquivo da editora

Fonte: Adaptado de DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2007. p. 14.

Tales de Mileto é considerado o primeiro filósofo. Nasceu na região da Jônia e era apontado como um dos sete sábios da Grécia antiga. Foi o primeiro a afirmar que há um princípio universal do qual todas as coisas derivam (que os gregos chamavam *arkhé*) e que esse princípio seria o elemento água. Teve diversos seguidores na chamada Escola Jônica, os quais, embora concordassem com a ideia de *arkhé*, afirmavam que ela seria relacionada a outro elemento que não a água.

PRINCÍPIO UNIVERSAL

Na Antiguidade, já se pensava que tudo o que existe é formado pela reunião de alguns elementos básicos. Falava-se na terra, na água, no ar e no fogo como esses elementos. O espaço sideral, além da Terra, seria preenchido por um quinto elemento, o éter, mais leve do que todos os outros.
Alguns pensadores falavam também no *apeiron*, que significa o ilimitado, o indefinido. Outros falavam nos átomos, ou seja, aquilo que não pode ser dividido.

Tales de Mileto
(c. 624 a.C.-546 a.C.)

Bianchetti Stefano/Leemage

Gravura representando Tales de Mileto, feita no século XIX.

É considerado o primeiro pensador científico, preocupado em buscar respostas naturalistas e racionais para os fenômenos físicos. Grande conhecedor de geometria e astronomia, estudou as causas das inundações do rio Nilo – desmistificando as crenças antigas que as atribuíam a fatos sobrenaturais – e foi capaz de prever um eclipse total do Sol. Para ele, o princípio universal de todas as coisas era a água, por se tratar de algo essencial à vida, estar presente em todas as coisas e ser dotada de movimento, de mudança (existir em várias formas).

Fundador de uma importante escola filosófica na Magna Grécia, com sede na cidade de Crotona, o filósofo e matemático **Pitágoras de Samos** se tornou muito conhecido pela enunciação de um teorema matemático que recebeu seu nome, o teorema de Pitágoras. Em seu pensamento, defendia que o Universo (em grego, *kósmos*) era regido por princípios matemáticos, sendo o número o fundamento de todas as coisas.

Filolau de Crotona (c. 470 a.C.-385 a.C.), filósofo e astrônomo que pertenceu à escola pitagórica, defendia o número como a *arkhé* do mundo físico, bem como uma estrita conduta para alcançar a boa vida. No campo da astronomia, foi um dos primeiros a enunciar que a Terra está em movimento e não se encontra no centro do Universo, que seria ocupado por um "fogo central" sempre do lado oposto ao planeta e, por isso, impossível de ser visto pelos seres humanos. Em torno desse fogo central girariam a Terra e os demais corpos celestes.

Em Éfeso, o filósofo Heráclito (c. 535 a.C.-475 a.C.) defendia que o princípio de todas as coisas não era o número, mas sim o fogo. Assim como percebemos nesse elemento incessantes movimentos e transformações, na natureza também tudo se movimenta e se transforma, baseando-se na harmonia dos contrários (quente e frio, leve e pesado, sólido e líquido, seco e úmido, etc.). Esses elementos seriam organizados pelo **logos**, isto é, o princípio racional de inteligibilidade, que tudo organiza e ordena para a composição do *kósmos*.

Essa nova prática de pensamento surgida na periferia do mundo grego migrou para as cidades da península grega, em especial Atenas – cidade dedicada a Palas Atena, deusa da sabedoria. É por isso que o filósofo contemporâneo **Gilles Deleuze** (biografia na próxima página) afirmou que "os filósofos são estrangeiros, mas a filosofia é grega".

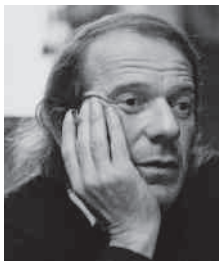
É importante notar que a primeira palavra a surgir foi **filósofo**, que é aquele que pratica determinado tipo de investigação teórica. Só mais tarde apareceu a palavra **filosofia**, para designar a atividade desse investigador. Não se sabe ao certo quem inventou a palavra filósofo;

Pitágoras de Samos
(c. 570 a.C.-495 a.C.)

Offscreen/Shutterstock/Glow Images/Jardins da Villa Borghese, Roma, Itália

Busto de mármore de Pitágoras, em Roma, Itália.

Uma das grandes contribuições de Pitágoras foi a valorização do pensamento abstrato. Para ele, todo o Universo é regido por regras e relações matemáticas, que, uma vez descobertas, permitem compreender a estrutura da natureza. Além disso, todas as coisas teriam o número como princípio fundamental. Profundamente religioso, fundou uma escola que mesclava ciência e misticismo.

Gilles Deleuze
(1925-1995)

Raymond Depardon/ Magnum Photos/Latinstock

Gilles Deleuze, em 1987.

Filósofo francês. Foi professor de filosofia no Ensino Médio francês e em universidades, tendo consolidado sua carreira na Universidade de Paris 8. Dedicou-se ao estudo de vários filósofos, como Hume, Nietzsche e Espinoza, mas também escreveu sobre literatura, pintura e cinema. De sua obra, destacam-se *Diferença e repetição* (1968) e seus dois livros sobre cinema: *Cinema: a imagem-movimento* (1983) e *Cinema 2: a imagem-tempo* (1985). No final da década de 1960, conheceu Félix Guattari (1930-1992), com quem produziu vários livros: *O anti-Édipo* (1972), *Kafka: por uma literatura menor* (1975), *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (1980) e *O que é a filosofia?* (1991).

Sócrates
(c. 469 a.C.-399 a.C.)

The Bridgeman Art Library/ Keystone/Museu do Louvre, Paris, França

Sócrates, em escultura de mármore de Lysippus, de cerca de 330 a.C.

Nascido em Atenas, na Grécia, é considerado um dos filósofos mais importantes de todos os tempos. Sócrates ensinava gratuitamente em praça pública. Reorientou o enfoque da filosofia grega, antes voltada para o estudo da natureza, centrando o interesse no ser humano. Acusado de corromper a juventude e de renegar os deuses atenienses, foi condenado à morte por meio da ingestão de um veneno chamado cicuta. Sua produção filosófica está documentada na obra de Platão.

alguns afirmam ter sido Pitágoras, outros afirmam ter sido Heráclito. Segundo a tradição, o primeiro filósofo teria sido um humilde homem grego que se recusava a ser reconhecido como sábio – isto é, que possui um saber –, preferindo chamar-se filósofo, quer dizer, um 'amigo da sabedoria', alguém que deseja ser sábio, mas ainda não o é. É uma posição semelhante à do filósofo grego **Sócrates**, que afirmou no século V a.C.: "Só sei que nada sei", percebendo e admitindo a própria ignorância.

Mas por que o modo filosófico de pensar, com a recusa de verdades prontas e a elaboração de novos conceitos, surgiu na Grécia? Para entender isso, é preciso recuar no tempo e conhecer um pouco a Grécia dos séculos VII a.C. e VI a.C. Assim, ficará mais fácil compreender quem eram e como viviam os gregos daquele tempo.

- **A civilização grega antiga construiu uma cultura pluralista.** Em sua origem estão três povos (os jônios, os eólios e os dórios) que formaram uma sociedade unida pelo idioma e pelo culto aos deuses, mas que recebia influências de diversas culturas com as quais os gregos entraram em contato. Essa pluralidade foi um campo fértil para o desenvolvimento do teatro, da literatura, da arquitetura, da escultura e da filosofia.

- **Os gregos eram estimulados a pensar por si mesmos.** A Grécia jamais formou um império centralizado. Em vez disso, organizou-se em cidades independentes, chamadas cidades-Estado, cada uma com seu próprio governo e suas próprias leis. A política era um assunto dos cidadãos.

  Entre os povos da mesma época que formaram impérios, como os egípcios, os persas e os chineses, a situação era bem diferente. Em razão da forte influência religiosa, a produção de saberes era monopólio dos sacerdotes ou de pessoas ligadas a eles, sempre em favor do imperador e visando ao controle social e à permanência no poder. As explicações eram determinadas pela visão religiosa e não podiam ser contestadas. Até mesmo o saber prático era controlado. A matemática é um exemplo. Entre os egípcios, os sacerdotes desenvolveram um conhecimento matemático destinado a registrar e controlar os estoques de alimentos do templo, bem como a construir pirâmides. Esse conhecimento, considerado segredo religioso, era privilégio dos sacerdotes.

  Todo esse controle tendia a impedir que as pessoas pensassem por si mesmas. Na Grécia antiga, diferentemente, estimulava-se a discussão sobre os problemas e os rumos da cidade. Tanto é que foi na cidade-Estado de Atenas que se desenvolveu a forma democrática de governo. É verdade que a sociedade grega era escravagista e que só se consideravam cidadãos os homens maiores de idade, nascidos na cidade e proprietários de terras e de bens. Na Atenas dos séculos V a.C. e IV a.C., esse grupo correspondia no máximo a 10% da população total. Mas isso já era um número muito maior de pessoas dedicando-se à política do que nos impérios antigos.

Anastasios71/Shutterstock/Glow Images

Foto das ruínas de uma ágora em Atenas, capital da Grécia, por volta de 2010. Situada geralmente no coração das cidades gregas, tendo em volta o comércio e os prédios públicos, a ágora era um complexo arquitetônico aberto, destinado a encontros, debates e outros eventos públicos.

- **Os gregos gostavam de discutir e polemizar.** O gosto pelo debate e pela disputa vem da própria constituição do povo grego, um povo de guerreiros que muitas vezes teve de se unir para combater inimigos em comum. Os heróis da mitologia representam esse gosto pela luta e pelo triunfo, bem como as disputas esportivas que se seguiram com a criação dos Jogos Olímpicos. A disputa de ideias fazia parte desse espírito competitivo. Eram comuns, na Grécia antiga, os debates em praça pública.

A filosofia é o resultado, portanto, da confluência e da interação de diferentes povos e culturas. A pólis ateniense foi o terreno mais propício para o seu desenvolvimento intelectual.

Um exemplo do **espírito competitivo** dos gregos pode ser visto no filme *Troia*, adaptação do poema épico *Ilíada*, de Homero. No início da guerra contra Troia, quando a mãe pede a Aquiles que não vá lutar, ele responde que é mais honrado morrer lutando, como herói, do que viver como um homem comum e ter uma vida sem glória.

Troia. Direção de Wolfgang Petersen. Estados Unidos, 2004. 1 DVD. (163 min).

Warner Bros./Everett Collection/Keystone

Cena do filme Troia.

Os textos filosóficos

Os primeiros filósofos gregos, em sua maioria, praticavam ensinamentos orais. Aqueles que produziram textos escritos geralmente utilizaram a **forma poética**.

Havia também filósofos, como Sócrates, que se recusavam a escrever suas ideias. Consideravam a escrita inimiga da memória: se escrevemos, já não precisamos lembrar, e isso enfraquece o pensamento.

Em sua prática filosófica, Sócrates caminhava pelas ruas de Atenas, principalmente pela praça do mercado, onde circulava mais gente, e conversava com as pessoas. Em geral, fazia perguntas que levavam o interlocutor a cair em contradição e, em seguida, a pensar sobre a inconsistência de sua opinião, inicialmente considerada certa e verdadeira. Por isso, dizemos que sua prática era **discursiva** (baseada na fala) e **dialógica** (fundamentada no diálogo, na conversa).

POESIA E MEMÓRIA

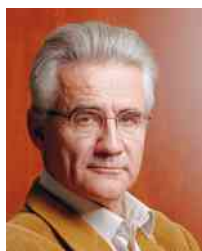
Na Grécia antiga, o uso da **forma poética** para criar textos estava ligado à maior facilidade de memorização. Os textos eram transmitidos oralmente de uma geração para outra, e era muito mais fácil memorizá-los se estivessem organizados em versos com métrica e rima. Não apenas os filósofos, mas também os escritores que relataram os mitos gregos utilizaram esse recurso.

Platão
(c. 427 a.C.-347 a.C.)

G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/The Bridgeman Art Library/ Keystone/Museu Capitolino, Roma, Itália.

Platão, em escultura feita de mármore entre os séculos IV e I a.C.

Filósofo nascido em Atenas e filho de família aristocrática, era um crítico do regime democrático. Após a morte de Sócrates, dedicou-se a escrever diálogos, difundindo as ideias de seu mestre a respeito da política, da virtude, do amor, do conhecimento, da origem do Universo, entre outros assuntos. Criou uma escola em Atenas, a Academia, onde ensinou filosofia para seus discípulos, tendo sido Aristóteles o mais famoso deles. Dedicou-se a vários campos do pensamento, como a matemática e a geometria. Uma de suas contribuições mais importantes foi a elaboração da teoria das ideias, consideradas eternas e imutáveis. Seu pensamento influenciou profundamente filósofos como Plotino, Descartes e Schopenhauer, sendo ainda hoje fonte inesgotável de conhecimento.

André Comte-Sponville
(1952-)

Ulf Andersen/Getty Images

André Comte-Sponville, em foto de 2011.

Filósofo francês contemporâneo. Foi professor na Universidade de Paris (Sorbonne) e desde 1998 dedica-se a escrever e a fazer conferências. É membro do Comitê Consultivo Nacional de Ética da França e autor de uma obra extensa, da qual se destacam: *Pequeno tratado das grandes virtudes* (1995) e *A felicidade, desesperadamente* (2000).

Sócrates dizia que, assim como sua mãe havia sido uma parteira, que dava à luz as crianças, ele queria dar à luz as ideias. Seu estilo filosófico ficou então conhecido como **maiêutica**, isto é, 'o parto de ideias'.

Platão, discípulo de Sócrates, resolveu homenagear o mestre escrevendo suas ideias, o que possibilitou que elas chegassem até os dias atuais. Mas, em vez de escrever em versos, como se fazia na época, elaborou **diálogos**, inaugurando uma nova forma de organizar as ideias filosóficas. Por meio dos diálogos, segundo Platão, seria possível chegar a um refinamento das ideias. O método de perguntas e respostas, para ele, permitia avançar entre contraposições e contradições, obtendo ideias cada vez mais precisas, até que se chegasse ao conhecimento verdadeiro. Esse modo de aprimorar as ideias foi denominado **dialética**.

Ainda hoje os textos filosóficos da Grécia antiga são estudados, embora restem apenas fragmentos dos textos anteriores à época de Sócrates, ou **pré-socráticos**, como são conhecidos. A invenção da imprensa, no século XV, facilitou a documentação e a difusão da atividade filosófica, e os meios eletrônicos de comunicação de massa expandiram ainda mais essa possibilidade. Hoje, a filosofia é discutida em diversas mídias, como em programas de televisão e *sites* da internet.

Apesar de seus 2 500 anos de história, a filosofia persiste na busca de entendimento, motivada pela curiosidade e pelo desejo de compreender a vida e o mundo, sem ideias prévias, partindo sempre "do zero". Nas palavras do filósofo contemporâneo francês **André Comte-Sponville**: "Filosofia é uma prática discursiva que tem a vida por objeto, a razão por meio e a felicidade por fim".

Filosofia e opinião

Qual é a sua opinião sobre a política? O que você pensa sobre a liberdade? Para você, o que é uma amizade verdadeira?

Perguntas como essas costumam surgir em rodas de conversa entre amigos. Para respondê-las, você reflete, cita exemplos, faz comparações... Mas será que está utilizando o pensamento filosófico?

Veja o que diz sobre isso o filósofo francês Gilles Deleuze: "É da opinião que vem a desgraça dos homens". Isso porque a opinião é um pensamento subjetivo, uma ideia vaga sobre a realidade, que não tem fundamentação e na maioria das vezes nem pode ser explicada. É comum, por exemplo, alguém dizer que é contra ou a favor de determinada situação sem um motivo concreto, talvez por uma reflexão apressada, por superstição ou crença. "É uma questão de opinião", justifica a pessoa. Fica claro que dessa forma, ao emitir uma opinião, você não está pensando filosoficamente.

É muito fácil manipular as opiniões das pessoas não dispostas a pensar sobre elas. Os meios de comunicação, por exemplo, fabricam ideias e desejos por meio da propaganda e de sua grade de programação. A **indústria cultural** – expressão que designa a produção da cultura segundo os padrões e os interesses do capitalismo – esforça-se em definir o que todos querem ler, os filmes que preferem, as músicas da moda. As

respostas já vêm prontas, como nos livros de autoajuda. Formadores de opinião também exercem grande influência sobre o modo de pensar da sociedade e podem mudar as opiniões alheias. São personalidades do esporte, da televisão, do teatro, líderes religiosos, professores.

A filosofia, diferentemente, é uma prática de elaboração própria de ideias. Ela também parte da opinião, mas a recusa como verdade e vai além dela. Busca uma reflexão mais sólida e fundamentada, por meio da qual o ser humano se realize em sua capacidade racional. As ideias elaboradas dessa forma podem ser defendidas com argumentos consistentes.

Não é difícil concluir que as pessoas que pensam por si mesmas, que não se acomodam às ideias prontas e não aceitam viver no "piloto automático" têm melhores condições de se tornar cidadãos mais atuantes, exercendo seus deveres e exigindo seus direitos na sociedade.

A prática filosófica humaniza as pessoas, tornando-as mais livres para pensar de forma crítica e criativa, capazes de transformar positivamente a si mesmas e ao mundo que as cerca.

Reprodução/Arquivo da editora (direção: Jake Scott)

Cena de videoclipe da canção "Fake Plastic Trees" ('árvores falsas de plástico'), de 1995, da banda inglesa Radiohead. Uma vez que a produção cultural passa a ser gerida massivamente segundo interesses do capitalismo, a lógica comercial se choca com a liberdade de expressão de ideias e de críticas.

"Pinte para escapar", diz a frase neste grafite de Jamie Paul Scanlon, em Taunton, Inglaterra. Foto de 2012.

Jamie Paul Scanlon/streetartnews.net

Trabalhando com textos

Os dois textos que você lerá a seguir foram escritos em momentos diferentes da história. O primeiro deles define a atividade filosófica como uma atividade contemplativa e o segundo, como uma atividade criativa.

Texto 1

O texto a seguir corresponde a um trecho de uma carta escrita pelo filósofo grego Aristóteles, na qual ele convida Themison, rei de uma cidade do Chipre, à prática da filosofia. Na carta, ele procura construir uma série de argumentos que justifiquem a escolha de dedicar-se à filosofia. No trecho, ele argumenta em torno da necessidade do filosofar.

Por que é preciso filosofar?

Todos admitirão que a sabedoria provém do estudo e da busca das coisas que a filosofia nos deu a capacidade [de estudar], de modo que, de uma maneira ou de outra, é preciso filosofar sem subterfúgios. [...]

Há casos em que, aceitando todos os significados de uma palavra, é possível demolir a posição sustentada pelo adversário, fazendo a referência a cada significado. Por exemplo, suponhamos que alguém diga que não é preciso filosofar: pois "filosofar" tanto quer dizer 'procurar se é preciso

Subterfúgio: desculpa, evasiva, manobra para evitar dificuldades.

filosofar ou não', quanto 'buscar a contemplação filosófica', mostrando que essas duas atividades são próprias do homem, destruiremos por completo a posição defendida pelo adversário.

Além do mais, há ciências que produzem todas as comodidades da vida e outras que usam as primeiras, assim como há algumas que servem e outras que prescrevem: nestas últimas, na medida em que são mais aptas a dirigir, está o que é soberanamente bom. Daí – se só a ciência que tem a retidão do julgamento, que usa a razão e que contempla o bem em sua totalidade (isto é, a filosofia) é capaz de usar todas as outras e de lhes dar prescrições conformes à natureza – ser preciso, de qualquer modo, filosofar, já que só a filosofia contém em si o julgamento correto e a sabedoria prescritiva infalível.

ARISTÓTELES. *Da geração e da corrupção, seguido de convite à filosofia*. São Paulo: Landy, 2001. p. 150-151.

Contemplação filosófica: ato de alcançar as ideias por meio do exercício do pensamento racional.

Questões sobre o texto

1 Segundo Aristóteles, por que é preciso filosofar?

2 Cite duas razões para a prática da filosofia que aparecem no texto.

3 Por que a filosofia é a ciência mais completa, segundo o autor do texto?

Texto 2

Uma vez formulada a pequena e complexa questão "O que é a filosofia?", para chegar à resposta é preciso percorrer caminhos, buscando pistas por meio de outras indagações: "O que é o filósofo?", "O que é o conceito?", "Como é filosofar?". Assim fizeram Gilles Deleuze e o psicanalista e filósofo Félix Guattari quando escreveram o livro *O que é a filosofia?*. O texto a seguir é um trecho da introdução dessa obra. Observe como questionar é um ato importante para a filosofia, que serve de instrumento ao filósofo durante sua investigação.

Assim, pois, a questão...

O filósofo é o amigo do conceito, ele é conceito em potência. Quer dizer que a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos. A filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em criar conceitos. [...] *Criar conceitos sempre novos é o objeto da filosofia. É porque o conceito deve ser criado que ele remete ao filósofo como àquele que o tem em potência, ou que tem sua potência e sua competência.* [...] *Os conceitos não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam.* **Nietzsche** *determinou a tarefa da filosofia quando escreveu: "os filósofos não devem mais contentar-se em aceitar os conceitos que lhes são dados, para somente limpá-los e fazê-los reluzir, mas é necessário que eles comecem por fabricá-los, criá-los, afirmá-los, persuadindo os homens a utilizá-los. Até o presente momento, tudo somado, cada um tinha confiança em seus conceitos, como num dote miraculoso vindo de algum mundo igualmente miraculoso", mas é necessário substituir a confiança pela desconfiança, e é dos conceitos que o filósofo deve desconfiar mais, desde que ele mesmo não os criou* [...]. *Platão dizia que é necessário contemplar as Ideias, mas tinha sido necessário, antes, que ele criasse o conceito de Ideia. Que valeria um filósofo do qual se pudesse dizer: ele não criou um conceito, ele não criou seus conceitos?* [...]

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*. São Paulo: Editora 34, 1992.

Friedrich Nietzsche
(1844-1900)

Mondadori Porfolio/Getty Images

Nietzsche, em foto de 1882.

Filósofo alemão. Seu pensamento contém uma crítica radical ao pensamento moderno e ao cristianismo, que ele identificava como uma "moral de rebanho". Defendeu a filosofia como uma educação de si mesmo, um processo constante de autossuperação. Dentre suas obras destaca-se *Assim falou Zaratustra* (1883-1885). Escreveu também muitos aforismos, um estilo deliberadamente fragmentário, que pede a reflexão e a interpretação do leitor.

Questões sobre o texto

- Com suas palavras, responda:

a) O que é a filosofia?

b) O que é o filósofo e qual é o seu papel na filosofia?

c) O que quer dizer a seguinte afirmação: "Não há céu para os conceitos"?

d) Por que é preciso substituir a confiança nos conceitos pela desconfiança?

e) Há algo em comum entre desconfiar dos conceitos dados e não aceitar as opiniões como certas e verdadeiras?

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1. Explique por que, segundo Aristóteles, a filosofia "é a atividade mais digna de ser escolhida pelos homens".

2. Cite alguns fatores que explicam o surgimento da filosofia na Grécia antiga.

3. Qual é a diferença entre pensar filosoficamente e emitir uma opinião sobre determinado assunto?

4. Compare as definições de filosofia apresentadas por Aristóteles e por Deleuze e Guattari nos textos da seção "Trabalhando com textos". Aponte as semelhanças e as diferenças entre elas.

5. Elabore uma dissertação assumindo uma posição em relação às duas concepções de filosofia acima. Você pode se colocar a favor ou contra cada uma delas ou mesmo oferecer sua própria concepção. O importante é apresentar argumentos coerentes que justifiquem sua escolha. Veja a seguir algumas orientações sobre como desenvolver uma dissertação.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

A dissertação filosófica corresponde a um discurso específico da filosofia, articulado por meio de conceitos e desenvolvido por meio de argumentos. A elaboração de dissertações filosóficas é essencial para a prática da filosofia e do pensamento crítico e autônomo.

Uma dissertação deve conter as seguintes partes:

- **introdução:** parágrafo no qual o autor anuncia as ideias que serão desenvolvidas no texto;
- **desenvolvimento:** texto central, em que as ideias apresentadas na introdução serão trabalhadas por meio de uma argumentação consistente, baseada em conhecimentos que se tem sobre o assunto, dados publicados por instituições reconhecidas, citações de outros autores, etc.;
- **conclusão:** é o encerramento da dissertação, parte em que se retomam as ideias anunciadas na introdução de forma conclusiva, considerando toda a argumentação desenvolvida no texto central.

É lógico!

Você já leu alguma aventura de Sherlock Holmes, o personagem criado por Sir Arthur Conan Doyle (1859-1930)? Ou assistiu a algum filme baseado em suas histórias? Sherlock Holmes é um detetive que resolve seus casos usando a **dedução**, uma ferramenta lógica muito poderosa. Sherlock sempre relata em detalhes a seu parceiro, dr. Watson, as observações que fez e os indícios que encontrou, com base nos quais chegou a uma conclusão, muitas vezes surpreendente. Embora, na realidade, não apareça nas histórias de Conan Doyle, a frase "Elementar, meu caro Watson..." tornou-se muito famosa como introdução a essa explicação.

Já na série de ficção científica norte-americana dos anos 1960 *Jornada nas estrelas*, que foi depois adaptada em vários filmes para o cinema, há outro personagem inquietante, o sr. Spock. Nascido no planeta Vulcano, filho de pai vulcano e mãe humana, Spock foi criado nesse local, onde todos são muito racionais e não possuem emoções como os seres humanos. Cenas memoráveis da série mostram as relações entre o passional capitão Kirk, o líder da nave Enterprise, e o racional sr. Spock, seu tenente encarregado pela área científica. Tais cenas são uma excelente metáfora para o conflito humano entre a emoção e a razão. Sr. Spock é a encarnação do pensamento lógico.

A **lógica** é a área de filosofia que estuda os modos de operação do pensamento correto. A palavra lógica deriva do termo grego *logos*, o qual inicialmente a designava, passando depois a significar o pensamento, a razão. Os primeiros estudos sobre lógica foram feitos por Aristóteles, no século IV a.C. Os estudiosos posteriores de sua obra chamaram de *Organon* (órgão) o conjunto de textos em que o filósofo analisa os modos, os meios de organização do pensamento. Apenas séculos mais tarde a lógica seria denominada como **lógica aristotélica** ou **lógica formal**. Hoje se trabalha com vários tipos de lógica, como a simbólica, a matemática, a computacional, dentre muitas outras. Note, então, que a lógica não é o próprio pensamento, mas o estudo das formas de pensar corretamente, evitando que erremos, que sejamos enganados por falsas afirmações.

Todo pensamento tem seus modos de operação. Mesmo sem refletir sobre isso, todos nós pensamos logicamente. "É lógico!": eis uma expressão que usamos para designar aquilo que parece ser evidente.

Ao longo dos próximos capítulos, você encontrará informações sobre essa área da filosofia e, ao final de cada Unidade, alguns exercícios lógicos que vão ajudar a pensar melhor, a usar corretamente as várias ferramentas do pensamento.

Leituras

Reprodução/Ed. Rocco

EYRE, Lucy. *O pensamento voa:* descobrindo o prazer da filosofia. São Paulo: Rocco, 2007.

Nesse romance inusitado, Sócrates, presidente do Mundo das Ideias, faz uma aposta com seu rival, o também filósofo Wittgenstein. Para vencer a aposta e manter-se no cargo, Sócrates terá de convencer um adolescente de que a filosofia pode mudar sua vida.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

GAARDER, Jostein. *O dia do curinga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O livro narra as viagens de um garoto e seu pai por vários países da Europa. A aventura dos dois em busca do saber é uma bela metáfora da própria busca filosófica.

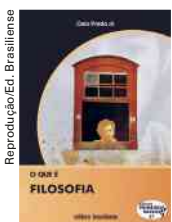
Reprodução/Ed. Companhia das Letras

______. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Certo dia, a menina Sofia começa a receber cartas anônimas com perguntas sobre a existência e a realidade. Assim começa esse romance, uma forma divertida de aprender um pouco mais sobre a filosofia, sua história e os principais filósofos.

Reprodução/Ed. Lamparina

KOHAN, Walter Omar; VIGNA, Elvira. *Pensar com Sócrates*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

Uma seleção de frases de Sócrates coletadas em vários diálogos de Platão. Interessante para um primeiro contato com a filosofia e com as ideias desse pensador enigmático que foi Sócrates.

Reprodução/Ed. Brasiliense

PRADO JR., Caio. *O que é filosofia?* São Paulo: Brasiliense, 2007. (Primeiros passos).

Obra sucinta e introdutória em que o autor caracteriza o conhecimento filosófico por meio da análise do pensamento de grandes filósofos, desde os gregos antigos.

Filmes

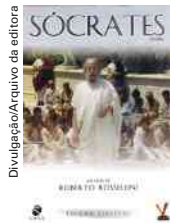
Reprodução/Ed. Abril

***Filosofia para o dia a dia*. Direção de Alain de Botton. Inglaterra, 2000. 2 DVDs. Encarte da revista *Vida simples*. (144 min).**

Série de televisão inglesa baseada no livro *As consolações da filosofia*, de Alain de Botton, em seis episódios. DVD 1: "Sêneca e a raiva"; "Schopenhauer e o amor"; e "Montaigne e a autoestima". DVD 2: "Epicuro e a felicidade"; "Nietzsche e o sofrimento"; e "Sócrates e a autoconfiança".

Divulgação/Versátil Filmes

***O mundo de Sofia:* romance da história da filosofia. Direção de Erik Gustavson. Noruega, 2000. 1 DVD. (200 min).**

Série baseada no livro *O mundo de Sofia*, escrito por Jostein Gaarder.

Divulgação/Arquivo da editora

***Sócrates*. Direção de Roberto Rossellini. Itália, RAI e TVE, 1971. 1 DVD. (120 min).**

Os últimos momentos de Sócrates na Atenas do século V a.C., incluindo seu julgamento e a condenação à morte, assim como sua defesa e os últimos ensinamentos.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

2 Filosofia e outras formas de pensar

COLOCANDO O PROBLEMA

Como vimos no capítulo anterior, para sobreviver em um mundo repleto de perigos e ameaças, o ser humano precisou desenvolver ferramentas – tanto os utensílios que o auxiliavam em suas tarefas quanto seu próprio intelecto. A filosofia, fruto desse desenvolvimento humano, formou-se no século VI a.C., na Grécia, e também foi motivada pela insegurança de habitar um mundo desconhecido e por necessidade e vontade de compreender o seu funcionamento. A intenção dos primeiros filósofos era encontrar explicações racionais para todos aqueles fenômenos que eles observavam no mundo natural.

Entretanto, mesmo antes da filosofia, o ser humano já se preocupava em fornecer respostas para os fatos do mundo e da existência. Nas sociedades antigas, por exemplo, essas explicações foram realizadas por meio dos mitos.

Há ainda outras formas de pensar o mundo em que vivemos além do mito e da filosofia. O que há de específico em cada uma delas? Uma forma de pensar exclui as demais, ou elas podem coexistir? Como a filosofia se relaciona com elas?

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Mitologia

No filme *Os agentes do destino*, um candidato ao Senado norte-americano apaixona-se por uma bailarina e é afastado da garota por uma série de situações cotidianas. Quanto mais ele tenta se aproximar dela, mais o acaso os afasta. Até que ele descobre que esse acaso pode não ser tão acaso assim...

O filme discute uma questão muito antiga: somos senhores de nossa vida ou somos controlados por forças que estão além do nosso entendimento? Há um destino traçado previamente para cada um, ou somos nós que fazemos nossa vida?

Inspirado em um conto do escritor de ficção científica norte-americano Philip K. Dick (1928-1982), o filme discute o tema do destino e das escolhas que fazemos na vida.

Os agentes do destino. Direção de George Nolfi. Estados Unidos, 2011. 1 DVD. (106 min).

Divulgação/Universal Pictures/Arquivo da editora

Cartaz do filme Os agentes do destino, *de 2011.*

Carole Raddato/Museu do Vaticano, Itália

Murillo Meirelles/Reprodução

A tragédia Édipo rei *representada de duas formas distintas: acima, cálice grego de cerâmica feito no século V a.C. (visto de cima), mostrando Édipo e a Esfinge; abaixo, cena de uma adaptação brasileira para o teatro, dirigida por Eduardo Wotzik em 2012.*

A questão do destino humano foi muito discutida na cultura grega antiga. Um exemplo é a famosa tragédia *Édipo rei* (c. 425 a.C.), escrita por Sófocles, inspirada na mitologia grega. O mito conta a história de Édipo, filho de Jocasta e de Laio, rei de Tebas.

Segundo uma profecia, Édipo estava predestinado a matar o pai e se casar com a própria mãe. Ao saber da profecia, Laio ordena a morte de Édipo, ainda bebê. Porém, o escravo que deveria matá-lo não tem coragem de executar a missão. Então ele apenas amarra os pés da criança e a abandona no campo. Um pastor encontra Édipo e o leva para outra cidade, Corinto, onde ele é adotado pelo rei.

Já adulto, Édipo acaba tomando conhecimento daquela profecia. Acreditando ser filho legítimo do rei de Corinto e desconhecendo sua verdadeira história, ele decide fugir da cidade para evitar seu terrível destino. Na estrada, envolve-se em uma briga com um homem que vinha em uma carruagem e o mata, sem saber que se tratava do rei de Tebas, seu verdadeiro pai.

Mais adiante, Édipo encontra a Esfinge, um monstro que vinha aterrorizando a população de Tebas. A fera matava todos aqueles que não conseguissem responder a um determinado enigma. Édipo consegue desvendá-lo e, assim, vence o monstro, que se lança no abismo. Em Tebas, Édipo é recebido como herói e ganha como prêmio a mão da rainha viúva, Jocasta, sem saber que se trata de sua mãe legítima. Dessa forma, mesmo tentando fugir da profecia, cumpriu-se seu destino: Édipo matou o pai e casou-se com a própria mãe.

A tragédia de Édipo mostra que o destino, tal como concebido pelos gregos do período clássico, é implacável. Não importa o que façamos para nos desviar ou fugir dele, o destino sempre nos alcança.

Mitos como o de Édipo foram criados em épocas muito antigas e não têm autoria definida. São narrativas transmitidas oralmente de uma geração para outra ao longo dos séculos, até que passaram a ser registradas na forma escrita. O **mito**, portanto, é uma narrativa fictícia e imaginada, cujo objetivo é explicar alguma coisa ou algum acontecimento.

A tradição mitológica não é exclusividade dos gregos. Povos orientais contam com uma variada gama de narrativas mitológicas (mitologia chinesa, japonesa, coreana), assim como há diversas mitologias provenientes dos povos africanos e indígenas. Também podemos falar em mitologia nórdica, celta, egípcia, etc. No mundo ocidental costuma-se dar ênfase à mitologia greco-romana porque gregos e romanos deram uma contribuição decisiva para o conhecimento e a formação dos valores culturais ocidentais. Isso não diminui a importância das

MITO

Segundo a definição de Georges Zacharakis:

[a] *palavra* ***mito*** *procede do grego* mythos, *que é uma palavra ligada ao verbo* mythevo, *que significa 'crio uma história imaginária'. Mito, então, é uma criação imaginária, que se refere a uma crença, a uma tradição ou a um acontecimento. Mito também é uma história imaginária ou alegórica, falada ou escrita em obra literária que encerra um fundo moral.*

ZACHARAKIS, Georges. *Mitologia grega:* genealogia das suas dinastias. Campinas: Papirus, 1995.

Mitologia: corresponde ao conjunto ou estudo de mitos.

demais tradições mitológicas nem tampouco a influência que elas têm sobre a cultura de outros povos. No Brasil, podemos observar como as tradições africanas e indígenas se fazem presentes. Um ponto, entretanto, é fundamental a todo tipo de mitologia: a criação de um universo sobrenatural que serve de base para explicar a vida terrena e o mundo natural dos seres humanos.

A mitologia também pode ser relacionada à religião na medida em que narra as ações dos deuses cultuados pelos antigos. Voltando ao exemplo grego, cada cidade tinha seus deuses preferidos, aos quais dedicavam seus templos. Havia até mesmo deuses cultuados em uma única cidade e desconhecidos pelas demais. Isso porque as cidades gregas eram autônomas e a cultura grega era ampla e aberta.

A mitologia grega, portanto, não constituía uma religião sistemática e institucionalizada, mas uma espécie de religiosidade aberta que se transformou ao longo do tempo, de acordo com novas influências culturais recebidas. Chegou a incorporar ideias contraditórias entre si e até versões muito diferentes da mesma história.

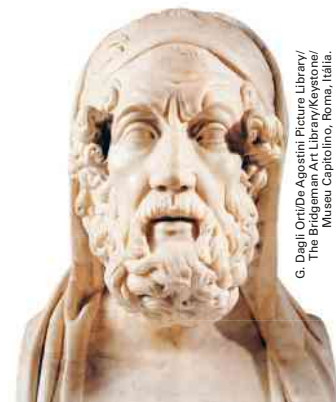
No século VIII a.C. as principais narrativas mitológicas foram reunidas em poemas épicos por dois autores: **Homero** e Hesíodo. As duas principais obras de Homero são a *Ilíada*, poema que relata a história da guerra dos gregos contra Troia, e a *Odisseia*, narrativa sobre o retorno de um dos generais gregos, Odisseu (ou Ulisses), de Troia para a ilha de Ítaca. Hesíodo, um pequeno agricultor, teria vivido por volta de cinquenta anos depois de Homero e escreveu ao menos dois poemas épicos que chegaram até os nossos dias: a *Teogonia*, narrativa sobre a origem dos deuses e do Universo, e *Os trabalhos e os dias*, poema que relata a criação dos seres humanos, bem como seus afazeres cotidianos, como a agricultura e o comércio marítimo.

Características do mito e sua atualidade

O mito é uma forma de explicação da realidade que utiliza **narrativas imaginárias**, sobrenaturais, em geral transmitidas oralmente. Em grande parte, a força e o alcance dos mitos se devem a essa tradição oral que, de geração em geração, fez com que as histórias fossem incorporadas ao cotidiano e à cultura de cada povo.

O mito sempre recorre a forças sobrenaturais para explicar fenômenos naturais. Um exemplo: na mitologia grega, Zeus, rei dos deuses que habitam o monte Olimpo, tem o poder de lançar raios. Essa é uma forma de explicar algo que os seres humanos observam na natureza – a ocorrência de raios – e que, a princípio, não compreendem. Com o mito, os seres humanos podem não apenas oferecer explicações para os fenômenos, mas também intervir neles, ou mesmo tentar controlá-los. No caso dos raios, os gregos tentavam agradar a Zeus construindo templos e realizando cultos e oferendas a fim de evitar que ele atirasse seus raios sobre os mortais.

HOMERO

Alguns pesquisadores contestam se Homero de fato existiu. Porém, há referências a ele em algumas obras antigas, como na de Heródoto, historiador grego do século V a.C. Diz-se que era cego e que costumava cantar suas histórias. Outros pesquisadores acreditam que ele não foi o único autor da *Ilíada* e da *Odisseia*, pois, assim como a Bíblia, esses livros teriam sido feitos com a contribuição de diversas pessoas ao longo de anos.

Homero, em escultura grega feita de mármore entre os séculos IV e I a.C.

OS MITOS DE TOLKIEN

O escritor britânico J. R. R. Tolkien (1892-1973) criou uma mitologia moderna em um imaginário "universo paralelo" que ele denominou Terra Média. Ali se passam as aventuras de seus três livros mais conhecidos: *O hobbit* (1937), *O Senhor dos Anéis* (em três volumes, publicados entre 1954 e 1955) e *O Silmarillion* (publicação póstuma em 1977). Grande conhecedor de linguística e dos estudos clássicos, Tolkien inspirou-se nas narrativas míticas antigas para criar um novo universo mitológico.

Dafinka/Shutterstock

Ruínas do Templo de Zeus em Atenas, na Grécia, com o Templo de Atena, na Acrópole, ao fundo. Foto de 2014. Ainda que essa cidade fosse dedicada à deusa Atena, o Templo de Zeus era um dos maiores da Antiguidade, mostrando a preocupação dos gregos em prestar-lhe homenagem.

Em certa medida, hoje continuamos a criar nossos mitos, a inventar narrativas mitológicas. É o que ocorre, por exemplo, quando transformamos um artista ou um jogador de futebol em um ídolo, em uma espécie de herói contemporâneo. Para nós, esse ídolo já não é visto como uma pessoa comum, mas como alguém que está além dos demais, que possui uma capacidade especial. Também não é raro que se criem explicações fantasiosas sobre determinados fatos: elas também são muito parecidas com as narrativas míticas.

No entanto, embora os mitos ainda possam ser criados, atualmente eles não têm o mesmo apelo nem a mesma abrangência que na Antiguidade.

Mito e filosofia

O pensamento filosófico floresceu num mundo governado por mitos. Justamente por esse motivo, desenvolveu-se em uma forma de pensamento que pretendia se diferenciar da mitologia. Se o mito era uma narrativa sobrenatural, uma história criada pela imaginação para explicar o mundo, a filosofia pretendia ser um pensamento não fantasioso, que se baseava no raciocínio, no exame criterioso e consciente das coisas, buscando uma explicação racional e não sobrenatural.

A filosofia, contudo, não substituiu a mitologia: elas passaram a conviver. Platão, em alguns de seus **diálogos filosóficos**, fez uso de narrativas míticas para, com base nelas, elaborar suas explicações racionais. Em outros momentos, a mitologia foi combatida como pura mistificação. Hoje em dia ocorre algo semelhante. Filosofia e mito convivem, às vezes conflituosamente.

PROCURANDO NOSSA “OUTRA METADE”

Um dos mitos que Platão cita é o do andrógino e está no diálogo “O banquete”. No início da existência, os seres humanos eram “duplos”: tinham duas cabeças, quatro pernas e quatro braços. Mas, como eles desafiaram os deuses, Zeus ordenou que fossem divididos ao meio, criando assim os homens e as mulheres. É por isso, diz o mito, que homens e mulheres se sentem incompletos e passam a vida em busca de sua “outra metade”. Em seu texto, Platão utiliza o mito do andrógino para refletir sobre a união de duas pessoas como uma busca de aperfeiçoamento.

Religião

Como você viu anteriormente, a mitologia tem certa proximidade com a religião, mas não é uma religião. Qual seria, então, a diferença? Basicamente pode-se dizer que a religião é um conjunto de crenças, em geral amparadas em um texto, compreendidas como uma revelação de Deus (ou de um grupo de deuses) aos seres humanos. Por serem verdades reveladas por Deus, elas não podem ser contestadas. Dizemos, por isso, que as religiões são dogmáticas. **Dogmas** são fundamentos indiscutíveis, verdades absolutas que não podem ser questionadas.

Outra característica importante da religião é a existência de ritos que orientam a relação dos seres humanos com a(s) divindade(s). Os ritos são normas e comportamentos organizados pelos sacerdotes, líderes religiosos considerados intermediários na relação entre cada pessoa e a(s) divindade(s). De modo geral, as religiões se tornam **instituições**, ou seja, organizações que controlam o funcionamento do grupo religioso. Contam com uma rede organizada de pessoas que ocupam diversos postos, dos mais simples aos mais elevados, formando uma **hierarquia**.

Em resumo, o conhecimento de tipo religioso caracteriza-se:

- por um conjunto de ideias expressas em um texto ou um livro sagrado, compondo o dogma da religião – embora existam também religiões baseadas em uma tradição oral, que não possuem um livro sagrado, como a umbanda;
- pela organização institucional de um conjunto de pessoas que administram esse conhecimento e são responsáveis pela mediação entre os fiéis e o conhecimento; e
- pela definição de rituais que delimitam a forma de viver esse conhecimento e se relacionar com ele.

LIVROS SAGRADOS

O livro sagrado do cristianismo é a Bíblia, dividida em Antigo Testamento e Novo Testamento. Os judeus organizam suas crenças em torno da Torá (que corresponde a uma parte do Antigo Testamento). O islamismo está centrado no Alcorão. Há ainda outros textos religiosos antigos, como os chineses I Ching e Tao Té Ching ('O livro do caminho e da virtude') e os hindus Bhagavad-Gîtâ e Vedas.

Paul Prescott/Shutterstock

Em uma mesquita em Zagreb, Croácia, o imame (sacerdote muçulmano) conduz a reza vespertina dos fiéis. Foto de 2012.

Assim como o mito, a religião é uma forma de pensamento, um modo de explicar a natureza, os fatos cotidianos e o sentido da vida. As religiões são encontradas em todas as culturas humanas, desde tempos imemoriais. Muitas vezes na história, conflitos religiosos provocaram guerras sangrentas entre os povos. Em outras situações, porém, as igrejas exerceram papel de mediadoras em conflitos. Mesmo que baseadas em dogmas, as religiões não são necessariamente contrárias, por exemplo, à ideia de tolerância, o que permite a convivência pacífica entre concepções religiosas diferentes.

Reprodução/Castelo de Versalhes, França.

Ocorre, no entanto, que alguns líderes religiosos, influenciados por interesses políticos e econômicos, acabam por manipular a fé de seus seguidores para perseguir objetivos alheios à religião. Isso pode gerar confrontos violentos entre grupos religiosos. Foi o que aconteceu, por exemplo, durante as Cruzadas entre os séculos XI e XIII (conflitos entre cristãos e muçulmanos pelo controle da Terra Santa) ou nos conflitos entre católicos e protestantes na Europa no século XVI. Um exemplo mais atual é o conflito entre muçulmanos e judeus no Oriente Médio, ou mesmo as reações de populações islâmicas contra atitudes ocidentais consideradas desrespeitosas a sua religião.

Marco Longari/Agência France-Presse

Conflitos religiosos sempre existiram na história da humanidade. Acima, a pintura de Dominique Louis Papety, feita em 1845, representa cruzados franceses defendendo uma fortaleza na cidade de Acre (no atual território de Israel), em 1291. À direita, irmãos palestinos sentados em escombros do prédio onde moravam na cidade de Beit Hanun, destruída durante conflito entre Israel e o grupo Hamas na Faixa de Gaza, em 2014.

Fé e razão

O **pensamento religioso** está centrado na fé, uma confiança absoluta nas palavras que foram reveladas pela divindade. A fé não é racional, embora a razão possa ser utilizada como um instrumento para compreender os mistérios da fé, como de fato o foi por vários filósofos cristãos durante a Idade Média. Teólogos medievais usavam um lema em latim: *credo quia absurdum* ('creio porque é absurdo'), justamente para demarcar a diferença entre a fé e a razão.

Os primeiros filósofos foram justamente aqueles que não aceitaram os dogmas religiosos e as explicações míticas. Os filósofos procuraram construir explicações racionais que não estivessem prontas nem fossem definitivas, mas que fizessem sentido e pudessem convencer pela lógica, e não pela imposição dogmática.

PARÁBOLAS

Segundo os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, no livro *O que é a filosofia?*, o pensamento religioso é um "pensamento por figuras", enquanto a filosofia é um "pensamento por conceitos". O pensamento por figuras usa metáforas e parábolas, enunciando histórias que servem como grandes quadros explicativos para a vida humana. Esses ensinamentos não dão margem a dúvidas e implicam aceitação plena por parte dos fiéis.

Podemos ver isso nos ensinamentos dos antigos sábios chineses, como Confúcio, e também no cristianismo: no Novo Testamento, vários evangelhos contêm parábolas sobre passagens da vida de Cristo. O judaísmo também utiliza esse tipo de ensinamento, como a parábola ao lado.

“

A Verdade e a Parábola

Um dia, a Verdade decidiu visitar os homens, sem roupas e sem adornos, tão nua como seu próprio nome.

E todos que a viam lhe viravam as costas de vergonha ou de medo, e ninguém lhe dava as boas-vindas.

Assim, a Verdade percorria os confins da Terra, criticada, rejeitada e desprezada. Uma tarde, muito desconsolada e triste, encontrou a Parábola, que passeava alegremente, trajando um belo vestido e muito elegante.

— Verdade, por que você está tão abatida? – perguntou a Parábola.

— Porque devo ser muito feia e antipática, já que os homens me evitam tanto! – respondeu a amargurada Verdade.

— Não é por isso que os homens evitam você. Tome. Vista algumas das minhas roupas e veja o que acontece.

Então, a Verdade pôs algumas das lindas vestes da Parábola e, de repente, por toda parte onde passava era bem-vinda e festejada.

Moral da história: Os seres humanos não gostam de encarar a Verdade sem adornos. Eles a preferem disfarçada.

SILVA, Maria Carolina; PRAZERES, Luiz. *Parábola*. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=24169>. Acesso em: 4 mar. 2016. Texto adaptado.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Agostinho
(344-430)

Rabatti-Domingie/akg-images/Album/Latinstock/
Pinacoteca Nacional, Bolonha, Itália.

Pintura de Agostinho feita pelo italiano Domenico Beccafumi em 1513.

Nasceu na cidade de Tagaste, no norte da África. Filho de pai pagão (não cristão), converteu-se ao cristianismo em 386. Foi ordenado padre na cidade de Hipona, também no norte da África, e depois tornou-se bispo. Escreveu diversas obras, estudos teológicos, filosóficos e comentários bíblicos, sendo um dos principais teóricos da filosofia cristã. Dentre as várias obras, destacam-se *Confissões* (397-398) e *Cidade de Deus* (terminado em 426). A obra filosófica de Agostinho, muito influenciada por Plotino (205-270 – responsável por uma releitura tardia de Platão) e pelo neoplatonismo (corrente de pensamento desenvolvida a partir do século III, baseada em releituras da obra de Platão), é marcada por uma tentativa de cristianizar o pensamento de Platão.

As relações da filosofia com as diferentes religiões por vezes são conflituosas. Certos filósofos fazem duras críticas àquilo que chamam de "mistificações" da religião; alguns religiosos criticam o "ateísmo" de certos filósofos. E há também aqueles que são filósofos e teólogos ao mesmo tempo, vivenciando o conflito entre filosofia e religião: Santo **Agostinho** e São Tomás, dois pensadores medievais, são exemplos disso. Mas pode-se dizer que toda religião se constrói também como uma filosofia, como uma forma de ver o mundo. A passagem a seguir, ao tratar da relação análoga entre religião e ciência (que, como veremos, apresenta características que a aproximam da filosofia), ilustra essa situação:

Certa vez, um cosmonauta e um neurologista russos discutiam sobre religião. O neurologista era cristão, e o cosmonauta, não. 'Já estive várias vezes no espaço', gabou-se o cosmonauta, 'e nunca vi nem Deus, nem anjos'. 'E eu já operei muitos cérebros inteligentes', respondeu o neurologista, 'e também nunca achei um único pensamento'.

GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 250.

A filosofia medieval

Foi durante a Idade Média (na história ocidental, o período entre os séculos V e XV) que se desenvolveu o vínculo mais sólido entre filosofia e religião. Se toda religião se constrói como uma filosofia, é na filosofia cristã que isso fica mais evidente. Em larga medida, sua questão central pode ser definida como as relações que se estabelecem entre a *fé*, que é a crença em Deus, e a *razão*, que é o pensar sobre Deus.

Uma fórmula importante na filosofia medieval foi primeiramente colocada por Tertuliano (que viveu na passagem do século II para o século III) e seria retomada por vários filósofos medievais: "Creio porque é absurdo". Essa frase justifica o predomínio da fé sobre a razão: não se acredita naquilo que é evidente, claro ao pensamento; acredita-se ainda que não possa ser demonstrado, porque não é evidente e compreensível.

A filosofia medieval costuma ser agrupada em dois grandes movimentos de pensamento: primeiro, a **Patrística** (que tem esse nome porque se refere aos pais da Igreja, àqueles responsáveis pela sua criação), no período em que se consolidaram os princípios da fé cristã. Foi marcante nessa fase a leitura e interpretação do pensamento de Platão, como aquela feita por Santo Agostinho.

O segundo movimento foi a **Escolástica**, entre os séculos XII e XV, que recebeu esse nome por procurar articular os princípios da fé com o exercício do raciocínio filosófico crítico. Nasceu nos mosteiros cristãos e foi exercitada nas universidades medievais. Teve como seu principal

expoente São **Tomás de Aquino** e desenvolveu um intenso diálogo com a filosofia de Aristóteles. Outros pensadores importantes desse movimento foram Santo Anselmo de Canterbury (1033-1109) e Guilherme de Ockham (1285-1349), pensador original e polêmico, e um de seus últimos representantes.

Também é importante destacar na filosofia medieval a influência do **pensamento árabe**. Entre os séculos VIII e XV, os árabes se estabeleceram na Península Ibérica, influenciando o pensamento ocidental. Foram importante fonte de um pensamento filosófico alternativo, fora dos contornos da filosofia medieval cristã. Devemos a eles o conhecimento de muitas obras filosóficas antigas que haviam sido banidas pela igreja cristã. Dois pensadores são emblemáticos desse período. **Avicena** (Abu Ali al-Ḥl-bu ibn Abd Allah ibn Sina), que nasceu por volta de 980 e faleceu em 1037, foi responsável pela consolidação dos saberes médicos que predominaram na época, além de dedicar-se à filosofia, à teologia, à matemática e à física. **Averróis** (Abu al-Walid Muhammad ibn Ahmad ibn Muhammad ibn Rushd), que viveu entre 1126 e 1198, escreveu comentários das obras de Aristóteles, textos teológicos e astronômicos.

A Idade Média foi um momento de grande produção na filosofia, mesmo que tal produção tenha ficado restrita aos mosteiros e às ordens religiosas. Com a criação das universidades na Europa, a partir do século XI (a Universidade de Bolonha, criada em 1088, é considerada a mais antiga do continente) as ideias filosóficas circularam cada vez mais, alimentando novos caminhos para o pensamento.

Tomás de Aquino (1225-1274)

Oronoz/Album/Latinstock/Museu de Belas Artes, Sevilha, Espanha.

Apoteose de São Tomás de Aquino (detalhe), em pintura do espanhol Francisco de Zurbarán, feita em 1631.

Outro grande expoente da filosofia cristã católica, elaborou estudos de teologia e de filosofia na Itália, sua terra natal, e em Paris (França) e Colônia (Alemanha), importantes centros de produção de pensamento em sua época. Tornou-se padre dominicano e foi aclamado "Doutor da Igreja", considerado um de seus principais intelectuais. Sua obra filosófica centrou-se no estudo de Aristóteles, adaptando sua filosofia aos preceitos cristãos, buscando articular a **fé** dos textos sagrados à **razão** dos textos filosóficos. Fundou uma corrente de pensamento cristão, o **tomismo**, que exerceu grande influência no pensamento ocidental. Sua principal obra é a *Suma teológica*.

Senso comum

> *Eu nasci há 10 mil anos atrás / e não tem nada neste mundo que eu não saiba demais.*

SEIXAS, Raul; COELHO, Paulo. Há 10 mil anos atrás. In: SEIXAS, Raul. *Há dez mil anos atrás*. [S.l.]: Phonogram, 1976. Letra disponível em: <http://vagalume.com.br/raul-seixas/eu-nasci-ha-dez-mil-anos-atras.html>. Acesso em: 6 mar. 2016.

Você talvez já tenha ouvido a canção de Raul Seixas (1945-1989) que traz esses versos. A canção desfila uma série de fatos que teriam sido presenciados por esse estranho e velho narrador, que se considera um grande conhecedor de todas as coisas. A frase final da letra faz um desafio: *"E para aquele que provar / Que eu tô mentindo / Eu tiro o meu chapéu..."*.

Alguém pode provar que as histórias relatadas na música não aconteceram da forma como a tradição nos conta? Todos já ouvimos falar delas, são relatos muito antigos que estão gravados em nosso imaginário. Seria possível contestá-los?

Muitas vezes as pessoas julgam possuir conhecimento suficiente sobre determinados assuntos sem se dar conta de que esse conhecimento chegou até elas já pronto, que pode estar calcado no senso comum.

Eskinder Debebe/Acervo ONU

A paquistanesa Malala Yousafzai foi baleada pelo Talibã (movimento fundamentalista islâmico) porque defendia o direito de estudar das mulheres. Em 2014, aos 17 anos, ela ganhou o Prêmio Nobel da Paz por ter se tornado porta-voz da luta pelos direitos das mulheres. Foto de 2013.

Outro exemplo: você já deve ter ouvido o ditado popular "As aparências enganam". Os ditados populares são uma sabedoria oral transmitida de uma pessoa para outra, de geração em geração. De algum modo os ditados evidenciam um tipo de conhecimento que todos nós experimentamos e que se convencionou chamar de senso comum, na medida em que é partilhado por um grande número de pessoas. Caracteriza-se por ser um tipo de conhecimento absorvido sem maiores reflexões, sem aprofundamento.

Todos nós pensamos e construímos uma visão de mundo. Das coisas que observamos e vivemos cotidianamente, tiramos conclusões e elaboramos explicações. Mas esse tipo de conhecimento em geral não é sistemático, não se baseia em métodos.

O senso comum como ponto de partida

Antonio Gramsci (1891-1937) foi um dos filósofos que mais se ocuparam das relações da filosofia com o senso comum. Por vezes ele falou positivamente do senso comum, pois é algo que evidencia que todos os seres humanos pensam e produzem conhecimentos, sejam estes organizados ou não. Em outros momentos, porém, Gramsci afirmou que o senso comum é um bom ponto de partida, mas que não podemos nos contentar com ele. Esse tipo de conhecimento pode nos ser útil em determinados momentos da vida, mas em certas situações seria necessário um conhecimento formal mais sistematizado, mais organizado, como somente a filosofia ou a ciência podem construir.

Muitas vezes o senso comum é prejudicial e alimenta preconceitos e injustiças. A constituição de sociedades patriarcais e a depreciação da mulher, sempre relegada a uma posição de inferioridade em relação aos homens, é um exemplo disso. A manutenção desse preconceito é corroborada pela crença comum de que as mulheres são mais frágeis, não possuem as mesmas habilidades, nem a mesma inteligência, nasceram para servir aos homens e, por esse motivo, não podem ter os mesmos direitos, devendo permanecer subalternas. A história do feminismo nos mostra quanto foi – e ainda é – difícil lutar contra o senso comum que preconiza a inferioridade das mulheres. Nesse sentido, a filosofia, como discussão ética e política, tem contribuído muito para a derrubada de tais crenças.

Para se construir, a filosofia necessariamente parte do conhecimento que as pessoas já têm. Como você estudou, filosofar é produzir um conhecimento sistemático e organizado por um processo de criação de conceitos. Mas essa criação conceitual pelo exercício do pensamento só pode ser feita com base naquilo que conhecemos de antemão, ainda que algumas vezes, no processo de pensar filosoficamente, esse conhecimento inicial acabe por ser abandonado.

Em síntese, não há filosofia sem um ponto de partida no senso comum; mas, ao mesmo tempo, se o pensamento permanecer no senso comum, não haverá filosofia. Esse movimento é capaz de transformar o mundo.

Pensar criativo: filosofia, arte e ciência

De acordo com o que estudamos até aqui, a **mitologia**, a **religião** e o **senso comum** são formas de pensamento que produzem certos tipos de conhecimento que fazem parte da nossa vida. Porém, eles nos conduzem de acordo com parâmetros preestabelecidos que muitas vezes não nos permitem ser protagonistas na construção de nossos próprios conhecimentos. Se a filosofia mantém com a mitologia, a religião e o senso comum relações muitas vezes conflituosas, de negação, é em razão do panorama fechado que cada uma delas apresenta. Há, porém, outras formas de conhecimento com as quais a filosofia apresenta grande afinidade, como a arte e a ciência, dadas suas perspectivas sempre abertas e criativas.

Fazer arte não é fazer filosofia nem ciência; do mesmo modo, pensar filosoficamente não se confunde nem com o fazer artístico nem com o teorizar científico. Mas, como veremos no próximo capítulo, em suas atividades criativas, a filosofia precisa dialogar constantemente com a arte e com a ciência para produzir seus conceitos. Da mesma forma, a ciência tem necessidade de diálogo com a arte e a filosofia para produzir suas teorias. E a arte também necessita de componentes da filosofia e da ciência na criação de suas obras.

Rebecca Cook/Reuters/Latinstock

Laboratório de empresa que desenvolve pesquisa no campo da genética com células-tronco de embriões humanos, em Ann Arbor, Estados Unidos, 2011. Atualmente, há uma intensa discussão sobre as questões éticas implicadas nas manipulações genéticas, como veremos na última Unidade deste livro. Esse tipo de reflexão é um exemplo de diálogo entre a filosofia e a ciência.

O primeiro texto que você lerá a seguir trabalha o sentido da mitologia grega e suas relações com a religião; o segundo texto trata de uma ideia mitológica contemporânea: a importância do plástico em nossa civilização.

Texto 1

No texto a seguir veremos como o historiador e antropólogo francês Jean-Pierre Vernant (1914-2007) aborda a mitologia referente à Grécia antiga. Para ele, essa questão só pode ser respondida se levarmos em conta a relação entre mitologia grega e religião grega.

A questão mitológica

O que chamamos de mitologia grega? Grosso modo *e essencialmente, trata-se de um conjunto de narrativas que falam de deuses e heróis, ou seja, de dois tipos de personagens que as cidades antigas cultuavam. Nesse sentido, a mitologia está próxima da religião: ao lado dos rituais, de que os mitos às vezes tratam de forma muito direta, ora justificando-os no detalhe dos procedimentos práticos, ora assinalando seus motivos e desenvolvendo seus significados, ao lado dos diversos símbolos plásticos que, ao atribuírem aos deuses uma forma figurada, encarnam sua presença no centro do mundo humano, a mitologia constitui, para o pensamento religioso dos gregos, um dos modos de expressão essenciais. Se a suprimirmos, talvez façamos desaparecer o aspecto mais apropriado para nos revelar o universo divino do politeísmo, uma sociedade com um além múltiplo, complexo, ao mesmo tempo rica e ordenada. Isto não significa, contudo, que podemos descobrir nos mitos, reunidos em forma de narrativas, a soma do que um grego devia saber e considerar verdadeiro sobre seus deuses, o seu credo. A religião grega não é uma religião do livro. Afora algumas correntes sectárias e marginais, como o orfismo, ela não conhece texto sagrado ou escrituras sagradas, nas quais a verdade da fé se encontraria definida e depositada de uma vez por todas. Não há lugar, dentro dela, para qualquer dogmatismo. As crenças que os mitos veiculam, enquanto acarretam a adesão, não possuem qualquer caráter de força ou de obrigação; elas não constituem um corpo de doutrinas que fixam as raízes teóricas da piedade, assegurando aos fiéis, no plano intelectual, uma base de certeza indiscutível.*

Os mitos são outra coisa: são relatos – aceitos, entendidos, sentidos como tais desde nossos mais antigos documentos. Comportam assim, em sua origem, uma dimensão de "fictício", demonstrada pela evolução semântica do termo mythos*, que acabou por designar, em oposição ao que é da ordem do real por um lado, e da demonstração argumentada por outro, o que é do domínio da ficção pura: a fábula. Esse aspecto de narração (e de narração livre o bastante para que, sobre um mesmo deus ou um mesmo episódio de sua gesta, versões múltiplas possam coexistir e ser contraditórias sem escândalo) relaciona o mito grego ao que chamamos de religião, assim como o que é hoje para nós a literatura.* [...]

VERNANT, Jean-Pierre. *Entre mito e política*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 229-232.

Gesta: feito heroico, proeza.
Orfismo: seita religiosa surgida na Grécia durante o século VII a.C. que defendia a reencarnação da alma após a morte do corpo. Seus princípios eram atribuídos ao poeta mitológico Orfeu e exerceu grande influência na Antiguidade grega.
Sectário: aquele que pertence a uma seita qualquer; que age de maneira intolerante.

Questões sobre o texto

1 Segundo Vernant, o que é a mitologia grega? Responda com suas palavras, levando em conta as características que ele aponta sobre a mitologia em todo o trecho.

2 Qual é a importância da religião grega para compreendermos a mitologia grega?

3 No texto, Vernant afirma: "A religião grega não é uma religião do livro". Com base nessa afirmação, podemos pensar nas religiões que, diferentemente da grega, encontram em textos suas narrativas míticas e o que consideram ser a verdade revelada por Deus: o cristianismo (Bíblia), o islamismo (Alcorão), entre outras. Considerando essas questões, seus conhecimentos sobre religião e sua leitura do texto, responda: quais são as semelhanças e as diferenças entre o pensamento religioso grego e as demais religiões citadas?

Texto 2

Será que um produto também pode se tornar um mito? É o que o estudioso francês Roland Barthes (1915-1980) discute no texto a seguir, escrito na década de 1950. Para Barthes, o plástico mudou o mundo contemporâneo e gerou toda uma mística a seu redor.

O plástico

Apesar dos seus nomes de pastores gregos (Polistirene, Fenoplaste, Polivinile e Polietilene), o plástico, cujos produtos foram recentemente concentrados numa exposição, é essencialmente uma substância alquímica. À

entrada do stand, o público espera demoradamente, em fila, a fim de ver realizar-se a operação mágica por excelência: a conversão da matéria; uma máquina ideal, tubulada e oblonga (forma apropriada para manifestar o segredo de um itinerário) transforma sem esforço um monte de cristais esverdeados em potes brilhantes e canelados. De um lado, a matéria bruta, telúrica, e, do outro, o objeto perfeito, humano; e, entre esses dois extremos, nada; apenas um trajeto, vagamente vigiado por um empregado de boné, meio deus, meio autômato.

Assim, mais do que uma substância, o plástico é a própria ideia da sua transformação infinita, é a ubiquidade tornada visível, como o seu nome vulgar o indica; e, por isso mesmo, é considerado uma matéria milagrosa: o milagre é sempre uma conversão brusca da natureza. O plástico fica inteiramente impregnado desse espanto: é menos um objeto do que o vestígio de um movimento.

E como esse movimento é, nesse caso, quase infinito, transformando os cristais originais numa variedade de objetos cada vez mais surpreendentes, o plástico é, em suma, um espetáculo a se decifrar: o próprio espetáculo dos seus resultados. Perante cada forma terminal (mala, escova, carroceria de automóvel, brinquedo, tecido, cano, bacia ou papel), o espírito considera sistematicamente a matéria-prima como enigma. Este "proteísmo" do plástico é total: pode formar tão facilmente um balde como uma joia. Daí o espanto perpétuo, o sonho do homem perante as proliferações da matéria, perante as ligações que surpreende entre o singular da origem e o plural dos efeitos. Trata-se, aliás, de um espanto feliz, visto que o homem mede o seu poder pela amplitude das transformações e que o próprio itinerário do plástico lhe dá a euforia de um prestigioso movimento ao longo da Natureza.

Mas o preço desse êxito está no fato de que o plástico, sublimado como movimento, quase não existe como substância. A sua constituição é negativa: não sendo duro nem profundo, tem de se contentar com uma qualidade substancial neutra, apesar das suas vantagens utilitárias: a "resistência", estado que supõe o simples suspender de um abandono. Na ordem poética das grandes substâncias, é um material desfavorecido, perdido entre a efusão das borrachas e a dureza plana do metal: não realiza nenhum dos verdadeiros produtos da ordem mineral, espumas, fibras, estratos. É uma substância alterada: seja qual for o estado em que se transforme, o plástico conserva uma aparência flocosa, algo turvo, cremoso e entorpecido, uma impotência em atingir alguma vez o liso triunfante da Natureza. Mas aquilo que mais o trai é o som que produz, simultaneamente oco e plano. O ruído que produz derrota-o, assim como as suas cores, pois parece fixar apenas as mais químicas: do amarelo, do vermelho e do verde só conserva o estado agressivo, utilizando-as somente como um nome, capaz de ostentar apenas conceitos de cores.

A moda do plástico acusa uma evolução no mito do símili sendo um costume historicamente burguês (as primeiras imitações, no vestuário, datam do início do capitalismo); mas até hoje o símili sempre denotou a pretensão, fazia parte de um mundo da aparência, não da utilização prática, pretendia reproduzir pelo menor preço as substâncias mais raras, o diamante, a seda, as plumas, as peles, a prata, tudo o que de brilhante houvesse no mundo. O plástico a preço reduzido é uma substância doméstica. É a primeira matéria mágica a adquirir o prosaísmo; mais precisamente, porque esse prosaísmo é para ele uma razão triunfante de existência: pela primeira vez o artifício visa o comum, e não o raro. E, paralelamente, modifica-se a função ancestral da natureza: ela deixou de ser a Ideia, a pura Substância a recuperar ou a imitar; uma matéria artificial, mais fecunda do que todas as jazidas do mundo, vai substituí-la e comandar a própria invenção das formas. Um objeto luxuoso está sempre ligado a terra, recorda sempre de uma maneira preciosa a sua origem mineral ou animal, o tema natural de que é apenas uma atualidade. O plástico é totalmente absorvido pela sua utilização: em última instância, inventar-se-ão objetos pelo simples prazer de os utilizar. Aboliu-se a hierarquia das substâncias, uma só substituiu todas as outras: o mundo inteiro pode ser plastificado, e até mesmo a própria vida, visto que, ao que parece, já se começaram a fabricar aortas de plástico.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 111-113.

Aparência flocosa: com aparência de floco.
Efusão: derramamento, espalhamento, capacidade de ser moldado.
Oblongo: o mesmo que alongado.
Prosaísmo: característica daquilo que é comum ou banal.
Proteísmo: que diz respeito a Proteu, personagem mitológico que tinha a capacidade de mudar de forma; seria então a característica de um material que pode assumir muitas formas.
Símili: o igual, que possui a mesma forma.
Telúrico: que diz respeito à terra.
Ubiquidade: característica de estar ou existir ao mesmo tempo em todos os lugares.

Questões sobre o texto

1 A qual tipo de mito Roland Barthes se refere: ao mito antigo ou o mito contemporâneo? Justifique.

2 Roland Barthes analisa o plástico como um mito, carregado de significados sagrados. Quais passagens do texto podem justificar essa afirmação?

3 Que outros produtos atuais também poderiam ser analisados como mitos? Explique sua resposta.

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1. Explique, com suas palavras, as diferenças entre a mitologia e a religião de acordo com o que você estudou no capítulo.

2. Qual é a relação entre a filosofia e o mito?

3. Explique em que medida o senso comum faz parte do pensamento filosófico.

4. Em grupo, façam uma pesquisa sobre um mito grego. Reescrevam a narrativa, atualizando-a. Para isso, será necessário que vocês interpretem o sentido do mito e reflitam sobre a relação que ele pode ter com os dias de hoje. Vejam algumas sugestões:
   - Narciso e a beleza.
   - Cronos e a imortalidade.
   - As sereias e as tentações.
   - Ícaro e as asas de cera.
   - Prometeu e o castigo de Zeus.

   Apresentem o texto elaborado pelo grupo aos colegas da classe.

5. Escolha uma das formas de pensamento estudadas neste capítulo (a mitologia, a religião ou o senso comum) e faça uma dissertação explorando:
   - como você compreende essa forma de pensamento;
   - quais são as relações da filosofia com ela;
   - por que você optaria pela filosofia ou por essa forma de pensamento, se tivesse de recorrer a apenas uma delas.

   Escolha bons argumentos para justificar sua resposta. Para isso, você pode consultar os seguintes textos:
   - **sobre mito**: capítulo 1 da obra *O pensamento selvagem*, de Claude Lévi-Strauss (Campinas: Papirus, 2005);
   - **sobre religião**: apêndice da obra *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, de Karl Marx (São Paulo: Boitempo Editorial, 2010);
   - **sobre o senso comum**: artigo de Oswaldo Porchat Pereira, presente na obra *A filosofia e a visão comum do mundo* (São Paulo: Brasiliense, 1981).

6. O texto a seguir mostra que a pretensão da filosofia de se opor ao mito e elevar-se acima dele, por meio da razão, revelou-se fracassada. Leia-o atentamente.

O conceito de esclarecimento

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. Bacon, "o pai da filosofia experimental", já reunira seus diferentes temas. Ele desprezava os adeptos da tradição, que "primeiro acreditam que os outros sabem o que eles não sabem; e depois que eles próprios sabem o que não sabem. Contudo, a credulidade, a aversão à dúvida, a temeridade no responder, o vangloriar-se com o saber, a timidez no contradizer, o agir por interesse, a preguiça nas investigações pessoais, o fetichismo verbal, o deter-se em conhecimentos parciais: isto e coisas semelhantes impediram um casamento feliz do entendimento humano com a natureza das coisas e o acasalaram, em vez disso, a conceitos vãos e experimentos erráticos: o fruto e a posteridade de tão gloriosa união pode-se facilmente imaginar. A imprensa não passou de uma invenção grosseira; o canhão era uma invenção que já estava praticamente assegurada; a bússola já era, até certo ponto, conhecida. Mas que mudança essas três invenções produziram – uma na ciência, a outra na guerra, a terceira nas finanças, no comércio e na navegação! E foi apenas por acaso, digo eu, que a gente tropeçou e caiu sobre elas. Portanto, a superioridade do homem está no saber, disso não há dúvida. Nele muitas coisas estão guardadas que os reis, com todos os seus tesouros, não podem comprar, sobre as quais sua vontade não impera, das quais seus espias e informantes nenhuma notícia trazem, e que provêm de países que seus navegantes e descobridores não podem alcançar. Hoje, apenas presumimos dominar a natureza, mas, de fato, estamos submetidos à sua necessidade; se contudo nos deixássemos guiar por ela na invenção, nós a comandaríamos na prática".

Apesar de seu alheamento à matemática, Bacon capturou bem a mentalidade da ciência que se fez depois dele. O casamento feliz entre o entendimento humano e a natureza das coisas que ele tem em mente é patriarcal: o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada. O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. Do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários, não importa sua origem. Os reis não controlam a técnica mais diretamente do que os comerciantes: ela é tão democrática quanto o sistema econômico com o qual se desenvolve. A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital. As múltiplas coisas que, segundo Bacon, ele ainda encerra nada mais são do que instrumentos: o rádio, que é a imprensa sublimada; o avião de caça, que é uma artilharia mais eficaz; o controle remoto, que é uma

bússola mais confiável. O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. Nada mais importa. Sem a menor consideração consigo mesmo, o esclarecimento eliminou com seu cautério o último resto de sua própria autoconsciência. Só o pensamento que se faz violência a si mesmo é suficientemente duro para destruir os mitos. Diante do atual triunfo da mentalidade factual, até mesmo o credo nominalista de Bacon seria suspeito de metafísica e incorreria no veredicto de vacuidade que proferiu contra a escolástica. Poder e conhecimento são sinônimos. [...]

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento. In: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 19-20.

- Agora, faça um rascunho sintetizando as ideias principais do texto. Depois, com base nesse rascunho, elabore um texto explicando com suas palavras a relação que os autores estabelecem entre mito e esclarecimento (tome a palavra esclarecimento no sentido geral de razão humana e filosofia). Para eles, a filosofia suplantou o mito? O que ocorreu foi algo positivo? Você concorda ou discorda dos autores? Por quê?

Cautério: meio físico ou químico empregado para queimar tecidos do corpo humano em procedimentos médicos.
Vacuidade: qualidade do que é vazio.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

O principal elemento de um texto dissertativo é a argumentação. É ela que sustentará as ideias propostas na introdução. Para que a argumentação seja consistente, além de ler bastante e manter-se sempre bem informado, você deverá ter em mente alguns critérios:

- utilize argumentos baseados em fatos noticiados por jornais, revistas, internet, televisão, etc., ou em estudos e publicações reconhecidos;
- desenvolva um raciocínio claro, organizado e coerente durante a argumentação;
- forneça exemplos que justifiquem seus argumentos;
- não utilize exemplos pessoais;
- não recorra a generalizações, gírias, ditados populares nem provérbios.

É LÓGICO!

Você viu anteriormente que a lógica é o campo da filosofia que estuda as formas do pensamento correto. Todos nós pensamos logicamente. Todos nós praticamos a lógica, ainda que não nos dediquemos a seu estudo. Nesta seção aos poucos você perceberá que usa a lógica todo o tempo, mesmo que faça isso sem perceber.

Por exemplo, quando quer convencer um amigo de que seu time de futebol é melhor do que o dele, ou quando quer convencer seus pais ou responsáveis a permitirem que você faça alguma coisa, como faz isso?

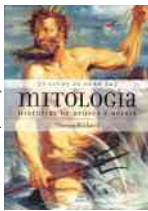
Em geral, usamos **argumentos**. Dizemos que o craque de nosso time faz mais gols do que a média dos atacantes, que seus passes são precisos, que seu futebol é bonito e eficiente e que tudo isso contribui para fazer com que nosso time do coração seja muito bom. Ou, conversando com os pais ou responsáveis, enumera como é legal aquilo que você pretende fazer, que fará na companhia de seus amigos que eles conhecem bem e nos quais eles confiam, que não há perigo naquilo que será feito e que você voltará em segurança, etc.

A argumentação é uma das principais ferramentas do pensamento e do discurso quando queremos chegar a um objetivo, principalmente quando o convencimento de outras pessoas é necessário para isso. O que a lógica nos mostra é que todos os argumentos são compostos de **proposições**, isto é, algo que pode ser afirmado ou negado. Exemplos: "O jogador *x* é um craque!"; "Há um ponto de ônibus na porta"; etc. Todas essas afirmações podem ser confirmadas ou refutadas, essa é a característica central de uma proposição.

Quando argumentamos, encadeamos proposições, levando-nos a **conclusões**. Exemplos: "o jogador *x* é um craque, ele é um dos destaques do time *y*, logo o time é muito bom". "Vou sair com meus amigos para ir a uma festa; há um ponto de ônibus na porta do local, portanto é rápido e seguro chegar até lá".

Percebe que você está o tempo todo lidando com proposições ou argumentos? Às vezes você os usa, outras vezes eles são usados para convencer você. Mas argumentos podem ser válidos ou inválidos, na medida em que são constituídos por proposições que podem ser verdadeiras ou falsas... E é isso que a lógica nos ajuda a identificar, como veremos nos capítulos seguintes.

Leituras

Reprodução/Ed. Ediouro

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia:* histórias de deuses e heróis. São Paulo: Ediouro, 2011.

Coletânea que não se restringe aos mitos greco-romanos, englobando também as mitologias oriental e nórdica, os druidas e outras tradições.

Reprodução/Ed. SESC

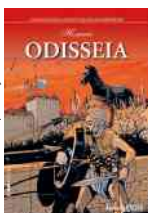
DELL, Christopher. *Mitologia:* um guia dos mundos imaginários. São Paulo: Edições sesc, 2014.

Considera as tradições mitológicas celta, greco-romana, nórdica, budista, oriental, indígena norte-americana, centro e sul--americana, africana e do Oriente Médio. Dessa forma, o guia aborda temas que são recorrentes em várias tradições.

Reprodução/Ed. Melhoramentos

DICK, Philip K. *Labirinto da morte*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

Ficção científica que se passa numa época em que a existência de Deus foi provada cientificamente e os seres humanos conseguiram comunicar-se diretamente com Ele.

Reprodução/Ed. L&PM

HOMERO. *Odisseia*. Porto Alegre: L&PM/ Ediciones del Prado, 2012 (Grandes Clássicos da Literatura em Quadrinhos).

Acompanhe as aventuras do general Ulisses para retornar para casa, na ilha de Ítaca, após a vitória dos gregos na guerra contra Troia. Um dos maiores clássicos da mitologia grega recontado com o dinamismo das histórias em quadrinhos.

Reprodução/Ed. Intrínseca

RIORDAN, Rick. Séries *Percy Jackson e os Olimpianos* (5 volumes) e *Os Heróis do Olimpo* (5 volumes). São Paulo: Intrínseca.

Essas histórias de aventura misturam personagens da mitologia grega com adolescentes contemporâneos, filhos da união de deuses com mortais, e de forma animada ajudam a aprender sobre as histórias mitológicas. A segunda série traz novos personagens e introduz a mitologia romana.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

VERNANT, Jean-Pierre. *O Universo, os deuses, os homens*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Interessante obra de introdução aos mitos gregos, em linguagem clara e acessível.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

YOUSAFZAI, Malala. *Eu sou Malala*: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O livro conta a história de Malala, sua infância no Paquistão, a luta da família para sobreviver numa região repleta de desigualdade social e dominada pelo Talibã. Malala tornou-se mundialmente conhecida ao sofrer um atentado em 2012, como represália do Talibã pelo fato de ela defender o direito à educação das meninas.

Filmes

Christian Cravo/Teleimage

***Besouro*. Direção de João Daniel Tikhomiroff. Brasil, 2009. (95 min).**

Conta a história do lendário Besouro, capoeirista baiano da década de 1920 que se torna um herói ao receber a função de defender o povo negro contra a opressão e o preconceito existentes mesmo após a abolição da escravidão. O filme faz um belo retrato da tradição religiosa africana.

Divulgação/Warner Bros.

***Fúria de titãs*. Direção de Desmond Davis. Estados Unidos/Grã-Bretanha, 1981. (118 min).**

A história do semideus Perseu e seu amor por Andrômeda é narrada juntamente com outras. A nova versão, lançada em 2010, com direção de Louis Leterrier (Estados Unidos, 106 min), tem sequência com o filme *Fúria de titãs 2*, de 2012, dirigida por Jonathan Liebesman (Estados Unidos, 99 min).

Divulgação/Versátil Home Video

***Orfeu Negro*. Direção de Marcel Camus. França/Itália/Brasil, 1959. (100 min).**

O filme reconta o mito grego de Orfeu e Eurídice no contexto do Carnaval carioca do final dos anos 1950.

Divulgação/Fox Filmes

***Percy Jackson e o ladrão de raios*. Direção de Chris Columbus. Estados Unidos, 2010. (119 min).**

Com enredo adaptado do primeiro livro da série escrita por Rick Riordan, o filme transforma adolescentes norte-americanos de nossos dias em heróis de aventuras mitológicas. Em 2013 foi lançada uma sequência: *Percy Jackson e o Mar de Monstros* (direção de Thor Freudenthal, 107 min).

3 A ciência e a arte

COLOCANDO O PROBLEMA

No capítulo anterior você estudou as formas de pensamento que oferecem às pessoas diferentes maneiras de compreender e explicar o mundo, convidando-as a adotar um determinado conjunto de ideias ou até mesmo obrigando-as a fazê-lo, como já aconteceu em certos momentos históricos. Nessa categoria de formas de pensamento se incluem a mitologia, a religião e o senso comum.

Galileu Galilei, por exemplo, foi acusado de heresia ao defender a teoria heliocêntrica, que era contrária à teoria proposta pela Igreja católica de que o Sol e os demais planetas giravam ao redor da Terra. Para não receber uma pena ainda maior – desde a Idade Média, quem ousasse contestar a autoridade da Igreja poderia ser julgado e, se condenado, punido de diversas formas, inclusive com a morte –, Galileu foi obrigado a abjurar suas ideias e viveu o resto da vida numa espécie de prisão domiciliar.

Sócrates também enfrentou problemas relacionados à religião grega na Antiguidade: acusado, entre outras coisas, de não aceitar os deuses da cidade de Atenas e introduzir novos cultos, acabou condenado à morte em 399 a.C.

Muitos são os casos de artistas no decorrer da história que sofreram as consequências de elevar sua arte para além de dogmas políticos e religiosos ou mesmo do senso comum. A arte, além de despertar a fruição estética, pode muitas vezes ser considerada subversiva e revolucionária, servindo ao protesto, à denúncia, à emancipação.

Percebemos que a ciência e a arte parecem estar em oposição àquelas formas de pensar já estudadas. Nesse sentido, elas podem se aproximar da filosofia, como veremos.

Galileu Galilei
(1564-1672)

Pensador renascentista italiano, aperfeiçoou o telescópio e realizou observações astronômicas que iam ao encontro da **teoria heliocêntrica**, segundo a qual a Terra gira em torno do Sol, e não o contrário, como se acreditava na época. Por defender essa teoria – elaborada por Nicolau Copérnico (1473-1543) –, foi acusado de heresia pela Igreja católica, que o condenou à prisão até o final da vida e incluiu suas obras no Índex de livros proibidos. Em 1983, a Igreja católica fez uma revisão do processo contra Galileu e o absolveu das acusações. Entre seus diversos estudos, destaca-se a defesa daquilo que denominou "método empírico" de pesquisa, que se baseia na experiência e na observação, procedimentos usados pela ciência até hoje.

Retrato de Galileu Galilei, pintado por Justus Sustermans, em 1636.

Ciência: método e conhecimento

"

Quanta

[...]
Canto de louvor
De amor ao vento
Vento, arte do ar
Balançando o corpo da flor
Levando o veleiro pro mar
Vento de calor
De pensamento em chamas
Inspiração
Arte de criar o saber
Arte, descoberta, invenção

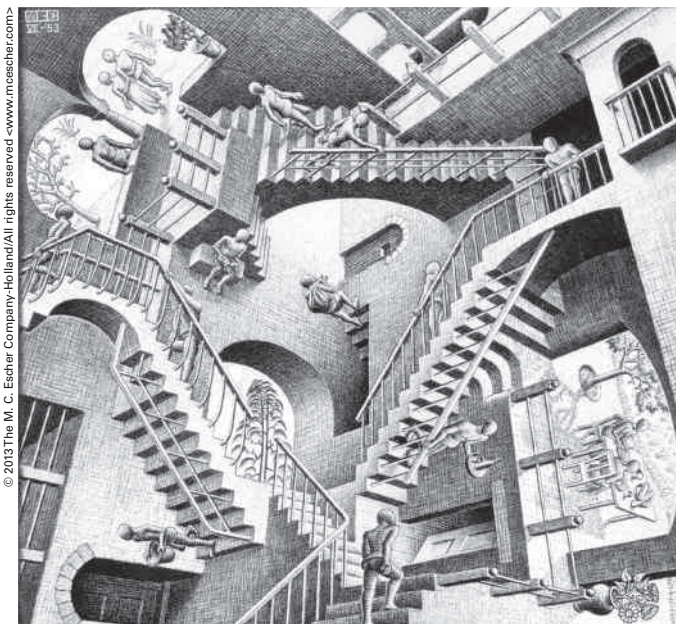
Theoría *em grego quer dizer*
O ser em contemplação

Cântico dos cânticos
Quântico dos quânticos

Sei que a arte é irmã da ciência
Ambas filhas de um deus fugaz
Que faz num momento e no
mesmo momento desfaz
Esse vago deus por trás do mundo
Por detrás do detrás
[...]

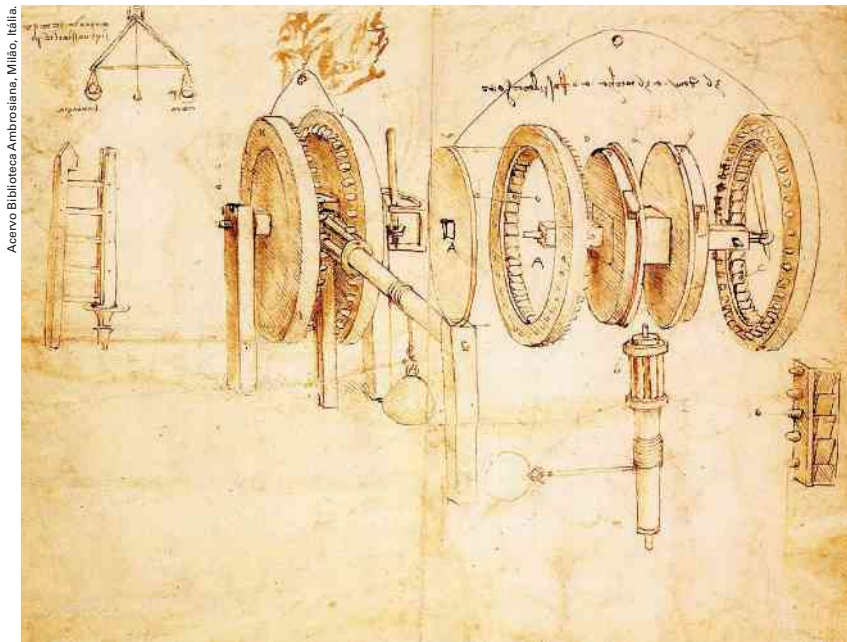
GIL, Gilberto. Quanta. In: *Quanta* (CD), Warner Music, 1997. Letra disponível em: <www.gilbertogil.com.br/sec_disco_interno.php?id=34>. Acesso em: 30 jan. 2016.

Em 1997 o cantor e compositor Gilberto Gil (1942-) lançou o álbum *Quanta*, no qual propõe uma articulação entre arte e ciência. Muitas das canções exploram a relação entre a arte, a ciência e a existência humana.

Também as artes plásticas podem encontrar motivação na ciência. Na gravura de Escher (1898-1972) reproduzida abaixo, à esquerda, o artista utilizou uma ideia da física contemporânea elaborada por Albert Einstein (1879-1955): tudo o que se observa é relativo ao ponto de vista do observador. A gravura, intitulada *Relatividade*, tem diversas perspectivas simultâneas.

Relatividade, *litografia de Maurits Cornelis Escher, feita em 1953.*

Estudos de feto humano no útero, de Leonardo da Vinci, feitos entre 1510 e 1513. Na época em que Da Vinci fez esses desenhos, essa era a única forma de se registrar o interior do corpo humano.

Um dos exemplos mais notórios da associação entre esses dois saberes é a produção de Leonardo da Vinci (1452-1519). Pintor, escultor, poeta, músico e, ao mesmo tempo, inventor, engenheiro e arquiteto, fez estudos de anatomia humana que, além de ampliar o conhecimento científico da época, ajudaram-no a desenvolver seus trabalhos de pintura e escultura. O conhecimento que Da Vinci adquiriu a partir da investigação da estrutura e do funcionamento do corpo (o que na época só era possível por meio da dissecação de cadáveres, uma prática médica) permitiu o aprimoramento da representação artística. Sua perspicácia ao desenhar e descrever aquilo que observava, em contrapartida, também foi útil aos incipientes estudos da fisiologia do corpo humano.

Acervo Biblioteca Ambrosiana, Milão, Itália.

Leonardo da Vinci era muito criativo e versátil. Aventurou-se a desenhar protótipos de um vasto número de invenções, incluindo armamentos e máquinas voadoras. Acima, detalhe de projeto de máquina para elevação de pesos, em desenho de 1503-1504.

Reprodução/Museu do Louvre, Paris, França.

Mona Lisa*, a famosa e enigmática pintura de Leonardo da Vinci. A data de elaboração do retrato levanta dúvidas, mas admite-se que tenha sido iniciado em 1503.*

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

O pensamento científico

A ciência é um tipo de pensamento que investiga os fenômenos da natureza e cria conhecimentos sobre ela por um processo de **experimentação**. É um conhecimento **sistemático** e **metódico**. Sistemático porque é organizado e procura relacionar as várias partes que compõem esse conhecimento, seguindo uma linha de raciocínio coerente. Metódico porque segue um caminho previamente concebido, um método para produzir esses conhecimentos, utilizando ferramentas adequadas para a obtenção de um resultado. Isso significa que, antes de produzir um conhecimento científico, é necessário estudar também o método que deve ser aplicado.

A ciência, como a conhecemos hoje, foi criada no século XVII, num período de grandes transformações do conhecimento e da própria concepção da realidade na Europa. Vários pensadores da época procuravam novas formas de produzir conhecimentos. Um dos maiores representantes desse período foi o italiano Galileu Galilei, que se dedicou a diferentes saberes, como a astronomia, a matemática e a física.

Alguns acontecimentos significativos ocorridos a partir do século XV que proporcionaram essas transformações foram:

- a retomada de valores, ideias, textos e obras da Grécia e da Roma dos séculos VIII a.C. a V d.C., buscando-se uma renovação artística e cultural por meio da valorização do ser humano e do pensamento. O florescimento cultural e científico da época impulsionou o espírito de pesquisa e a busca pelo progresso técnico;
- as Grandes Navegações, que levaram os europeus a expandir seus territórios, estabelecer novas rotas comerciais e entrar em contato com outras civilizações;
- a Reforma protestante, que originou uma mentalidade religiosa oposta aos valores feudais da Igreja católica. A ética protestante não condenava os altos lucros nem práticas como a usura, o que era mais adequado à mentalidade da burguesia capitalista.

Costa/Leemage

A bússola, invenção chinesa do século XI, representou uma inovação técnica para os europeus na época das Grandes Navegações. Ela permitiu uma orientação mais precisa dos navegadores em alto-mar. Na foto, bússola do século XVI.

Contudo, o pensamento científico do século XVII foi a coroação de um processo iniciado bem antes. Pense, por exemplo, na teoria da gravidade. Hoje é bastante familiar para a maioria das pessoas a ideia de que os objetos caem ao chão em consequência da lei da gravidade (ou lei da gravitação universal). Mas, para chegar a esse conhecimento, foi necessário trilhar um longo caminho.

A ciência na Antiguidade grega

Na Antiguidade grega, os filósofos falavam em dois níveis de conhecimento: a *doxa* e a *episteme*. A *doxa*, em geral traduzida por 'opinião', baseava-se nas observações cotidianas e era produzida sem método nem sistematização. Diz respeito ao senso comum. A *episteme* indicava um conhecimento racional, também com base na observação, mas construído de maneira sistemática e metódica. Em um sentido muito amplo, essa palavra grega é traduzida por 'ciência'.

O conhecimento sistematizado pode ser encontrado em culturas ainda mais antigas. Os egípcios, por exemplo, criaram uma matemática bastante avançada, que era útil na construção de grandes monumentos, como as pirâmides. No entanto, esse conhecimento era um tipo de "ciência prática", sem maior elaboração teórica. Os egípcios produziam os conhecimentos de que necessitavam, mas estes eram válidos para situações específicas. Ou seja, eles não buscavam transformá-los em conhecimentos de natureza geral, como leis que pudessem ser aplicadas a situações diversas.

Por isso, afirma-se que os gregos aprenderam o conhecimento prático dos egípcios e o transformaram em um conhecimento teórico, investigativo, criando a matemática como ciência. Mesmo que esse conhecimento não tivesse uma aplicação direta e imediata, ele poderia depois ser aplicado a diferentes situações. Um exemplo é o teorema de Pitágoras. Tendo aprendido com os egípcios que a relação 3:4:5 entre os lados de um triângulo sempre garante que um dos ângulos seja reto (conhecimento que os egípcios utilizavam nas construções), Pitágoras descobriu um princípio que vale para todos os triângulos de ângulo reto: o quadrado da hipotenusa é sempre igual à soma dos quadrados dos catetos. Pitágoras transformou um conhecimento prático em um teorema, isto é, numa formulação geral.

Se a ciência egípcia era **prática**, a ciência grega era **teórica**: preocupava-se em observar os fenômenos e especular a respeito de teorias que pudessem explicá-los. De acordo com seus interesses, cada um desses povos antigos enfatizou um dos aspectos que, na ciência moderna, seriam tomados em conjunto: uma explicação geral que pudesse ser aplicada para resolver problemas práticos.

A ciência da natureza, segundo os gregos

Os chamados filósofos pré-socráticos dedicaram-se a explicar teoricamente aquilo que os gregos chamavam de *physis* (a natureza). Com isso, criaram o que hoje chamamos de **física**, isto é, o estudo das leis que regem a natureza. Um de seus principais problemas era a busca pela *arkhé*, ou o princípio universal de todas as coisas, o elemento do qual todas as coisas provêm. Dessa forma, alguns filósofos, como Tales de Mileto, afirmavam que esse elemento era a água; outros, como **Heráclito de Éfeso**, acreditavam que era o fogo primordial. E havia os que chegavam a outras noções, como o *ápeiron*, ‘o indeterminado’, segundo **Anaximandro de Mileto**, ou o átomo, ‘o indivisível’, conforme **Leucipo** (ver biografia na próxima página). Já para Pitágoras de Samos, o número era o princípio de todas as coisas.

FILÓSOFOS PRÉ-SOCRÁTICOS

São filósofos que viveram entre os séculos VII a.C. e V a.C. Nem todos são anteriores a Sócrates. Porém, este foi considerado um “divisor de águas” na filosofia antiga ao preocupar-se mais com os problemas humanos do que com os fundamentos da natureza. Em geral são agrupados em “escolas”, sendo as principais:

Escola jônica (desenvolveu-se na Jônia, colônia grega na Ásia Menor): Tales de Mileto, Anaxímenes de Mileto, Anaximandro de Mileto e Heráclito de Éfeso.

Escola itálica (desenvolveu-se na região da Itália, também colônia grega): Pitágoras de Samos e Filolau de Crotona.

Escola eleática (teve por centro a cidade de Eleia): Xenófanes, Parmênides de Eleia e Zenão de Eleia.

Escola atomista (afirmava que o átomo era o princípio das coisas): Leucipo e Demócrito de Abdera.

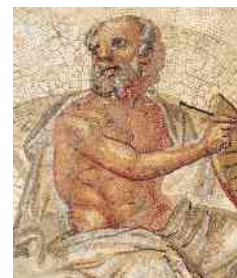
Heráclito de Éfeso
(c. 535 a.C.-475 a.C.)

Costa/Leemage

Heráclito de Éfeso, em gravura do século XIX.

Diferentemente dos outros pensadores que buscavam na própria *physis* um princípio fixo e imutável, Heráclito afirmava que tudo está em constante fluxo e todas as coisas se formam pela luta entre os opostos: o dia se transforma em noite, o quente se torna frio, etc., de forma que, na *physis,* existe fluxo, tudo é mutável. A unidade do mundo consiste exatamente no fato de que ele é múltiplo. A origem das coisas seria algo além, que ele definiu como um fogo primordial que faz todas as coisas a partir de si mesmo e é, ao mesmo tempo, todas as coisas.

Anaximandro de Mileto
(c. 610 a.C.-545 a.C.)

Prisma/Album/Latinstock

Anaximandro de Mileto, em mosaico feito no século III.

Filósofo da escola jônica, foi discípulo e amigo de Tales. Dedicou-se também à política e à física, tendo estabelecido datas de eclipses. Um fragmento do seu livro *Sobre a natureza* é o mais antigo texto filosófico do qual se tem notícia. Sua noção filosófica mais importante é a de *ápeiron*, aquilo que, mesmo não sendo nenhuma das coisas conhecidas, ainda é capaz de dar origem a todas elas.

Leucipo
(séc. V a.C)

Reprodução/Coleção particular

Leucipo, representado por autor desconhecido.

Há poucas informações sobre a vida e a obra desse filósofo pré-socrático, considerado o fundador da escola atomista. Seu pensamento é mais conhecido por meio de seu discípulo, Demócrito de Abdera (c. 460 a.C.- 370 a.C.). O atomismo antigo defendia que o princípio de todas as coisas era partículas indivisíveis que não podemos ver, daí o nome 'átomo'. Todas as coisas que existem podem ser divididas em partes menores, até se chegar a essas partículas muito pequenas. Da reunião de um certo número de átomos, formava-se cada uma das coisas que conhecemos.

Embora discordantes entre si, essas hipóteses partiam do princípio de que havia um elemento primeiro do qual derivariam os elementos naturais (terra, água, ar e fogo), bem como da ideia de que, da combinação desses quatro elementos, surgiria tudo o que existe.

O importante a observar é que esses filósofos antigos procuravam abandonar as explicações míticas ou religiosas sobre a origem do mundo e das coisas, construindo uma hipótese **racional**, isto é, uma ideia criada pelo exercício do pensamento, por meio da observação dos fenômenos naturais e com base na argumentação. Com isso eles procuravam construir um conhecimento que pudesse convencer as pessoas por sua **clareza** e sua **coerência**, à diferença da religião, que esperava que as pessoas confiassem de modo "cego". Isso os aproxima da perspectiva científica atual.

Por mais inverossímeis que essas teorias pareçam hoje, ainda sim foram capazes de antecipar alguns fundamentos da química e da física modernas. Um exemplo é a própria ideia de átomo: Leucipo e Demócrito já teorizavam sobre a existência de partículas indivisíveis formadoras da matéria no século V a.C. No século XIX de nossa era, a física conseguiu comprovar experimentalmente a existência do átomo e, hoje em dia, a física contemporânea está envolvida no estudo de partículas subatômicas.

Observando os fatos

Ainda na Antiguidade grega, Aristóteles afirmava que todos os objetos são formados pelos quatro elementos básicos, em proporções diversas: terra, água, ar e fogo (quando nos referimos aos objetos do mundo terrestre) e éter (quando nos referimos aos corpos celestes). Segundo ele, a terra é o elemento mais pesado, a água é mais leve que a terra, o ar é mais leve que a terra e a água, e o fogo é mais leve que todos os outros elementos, inclusive o ar. Assim, o peso (massa) de cada corpo dependeria de sua composição. Aristóteles buscava entender, por exemplo, por que qualquer objeto que tenha massa cai se estiver livre. Ele elaborou uma explicação que dizia que todo corpo físico que tem massa busca seu "lugar natural" no Universo. Assim, conforme seu raciocínio, os corpos pesados (nos quais predominam os elementos água e terra) tendem a ir para baixo, para o centro do mundo. Note que a Terra era considerada o centro do Universo na teoria aristotélica. Se fosse um corpo leve (em que predominassem o fogo e o ar), seu lugar natural seria o alto, oposto ao centro do Universo. Por isso, quando qualquer objeto com peso é retirado do chão, que é o mais próximo que pode estar do centro do Universo, sua tendência é voltar para lá.

A "gravidade" (palavra que só apareceria mais tarde, derivada da palavra latina *gravitas*, 'peso') seria, então, uma característica de cada corpo, e a velocidade com a qual ele cai (isto é, volta para seu lugar) seria proporcional a seu peso. A evidência dessa explicação fez com que as pessoas confiassem nela durante praticamente dois mil anos. No entanto, por mais lógica que parecesse, a explicação de Aristóteles estava errada. E foi Galileu, muitos séculos depois, quem demonstrou isso.

Conta-se que ele teria subido no alto da Torre de Pisa, em sua cidade natal, e soltado objetos de diferentes massas ao mesmo tempo. Os observadores (provavelmente seus alunos), deitados ao pé da torre a uma distância segura, constataram que todos os objetos chegaram ao solo ao mesmo tempo. Estava provado empiricamente que a teoria de Aristóteles, embora perfeitamente lógica, estava equivocada.

Apesar de esse episódio nunca ter sido comprovado, há registros de uma longa série de experimentos de Galileu com planos inclinados que o levou à mesma conclusão.

Galileu não chegou a elaborar uma teoria para explicar o fenômeno da queda dos corpos, o que seria feito quase um século depois por **Isaac Newton**. Mas sua ideia de que só podemos construir explicações com base em fatos observados revolucionou o pensamento científico.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Em busca do método: entre o racionalismo e o empirismo

Com as experimentações de Galileu Galilei no século XVII criou-se e consolidou-se o que chamamos hoje de ciência.

Nessa época discutia-se intensamente sobre qual seria o método apropriado para se chegar ao conhecimento verdadeiro. O filósofo e matemático **René Descartes** (ver biografia na próxima página) incomodava-se com algo que observava: nas aulas de matemática não via discordâncias entre seus professores, que sempre chegavam às mesmas conclusões; porém, nas aulas de filosofia, as conclusões eram sempre diferentes e nunca se chegava a um acordo. Segundo ele, isso se devia ao fato de que, em matemática, trabalhava-se sempre da mesma forma, enquanto na filosofia cada um trabalhava de seu jeito.

Buscando uma fonte segura para construir seu conhecimento, Descartes afirmava que só a razão seria confiável, pois os sentidos podem nos enganar. Tomemos como exemplo a visão: quando colocamos uma colher dentro de um copo com água, de modo que parte dela fique dentro da água e parte fora, vemos uma espécie de "desvio" na colher, como se ela estivesse torta. Porém, sabemos que ela não está torta, e basta tirá-la da água para verificar isso. Podemos concluir que os sentidos nos enganam algumas vezes, então, o que nos garante que eles não nos enganam sempre? Como a percepção que temos do mundo por meio dos sentidos é falha, eles não seriam uma fonte confiável e segura para a obtenção de conhecimento.

Alexsalcedo/Shutterstock/Glow Images

Quando vemos uma colher imersa na água, sabemos que ela não está torta, apesar do que os olhos veem.

Isaac Newton (1642-1727)

Reprodução/Galeria Nacional de Retratos, Londres, Inglaterra.

Isaac Newton, em pintura de Godfrey Kneller, de 1702.

Filósofo, matemático e físico inglês. Dedicou-se à "filosofia natural", que compreendia as Ciências Naturais em geral, como a física, que, ainda nascente, se interrogava sobre as leis que organizam a natureza. Sua principal obra, *Princípios matemáticos da filosofia natural*, publicada em 1687, expõe a teoria da gravitação universal, segundo a qual todos os corpos do Universo – tanto os objetos no planeta Terra quanto os corpos celestes – estão sujeitos às mesmas leis naturais, que podem ser medidas, calculadas e explicadas. Conforme essa teoria, a gravidade não é uma característica de cada corpo físico, mas uma força de atração entre todos os objetos. No caso do planeta Terra, que é muito maior e mais pesado que qualquer corpo que há nele, essa atração é tão forte que praticamente anula a atração dos demais corpos entre si.

René Descartes
(1596-1650)

G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/ The Bridgeman Art Library/Keystone

René Descartes, em gravura do século XVII.

Também conhecido por seu nome latino, Renatus Cartesius, o filósofo francês foi um dos pensadores mais influentes do período moderno. Fundou a corrente filosófica do racionalismo, ao defender que o conhecimento verdadeiro só pode ser produzido pelo exercício da razão, a partir de certas ideias inatas. A célebre frase *Cogito ergo sum*, 'penso, logo existo', evidencia o caráter absoluto de sua dúvida metódica. Chegou a duvidar de sua própria existência corpórea, para então provar que existe como algo capaz de produzir pensamento. A partir dessa primeira constatação, ele conseguiria provar a existência de todas as coisas e iniciar a construção de seu conhecimento sobre bases sólidas. Descartes dedicou-se também à matemática, à geometria e à física. Talvez você já tenha ouvido falar do "plano cartesiano", uma das criações desse pensador. Dentre suas várias obras, destacam-se, no terreno da filosofia, *Discurso do método* (1637) e *Meditações concernentes à primeira filosofia* (1641).

"*nunca sei ao certo*
se sou um menino de dúvidas
ou um homem de fé
certezas o vento leva
só dúvidas continuam de pé

LEMINSKI, Paulo. *O ex-estranho*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2001. p. 38.

Com base nessa ideia ele propôs um método racionalista (que parte da razão) denominado **método cartesiano**, que consiste em uma série de procedimentos para bem conduzir o pensamento daquele que medita filosoficamente em busca da verdade. Segundo o método, a partir das ideias inatas – aquelas que possuímos em nossa mente desde que nascemos porque ali foram colocadas por Deus –, podemos **deduzir** novas ideias, que serão necessariamente verdadeiras e corretas. Ora, essas ideias que já estão em nossa mente quando nascemos só podem ser corretas e verdadeiras, segundo Descartes, porque foi o próprio Deus quem as colocou lá e Ele não colocaria em nós ideias falsas. Se essas ideias que temos primariamente em nossa mente são verdadeiras, tudo aquilo que for derivado delas de forma correta e organizada também será verdadeiro. Contudo, algo que se mostre minimamente dubitável deve ser excluído e considerado como falso.

A isso Descartes chamou **dúvida metódica**: um modo especial de duvidar que utiliza a dúvida como parte de um método para a obtenção do conhecimento. Diante da impossibilidade de saber quais daqueles conhecimentos adquiridos desde a infância são verdadeiros ou falsos, é mais sábio colocar todos eles em dúvida e começar do zero a construção da verdade. Começar do zero significa que Descartes duvidou, inclusive, de sua própria existência, até que pudesse provar que realmente existia como pensamento e, após, como corpo físico.

Assim, o método cartesiano é um instrumento seguro e confiável para distinguir o certo do duvidoso, pautado nos seguintes procedimentos:

1. Nunca aceitar como verdadeiro algo de que se possa duvidar.
2. Dividir os problemas em problemas menores, que sejam mais fáceis de resolver. Desse modo, a solução é encontrada em partes. É o que chamamos **análise** (palavra de origem grega que significa 'por meio da divisão'). Baseia-se no método matemático de resolução de equações.
3. Conduzir o pensamento de forma ordenada, indo sempre do mais simples para o mais complexo.
4. Revisar a produção do conhecimento em cada etapa, de modo a nada esquecer ou deixar de lado.

Esse método, inspirado na matemática, concebe a ciência como um conhecimento **racional** e **demonstrativo**, ou seja, produzido exclusivamente com o uso do pensamento e de seus instrumentos lógicos, os raciocínios. Por isso mesmo, é possível de ser demonstrado, assim como conseguimos demonstrar o resultado de uma equação matemática.

Quando falamos em conhecimento, há sempre dois polos envolvidos: o **sujeito** do conhecimento, um ser que pensa e observa o mundo, produzindo ideias sobre ele; e o **objeto**, a coisa que é pensada pelo sujeito, a matéria do conhecimento. No método cartesiano, a posição do sujeito que conhece é mais importante que a do objeto que é conhecido, pois a verdade é uma criação do sujeito.

O método cartesiano, embora tenha conquistado seguidores, conquistou também opositores. Alguns filósofos discordaram da afirmação de que apenas a razão é uma base sólida para se chegar ao conhecimento verdadeiro e sustentaram que é preciso igualmente considerar o objeto do conhecimento. Para esses filósofos o conhecimento verdadeiro só pode ser alcançado partindo-se das observações que fazemos por meio de nossos sentidos (visão, audição, tato, paladar, olfato). Como os sentidos nos permitem **experimentar** o mundo, essa posição ficou conhecida como **empirista** (do grego *empeiría*, que significa 'experiência').

Na Inglaterra, **Francis Bacon** lançou as bases do empirismo, afirmando a importância dos sentidos, no que foi seguido por **Thomas Hobbes**. Bacon defendeu um método experimental para o conhecimento, contra a ciência teórica e especulativa dos antigos, e o progresso da ciência e da técnica por meio do exercício de um pensamento crítico. É importante salientar que, a não ser em casos muito específicos, o empirismo não exclui necessariamente o racionalismo. O empirismo afirma sobretudo a precedência do objeto do conhecimento em relação ao sujeito, sem negar a importância da razão na construção do conhecimento.

John Locke (biografia na página seguinte), embora dialogasse com as ideias de Descartes, afirmava que não existem ideias inatas. Para ele, quando nascemos, nossa mente é como uma folha de papel em branco (ou uma *tabula rasa*, na expressão em latim), na qual a experiência vai escrevendo as informações que obtém por meio dos sentidos.

Para Locke, somente após haver experimentado o mundo por meio dos sentidos e obtido as informações a partir dessas experiências é que a razão pode agir, articulando essas informações e produzindo nossos conhecimentos. Ele fazia uma distinção entre **ideias simples**, produzidas diretamente a partir das informações obtidas pelos sentidos, e **ideias complexas**, produzidas a partir de outras ideias. Como as primeiras estão mais próximas da experiência, a chance de estarem erradas é bem menor do que a das outras.

No método empirista, a posição do **objeto** conhecido é mais importante que a do **sujeito** que o conhece, pois admite-se que a verdade está no objeto e só pode ser alcançada pela experiência.

Nicholas 852/Shutterstock

Conforme a afirmação de Locke, quando dizemos que este caderno é vermelho, o fazemos porque ao longo de nossa vida fomos construindo experiências que nos ensinaram o que é um caderno, o que são cores, a que cor chamamos vermelha, e não porque essas noções estavam em nossa mente quando nascemos.

Francis Bacon
(1561-1626)

Reprodução/Galeria Nacional de Retratos, Londres, Inglaterra.

Francis Bacon, em pintura de John Vanderbank, feita cerca de 1731.

Filósofo e político inglês. É considerado um dos fundadores do pensamento moderno, assim como Descartes, e exerceu grande influência na constituição da ciência. Escreveu obras literárias, jurídicas e filosóficas. Dentre as filosóficas, destaca-se o *Novum organum* (*Novo órgão*, ou *Nova lógica*), publicado em 1620, no qual Bacon critica a lógica aristotélica e a noção de ciência dela derivada, propondo uma nova lógica para uma nova ciência, de natureza experimental.

Thomas Hobbes
(1588-1679)

akg-images/Album/Latinstock

Thomas Hobbes, em gravura do século XVIII.

Filósofo inglês, defensor de uma visão mecanicista do mundo em oposição à visão teológica. Ficou mais conhecido por suas obras no campo da filosofia política, sendo um defensor do absolutismo. Afirma que "o homem é o lobo do homem", e por isso é necessário um poder forte e centralizado, que garanta a vida dos indivíduos. Sua obra mais conhecida é o tratado *Leviatã*, publicado em 1651.

John Locke (1632-1704)

John Locke, em pintura de Godfrey Kneller, cerca de 1704.

Filósofo inglês, dedicou-se principalmente à teoria do conhecimento e à filosofia política. Sua obra *Ensaio sobre o entendimento humano* (1690) defende que a experiência é a fonte necessária de todo o conhecimento.

Immanuel Kant (1724-1804)

Immanuel Kant, pintura alemã do século XVIII.

Um dos mais importantes filósofos de sua época, foi o principal representante do Iluminismo alemão, movimento filosófico que afirmava a importância do uso da razão para o progresso da humanidade. Publicou diversas obras, destacando-se suas três críticas: a *Crítica da razão pura* (1781), que trata a questão do conhecimento; a *Crítica da razão prática* (1788), sobre os princípios e os fundamentos da moral; e a *Crítica do juízo* (1790), dedicada à apreciação da arte. Segundo ele, as três críticas formam uma teoria completa do entendimento humano acerca do mundo.

Da combinação dessas diferentes posições surgiu o que se denomina **ciência moderna**, cuja diretriz foi dada pelo filósofo alemão **Immanuel Kant**. Em sua obra *Crítica da razão pura* (1781), ele afirma que o conhecimento é sempre algo produzido pela razão, mas que ela nunca é "pura", pois depende dos dados obtidos pelos sentidos por meio da experiência.

Do método às teorias

Vê-se, pois, que o método científico moderno não pode ser compreendido sem a participação dessas diferentes visões filosóficas. Cada uma delas contribuiu com elementos para a consolidação da forma de pensar cientificamente e de produzir conhecimentos.

A ciência moderna pode ser caracterizada por dois aspectos principais: a utilização do método experimental, ou método científico, e sua aplicação a um objeto específico, ou seja, a especialização. Temos, portanto, tantas ciências quantos são os objetos – por exemplo, a física, que estuda as leis que regem a natureza; a química, que investiga os elementos que compõem a natureza; a biologia, que se dedica ao fenômeno da vida, entre várias outras. Todas essas ciências usam o mesmo método, ainda que ele possa sofrer algumas adaptações.

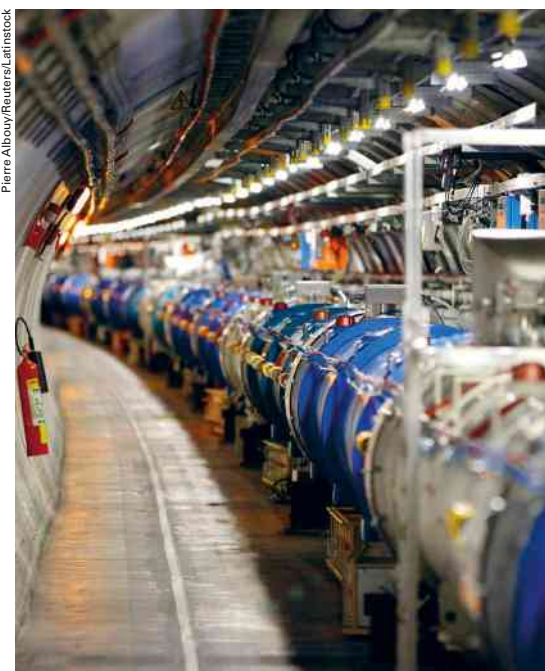
O método científico pode ser caracterizado por ao menos cinco passos, descritos a seguir:

- **Observação.** Primeiro é necessário observar o fato que se deseja estudar. Mas não se trata de uma observação qualquer. Ela precisa ser rigorosa, sistemática, seguindo procedimentos e protocolos específicos, definidos pelo método científico.

Dependendo do objeto a ser observado, pode ser necessário o uso de instrumentos que potencializem os sentidos humanos, como microscópios para observar o que é muito pequeno ou telescópios para estudar os astros longínquos. Na foto de 2012, telescópio do Observatório Astronômico da África do Sul, na Cidade do Cabo.

- **Formulação de uma hipótese.** Com base nos fatos observados, faz-se uma reorganização dos dados obtidos, de modo a explicar aquilo que foi visto. Elabora-se uma hipótese a ser comprovada. Por exemplo: se observamos que durante o dia o Sol parece mover-se pelo céu, então, podemos formular a hipótese de que esse astro está girando ao redor da Terra. Trata-se de uma interpretação do fato observado, a qual precisa ser verificada.
- **Experimentação.** Nesta etapa, testa-se a hipótese construída, que pode ser ou não comprovada. A experimentação é uma nova observação, mas desta vez feita em condições privilegiadas, geralmente em um laboratório, simulando aquilo que acontece na natureza. Caso a hipótese não seja comprovada, é necessário elaborar outra hipótese, seguindo-se uma nova etapa de verificação. Por exemplo: cientistas levantam a hipótese de que determinada substância química age no combate ao câncer. Para verificar essa hipótese, será necessário organizar uma série de testes com animais doentes, aplicando neles essa substância e avaliando os resultados. É comum que isso seja feito de forma comparada: um grupo de animais recebe a substância e outro grupo, não (o chamado grupo de controle); durante certo tempo os dois grupos são examinados para verificar a ação da substância no grupo medicado em relação ao grupo de controle.
- **Generalização.** Durante a experimentação são encontrados resultados que se repetem, o que torna possível elaborar "leis" gerais ou particulares que expliquem os fenômenos observados. Por exemplo: comprovada a hipótese de que todo corpo que tem massa atrai outros corpos que têm massa, podemos generalizar o fato para o exemplo de que todo corpo que tem massa menor que a Terra é atraído por ela e, portanto, todo corpo é atraído para o chão. Assim, podemos afirmar com certeza que, em dadas condições materiais, todo corpo cai.
- **Elaboração de teorias (modelos).** Com os dados obtidos, é possível criar modelos teóricos de aplicação mais geral, capazes de explicar realidades mais complexas. É o que fez, por exemplo, Isaac Newton, ao criar a teoria da gravitação universal, capaz de explicar os processos de atração dos corpos que têm massa, sejam aqueles que observamos no dia a dia, sejam os planetas e demais astros no céu.

Ao término da pesquisa, é necessário também que o cientista submeta sua teoria a outros membros da comunidade científica, divulgando seu trabalho, hipótese, método e conclusões. O constante diálogo entre os diversos pesquisadores permite que antigas teses sejam refutadas e novas teorias sejam criadas, pois mesmo a ciência não conhece verdades absolutas e imutáveis: ela está em constante busca e aperfeiçoamento. A própria lei da gravitação universal proposta por Newton, apesar de aceita por grande parte da comunidade científica, é questionada hoje em dia. Estudos que têm por base a teoria geral da relatividade de Albert Einstein tentam provar que a lei formulada por Newton funciona bem como teoria, mas pode ser contestada na prática.

O maior acelerador de partículas do mundo, localizado na sede da Organização Europeia para a Investigação Nuclear, na fronteira franco-suíça. Lá trabalham cientistas do mundo todo, e diversos países apoiam suas pesquisas e experiências, que buscam compreender os mistérios da constituição da matéria subatômica. Partículas são lançadas e colididas em um enorme tubo circular, quase à velocidade da luz, e estuda-se seu comportamento e composição. A última grande descoberta foi o Bóson de Higgs, em 2012. Foto de 2014.

Pierre Albouy/Reuters/Latinstock

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

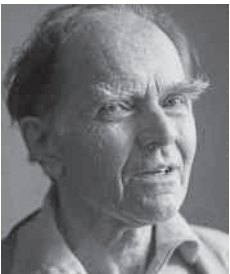
A ciência hoje

A ciência, no sentido da busca por uma explicação racional, sistematizada e metódica do mundo, existe desde a Antiguidade e, durante muito tempo, fez parte da própria filosofia. A partir do século XVII, alguns ramos do conhecimento começaram a se especializar e se tornar autônomos da filosofia. Com a consolidação do método científico, sua aplicação a distintos objetos constituiu diferentes ciências.

A observação da natureza fez surgir a física como a primeira ciência autônoma moderna. Seguiram-se a ela a química e a biologia. Só mais tarde, a partir da segunda metade do século XIX, o método científico aplicado aos fenômenos humanos – com certas adaptações – levou à criação das ciências humanas. Constituíram-se, assim, a história, a sociologia e a psicologia, entre outros campos do conhecimento.

A partir do século XX, produziu-se a noção de conhecimento científico como um saber aberto, sempre aproximativo e corrigível, e não uma afirmação de verdades absolutas. No final desse século, marcado por intensas discussões filosóficas sobre o conhecimento científico, o filósofo da ciência **Paul Feyerabend** publicou um livro com o título *Contra o método* (1975). Nesse livro, o autor defende o que denomina um "anarquismo epistemológico". De acordo com sua tese central, a ciência não é um saber tão organizado e metódico quanto em geral acreditamos. Ao contrário, ela procede de forma anárquica, sem regras definidas, e o único princípio que não dificulta o progresso do conhecimento é aquele que afirma que "tudo vale" no exercício do pensamento. O foco da reflexão desse autor é a criatividade do pensamento científico, que seria diminuída se encerrada em um único método.

Epistemologia: área da filosofia dedicada a estudar a teoria da ciência e a teoria do conhecimento.

Paul Feyerabend (1924-1994)

Anna Weise/akg-images/Latinstock

Paul Feyerabend, em foto de 1992.

Nasceu na cidade de Viena, capital da Áustria. Estudou com o filósofo da ciência Karl Popper (1902-1994) e projetou parcerias com o amigo e também filósofo da ciência Imre Lakatos (1922-1974), que não se realizaram por causa da morte repentina desse pensador. Seus estudos se concentraram no campo da filosofia da ciência, tendo como temas centrais o método e o caráter anárquico da ciência. Suas obras mais conhecidas são *Contra o método* (1975) e *Ciência em uma sociedade livre* (1978).

NorGal/Shutterstock

Ao encostar uma solda em sua caneta e perceber que, logo depois, ela liberava tinta, um engenheiro de uma empresa de eletrônicos inventou o mecanismo que regula as impressoras de cartucho. A criatividade e a quebra de regras marcam a produção científica contemporânea. Na foto, mecanismo de impressora a jato de tinta.

“

Contra o método

A ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais apto a estimular o progresso do que suas alternativas que apregoam lei e ordem.
Isso é demonstrado tanto por um exame de episódios históricos quanto por uma análise abstrata da relação entre ideia e ação.
O único princípio que não inibe o progresso é: tudo vale.
Por exemplo, podemos usar hipóteses que contradigam teorias bem confirmadas e/ou resultados experimentais bem estabelecidos.
A condição de consistência, que exige que hipóteses novas estejam de acordo com teorias aceitas, é desarrazoada, pois preserva a teoria mais antiga e não a melhor. Hipóteses contradizendo teorias bem confirmadas proporcionam-nos evidência que não pode ser obtida de nenhuma outra maneira. A proliferação de teorias é benéfica para a ciência, ao passo que a uniformidade prejudica seu poder crítico.
A uniformidade também ameaça o livre desenvolvimento do indivíduo. Não há nenhuma ideia, por mais antiga e absurda, que não seja capaz de aperfeiçoar nosso conhecimento. Toda a história do pensamento é absorvida na ciência e utilizada para o aperfeiçoamento de cada teoria. E nem se rejeita a interferência política.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007.
[Trechos do índice analítico.]

Atualmente, a ciência é cada vez mais uma atividade colaborativa, feita em redes de pesquisas. O avanço dos meios de comunicação e a criação da internet (que originariamente era uma rede aberta somente a cientistas e pesquisadores) facilitaram muito isso. Na última unidade deste livro voltaremos ao tema da ciência, mas para estudar alguns de seus desafios contemporâneos, como o diálogo com as ciências humanas e as implicações éticas do conhecimento.

A pesquisa para decifração do genoma humano envolveu diversas equipes de pesquisadores de várias partes do mundo. Na foto, sala de controle de laboratório de sequenciamento genético em Rockville, Estados Unidos, em 2000.

Raphael Gaillarde/Gamma-Rapho/Getty Images

COLOCANDO O PROBLEMA

O SER HUMANO COMO CRIADOR

O texto a seguir faz parte do encarte do CD *Com defeito de fabricação*, do compositor Tom Zé. Nele, o artista discorre sobre o "defeito inato" da população humana.

> "*O Terceiro Mundo tem uma crescente população. A maioria se transforma em uma espécie de "androide", quase sempre analfabeto e com escassa especialização para o trabalho.*
>
> *Isso acontece aqui nas favelas do Rio, São Paulo e do Nordeste do país. E em toda a periferia da civilização. Esses androides são mais baratos que o robô operário fabricado na Alemanha e no Japão. Mas revelam alguns "defeitos" inatos, como criar, pensar, dançar, sonhar; são defeitos muito "perigosos" para o Patrão Primeiro Mundo.*
>
> *Aos olhos dele, nós, quando praticamos essas coisas por aqui, somos "androides" com defeito de fabricação. Pensar sempre será uma afronta.*
>
> *Ter ideias, compor, por exemplo, é ousar. No umbral da História, o projeto de juntar fibras vegetais e criar a arte de tecer foi uma grande ousadia. Pensar sempre será.*

ZÉ, Tom. Defeito de fabricação. In: *Com defeito de fabricação* (CD). LuakaBop, 1998. Encarte.

Segundo o texto, "criar, pensar, dançar, sonhar" são "defeitos perigosos". Eles expressam aquilo que há de mais humano no ser humano. Graças a esses "defeitos", o ser humano deixa de ser apenas um androide, robô operário.

A capacidade criativa é inata ao ser humano e desde as primeiras civilizações a arte é valorizada como um meio de expressão do nosso potencial.

Kazuyoshi Nomachi/Corbis/Latinstock

Pintura feita entre 4000 a.C. e 2000 a.C., em caverna de Tassili N'Ajjer, na Argélia.

> Na percepção sensorial contentamo-nos em apreender os aspectos comuns e constantes dos objetos à nossa volta. A experiência estética é incomparavelmente mais rica, está prenhe de infinitas possibilidades que não são realizadas na experiência sensorial ordinária. Na obra do artista, essas possibilidades tornam-se realidades; são trazidas à luz e tomam uma forma definida. A revelação dessa inesgotabilidade dos aspectos das coisas é um dos grandes privilégios e um dos mais profundos encantos da arte.

CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 238.

De acordo com **Ernst Cassirer**, filósofo alemão que estudou a cultura humana, a arte encanta porque é capaz de elevar o ser humano além da contemplação ordinária e revela à nossa imaginação a multiplicidade das coisas; o que, por fim, convida-nos a repensar o mundo em que vivemos. Aqueles que produzem a arte têm, portanto, uma importante função. O que acontece se a arte deixa de ser aquilo que nos liberta e faz pensar e passa a ser aquilo que nos aprisiona e limita? Hoje em dia, quais são os interesses por trás daqueles que produzem arte?

Ernst Cassirer (1874-1945)

Ernst Cassirer, em foto de 1929.

Filósofo alemão judeu, deixou a Alemanha após a ascensão de Hitler ao poder, tornando-se professor em universidades na Suécia e, depois, nos Estados Unidos. Dedicou-se a várias áreas, mas de modo especial à filosofia da cultura. Entre suas obras, podemos destacar: *Filosofia das formas simbólicas* (1923) e *Ensaio sobre o homem* (1944).

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Já em seu primeiro livro, *O nascimento da tragédia*, publicado em 1872, o filósofo Friedrich Nietzsche atribuiu à arte um papel central na cultura humana. Estudando a Antiguidade grega, ele afirmou que a criatividade e a beleza daquela civilização se deveram à sua capacidade de articular duas forças que em princípio são opostas. Denominou essas forças inspirado na mitologia grega. Chamou de **apolíneo** (relativo ao deus Apolo) o princípio que representa a razão como beleza harmoniosa e comedida, organizada. E denominou **dionisíaco** (relativo ao deus Dioniso) o princípio que representa a embriaguez, o caos, a falta de medida, a paixão. Para Nietzsche, nenhuma arte pode ser puramente apolínea (isto é, centrada na razão e na harmonia) nem puramente dionisíaca (isto é, centrada na desordem criativa e no excesso). A criação humana depende da articulação dos dois princípios, uma vez que o dionisíaco nos dá o princípio criativo e o apolíneo nos dá a ordem e a harmonia necessárias para a produção de algo belo.

Para Nietzsche é a arte – com suas forças de criação – que nos faz plenamente humanos, pois ela nos dá a oportunidade de produzir nossa própria vida, construindo o que somos à medida que vamos vivendo.

> *Apenas os artistas, especialmente os do teatro, dotaram os homens de olhos e ouvidos para ver e ouvir, com algum prazer, o que cada um é, o que cada um experimenta e o que quer; apenas eles nos ensinaram a estimar o herói escondido em todos os seres cotidianos, e também a arte de olhar a si mesmo como herói [...] – a arte de se "pôr em cena" para si mesmo.*

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 106.

APOLO E DIONISO

Na mitologia grega, Apolo era filho de Zeus e Leto. Representa a beleza, a perfeição, a harmonia, o equilíbrio e a razão. Protege os marinheiros, os pastores e os arqueiros. Dioniso era filho de Zeus e da princesa Sêmele. Representa os ciclos vitais, o vinho, as festas. O culto a Dioniso deu origem ao teatro grego.

Arte, produção e indústria cultural

No início do século XX reuniu-se na Alemanha um grupo de pensadores a quem atribuímos o nome Escola de Frankfurt. Em trabalhos que analisavam a arte e a cultura da época, os filósofos **Adorno** e **Horkheimer**, dois dos principais nomes do grupo, criaram o conceito de "indústria cultural", que apareceu pela primeira vez no livro *Dialética do esclarecimento*, publicado em 1947. Antes deles, outro filósofo alemão, **Walter Benjamin**, também havia publicado um ensaio sobre a questão da arte na sociedade industrial.

O pensamento produzido pela Escola de Frankfurt, em geral denominado **teoria crítica**, exerceu grande influência na filosofia e nas ciências sociais ao longo do século XX.

Para Walter Benjamin, a natureza da obra de arte havia se transformado radicalmente após a invenção das técnicas de reprodução mecânicas em meados do século XIX. Se antes uma pintura ou uma escultura eram objetos únicos, com o advento da fotografia elas puderam ser reproduzidas em massa, o que transformou a relação do público com a arte. Antes da invenção da fotografia, por exemplo, apenas quem fosse ao Museu do Louvre, em Paris, poderia conhecer a *Mona Lisa*, de Leonardo da Vinci. Com a reprodutibilidade técnica, sua imagem ganha uma circulação universal. Com isso, a arte deixa de ser acessível apenas a poucos. Apesar de a pintura nunca perder seu caráter original, sua autoridade é diminuída.

Podemos também pensar no exemplo da música: ela só estava acessível quando os músicos se reuniam para tocá-la. Com a industrialização, a invenção de técnicas e equipamentos de gravação permitiu que uma música fosse gravada e que alguém que tivesse em casa um aparelho de reprodução pudesse ouvi-la a qualquer momento, sem precisar ir a um concerto.

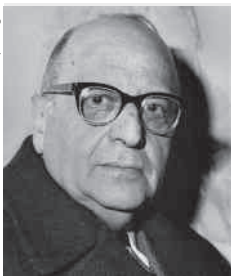
Foto Scala, Florença, Itália/Museu de Arte Moderna de Nova York, EUA.

Obra Boîte-en-valise *(em francês, 'caixa-numa-maleta'), feita pelo artista conceitual francês Marcel Duchamp, entre 1935 e 1941. A caixa traz cópias em miniatura de 69 obras do próprio artista, que mais tarde reproduziu edições de luxo dessa mesma obra.*

Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973) e Walter Benjamin (1892-1940)

akg-images/Album/Latinstock

Theodor Adorno, cerca de 1960.

Fred Stein Archive/Archive Photos/Getty Images

Max Horkheimer, em foto de 1960.

akg-images/Album/Latinstock

Walter Benjamin, cerca de 1930.

Os três filósofos estiveram ligados ao Instituto para a Pesquisa Social, na cidade alemã de Frankfurt. Os pensadores ligados ao instituto, mesmo com diferenças intelectuais entre si, formaram aquilo que se tornou conhecido como Escola de Frankfurt. Suas pesquisas foram influenciadas pelo pensamento de Karl Marx, Nietzsche e Freud. Alemães de origem judaica sofreram perseguição durante o período nazista e precisaram deixar o país. Adorno e Horkheimer exilaram-se nos Estados Unidos e retornaram após o final da Segunda Guerra Mundial. Benjamin não teve a mesma sorte; quase capturado pelos nazistas ao tentar deixar a Europa, acabou se suicidando.

A invenção da fotografia e, mais tarde, do cinema inaugurou uma forma completamente nova de arte, uma vez que em ambos os casos não fazia sentido falar em original. A imagem fotografada e reproduzida por meio de inúmeras impressões não mantém com suas cópias a mesma relação que uma pintura mantém com sua imagem reproduzida. A pintura não deixa de ser única, enquanto as imagens são cópias dela. Já no caso da fotografia, tudo é cópia, a arte é cópia. Da mesma forma, várias salas de cinema exibem cópias do mesmo filme e não faz sentido querer assistir ao "filme original".

Para Benjamin, a possibilidade de reprodução contém um aspecto positivo, pois "democratiza" o acesso à arte, que deixa de ser um privilégio das elites. Embora a obra de arte perdesse seu caráter singular, sua unicidade, com a evolução técnica, poderia ser levada a um grande número de pessoas. Benjamin, na década de 1930, nem sequer poderia imaginar aonde chegaríamos décadas depois com as tecnologias digitais, que potencializaram ainda mais a questão da reprodutibilidade.

Em oposição a Benjamin, Adorno e Horkheimer acentuaram o caráter problemático desse processo, exatamente por ele vir acompanhado de uma massificação das artes. Eles afirmavam que a obra de arte reproduzida seria transformada em mais uma mercadoria pela lógica capitalista de produção e circulação. E, tornando-se uma mercadoria, ela deixaria de ser obra de arte para tornar-se uma "coisa". Segundo os dois filósofos, surgia assim uma nova indústria, a **indústria cultural**, destinada a produzir objetos culturais em larga escala para serem vendidos como mercadorias. O cinema e posteriormente a televisão se tornaram uma indústria que produz mercadorias culturais (os filmes e a programação) e a música também passou a ser produzida segundo a lógica de mercado das gravadoras. Em lugar de democratizar a arte, como pensava Benjamin, levando-a a um número maior de pessoas, apenas mais produtos foram criados para serem oferecidos ao mercado consumidor.

Dessa forma, a aura da obra de arte, sua unicidade, o gênio criativo do artista, a questão estética e todas as revelações que a arte verdadeira poderia trazer à experiência comum das pessoas foram perdidos. O efeito desse processo é o que Adorno chamaria mais tarde de **semicultura**, uma cultura pela metade. Isso ocorre porque é a indústria quem decide o que deve ser produzido de acordo com sua lógica capitalista. Ouvimos as músicas que o mercado nos oferece, assistimos aos filmes que a indústria nos oferece. Pensamos que escolhemos aquilo de que gostamos, mas estamos apenas escolhendo a partir das opções que a indústria cultural nos dá. E as coisas se tornam muito parecidas umas com as outras, porque também é característica da indústria cultural repetir em seus produtos uma fórmula que já se sabe que dá certo. Diante da falta de opção e da falsa variabilidade dos produtos, nós perdemos nossa capacidade crítica, nos habituamos e continuamos consumindo os produtos superficiais e de baixa qualidade que nos são oferecidos.

NMPFT, Bradford, West Yorkshire/ The Bridgeman Art Library/Keystone

Daguerreótipo, uma das primeiras máquinas fotográficas de reprodução de imagem em larga escala, inventada em 1837 pelo francês Louis Jacques Mandé Daguerre. O daguerreótipo influenciou profundamente as artes plásticas do século XIX e contribuiu, mais tarde, na criação do cinema.

"*Boiar no mar é de graça,*
é de graça, é de graça
Eu vou fazer uma ciranda
Pra botar o disco
Na Lei de Incentivo à Cultura,
à Cultura, à Cultura
Mas é preciso entrar no gráfico
No mercado fonográfico
Mas eu não sei negociar
Eu só sei tocar meu tamborzinho
e olhe lá
E olhe lá.

BUHR, Karina. Ciranda do incentivo. In: *Eu menti pra você* (CD), 2010. Letra disponível em: <www.letras.mus.br/karina-buhr/1685737>. Acesso em: 30 jan. 2016.

Para que a indústria cultural consiga agradar a um público bastante diverso, os produtos precisam apenas continuar entretendo e exigindo muito pouco do nosso intelecto, nos tornando cada vez mais alienados. Parece muito cômodo deixar que alguém escolha por nós e sirva pronta a programação. Mas você já pensou que, além de tudo o que foi dito, os donos da indústria cultural também escolhem o tipo de ideia que eles querem incutir em nossas mentes junto com seus produtos "culturais"?

François Le Diascorn/Gamma-Rapho/Getty Images

Loja vende produtos estampados com variações da imagem da Mona Lisa*, obra de Leonardo da Vinci, durante exposição "Jocondissima", no museu Cholet, na França, em 2001.*

Atualizando esse debate, poderíamos questionar em que medida a internet, como meio de comunicação de massas e como arquivo digital de uma grande quantidade de informações e de produtos culturais, pode agir a favor ou contra a indústria cultural. Por um lado, a tecnologia, hoje, permite que um músico tenha um estúdio em sua casa, grave as músicas que compõe e as divulgue na rede mundial, cobrando ou não por seu trabalho. A diversidade de criações a que temos acesso, portanto, nunca foi tão grande e o acesso a elas é muito mais direto. Nesse sentido, podemos pensar em como a internet contraria a indústria cultural, porque nos tira de uma posição passiva em relação aos produtos que querem nos empurrar. Por outro lado, a tecnologia e a internet podem ser, elas mesmas, um reforço da própria indústria cultural. Quem direciona seus interesses na *web*? Você vai em busca de sua programação cultural e do que gostaria de apreciar ou apenas consome aquilo que lhe oferecem?

Arte e criação

Ao relacionar-se com o mundo, assim como qualquer pessoa, o artista experimenta sensações boas ou ruins, que o afetam, o mobilizam, deixam nele alguma marca. Mas, diferentemente daqueles que não são artistas, ele é capaz de transformar as percepções e os sentimentos em algo – uma música, uma pintura, uma escultura, um poema ou outra obra de arte – que condensa esse estado. Outra pessoa, quando entra em contato com o objeto artístico, sente-se afetada por ele, com sensações boas, não tão boas ou mesmo ruins. Por essa razão, Gilles Deleuze e Félix Guattari, quando falam da potência criativa da arte, dizem que aquilo que o artista cria, a obra de arte, é um "bloco de sensações". A obra traz em si as sensações do artista, sendo por isso capaz de provocar novas sensações nas pessoas.

Os sentimentos da pessoa que usufrui a obra não são necessariamente os mesmos do artista. Cada um tem suas próprias percepções e uma mesma obra pode provocar reações muito diferentes nas diversas pessoas que entram em contato com ela. Diante de um trabalho de Jackson Pollock (1912-1956), por exemplo – artista que pintou de forma intensa, jogando tinta sobre a tela e formando composições bastante inusitadas –, algumas pessoas veem não mais do que borrões de tinta; outras podem analisar as cores utilizadas, a composição de tons e formas, a intensidade de cada jato de tinta que foi arremessado, e sentir alegria, tristeza, angústia, raiva, beleza...

Reprodução/Museu Neuberger, State University of New York, EUA

Rudolph Burckhardt/Sygma/Corbis/Latinstock

À esquerda, Number 8 *(detalhe), feita por Pollock em 1949. O que essa obra desperta em você? Na imagem menor, o artista trabalhando em uma de suas criações.*

As várias formas de pensar

Afinal, por que exatamente a filosofia, como já estudamos, mantém com a mitologia, a religião e o senso comum relações muitas vezes conflituosas, enquanto seus vínculos com a arte e a ciência são mais estreitos?

Vamos pensar: uma obra de arte, seja ela qual for, é produto de uma experiência do pensamento que o artista vivenciou e tem o potencial de despertar em outras pessoas a sensibilidade e a curiosidade, instigando-as a pensar. Da mesma forma, uma teoria científica é também um produto do pensamento de um cientista e estimula outras pessoas a refletir. A filosofia, igualmente, consiste em produzir conceitos com base em experiências do pensamento e gerar, assim, outros pensamentos.

Portanto, com as formas de enfrentar o mundo que não convidam nem incitam a um pensamento constante, a filosofia não pode interagir com a mesma intensidade. Esse é o caso da mitologia, da religião e do senso comum. Com aquelas formas que estão o tempo todo nos fazendo pensar – a ciência e a arte – a filosofia dialoga e nelas interfere, da mesma forma que recebe suas influências e interferências.

Assim, ciência, arte e filosofia são formas distintas de pensar, mas que se complementam na invenção de novas perspectivas a respeito do mundo e da existência.

Trabalhando com textos

Dos dois textos a seguir, o primeiro aborda o pensamento científico e o segundo trata da importância da arte para o exercício de um pensamento livre. Leia-os atentamente.

Texto 1

Para pensar cientificamente, precisamos lidar com os conhecimentos e preconceitos já cristalizados, como as **opiniões** – grande obstáculo a ser removido –, conforme explica o filósofo Gaston Bachelard (1884-1962) no texto a seguir.

A formação do espírito científico

A ideia de partir de zero para fundamentar e aumentar o próprio acervo só pode vingar em culturas de simples justaposição, em que um fato conhecido é imediatamente uma riqueza. Mas, diante do mistério do real, a alma não pode, por decreto, tornar-se ingênua. É impossível anular, de um só golpe, todos os conhecimentos habituais. Diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber. Quando o espírito se apresenta à cultura cientí-

fica, nunca é jovem. Aliás, é bem velho, porque tem a idade de seus preconceitos. Aceder à ciência é rejuvenescer espiritualmente, é aceitar uma brusca mutação que contradiz o passado.

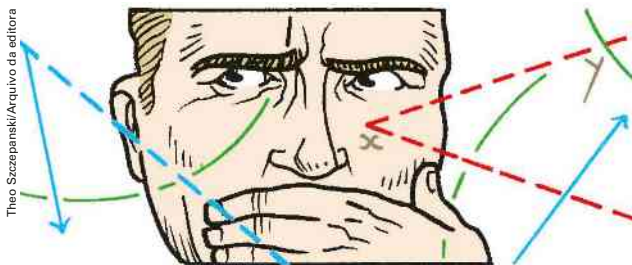
A ciência, tanto por sua necessidade de coroamento como por princípio, opõe-se absolutamente à opinião. Se, em determinada questão, ela legitima a opinião, é por motivos diversos daqueles que dão origem à opinião; de modo que a opinião está, de direito, sempre errada. A opinião ***pensa*** *mal;* ***não pensa****:* ***traduz*** *necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos pela utilidade, ela se impede de conhecê-los. Não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é primeiro obstáculo a ser superado. Não basta, por exemplo, corrigi-la em determinados pontos, mantendo, como uma espécie de moral provisória, um conhecimento vulgar provisório. O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza. Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse* ***sentido do problema*** *que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído.*

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 17-18.

Questões sobre o texto

1 O que quer dizer a seguinte afirmação de Bachelard: “Aceder à ciência é rejuvenescer espiritualmente [...]”? Utilize dados do próprio texto e as informações sobre as características da ciência moderna que você estudou neste capítulo.

2 Por que, segundo o texto, a formulação do problema caracteriza o espírito científico?

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Texto 2

Para Nietzsche, apenas quando usamos o “chapéu de bobo” a vida é suportável. Segundo esse filósofo, a arte nos ajuda a deixar de ser “pesados e sérios” e experimentar o pensamento livre.

A gaia ciência – aforismo 107

Nossa derradeira gratidão para com a arte. – *Se não tivéssemos aprovado as artes e inventado essa espécie de culto do não verdadeiro, a percepção de inverdade e mendacidade geral, que até agora nos é dada pela ciência – da ilusão e do erro como condições de existência cognoscente e sensível –, seria intolerável para nós. A retidão teria por consequência a náusea e o suicídio. Mas agora a nossa retidão tem uma força contrária, que nos ajuda a evitar consequências tais: a arte como a boa vontade da aparência. Não proibimos sempre que os olhos arredondem, terminem o poema, por assim dizer: e então não é mais a eterna imperfeição, que carregamos pelo rio do vir a ser – então cremos carregar uma deusa e ficamos orgulhosos e infantis com tal serviço.*

Como fenômeno estético a existência ainda nos é ***suportável****, e por meio da arte nos são dados olhos e mãos e, sobretudo, boa consciência para* ***poder*** *fazer de nós mesmos um tal fenômeno. Ocasionalmente precisamos descansar de nós mesmos, olhando-nos de cima e de longe e, de uma artística distância, rindo de nós ou chorando por nós; precisamos descobrir o* ***herói*** *e também o* ***tolo*** *que há em nossa paixão do conhecimento, precisamos nos alegrar com nossa estupidez de vez em quando, para poder continuar nos alegrando com a nossa sabedoria! E justamente por sermos, no fundo, homens pesados e sérios, e antes pesos do que homens, nada nos faz tanto bem como o* ***chapéu do bobo****: necessitamos dele diante de nós mesmos – necessitamos de toda arte exuberante, flutuante, dançante, zombeteira, infantil e venturosa, para não perdermos a* ***liberdade de pairar acima das coisas****, que o nosso ideal exige de nós. Seria para nós um* ***retrocesso*** *cair totalmente na moral, justamente com a nossa suscetível retidão, e, por causa das severas exigências que aí fazemos a nós mesmos, tornamo-nos virtuosos monstros e espantalhos. Devemos também* ***poder*** *ficar* ***acima*** *da moral: e não só ficar em pé, com a angustiada rigidez de quem receia escorregar e cair a todo instante, mas também flutuar e brincar acima dela! Como poderíamos então nos privar da arte, assim como do tolo? – E, enquanto vocês tiverem alguma* ***vergonha*** *de si mesmos, não serão ainda um de nós!*

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 132-133.

Questões sobre o texto

1 Segundo Nietzsche, na arte as pessoas podem “descansar de si mesmas”. O que ele quis dizer com isso?

2 O aforismo citado fala sobre um “espírito livre”. De acordo com sua leitura do texto e a relação entre filosofia e arte, responda: qual é o significado dessa expressão?

Cognoscente: aquele que conhece; existência cognoscente: a existência que produz conhecimentos.
Mendacidade: característica do que é mentiroso, falso.
Retidão: característica daquilo que é reto. No texto, trata-se de uma retidão moral, retidão de caráter.
Suscetível: que tem tendência para receber influências.

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1 Podemos falar em "ciência" na Antiguidade? Cite exemplos da produção de um conhecimento sistematizado naquela época.

2 Quais são os dois componentes básicos da ciência moderna?

3 De acordo com o que foi visto neste capítulo, explique por que a arte é importante para a vida humana.

4 Explique o conceito de "indústria cultural" e seu impacto na produção artística contemporânea.

5 Reflita sobre a letra da música "A ciência em si" e escreva um pequeno texto, relacionando-a às noções de mito e ciência.

A ciência em si

Se toda coincidência
Tende a que se entenda
E toda lenda
Quer chegar aqui
A ciência não se aprende
A ciência apreende
A ciência em si
Se toda estrela cadente
Cai pra fazer sentido
E todo mito
Quer ter carne aqui
A ciência não se ensina
A ciência insemina
A ciência em si
Se o que se pode ver, ouvir, pegar, medir, pesar
Do avião a jato ao jaboti
Desperta o que ainda não, não se pôde pensar
Do sono do eterno ao eterno devir
Como a órbita da terra abraça o vácuo devagar
Para alcançar o que já estava aqui
Se a crença quer se materializar
Tanto quanto a experiência quer se abstrair
A ciência não avança
A ciência alcança
A ciência em si

ANTUNES, Arnaldo; GIL, Gilberto. A ciência em si. In: Gilberto GIL: *Quanta* (CD), Warner Music, 1997. Letra disponível em: <www.gilbertogil.com.br/sec_disco_interno.php?id=34>. Acesso em: 30 jan. 2016.

6 Faça uma pesquisa (na internet, em bibliotecas, em bancas de jornal) sobre as revistas de divulgação científica disponíveis hoje no Brasil. Escolha um ou mais artigos sobre um tema atual e, em grupo, preparem uma apresentação para os colegas, de modo a promover uma discussão sobre o tema. A apresentação deve ser precedida pela elaboração, em grupo, de uma análise crítica do artigo ou conjunto de artigos, explicitando:

a) a hipótese ou hipóteses do autor;
b) o método utilizado na pesquisa;
c) as principais conclusões do texto.

7 No texto a seguir, **Claude Lévi-Strauss** (biografia na página seguinte) rejeita a ideia de uma ruptura absoluta entre o pensamento mítico e a ciência. Ele afirma que é preciso considerar ambos "em paralelo", pois há mais proximidade entre eles do que supõe a visão comum.

Não voltamos, contudo, à tese vulgar (aliás admissível, na perspectiva estreita em que se coloca), segundo a qual a magia seria uma modalidade tímida e balbuciante da ciência: pois nos privaríamos de todos os meios de compreender o pensamento mágico se pretendêssemos reduzi-lo a um momento ou a uma etapa da evolução técnica e científica. Mais como uma sombra que antecipa a seu corpo, ela é, num sentido, completa como ele, tão acabada e coerente em sua imaterialidade quanto o ser sólido por ela simplesmente precedido. O pensamento mágico não é uma estreia, um começo, um esboço, parte de um todo ainda não realizado; forma um sistema bem articulado; independente, neste ponto, desse outro sistema que constituirá a ciência, exceto quanto à analogia formal que os aproxima; e que faz do primeiro uma espécie de expressão metafórica do segundo.

Fotografia reproduzida no livro Saudades do Brasil*, de 1994. Aqui o antropólogo francês interage com indígenas brasileiros em sua pesquisa de campo, na década de 1930.*

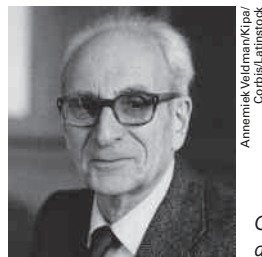
Em lugar, pois, de opor magia e ciência, melhor seria colocá-las em paralelo, como duas formas de conhecimento, desiguais quanto aos resultados teóricos e práticos (pois, sob este ponto de vista, é verdade que a ciência se sai melhor que a magia, se bem que a magia preforme a ciência no sentido de que triunfa também algumas vezes), mas não pelo gênero de operações mentais, que ambas supõem, e que diferem menos em natureza que em função dos tipos de fenômeno a que se aplicam.

Estas relações decorrem, com efeito, das condições objetivas em que surgiram o conhecimento mágico e o conhecimento científico. A história deste último é bastante curta para que estejamos bem informados a seu respeito; mas o fato de a origem da ciência moderna montar apenas há alguns séculos cria um problema, sobre o qual os etnólogos ainda não refletiram suficientemente; o nome paradoxo neolítico caber-lhe-ia perfeitamente.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus. 2005.

O que você pensa sobre essa questão? Com base em tudo o que estudamos no capítulo, elabore uma dissertação desenvolvendo o seu ponto de vista.

Claude Lévi-Strauss (1908-2009)

Annemiek Veldman/Kipa/Corbis/Latinstock

Claude Lévi-Strauss, em foto da década de 1980.

Filósofo e etnólogo nascido em Bruxelas, Bélgica, foi professor na Universidade de São Paulo (USP), em instituições norte-americanas e em instituições francesas, especialmente o Collège de France. Com base em suas pesquisas feitas com indígenas brasileiros, criou a antropologia estrutural, uma nova forma de fazer pesquisas antropológicas que teve grande impacto no pensamento francês do século XX, nos mais variados campos. Foi autor de diversas obras, dentre as quais: *As estruturas elementares do parentesco* (1949), *Antropologia estrutural* (1958) e *O pensamento selvagem* (1962).

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Na introdução de uma dissertação, além de deixar claro o seu posicionamento em relação ao tema que será desenvolvido, é importante conquistar a atenção do leitor. Para isso, você pode começar seu texto, por exemplo, com uma declaração sucinta, uma pergunta, um fato histórico, uma citação ou até mesmo um ponto de vista que será contra-argumentado. Aproveite este momento do texto para problematizar o tema.

A introdução não deve ser longa, mas também não será boa se tiver apenas uma frase. O ideal é que tenha um número de frases suficiente para anunciar ao leitor as ideias que serão desenvolvidas. Isso corresponde a uma média de três a cinco frases.

É LÓGICO!

Como vimos anteriormente, lidamos o tempo todo com argumentos, que são formados por proposições que, por sua vez, podem ser verdadeiras ou falsas. Quantas vezes não somos enganados por um argumento que parece correto e depois percebemos que não era? Será possível distinguir entre argumentos válidos e argumentos inválidos? Essa é uma das coisas que a **lógica** nos ensina.

As **proposições** sempre dizem respeito a alguma coisa. Por isso podem ser verdadeiras, quando correspondem àquilo que afirmam, ou falsas, quando essa correspondência não existe. Isso fica fácil de entender no caso de proposições que dizem respeito a fatos. Por exemplo, quando dizemos que há um ponto de ônibus em frente ao local aonde vamos, este é um fato que pode ser verificado. Se, de fato, o ônibus parar ali, a proposição é considerada verdadeira; se o ônibus parar apenas no quarteirão seguinte, a proposição será considerada falsa. Outro exemplo: “O sol está brilhando” é uma proposição que pode ser facilmente constatada e podemos verificar se é verdadeira ou falsa. A este tipo de proposição chamamos **juízo de fato**, porque se refere a fatos concretos.

Já no caso do outro exemplo que demos no capítulo anterior, sobre o jogador de futebol, as coisas ficam mais complicadas. É que, quando afirmamos que “o jogador *x* é um craque”, estamos fazendo uma avaliação de suas qualidades. Isso é verdadeiro ou não? Depende de quem avalia... É como dizer que um quadro é bonito ou como dizer que um filme é interessante – nem todos concordam. A esse tipo de proposição chamamos **juízo de valor**, porque a afirmação está baseada em uma avaliação pessoal. A verdade da proposição, nesse caso, não é objetiva: não é como olharmos pela janela para ver se, de fato, o sol está brilhando. A verdade é “subjetiva”, depende do sujeito que a avalia: alguns considerarão verdadeira a afirmação de que “*x* é um craque”, mas outros poderão discordar dela, dizendo ser falsa.

Se as proposições podem ser verificadas como verdadeiras ou falsas pela sua relação com os fatos, os argumentos, por sua vez, precisam ser validados. O que a lógica nos ensina é que às vezes um argumento, mesmo constituído por proposições verdadeiras, pode não ser válido. Ele tem toda a aparência de ser correto, mas nos engana. Como será isso? Veremos nos capítulos seguintes.

Sugestão de leituras e de filmes

Leituras

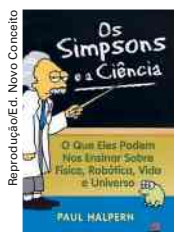
Reprodução/Ed. Cultrix

CAPRA, Fritjof. *A ciência de Leonardo da Vinci*. São Paulo: Cultrix, 2008.

A obra examina as produções científicas e tecnológicas do grande gênio do Renascimento.

Reprodução/ Ed. Companhia das Letras

GLEISER, Marcelo. *A dança do Universo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Professor de física e de astronomia, o autor fala de modo descomplicado sobre o Universo e as concepções que foram produzidas sobre ele, da Antiguidade até os dias de hoje.

Reprodução/Ed. Novo Conceito

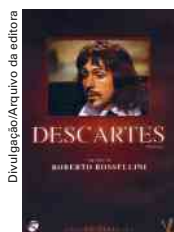
HALPERN, Paul. *Os Simpsons e a ciência*. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2008.

De forma divertida, o livro investiga temas como ecologia, tecnologias, viagens espaciais e mutações genéticas, entre outros.

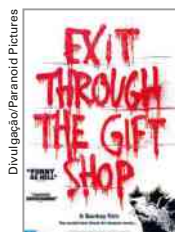
Reprodução/Ed. Moderna

MARTINS, Roberto de Andrade. *O Universo:* teorias sobre sua origem e evolução. São Paulo: Moderna, 1994.

A obra traz uma abordagem bastante didática e esclarecedora sobre a astronomia.

Filmes

Divulgação/Arquivo da editora

***Descartes*. Direção de Roberto Rossellini. Itália, 1974. (162 min).**

Cinebiografia do filósofo René Descartes relatando suas ideias, suas atuações no campo da matemática e da geometria, e em especial sua preocupação com a construção de um método para a filosofia.

Divulgação/Paranoid Pictures

***Exit through the gift shop*. Direção de Banksy. Estados Unidos/Reino Unido, 2010. (87 min).**

O documentário aborda de forma cômica e abrangente o mundo da *street art* (‘arte de rua’) e seus principais personagens no cenário norte-americano e europeu. Colhendo relatos de diversos artistas, incluindo o do misterioso Banksy, que nunca revelou sua identidade, o documentário joga com o real e o fictício, expondo as contradições que movem a arte contemporânea.

Divulgação/Columbia TriStar

***Frankenstein de Mary Shelley*. Direção de Kenneth Branagh. Estados Unidos, 1994. (118 min).**

Adaptação do romance da escritora inglesa Mary Shelley sobre o médico que cria um monstro usando partes de cadáveres. É uma interessante reflexão em torno dos limites da ciência.

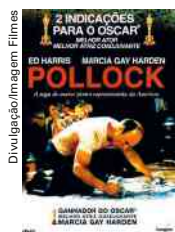
Divulgação/Arquivo da editora

***Giordano Bruno*. Direção de Giuliano Montaldo. Itália, 1973. (114 min).**

O filme mostra o processo da Inquisição contra o monge e filósofo Giordano Bruno, que defendia ideias consideradas heréticas pela Igreja católica e foi queimado em praça pública na cidade de Roma em 1600.

Claudia Raschke-Robinson/ Anthos Media

***Particle Fever*. Direção de Mark Levinson. Estados Unidos, 2014. (99 min).**

O documentário acompanha o trabalho de cientistas no maior acelerador de partículas do mundo, na época em que foi descoberta a partícula de Higgs. O documentário nos coloca em contato com a física contemporânea de forma acessível e envolvente.

Divulgação/Imagem Filmes

***Pollock*. Direção de Ed Harris. Estados Unidos, 2000. (117 min).**

Com base na biografia do pintor norte-americano, o filme faz uma reflexão sobre a vida de um artista e as reações do público perante suas obras.

A filosofia na história

Consulte na linha do tempo presente no final deste livro o contexto histórico e cultural dos acontecimentos mencionados aqui, bem como os filósofos que se destacaram no período em questão.

Embora civilizações antigas, como a egípcia, a indiana e a chinesa, cultivassem conhecimentos e visões de mundo sofisticadas, foi na Grécia antiga que a filosofia nasceu e se desenvolveu. No Capítulo 1 desta Unidade, vimos que entre os gregos havia uma cultura pluralista, aberta a influências e estimuladora de um pensamento autônomo, debatido e polemizado. Há, no entanto, outros motivos igualmente importantes que favoreceram o nascimento da filosofia entre os gregos.

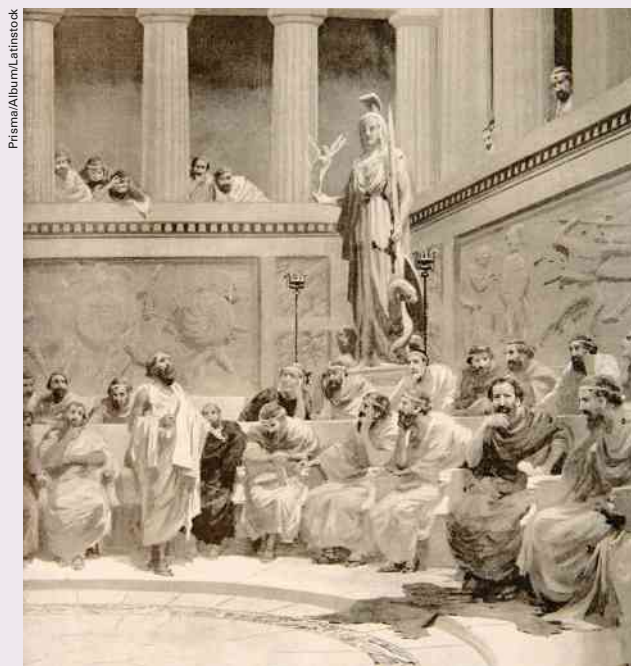
Toda vez que nos referimos à Grécia antiga, estamos na verdade nos referindo a um conjunto de cidades politicamente independentes umas das outras. Reveja o mapa da página 14 e observe que essas cidades se situavam ao longo de todo o mar Mediterrâneo, mas se concentravam na península em que hoje se localiza o país que conhecemos por Grécia. No século V a.C., Atenas concentrou diversas realizações culturais e transformações políticas. É por isso que ela é frequentemente tomada como exemplo.

Sólon e Clístenes, dois políticos atenienses, foram os principais responsáveis por reformas políticas que permitiram o desenvolvimento da democracia na cidade. Essas reformas estabeleceram leis que contrariavam alguns costumes patriarcais e dividiram de maneira mais equitativa o poder. Primeiro, os grupos mais poderosos tiveram seus poderes igualados aos dos menos poderosos. Mais tarde, todos os cidadãos (dentro das restrições que vimos no capítulo 1) passaram a ter os mesmos direitos e deveres, princípio chamado *isonomia*. Antes dessas reformas, as leis eram feitas no Areópago por um pequeno grupo de pessoas sob a influência da deusa Atenas, que, segundo a tradição, só falava a alguns. Mas Clístenes instituiu o tribunal popular e a assembleia, que passaram a debater questões importantes para a cidade na presença de todos os cidadãos e em um local circular, para que todos estivessem diante de todos. Na assembleia, todos os cidadãos têm direito à palavra, princípio chamado *isegoria*.

Essa nova configuração do espaço político exigiu mudanças na mentalidade política dos cidadãos atenienses. Nessa nova sociedade, eles não apenas obedeciam às decisões e às leis, mas tomavam decisões e faziam as leis que deveriam ser obedecidas. Os homens passaram ao centro, determinando os destinos da cidade e, portanto, tiveram de pensar por si mesmos. Não havia mais respostas vindas de cima e todas as decisões poderiam ter seus pressupostos questionados, de maneira que quem defendia tal ponto de vista teria de explicá-lo e quem o criticava também.

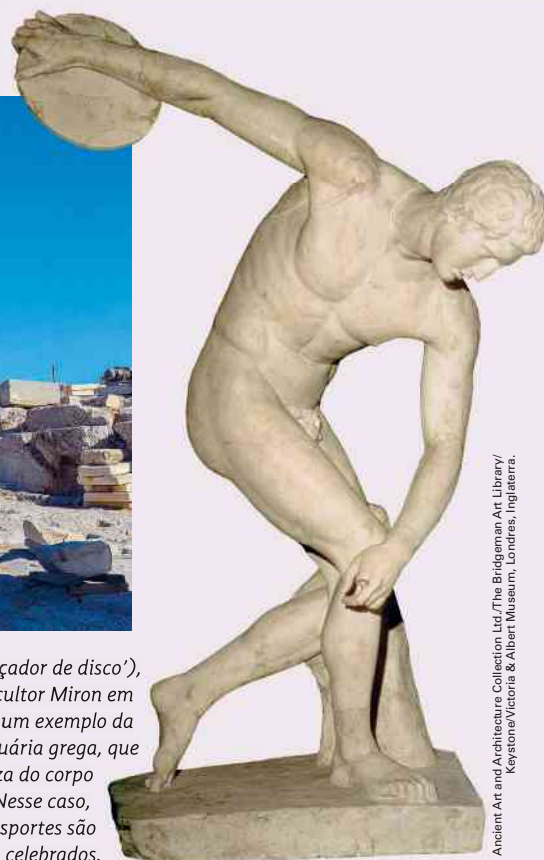
A filosofia é justamente essa forma de pensamento que questiona os pressupostos e que, nessa nova forma política, é muito estimulada. No início, a filosofia se ocupava da natureza, em busca de suas leis e de uma cosmologia. Mas, pouco a pouco, as demandas de cunho político, moral e ético fizeram com que o ser humano, e não mais os deuses, ocupasse o centro das atenções.

Prisma/Album/Latinstock

Prisma/Album/Latinstock

À esquerda, imagem de debate em ágora ateniense, de William S. Bagdatopoulos (1888-1965); acima, abertura das atividades do Congresso Nacional, em Brasília (DF). Dos ideais e conceitos políticos ao modelo arquitetônico das instituições públicas, as inovações culturais e políticas realizadas pelos gregos entre o nascimento e a consolidação da filosofia se refletem ainda hoje.

É nesse contexto que Sócrates, segundo Cícero (106 a.C.-43 a.C.), "trouxe a filosofia dos céus para a terra" e deu grande impulso ao que Deleuze chama "potência do pensamento". Também a arte, outra "potência do pensamento", se desenvolveu muito nesse período áureo de Atenas. Durante o governo de Péricles (461 a.C.-429 a.C.), grandes obras arquitetônicas, como o Parthenon, foram construídas. A escultura grega chegou ao seu ponto mais alto com as obras de Fídias. Os três grandes autores trágicos, Sófocles, Eurípedes e Ésquilo, também produziram suas peças teatrais nesse momento. Na Medicina, destaca-se a obra de Hipócrates, considerado o pai desse saber. Heródoto e Tucídides narraram fatos memoráveis do passado sem recorrer aos mitos, e deram início à historiografia e ao conhecimento que hoje chamamos História.

Kotsovolos Panagiotis/Shutterstock

O Parthenon foi um templo erguido para a deusa Atena. É um símbolo tanto da arquitetura grega quanto da democracia, pois sua longa construção foi decidida em assembleia, que também escolhia anualmente os cidadãos responsáveis pela fiscalização da obra. Foto de 2015.

O discóbolo (*'lançador de disco'*), *feito pelo escultor Miron em 450 a.C., é um exemplo da grande estatuária grega, que celebrava a beleza do corpo humano. Nesse caso, também os esportes são celebrados.*

Ancient Art and Architecture Collection Ltd./The Bridgeman Art Library/Keystone/Victoria & Albert Museum, Londres, Inglaterra.

1 Com base no texto de Jean-Pierre Vernant, abaixo, e no conteúdo da Unidade 1, indique os "vínculos demasiado estreitos" entre o advento da pólis e o nascimento da filosofia.

Advento da pólis, nascimento da filosofia: entre as duas ordens de fenômenos, os vínculos são demasiado estreitos para que o pensamento racional não apareça, em suas origens, solidário das estruturas sociais e mentais próprias da cidade grega. [...] *De fato, é no plano político que a Razão, na Grécia, primeiramente se exprimiu, constituiu-se e formou-se. A experiência social pôde tornar-se entre os gregos objeto de uma reflexão positiva, porque se prestava, na cidade, a um debate público de argumentos.* [...] *A razão grega é a que de maneira positiva, refletida, metódica, permite agir sobre os homens, não transformar a natureza. Dentro de seus limites, como em suas inovações, ela é filha da cidade.*

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, 1986. p. 141-143.

2 Considerando a concepção racional de destino, que se refletiu na vida política ateniense por meio da democracia, de que modo ela se diferencia da concepção de destino derivada da religião, do mito e do senso comum?

3 Embora muitos considerem que vivemos, hoje, em uma sociedade democrática e que a filosofia, a ciência e a arte estão muito desenvolvidas, é comum encontrarmos conflitos entre alguma das formas de potência do pensamento e a mitologia, a religião ou o senso comum, o que prova que essas três formas de pensamento ainda vigoram entre nós. Identifique um desses conflitos no mundo atual. Qual é a sua posição a respeito dele?

Um diálogo com história e sociologia

O jovem e o exercício do pensamento

Você já parou para pensar em como os conteúdos e as investigações das disciplinas que você estuda na escola possibilitam uma interação, um diálogo com as questões presentes em seu cotidiano? Isso ocorre porque os conhecimentos não são isolados: eles se relacionam e se complementam, tendo em vista a compreensão da realidade em que vivemos.

No caso da filosofia, um tipo de conhecimento muito antigo e que abarca muitos objetos de estudo, isso é ainda mais evidente: muitas das disciplinas que estudamos hoje foram um dia parte da filosofia. Ao pensar filosoficamente, focamos os mais variados objetos, sem perder a noção de que eles compõem um todo, isto é, fazem parte do mundo.

Dessa forma, não há como estudar filosofia sem estar em relação direta com as outras disciplinas e áreas do conhecimento. E ainda mais: não há como produzir filosofia sem o diálogo com as artes e as ciências.

Ao realizar as atividades desta seção, observe como a filosofia interage com outras áreas. Quando essas relações são estabelecidas, o estudo fica ainda mais significativo e – por que não? – mais divertido.

Após ler o artigo "Saudade para quê?", escrito por Serginho Groisman (1950-) para a Edição Especial Jovens da revista *Veja*, publicada em junho de 2004, e trechos da canção "Tempo perdido", de Renato Russo (1960-1996), faça o que se propõe a seguir.

Texto 1

Saudade para quê?

Existem jovens que sentem nostalgia por não ter sido jovens em gerações passadas. Saudade do enfrentamento com os militares dos anos [19]70, da organização estudantil nas ruas, do sonho socialista-comunista-anarquista-marxista-leninista.

Ter saudade da ditadura é ter saudade de conhecer a tortura, o medo, a falta de liberdade e a morte. Ser jovem naquela época era coexistir com a morte, ver os amigos ser tirados das salas de aula para o pau de arara, para o choque elétrico, para as humilhações. Da mesma forma, quem sente nostalgia dos anos [19]80 se esquece do dogmatismo limitante das tribos daqueles tempos, fossem punks*, góticos ou metaleiros. Hoje, é a vez dos mauricinhos-patricinhas-*cybermanos-junkies*, das* raves*, do* crack*, da segurança dos* shoppings *e do Beira-Mar. Um cenário que pode parecer aborrecido ou irritante para muita gente que tem uma visão romântica de outras décadas. Mas nada melhor que a liberdade que temos hoje para saber qual é a real de uma juventude e de uma sociedade. Hoje, a juventude é mais tolerante com as diferenças. Hoje, existem ferramentas melhores para a pesquisa e a diversão. Hoje, a participação em ONGs é grande e isso mostra um país que trabalha, apesar do Estado burocrático. O país está melhor. Falta muito, mas o olhar está mais atento, e até o sexo está mais seguro. Não temos hinos mobilizadores, mas nem precisamos deles.*

Eliária Andrade/Agência O Globo

Serginho Groisman, em foto de 2010.

O jovem de hoje não precisa mais lutar pelo fim da tortura ou por eleições diretas, pois outras gerações já fizeram isso. Se o país necessitar, é verdade, lá estarão eles de cara limpa, pintada, o que for. Mas é bobagem achar, como pensam os nostálgicos, que tudo já foi feito. Há muito por realizar pelo país. Seria bom, por exemplo, se a juventude participasse de forma mais efetiva na luta pela educação e pela leitura. Sim, porque lemos pouco, muito pouco. Ler mais vai fazer a diferença. Transformar a chatice da obrigação de ler Machado de Assis no prazer absoluto de ler Machado de Assis. Repensar a escola também é fundamental. Dar ao aluno mais responsabilidade pelo próprio destino e a chance de se autoavaliar e avaliar seus professores. Reformular o sistema de avaliação e transformar a escola numa atividade de prazer: trazer para dentro dos colégios os temas da atualidade, além de transformar numa atividade doce o trinômio física-química-biologia.

Vivemos num país que mistura desdentados com marombados, famintos com bad boys*, motins em prisões com* raves *na Amazônia, malabares nos cruzamentos com gatinhas tatuadas, crianças com 15 anos na Febem e outras com 15 na Disney. É Macunaíma dando passagem aos tropicalistas, numa maçaroca que é o samba-enredo chamado Brasil. É um país*

com muitas diferenças – e acabar com elas é papel dos jovens. A juventude deve, acima de tudo, saber desconfiar das verdades absolutas. Desconfiar sempre é ser curioso, pesquisador, renovador, transgressor. Seja intransigente na transgressão. Sempre diga não ao não – e desafine o coro dos contentes.

GROISMAN, Serginho. Saudade para quê? *Veja*. Edição Especial Jovens. São Paulo: Abril, n. 32, p. 82, jun. 2004.

Juvenal Pereira/Agência Estado

O grupo de rock Legião Urbana, em foto de 1986.

Texto 2

Tempo perdido

Todos os dias quando acordo,
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo:
Temos todo o tempo do mundo.

Todos os dias antes de dormir,
Lembro e esqueço como foi o dia:
"Sempre em frente,
Não temos tempo a perder".
[...]

O que foi escondido é o que se escondeu
E o que foi prometido,
ninguém prometeu.
Nem foi tempo perdido;
Somos tão jovens.

RUSSO, Renato. Tempo perdido. In: *Dois* (CD), EMI-Odeon, 1986.

1 O artigo menciona a ditadura militar e a organização estudantil, que marcaram os anos 1970. Faça uma pesquisa em bibliotecas e na internet sobre o movimento estudantil no Brasil e escreva um breve relatório comparando as principais reivindicações feitas pelos jovens naquela década e atualmente. O que mudou?

2 Releia o trecho do artigo destacado abaixo:

Mas é bobagem achar, como pensam os nostálgicos, que tudo já foi feito. Há muito por realizar pelo país. Seria bom, por exemplo, se a juventude participasse de forma mais efetiva na luta pela educação e pela leitura. Sim, porque lemos pouco, muito pouco. [...] Repensar a escola também é fundamental. [...] Reformular o sistema de avaliação e transformar a escola numa atividade de prazer [...].

a) Qual é a sua opinião sobre esse trecho? Você concorda ou discorda dele?
b) Em sua opinião, o que mais precisa ser feito pelo nosso país? O que você faz para contribuir com isso?

3 A canção do grupo Legião Urbana nos faz pensar sobre o tempo e a História. A cada dia, já não temos o tempo que passou, mas temos um futuro aberto. Como nos relacionamos com o passado: nostalgicamente ou utilizando-o como experiência para a construção do futuro? Com base no artigo de Serginho Groisman, argumente em torno dessa questão.

4 Releia os trechos abaixo:

A juventude deve, acima de tudo, saber desconfiar das verdades absolutas. Desconfiar sempre é ser curioso, pesquisador, renovador, transgressor. Seja intransigente na transgressão. Sempre diga não ao não – e desafine o coro dos contentes.

O que foi escondido é o que se escondeu,
E o que foi prometido, ninguém prometeu,
Nem foi tempo perdido;
Somos tão jovens.

Escreva um pequeno texto relacionando os trechos às ideias estudadas nesta Unidade.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

Enem

1 (Enem 2014)

A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles, vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto.

GALILEI, G. O ensaiador. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

No contexto da Revolução Científica do século XVII, assumir a posição de Galileu significava defender a

a) continuidade do vínculo entre ciência e fé dominante na Idade Média.
b) necessidade de o estudo linguístico ser acompanhado do exame matemático.
c) oposição da nova física quantitativa aos pressupostos da filosofia escolástica.
d) importância da independência da investigação científica pretendida pela Igreja.
e) inadequação da matemática para elaborar uma explicação racional da natureza.

2 (Enem 2015)

A filosofia grega parece começar com uma ideia absurda, com a proposição: a água é a origem e a matriz de todas as coisas. Será mesmo necessário deter-nos nela e levá-la a sério? Sim, e por três razões: em primeiro lugar, porque essa proposição enuncia algo sobre a origem das coisas; em segundo lugar, porque o faz sem imagem e fabulação; e enfim, em terceiro lugar, porque nela, embora apenas em estado de crisálida, está contido o pensamento: Tudo é um.

NIETZSCHE, F. Crítica moderna. In: *Os pré-socráticos*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

O que, de acordo com Nietzsche, caracteriza o surgimento da filosofia entre os gregos?

a) O impulso para transformar, mediante justificativas, os elementos sensíveis em verdades racionais.
b) O desejo de explicar, usando metáforas, a origem dos seres e das coisas.
c) A necessidade de buscar, de forma racional, a causa primeira das coisas existentes.
d) A ambição de expor, de maneira metódica, as diferenças entre as coisas.
e) A tentativa de justificar, a partir de elementos empíricos, o que existe no real.

Vestibulares

3 (UEG 2014) A filosofia surge na Grécia aproximadamente no século VII a.C. e procura formular questões e respondê-las apenas com auxílio da razão, voltando-se contra o mito, os preconceitos e o senso comum. Nessa busca pelo conhecimento do mundo e do homem, ela se constitui, em sua origem, como uma cosmologia racional de tendência monista. Isso significa que a filosofia surge

a) como diálogo da razão com ela mesma, não se interessando inicialmente por questões referentes ao cosmo, sendo sua preocupação primordial o mundo humano.
b) propondo uma concepção racional da ordem cósmica e buscando um princípio único originário.
c) reforçando o testemunho dos sentidos; portanto, afirma a multiplicidade e a transitoriedade de todas as coisas.
d) como um conhecimento alimentado pela codificação mítica e procura elucidar os mistérios dos tempos primordiais por meio de uma verdade revelada.

4 (UEM 2014 – somar respostas corretas)

É, pois, com direito que a filosofia é também chamada a ciência da verdade: o fim da [ciência] especulativa é, com efeito, a verdade, e o da [ciência] prática, a ação; porque, se os práticos consideram o como, não consideram o eterno, mas o relativo e o presente. E nós não conhecemos o verdadeiro sem [conhecer] a causa.

ARISTÓTELES, *Metafísica*, livro II, cap. I. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 39-40.

A partir do texto é correto afirmar que:

01) Aristóteles diferencia a ciência especulativa da ciência prática.
02) A ciência prática volta-se para conhecer as coisas relativas à ação humana.
04) A ciência especulativa busca conhecer como as coisas são, sua condição presente, sua relação.
08) Para Aristóteles, conhecer verdadeiramente algo é conhecer a sua causa.
16) Para Aristóteles a verdade é eterna e imutável.

5 (UFU 2013/2)

A atividade intelectual que se instalou na Grécia a partir do séc. VI a.C. está substancialmente ancorada num exercício especulativo-racional. De fato, "[...] não é mais uma atividade mítica (porquanto o mito ainda lhe serve), mas filosófica; e isso quer dizer uma atividade regrada a partir de um comportamento epistêmico de tipo próprio: empírico e racional".

SPINELLI, Miguel. *Filósofos Pré-socráticos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 32.

Sobre a passagem da atividade mítica para a filosófica, na Grécia, assinale a alternativa correta.

a) A mentalidade pré-filosófica grega é expressão típica de um intelecto primitivo, próprio de sociedades selvagens.
b) A filosofia racionalizou o mito, mantendo-o como base da sua especulação teórica e adotando a sua metodologia.
c) A narrativa mítico-religiosa representa um meio importante de difusão e manutenção de um saber prático fundamental para a vida cotidiana.
d) A Ilíada e a Odisseia de Homero são expressões culturais típicas de uma mentalidade filosófica elaborada, crítica e radical, baseada no logos.

6 (Unesp 2015)

Texto I

Quanto mais as classes exploradas, o "povo", sucumbem aos poderes existentes, tanto mais a arte se distanciará do "povo". A arte pode preservar a sua verdade, pode tornar consciente a necessidade de mudança, mas apenas quando obedece à sua própria lei contra a lei da realidade. A arte não pode mudar o mundo, mas pode contribuir para a mudança da consciência e impulsos dos homens e mulheres que poderiam mudar o mundo. A renúncia à forma estética é abdicação da responsabilidade. Priva a arte da verdadeira forma em que pode criar essa outra realidade dentro da realidade estabelecida – o cosmos da esperança. A obra de arte só pode obter relevância política como obra autônoma. A forma estética é essencial à sua função social.

(Herbert Marcuse. *A dimensão estética*, s/d. Adaptado.)

Texto II

Foi com estranhamento que crítica e público receberam a notícia de que a escritora paulista Patrícia Engel Secco, com a ajuda de uma equipe, simplificou obras de Machado de Assis e de José de Alencar para facilitar sua leitura. O projeto que alterou partes do conto O Alienista *e do romance* A Pata da Gazela *recebeu a aprovação do Ministério da Cultura para captar recursos com a lei de incentivo para imprimir e distribuir, gratuitamente, 600 000 exemplares. Os livros apresentam substituição de palavras e expressões com registro simplificado, como, por exemplo, a troca de "prendas" por "qualidades" em* O Alienista. *"O público-alvo do projeto é constituído por não leitores, ou leitores novos, jovens e adultos, de todos os níveis de escolaridade e faixa de renda", afirmou Patrícia. Autora de mais de 250 títulos, em sua maioria infantis, ela diz que encontra diariamente pessoas que não leem, mas que poderiam se interessar pelo universo de Machado e Alencar se tivessem acesso a uma obra facilitada.*

(Meire Kusumoto. "De Machado de Assis a Shakespeare: quando a adaptação diminui obras clássicas". http://veja.abril.com.br, 12.05.2014. Adaptado.)

Explique o significado da autonomia da obra de arte para o filósofo Marcuse. Considerando esse conceito de autonomia, explique o significado estético do projeto literário de facilitação de algumas obras de Machado de Assis e de José de Alencar.

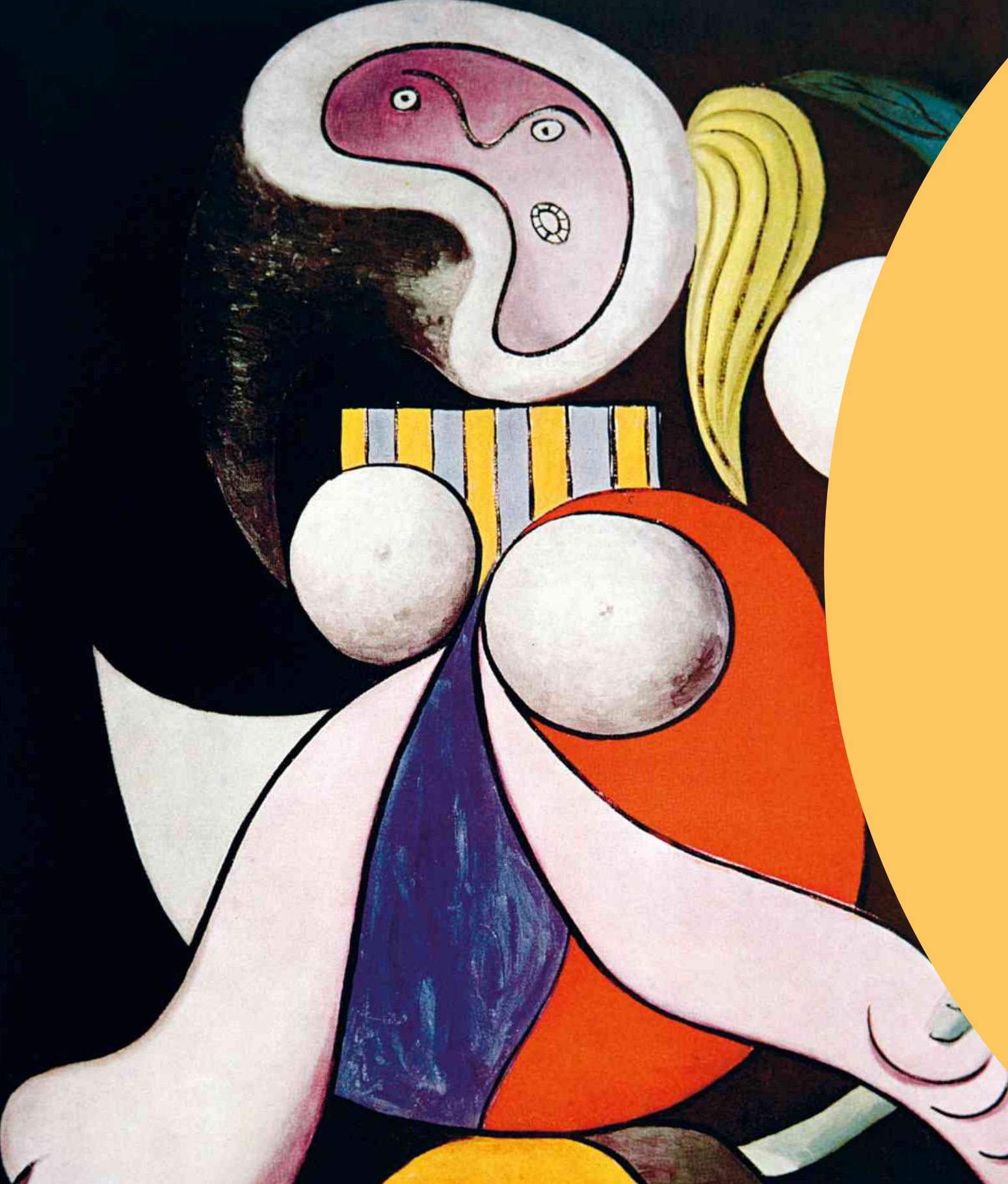
Elementar, meu caro. Depois de aprender um pouco sobre lógica nesta Unidade, vamos começar a exercitar o uso das ferramentas de pensamento. Você verá como um pouco de treino ajuda bastante a pensar de forma mais organizada.

Agora vamos "brincar" com um dos mais clássicos jogos usados para exercitar o pensamento. A versão apresentada abaixo foi traduzida e adaptada de uma publicação *on-line* na seção "Tu cerebro y tú" do jornal espanhol *El País*.

Em uma ilha há 100 habitantes, sendo que todos eles possuem olhos azuis ou olhos castanhos. Todos veem a cor dos olhos dos outros, mas não a cor de seus próprios olhos, uma vez que não há espelhos na ilha. Eles estão proibidos de falar nesse assunto. E mais ainda: uma lei estabelece que, se alguém descobre que tem olhos azuis, precisará abandonar a ilha até as 8h da manhã do dia seguinte. Todos os habitantes da ilha são capazes igualmente de raciocinar e todos são capazes de usar impecavelmente a lógica.

Certo dia, chega à ilha um visitante e, ao olhar para todos os habitantes, diz, sem apontar nenhum deles: "Puxa, que bom que é ver pelo menos uma pessoa com olhos azuis depois de passar tanto tempo em alto-mar!".

Disponível em: <http://verne.elpais.com/verne/2015/04/22/articulo/1429704573_761260.html>. Acesso em: 30 jan. 2016.

- Que consequências este comentário trouxe para os habitantes da ilha? Argumente para justificar sua resposta.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Unidade 2
O que somos?

A essa questão, filósofos de diferentes épocas deram respostas fundamentadas no estudo de atributos que acreditavam ser intrínsecos ao ser humano.

Sócrates e Platão indicaram o dualismo corpo-alma. Aristóteles ressaltou que o ser humano é um ser de linguagem, que utiliza formas lógicas na organização e expressão de ideias e conhecimentos.

Em resposta ao pensamento medieval, que estudou o dualismo e a lógica pela perspectiva das verdades cristãs, os renascentistas realizaram a crítica ao teocentrismo e o elogio ao antropocentrismo. Depois, com Bento de Espinosa, corpo e alma passaram a designar uma só coisa – o ser humano –, na qual mente e corpo estão sempre juntos no agir e no pensar.

Já nos séculos XIX e XX, o ser humano foi considerado sob a ótica de diferentes correntes filosóficas: o materialismo, que define o corpo por meio dos conceitos políticos de natureza e condição humana; a fenomenologia, que prioriza os conceitos epistemológicos de fenômeno e essência; e o existencialismo, que recorre aos conceitos ontológicos de ser, ente e existência.

Sob a influência da linguística, Ludwig Wittgenstein realizou reflexões inovadoras sobre a linguagem, consolidando uma nova área de estudo, a filosofia da linguagem. A sexualidade também se tornou objeto privilegiado de investigações filosóficas, em obras como as de Simone de Beauvoir e Michel Foucault.

Mulher com uma flor, *pintura de Pablo Picasso, feita em 1932.*

Nesta tela, Picasso "explode" a representação: os elementos do corpo estão todos ali, mas com um arranjo completamente diferente. A concepção do artista sobre o modelo, a simbologia das formas e a singularidade da representação buscam traduzir tudo aquilo que define o ser humano: corpo, alma, morte, personalidade, linguagem, sexualidade, etc.

XIX
- **HEGEL** Alemanha
- **KIERKEGAARD** Dinamarca
- **MARX** Alemanha
- **NIETZSCHE** Alemanha

XX
- **HUSSERL** Áustria
- **CASSIRER** Polônia
- **HEIDEGGER** Alemanha
- **WITTGENSTEIN** Áustria
- **SARTRE** França
- **ARENDT** Alemanha
- **MERLEAU-PONTY** França
- **BEAUVOIR** França
- **DELEUZE** França
- **FOUCAULT** França
- **GUATTARI** França

XXI
- **LIPOVETSKY** França

1 O ser humano quer conhecer a si mesmo

COLOCANDO O PROBLEMA

Em algum momento da vida, praticamente todo ser humano pergunta a si mesmo: "Quem sou eu?". A mitologia e a religião, estudadas na primeira unidade, se preocuparam em buscar respostas para essa inquietação, assim como a filosofia. A partir das descobertas de Darwin (1809-1882) e de sua teoria evolucionista, no século XIX, um ramo da ciência também se voltou para o tema, constituindo uma nova disciplina, a antropologia. Numa perspectiva mais subjetiva, também a psicologia trouxe suas contribuições para o enfrentamento da questão.

Da mesma forma, na esfera criativa da arte, essa indagação é um tema recorrente. O poema "O homem; as viagens", de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), é um exemplo. Nele, o poeta reflete sobre a questão e convida o ser humano a empreender a extraordinária viagem de si a si mesmo.

"

O homem; as viagens

O homem, bicho da Terra tão pequeno
chateia-se na Terra
lugar de muita miséria e pouca diversão,
faz um foguete, uma cápsula, um módulo
toca para a Lua
desce cauteloso na Lua
pisa na Lua
planta bandeirola na Lua
experimenta a Lua
coloniza a Lua
civiliza a Lua
humaniza a Lua.

Lua humanizada: tão igual à Terra.
O homem chateia-se na Lua.
Vamos para Marte — ordena a suas máquinas.
Elas obedecem, o homem desce em Marte

pisa em Marte
experimenta
coloniza
civiliza
humaniza Marte com engenho e arte.
Marte humanizado, que lugar quadrado.
Vamos a outra parte?
Claro — diz o engenho
Sofisticado e dócil.
Vamos a Vênus.
O homem põe o pé em Vênus,
Vê o visto — é isto?
idem
idem
idem.

O homem funde a cuca se não for a Júpiter
proclamar justiça junto com injustiça
repetir a fossa
repetir o inquieto
repetitório.

Outros planetas restam para outras colônias.
O espaço todo vira Terra-a-terra.
O homem chega ao Sol ou dá uma volta
só para tever?
Não-vê que ele inventa
Roupa insiderável de viver no Sol.
Põe o pé e:
Mas que chato é o Sol, falso touro
espanhol domado.

Restam outros sistemas fora
do solar a colonizar.
Ao acabarem todos
só resta ao homem
(estará equipado?)
a dificílima dangerosíssima viagem
de si a si mesmo:
pôr o pé no chão
do seu coração
experimentar
colonizar
civilizar
humanizar
o homem
descobrindo em suas próprias inexploradas entranhas
a perene, insuspeitada alegria
de con-viver.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*.
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. p. 718-719.

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Corpo e alma

No primeiro capítulo, vimos que a investigação da natureza ocupava o centro das atenções dos primeiros filósofos. Mas, a partir do século V a.C., Sócrates (c. 469 a.C.-399 a.C.) pôs o ser humano sob o foco do pensamento filosófico grego.

Afirma-se que ele adotou como lema de sua prática filosófica a inscrição que ficava no portal do famoso Oráculo de Delfos, templo dedicado ao deus Apolo: "Conhece-te a ti mesmo". Essa inscrição coloca o ser humano como a fonte e o caminho para a obtenção de todo o conhecimento. Seguindo tal máxima, a vida, examinada e investigada por meio da prática da filosofia, iria se tornar mais digna de ser vivida.

Ainda na Antiguidade, dois outros filósofos deram importantes contribuições para o pensamento a respeito do ser humano: Platão (c. 427 a.C.-347 a.C.) e Aristóteles (c. 384 a.C.-322 a.C.).

Platão afirmava que o ser humano é composto de um **corpo** físico, material, imperfeito e mortal, e de uma **alma**, imaterial, perfeita e imortal. Não se pode pensar no ser humano apenas como um corpo nem apenas como alma; ele é a ligação indissolúvel entre os dois. Precisaria, no entanto, ser conduzido pela alma, que é onde residem a razão e o pensamento, para que sua vida não se perdesse nas imperfeições do mundo físico. Essa teoria, que considera uma oposição entre os atributos do corpo e da alma, é a base daquilo que seria chamado depois de **dualismo psicofísico**. Uma vez controlados os instintos e as paixões do corpo, a alma pode dedicar-se às ideias. Contudo, Platão advertia que o fato de sermos guiados pela alma não significava uma negação do corpo, pois o bom uso da alma depende da saúde do corpo, que precisa ser bem cuidado. Um corpo devidamente exercitado possibilitaria que a alma também se exercitasse corretamente, por meio da prática filosófica.

As águas do Lete, ao lado das planícies do Elísio, *pintura feita por John Roddam Spencer Stanhope, cerca de 1880. Em* A república, *de Platão, encontramos o mito de Er, que narra a jornada das almas rumo à reencarnação. Conduzidas ao rio Lete ('esquecimento', em grego), as almas tinham de beber sua água para se purificar. As almas que bebiam muita água esqueciam mais e se tornavam tolas; as que bebiam menos se tornavam sábias.*

Sem se afastar do dualismo corpo-alma platônico, Aristóteles avançou nos estudos filosóficos sobre o ser humano. Desenvolveu uma teoria na qual distingue os vários atributos da alma, sendo a razão o mais importante deles, por ser encontrada apenas nos seres humanos. Definiu o ser humano como um **animal racional** e um **animal político**.

Os gregos antigos afirmavam que o ser humano só pensa por meio da linguagem, o que significa que pensamento e linguagem estão entrelaçados. Ao afirmar que o ser humano é um animal racional, também Aristóteles quer dizer que ele é dotado de pensamento e de linguagem. Para designar tal característica, ele usou a palavra grega *logos*, que tanto significa 'razão', 'pensamento', quanto 'palavra', 'linguagem'.

Gustavo Gerdhmann/Agência Estado

Protesto de estudantes, pais e professores de São Paulo (SP) contra a proposta de reestruturação da rede estadual de ensino, em 2015. A ação política é o que nos torna de fato humanos, segundo Aristóteles.

Dessa primeira definição decorre a segunda: se somos seres de linguagem, se nos comunicamos com aqueles que são iguais a nós, então, com eles compartilhamos a vida. Por isso somos seres sociais, seres políticos, que não apenas têm necessidade de viver em comunidade, mas que só realizam plenamente sua humanidade na vida política. A palavra política tem origem no termo grego *polis,* 'cidade', e se relaciona ao modo como os gregos conduziam a vida nas cidades, por meio de debates e discussões públicas. Animal político, então, seria aquele que só consegue realizar seu potencial no âmbito da pólis.

Mais tarde, com a expansão do cristianismo, a filosofia esteve estreitamente ligada à religião na Europa. A Igreja católica utilizava argumentos filosóficos para reforçar os ensinamentos cristãos. O ser humano era considerado criação e instrumento de Deus. Sendo assim, o mais importante era conhecer aquilo que o criador espera da criatura. A pergunta, então, não era "quem sou eu?", mas sim "como Deus quer que eu seja?".

Entre os séculos XIV e XVI, a situação começou a se modificar. Era a época do Renascimento, movimento que se difundiu na Europa e que voltou a valorizar as qualidades humanas. **Pensadores renascentistas** (ver boxe na página seguinte) propuseram que o centro das preocupações humanas deixasse de ser Deus (teocentrismo) e passasse a ser o próprio ser humano (antropocentrismo), como forma de recuperar a "dignidade humana".

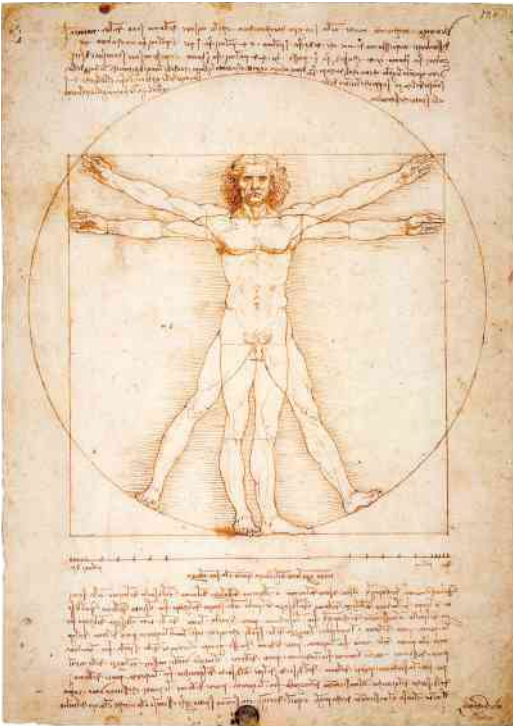
A ênfase no ser humano marcou o Iluminismo (século XVIII), movimento que reafirmou a capacidade da razão em superar as adversidades do mundo. Podemos perceber a importância dada ao conhecimento na *Enciclopédia*, uma volumosa coleção que visava sistematizar todo o saber humano da época e que foi escrita com a colaboração de inúmeros pensadores iluministas. **Voltaire** foi um dos grandes entusiastas do progresso das ciências, das artes e do suposto avanço da civilização europeia, acreditando que as luzes haviam chegado para acabar com a superstição e o obscurantismo.

Voltaire
(1694-1778)

Reprodução/Castelo Ferney-Voltaire, Pays de Gex, França.

Voltaire, em detalhe de retrato feito por Maurice Quentin de la Tour, em 1736.

Pseudônimo de François Marie Arouet. Polêmico e satírico, o escritor foi preso algumas vezes por sua postura crítica à política e à religião. Foi um incansável defensor da liberdade de pensamento e de expressão, e um dos pensadores mais influentes do século XVIII em toda a Europa. É autor de uma obra vasta, na forma de contos, peças de teatro, poesia, tratados filosóficos, cartas. Entre seus trabalhos mais conhecidos estão *Cândido, ou o otimismo* (1759); *Tratado sobre a tolerância* (1763) e *Dicionário filosófico* (1764).

Reprodução/Galeria da Academia, Veneza, Itália.

Com a Revolução Industrial do século XIX, ganhariam forma as preocupações com a "desumanização" trazida pelas técnicas e com a exploração do homem pelo homem na sociedade capitalista, como você verá mais adiante. Assim, a razão ganhava uma posição renovada na filosofia, sendo vista como necessária à crítica dos efeitos de sua própria aplicação. Os avanços científicos nos séculos XIX e XX, especialmente com a formação das várias ciências humanas, também trouxeram conhecimentos que atribuíram novo significado às reflexões sobre o humano no campo da filosofia. Algumas delas são discutidas a seguir.

Homem vitruviano*, feito por Leonardo da Vinci em 1490. Baseando-se nos escritos do arquiteto romano Vitrúvio (século I a.C.), Leonardo desenvolveu este estudo das proporções humanas, cuja imagem se tornou o símbolo do Renascimento.*

PENSADORES RENASCENTISTAS

A filosofia renascentista costuma ser qualificada como um humanismo, por valorizar o ser humano. Entre os pensadores renascentistas, destacam-se:

- **Giovanni Pico della Mirandola (1463-1494)**
  Nobre italiano, erudito e polêmico, publicou em 1480 um discurso denominado "Sobre a dignidade do homem", uma das primeiras obras humanistas.

Reprodução/Galeria Uffizi, Florença, Itália.

Giovanni Pico della Mirandola, em retrato de autoria desconhecida do século XVII.

- **Erasmo de Roterdã (1466-1536)**
  Monge católico nascido nos Países Baixos e profundo crítico da vida monástica. Sua obra mais conhecida é *Elogio da loucura*, de 1509. Para ele, a dignidade do ser humano reside em aceitar-se como tal, agindo de acordo com sua própria consciência. Ser humano é ser louco, mas loucura maior ainda é querer elevar-se além de sua própria condição.

Reprodução/Galeria Nacional, Londres, Inglaterra.

Erasmo de Roterdã, representado pelo artista alemão Hans Holbein, o Jovem, em 1523.

- **Thomas More (1478-1535)**
  Também conhecido pelo nome na forma latina Thomas Morus, exerceu vários cargos políticos na Inglaterra, chegando a ser conselheiro do rei Henrique VIII. Católico radical, recusou-se a reconhecer o divórcio do rei, razão pela qual foi condenado à morte. No século XX foi canonizado pela Igreja católica. Escreveu diversas obras, das quais a mais conhecida é o diálogo *Utopia*, de 1516, no qual descreve uma fantasiosa sociedade perfeita na ilha de Utopia (em grego, 'o não lugar', 'o lugar que não existe'), a fim de criticar a situação política e social inglesa.

Reprodução/Coleção particular, Nova York, EUA.

Thomas More, em pintura de Hans Holbein, o Jovem, feita em 1527.

- **Michel de Montaigne (1533-1592)**
  Pensador francês, Montaigne desenvolveu um estilo de escrita e de pensamento muito particular, no qual sua própria vida e suas preocupações eram o foco. Sua principal obra, *Ensaios*, foi publicada em três livros, entre 1580 e 1588. Não se ocupou em "definir" o ser humano, mas quis apresentá-lo em sua diversidade, discutindo os mais variados temas, desde a política, as guerras, a educação das crianças, a religião e a liberdade, até questões mais subjetivas, como o amor, a amizade, a coragem e a crueldade.

Reprodução/Castelo de Versalhes, França.

Michel de Montaigne, em óleo sobre tela anônimo feito no século XVII.

NATUREZA HUMANA *VERSUS* CONDIÇÃO HUMANA

Na busca pelo sentido do humano, uma pergunta frequente é: o que há em nós que nos faz humanos, tornando-nos singulares em relação a todos os seres da natureza? Em outras palavras: qual é a **natureza humana**? Nessa pergunta está implícita a ideia de que existe uma **essência humana** que nos distingue, por exemplo, dos outros animais, dos vegetais, dos minerais, etc.

Tendo em vista a definição da natureza humana, Aristóteles ressaltou que os humanos são seres racionais – aquilo que lhes caracteriza e lhes torna singulares é o fato de serem dotados de razão. Além disso, se somos dotados de uma natureza humana, significa que já nascemos com ela. O que fazemos ao longo de nossa vida é transformar em ato essas potencialidades que carregamos desde o nascimento.

Observando as pessoas, filósofos procuraram evidências que poderiam confirmar a realização de suas potencialidades. Para alguns, o ser humano se distingue dos demais seres porque pensa, utiliza a linguagem e a razão, o que o caracteriza como *Homo sapiens*; para outros, a natureza humana reside nas relações econômicas, dando origem ao conceito de *homo economicus*; há também quem afirme que apenas o ser humano pode criar, fabricar (*homo faber*); ou trabalhar (*homo laborans*); ou ainda brincar, jogar (*homo ludens*); ou, então, nenhum desses aspectos em particular, mas o conjunto deles.

Gorillaimages/Shutterstock/Glow Images

Toda semente tem a potência para se atualizar em planta. Assim, o devir é a ação de um ser, que vai do ato, de sua forma de ser atual (semente), à realização da potência nele contida, isto é, ao que ele pode vir a ser no tempo (planta). Segundo Aristóteles, o devir é uma manifestação da razão em nós.

Alguns filósofos, porém, não ficaram satisfeitos com nenhuma das caracterizações de uma suposta natureza humana. Eles afirmaram que o ser humano não é definido por uma característica universal, ou seja, que esteja presente em todos os seres humanos, em qualquer época e lugar. Segundo esses filósofos, o ser humano deve ser caracterizado por aquilo que cada um faz de si mesmo, de acordo com as realizações humanas no mundo. Eles tiraram o foco da definição pela **essência** humana e o colocaram na **existência**.

Nessa perspectiva, não há nada universal que defina o humano, e só podemos compreendê-lo observando como os seres humanos vivem e como se relacionam com os demais indivíduos e com as coisas do mundo. Para saber o que faz de homens e mulheres seres humanos, e não outros seres quaisquer, seria mais importante estudar a **condição humana** do que uma suposta natureza humana.

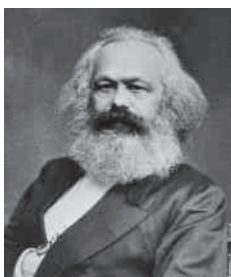
Essa condição refere-se aos fatores históricos e sociais em meio aos quais o ser humano vive e, sobretudo, às ações que ele exerce sob sua influência, sendo capaz de produzir novas condições. Na ideia de condição humana não há, portanto, uma noção determinada de ser humano, mas uma abertura de sua compreensão, que está de acordo com a diversidade de nossas ações. Os filósofos que pensam em termos de condição humana colocam muito mais ênfase na investigação da existência, porque é aí que podemos conhecer o ser humano mais profundamente.

Hannah Arendt
(1906-1975)

Fred Stein Archive/Getty Images

Hannah Arendt, em foto de 1944.

Filósofa alemã de origem judaica, foi aluna de importantes pensadores do início do século XX, como Heidegger, Husserl e Jaspers. Foi vítima do nazismo, mas conseguiu fugir de um campo de concentração. Exilou-se em países europeus no início da década de 1930 e, a partir de 1941, nos Estados Unidos, onde viveu até sua morte. Entre suas várias obras, destacam-se *As origens do totalitarismo* (1951), *A condição humana* (1958) e *A vida do espírito* (1971).

Karl Marx
(1818-1883)

Roger-Viollet/Getty Images

Karl Marx, em foto de 1865.

Filósofo alemão. Foi um dos principais militantes do movimento operário europeu e um dos mais eminentes intelectuais do século XIX. Sua obra, em parte escrita em parceria com outro pensador alemão, Friedrich Engels (1820-1895), inspirou as lutas pelos direitos humanos e trabalhistas e a concepção do comunismo moderno. Escreveu diversos livros, entre os quais o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), com Engels, e sua principal obra, *O capital* (lançada em quatro livros, começou a ser editada em 1867 e só teve sua publicação concluída depois da morte de Marx).

A filósofa contemporânea **Hannah Arendt**, por exemplo, compreendia essa condição como o exercício do que ela denominou uma ***vita activa*** ('vida ativa', em latim), que se desdobra nas três atividades humanas fundamentais: o trabalho, a obra e a ação. O **trabalho** é a atividade do corpo humano, em seu aspecto biológico. A **obra** é a atividade da existência, que consiste em transformar a natureza e criar cultura. A **ação** é a atividade política, aquilo que os indivíduos realizam entre si. A cada uma dessas atividades corresponde uma condição humana. Ao trabalho corresponde a própria **vida**, pois ela é necessária para a realização de todas as atividades. À obra corresponde a **mundanidade**, na medida em que os seres humanos criam um mundo por meio da cultura e é o mundo que possibilita a obra. À ação, por fim, corresponde a **pluralidade**, pois ela é requisito para que a política possa ser feita por todas as pessoas.

A condição humana é o que nos permite que, exercendo uma vida ativa, sejamos humanos de fato. Contudo, ressaltou Arendt, essa noção não explica, não define o que somos; ela nos condiciona, ela nos mostra um horizonte no qual construímos nossa vida, mas não nos determina de modo absoluto, como uma **natureza humana**. Esta só poderia ser conhecida do ponto de vista de uma divindade, de um ser que estivesse acima dos humanos; já as **condições humanas** podem ser conhecidas, proporcionando às pessoas o referencial dentro do qual podem se mover e criar.

> *Para evitar erros de interpretação: a condição humana não é o mesmo que a natureza humana, e a soma total das atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana não constitui algo que se assemelhe à natureza humana. Pois nem aquelas que discutimos neste livro nem as que deixamos de mencionar, como o pensamento e a razão, e nem mesmo a mais meticulosa enumeração de todas elas, constituem características essenciais da existência humana no sentido de que, sem elas, essa existência deixaria de ser humana.*
>
> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 11-12.

O ser humano produz a si mesmo, mas também se perde de si mesmo

Outro filósofo que já havia refletido sobre tal distinção é o alemão **Karl Marx**. Entretanto, Marx procurou integrar as visões de natureza humana e condição humana. Em seu texto *Manuscritos econômico-filosóficos* propôs que, para compreender o ser humano, é necessário investigar ambas as perspectivas. Cada uma delas, se tomada isoladamente, não permitiria tal conhecimento.

A obra de Marx concede um novo sentido a essas visões. Por **natureza humana** entende-se aquilo de propriamente humano que se pode identificar em cada indivíduo. São considerados, assim, os aspectos biológicos, anatômicos, fisiológicos e psicológicos, que se expressam no **aspecto material** da vida cotidiana. O pensamento marxista distingue entre uma "natureza humana geral", que são os aspectos invariáveis em toda a humanidade, e uma "natureza humana modificada de cada época histórica", constituída pelos aspectos particulares de cada cultura e de cada sociedade em um período histórico específico.

Para Marx, o ser humano muda ao longo da história e, no entanto, permanece o mesmo. Isso porque ele considerava que o ser humano constrói-se a si mesmo por meio do trabalho e, conforme se constrói, ele se modifica. O trabalho, nesse sentido, remete a todo tipo de criação, produção e transformação que o ser humano é capaz de empreender no mundo. A construção de si é feita a partir de uma espécie de "matéria-prima", que é o próprio ser humano, e essa "matéria-prima" permanece sempre igual. Daí a possibilidade de falar em uma natureza humana. Na medida em que, ao trabalhar e transformar a natureza, o ser humano também se modifica, é o **trabalho** que faz com que ele seja propriamente humano.

Em outras palavras: para Marx, os seres humanos produzem a si mesmos por meio do trabalho. O trabalho seria, portanto, fonte de humanidade, de humanização.

De forma bem-humorada, o filme *Tempos modernos* conta a história de um trabalhador de fábrica e suas dificuldades para lidar com as péssimas condições do trabalho fabril no início do século XX. Chaplin se inspirou largamente nas ideias e nos movimentos de sua época que criticavam o capitalismo, sistema de organização social e econômico vigente até hoje.

Tempos modernos. Direção de Charles Chaplin. Estados Unidos, 1936. (87 min).

Bettmann/Corbis/Latinstock

Cena do filme Tempos modernos.

Kevin Frayer/Getty Images

Os produtos fabricados na China são largamente consumidos no mundo todo, por causa do baixo custo. Os preços baixos muitas vezes se devem à exploração existente por trás disso: trabalhadores chineses precisam se sujeitar a baixos salários, longas horas de jornada e condições degradantes de trabalho e segurança. Muitas corporações ocidentais, entre as quais importantes empresas de informática e vestuário, também possuem linhas de produção na China, pois o baixo custo da mão de obra torna o produto final mais lucrativo. Na foto, de 2015, trabalhadoras de fábrica de brinquedos em Zhejiang.

HUMANO OU ANIMAL?

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, escritos entre abril e agosto de 1844, mas publicados pela primeira vez em alemão somente em 1932, lemos:

Chegamos à conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo em suas funções animais – comer, beber e procriar, ou no máximo também em sua residência e no seu próprio embelezamento –, enquanto em suas funções humanas se reduz a um animal. O animal se tornou humano e o homem se torna animal.

MARX, Karl. Manuscritos econômico--filosóficos. In: FROMM, Erich. *O conceito marxista do homem*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 94.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Por **condição humana**, nos escritos de Marx, entende-se a situação concreta vivida por homens e mulheres, bem como as características que eles assumem em cada momento histórico. Na sociedade capitalista do século XIX, Marx afirmava que a condição humana era a **alienação** no processo do trabalho, ou o **trabalho alienado**.

Marx denominava trabalho alienado aquele que acontece no capitalismo industrial, no qual, em razão da divisão de funções entre os trabalhadores, cada trabalhador não conhece o processo geral do trabalho. Ele não tem condições de compreender como a atividade que ele realiza se encaixa no processo de produção. Outro aspecto é que aquilo que o trabalhador produz não pertence a ele, mas ao dono da fábrica. Esse aspecto é essencial, pois revela o fundamento da alienação: a apropriação privada da produção da riqueza humana. Sob essa ótica, o trabalhador perde sua "humanidade" no processo do trabalho, uma vez que empenha parte dele mesmo – a sua força de trabalho – naquilo que produz, mas esse produto não pertence a ele. O trabalhador, desse modo, seria transformado em um objeto, em uma coisa. Em suas obras de maturidade, como *O capital*, Marx denominou esse processo **reificação**, termo oriundo da palavra latina *res*, que significa 'coisa'.

O trabalho deixa de ser fonte de humanização e passa a ser, então, um processo de "coisificação" do trabalhador; deixa de ser um processo de transformação da natureza e perde a possibilidade de ser algo criativo, convertendo-se em um processo mecânico e repetitivo. O trabalho já não é aquilo que faz do ser humano plenamente **humano**, tornando-o um **animal** como qualquer outro.

Segundo Marx, se foi a humanidade quem produziu a desumanizante condição humana do capitalismo, os próprios seres humanos devem transformar essa condição, superando o trabalho alienado. Para ele, isso só pode ser alcançado por meio da abolição da propriedade privada dos meios de produção. Dessa forma seria possível retomar o processo de autoconstrução do humano, a criação coletiva e histórica daquilo que chamamos "natureza humana" e que os seres humanos produzem cotidianamente nas suas relações consigo mesmos, com os outros e com o mundo.

© 1996 Thaves/Universal Uclick

Esta charge com os personagens Frank e Ernest, de Thaves, exprime bem o contexto da alienação: mesmo após anos executando a mesma função, o trabalhador não sabe qual é a finalidade daquilo que ele faz em uma linha de montagem.

A filosofia da existência

No século XX, o pensamento sobre o ser humano assumiu novas perspectivas com as concepções dos filósofos Martin Heidegger e Jean-Paul Sartre. As raízes dessas ideias surgiram um século antes, especialmente com Kierkegaard e Nietzsche.

As raízes do existencialismo

O filósofo dinamarquês **Søren Kierkegaard**, na primeira metade do século XIX, afirmou que, para compreender a vida humana, o filósofo deve pensar sobre sua própria vida. Ele produziu uma filosofia com forte caráter subjetivo, de certo modo como uma reação ao pensamento idealista do filósofo alemão **Friedrich Hegel**, que procurava estabelecer uma filosofia ancorada na razão e que desejava abarcar a totalidade dos saberes. Para Hegel, nossas escolhas seriam, em grande parte, determinadas por fatores e condições históricas. Kierkegaard refutou essa afirmação dizendo que nós somos totalmente livres para exercer nossa vontade, prevalecendo o fator subjetivo. Diante dessa liberdade de escolha, o ser humano viveria um constante sentimento de apreensão, de angústia. Tais conclusões serviram de base para a construção da filosofia existencialista, no século XX.

Nietzsche: revaloração do real

Na segunda metade do século XIX, Friedrich Nietzsche (1844-1900) reafirmou o princípio socrático segundo o qual o sentido da filosofia é a interrogação sobre a própria vida. Para Nietzsche, todo ser humano é um estranho para si mesmo e, por isso, a prática filosófica precisa orientar-se para uma investigação da existência humana cotidiana. No entanto, essa orientação do pensamento para a vida opõe Nietzsche a Sócrates na medida em que este último buscava as respostas para seus questionamentos por meio do controle dos instintos pela razão. Quando a filosofia socrático-platônica critica a arte, a moral e todos os elementos da cultura grega clássica, substituindo-os pelo elemento racional, nega a força vital criativa dos seres humanos. Já Nietzsche acreditava que essas duas forças, razão e instintos (o apolíneo e o dionisíaco), precisam conviver e não devem suplantar uma à outra.

Além disso, em Sócrates e, principalmente, em Platão, a alma humana não encontra a verdadeira felicidade no mundo sensorial, mas sim no mundo inteligível. Nietzsche se opôs à ideia platônica – que mais tarde deu origem à ideia cristã – de que devemos negar a vida mundana das "aparências" e buscar a transcendência em valores que se encontram em um mundo suprassensível.

Nietzsche pretendia "filosofar com um martelo" a fim de destruir as concepções tradicionais e revalorar todos os valores, recobrando a importância da vida real e do mundo em que vivemos. Para ele, a vida não tem um sentido definido de antemão; seus sentidos são construídos por nós mesmos, conforme vivemos, e a função do homem é superar o próprio homem. Com sua postura contestadora, Nietzsche abriu uma janela para a ilimitada possibilidade humana.

Søren Kierkegaard (1813-1855)

Bettmann/Corbis/Latinstock

Søren Kierkegaard, em desenho feito por seu irmão no século XIX.

Filósofo e teólogo dinamarquês, inspirado em Sócrates e crítico de Hegel, procurou construir uma filosofia voltada para a interrogação da vida humana. Entre seus livros, destacam-se: *O conceito de ironia* (1840), *Migalhas filosóficas* (1844), *O conceito de angústia* (1844), e *O desespero humano* (1849).

Friedrich Hegel (1770-1831)

Reprodução/Galeria Nacional, Berlim, Alemanha.

Friedrich Hegel, representado por Jacob Schlesinger, em 1825.

Filósofo alemão, propôs um sistema filosófico que considera o mundo em um contínuo processo histórico voltado para o alcance da autoconsciência humana e da razão. Exerceu forte influência sobre a filosofia dos séculos XIX e XX. Escreveu, entre outras obras, *Fenomenologia do espírito* (1806).

Heidegger: em busca da essência

No século XX, cenário de duas guerras mundiais, a filosofia procurou novos caminhos para pensar sobre a humanidade. Um deles desembocou na corrente denominada **existencialismo**, desenvolvida a partir do enfoque na vida humana herdado do século XIX.

O método utilizado pela corrente existencialista se denomina **fenomenologia**, uma forma de analisar a realidade com base nas percepções de cada indivíduo. **Edmund Husserl** criou esse método com o objetivo de procurar desvendar a **essência** das coisas e dos seres. O objeto de estudo da fenomenologia é o fenômeno, isto é, a aparição das coisas à consciência, a ideia imediata que concebemos sobre algo. Com base na análise dos fenômenos da consciência, podemos chegar às essências, aquilo que permanece inalterado, que são as coisas em si mesmas.

Martin Heidegger adotou alguns aspectos do método fenomenológico de Husserl para investigar a existência humana. Primeiro, distinguiu entre **ser** e **ente**. Para Heidegger, tudo o que existe é um ente – uma mesa, um livro, um cão, um humano. O ser é o único ente que tem a faculdade de questionar a respeito de si mesmo: o ser humano. Para ele, a existência torna-se a via de acesso ao **ser**, onde, de fato, está a essência humana. Por essa razão, Heidegger nunca aceitou ser chamado de “filósofo existencialista”. A essência humana que ele buscava se relaciona a uma consciência de si e denota o caráter subjetivo da reflexão realizada por esse filósofo.

Heidegger denominou o ser humano com a expressão alemã *Dasein*, que pode ser traduzida por ‘**ser-aí**’, que é o ser que existe na realidade cotidiana e pode ser apreendido pela consciência. Quando nasce, o ser-aí é jogado num mundo preexistente, numa trajetória que não escolhe, e, a partir disso, precisa dar sentido ao seu mundo.

Há algumas características existenciais investigadas por Heidegger que definem a condição humana. Heidegger as denominou: **ser-no-mundo**, **ser-com** e **ser-com-os-outros**. O ser humano é um ser-no-mundo porque não pode ser separado dele, e sua tomada de consciência ocorre em meio às coisas, a partir do momento em que o ser-aí se projeta no mundo. Uma vez no mundo, o ser humano é um ser-com, um ser de relações; e é também um ser-com-os-outros, pois se relaciona com as coisas e também com outros seres humanos.

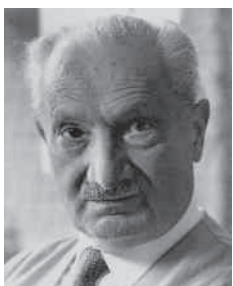
Heidegger afirmava ainda que o ser humano é livre porque é um **projeto** (a palavra vem da expressão latina *pro-jectum*, ‘aquilo que se lança’). Ou seja, é capaz de fazer escolhas e traçar rumos e futuros mesmo que tenha sido lançado em algo que, a princípio, não escolheu. Nesse sentido não caberia falar em natureza humana, já que não há nada que determine sua existência. Na verdade, a essência do humano é justamente essa indeterminação. O fundamento da liberdade humana é essa consciência de mundo, por meio da qual o ser humano é capaz de julgar os atos e escolher entre todas as opções de que dispõe.

Edmund Husserl
(1859-1938)

Keystone-France/Gamma-Keystone/Getty Images

Edmund Husserl, em foto de 1932.

Matemático e filósofo austríaco, cuja produção intelectual se deu na Alemanha. Sua principal realização foi a criação do método fenomenológico, que influenciou diversos filósofos do século XX. Recebeu grande influência de Franz Brentano (1838-1917) na Universidade de Viena. Dentre as obras que publicou estão: *Investigações lógicas* (1901), *Filosofia como ciência rigorosa* (1911), *Ideias para uma fenomenologia pura* (1913) e *Meditações cartesianas* (1931).

Martin Heidegger
(1889-1976)

Würth GmbH/Swiridoff/Getty Images

Heidegger, em foto de 1960.

Filósofo alemão, estudou com Edmund Husserl e depois se tornou seu assistente. Foi professor em algumas universidades alemãs, tendo se tornado reitor da Universidade de Freiburg. Aplicou o método fenomenológico de Husserl ao estudo da existência humana e exerceu grande influência no pensamento do século XX. Entre seus muitos livros, destacam-se: *Ser e tempo* (1927), *Que é metafísica* (1929), *O que é isso, a filosofia?* (1956), *Nietzsche* (1961) e *Heráclito* (1970).

Outra característica do ser humano é que ele vive a dimensão da **temporalidade** e descobre-se como um **ser-para-a-morte**. O que nos faz humanos é saber que um dia morreremos. Somos seres finitos, vivemos no tempo. Nesse sentido, a morte não é apenas o fim da vida, mas atravessa toda a existência, como possibilidade constante e da qual não podemos escapar.

Quando o ser humano descobre-se no tempo, pode escolher como dar sentido à própria existência. Essa consciência da morte nos leva a dar o primeiro passo para abandonar uma vida sem sentido em direção a uma existência autêntica e criativa. Poderíamos argumentar que, sendo livre, o ser humano pode fugir das responsabilidades de uma existência autêntica e escolher viver de modo banal. Mas, para Heidegger, a consciência não o perdoa e não o deixa em paz, pois o ser humano sabe que pode se envolver em uma dimensão muito mais profunda da existência. Ele é, então, invadido pela **angústia**, diante da constatação de que vive para a morte e tem apenas o tempo de uma vida para construir sua história e dar sentido à existência.

No filme *O preço do amanhã*, os seres humanos têm a existência limitada a 25 anos de idade porque o controle populacional não permite que vivam mais que isso. Quando completam essa idade, ganham um "crédito" de um ano. E o tempo é a moeda corrente: tudo o que se compra é pago com minutos, horas, dias... Quando se esgota o tempo de um indivíduo, ele morre. Mas é possível viver muitos séculos e mesmo para sempre, desde que se saiba como "ganhar tempo" e administrá-lo.

O preço do amanhã. Direção de Andrew Niccol. Estados Unidos, 2011. (109 min).

Divulgação/20th Century Fox

Cartaz do filme O preço do amanhã.

Sartre: a gratuidade da existência

Para Aristóteles, a essência existe antes mesmo de o ser existir. Ao longo da vida, a essência vai se realizando com a ação. Para compreender isso, pense em uma semente, como a do ipê. A semente traz em si mesma a identidade do vegetal. Sua germinação, seu crescimento e sua transformação em uma árvore florida nada mais são do que a realização de sua essência.

De acordo com **Jean-Paul Sartre**, a filosofia existencial se opõe a essa ideia, no caso do ser humano, e afirma que a **existência precede a essência**. O ser humano não tem uma essência ao nascer, como a árvore; ele vai construindo aquilo que é ao longo de sua vida, de sua existência.

Em um estágio na Universidade de Berlim, Sartre conheceu os trabalhos de Husserl e ficou muito impressionado. Decidiu aplicar o método fenomenológico ao estudo da existência humana. Escreveu vários livros sob essa influência, sendo o principal deles *O ser e o nada*, publicado em 1943.

Essa obra retoma o dualismo psicofísico para afirmar que, embora dual, o ser humano é uma unidade inseparável de corpo e consciência, uma vez que um corpo sem consciência não é humano e uma consciência sem corpo é impossível. Utilizando conceitos da filosofia de Hegel, Sartre afirmou que há no humano duas modalidades de ser: o corpo é um **ser-em-si** (que existe em si mesmo, que tem uma identidade), como as coisas, enquanto a consciência é um **ser-para-si** (que existe para si mesmo, que sabe que existe, mas que não tem uma identidade). Essa existência dual gera angústia, pois o ser humano anseia ser idêntico a si mesmo (ser-em-si), mas não pode sê-lo; ao mesmo tempo, também não poderia ser pura consciência (ser-para-si), pois, para que haja consciência, é preciso que estejamos no mundo, e só podemos estar no mundo encarnados, por meio do corpo.

Jean-Paul Sartre (1905-1980)

James Andanson/Apis/ Sygma/Corbis/Latinstock

Jean-Paul Sartre, em foto de 1970.

Filósofo francês, dedicou-se também à literatura, ao teatro e à militância política. Viveu até o fim da vida uma relação amorosa com a também filósofa Simone de Beauvoir (1908-1986). Em 1964 foi premiado com o Nobel de Literatura, mas recusou-se a receber o prêmio, considerando que isso seria uma concessão à vida burguesa. Entre os anos 1930 e 1950, desenvolveu as bases de uma filosofia existencialista e a partir da década de 1960 intensificou sua militância social e política.

> “
> *Vejamos esse garçom. Tem gestos vivos e marcados, um tanto precisos demais, um pouco rápidos demais, e se inclina com presteza algo excessiva. Sua voz e seus olhos exprimem interesse talvez demasiado solícito pelo pedido do freguês* [...] *Toda sua conduta parece uma brincadeira. Empenha-se em encadear seus movimentos como mecanismos regidos uns pelos outros. Sua mímica e voz parecem mecanismos; e ele assume a presteza e a rapidez inexorável das coisas. Brinca e se diverte. Mas brinca de quê? Não é preciso muito para descobrir: brinca **de ser** garçom. Nada surpreendente: a brincadeira é uma espécie de demarcação e investigação. A criança brinca com seu corpo para explorá-lo e inventariá-lo, o garçom brinca com sua condição para **realizá-la**.*
>
> SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 105-106.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Para Sartre, apenas os seres humanos são conscientes e a consciência é o único ser-para-si em meio a um mundo de coisas, de seres-em-si. No caso das coisas, a essência vem em primeiro lugar, fornecendo uma identidade a cada ser. Mas, no caso do ser humano, por ser consciente (ter ciência de alguma coisa é saber; ter consciência é saber que sabe), a existência é anterior à essência. Isso significa que primeiro existimos, somos lançados no mundo, para que depois possamos ser alguma coisa. Nascemos sem essência e sem identidade e as construímos enquanto existimos, ao longo de nossas vidas. É por isso que Sartre abandona a noção de natureza humana, que se refere a uma essência comum a todos os humanos, para falar em uma condição humana.

Para Sartre, a condição humana é marcada por três realidades, muito próximas daquelas identificadas por Heidegger: o humano é um ser-no-mundo; um ser-com-os-outros; e um ser-para-a-morte.

A condição humana determina que o ser humano construa sempre sua identidade. Ele nunca é alguma coisa, ele sempre **está** em determinada condição. Você, por exemplo, hoje é estudante do Ensino Médio, mas não será isso sempre; você **está** estudante, assim como um dia **estará** universitário, profissional de determinada área, etc. Mas nenhuma dessas realidades dá ou dará a você uma identidade fixa. Por isso, Sartre afirma que o humano não é propriamente um **ser**, mas um **vir-a-ser**, na medida em que ele é sempre um **projeto**.

Em sua relação com os outros, o ser humano também recebe uma identidade. Por exemplo, um professor de filosofia é reconhecido por seus alunos como professor, recebe deles a identidade de professor. Ele sabe, porém, que essa identidade é falsa, pois ela não o define por completo: ele não é apenas professor, mas também é pai, marido, amigo, irmão, etc. Mas, como vivemos sempre a falta de identidade, ficamos animados quando outros nos atribuem uma identidade por reconhecimento. Então representamos essa identidade, agimos como se, de fato, fôssemos isso. No entanto, a aceitação de uma identidade imposta por outro limita as possibilidades do indivíduo e, portanto, fere sua liberdade. A esse tipo de ação Sartre chamou de **má-fé**, pois a pessoa que vive assim está mentindo para si mesma, e sabe disso. Viver na má-fé é viver uma existência inautêntica.

Por outro lado uma **existência autêntica** é a recusa da má-fé e está fundada na afirmação da liberdade, que nada mais é do que a capacidade de fazer escolhas. Para Sartre, o ser humano está “condenado a ser livre”, pois a única escolha que ele **não** pode fazer é a de não ser livre. O ser humano é livre porque sua existência é gratuita, contingente, não tem uma finalidade definida. Na medida em que é **nada**, o ser humano pode ser tudo, pode ser qualquer coisa.

A liberdade se traduz no ato da escolha. Cada situação que vivemos nos coloca algumas possibilidades, e temos sempre que escolher entre essas possibilidades. Se você está na escola, por exemplo, pode decidir assistir ou não à aula. Toda escolha tem suas consequências, pelas quais somos responsáveis. Assim, a liberdade gera em nós uma angústia: a de ter que decidir; a angústia de se saber responsável pelas escolhas e por suas consequências.

A escolha torna cada ser humano responsável por toda a humanidade, pois aquilo que escolhe para si está também escolhendo para os outros. Se escolho, por exemplo, a vida do crime, estou afirmando que ela é uma boa opção para todos os seres humanos, não apenas para mim. E sou responsável por ela. Liberdade envolve, portanto, responsabilidade.

A filosofia de Sartre recebeu críticas de que seria pessimista, mas, ao contrário, é a afirmação da abertura, da possibilidade. O ser humano é o ser da liberdade, da escolha, do projeto. A vida é sempre uma construção. Defendendo-se dessas críticas, Sartre afirmou, em uma palestra em 1946, que "o existencialismo é um humanismo".

Trabalhando com textos

Para aprofundar a investigação filosófica sobre o ser humano, leia os dois textos a seguir. O primeiro deles, de Ernst Cassirer (1874-1945), problematiza a noção de natureza humana e evidencia as dificuldades de compreender o humano. O segundo, de Sartre, aprofunda a ideia apresentada no capítulo de que "a existência precede a essência".

Texto 1

Neste texto, o filósofo Ernst Cassirer reflete sobre a dificuldade para compreender o ser humano. Se buscamos uma "natureza humana", atribuímos ao humano uma homogeneidade que ele não tem. Precisamos compreendê-lo sempre de forma aberta, buscando em suas expressões no mundo os elementos para conhecê-lo.

O que é o homem?

[...] *Nem a lógica ou a metafísica tradicionais estão em melhor posição para compreender e resolver o enigma do homem. Sua primeira e suprema lei é o princípio da contradição. O pensamento racional, o pensamento lógico e metafísico, só pode compreender os objetos que estão livres da contradição e possuem uma natureza e verdade coerentes. Entretanto, é precisamente essa homogeneidade que nunca encontramos no homem. Não é lícito ao filósofo construir um homem artificial; cumpre-lhe descrever um homem verdadeiro. Todas as chamadas definições do homem não serão mais do que mera especulação, enquanto não se basearem em nossa experiência sobre ele, dela tendo a confirmação. Não há outro caminho para se conhecer o homem a não ser o de compreender-lhe a vida e seu procedimento. Mas o que encontramos aqui desafia toda tentativa de inclusão numa fórmula única e simples. A contradição é o próprio elemento da existência humana. O homem não tem "natureza" – não é simples e homogêneo. É uma estranha mistura de ser e não-ser. Seu lugar fica entre esses dois polos opostos.*

[...]

A filosofia das formas simbólicas parte do pressuposto de que, se existe alguma definição da natureza ou "essência" do homem, só pode ser compreendida como funcional, não como substancial. Não podemos definir o homem por nenhum princípio inerente que constitui sua essência metafísica – nem defini-lo por nenhuma faculdade ou instinto inatos, passíveis de serem verificados pela observação empírica. A característica notável do homem, a marca que o distingue, não é sua natureza metafísica ou física – mas seu trabalho. É esse trabalho, o sistema das atividades humanas, que define e determina o círculo de "humanidade". A linguagem, o mito, a religião, a arte, a ciência, a história são constituintes, os vários setores desse círculo. Uma "filosofia do homem" seria, portanto, uma filosofia que nos desse a visão da estrutura fundamental de cada uma dessas atividades humanas, e que, ao mesmo tempo, nos permitisse compreendê-las como um todo orgânico. A linguagem, a arte, o mito, a religião não são criações isoladas ou fortuitas, são unidas entre si por um laço comum; este não é um vinculum substantiale [vínculo substancial] *como foi concebido e descrito pelo pensamento escolástico; é antes um* vinculum functionale [vínculo funcional]. *É a função básica da linguagem, do mito, da arte, da religião que devemos procurar muito além de suas formas e expressões inumeráveis e que, em última análise, devemos tentar rastrear até uma origem comum.*

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977. p. 30 e 116.

Filosofia das formas simbólicas: perspectiva filosófica criada por Cassirer, centrada no estudo dos símbolos criados pelos seres humanos, que constituem o universo da cultura.

Metafísica: palavra de origem grega que significa, literalmente, 'aquilo que está além do físico'; assume diferentes sentidos em distintos filósofos. Aqui, refere-se a uma suposta essência do ser humano que estaria além de sua existência física, concreta.

Pensamento escolástico: relativo à *escolástica*, uma das perspectivas de pensamento desenvolvidas no período medieval (ver Capítulo 2 da Unidade 1).

Questões sobre o texto

1. Por que o autor afirma que não há uma natureza humana?
2. Que crítica o texto faz ao pensamento metafísico?
3. Como construir uma "filosofia do homem"?

Texto 2

O texto a seguir é um trecho de uma famosa conferência de Jean-Paul Sartre, proferida em 1946 e depois publicada em livro. Nessa conferência, ele rebate as críticas que o existencialismo recebia dos cristãos – que o acusavam de não ter esperança – e dos marxistas – que o acusavam de alienado, sem consciência dos problemas sociais e humanos. No trecho aqui reproduzido, Sartre explica o ato humano da escolha e como ele nos "engaja" com toda a humanidade.

Escolhendo-me, escolho o homem

[...] *Se realmente a existência precede a essência, o homem é responsável pelo que é. Desse modo, o primeiro passo do existencialismo é o de pôr todo homem na posse do que ele é, de submetê-lo à responsabilidade total de sua existência. Assim, quando dizemos que o homem é responsável por si mesmo, não queremos dizer que o homem é apenas responsável pela sua estrita individualidade, mas que ele é responsável por todos os homens. A palavra subjetivismo tem dois significados, e os nossos adversários se aproveitaram desse duplo sentido. Subjetivismo significa, por um lado, escolha do sujeito individual por si próprio e, por outro lado, impossibilidade em que o homem se encontra de transpor os limites da subjetividade humana. É esse segundo significado que constitui o sentido profundo do existencialismo. Ao afirmarmos que o homem se escolhe a si mesmo, queremos dizer que cada um de nós se escolhe, mas queremos dizer também que, escolhendo-se, ele escolhe todos os homens. De fato, não há um único de nossos atos que, criando o homem que queremos ser, não esteja criando, simultaneamente, uma imagem do homem tal como julgamos que ele deva ser. Escolher ser isso ou aquilo é afirmar, concomitantemente, o valor do que estamos escolhendo, pois não podemos nunca escolher o mal; o que escolhemos é sempre o bem e nada pode ser bom para nós sem o ser para todos. Se, por outro lado, a existência precede a essência, e se nós queremos existir ao mesmo tempo que moldamos nossa imagem, essa imagem é válida para todos e para toda a nossa época. Portanto, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, pois ela engaja a humanidade inteira. Se eu sou um operário e se escolho aderir a um sindicato cristão em vez de ser comunista, e se, por essa adesão, quero significar que a resignação é, no fundo, a solução mais adequada ao homem, que o reino do homem não é sobre a terra, não estou apenas engajando a mim mesmo: quero resignar-me por todos e, portanto, a minha decisão engaja toda a humanidade. Numa dimensão mais individual, se quero casar-me, ter filhos, ainda que esse casamento dependa exclusivamente de minha situação, ou de minha paixão, ou de meu desejo, escolhendo o casamento estou engajando não apenas a mim mesmo, mas a toda a humanidade, na trilha da monogamia. Sou, desse modo, responsável por mim mesmo e por todos e crio determinada imagem do homem por mim mesmo escolhido; por outras palavras: escolhendo-me, escolho o homem.*

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 6-7. (Os Pensadores)

Questões sobre o texto

1. Explique o significado da afirmação: "a existência precede a essência".
2. O que significa afirmar que o ser humano escolhe-se a si mesmo?
3. Explique por que, segundo Sartre, quando fazemos uma escolha, estamos envolvendo a humanidade inteira nessa escolha.

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1. O que é o dualismo psicofísico? Como ele caracteriza o ser humano?
2. Reveja as noções de natureza humana e condição humana. Qual delas você considera mais apropriada? Justifique sua resposta apontando as diferenças entre elas.
3. Sartre afirmou que "O homem está condenado a ser livre". Como ele chegou a essa conclusão? Você a considera uma afirmação otimista ou pessimista?
4. Reflita sobre as noções estudadas de natureza humana e condição humana e sobre o debate existencialista que afirma que a "existência precede a essência". Assuma uma posição em relação a esse debate e escreva uma dissertação para defendê-la.
5. Para a maior parte dos críticos de arte, o pintor Edward Hopper representou em suas obras a solidão e a melancolia da existência. Observe abaixo a reprodução de uma obra de Hopper e procure relacioná-la às ideias sobre o existencialismo estudadas neste capítulo.

Reprodução/Museu de Arte de Columbus, Ohio, EUA.

Morning Sun *(Sol da manhã), pintura de Edward Hopper, feita em 1952.*

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

A argumentação faz parte do nosso dia a dia. Você já pensou em como sempre estamos defendendo um ponto de vista? Ao escrever um texto, isso não muda muito.

Num texto dissertativo, é importante estabelecer o ponto de vista que se quer defender, e estruturar o discurso argumentativo de forma bastante convincente. Afinal, em última instância, o que pretendemos com esse tipo de texto é convencer alguém de alguma coisa, ou apresentar nossa análise de um problema ou de um conceito sob um ponto de vista crítico.

Na Unidade anterior, você viu algumas dicas sobre como estruturar sua argumentação. Retome-as se achar necessário.

É LÓGICO!

Já vimos que os argumentos são compostos por proposições; mas, como construímos um argumento? Há duas operações lógicas fundamentais que usamos para isso: a **dedução**, que consiste em tirar conclusões a partir de algumas ideias gerais; e a **indução**, que é o processo contrário: construímos conclusões com base em um conjunto de dados singulares.

Num raciocínio dedutivo, chamamos de **premissas** as ideias gerais das quais partimos para chegar a uma **conclusão**. Desse modo, precisamos sempre ter algumas premissas para que seja possível deduzir uma conclusão. Segundo as regras da lógica formal, a conclusão nada pode acrescentar às premissas, sob o risco de invalidar o argumento. Tudo isso parece muito complicado? Tomemos um exemplo e você verá que é mais simples do que imagina.

O tipo mais comum de dedução é aquele no qual produzimos uma conclusão sobre um caso específico a partir de ideias gerais. Observe o seguinte raciocínio:

- Todo planeta gira em torno de uma estrela. [premissa 1]
- A Terra gira em torno do Sol. [premissa 2]
- O Sol é uma estrela. [premissa 3]
- Logo, a Terra é um planeta. [conclusão]

Assim fica mais fácil compreender, não é? Temos três premissas, uma que afirma um princípio geral (todo planeta gira em torno de uma estrela); e duas que inserem casos particulares (a Terra gira em torno do Sol, o Sol é uma estrela). Dessas premissas, extraímos uma conclusão: a afirmação de que a Terra é um planeta (caso particular). Note que a conclusão não acrescenta nada às premissas, apenas *deduz* uma característica do planeta Terra a partir daquilo que foi exposto antes.

Podemos modificar ligeiramente esse exemplo, montando-o da seguinte forma:

- Todo planeta gira em torno de uma estrela. [premissa 1]
- A Terra gira em torno do Sol. [premissa 2]
- A Terra é um planeta. [premissa 3]
- Logo, o Sol é uma estrela. [conclusão]

Ainda que tenhamos alterado as premissas, elas nos permitem extrair uma conclusão. Como na configuração anterior, a conclusão não acrescenta nenhum dado novo, mas permite emitir uma afirmação sobre o caso particular do Sol com base em algumas outras informações.

Em ambos os casos, partimos de informações que possibilitaram construir um argumento conclusivo. No primeiro, foi possível afirmar que a Terra é um planeta ao encadear as informações de que dispomos sobre esses corpos celestes e sobre a própria Terra. No segundo, foi possível afirmar que o Sol é uma estrela ao encadear informações sobre os movimentos celestes de planetas e a constatação de que a Terra é um planeta. A forma da dedução nos dá a certeza de que a conclusão é correta, uma vez que ela está corretamente extraída de premissas que são verdadeiras.

Para explorarmos a dedução como operação lógica precisamos ter ao menos duas premissas, das quais extraímos uma conclusão. Procure pensar em alguns exemplos, dialogando sobre eles com seus colegas e com o professor.

Sugestão de leituras e de filmes

Leituras

Reprodução/ Ed. Companhia das Letras

BARBERY, Muriel. *A elegância do ouriço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Uma série de reflexões sobre a vida e a morte, tendo como protagonista uma adolescente de 11 anos.

Reprodução/Ed. Nova Fronteira

BEAUVOIR, Simone de. *Todos os homens são mortais*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Um romance sobre um homem que atinge a imortalidade é o meio que a filósofa encontrou para refletir sobre a condição humana e a consciência da morte como aquilo que dá sentido à vida.

Reprodução/Ed. Rocco

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

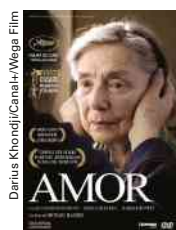
Uma intensa reflexão sobre a vida e a existência humana, disparada por um fato cotidiano.

Reprodução/Ed. Nova Fronteira

SARTRE, Jean-Paul. *A náusea*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Primeiro romance escrito pelo filósofo. Nele estão expostos, de forma literária, todos os princípios filosóficos do existencialismo.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Filmes

Darius Khondji/Canal+/Wega Film

***Amor*. Direção de Michael Haneke. França, 2012. (126 min).**

Um casal de músicos aposentados desfruta da companhia um do outro e dos prazeres da cultura erudita. Um dia, Anne, a esposa, sofre um derrame e fica com sequelas, fato que altera completamente a vida do casal. Um olhar belo e dramático sobre a vida que se esvai lentamente e o fim inevitável.

Divulgação/ Warner Home Video

***Blade Runner – o caçador de androides*. Direção de Ridley Scott. Estados Unidos, 1982. (117 min).**

No futuro, o ser humano é capaz de fabricar androides perfeitos para realizar aquelas tarefas que ninguém quer fazer. Com o objetivo de evitar que se tornem muito perigosos, eles são programados para morrer quando completam cinco anos de ativação. Uma nova geração de androides, com corpos perfeitos e grande inteligência, sai em busca de seu criador para questionar a razão da finitude.

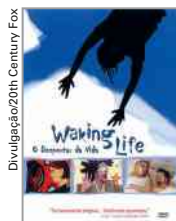
Divulgação/Europa Filmes

***O porco-espinho*. Direção de Mona Achache. França, 2009. (100 min).**

Adaptação para o cinema do livro *A elegância do ouriço*, de Muriel Barbery, que reflete sobre a vida e a morte.

Divulgação/Play Arte

***Quem somos nós?* Direção de William Arntz, Betsy Chasse e Mark Vicente. Estados Unidos, 2004. (108 min).**

Mistura de ficção e documentário que propõe reflexões sobre os sentidos da existência humana e sobre a realidade, recorrendo a ideias da física quântica.

Divulgação/20th Century Fox

***Waking Life*. Direção de Richard Linklater. Estados Unidos, 2001. (97 min).**

Produção que usa a técnica de filmar atores e depois transformá-los em desenho animado. Um jovem não consegue acordar de um sonho. Vivendo nessa espécie de "realidade paralela", ele encontra pessoas reais com as quais dialoga sobre questões filosóficas e religiosas.

2 A linguagem e a cultura: manifestações do humano

COLOCANDO O PROBLEMA

Será a linguagem aquilo que nos faz ser o que somos?

Conforme aponta Aristóteles, o ser humano é um ser de linguagem. O filósofo chegou mesmo a dizer que é a linguagem que nos faz humanos, nos diferenciando dos outros animais. O filme *Planeta dos macacos: a origem* mostra exatamente isso: um chimpanzé que recebe uma droga capaz de deixá-lo mais inteligente dá um salto evolutivo quando aprende a falar. A primeira palavra que pronuncia é "não!", e em seguida inicia uma rebelião contra os humanos.

No conto "Um relatório para uma academia" (1917), de Franz Kafka (1883-1924), encontramos um relato similar. Um chimpanzé é capturado nas selvas da África e posto numa jaula para ser levado de navio à Europa. Ele procura um modo de se libertar, e logo percebe que a saída é imitar os humanos. Começa a fazer tudo o que os vê fazerem: cospe no chão, bebe cachaça... Aos poucos, vai ficando cada vez mais parecido com os humanos, que se divertem com ele. Até que aprende a falar palavrões, sempre imitando aqueles que o mantinham preso. Ao chegar à Europa, em vez de ser vendido a um zoológico, ele é vendido a um circo. E se torna um artista de sucesso! Nas duas histórias, animais tornam-se humanos quando aprendem a falar como nós.

É evidente que os animais se comunicam entre si. As abelhas, por exemplo, são capazes de informar umas às outras onde há néctar. E também há comunicação entre os humanos e outras espécies. Existem várias pesquisas que indicam que animais como chimpanzés e cachorros são capazes de reconhecer palavras e expressões humanas. Mas, ainda assim, apenas os humanos se comunicam por meio de uma linguagem articulada.

O que diferencia nossa linguagem da forma de comunicação dos outros animais e como ela faz com que sejamos humanos?

Filme inspirado no romance *O planeta dos macacos* (1963), de Pierre Boulle (1912-1994), que conta a história de um astronauta que se perde no espaço e chega a um planeta habitado por macacos humanizados e seres humanos animalizados. O filme narra acontecimentos anteriores aos relatos do livro.

Planeta dos macacos: a origem. Direção de Rupert Wyatt. Estados Unidos, 2011. (105 min).

20th Century Fox Licensing/Everett Collection/Keystone

Cena do filme Planeta dos macacos: a origem.

> ***Invernáculo (3)***
>
> *Esta língua não é minha,*
> *qualquer um percebe.*
> *Quando o sentido caminha,*
> *a palavra permanece.*
> *Quem sabe mal digo mentiras,*
> *vai ver que só minto verdades.*
> *Assim me falo, eu, mínima,*
> *quem sabe, eu sinto, mal sabe.*
> *Esta não é minha língua.*
> *A língua que eu falo trava*
> *uma canção longínqua,*
> *a voz, além, nem palavra.*
> *O dialeto que se usa*
> *à margem esquerda da frase,*
> *eis a fala que me lusa,*
> *Eu, meio, eu dentro, eu, quase.*

LEMINSKI, Paulo. *O ex-estranho*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2001. p. 21.

João Carlos Mazella/Fotoarena

Na música, a linguagem verbal se associa à melodia para expressar sentimentos e ideias. Na foto, de 2012, Chico Buarque de Hollanda (1944-), compositor e também autor de livros, como Leite derramado, *de 2009.*

A linguagem verbal: um sistema simbólico

A linguagem humana se baseia em palavras (a princípio, palavras orais – sons articulados; depois, também palavras escritas – representações gráficas desses sons ou ideias), que são organizadas em frases e em conjuntos de frases. Simplificadamente, podemos dizer que a linguagem verbal é um sistema simbólico. Por meio desse sistema, nos comunicamos, expressando nossos sentimentos, nossas impressões do mundo, pedimos ajuda, damos ordens. A linguagem verbal é também matéria-prima para várias formas de expressão artística.

> ***Uma palavra***
>
> *Palavra prima*
> *Uma palavra só, a crua palavra*
> *Que quer dizer*
> *Tudo*
> *Anterior ao entendimento, palavra*
>
> *Palavra viva*
> *Palavra com temperatura, palavra*
> *Que se produz*
> *Muda*
> *Feita de luz mais que de vento, palavra*
>
> *Palavra dócil*
> *Palavra d'água pra qualquer moldura*
> *Que se acomoda em balde, em verso, em mágoa*
> *Qualquer feição de se manter palavra*
>
> *Palavra minha*
> *Matéria, minha criatura, palavra*
> *Que me conduz*
> *Mudo*
> *E que me escreve desatento, palavra*
>
> *Talvez, à noite*
> *Quase-palavra que um de nós murmura*
> *Que ela mistura as letras que eu invento*
> *Outras pronúncias do prazer, palavra*
>
> *Palavra boa*
> *Não de fazer literatura, palavra*
> *Mas de habitar*
> *Fundo*
> *O coração do pensamento, palavra*

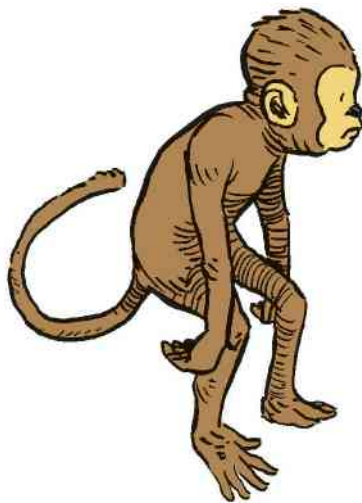
HOLLANDA, Chico Buarque de. Uma palavra. In: *Chico Buarque* (LP). BMG, 1989. Letra disponível em: <www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.asp?pg=umapalav_89.htm>. Acesso em: 5 fev. 2016.

As palavras que compõem qualquer língua humana são **símbolos**, isto é, formas de representar alguma coisa, seja um objeto, seja uma ação. A palavra cadeira, por exemplo, é um símbolo que representa um

objeto usado para sentar. A palavra comer é um símbolo que representa o ato de nos alimentarmos. O símbolo representa alguma coisa por **convenção**. Isso quer dizer que as pessoas, ao criarem uma palavra, combinam entre si que aquele objeto com espaldar, usado para sentar, será chamado **cadeira** (caso se trate da língua portuguesa), *chair* (em inglês), *chaise* (francês), *silla* (espanhol), e assim por diante. Cada uma dessas palavras aqui escritas possui um correspondente oral. De fato, as palavras escritas formam um conjunto de símbolos gráficos criados com base em nossa fala, que é um conjunto de símbolos orais.

É por meio desses sistemas simbólicos que nos comunicamos e podemos levar uma vida em comum com outras pessoas. Arnaldo Antunes (1960-) brinca com essas convenções na canção a seguir:

Nome não

os nomes dos bichos não são os bichos
os bichos são:
macaco gato peixe cavalo
macaco gato peixe cavalo
vaca elefante baleia galinha
os nomes das cores não são as cores
as cores são:
preto azul amarelo verde vermelho marrom
os nomes dos sons não são os sons
os sons são
só os bichos são bichos
só as cores são cores
só os sons são
som são, som são
nome não, nome não
nome não, nome não
os nomes dos bichos não são os bichos
os bichos são:
plástico pedra pelúcia ferro
plástico pedra pelúcia ferro
madeira cristal porcelana papel
os nomes das cores não são as cores
as cores são:
tinta cabelo cinema sol arco-íris tevê
os nomes dos sons não são os sons
os sons são
só os bichos são bichos
só as cores são cores
só os sons são
som são, nome não
nome não, nome não
nome não, nome não

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

ANTUNES, Arnaldo. Nome Não. In: *Nome* (CD). BMG, 1993. Letra disponível em: <www.arnaldoantunes.com.br/new/sec_discografia_sel.php?id=50>. Acesso em: 5 fev. 2016.

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Filosofia e linguagem na Antiguidade

Além de afirmar que o ser humano é um ser de linguagem, os gregos antigos mostraram os vínculos da linguagem com o pensamento, com a racionalidade. Em vários diálogos de Platão vemos sua discussão com os sofistas, que ensinavam **retórica** – a arte de usar a palavra para convencer – aos jovens atenienses. A intenção desse tipo de ensino era que os jovens se tornassem oradores capazes de persuadir os demais cidadãos nas assembleias que decidiam os rumos das cidades.

Em sua crítica aos sofistas, Platão afirmava que a palavra é um *pharmakon* ('fármaco', 'medicamento', em grego), que pode agir como um remédio ou como um veneno, dependendo da forma como é usada. A palavra, portanto, não seria boa em si mesma, não teria um valor definitivamente positivo. Dependeria sempre de quem a usa, dos interesses com que é utilizada. O bom uso da palavra, para Platão, ocorre quando ela faz com que o pensamento se exercite em direção ao conhecimento verdadeiro. Como vimos no primeiro capítulo deste livro, em Platão, o processo pelo qual a alma aproxima-se cada vez mais das ideias, da verdade, é o diálogo entre as pessoas, o que deu origem à **dialética**. Mas, para ele, os sofistas não se preocupavam em buscar a verdade, e o conhecimento da linguagem era, muitas vezes, uma ferramenta para persuadir, manipular e enganar, já que nas assembleias a discussão pública era vencida por quem conseguisse envolver aqueles que ignoravam os assuntos tratados.

Aristóteles concordava com a crítica de Platão aos sofistas, mas não concordava totalmente com a visão platônica sobre o uso da palavra e da linguagem. Para ele, as ideias de Platão geravam um novo problema, uma vez que Platão fazia uma distinção entre o **mundo sensível** dos fenômenos e o **mundo inteligível** das ideias. Segundo Aristóteles, isso implicava uma **duplicação da realidade**.

SOFISTA

Os sofistas eram mestres que se dedicavam a educar os jovens cidadãos gregos, preparando-os para a vida política. Ensinavam uma filosofia diferente daquela dos pré-socráticos, pois estavam mais preocupados com o ser humano do que com a natureza. Mas, ao defender que a verdade é relativa, propagavam uma visão de mundo diferente da de Sócrates e seus seguidores, como Platão e Aristóteles. Por essa visão relativa da verdade e por cobrarem pagamento por seus ensinamentos, os sofistas foram duramente criticados por Sócrates e Platão.

Detalhe de Escola de Atenas, *pintura de Rafael feita entre 1510 e 1511, que mostra o desacordo entre Platão e Aristóteles: enquanto o primeiro aponta para cima, indicando as ideias, o outro está com a mão indicando o "meio termo", a realidade como uma composição de matéria e ideia.*

O mundo das ideias – mundo ideal ou mundo inteligível – só poderia ser alcançado por meio do intelecto. Segundo Platão, esse é o mundo real, eterno, no qual não há mudança. O outro é o mundo em que vivemos, o mundo sensível, que pode ser conhecido por meio dos sentidos. Este corresponde, segundo Platão, a uma realidade imperfeita, pois tudo o que há nele foi copiado das ideias que se encontram no mundo inteligível, e nenhuma cópia pode ser tão perfeita quanto a ideia original. Por exemplo: no mundo inteligível há uma ideia perfeita de cavalo. Todos os cavalos que habitam o mundo sensível são cópias imperfeitas da ideia original. Isso explica por que existem tantos cavalos diferentes, variando em tamanhos, cores, pelagem...

Além disso, no mundo sensível, as coisas mudam, pois tudo aquilo que é imperfeito busca a perfeição. Nele as coisas não são eternas, elas possuem uma duração: o que foi criado será um dia destruído; tudo que nasce um dia morrerá. Para Platão, a variabilidade e a multiplicidade do mundo sensível não permitem que possamos obter um conhecimento verdadeiro sobre as coisas que existem aqui; este mundo seria apenas um meio para elevar nosso intelecto em direção ao conhecimento verdadeiro das ideias perfeitas que existem no mundo inteligível. Assim, de acordo com Platão, as palavras que utilizamos para nomear as coisas, nossa linguagem, também constituiriam um problema para o conhecimento, porque a representação de uma coisa nunca equivaleria à coisa mesma.

A questão de Aristóteles era: como construir um conhecimento rigoroso que se baseie não no mundo das ideias (como queria Platão), mas no mundo sensível, aquele com o qual nos defrontamos todos os dias? Como conhecer a verdade sobre as coisas com as quais nos relacionamos?

Enfrentando esse problema, Aristóteles foi talvez o primeiro pensador a tentar mostrar a importância da estrutura da linguagem, e não apenas das palavras. Para ele, embora as palavras sejam convenções – portanto, relativas –, existe uma estrutura na linguagem, uma série de regras de uso que permitem a construção de um discurso verdadeiro, para além da relatividade das palavras. Assim, elaborando asserções a respeito das coisas e analisando se são verdadeiras ou falsas, Aristóteles acreditava ser possível adquirir conhecimento sobre o mundo físico. Ele afirmou que a palavra é *pharmakon* (nos dois sentidos, como em Platão), mas é também *organon*, isto é, instrumento do pensamento. Ao procurar estabelecer as regras do discurso correto, Aristóteles definiu as regras do pensamento correto, criando o campo que depois seria conhecido como **lógica**.

Segundo Aristóteles, é o fato de sermos seres de linguagem, portadores da palavra, que nos diferencia dos outros animais; pela palavra nos comunicamos, mas também pensamos. Por meio da palavra compartilhamos a vida, vivemos em comunidade com outros seres humanos, nos tornando seres políticos.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

“*O homem é um animal cívico* [político], *mais social do que as abelhas e outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não podemos confundir com os sons da voz. Estes são apenas a expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis, de que os outros animais são, como nós, capazes.* [...] *nós, porém, temos a mais, senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Esse comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil.*

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 4.

A “VIRADA LINGUÍSTICA”

Pense na afirmação: “O irmão de Lucas está doente.” Ela é verdadeira ou falsa? A resposta pode parecer fácil: bastaria saber se ele está ou não doente. No entanto, a afirmação pode ser analisada quanto a uma série de outros aspectos: quem é Lucas? Ele tem um irmão? Ele tem apenas um irmão, ou mais de um? No caso de ser mais de um, qual deles estaria doente? Ele está doente no momento em que o autor escreve essa frase ou no momento em que você a lê? Perguntas como essas caracterizam o tipo de preocupação de uma corrente filosófica surgida no século XX, a **filosofia analítica**. Segundo seus representantes, a única tarefa plausível para a filosofia seria produzir uma análise lógica da linguagem, de modo a testar a veracidade ou a falsidade das frases e das proposições.

No mesmo século XX, consolidou-se uma nova ciência, a linguística, também orientada para os estudos da linguagem. E ela teria grande influência em outras ciências humanas e na filosofia, por meio da **teoria estruturalista**.

Dada a importância da linguagem nos estudos filosóficos no século XX, fala-se em uma “virada linguística”, isto é, uma mudança de foco nas preocupações da filosofia.

ESTRUTURALISMO

Corrente de pensamento criada pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913). Para ele, ao estudar uma língua, além de prestar atenção aos seus conteúdos e formas, precisamos também analisar sua **estrutura inconsciente**, isto é, como esses elementos se relacionam entre si, pois essa estrutura é o que determina a língua. Essa noção de estrutura inconsciente seria aplicada à antropologia, à literatura e à psicanálise. O estruturalismo também provocou reações contrárias, uma vez que, ao afirmar a importância da estrutura para o conhecimento de um dado fenômeno, deixava de lado seus aspectos históricos.

Wittgenstein: linguagem e mundo

Um dos mais importantes pensadores da linguagem no século XX foi **Ludwig Wittgenstein**. A princípio, ele se alinhou às perspectivas da filosofia analítica da linguagem, mas, depois, foi se distanciando delas. Em sua primeira obra, Wittgenstein está preocupado com a essência da linguagem, com seu mecanismo de significação das coisas e do mundo. A linguagem é tratada como um sistema de representação e, portanto, algo diferente do mundo, pois aquilo que representa precisa ser diferente daquilo que é representado. Ao mesmo tempo que é diferente, o representante (a palavra) deve ter semelhanças com o representado (a coisa), ou não pode haver representação. Segundo o filósofo, o mundo é composto de fatos, e o que a linguagem representa, por meio das proposições, são os fatos.

No pensamento de Wittgenstein, linguagem e mundo estão, portanto, intrinsecamente ligados. É por isso que ele chega a uma interessante afirmação: quanto mais ampla minha linguagem (minhas possibilidades de representação), mais amplo é meu mundo; quanto mais restrita minha linguagem, mais restrito é meu mundo; e vice-versa. De modo que, quanto mais amplos meu mundo e minha linguagem, mais possibilidades de pensamento tenho.

> *Os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo.*
>
> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado lógico-filosófico*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 245.

Ludwig Wittgenstein (1889-1951)

Apic/Getty Images

Ludwig Wittgenstein, em foto de 1930.

Filósofo austríaco, filho de uma rica família de Viena, foi educado em meio a artistas e músicos. Foi aluno do filósofo e matemático Bertrand Russell (1872-1970) e tornou-se professor de Filosofia na Universidade de Cambridge, naturalizando-se britânico. Entre suas obras, destacam-se *Tratado lógico-filosófico* (1921) e *Investigações filosóficas* (1953).

A ideia dos limites impostos pela linguagem é trabalhada no romance *1984*, de George Orwell (1903-1950). O livro narra uma sociedade no futuro (o livro foi escrito em 1948, daí a projeção do futuro em 1984), na qual os seres humanos são vigiados e controlados por um governante totalitário, o Grande Irmão (ou *Big Brother*, no original inglês). Nessa sociedade o controle sobre os cidadãos é absoluto e o principal objetivo do governo é regular o que as pessoas pensam e sentem, para conseguir mantê-las sob seu domínio. Como isso é feito? Por meio da linguagem! Sabe-se que uma linguagem muito rica, com muitas palavras, gera muitas possibilidades de pensamento, o que é ruim para o sistema. O governo cria então a "novilíngua", que é uma simplificação da linguagem. A cada semana é publicado um novo *Dicionário de novilíngua*, que tem cada vez menos palavras, e as pessoas são proibidas de utilizar termos que não estejam no dicionário. A cada semana, a linguagem é reduzida, o mundo é reduzido, o pensamento é reduzido.

> *Segredo não se diz.*
> *Mentira não se diz.*
> *O que não se sabe não se diz.*
> *O que não se pode dizer não se diz.*
>
> *Palavrão não se diz.*
> *Coisa com coisa não se diz.*
> *Armazém não se diz.*
>
> *Armazém!*
> *Armazém!!*
>
> ANTUNES, Arnaldo. *Psia*. 5. ed. São Paulo: Iluminuras, 2001. p. 31.

Atlantic Releasing/Everett Collection/Keystone

Cena do filme 1984*, dirigido por Michael Radford. Secretamente, Winston Smith (John Hurt) tenta registrar suas memórias e expressar suas opiniões em um diário, que mantém escondido em seu quarto.*

"Jogos de linguagem"

Ao longo da vida, Wittgenstein mudou radicalmente o enfoque de sua prática filosófica. Ele passou a considerar que o problema não é a busca da essência da linguagem, uma vez que não haveria essência a ser encontrada. Em sua obra *Investigações filosóficas*, ele afirma que não existe **a** linguagem, mas **linguagens** múltiplas, com diferentes objetivos.

O filósofo faz uma analogia com os jogos: não existe um único jogo, mas diversos jogos. Eles têm semelhanças entre si (por exemplo, todo e qualquer jogo tem regras), mas são definidos por suas diferenças (ainda que todo jogo tenha regras, regras diferentes significam jogos diferentes). Os jogos também têm componentes e conteúdos distintos, bem como modos de funcionamento diferenciados; por exemplo, futebol e pôquer, xadrez e peteca. Mesmo completamente diferentes entre si, todos são jogos.

Para Wittgenstein, as linguagens são múltiplas porque múltiplos são os **jogos de linguagem**. Esses jogos são os variados usos da linguagem: usamos a linguagem para expressar nossos sentimentos, mas também para dar ordens; usamos a linguagem para pedir desculpas, mas também para fantasiar. Cada um desses usos é um jogo, com regras próprias, elementos próprios, formas de funcionamento próprias.

> *Todas as coisas do mundo*
> *não cabem numa ideia.*
> *Mas tudo cabe numa palavra,*
> *nesta palavra tudo.*
>
> ANTUNES, Arnaldo. *As coisas*. 8. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 25.

Uma pessoa pode se calar em determinado jogo de linguagem porque não quer ou não sabe falar daquilo, mas isso não quer dizer que aquilo seja **indizível**; ela pode dizê-lo, quem sabe, em outro jogo de linguagem diferente, em que aquilo faça todo o sentido e seja perfeitamente possível de expressar. Por exemplo: um réu pode se calar em um tribunal, não falando sobre a acusação que é feita a ele para não admitir sua culpa; mas pode falar livremente sobre isso com seu advogado, que preparará sua defesa. São diferentes jogos de linguagem, cada um com seus interesses e suas possibilidades.

O significado de uma palavra, portanto, não é universal e imutável: depende do jogo no qual ela é usada. Tudo consiste, então, em saber usar as palavras de acordo com o jogo de linguagem em questão.

Molekuul.be/Shutterstock/Glow Images

Daniel Karmann/dpa/Corbis/Latinstock

Quando em química falamos em "cadeia de carbono", a palavra cadeia tem um sentido; quando falamos que a pena para um crime corresponde a alguns anos de cadeia, a mesma palavra tem outro sentido (com alguma semelhança, mas com muitas diferenças). Nas imagens, esquema de cadeia de carbono (acima) e interior de cadeia em Nuremberg, Alemanha, em 2012 (ao lado).

Trabalho, linguagem e cultura

A linguagem é uma forma de expressão simbólica. Por isso, segundo o filósofo Ernst Cassirer (1874-1945), podemos compreender o ser humano como um **animal simbólico**. Segundo ele, o ser humano não é bem caracterizado quando o definimos como um animal racional, pois essa expressão limitaria a imensidão de coisas das quais somos capazes. Somos mais bem caracterizados pelo ato de simbolizar, que nos abre todo o universo da cultura.

> *Razão é um termo muito pouco adequado para abranger as formas da vida cultural do homem em toda sua riqueza e variedade. Mas todas essas formas são simbólicas. Portanto, em lugar de definir o homem como um* animal rationale*, deveríamos defini-lo como um* animal symbolicum*. Desse modo, podemos designar sua diferença específica, e podemos compreender o novo caminho aberto ao homem: o da civilização.*

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977. p. 51.

Os antigos romanos empregavam a palavra **cultura** no sentido de "cultivo"; daí a origem da palavra agricultura: o cultivo agrícola, o cuidado com a terra que permite que as plantas cresçam. Mas também falavam em um "cultivo de si", um cultivar-se, no sentido de uma pessoa cuidar-se, educar a si mesma, e, com isso, crescer. É apenas no século XIX que se difunde a ideia de cultura como a forma de vida própria de determinado povo. Nesse sentido, falamos de "culturas indígenas", "culturas pré-colombianas", "cultura brasileira" e "culturas europeias", por exemplo.

Em termos mais estritamente filosóficos – portanto, conceituais –, podemos entender por cultura o conjunto de tudo aquilo, no ambiente em que vivemos, que foi produzido pelo ser humano. Como vimos no capítulo anterior, Karl Marx associou o trabalho à natureza humana, uma vez que é por meio do trabalho que o ser humano transforma o mundo e transforma-se a si mesmo. A atividade de transformação do mundo pelo trabalho é justamente o que chamamos de cultura.

Percebe-se, portanto, uma estreita ligação entre trabalho, cultura e linguagem: produzimos cultura ao transformar o mundo por meio do trabalho, e expressamos essas transformações por meio da linguagem. Porém, a produção de linguagem é uma forma de trabalho, o que significa que também a linguagem transforma o mundo.

Se entendemos por cultura o mundo transformado pelo ser humano e por natureza a parte do mundo que não depende de nós e que não foi transformada por nós, será que existe uma espécie de oposição entre natureza e cultura? De forma nenhuma. O universo humano só pode ser compreendido pelo entrecruzamento de natureza e cultura. Marx também afirmava que a natureza é o **corpo inorgânico** do ser humano.

O corpo humano é a ferramenta do indivíduo. Quando ele transforma um objeto em extensão de seu corpo – uma pedra afiada em forma de ponta de lança, por exemplo –, esse objeto se torna seu "corpo inorgânico". Assim, ao realizar seu trabalho como transformação, o ser humano atravessa o mundo natural e é atravessado por ele. A cultura é a produção desse mútuo atravessamento.

Pensando na cultura como o mundo transformado pelo ser humano, Cassirer afirmou que podemos concebê-la como uma **trama simbólica** produzida pela linguagem. Assim, quando usamos determinada roupa, por exemplo, não estamos apenas cumprindo uma função material de proteger e aquecer o corpo: estamos também expressando nossa visão de mundo, nossos valores, o grupo social ao qual pertencemos.

É comum ouvirmos falar em "cultura erudita" e "cultura popular", por exemplo. A primeira compreenderia as realizações culturais humanas mais complexas, nas artes e no pensamento de forma geral, elaboradas com base num estudo sistemático de realizações anteriores; a segunda reuniria expressões tradicionais ou que circulam em amplos setores da sociedade, como festas, crenças, músicas e outras manifestações. Qual das duas é mais importante? Embora conheçamos respostas em favor de uma ou de outra, em termos filosóficos essa pergunta não faz sentido, pois ambas são igualmente importantes como expressões do ser humano.

Igor Bulgarin/Shutterstock/Glow Images

Espetáculos como as óperas são considerados exemplos de uma cultura erudita. Na imagem, uma cena da ópera Norma*, em apresentação no Dnepropetrovsk State Opera and Ballet Theatre, na Ucrânia, em 18 de fevereiro de 2012.*

Bruno Zanardo/Fotoarena

Crenças e tradições de determinado local fazem parte da cultura popular. Na foto, Festival Folclórico de Parintins, no Amazonas, em 2015. Essa festa é um dos maiores eventos populares do Brasil e mantém viva e em transformação a lenda do boi-bumbá e a história da região.

Cultura e mercadoria

A cultura, como você viu, é a produção por meio da qual o ser humano se faz plenamente humano. Ao mesmo tempo, na sociedade capitalista, ela também é transformada em mercadoria, em produto, algo que pode ser negociado. Isso levou o pensador francês **Félix Guattari** a distinguir três sentidos do termo cultura:

- **Cultura-valor:** o sentido mais antigo de cultura, relativo ao "cultivar-se" e que permite julgar quem tem cultura (quem é culto, cultivado) e quem não a tem (quem é inculto, não cultivado). Em suma, a cultura é tratada como um valor social, capaz de dar prestígio a algumas pessoas, distinguindo-as de outras.
- **Cultura-alma coletiva:** a cultura tomada como "civilização", como a produção de determinado povo. Nesse sentido do termo, não faz sentido dizer que uns têm e outros não têm cultura, pois todos estão no universo da civilização.
- **Cultura-mercadoria:** o conjunto de "bens culturais". Existe um mercado cultural e difunde-se a cultura pelo mesmo mecanismo de distribuição de qualquer outro produto.

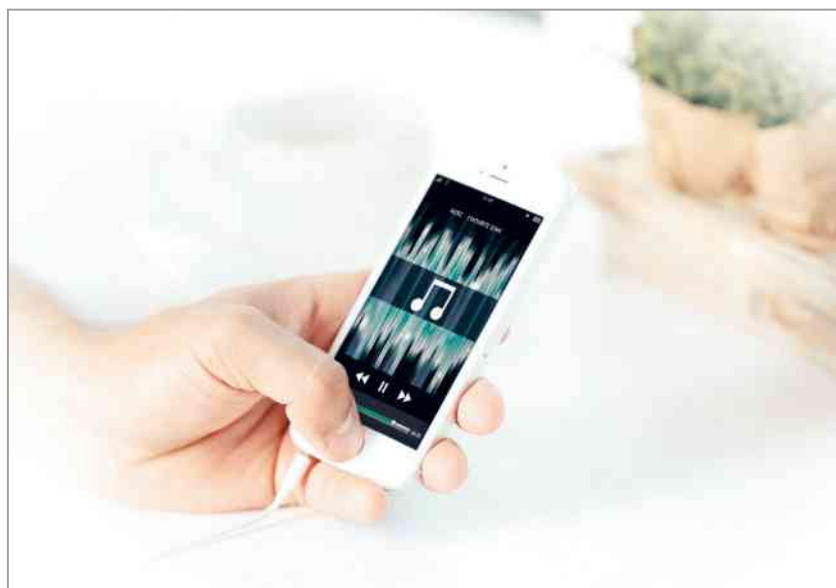
Para Guattari, o que prevalece em nossos dias é o conceito de cultura-mercadoria, embora os outros dois conceitos continuem válidos. Hoje, a cultura é considerada moeda de troca. É uma cultura que se produz, se reproduz, se difunde a todo momento, seja pela lógica do mercado capitalista, seja às margens desse mercado, pois mesmo uma "cultura marginal" também é mercadoria.

Essa terceira noção tem um aspecto negativo, porque valoriza a produção cultural pelo que ela pode render em termos de lucro econômico. Ao mesmo tempo, há um lado positivo em termos de acesso à cultura, já que a cultura-mercadoria não faz distinção entre uma "cultura popular" e uma "cultura erudita". No contexto da sociedade capitalista, ambas são mercadorias.

Félix Guattari (1930-1992)

François Lochon/Gamma-Rapho/Getty Images

Félix Guattari, em foto de 1987.

Filósofo, psicanalista e ativista político francês. Dedicou-se a vários temas em diferentes campos do pensamento e da cultura. Em seus últimos anos de vida apoiou movimentos ecologistas. Esteve várias vezes no Brasil, dando cursos, fazendo palestras e estudando movimentos sociais e políticos. Escreveu diversos livros com o filósofo Gilles Deleuze. De sua autoria, destacam-se: *Psicanálise e transversalidade* (1974); *As três ecologias* (1989); e *Caosmose: um novo paradigma estético* (1992).

África Studio/Shutterstock

Com o avanço tecnológico, cada vez mais artistas passaram a produzir e distribuir suas obras fora das grandes empresas da indústria fonográfica. Isso, de modo geral, tornou-as mais acessíveis ao público. Os vários serviços de transmissão de mídia via internet – como o streaming *– também ajudaram os artistas a difundir suas obras com mais facilidade.*

No primeiro texto a seguir, você verá como Wittgenstein explicou e exemplificou o conceito de "jogos de linguagem". No outro texto, note como Adorno e Horkheimer exploraram a linguagem da propaganda no contexto de uma cultura capitalista.

Texto 1

Ao ler o texto abaixo, observe que, para Wittgenstein, não se trata de propor uma "reforma da linguagem", como no romance *1984*, mas de mostrar as possibilidades da linguagem.

Os jogos de linguagem

23. Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? – há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de "signo", "palavras", "frases". E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos (uma imagem aproximada disto podem nos dar as modificações da matemática.)

O termo "jogo de linguagem" deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida.

Imagine a multiplicidade de jogos de linguagem por meio destes exemplos e outros:

Comandar, e agir segundo comandos.

Descrever um objeto segundo uma descrição (desenho).

Relatar um acontecimento.

Expor uma hipótese e prová-la.

Apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas.

Inventar uma história, ler.

Representar teatro.

Cantar uma cantiga de roda.

Resolver enigmas.

Fazer uma anedota; contar.

Resolver um exemplo de cálculo aplicado.

Traduzir de uma língua para outra.

Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar.

É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do Tratado lógico-filosófico*)* [p. 18-19].

132. Queremos estabelecer uma ordem no nosso conhecimento do uso da linguagem: uma ordem para uma finalidade determinada; uma ordem entre as muitas possíveis; não a ordem. Com esta finalidade, salientaremos constantemente diferenças que nossas formas habituais de linguagem facilmente não deixam perceber. Isto poderia dar a aparência de que considerássemos como nossa tarefa reformar a linguagem.

Uma tal reforma para determinadas finalidades práticas, o aperfeiçoamento da nossa terminologia para evitar mal-entendidos no uso prático, é bem possível. Mas esses não são os casos com que temos algo a ver. As confusões com as quais nos ocupamos nascem quando a linguagem, por assim dizer, caminha no vazio, não quando trabalha. [p. 57-58].

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

Questões sobre o texto

1 O texto afirma que os jogos de linguagem são múltiplos. O que isso significa?

2 Se, para Wittgenstein, não se trata de propor uma reforma da linguagem, como a do livro *1984*, em que consistiria pensar filosoficamente a linguagem? Argumente, sustentando sua resposta.

Texto 2

Neste texto, os filósofos Adorno e Horkheimer exploram as relações entre linguagem e cultura. Mostram a associação entre a cultura e a mercadoria, esclarecendo o mecanismo da propaganda. Em seguida, criticam o fato de que a sociedade contemporânea cria uma espécie de "magia" em torno da palavra, sendo necessária sua desmistificação pelo exercício do pensamento racional.

Cultura e mercadoria

[...] *A cultura é uma mercadoria paradoxal. Ela está tão completamente submetida à lei da troca que não é mais trocada. Ela se confunde tão cegamente com o uso que não se pode mais usá-la. É por isso que ela se funde com a publicidade. Quanto mais destituída de sentido esta parece ser no regime do monopólio, mais todo-poderosa ela se torna. Os motivos são marcadamente econômicos. Quanto maior é a certeza de que se poderia viver sem toda essa indústria cultural, maior a saturação e a apatia que ela não pode deixar de produzir entre os consumidores. Por si só ela não consegue fazer muito contra essa tendência. A publicidade é seu elixir da vida. Mas como seu produto reduz incessantemente o prazer que promete como mercadoria a uma simples promessa, ele acaba por coincidir com a publicidade de que precisa, por ser intragável* [...]

[...] *Tanto técnica quanto economicamente, a publicidade e a indústria cultural se confundem. Tanto lá como cá, a mesma coisa aparece em inúmeros lugares, e a repetição mecânica do mesmo produto cultural já é a repetição do mesmo* slogan *propagandístico. Lá como cá, sob o imperativo da eficácia, a técnica converte-se em psicotécnica, em procedimento de manipulação das pessoas. Lá como cá, reinam as normas do surpreendente e no entanto familiar, do fácil e no entanto marcante, do sofisticado e no entanto simples. O que importa é subjugar o cliente que se imagina como distraído e relutante.*

Alvaro Barrientos/AP Photo/Glow Images

Pessoas em frente ao cartaz gigantesco feito para divulgação do filme-catástrofe 2012*, em festival de cinema de San Sebastián, no norte da Espanha, em 2009. O texto em espanhol diz: "Estávamos avisados".*

Pela linguagem que fala, ele próprio dá sua contribuição ao caráter publicitário da cultura. Pois quanto mais completamente a linguagem se absorve na comunicação, quanto mais as palavras se convertem de veículos substanciais do significado em signos destituídos de qualidade, quanto maior a pureza e a transparência com que transmitem o que se quer dizer, mais impenetráveis elas se tornam. A desmitologização da linguagem, enquanto elemento do processo total de esclarecimento, é uma recaída na magia. Distintos e inseparáveis, a palavra e o conteúdo estavam associados um ao outro. Conceitos como melancolia, história e mesmo vida eram reconhecidos na palavra que os destacava e conservava. Sua forma constituía-os e, ao mesmo tempo, refletia-os. A decisão de separar o texto literal como contingente e a correlação com o objeto como arbitrária acaba com a mistura supersticiosa da palavra e da coisa. O que, numa sucessão determinada de letras, vai além da correlação com o evento é proscrito como obscuro e como verbalismo metafísico. Mas deste modo a palavra, que não deve significar mais nada e agora só pode designar, fica tão fixada na coisa que ela se torna uma fórmula petrificada. Isso afeta tanto a linguagem quanto o objeto. Ao invés de trazer o objeto à experiência, a palavra purificada serve para exibi-lo como instância de um aspecto abstrato, e tudo o mais, desligado da expressão (que não existe mais) pela busca compulsiva de uma impiedosa clareza, se atrofia também na realidade. O ponta-esquerda no futebol, o camisa-negra, o membro da Juventude Hitlerista, etc. nada mais são do que o nome que os designa. Se, antes de sua racionalização, a palavra permitira não só a nostalgia mas também a mentira, a palavra racionalizada transformou-se em uma camisa de força para a nostalgia, muito mais do que para mentira. A cegueira e o mutismo dos fatos a que o positivismo reduziu o mundo estendem-se à própria linguagem, que se limita ao registro desses dados. Assim as próprias designações se tornam impenetráveis, elas adquirem uma contundência, uma força de adesão e repulsão que as assimila a seu extremo oposto, as fórmulas de encantamento mágico. [...]

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento:* fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 151-154.

Camisa-negra: milícia que operou durante o regime fascista italiano, entre os anos 1920 e 1940.
Contundência: no contexto, força, vigor, evidência.
Mutismo: característica daquilo que é mudo.
Paradoxal: que apresenta um paradoxo, uma contradição.
Saturação: estado em que não é mais possível acrescentar nada.

Questões sobre o texto

1 Segundo o texto, como funciona a propaganda?

2 Por que, para Adorno e Horkheimer, a indústria cultural se assemelha a um *slogan* propagandístico? Dê exemplos.

3 Conforme o texto, as palavras, tanto na propaganda quanto na indústria cultural, perderam o significado, transformando-se em uma "fórmula petrificada". Explique essa afirmação.

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1 Você concorda com a afirmação de que é a linguagem que nos define como humanos? Explique os motivos de sua posição.

2 Em que sentido podemos afirmar que "A cultura é uma trama simbólica"?

3 Faça uma pesquisa sobre a linguagem utilizada na internet, principalmente nas redes sociais. Como as pessoas escrevem? O que elas escrevem? Como se expressam? Esse tipo de linguagem se aproxima ou se afasta do discurso oral? Com base na pesquisa, faça uma análise crítica sobre os "jogos de linguagem" que são encontrados nas redes sociais como manifestação cultural.

4 Pergunte a seus pais, tios ou avós sobre as músicas que eles ouviam e ouvem ainda hoje e peça-lhes ou procure a letra de algumas dessas músicas. Compare essas letras com as das músicas que você ouve. Faça uma análise crítica sobre a linguagem utilizada nos dois casos.

5 Dê exemplos de cultura-mercadoria que circula na sociedade atual.

6 Leia com atenção a letra da música a seguir e discuta com seus colegas o fato de necessitarmos de sistemas simbólicos para nos comunicarmos com outras pessoas. Escreva uma dissertação filosófica refletindo sobre a linguagem como representação das coisas. Use elementos que aprendeu neste capítulo e assuma uma posição, defendendo-a com argumentos.

O mundo

O mundo é pequeno pra caramba
Tem alemão, italiano e italiana
O mundo, filé à milanesa
Tem coreano, japonês e japonesa

O mundo é uma salada russa
Tem nego da Pérsia, tem nego da Prússia
O mundo é uma esfirra de carne
Tem nego do Zâmbia, tem nego do Zaire

O mundo é azul lá de cima
O mundo é vermelho na China
O mundo tá muito gripado
O açúcar é doce, o sal é salgado

O mundo – caquinho de vidro
Tá cego do olho, tá surdo do ouvido
O mundo tá muito doente
O homem que mata, o homem que mente

Por que você me trata mal
Se eu te trato bem?
Por que você me faz o mal
Se eu só te faço o bem?

Todos somos filhos de Deus
Só não falamos as mesmas línguas
Todos somos filhos de Deus
Só não falamos as mesmas línguas

Everybody is filhos de God
Só não falamos as mesmas línguas
Everybody is filhos de Gandhi
Só não falamos as mesmas línguas

ABUJAMRA, André. O mundo. In: *Karnak* (CD). Trinitus, 1995. Letra disponível em: <www.letras.mus.br/karnak/183768/>. Acesso em: 5 fev. 2016 .

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Você já sabe que um texto dissertativo é articulado em três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. Outra forma de estruturar um texto argumentativo é utilizando-se do método dialético. Seus elementos básicos são a tese, a antítese e a síntese.

A tese é a afirmação que se faz no início do texto. A antítese é a oposição que se faz à tese, criando um conflito. A síntese é uma nova situação originada desse embate entre tese e antítese.

Podemos dizer que a síntese torna-se uma nova tese, que aceita uma nova antítese e, consequentemente, originam uma nova síntese, num processo infinito; mas seu texto precisa concluir o processo dialético em algum ponto. No início, tente elaborar a dissertação apenas com um conjunto tese/antítese/síntese. Conforme sua escrita se aprimorar, permita-se alongar a discussão num processo dialético mais amplo.

Esta é a estrutura utilizada em textos filosóficos, uma vez que, antes de propor qualquer interpretação definitiva, a filosofia busca refletir acerca de problemas em um questionamento constante, sempre aberto ao surgimento de novas teses que possam ser investigadas.

É LÓGICO!

A operação lógica da dedução, que vimos no capítulo anterior, parte de premissas gerais para expressar conclusões específicas. Dediquemo-nos agora a examinar uma operação inversa, a **indução**, que consiste em partir de dados singulares para chegar a afirmações gerais, universais.

Todos os dias João espera pelo ônibus para ir à escola. Há um horário previsto para que o ônibus passe pelo ponto, mas João já está acostumado com um atraso de dez minutos, sempre. Observando, dia a dia, que o atraso se repete (curiosamente, o ônibus é *pontual* em seu atraso!), João conclui que o ônibus sempre se atrasa dez minutos. Essa inferência a partir da observação de casos que se repetem é o que chamamos de indução. Perceba: vemos um evento que se repete muitas vezes e isso nos leva a afirmar que isso *sempre* acontece; com base em dados singulares, particulares, emitimos uma conclusão que é geral. Portanto, a indução procede por **generalização**.

As ciências naturais trabalham de forma indutiva, enquanto a matemática procede, em geral, por dedução. No caso das ciências modernas, a indução é uma das etapas do método científico. Por exemplo: como se chegou à "lei geral" de que o ponto de ebulição da água, em condições normais de temperatura e pressão, é de 100 °C? Por indução: coloca-se uma quantidade de água para ferver e observa-se que a temperatura no ponto de fervura é de 100 °C. Repete-se essa operação diversas vezes e, como o resultado é sempre o mesmo, pode-se então afirmar, como conclusão geral, que a água ferve a 100 °C.

O mesmo procedimento é usado nas pesquisas e enquetes. Se queremos, por exemplo, saber a opinião da população brasileira sobre um determinado assunto, temos de partida um problema evidente: não há possibilidade de entrevistar todos os brasileiros. Então é preciso definir um número mínimo de pessoas que seja necessário entrevistar para chegar a uma resposta confiável: é o que os institutos de pesquisas chamam de "universo de pesquisa". Essas pessoas devem ser selecionadas de modo a contemplar, de forma proporcional, a composição da população brasileira em suas diferentes características – faixa etária, sexo, cor ou etnia autodeclarada, etc. É preciso também entrevistar pessoas de diferentes regiões brasileiras, pois há variações nas opiniões. Selecionado o universo de pesquisa, o instituto coleta respostas e, com base nelas, apresenta os resultados conclusivos.

Mariana Gil/EMBARQ Brasil

Pesquisadora do Ippuj (Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville, SC) entrevista usuária de ônibus para pesquisa de satisfação sobre o sistema. Foto de 2014.

A estatística embasa essas análises, ajudando a chegar a um "universo de entrevistados" que seja confiável. Mas, por mais que esse "universo" seja indicativo da população, ele não é a população inteira, portanto, podemos ter variações importantes... Já houve diversos casos, por exemplo, de pesquisas eleitorais que indicavam, durante a campanha, uma tendência de voto que não se concretizou na apuração das urnas.

Vimos que no caso da dedução a conclusão não acrescenta nada de novo às premissas. No caso da indução, ao contrário, a generalização nos leva para além dos casos particulares que examinamos no princípio. Como no caso do ponto de ebulição da água: a observação de situações particulares nos permite afirmar uma "lei universal" sobre o ponto de ebulição da água.

Mas será a indução sempre confiável? Se todos os dias João chegar ao ponto dez minutos após o horário previsto para que o ônibus passe por ali, ele não se arrisca a eventualmente perder o ônibus?

Sugestão de leituras e de filmes

Leituras

Reprodução/Ed. Brasiliense

ARANTES, Antônio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos).

Uma reflexão introdutória sobre a cultura, centrada na questão da cultura popular.

Reprodução/Ed. Globo

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

Ficção científica sobre uma sociedade na qual os livros não são permitidos. Os bombeiros são uma corporação cuja missão é encontrar livros e queimá-los. Para preservá-los, as pessoas leem e decoram livros.

Reprodução/Ed. Brasiliense

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos).

Uma introdução ao estudo da língua e da linguística como ciência no século XX.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Numa sociedade do futuro, o controle sobre o pensamento é feito por meio do repertório de palavras que cada indivíduo pode usar.

Reprodução/Ed. Brasiliense

LEMINSKI, Paulo. *La vie en close*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Este livro póstumo reúne poemas do escritor curitibano nos quais os jogos de linguagem estão presentes, em especial por meio do humor.

Filmes

Divulgação/TV Zero

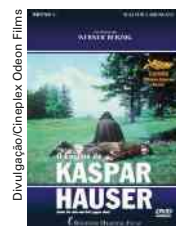
***Língua:* vidas em português. Direção de Victor Lopes. Portugal/Brasil, 2004. (105 min).**

Contando com a participação do escritor português José Saramago e do brasileiro João Ubaldo Ribeiro, o documentário mostra a curiosa relação que os diversos países lusófonos mantêm com a língua portuguesa.

Divulgação/Buena Vista Home Entertainment

***O carteiro e o poeta*. Direção de Michael Radford. Itália, 1995. (108 min).**

Em uma pequena ilha da Itália, um grande poeta chileno e um simples carteiro semianalfabeto se conhecem e criam uma grande amizade em torno do trabalho, da comunicação e da poesia.

Divulgação/Cineplex Odeon Films

***O enigma de Kaspar Hauser*. Direção de Werner Herzog. Alemanha, 1974. (109 min).**

Um jovem que nunca havia convivido em sociedade é encontrado numa praça. Será possível introduzi-lo no mundo da cultura, considerando que ele não sabe se comunicar?

Divulgação/Paramount

***O show de Truman*. Direção de Peter Weir. Estados Unidos, 1998. (103 min).**

Uma pessoa é filmada ininterruptamente, com transmissão ao vivo para todo o mundo, sem que ela saiba disso.

Janusz Kaminski/Dreamworks SKG

***O terminal*. Direção de Steven Spielberg. Estados Unidos, 2004. (128 min).**

Viktor Navorski chega a um aeroporto nos Estados Unidos quando o governo de seu país natal sofre um golpe de Estado. Assim, fica impedido tanto de entrar no país onde se encontra como de retornar à sua terra. Como não fala inglês, a língua local, Viktor precisa buscar formas de se comunicar com outras pessoas enquanto aguarda por uma definição.

3 Corporeidade, gênero e sexualidade: formas de ser

COLOCANDO O PROBLEMA

A dimensão humana da corporeidade

Vivemos numa era de culto ao corpo. Há uma forte pressão social para que se siga determinado padrão de beleza: as pessoas devem ser magras, "saradas", sempre com aspecto jovem. No entanto, por trás dessa preocupação com a beleza física nem sempre há uma busca verdadeira por saúde e bem-estar – o que envolveria, por exemplo, a prática de atividade física regular e uma alimentação saudável. Em geral, o que comanda o culto ao corpo é a preocupação estética.

Para o filósofo **Gilles Lipovetsky**, essa onda de preocupação com o corpo é parte daquilo que ele denomina "sociedade pós-moralista". Em vez da antiga sociedade moralista, na qual a ética e a virtude impunham uma série de deveres, vive-se hoje em uma sociedade que valoriza, principalmente, o bem-estar individual. Em lugar dos deveres, agora há "tarefas" para alcançar a felicidade, que envolvem a orientação sexual, práticas de higiene traduzidas como "amor ao corpo", campanhas antifumo e antidrogas, a prática de esportes radicais e "ecológicos", bem como as academias de ginástica e os tratamentos estéticos.

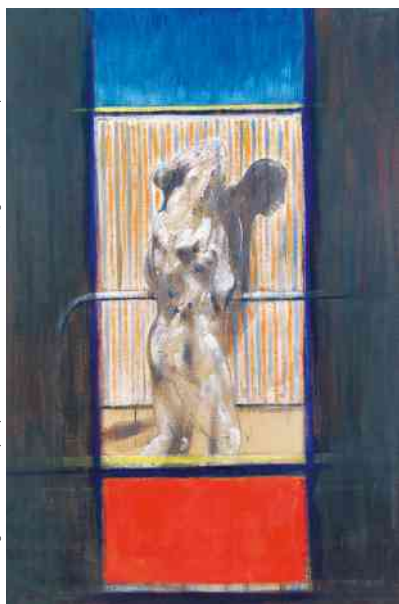
Gilles Lipovetsky
(1944-)

Rafaela Martins/Agência RBS

Gilles Lipovetsky, em foto de 2013.

Filósofo francês, professor na Universidade de Grenoble, dedica-se a refletir sobre o mundo contemporâneo. Entre suas várias obras publicadas, destacam-se: *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos* (1992); *Os tempos hipermodernos* (2004); e *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo* (2006).

Mourão Panda/Fotoarena

Atualmente as pessoas buscam um padrão de beleza estabelecido por meios como a moda, o marketing, *a propaganda e a televisão. Esse padrão desconsidera as particularidades (diferentes biotipos, condições financeiras, etc.) e estimula as pessoas a cultuar um padrão corporal irreal em troca de uma promessa de felicidade e bem-estar que a maioria não alcançará. Na foto, desfile em Belo Horizonte (MG), 2016.*

Pintura, *óleo sobre tela de Francis Bacon, 1950. Esta obra nos leva para além das representações estéticas do corpo: o que significa ser um corpo?*

The Bridgeman Art Library/Keystone/Museus e Galerias de Leeds, Inglaterra/Licenciado por Autvis Brasil.

Podemos destacar a **corporeidade** – o fato de sermos um corpo – como uma das dimensões humanas mais fundamentais.

O poema a seguir, de Arnaldo Antunes, trata dessas questões que a filosofia enfrenta, desde a Antiguidade, ao refletir sobre o ser humano. Como a filosofia tem conceituado o corpo ao refletir sobre o ser humano? Será ele que nos faz ser o que somos? Quando dizemos "eu", falamos de um corpo ou de alguma outra coisa, como um "recheio" que está no corpo?

> *O corpo existe e pode ser pego. É suficientemente opaco para que se possa vê-lo. Se ficar olhando anos você pode ver crescer o cabelo. O corpo existe porque foi feito. Por isso tem um buraco no meio. O corpo existe, dado que exala cheiro. E em cada extremidade existe um dedo. O corpo se cortado espirra um líquido vermelho. O corpo tem alguém como recheio.*

ANTUNES, Arnaldo. *As coisas*. 8. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 23.

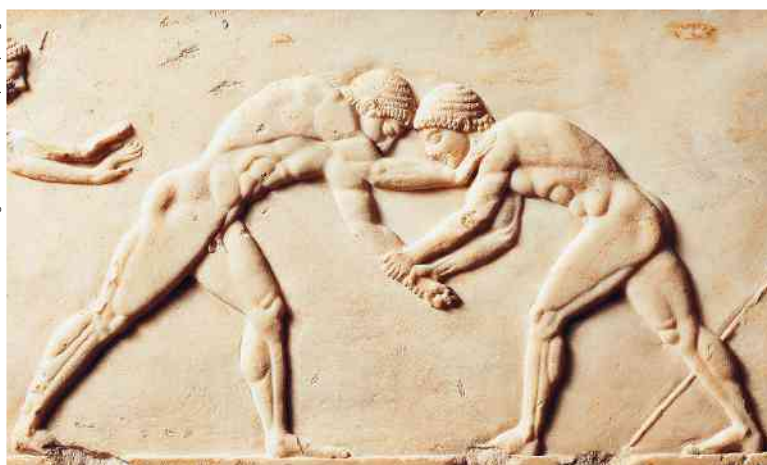
Para compreender como a filosofia construiu esse conceito, é preciso fazer um percurso pela sua história.

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

A FILOSOFIA E O CORPO

Os gregos antigos davam muita importância ao corpo. Exercitavam-se e preocupavam-se com a alimentação, de modo a ter um corpo saudável. Os guerreiros eram fortes, ágeis e astutos em combate. A admiração pela força e beleza do corpo produziu disputas atléticas, como as que ocorriam nos Jogos Olímpicos.

Para os gregos, o ser humano é constituído de *soma* (que traduzimos por 'corpo'), uma certa quantidade de matéria, e de *psique* (que traduzimos por 'alma'), o "sopro" que anima a matéria, que dá vida ao corpo. Na mitologia, a história da criação do homem conta que Prometeu fez bonecos de barro e começou a brincar com eles. Zeus então soprou nos bonecos e eles ganharam vida. Essa narrativa mítica buscava explicar a dupla natureza do ser humano: uma parte material, o corpo, moldado no barro; e uma parte espiritual, a alma, que nada mais é do que um sopro divino.

Nimatallah/De Agostini Picture Library/Getty Images

Neste detalhe de um alto-relevo ateniense do século VI a.C., vemos uma cena de luta entre dois atletas. Observe a representação dos corpos atléticos, tidos pelos gregos como expressão da beleza.

Platão: ideias e sentidos

A preocupação grega com o corpo estendeu-se para a filosofia, que dedicou grande esforço para compreendê-lo. Platão, que era excelente atleta e via o cultivo do corpo como uma exigência para o desenvolvimento da alma, elaborou uma concepção baseada no **dualismo psicofísico**.

Para compreender essa concepção é importante lembrar como Platão explicava o mundo. No capítulo anterior, vimos que o filósofo considerava uma duplicação da realidade, composta pelo mundo das ideias e pelo mundo dos sentidos. O primeiro é imaterial e inteligível; o segundo, sensível, material e físico.

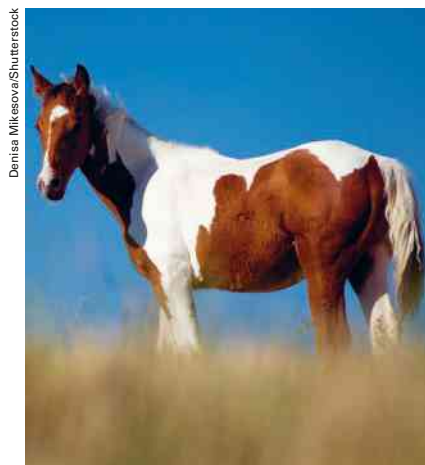
As ideias a que a teoria platônica se refere não são aquelas criadas pelos seres humanos por meio do pensamento. Para Platão, as ideias (também chamadas de formas) são eternas, sempre existiram e sempre existirão, e compõem um mundo considerado perfeito, distinto deste em que vivemos. Na criação do mundo que conhecemos, um espírito artesão (que Platão denominou *demiurgo*) contemplou as ideias que habitam esse mundo ideal e fez cópias delas a partir da matéria sem forma. Assim, contemplando a ideia perfeita de árvore (que é única e imutável), o demiurgo criou diversas cópias de árvores materiais; contemplando a ideia perfeita de homem, criou vários homens materiais; da ideia perfeita de mulher, copiou diversas mulheres materiais. E assim tudo o mais foi criado, como cópias imperfeitas dessas ideias. Nós, que habitamos o mundo imperfeito dos sentidos, poderíamos, por meio do pensamento, tentar conhecer as ideias de onde tudo se originou.

Se, para Platão, o corpo humano é parte do mundo sensível, a alma é parte do mundo ideal. A alma tem a mesma constituição das ideias; portanto, é perfeita e imortal. O corpo, tendo uma constituição material, é imperfeito e mortal. Enquanto um ser humano está vivo, ele é a união indissolúvel de um corpo físico mortal com uma alma ideal imortal. Por isso o ser humano precisa cuidar do corpo, exercitá-lo, cultivá-lo: é por meio do cuidado com o corpo que podemos cuidar da alma, fazendo com que ela domine esse corpo imperfeito. Mas, quando o corpo morre, a alma se libera e volta ao mundo das ideias, podendo depois encarnar em outro corpo. Vê-se então que, para Platão, a alma é mesmo um "recheio" do corpo.

Diferentes exemplares de cavalo são cópias imperfeitas da ideia singular e perfeita de cavalo.

Zuzule/Shutterstock

Denisa Mikesova/Shutterstock

Hector Ruiz Villar/Shutterstock

Aristóteles: matéria e forma

Insatisfeito com a perspectiva platônica, Aristóteles defendeu a noção de **hilemorfismo** (das palavras gregas *hylé*, 'matéria'; e *morphé*, 'forma'), segundo a qual todas as coisas resultam de dois princípios diferentes e complementares: a **matéria** e a **forma**. A matéria é aquilo de que a coisa é feita; a forma é o que faz com que a coisa seja aquilo que é. No caso do ser humano, o corpo físico é a matéria, enquanto a forma é dada pela alma. Mais do que em Platão, essas duas realidades são inseparáveis, embora distintas. Uma só pode agir em conjunto com a outra.

Essa concepção de Aristóteles pode ser chamada de **orgânica**: a alma é aquilo que anima o corpo, que lhe confere movimento, estando totalmente integrada a ele. Corpo e alma formam um sistema orgânico. Um movimento físico, como levantar a mão direita, é realizado pelo corpo possibilitado pela ação da alma, responsável pelo movimento. Um pensamento também é uma ação da alma, mas só pensamos porque somos seres corpóreos. Para Aristóteles, mesmo que fosse possível conceber uma alma separada de um corpo, essa alma não pensaria.

Ainda que tenha avançado em relação ao dualismo de Platão, em Aristóteles a alma continua sendo o "recheio" do corpo, pois é ela que lhe dá o movimento e a ação.

A expulsão do Jardim do Éden *(1426-1427), afresco de Masaccio (1401-1428) na igreja de Santa Maria del Carmine, em Florença, Itália. Para filósofos como São Tomás de Aquino, o pecado original se perpetua porque os seres humanos de sucessivas gerações têm a mesma natureza, recebida do primeiro homem, Adão.*

Espinosa: corpo-mente

Na Idade Média, sob a influência do pensamento cristão, essas ideias de Platão e de Aristóteles foram retomadas, mas passaram por uma reelaboração. Vários filósofos dedicaram-se a reler a filosofia antiga segundo os preceitos do cristianismo. Os dois mais importantes foram Santo Agostinho (354-430) e São Tomás de Aquino (1225-1274), em diferentes períodos da filosofia medieval: o primeiro no início do período conhecido como **patrística**, a filosofia dos "padres da Igreja"; o segundo, no da **escolástica**, a filosofia ensinada nos mosteiros e nas universidades medievais. Com a introdução do pensamento cristão, o corpo passou a ser considerado fonte e lugar do pecado, uma vez que, de acordo com essa tradição, foi por meio do corpo que o ser humano pecou e perdeu o paraíso. À alma, expressão de pureza divina, cabe a função de controlar os desvios do corpo.

Apenas no século XVII, com o filósofo **Bento de Espinosa**, surgiu uma posição diferente dessa visão dualista que compreendia o ser humano como corpo **e** alma, seja destacando aspectos positivos, seja destacando aspectos negativos. O filósofo não utiliza a palavra alma, preferindo falar sempre em **mente**. Para ele, mente e corpo são **uma coisa só**. Quando nos referimos ao pensamento, o chamamos de mente; e, quando se trata da matéria, a chamamos de corpo. Mas um não pode ser concebido sem o outro.

Contrariando uma tradição filosófica de mais de dois mil anos, Espinosa elaborou uma concepção não dualista do ser humano. Com essa posição, ele nega que a mente prevaleça sobre o corpo. Como um e outro são a mesma coisa, nem o corpo pode obrigar a mente a pensar, nem a mente pode forçar o corpo a agir. Quando pensamos, o fazemos na condição de corpo-mente; quando nos movimentamos, também o fazemos na condição de corpo-mente.

Enquanto a tradição considerava o corpo pura matéria controlada por uma alma imaterial, Espinosa afirmava que, até então, ninguém havia sido capaz de dizer quais são as possibilidades do corpo, aquilo que ele pode ou não pode fazer. Podemos compreender essa ideia pensando em situações extremas, nas quais o corpo reage de maneira inesperada. Em uma catástrofe, por exemplo, uma pessoa seria capaz de erguer rochas muito pesadas para salvar alguém, algo que, em circunstâncias normais, não conseguiria realizar. Nos esportes, os atletas procuram sempre chegar ao limite das possibilidades do corpo. A cada quatro anos, novos recordes são quebrados nas Olimpíadas: um atleta nada mais rápido, outro salta mais alto, outro corre mais depressa.

> *O corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor.*
>
> SPINOZA. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 163.

Para Espinosa, as ações do corpo dependem dos estímulos que ele recebe. Espinosa chamou esses estímulos de **afecções**. O corpo pode ser afetado de diferentes formas e age a partir dessas afecções. Dependendo de como o corpo é afetado, sua potência de agir aumenta. Um bom exemplo é o atleta que compete: o estímulo para alcançar a vitória é a afecção que aumenta sua potência de agir, levando a bons resultados. Há também afecções que diminuem a potência de agir de um corpo. Quando ficamos decepcionados com algo e nos sentimos abatidos, temos pouca vontade de fazer qualquer coisa; nossa potência de agir se reduz. Como mente e corpo são uma só coisa, Espinosa denomina o aumento da potência de agir de **alegria**, enquanto a diminuição dessa potência é a **tristeza**.

Lalo de Almeida/Folhapress

O ginasta brasileiro Ângelo Assumpção apresenta-se no solo durante a Copa do Mundo de Ginástica Artística de 2015, em São Paulo (SP). Num exercício como esse, o corpo é levado a seus limites, num equilíbrio entre força e destreza.

Bento de Espinosa (1632-1677)

Coleção Bettmann/Corbis/Latinstock

Espinosa, em pintura de Samuel von Hoogstraten, de 1670.

Nasceu em Amsterdã (na atual Holanda) e recebeu uma sólida formação religiosa judaica e humanista. Por suas ideias filosóficas e políticas consideradas heréticas, foi expulso da comunidade judaica local. Suas principais obras foram: *Tratado da reforma do entendimento* (escrito por volta de 1671 e só publicado após sua morte), *Tratado teológico-político* (1670) e *Ética demonstrada segundo o método geométrico* (1677).

Vemos assim que, para Espinosa, não faz nenhum sentido pensar no corpo como uma porção de matéria que tem por "recheio" uma mente ou uma alma que nos faz ser o que somos, que nos dá uma identidade. Não há um "recheio" diferenciado do resto do corpo, ele é o próprio recheio.

Espinosa afirmava que, até sua época, ninguém havia conseguido conhecer a estrutura do corpo de modo a poder explicar todas as suas funções. Por isso, atribuíam-se à alma as ações do corpo.

Hoje, com os avanços na ciência, conhecemos bem mais o corpo, sua anatomia e fisiologia, que no tempo de Espinosa. Só recentemente, porém, a neurociência tem conseguido compreender melhor as interações entre o corpo e a mente, dando ampla razão à teoria de Espinosa.

Novos conceitos na filosofia do corpo

No século XX o pensamento filosófico sobre o corpo recebeu as contribuições de **Maurice Merleau-Ponty** e Michel Foucault (1926-1984).

Na obra *Fenomenologia da percepção*, Merleau-Ponty desenvolve o conceito de **corpo próprio**. O filósofo muda o foco da afirmação de Descartes (1596-1650) – "Penso, logo existo" –, que coloca a certeza da existência no pensamento (na consciência ou na alma), para situá-la no corpo.

Vivendo no mundo, sendo um corpo em meio às coisas, nós as percebemos. É no ato da percepção que descobrimos a nós mesmos, que descobrimos que existimos. Em outras palavras, nós só sabemos que existimos porque somos um corpo no mundo.

Merleau-Ponty criticou a filosofia e a fisiologia (o estudo biológico das funções do corpo) por serem **mecanicistas**, isto é, por considerarem o corpo um objeto, um mecanismo cujo funcionamento podemos conhecer. Isso, segundo Merleau-Ponty, significa transformar o corpo em pura materialidade, que só ganha sentido se for "recheada" por uma mente ou uma alma.

O corpo próprio, para Merleau-Ponty, é a ideia de que cada pessoa é um corpo que percebe e que pensa – e, pensando, atua no mundo e sobre si mesmo. Desse modo, o corpo não é um objeto, como uma pedra ou um martelo, nem tampouco pura consciência ou pura percepção. Meu **corpo próprio** é a sede da percepção do mundo e de mim mesmo, possibilidade única de existência concreta.

O filósofo francês Michel Foucault reflete sobre outro aspecto da corporeidade: a atuação do poder sobre o corpo. Segundo o filósofo, o "desprezo pelo corpo" que vemos na Idade Moderna é apenas aparente. Durante todo aquele período, foi feito grande esforço para manter o corpo controlado, para que ele pudesse ser tomado como força de trabalho. O suposto "esquecimento do corpo" pela filosofia tinha sua função: fazer com que não se percebesse sua submissão e os mecanismos que o submetiam.

Maurice Merleau-Ponty (1908-1961)

Jean-Regis Rouston/Roger-Viollet/Getty Images

Maurice Merleau-Ponty, em 1950.

Filósofo francês, foi professor em escolas de Ensino Médio e no ensino universitário. Trabalhou com o método fenomenológico de Husserl e procurou desenvolvê-lo para além daquilo que foi imaginado por seu criador. Entre suas obras, destacam-se: *Fenomenologia da percepção* (1945), *As aventuras da dialética* (1955) e *O visível e o invisível* (publicada postumamente em 1964).

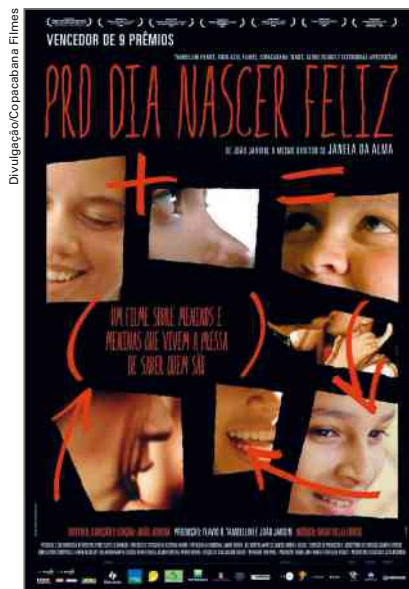
Segundo Foucault, um importante mecanismo de controle era o **poder disciplinar**, que atuava individualizando os corpos. Esse poder era exercido em instituições, como fábricas, escolas, hospitais, prisões e quartéis. Pense no exemplo da escola: cada estudante tem um registro, é colocado em determinada classe, tem um número na lista de chamada, é avaliado por meio de notas que medem seu aproveitamento. São formas de disciplinar os estudantes para que se mantenha certa ordem estabelecida, ao mesmo tempo construindo para esses sujeitos um papel que deve ser cumprido. Esse tipo de controle transforma corpos em sujeitos presos a identidades que lhes são atribuídas.

Ao mesmo tempo, a disciplina tem também seus efeitos positivos: ela possibilita a cada um que se conheça melhor e tenha consciência do próprio corpo. Mesmo Merleau-Ponty só conseguiu formular sua teoria graças ao poder disciplinar a que estava submetido. A tomada de consciência possibilita uma "revolta do corpo", que busca mais liberdade e menos controle. Para que o corpo seja afirmado, é preciso que seja conhecido; para ser conhecido, o corpo precisou ser disciplinado.

E, se o corpo é lugar de exercício de poder, ele é também lugar de se fazer único. O corpo resiste ao controle que lhe é imposto. Essa relação do corpo com os poderes por meio da educação – uma relação de submissão, mas também de resistência – é vista de forma poética pelo compositor Paulinho Moska (1967-) na canção "O corpo". Não sabemos o que pode o corpo, pois nosso olhar para ele é limitado; o corpo é colocado em determinadas formas por um processo de educação, mas o corpo também resiste às normas e busca outras possibilidades.

O documentário *Pro dia nascer feliz* mostra as contradições e os problemas do sistema de ensino brasileiro, por meio de depoimentos de estudantes e profissionais de diferentes realidades escolares.

Pro dia nascer feliz. Direção de João Jardim. Brasil, 2006. (88 min).

Divulgação/Copacabana Filmes

Cartaz do documentário Pro dia nascer feliz.

> ***O corpo***
>
> *Meu corpo tem cinquenta braços*
> *E ninguém vê porque só usa dois olhos*
> *Meu corpo é um grande grito*
> *E ninguém ouve porque não dá ouvidos*
> *Meu corpo sabe que não é dele*
> *Tudo aquilo que não pode tocar*
> *Mas meu corpo quer ser igual àquele*
> *Que por sua vez também já está cansado de não mudar*
> *Meu corpo vai quebrar as formas*
> *Se libertar dos muros da prisão*
> *Meu corpo vai queimar as normas*
> *E flutuar no espaço sem razão*
> *Meu corpo vive e depois morre*
> *E tudo isso é culpa de um coração*
> *Mas meu corpo não pode mais ser assim*
> *Do jeito que ficou após sua educação."*

MOSKA, Paulinho. O corpo. In: *Pensar é fazer música* (CD). EMI, 1995. Letra disponível em: <www.letras.mus.br/paulinho-moska/130039>. Acesso em: 17 maio 2016.

Sexo, gênero e sexualidade: entre o biológico e o cultural

Um dos desdobramentos da corporeidade é a sexualidade: todo corpo humano é sexuado. Em uma visão mecanicista do corpo, podemos afirmar que o sexo é algo puramente biológico e definido por características com as quais nascemos – excluindo alguns tipos de distúrbio genético, existem o sexo feminino e o sexo masculino. Isso nos leva a concluir que existem mulheres, aquelas que são do sexo feminino, e homens, aqueles que são do sexo masculino. Com base nisso, também somos levados a crer que há coisas que se relacionam exclusivamente às mulheres e compõem o universo feminino e outras que são exclusividade dos homens, do universo masculino.

Será que as coisas são tão simples assim? Como compreender, por exemplo, que existem homens e mulheres que gostam de se vestir de acordo com os padrões estabelecidos para o sexo oposto (homem que gosta de se vestir como mulher e vice-versa)?

Para entender a complexidade dessa questão, precisamos recorrer a uma visão não mecanicista do corpo. A forma como nos vestimos, por exemplo, deve ser considerada numa dimensão simbólica, que diz respeito ao modo como representamos e vivemos nossa corporeidade, e que, portanto, se coloca para além do biológico. Como estudamos anteriormente, essa dimensão simbólica é o universo da cultura.

O curta-metragem *Vestido de Laerte*, ficção baseada em uma história vivida pela cartunista Laerte, narra a busca de sua personagem – uma travesti e transgênero interpretada por ela mesma – por um certificado que lhe garantisse o direito de utilizar o banheiro público feminino.

Vestido de Laerte. Direção de Pedro Marques e Claudia Priscilla. Brasil, 2012. (13 min).

Divulgação/Válvula Produções Culturais

Cena do curta-metragem Vestido de Laerte.

Se o corpo não é apenas matéria, se ele existe em uma determinada cultura, assuntos ligados à sexualidade estão relacionados à dinâmica da vida humana e não são apenas traços físicos ou biológicos. Dito de outra forma: o sexo é biológico, mas as maneiras de vivê-lo são culturais, por isso se modificam de pessoa para pessoa, de cultura para cultura, de uma época para outra. Sexualidade e gênero precisam ser discutidos de forma mais ampla.

Na obra *História da sexualidade: a vontade de saber* (1976), Foucault investigou como as sociedades entenderam a sexualidade ao longo do tempo e notou um paradoxo. Nas sociedades ocidentais dos séculos XVI e XVII, embora se acreditasse que a sexualidade era reprimida, ela era valorizada como o segredo por excelência – em decorrência disso, na mesma medida em que era reprimida, *falava-se* muito sobre sexo. Procurando estabelecer "a verdade" sobre o sexo, as sociedades encontraram basicamente dois caminhos. Por um lado, criaram uma espécie de "arte erótica" como uma forma de prescrever as melhores e mais corretas maneiras de viver o sexo; isso se verificou, principalmente, nas sociedades orientais. O exemplo mais conhecido desse tipo de arte talvez seja o clássico hindu **Kama Sutra**. Por outro lado, as sociedades ocidentais tentaram produzir um conhecimento científico sobre o sexo, como uma forma lícita de procurar sua "verdade".

KAMA SUTRA

Livro indiano antigo dedicado às artes do amor e à fruição do prazer dos sentidos. Foi escrito por Vātsyāyana, que provavelmente viveu em um período entre os séculos I e IV.

Essas vertentes deram origem a duas linhas de estudo sobre o sexo no Ocidente. De um lado, surgiu um saber científico legítimo, sobre o qual se pode falar livremente e até ensinar nas escolas, uma forma de educação sexual admitida como necessária. De outro lado, ganhou força

uma visão moralista do sexo, que reprime certas práticas e legitima outras, criando-se uma série de hábitos sociais relacionados à sexualidade. Essa moral sexual padronizou uma perspectiva heteronormativa e cisnormativa, centrada apenas na visão biológica. Essa visão afirma não só a distinção absoluta entre homens e mulheres (cisnormatividade), como a complementaridade necessária entre esses dois sexos por meio do relacionamento afetivo (heteronormatividade).

Mas, como a vivência da sexualidade envolve uma conjunção dos fatores biológico e cultural, nela também interfere um tema de grande interesse para o século XXI: os papéis atribuídos aos homens e às mulheres na sociedade – ou, como costuma ser denominada, a **questão do gênero**.

Uma coisa é o sexo de cada pessoa visto sob o ponto de vista biológico. Alguns indivíduos nascem com um corpo dotado de órgãos sexuais masculinos; outros, de órgãos sexuais femininos. Mas será que isso é suficiente para afirmar que uns são homens e outros são mulheres? Os gêneros masculino e feminino são puramente biológicos? Na realidade, a questão do gênero também está profundamente ligada à vivência das pessoas em determinada época e lugar.

Flávio Neves/Agência RBS/Folhapress

Garota lê livros de educação sexual produzidos para o público infantil, em Florianópolis (SC), em 2006.

A filósofa **Simone de Beauvoir** dedicou-se a estudar a condição da mulher na sociedade. Em sua obra *O segundo sexo*, publicada em 1949, afirmou que "ninguém nasce mulher: torna-se mulher" conforme se vive. Não existe algo como uma "natureza feminina", porque o "ser mulher" não é uma essência (seja biológica, seja cultural) que se realiza, mas uma construção que cada mulher faz em sua vida.

Para Beauvoir, assim como falamos em uma **condição humana**, de modo geral, podemos falar em uma **condição feminina**, de forma particular. A filósofa argumenta que a cultura e o pensamento foram sempre dominados pelos homens, de modo que a mulher foi considerada o outro, o não homem, e relegada a um segundo plano (daí o título de sua obra). Desvendar e compreender essa condição é, assim, a tática para poder lutar contra ela, construindo outras realidades para o feminino.

A afirmação de Beauvoir sobre o "tornar-se mulher" teve grande impacto nos movimentos feministas no século XX. Mas podemos dizer que sua validade é mais ampla, uma vez que essa formulação também é aplicável para o homem: ninguém nasce homem, mas se torna homem. Isso significa que a classificação homem ou mulher e toda a carga que essas definições contêm são reflexos da época e da sociedade em que se dão: são construções culturais humanas, e não dados imutáveis da natureza.

Simone de Beauvoir (1908-1986)

Daniel Simon/Gamma-Rapho/Getty Images

Simone de Beauvoir, em 1983.

Filósofa francesa nascida em Paris, dedicou-se também à literatura. Foi professora de filosofia em vários colégios franceses, antes de resolver dedicar-se exclusivamente a escrever. Produziu uma obra extensa, composta de romances, novelas e ensaios filosóficos. Tornou-se conhecida por sua ligação com o existencialismo e por seus trabalhos sobre a mulher e sua condição. Entre suas obras, destacam-se: *Uma moral da ambiguidade* (1947); *O segundo sexo* (1949); e *A cerimônia do adeus* (1981).

STR/Agência France-Presse

Em dezembro de 2015, na Arábia Saudita, ocorreu a primeira eleição em que mulheres puderam votar e também se candidatar a cargos nos conselhos municipais. O direito ao voto representou um avanço na construção da igualdade de gênero no país, que tem uma das legislações mais restritivas às mulheres: elas são proibidas, por exemplo, de dirigir veículos, viajar, trabalhar, possuir patrimônio e se casar sem a permissão de um homem. Na imagem, mulher vota em Jedda.

A construção do gênero é biológica, cultural e histórica, assim como a construção do que somos em outras esferas da vida. E, como na música "Super-homem, a canção", a condição dos gêneros está em constante reavaliação.

Super-homem, a canção

Um dia
Vivi a ilusão de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesse ter

Que nada
Minha porção mulher, que até então se resguardara
É a porção melhor que trago em mim agora
É que me faz viver

Quem dera
Pudesse todo homem compreender, oh, mãe, quem dera
Ser o verão o apogeu da primavera
E só por ela ser

Quem sabe
O Super-homem venha nos restituir a glória
Mudando como um deus o curso da história
Por causa da mulher

GIL, Gilberto. Super-homem, a canção. In: *Realce* (LP). Warner Music, 1979. Letra disponível em: <www.gilbertogil.com.br/sec_disco_interno.php?id=18>. Acesso em: 21 jan. 2016.

Referindo-se ao filme *Superman*, de 1978, no qual o herói faz o planeta girar ao contrário e voltar o tempo para impedir a morte da mulher amada, Gilberto Gil reavalia o curso que nossa história tomou e lembra a importância da existência da mulher para o próprio homem. Todo homem carrega uma "porção mulher" em si; assim como a mulher tem uma "porção homem". O ser humano não precisa simplesmente ser classificado em homem/mulher, masculino/feminino. As duas perspectivas são parte de uma única realidade: o humano.

A diversidade sexual vem se colocando com uma força cada vez maior, ainda que uma sociedade moralista a combata. Além disso, ela amplia nossa reflexão a respeito da distinção de gênero. No campo da filosofia, Deleuze e Guattari alertam que há muitas "camadas" nas formas como vivemos a sexualidade: se ela costuma ser reduzida a dois gêneros é em razão de um aparelho social repressor que procura conter os jogos do desejo. Mas cada pessoa "embaralha" em si mesma o masculino e o feminino, o heterossexual e o homossexual, de modo que uma definição de gênero e orientação sexual é sempre algo transitório e que se faz em determinado contexto, não algo que determine, de fato, como vivemos nosso corpo, como experimentamos o desejo, como construímos aquilo que somos.

Esse jogo de construções de si mesmo é um jogo de identidades. A cada momento somos chamados a assumir uma identidade, um papel social, e a agir de acordo com ele. Na vivência desses papéis, vamos ouvindo coisas como “homem que é homem não chora” e “menina não pode se sentar desse jeito”. É culturalmente, em nossas relações sociais, que as identidades de gênero vão sendo construídas. E é também pela produção cultural que elas vão mudando, de acordo com os valores socialmente dominantes. Voltando ao exemplo da roupa: até o início do século XX, a calça não era aceita no Ocidente como vestimenta apropriada para mulheres. Alguns países, como a França, chegaram a ter leis proibindo seu uso. Mas, sendo uma questão cultural, o modo de se vestir das mulheres foi mudando com o tempo, e a busca pela praticidade e pelo conforto fez com que, em muitos lugares, elas passassem a usar mais comumente calças do que saias e vestidos.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Jonathan Nackstrand/Agência France-Presse

A cantora austríaca Conchita Wurst ficou conhecida ao vencer um tradicional concurso musical da TV europeia em 2014. Um exemplo de que a questão de gênero pode ser desconstruída, pois a divisão do mundo entre masculino e feminino não dá conta de abarcar todos os papéis sexuais que podem existir.

Trabalhando com textos

Veremos em seguida dois textos de filósofos do século XX. Foucault oferece neste fragmento outro conceito de corpo, o “corpo utópico”. No texto de Simone de Beauvoir, encontramos a problematização em torno do ser mulher.

Texto 1

O texto a seguir é parte de uma conferência de Foucault em 1966 na rádio France-Culture. Nele, o filósofo faz uma relação entre o corpo humano e a utopia. A utopia no corpo está nas roupas que usamos, na maquiagem, em máscaras ou tatuagens. Mudamos o corpo, mudamos a nós mesmos, mudamos nossos lugares no mundo.

O corpo utópico

[...] *O corpo é ele mesmo um grande ator utópico, quando se trata de máscaras, da maquiagem e da tatuagem. Mascarar-se, maquiar-se, tatuar-se, não é exatamente, como poderíamos imaginar, adquirir um outro corpo, simplesmente uma pele mais bonita, mais bem decorada, mais facilmente reconhecível; tatuar-se, maquiar-se, mascarar-se é sem dúvida algo completamente diverso, é fazer o corpo entrar em comunicação com os poderes secretos e as forças invisíveis. A máscara, o desenho tatuado, o produto cosmético depositam no corpo toda uma linguagem: toda uma linguagem enigmática,*

toda uma linguagem cifrada, secreta, sagrada, que chama sobre esse mesmo corpo a violência do deus, a potência surda do sagrado ou a vivacidade do desejo. A máscara, a tatuagem, o cosmético localizam o corpo em outro espaço, eles o fazem entrar em um lugar que não tem um lugar diretamente no mundo, eles fazem desse corpo um fragmento de espaço imaginário que vai se comunicar com o universo das divindades ou com o universo de outrem. Seremos pegos pelos deuses ou seremos pegos pela pessoa que acabamos de seduzir. Em todo caso, a máscara, a tatuagem, o cosmético são operações por meio das quais o corpo é arrancado de seu espaço próprio e projetado em um outro espaço.

[...]

E se sonhamos que a vestimenta sagrada ou profana, religiosa ou civil faz o indivíduo entrar no espaço fechado do religioso ou na rede invisível da sociedade, então vemos que tudo isso que toca o corpo – desenho, cor, diadema, tiara, vestimenta, uniforme – tudo isso faz desabrocharem, sob uma forma sensível e matizada, as utopias seladas no corpo.

Mas talvez fosse necessário ir abaixo da roupa, talvez fosse preciso tomar a própria carne, e aí veríamos que, em certos casos, no limite, é o corpo ele mesmo que faz retornar contra si seu poder utópico e faz entrar todo o espaço do religioso e do sagrado, todo o espaço do outro mundo, todo o espaço do contramundo no interior mesmo do espaço a ele reservado. Então, o corpo na sua materialidade, na sua carne, seria como o produto de suas próprias ilusões. O corpo do dançarino não é justamente um corpo dilatado, segundo todo um espaço que lhe é interior e exterior ao mesmo tempo? E também os drogados, os possuídos; os possuídos, cujos corpos tornam-se o inferno; os estigmatizados, cujos corpos tornam-se sofrimento, redenção e saúde, paraíso sangrento.

Eu estaria maluco, de fato, se acreditasse que o corpo jamais está em outro lugar, que ele está irremediavelmente aqui e que ele se opõe a toda utopia.

Meu corpo, de fato, está sempre em outro lugar, ele é ligado a todos os outros lugares do mundo, e verdadeiramente ele não é senão em outro lugar. Pois é em torno dele que as coisas estão dispostas, é em relação a ele – e em relação a ele como um soberano – que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um adiante, um atrás, um próximo, um distante. O corpo é o ponto zero do mundo, o lugar em que os caminhos e os lugares vêm se cruzar; o corpo não está em nenhum lugar: ele é no coração do mundo esse pequeno núcleo utópico a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego, pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, ele não tem um lugar, mas é dele que partem e se distribuem todos os lugares possíveis, reais ou utópicos.*

FOUCAULT, Michel. *Le corps utopique, les hétérotopies*. Paris: Lignes, 2009. p. 15-18. Texto traduzido.

* *Cidade do Sol* é o título de um livro de Tommaso Campanella (1568-1639) que descreve uma cidade utópica.

Questões sobre o texto

1 Segundo Foucault, qual é o efeito de intervenções estéticas sobre o corpo, como a maquiagem e a tatuagem?

2 Como podemos compreender a afirmação de que “o corpo é o ponto zero do mundo”?

Texto 2

A constituição da mulher como um fator cultural e não apenas biológico é o tema dos trechos a seguir, extraídos do primeiro e mais importante livro de filosofia dedicado à condição da mulher. Simone de Beauvoir reflete sobre a produção da masculinidade e da feminilidade e afirma que a “libertação da mulher” requer que ela se assuma como ser sexuado.

Tornar-se mulher...

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. O drama do nascimento, o da desmama desenvolvem-se da mesma maneira para as crianças dos dois sexos [...].

[...] *Uma segunda desmama, menos brutal, mais lenta do que a primeira, subtrai o corpo da mãe aos carinhos da criança; mas é principalmente aos meninos que se recusam pouco a pouco beijos e carícias; enquanto à menina, continuam a acariciá-la, permitem-lhe que viva grudada às saias da mãe, no colo do pai que lhe faz festas; vestem-na com roupas macias como beijos, são indulgentes com suas lágrimas e caprichos, penteiam-na com cuidado, divertem-se com seus trejeitos e seus* <u>*coquetismos*</u>*: contatos carnais e olhares complacentes protegem-na contra a angústia da solidão. Ao menino, ao contrário, proíbe-se o coquetismo; suas manobras sedutoras, suas comédias aborrecem. “Um homem não pede beijos... um homem não se olha no espelho... Um homem não chora”, dizem-lhe. Querem que ele seja “um homenzinho”; é libertando-se dos adultos que ele conquista o sufrágio deles. Agrada se não demonstra que procura agradar.*

Muitos meninos, assustados com a dura independência a que são condenados, almejam então ser meninas; nos tempos em que no início os vestiam como elas, era muitas vezes com lágrimas que abandonavam o vestido pelas calças, e viam cortar-lhes os cachos. Alguns escolhem obstinadamente a feminilidade, o que é uma das maneiras de se orientar para o homossexualismo [...].

[...] O privilégio que o homem detém, e que se faz sentir desde sua infância, está em que sua vocação de ser humano não contraria seu destino de homem. Da assimilação do falo e da transcendência, resulta que seus êxitos sociais ou espirituais lhe dão prestígio viril. Ele não se divide. Ao passo que à mulher, para que realize sua feminilidade, pede-se que se faça objeto e presa, isto é, que renuncie a suas reivindicações de sujeito soberano. É esse conflito que caracteriza singularmente a situação da mulher libertada. Ela se recusa a confinar-se em seu papel de fêmea porque não quer mutilar-se, mas repudiar o sexo seria também uma mutilação. O homem é um ser humano sexuado: a mulher só é um indivíduo completo, e igual ao homem, sendo também um ser sexuado [...].

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 9, 12, 452.

Coquetismo: atos graciosos que visam agradar; característica frequentemente associada à feminilidade.

Questões sobre o texto

1 Por que a mulher foi considerada pelos homens como o Outro? Quais as decorrências culturais e sociais disso?

2 Em que sentido a libertação da mulher requer que ela se assuma como ser sexuado? Por que recusar-se a isso seria como uma mutilação?

3 Depois de ler o texto, você acredita que diferenças emocionais entre homens e mulheres estão ligadas à diferença na educação de filhos e filhas? Elabore uma dissertação explicando sua conclusão.

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1 Na história da filosofia houve diferentes formas de dualismo psicofísico. Cite alguns exemplos.

2 Em que a visão de Espinosa sobre o corpo se diferencia da visão dualista?

3 O conceito de "corpo próprio" criado por Merleau-Ponty considera o pensamento como fonte da certeza de nossa existência? O que significa tal conceito?

4 Escolha dez alunos de idades diferentes de sua escola e faça uma entrevista com cada um deles, com as seguintes perguntas:

a) Qual é seu ideal de um corpo perfeito? Você faz alguma coisa para ter ou manter um corpo assim?

b) O que é para você um corpo saudável? O que você faz para ter uma vida saudável?

Com base nas respostas, faça uma análise crítica dos resultados para discussão coletiva em sala de aula. De acordo com os entrevistados, há relação entre um corpo perfeito e um corpo saudável? A perfeição do corpo é algo meramente estético? O que parece mais importante: estética ou saúde? Há equilíbrio entre os dois aspectos?

5 Converse com seus amigos que têm perfil em redes sociais. Pergunte a eles se a foto que eles divulgam recebeu ou não algum tipo de edição em programas de correção de imagem e, em caso afirmativo, o que eles alteram e por que fazem isso. Escreva uma dissertação sobre como cada um divulga publicamente sua imagem.

6 Faça uma pesquisa em livros e na internet sobre imagens de corpos humanos que sofrem intervenções estéticas, como tatuagem e *piercing*. Que tipo de linguagem esses corpos comunicam?

7 Escolha um mangá ou animê e analise como os gêneros masculino e feminino são representados nos desenhos. Compare essa análise com a de personagens de quadrinhos e animações ocidentais. Discuta com sua turma as conclusões.

8 Procure na internet a música "Homem com H", de autoria de Antonio Barros – se possível, assista a um vídeo em que ela seja interpretada pelo cantor Ney Matogrosso, que a tornou conhecida nacionalmente em 1981. Em seguida, elabore uma reflexão com base no que você estudou sobre gênero.

Homem com H

Nunca vi rastro de cobra
Nem couro de lobisomem
Se correr, o bicho pega
Se ficar, o bicho come
Porque eu sou é homem
Porque eu sou é homem
Menina, eu sou é homem
Menina, eu sou é homem
E como sou
[...]

BARROS, Antonio. Homem com H. Disponível em: <www.vagalume.com.br/ney-matogrosso/homem-com-h.html>. Acesso em: 22 jan. 2016.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Escrever um texto sobre algum tema abstrato não é tão fácil. Nem sempre se trata de utilizar argumentos para convencer alguém sobre alguma coisa: em alguns casos, é preciso desenvolver as dimensões do tema ou problema, indicando, quando possível, os meios existentes para abordá-los. Por isso, quanto mais lemos, mais desenvolvemos nossa capacidade de abstrair e de argumentar.

Antes de começar a escrever uma dissertação, pare e pense um pouco sobre o que pretende dizer e aonde quer chegar. É muito importante organizar as ideias na cabeça ou em um rascunho para depois estruturá-las definitivamente.

É LÓGICO!

Vejamos agora um tipo específico de indução, a **analogia**. Se, na indução, partimos de casos particulares para produzir uma conclusão geral, na analogia fazemos o mesmo, mas estabelecendo comparações e tirando conclusões por relações de **semelhança**.

Daí o nome analogia: afirmamos que duas coisas são análogas, semelhantes, de modo que aquilo que é válido para uma também deve ser válido para a outra. Esta é uma das formas mais comuns e frequentes de indução. Porém, ao realizá-la, precisamos estar atentos ao fato de que as semelhanças entre as coisas comparadas precisam ser bastante relevantes, ou o processo fica falho.

Vejamos alguns exemplos. Maria tinha fortes dores no estômago e fez um tratamento usando chá de carqueja. Logo, chá de carqueja será bom também para as dores estomacais de Paulo. Utilizamos a analogia – ainda que o façamos sem perceber – quando recomendamos algo para alguém: como um produto satisfez nossas expectativas, por semelhança concluímos que terá o mesmo efeito com outras pessoas. Na pesquisa científica também se usa analogia: certos produtos costumam ser testados em animais para verificar suas reações (embora isso esteja se tornando menos usual, por razões éticas). Quando se atingem os efeitos desejados, por analogia, pensa-se que os produtos também produzirão esses efeitos em seres humanos. Evidentemente, isto precisa ser testado e comprovado, mas o raciocínio que permite a indução é do tipo analógico.

Há, porém, o caso da analogia inadequada, quando as diferenças são maiores que as semelhanças. Tomemos como exemplo um relato de Jonathan Swift em *Viagens de Gulliver*:

Havia, ainda, um engenhoso arquiteto que havia imaginado um novo método de construir casas, começando pelo telhado e descendo até aos alicerces. Justificava ele tal prática dizendo-me que tal era a usada por dois prudentes insetos, a abelha e a aranha.

Citado em: BARBOSA, Severino A. M.; AMARAL, Emília. *Escrever é desvendar o mundo*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1987, p. 148.

Por que se trata de uma analogia inadequada? É verdade que abelhas e aranhas constroem suas "casas", como os seres humanos também constroem locais para habitar. Porém, há mais diferenças do que semelhanças entre os seres humanos e esses insetos, assim como entre as casas que construímos e teias e colmeias construídas por aqueles insetos. Em termos lógicos, de construção do argumento, a indução pode parecer correta; porém, como as diferenças são muito grandes, a analogia é inadequada e o argumento fica falho.

A analogia, portanto, é um procedimento lógico muito utilizado, mas com o qual devemos ter precauções. Precisamos estar sempre atentos para que as semelhanças sejam significativas e possibilitem uma generalização que tenha chances de se concretizar. Mesmo quando uma analogia é adequada, por se embasar em semelhanças significativas, ela pode não funcionar: um telefone celular que é muito bom para Wellington pode não sê-lo para Joana, e vice-versa. Um analgésico que tem ótimo efeito em Mônica pode não ser tão bom para Clarice, e até provocar uma reação alérgica nela... Isso não impede que utilizemos a analogia, mas precisamos estar sempre atentos para refinar este procedimento lógico-argumentativo.

Sugestão de leituras e de filmes

Leituras

Reprodução/Ed. Brasiliense

GAIARSA, José A. *O que é corpo?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Em linguagem acessível, o autor transita por diversos temas ligados à corporeidade, da medicina à psicologia e à filosofia.

Reprodução/Editorial Presença

SÜSKIND, Patrick. *Perfume*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Jean-Baptiste Grenouille tem um corpo que não exala nenhum odor, mas seu olfato é apuradíssimo. Dedica-se a tentar produzir um perfume que o torne irresistível. Para isso, mata pessoas a fim de extrair de seus corpos essências que permitam a produção do perfume.

Filmes

Newmarket/Everett/Keystone

***A encantadora de baleias*. Direção de Niki Karo. Nova Zelândia/Alemanha, 2003. (105 min).**

Filme conta a história de Pai, uma garota de 11 anos que assume a chefia de uma tribo Maori após a morte de seu irmão. Ela precisa vencer a resistência de seu avô, que não aceita romper a tradição de que apenas homens podem ser chefes da tribo.

Divulgação/Warner Home Video

***Animatrix*. Direção de Andy, Larry Wachowski e outros. Estados Unidos/Japão, 2003. (102 min).**

Série de animações em diferentes estilos baseada no universo do filme *Matrix*, explorando o confronto entre realidade e ficção. Destaca-se o episódio “O recorde mundial”, que discute os limites do corpo.

Divulgação/Sony Pictures

***Eu não quero voltar sozinho*. Direção de Daniel Ribeiro. Brasil, 2010. (17 min).**

O curta-metragem narra o cotidiano de Leonardo, um adolescente cego que vivencia a experiência da amizade e da descoberta sexual.

Divulgação/Warner Home Video

***O closet*. Direção de Francis Veber. França, 2001. (84 min).**

Divertida comédia sobre um homem divorciado, mas ainda apaixonado pela esposa, que está prestes a ser demitido do emprego. Para evitar a demissão, ele decide espalhar o boato de que é homossexual, pois a empresa poderia ser processada por discriminação sexual. Sua vida muda completamente depois disso.

Crystel Fournier/Hold Up Films

***Tomboy*. Direção de Céline Sciamma. França, 2012. (82 min).**

Laure é uma garota de 10 anos que se muda com os pais e a irmã mais nova para um local onde não conhece ninguém. Ela tem o cabelo curto e gosta de vestir roupas masculinas. Um dia conhece Lisa, que a confunde com um menino. Laure então se apresenta como Mickaël, e passa a ter uma dupla identidade: para os novos amigos ela é um menino, mas, em família, continua sendo menina.

Stephen Kazmierski/IFC Films

***Transamérica*. Direção de Duncan Tucker. Estados Unidos, 2005. (103 min).**

Bree é uma mulher transgênero (uma pessoa que nasceu no sexo masculino, mas que se identifica como mulher) que está a um passo de efetuar a cirurgia de redesignação sexual. Quando ela descobre que tem um filho de 17 anos, é orientada a resolver a situação com o garoto antes de fazer a cirurgia.

Natasha Braier/Historias Cinematograficas Cinemania

***XXY*. Direção de Lucia Puenzo. França/Espanha/Argentina, 2008. (91 min).**

Alex nasceu com características sexuais masculinas e femininas. Os pais vivem tentando proteger a criança de qualquer tipo de intervenção médica para definir um dos sexos, enquanto esperam que Alex cresça e seja capaz de decidir por si. A entrada na adolescência e a atração mútua pelo filho de um casal de amigos de seus pais será marcante em sua escolha.

A filosofia na história

Consulte na linha do tempo presente no final deste livro o contexto histórico e cultural dos acontecimentos mencionados aqui, bem como os filósofos que se destacaram no período em questão.

No século XIX, com a segunda fase da Revolução Industrial, ocorreram grandes alterações na economia, no trabalho e no comportamento dos seres humanos.

A industrialização colocou as máquinas, agora motorizadas, no centro da atividade produtiva, e muitas pessoas tiveram de se adaptar a essa mudança. As relações com o trabalho e as regras para sua execução sempre foram determinadas e estabelecidas pelo tipo de atividade. Entretanto, com o advento da industrialização, elas foram drasticamente alteradas. O processo de produção fragmentado, as jornadas de trabalho exaustivas e o ritmo vertiginoso das novas máquinas fugiam ao modelo do trabalho mecânico e artesanal até então praticado.

Sob as novas condições, o processo geral de produção, com base na exploração do proletariado, foge à compreensão de homens, mulheres e crianças, paupérrimos e, em sua maioria, não escolarizados. Hora exata para chegar, para sair, para comer; movimentos repetitivos; limitação da linguagem. Tudo isso mecaniza o comportamento humano, tendo em vista o controle da força de trabalho direcionado para o aumento de produção. A construção da identidade ou da personalidade por meio da educação e do ócio criativo era praticamente impossível para as massas de proletários, que encontravam, no próprio local de trabalho, a residência. Nas fábricas, os seres humanos se padronizam, submetendo-se à ordem da produção e ao tipo de máquina que foram designados a operar.

Karl Marx viveu esse período e procurou compreender as enormes modificações que a industrialização promovia pela Europa, especialmente na Inglaterra, a primeira potência industrial capitalista do mundo. Nisso, considerou que os seres humanos se adaptavam às regras de comportamento impostas pela mecanização da vida em sociedades industrializadas e que muitas diferenças entre as pessoas eram determinadas pelo trabalho que realizavam e pelo papel que exerciam na sociedade. Assim, Marx negou a ideia de que existe uma natureza humana universal determinante, única, idêntica e presente em todos os seres humanos e em todos os tempos. Segundo ele, a relação de transformação que a humanidade estabelece com a natureza ao longo da história por meio das diferentes formas de trabalho diz respeito à condição humana, que, portanto, também deve ser filosoficamente considerada. Para ele, o trabalho é o elemento central na compreensão da condição humana nas sociedades capitalistas, bem como em toda a história da humanidade. Pensando nisso, Marx formulou e reformulou alguns conceitos referentes a esse problema.

Como estudamos no Capítulo 1 desta Unidade, Marx integrou à concepção de "natureza humana geral" (que corresponde aos aspectos invariáveis em toda a humanidade) a concepção de "natureza humana modificada de cada época histórica". Segundo o filósofo, esta última se baseia na forma de trabalho em determinada época e lugar, que estabelece a condição humana daquele momento histórico observado. Ao considerar esses conceitos, Marx diagnosticou que a condição humana do proletariado nas sociedades capitalistas industrializadas da primeira metade do século XIX era a alienação. Por não compreender o processo geral de produção e exploração ao qual é submetido, o proletariado desconhece que seu trabalho faz parte das riquezas socialmente produzidas, que são injustamente apropriadas pela burguesia (dona dos meios de produção). A situação se agrava se entendermos que, além de perder riquezas que poderiam suprir sua vida material, o trabalhador perde também sua humanidade, ao doar sua força – parte de si – ao produto, dentro do processo de trabalho. Esse processo em que o trabalhador é transformado em objeto ou coisa foi chamado, por Marx, reificação. Junto a essa "coisificação" e perda da humanidade do trabalhador, podemos também entender a mecanização do comportamento, que faz com que mulheres e homens desempenhem seus trabalhos de forma mecânica, submissa e acrítica, feito máquinas.

Popperfoto/Getty Images

Trabalhadores em linha de montagem de uma indústria de automóveis em Detroit, nos Estados Unidos, por volta de 1927.

A adequação ao ritmo da máquina e aos padrões de produção e controle das pessoas, entretanto, não se resume à fábrica: ela se dá em vários âmbitos, tendendo a permear toda a vida humana. Aproximadamente um século depois de Marx, Michel Foucault criou o conceito de poder disciplinar para dar nome a essa tendência ao comportamento regrado que se espraia por todas as esferas da vida. Nas fábricas, nas escolas, nos hospitais, nas prisões, nos quartéis e até na diversão e no consumo, o ser humano moderno tende a se comportar por meros impulsos exteriores, que podem ser controlados em função de interesses alheios a ele.

Tirinha de Clay Butler que se inspira em elementos da análise que Marx faz do capitalismo.

Novas formas de comportamento e de relações humanas são criadas e descartadas por empresas em função de seus lucros. Na foto, jovens se ocupam com seus celulares em uma praia do Rio de Janeiro (RJ), em 2014. Você já parou para pensar em quanto tempo gasta com seu celular ou computador? Esse tempo é maior ou menor do que o tempo que você passa com seus amigos e familiares?

Atividades

1 Com base no conteúdo estudado nesta Unidade, dê exemplos de como filósofos da Antiguidade e do Renascimento consideravam a essência humana.

2 Explique por que a Revolução Industrial fez com que os filósofos, sobretudo Marx, recusassem o conceito de natureza humana como explicação única da essência humana.

3 De que maneira, hoje em dia, nossos comportamentos ou pensamentos são afetados por elementos externos a nós mesmos? De que maneira isso se opõe à filosofia como um pensamento autônomo e questionador?

Um diálogo com história e sociologia

Leia os textos e faça o que se pede a seguir.

Texto 1

A maioria das espécies, incluída a humana, possui um par de cromossomos sexuais ou heterocromossomos, responsável pela diferença entre os sexos. Em geral, as fêmeas apresentam dois cromossomos sexuais idênticos um ao outro (cromossomo X), e os machos têm um cromossomo idêntico ao das fêmeas (X) e outro diferente (Y). Assim as fêmeas são **homogaméticas** *(XX) e produzem óvulos com um dos cromossomos X; os machos são* **heterogaméticos** *(XY) e produzem espermatozoides X e espermatozoides Y. O sexo é determinado no momento da fecundação. Se o óvulo for fecundado por um espermatozoide X, o embrião originará uma fêmea; se for fecundado por um espermatozoide Y, nascerá um macho. Portanto, a origem do sexo é determinada exclusivamente pelo espermatozoide.*

LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *Biologia*. São Paulo: Ática, 2012. p. 380.

Texto 2

Limites incertos

Grupo de pesquisa paulista caracteriza 23 disfunções orgânicas do desenvolvimento sexual

— Maria, você quer ser mulher ou homem?

A médica Berenice Bilharinho Mendonça, ao fazer essa pergunta, buscava uma informação importante para planejar o tratamento de Maria, então com 16 anos, naquele dia usando um vestido florido. Berenice já tinha reparado que Maria olhava constantemente para o chão para que o cabelo comprido encobrisse os pelos de barba do rosto. Os níveis do principal hormônio masculino, a testosterona, eram normais para um homem. Os genitais eram ao mesmo tempo masculinos e femininos, com predomínio do aspecto masculino. Diante da médica, em uma sala do Hospital das Clínicas (HC) de São Paulo, Maria respondeu de modo evasivo, com voz grave e forte sotaque do interior de Minas Gerais:

— Ah. A senhora é que sabe.

Laura Daviña/Acervo da artista

Ilustração de Laura Daviña, feita a partir de colagem das obras Autorretrato, *de Van Gogh, e* Lorette, *de Matisse.*

Berenice conta que não soube o que fazer de imediato. Não poderia escolher por Maria. Como lhe parecia claro que Maria não se sentia bem como mulher, ela chamou a equipe com que trabalhava – Walter Bloise, Dorina Epps e Ivo Arnhold. Em conjunto, decidiram fazer o que não estava nos manuais de atendimento a pessoas com distúrbios do desenvolvimento sexual. Sugeriram que Maria morasse em São Paulo por um ano e vivesse como homem para ver com qual sexo se adaptava melhor à vida em sociedade.

Maria vestiu roupas masculinas pela primeira vez, ganhou outro nome – digamos, João –, saiu do hospital com o cabelo cortado e trabalhou em um emprego que a assistente social lhe arrumou. Maria gostou de ser João. No HC, desde aquela época uma referência nacional nessa área, Maria passou por uma cirurgia que corrigiu a ambiguidade dos genitais, tornando-os masculinos. Quando Maria nasceu, a parteira havia comentado que bebês como aquele morriam logo, mas João tem hoje 50 anos e, de acordo com as notícias mais recentes, vive bem no interior de Minas Gerais.

João sempre foi homem, do ponto de vista genético. Suas células contêm um cromossomo X e um Y, como todo homem – as mulheres têm dois cromossomos X –, além de 23 pares de cromossomos não ligados ao sexo. Por causa de uma falha em um gene em cromossomo não sexual, porém, seu organismo produz uma quantidade muito baixa da enzima 5-alfa-redutase tipo 2. Em consequência, seus genitais masculinos não tinham se formado por completo e se apresentavam com um aspecto feminino, o que fez com que fosse registrado como mulher.

[...]

Em um estudo de 2004, o grupo da USP apresentou 14 mutações em oito genes que impedem a produção de hormônios ligados ao desenvolvimento sexual. A médica Ana Claudia Latronico, à frente desse trabalho, associou cada mutação às respectivas manifestações externas, com base na avaliação de quase 400 crianças, adolescentes e adultos de todo o país e de países vizinhos atendidos na USP.

[...]

"Os pais tendem a esconder ou a negar os distúrbios do desenvolvimento sexual dos filhos, porque reconhecer pode ser emocionalmente doloroso, e a maioria dos portadores de distúrbios de desenvolvimento sexuais só chega aqui quando já são adolescentes ou adultos", diz Berenice. [...]

"Quanto mais cedo possível se fizer o diagnóstico e desfizer a ambiguidade sexual, melhor, de preferência antes dos 2 anos de idade, quando as crianças ainda não estabeleceram as noções de sexo e gênero", diz a psicóloga Marlene Inácio, que acompanha as pessoas com ambiguidade sexual no HC há 28 anos. [...]

Dar voz aos pais implica o reconhecimento de expectativas frustradas com filhos que morreram ao nascer ou com meninas que chegaram no lugar imaginado para meninos.

"Antes de o filho nascer, a mãe imagina o que o bebê vai ser; ele existe primeiro em sua mente", diz a psicanalista Norma Lottenberg Semer, professora da Universidade Federal de São Paulo e membro associado da Sociedade Brasileira

de Psicanálise de São Paulo. "O que os filhos serão, em termos sexuais e psíquicos, em parte reflete as fantasias, os sentimentos e os pensamentos dos pais."

"As condutas de tratamento são estabelecidas em consenso entre os pais e a equipe multidisciplinar", diz Berenice. Do diagnóstico, segundo ela, participam endocrinologistas, cirurgiões, clínicos, biólogos, psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais. "Quando não há consenso entre a orientação médica e o desejo dos pais, o desejo dos pais deve ser respeitado."

[...]

O diagnóstico para definição do sexo ou da ambiguidade sexual inclui sete itens. Alguns são biológicos, como os níveis de hormônios e as estruturas genitais externas e internas. Outros são subjetivos, como o sexo social – pelo qual um indivíduo é reconhecido por outras pessoas – e a identidade de gênero – se essa mesma pessoa se assume psiquicamente como homem ou como mulher. "A identidade de gênero é ser e ao mesmo tempo sentir-se homem ou mulher", diz Marlene. [...]

O homossexualismo constitui outro universo distante dos distúrbios biológicos. Nesse caso, a identidade de gênero se mantém: são homens ou mulheres que se aceitam como homens ou mulheres e escolhem outros homens ou mulheres como objetos amorosos. Já nos travestis a identidade de sexo é estável, mas a de gênero é flutuante: os travestis sabem que são homens, mas podem às vezes se comportar como mulheres.*

No hospital da USP, só depois do diagnóstico e da escolha do sexo a ser adotado é que a ambiguidade sexual pode ser desfeita, por meio de uma cirurgia de correção da genitália externa masculina ou feminina, seguida de reposição hormonal. "Não queremos apenas tratar e resolver, mas entender as causas de um problema, examinando os dados e a história pessoal de cada paciente, elaborando uma hipótese e, a partir daí, pedindo os exames", diz Berenice. "Não adianta pedir exames e mais exames sem uma hipótese a ser investigada. Só investigamos os possíveis genes envolvidos em um problema depois de termos em mãos o diagnóstico hormonal. Se não, é caro e inútil."

[...]

FIORAVANTI, Carlos. Limites incertos. *Pesquisa Fapesp*, ed. 170, abr. 2010. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2010/04/02/limites-incertos>. Acesso em: 22 jan. 2016.

* Atualmente prefere-se o uso do termo homossexualidade ao termo 'homossexualismo', para indicar que a homossexualidade não é uma condição médico-psiquiátrica como se supunha quando o termo surgiu, no século XIX.

1 Tendo por base o texto 1, explique a determinação do sexo pelo aspecto genético. Depois, responda: existe diferença entre sexo e gênero? Comente.

2 Releia o quinto e o sexto parágrafo do texto 2. Quais são as implicações pessoais e sociais em ter um nome registrado no gênero feminino, sentir-se homem e apresentar genitais ambíguos?

3 A Constituição brasileira de 1988 expõe como fundamentos de nosso país, em seu artigo 1º, a cidadania e a dignidade da pessoa, e como objetivo fundamental, no artigo 3º, promover o bem de todos, sem preconceitos. Além disso, há um Projeto de Lei (PL 7582/2014) em tramitação na Comissão de Direitos Humanos de Minorias (CDHM) que "define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los", incluindo entre os crimes abrangidos a discriminação por gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Se cabe ao ser humano orientar a sua sexualidade, por que, em sua opinião, homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais ainda hoje necessitam se perguntar por que são assim e justificar socialmente o seu direito à cidadania?

4 Leia os trechos a seguir:

> [A cultura] *é responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abarcam categorias de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiro.*
>
> HEILBORN, Maria L. Construção de si, gênero e sexualidade. In: *Sexualidade:* o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 40.

> *Se o gênero é um produto histórico, então ele está aberto à mudança histórica.* [...] *Podemos rearranjar a diferença apenas se contestarmos a dominação. Assim, uma estratégia de recomposição exige um projeto de justiça social.*
>
> CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*. Porto Alegre. v. 2, n. 20, jul-dez, 1995. p. 189, 200.

> [...] *a sexualidade tem muito a ver com a capacidade para a liberdade e com os direitos civis e* [...] *o direito a uma informação adequada é parte daquilo que vincula a sexualidade tanto com o domínio imaginário quanto com o domínio público.*
>
> BRITZMAN, Débora. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*. Porto Alegre. v. 21, n. 1, jan-jul, 1996. p. 106.

Imagine uma sociedade na qual não mais houvesse as classificações "normal" e "anormal", o preconceito, o racismo e a discriminação. Considerando os trechos que você acabou de ler e aquilo que você observa em seu cotidiano, escreva um pequeno texto descrevendo uma situação vivida por essa sociedade imaginária.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

Enem

1 (Enem 2012)

Na regulação de matérias culturalmente delicadas, como, por exemplo, a linguagem oficial, currículos da educação pública, o status *das Igrejas e das comunidades religiosas, as normas do direito penal (por exemplo, quanto ao aborto), mas também em assuntos menos chamativos, como, por exemplo, a posição da família e dos consórcios semelhantes ao matrimônio, a aceitação de normas de segurança ou a delimitação das esferas pública e privada – em tudo isso reflete-se amiúdes apenas o autoentendimento ético-político de uma cultura majoritária, dominante por motivos históricos. Por causa de tais regras de uma comunidade republicana que garanta formalmente a igualdade de direitos para todos, pode eclodir um conflito movido pelas minorias desprezadas contra a cultura da maioria.*

HABERMAS, J. *A inclusão do outro:* estudos de teoria política. São Paulo, 2002.

A reivindicação dos direitos culturais das minorias, como exposto por Habermas, encontra amparo nas democracias contemporâneas, na medida em que se alcança:

a) a secessão, pela qual a minoria discriminada obtém a igualdade de direitos na condição de sua concentração espacial, num tipo de independência nacional.
b) a reunificação da sociedade que se encontra fragmentada em grupos de diferentes comunidades étnicas, confissões religiosas e formas de vida, em torno da coesão de uma cultura política nacional.
c) a coexistência das diferenças, considerando a possibilidade de os discursos de autoentendimento se submeterem ao debate público, cientes de que estarão vinculados à coerção do melhor argumento.
d) a autonomia dos indivíduos que, ao chegarem à vida adulta, tenham condições de se libertar das tradições de suas origens em nome da harmonia da política nacional.
e) o desaparecimento de quaisquer limitações, tais como linguagem política ou distintas convenções de comportamento, para compor a arena política a ser compartilhada.

Vestibulares

2 (UFMA-MA 2009)

Os utopianos admiram-se de que seres razoáveis possam se deleitar com a luz incerta e duvidosa de uma pedra ou de uma pérola, quando tem os astros e o sol com que encher os olhos. Encaram como louco aquele que se acredita mais nobre e mais estimável só porque está coberto com uma lã mais fina, lã tirada das costas de carneiro, e que foi usada primeiro por esse animal. Admiram-se que o ouro, inútil por sua própria natureza, tenha adquirido um valor fictício tão considerável que seja mais estimado do que o homem; ainda que somente o homem lhe tenha dado esse valor e dele se utilize, conforme seus caprichos.

MORE, Thomas. *A utopia*. Trad. Luís de Andrade, São Paulo: Nova Cultural, 1988. Col. Os Pensadores.

A Utopia, de Thomas More, procura pensar sobre a condição humana e social da Europa renascentista do sec. XVI. Dentro dessa condição humana e social está a problemática do modelo de beleza. Qual a visão do autor sobre esse tema?

a) Afirma a existência de um padrão universal de beleza.
b) Aponta um ideal de beleza universal, fundado na estética mercantilista.
c) Defende a beleza para fins utilitários, visando, essencialmente, ao prazer corpóreo.
d) Elogia o culto à beleza como desnecessária para a felicidade.
e) Denuncia a estética consumista e utilitarista do mercantilismo.

3 (Unicentro-PR 2015) Leia o texto a seguir.

Se observei corretamente, em geral "a não liberdade de arbítrio" é vista como problema por dois lados inteiramente opostos, mas sempre de maneira profundamente pessoal: uns não querem por preço algum abandonar sua "responsabilidade", a fé em si, o direito pessoal ao seu mérito (os tipos vaidosos estão desse lado); os outros, pelo contrário, não desejam se responsabilizar por nada, ser culpados de nada, e, a partir de um autodesprezo interior, querem depositar o fardo de si mesmos em algum outro lugar. Estes últimos, quando escrevem livros, costumam agora tomar a defesa dos criminosos.

NIETZSCHE, F. *Além do Bem e do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Aforismo 21. p. 26.

Considerando essa passagem, assinale a alternativa correta.

a) O texto defende que o ser humano é determinado por causas materiais.
b) O texto defende que o ser humano possui o livre-arbítrio.
c) O texto defende que os criminosos, na medida em que possuem o livre-arbítrio, são culpados.

d) A passagem explicita a superioridade científica das teses que defendem o livre-arbítrio em relação àquelas que defendem o determinismo.
e) As teses que defendem o livre-arbítrio ou o determinismo têm origem na relação que o ser humano mantém consigo mesmo.

4 (Unesp-SP 2015)

Texto I

Quanto mais as classes exploradas, o "povo", sucumbem aos poderes existentes, tanto mais a arte se distanciará do "povo". A arte pode preservar a sua verdade, pode tornar consciente a necessidade de mudança, mas apenas quando obedece à sua própria lei contra a lei da realidade. A arte não pode mudar o mundo, mas pode contribuir para a mudança da consciência e impulsos dos homens e mulheres que poderiam mudar o mundo. A renúncia à forma estética é abdicação da responsabilidade. Priva a arte da verdadeira forma em que pode criar essa outra realidade dentro da realidade estabelecida – o cosmos da esperança. A obra de arte só pode obter relevância política como obra autônoma. A forma estética é essencial à sua função social.

Herbert Marcuse. A dimensão estética, s/d. Adaptado.

Texto II

Foi com estranhamento que crítica e público receberam a notícia de que a escritora paulista Patrícia Engel Secco, com a ajuda de uma equipe, simplificou obras de Machado de Assis e de José de Alencar para facilitar sua leitura. O projeto que alterou partes do conto O Alienista e do romance A Pata da Gazela recebeu a aprovação do Ministério da Cultura para captar recursos com a lei de incentivo para imprimir e distribuir, gratuitamente, 600 000 exemplares. Os livros apresentam substituição de palavras e expressões com registro simplificado, como, por exemplo, a troca de "prendas" por "qualidades" em O Alienista. "O público-alvo do projeto é constituído por não leitores, ou leitores novos, jovens e adultos, de todos os níveis de escolaridade e faixa de renda", afirmou Patrícia. Autora de mais de 250 títulos, em sua maioria infantis, ela diz que encontra diariamente pessoas que não leem, mas que poderiam se interessar pelo universo de Machado e Alencar se tivessem acesso a uma obra facilitada.

Meire Kusumoto. "De Machado de Assis a Shakespeare: quando a adaptação diminui obras clássicas". http://veja.abril.com.br, 12.05.2014. Adaptado.

Explique o significado da autonomia da obra de arte para o filósofo Marcuse. Considerando esse conceito de autonomia, explique o significado estético do projeto literário de facilitação de algumas obras de Machado de Assis e de José de Alencar.

5 (UEM-PR 2014 – somar respostas corretas) Há mais de 60 anos, a escritora Simone Beauvoir iniciou seu livro *O Segundo Sexo* (1949/2009) perguntando-se: O que é uma mulher? Com essa pergunta, contribuiu para uma série de questionamentos sobre o papel e o lugar da mulher nas sociedades humanas. Segundo as perspectivas sociológicas sobre o tema Gênero, assinale o que for correto.

01) Dado que as características anatômico-fisiológicas femininas são universais, cultura, etnia, classe social ou opção política não são fatores que diferenciam essencialmente as mulheres entre si.
02) A igualdade das condições de trabalho e de salários é uma pauta de reivindicações relacionada à igualdade de gêneros que é antiga e não plenamente atendida.
04) Os movimentos feministas promoveram reivindicações distintas que se estendem do direito à participação política e ao voto, ao direito à liberdade do uso do corpo em relação à sexualidade e à reprodução e ao questionamento da heterossexualidade.
08) Os movimentos feministas não promoveram a crítica da sociedade patriarcal baseada na dominação masculina da família e da sociedade.
16) Gênero é uma categoria sociocultural e histórica que surgiu a fim de indicar que as diferenças entre homens e mulheres não se restringem aos sexos feminino e masculino.

6 (UFSJ-MG 2012) A angústia, para Jean-Paul Sartre, é

a) tudo o que a influência de Schopenhauer determina em Sartre: a certeza da morte. O Homem pode ser livre para fazer suas escolhas, mas não tem como se livrar da decrepitude e do fim.
b) a nadificação de nossos projetos e a certeza de que a relação Homem X natureza humana é circunstancial, objetiva, e pode ser superada pelo simples ato de se fazer uma escolha.
c) a certificação de que toda a experiência humana é idealmente sensorial, objetivamente existencial e determinante para a vida e para a morte do Homem em si mesmo e em sua humanidade.
d) consequência da responsabilidade que o Homem tem sobre aquilo que ele é, sobre a sua liberdade, sobre as escolhas que faz, tanto de si como do outro e da humanidade, por extensão.

7 (UEL-PR 2009) De acordo com a crítica à "indústria cultural", na sociedade capitalista avançada, a produção e a reprodução da cultura se realizam sob a égide da padronização e da racionalidade técnica. No contexto dessa crítica, considerando o *fast food* como produto cultural, é correto afirmar:

a) A padronização dos hábitos e valores alimentares obedece aos ditames da lógica material da sociedade industrializada.
b) O consumo dos produtos da indústria do *fast food* e a satisfação dos novos hábitos alimentares contribuem com a emancipação humana.
c) A homogeneização dos hábitos alimentares reflete a inserção crítica dos indivíduos na cultura de massa.
d) A racionalidade técnica e a padronização dos valores alimentares permitem ampliar as condições de liberdade e de autonomia dos cidadãos.
e) A massificação dos produtos alimentares sob os ditames do mercado corresponde à efetiva democratização da sociedade.

8 (Unimep-SP s.d.)

A invenção da linguagem é a primeira das grandes invenções, aquela que contém em germe todas as outras, talvez menos sensacional que a dominação do fogo, porém, mais decisiva. A linguagem se apresenta como a mais originária de manipulação das coisas e dos seres. Uma palavra é muitas vezes mais que um utensílio ou que uma arma para a tomada de posse da realidade. A palavra é a estrutura do universo, a reeducação do mundo natural.

Georges Gusdorf, nascido em 1912.

Com base nas afirmações acima, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Dentre as importantes invenções humanas, a linguagem foi a mais decisiva, mais ainda que a do fogo.
b) Embora tenha sido importante, a invenção da linguagem pelos homens não foi a mais decisiva, pois foi a invenção do uso do fogo que nos fez humanos.
c) É através da linguagem que podemos compreender o universo.
d) A palavra é muito mais do que uma ferramenta, pois ela é a própria possibilidade de compreendermos o mundo.
e) A linguagem é a mais importante das invenções humanas, pois foi a partir dela que todas as outras puderam ser feitas.

9 (UEM-PR 2009 – somar respostas corretas) A linguagem verbal é um sistema de símbolos que permite aos seres humanos ultrapassarem os limites da experiência vivida e organizar essa experiência sob forma abstrata, conferindo sentido ao mundo. Assinale o que for correto.

01) A linguagem humana, da mesma forma que as linguagens de computador, é altamente estruturada e, por isso, inflexível; não fosse assim, a comunicação entre as pessoas seria impossível.
02) A linguagem oral é o único meio à disposição do homem para sua comunicação e o estabelecimento de relações com os outros indivíduos.
04) A formação do mundo cultural depende fundamentalmente da linguagem. Pela linguagem, o homem deixa de reagir somente ao presente imediato, podendo pensar o passado e o futuro e, com isso, construir o seu projeto de vida.
08) Os nomes são símbolos ou representações dos objetos do mundo real e das entidades abstratas. Como representações, os nomes têm o poder de tornar presente para nossa consciência o objeto que não está dado aos sentidos.
16) O homem é a única espécie animal dotada da capacidade de linguagem mediante a palavra e faz uso de símbolos, isto é, refere-se às coisas por meio de signos convencionados, enquanto na linguagem de outros animais os signos são índices.

10 (UFU-MG 2008) Considere o texto abaixo.

Dostoiévski escreveu: "Se Deus não existisse, tudo seria permitido". Eis o ponto de partida do existencialismo. De fato, tudo é permitido se Deus não existe, e, por conseguinte, o homem está desamparado porque não encontra nele próprio nem fora dele nada a que se agarrar. Para começar, não encontra desculpas.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução de Rita Correia Guedes. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 9.

Tomando o texto acima como referência, marque a alternativa correta.

a) Nesse texto, Sartre quer mostrar que sua teoria da liberdade pressupõe que o homem é sempre responsável pelas escolhas que faz e que nenhuma desculpa deve ser usada para justificar qualquer ato.
b) O existencialismo é uma doutrina que propõe a adoção de certos valores como liberdade e angústia. Para o existencialismo, a liberdade significa a total recusa da responsabilidade.
c) Defender que "tudo é permitido" significa que o homem não deve assumir o que faz, pois todos os homens são essencialmente determinados por forças sociais.
d) Para Sartre, a expressão "tudo é permitido" significa que o homem livre nunca deve considerar os outros e pode fazer tudo o que quiser, sem assumir qualquer responsabilidade.

É LÓGICO?

Elementar, meu caro. Depois de aprender um pouco sobre lógica nesta unidade, vamos começar a exercitar o uso das ferramentas de pensamento. Você verá como certo treino ajuda bastante a pensar de forma mais organizada.

1 Leia com atenção o poema *Amar*, de Carlos Drummond de Andrade. Em seguida, identifique ao longo do texto as premissas e as conclusões. Note que o poeta não necessariamente segue uma ordem convencional: em alguns momentos apresenta primeiro a conclusão e depois as premissas que a sustentam. O exercício consiste justamente em identificar o que é premissa e o que é conclusão.

Amar

Que pode uma criatura senão,
entre criaturas, amar?
amar e esquecer,
amar e malamar,
amar, desamar, amar?
sempre, e até de olhos vidrados, amar?

Que pode, pergunto, o ser amoroso,
sozinho, em rotação universal, senão
rodar também, e amar?
amar o que o mar traz à praia,
o que ele sepulta, e o que, na brisa marinha,
é sal, ou precisão de amor, ou simples ânsia?

Amar solenemente as palmas do deserto,
o que é entrega ou adoração expectante,
e amar o inóspito, o cru,
um vaso sem flor, um chão de ferro,
e o peito inerte, e a rua vista em sonho, e uma ave de rapina.

Este o nosso destino: amor sem conta,
distribuído pelas coisas pérfidas ou nulas,
doação ilimitada a uma completa ingratidão,
e na concha vazia do amor a procura medrosa,
paciente, de mais e mais amor.

Amar a nossa falta mesma de amor, e na secura nossa
amar a água implícita, e o beijo tácito, e a sede infinita.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. p. 263.

2 Tome os fragmentos abaixo como *premissas* e, deles, extraia possíveis *conclusões*. Os fragmentos indicados foram extraídos do livro *Escrever é desvendar o mundo*, de Severino A. M. Barbosa e Emília Amaral (2. ed. Campinas: Papirus, 1987):

a) "Não nos banhamos duas vezes nas águas de um mesmo rio". (Heráclito)
b) "A morte é fácil
O difícil é a vida
e o seu ofício" (Maiakóvski)

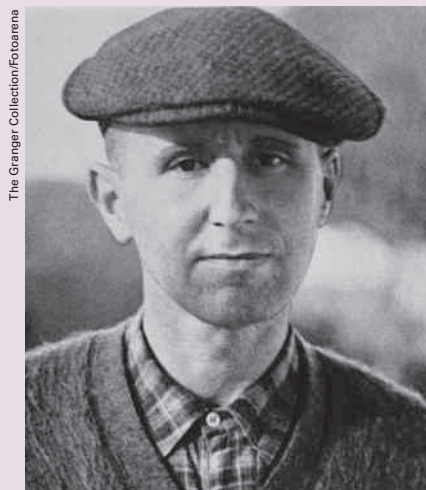
3 Agora, faça o movimento inverso ao realizado na atividade anterior: tome os fragmentos indicados como *conclusões* e escreva a(s) *premissa(s)* que pode(m) levar a tais conclusões:

a) "O importante não é dar o peixe, mas ensinar a pescar." (ditado popular)
b) "A melhor herança que se pode deixar a um filho é possibilitar que ele mesmo desbrave o seu próprio caminho." (Isadora Duncan)

4 Leia o poema de Bertolt Brecht abaixo e explique por que ele é um exemplo de indução por analogia. Trata-se de uma analogia válida ou não? Por quê?

A emigração dos poetas

Homero não tinha morada
E Dante teve que deixar a sua.
Li-Po e Lu-Tu andaram por guerras civis
Que tragaram 30 milhões de pessoas
Eurípides foi ameaçado com processos
E Shakespeare, moribundo, foi impedido de falar.
Não apenas a Musa, também a polícia
Visitou François Villon.
Conhecido como "o Amado"
Lucrécio foi para o exílio
Também Heine, e assim também
Brecht, que buscou refúgio
Sob o teto de palha dinamarquês.

BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 129.

The Granger Collection/Fotoarena

O escritor e dramaturgo alemão Bertolt Brecht na ilha de Thuro, Dinamarca, em 1934. Brecht se exilou da Alemanha em 1933, ao perceber que os nazistas começariam a perseguir socialistas e comunistas como ele.

Unidade 3
Por que e como agimos?

Questões como esta – e muitas outras! – constituem o campo da ética, uma área da filosofia que estuda as ações humanas e os valores que orientam e motivam nosso agir coletivo e individual.

Para Platão e Aristóteles, por exemplo, o motivo de nossas ações diz respeito à ideia de razão e felicidade. Autoconhecimento, prudência e até mesmo uma organização política racional da pólis propiciam aos cidadãos condições favoráveis ao agir racional, por isso se tornam elementos fundamentais para a vida em comunidade.

Durante o período helenístico (séculos IV a.C.-II d.C.) e a consolidação e o apogeu de Roma (séculos III a.C.-II d.C.), cínicos, estoicos e epicuristas reorientaram as reflexões sobre o agir. Esses filósofos deram ênfase ao âmbito da vida pessoal e cotidiana, o que gerou novas respostas a essa questão.

Tais reflexões ecoaram na modernidade. Filósofos como Kant, Nietzsche e Sartre repensaram a ação humana em um contexto cultural e político bem distinto. Atentos a esse debate histórico, filósofos contemporâneos como Foucault, Hadot, Singer e Onfray deram contribuições originais a partir de temas como sexualidade, história e hedonismo.

Reprodução/Museu de Arte Kimbell, Fort Worth, EUA.

Os valores que orientam a ação humana podem mudar ao longo do tempo? Como é possível conduzir nossa vida de forma ética? Isso é o que estudaremos nesta Unidade.

Os trapaceiros, *pintura de Michelangelo Caravaggio, feita em c. 1595.*

Como agimos? O que é preciso para escolhermos e efetuarmos uma boa ação?

XVIII	XIX	XX	XXI
KANT Prússia (Alemanha)	**NIETZSCHE** Alemanha	**SARTRE** França; **FOUCAULT** França	**HADOT** França; **SINGER** Austrália; **ONFRAY** França

1 *Os valores e as escolhas*

COLOCANDO O PROBLEMA

O filme *Alexandria (Ágora,* no país de origem) discute uma questão filosófica inquietante. No final do século IV, em Alexandria, capital do Egito e possessão do Império Romano, a opinião pública se dividia, de modo conflituoso, entre o legado da cultura grega e o cristianismo – que havia sido recentemente oficializado pelo Estado romano.

Davus era o fiel escravo da filósofa e astrônoma Hipátia (355-415), e vivia a serviço das pesquisas astronômicas e das aulas de filosofia que ela ministrava para os filhos da aristocracia política de Alexandria. Esta cidade tinha uma grandiosa biblioteca, onde se encontravam as principais obras da Antiguidade. No entanto, Davus se identificava com o pensamento cristão espalhado por pregadores de rua, escravizados e despossuídos, que se opunham à supremacia política, econômica, moral e cultural dos costumes e dos saberes não cristãos.

Após o conflito culminar com a destruição da biblioteca de Alexandria pelos cristãos, que a consideravam um símbolo pagão e profano, a influência cristã se torna preponderante sobre o modo de vida da cidade. Contrária ao pensamento dogmático e aos costumes austeros recém-impostos, Hipátia resiste, dando prosseguimento às suas pesquisas e intervindo nos debates políticos sobre o rumo de Alexandria.

Canal+ España/Cinebiss/Himenoptero/Mod Producciones/Album/Latinstock

Cena do filme Alexandria, de 2009, do diretor Alejandro Amenábar. Davus (ao fundo) e a filósofa e astrônoma Hipátia se veem envolvidos em uma trama que narra conflitos éticos e morais, entre fé e razão.

Davus, que se torna livre, fica então dividido, pois entende que a nova ordem havia lhe concedido a liberdade. Mas também percebe que os novos valores cristãos oprimem a liberdade de expressão, como ocorre com Hipátia. O comportamento contestador e crítico da filósofa, considerado imoral e profano pelos líderes religiosos e políticos da cidade, põe em risco um acordo de paz prestes a ser selado entre cristãos e antigas lideranças locais, recém-convertidas ao cristianismo. A insubmissão aos novos valores e a oposição política custam a vida da filósofa.

Várias questões podem ser consideradas: por que uma pessoa é condenada pelo seu modo de pensar e agir? Sobre quais valores e critérios se baseiam as leis e os costumes para que se possa julgar uma ação como certa ou errada, transgressora, prejudicial à vida em sociedade?

O conflito de valores presente no filme recoloca um problema que a filosofia tem enfrentado, de diferentes formas, desde a Antiguidade. Os seres humanos são seres de ação, que constroem suas vidas de modo individual e também de modo coletivo; mas, o que move nossos atos? Por que somos levados a certas ações? Em que nos baseamos quando decidimos o que vamos fazer?

Para responder a essa questão, a filosofia parte da noção de **valor**. Quando temos que decidir entre uma opção e outra, entre duas ou mais possibilidades, nós avaliamos, isto é, comparamos os prós e os contras e atribuímos diferentes **valores** a cada uma delas. Então, escolhemos aquela que nos parece mais apropriada às circunstâncias analisadas; ou, dizendo de outra forma, escolhemos aquela que nos parece ter mais **valor**.

Ficamos, assim, com uma nova interrogação: o que é o valor? Ele é sempre o mesmo? Ou muda de acordo com o tempo?

O filme narra a história dos embates, no século IV, entre o pensamento secular antigo, legado aos romanos, e o cristianismo em ascensão em todo o Império Romano. Em Alexandria, no Egito, a filósofa Hipátia luta pela sobrevivência da sabedoria antiga, enquanto Davus, um escravizado recém-convertido ao cristianismo, luta pela sua fé e liberdade.

Alexandria. Direção de Alejandro Amenábar. Espanha, 2009. (127 min).

Xavi Giménez/Mod Produções

Cartaz do filme Alexandria.

Motty/Flammarion/Glow Images

Ao longo da história da humanidade, muitas pessoas foram condenadas pelo seu modo de pensar e agir. O filósofo, astrônomo e matemático Giordano Bruno (1548-1600) foi condenado pelo tribunal da Inquisição, permaneceu preso por muitos anos, foi torturado e queimado vivo por defender sua liberdade de expressão e contrariar dogmas da Igreja católica. Gravura publicada em 1884 no livro As terras do céu, *de Camille Flammarion.*

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Platão e a universalidade do valor

Foi pensando em tais questões que Platão (c. 427 a.C.-347 a.C.) escreveu o diálogo *A República*. Nesta obra o filósofo grego trata da ideia de justiça e a exemplifica com um modelo perfeito: a cidade justa, lugar em que as pessoas encontrariam a felicidade, porque, segundo ele, viveriam de acordo com sua própria natureza, o que as tornaria mais aptas a fazer a escolha certa entre os valores e a agir corretamente.

Mas como seria possível tornar uma cidade justa e, consequentemente, feliz? De que modo ela deveria estar organizada? Como deveriam agir seus cidadãos para que cada um alcançasse a felicidade, estando de acordo com sua própria natureza? O que seriam a justiça e a felicidade, para Platão?

De acordo com ele, nós somos felizes quando vivemos de acordo com a nossa natureza e não somos forçados a viver contra ela. Para garantir a felicidade de uma cidade, portanto, seria necessário possibilitar aos cidadãos o autoconhecimento, isto é, o conhecimento de sua própria natureza, com suas qualidades particulares e suas habilidades.

O conhecimento da natureza de cada um seria obtido pelo processo educativo. Na cidade ideal pensada por Platão, todas as crianças seriam entregues aos cuidados do Estado ao nascerem e receberiam a mesma educação, baseada em ginástica (para bem formar o corpo) e música (para bem formar a alma). Na medida em que elas avançassem no processo de instrução, seriam também observadas pelos adultos, seus educadores, que deveriam, pouco a pouco, reconhecer no comportamento de seus pupilos a natureza ou o **caráter** de cada um.

O temperamento da alma

Você já estudou neste livro que Platão via o ser humano como uma articulação entre corpo e alma. Para ele, a *psique* era o elemento que dava vida ao corpo, considerado pura matéria. Palavra oriunda do grego, *psique* foi traduzida para o latim como *anima*, aquilo que dá ânimo, o ‘sopro de vida’; é dessa palavra latina que deriva a palavra **alma** em português. Compreendendo a alma como esse sopro de vida, os povos antigos consideravam a existência de várias almas. Em alguns casos, falava-se em uma alma para cada órgão vital: o coração tinha uma alma própria, assim como o pulmão e o fígado.

Isso pode nos parecer muito estranho, uma vez que em nossa cultura costuma-se compreender a alma como algo único, como aquilo que nos dá uma identidade. Mas não era isso que ocorria no contexto da Antiguidade. Platão, por exemplo, afirmava que cada um de nós tem três almas distintas. Uma “alma inferior”, que se subdivide em duas e está intimamente ligada ao corpo, sendo tão mortal quanto ele; e uma “alma superior”, eterna e imutável.

A alma inferior é constituída de uma alma localizada no ventre, responsável por nossos desejos e nossas paixões, denominada **alma concupiscível** (relativa à cobiça, ao desejo), e de outra, localizada no peito, responsável por nossas emoções, denominada **alma irascível** (ligada à ira, à irritação). Observe que cada uma dessas almas está relacionada a coisas que sentimos (desejos, paixões, emoções), uma vez que o corpo é a sede dos sentidos. A alma superior, segundo Platão, é a **alma racional**, que se localiza na cabeça e é responsável pelo pensamento.

Essas três almas têm uma relação direta com nosso comportamento, com nossa forma de agir. Todos nós pensamos e temos desejos, paixões e emoções. O que ocorre é que em cada pessoa uma dessas situações prevalece sobre as outras. Por isso, Platão afirmou que cada um de nós tem um **temperamento**, que é a forma como as três almas se temperam, se misturam, com uma delas predominando.

São três os temperamentos básicos, ou caracteres básicos:

- **caráter concupiscível:** predominam os desejos, as paixões. A pessoa com esse caráter reflete, mas sua vida é controlada pelos desejos e prazeres ligados ao corpo. Quando precisa decidir alguma coisa, é a impulsividade do desejo que prevalece;
- **caráter irascível:** predominam as emoções e a defesa do corpo. Uma pessoa com caráter irascível também deseja, reflete, mas suas decisões são tomadas de forma colérica, sempre visando à preservação da vida;
- **caráter racional:** predomina a razão. O caráter racional não torna a pessoa fria e insensível; ela deseja, ela se emociona, mas suas decisões são sempre tomadas de forma racional, de maneira muito bem pensada e avaliada.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Segundo Platão, a condição ideal para o ser humano é o predomínio de um caráter racional. Nessa situação, a alma racional controla nosso corpo, não negando os desejos e as emoções, mas dosando-os, organizando-os de acordo com o pensamento e o planejamento. Ele reconhece, no entanto, que nem todos os seres humanos são assim.

A cidade justa

Tendo em vista esses três tipos de pessoas, Platão dizia que a cidade justa deve contar com três classes sociais.

As pessoas de caráter concupiscível seriam responsáveis pela produção, são os artesãos e profissionais em geral. Viveriam de forma absolutamente livre, como pede seu caráter. Aquelas que vivem de acordo com as emoções (os de caráter irascível) seriam os guerreiros, os guardiões da cidade, pois viveriam de acordo com sua coragem. Por fim, as pessoas de caráter racional seriam os administradores, responsáveis pelas atividades de gestão, pois seriam capazes de governar com justiça.

Desse modo, cada classe contribuiria com as necessidades da comunidade e teria condições de viver de acordo com sua natureza. Uma cidade governada com justiça, que possibilita a cada cidadão viver segundo suas inclinações e alcançar a felicidade: essa seria a cidade justa para Platão.

Nela, aquele que mais age de acordo com sua própria natureza é qualificado **virtuoso**, uma característica que designa o indivíduo capaz de fazer o bem para si mesmo e para os outros. A **virtude**, para Platão, é o principal valor compartilhado pelos cidadãos da cidade justa, porque é aquilo que move suas ações. Por exemplo, o político que procede com razão, legislando em observância às leis e gerindo os bens públicos de acordo com as necessidades da cidade, é um virtuoso.

É possível que se entenda a virtude como um valor individual, o que, entretanto, é um equívoco. Para Platão, valores como felicidade, justiça e virtude são **universais**, isto é, valem para todos e em qualquer época e lugar. O filósofo afirmava que a virtude já está presente em nós desde o nascimento; porém, precisamos alcançá-la por meio do autoconhecimento. Só assim o cidadão saberá se orientar racionalmente, por exemplo, na hora de refletir e escolher as melhores ações, que estejam de acordo com sua natureza, com a justiça e o bem comum da cidade e, consequentemente, com sua felicidade. Por isso, ela é um valor almejado por todos, que nunca perece.

Antoine Gyori/AGP/Corbis/Latinstock

Legião do exército francês em desfile de comemoração ao aniversário da Revolução Francesa, diante de autoridades políticas e da sociedade civil, em 2010, em Paris, capital da França.

A historicidade dos valores

No final do século XIX, Friedrich Nietzsche (1844-1900) fez uma pesada crítica à ideia platônica de universalidade dos valores. O filósofo alemão argumentou que eles são produzidos historicamente, de acordo com a situação do indivíduo no contexto social. Por essa razão, ele anunciou que a principal tarefa da filosofia seria produzir uma escala de valores, mostrando sua hierarquia.

A crítica de Nietzsche à ideia de valores universais aparece especialmente em suas obras *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro* (publicada em 1886) e ***Genealogia** da moral: uma polêmica* (publicada em 1887).

No primeiro livro, o filósofo reflete sobre a moral como uma prescrição de formas de agir com base em valores considerados universais. Ele afirma que os filósofos sempre se preocuparam em encontrar os fundamentos da moral, isto é, os valores básicos que garantem a existência de uma moral, mas nenhum deles preocupou-se com a própria moral, uma vez que ela sempre foi considerada dada. Nietzsche lança então seu desafio: é preciso pensar sobre a própria moral, compreendida na história, analisada em suas origens.

GENEALOGIA

Estudo da origem de um indivíduo, família, grupo social e, por extensão, de uma palavra ou conceito. Para Nietzsche, a genealogia é um procedimento de investigação filosófico, histórico e filológico de palavras, saberes, práticas e instituições, com o objetivo de revelar os valores que estão em sua base.

> “Todas *as ciências devem doravante preparar o caminho para a tarefa futura do filósofo, sendo essa tarefa assim compreendida: o filósofo deve resolver o* problema do valor*, deve determinar a* hierarquia dos valores.
>
> NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral:* uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 46.

Imagno/Getty Images

Discurso nazista proferido no Palácio do Reichstag*, em Berlim (Alemanha), em 1938. O nazismo foi uma ideologia que mobilizou um grande número de pessoas em apoio a um líder autoritário, baseando-se em valores morais conservadores, tidos como necessários e universais. Este fenômeno histórico pode ser também compreendido sob a luz da crítica nietzscheana da moral.*

Segundo alguns especialistas, Nietzsche antecipou a crítica às formas autoritárias de poder da primeira metade do século XX, tais como o fascismo (Itália) e o nazismo (Alemanha).

Em *Genealogia da moral* ele se preocupou com o nascimento dos valores morais concebidos como universais e eternos. Para Nietzsche, predomina entre nós aquilo que ele chama de uma “moral de rebanho”, isto é, um tipo de ação em que grandes grupos seguem um líder. Segundo ele, o princípio bastante conhecido de que “a união faz a força” é a expressão de uma moral de fracos, porque se os indivíduos forem fortes por si mesmos, não precisam se unir. São os fracos que procuram seus iguais e vivem sob as ordens de um comandante, um “pastor de rebanho” que mostra a todos o caminho a seguir. Sua pergunta é: de onde provém essa moral? Segundo ele, provém de uma inversão de valores que leva as pessoas a considerar que ser fraco é melhor que ser forte.

O caráter ativo e o caráter reativo

Para explicar essa ideia, Nietzsche afirma que todos os seres vivos são animados por um impulso vital que ele denomina **vontade de poder** ou **vontade de potência**. Embora seja um conceito muito abrangente, que aparece de diferentes formas e com sentidos distintos ao longo de sua obra, podemos dizer que essa força é algo orgânico e biológico, que está sempre em expansão, fazendo-nos afirmar a vida e querer permanecer vivos.

Para Nietzsche, esse impulso está presente em todos os indivíduos e se manifesta quando conhecemos, quando produzimos saberes sobre o mundo, por exemplo. Além disso, há uma “vontade de poder forte”, que é ativa, e uma “vontade de poder fraca”, que é reativa. Elas implicam dois tipos de caráter: um caráter ativo (forte) e um caráter reativo (fraco).

O **caráter ativo** está presente nos indivíduos que são capazes de afirmar a si mesmos por meio da ação. Nas palavras de Nietzsche, são aqueles que conseguem “dizer um grande sim à vida” e a vivem de forma intensa. Um exemplo de caráter ativo é o de um artista que cria suas obras segundo seus impulsos, sem se importar com as convenções sociais ou com a recepção pelo público. Sua criação é uma afirmação de si mesmo.

Julio Donoso/Sygma/Corbis/Latinstock

Jean-Michel Basquiat (1960-1988) em frente a um trabalho de sua autoria. Esse grafiteiro e artista plástico norte-americano se tornou uma figura de destaque no cenário das artes durante os anos 1980, por seu estilo artístico marcante e sua história de vida singular. Foto de janeiro de 1988.

Já o **caráter reativo** é o do indivíduo que não é capaz de afirmar a si mesmo senão por meio da negação do outro. Ele não age, mas reage às ações do outro. Por isso Nietzsche o identificou como fraco: sua ação não tem impulso criador, ocorre em função do outro. Para manter o exemplo anterior, poderíamos citar aqui o artista que faz suas obras apenas para agradar o mercado consumidor, segundo o gosto comum, para que sua obra seja aceita por um grande número de pessoas e se torne fonte de recursos financeiros.

Os indivíduos fortes são aqueles capazes de dizer: “eu sou bom”; por isso eles são nobres, poderosos, superiores. Os indivíduos fracos são aqueles que olham para o forte e dizem: “Você me domina, então você é mau; e se você é mau, eu, por oposição, sou bom”.

Na natureza, o forte é o bom (o que não significa que o fraco seja mau). Ele é bom porque é capaz de afirmar-se. A partir de determinado momento na história humana, contudo, foi sendo criada a ideia de que os fracos são os bons e os fortes, por oposição, são maus. Essa é a inversão de valores a que nos referimos anteriormente.

A crítica à inversão dos valores

Segundo Nietzsche, há duas fontes principais para essa inversão de valores na cultura ocidental.

A primeira é a crença na imortalidade da alma, como propunha a filosofia socrático-platônica. Se acreditamos que a alma é imortal, que continuaremos vivendo após a morte do corpo (mesmo que de outra maneira), deixamos de afirmar a vida tal como a conhecemos. Por causa dessa crença, diz Nietzsche, os gregos deixaram de afirmar a vida, de ser criadores, indivíduos nobres, para se tornarem produtores de uma cultura de resignação.

A segunda fonte é o cristianismo, que levou a resignação às suas mais profundas consequências. A Igreja católica difundiu os preceitos cristãos de modo a ensinar que o importante é a resignação com a vida terrena, para se obter a recompensa no reino dos céus. Segundo Nietzsche, essa é a mais pura expressão do triunfo de uma moral dos fracos.

Apesar da crítica radical ao cristianismo, é importante ressaltar que Nietzsche admirava Jesus como ser humano, e em várias passagens de seus textos referiu-se a ele como um homem excepcional. Sua crítica dirige-se ao cristianismo como filosofia e como religião, por sua defesa da resignação e da negação da vida terrena, como podemos verificar em várias passagens bíblicas:

Romeo Ranoco/Reuters/Latinstock

Fiéis chicoteiam as costas durante a última quinta-feira da quaresma, em Angeles, Filipinas, em 2008. Presente não apenas em vertentes do cristianismo, mas também em outras religiões, a autoflagelação visa à purificação dos pecados e à elevação do espírito pelo sentimento de dor causado pela penalização do corpo.

> “*Bem-aventurados os humildes de espírito, porque deles é o Reino dos Céus! Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados! Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra! Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados! Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia! Bem-aventurados os puros de coração, porque verão Deus! Bem-aventurados os Defensores da Paz, porque serão chamados filhos de Deus! Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus! Bem-aventurados sereis quando vos caluniarem, quando vos perseguirem e disserem falsamente todo o mal contra vós por causa de Mim. Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós.*

Mateus, 5:3-12, Novo Testamento, Bíblia.

O caráter ativo (que se baseia na afirmação) e o caráter reativo (centrado na negação) implicam dois sistemas de valores distintos, ou duas diferentes morais. A moral afirmativa Nietzsche denomina **moral dos fortes** ou **moral dos nobres**. É um sistema de valores centrado na afirmação de qualidades como a coragem, a força, a saúde e o orgulho.

Nietzsche chama a moral reativa de **moral dos fracos**, **moral dos escravos**, ou mesmo **moral de rebanho**. Está centrada em valores como submissão, humildade, piedade e importância do sofrimento.

Há uma questão psicológica fundamental na criação de uma moral de rebanho: o **ressentimento**. Segundo o filósofo, os indivíduos fracos não conseguem esquecer e superar determinadas situações. Isso produz neles um sentimento de rancor e seus valores são produzidos em reação a esse ressentimento. Já os indivíduos fortes não são ressentidos; em sua afirmação da vida e de si mesmos, eles simplesmente superam as coisas de que não gostam e constroem aquilo que lhes interessa.

> “
> *A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores [...]. Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz Não a um “fora”, um “outro”, um “não-eu” – e **esse** Não é seu ato criador. Essa inversão do olhar que estabelece valores – esse **necessário** dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si – é algo próprio do ressentimento: a moral escrava sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto – sua ação é no fundo reação.*

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral:* uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 28-29.

Duas felicidades

Havendo dois caracteres, há também duas concepções de felicidade. Uma é a felicidade ativa, a felicidade do nobre, que é produção, criação. Ser feliz é viver ativamente, criando e produzindo. A outra é a felicidade passiva, a felicidade do fraco, que é um entorpecimento, algo que se espera um dia possuir – quem sabe no reino dos céus.

Em síntese, para Nietzsche, o que fundamenta as escolhas humanas não são valores universais como **o** Bem e **o** Mal, mas valores construídos historicamente pelos próprios seres humanos, que avaliam coisas e situações. Quando essa avaliação é feita por uma perspectiva do forte, da afirmação, as coisas e situações são avaliadas como boas ou como ruins, sendo ruim simplesmente aquilo que não é bom. Porém, quando feita pela perspectiva do fraco, a avaliação é diferente. O mau não é simplesmente o ruim, o que não é bom; o mau o é por sua própria natureza. E o bom é aquilo que não é mau.

Houve, segundo o filósofo, uma luta milenar entre esses valores contrapostos, “bom e ruim”, “bom e mau”; luta que se trava ainda hoje, mesmo que nos últimos séculos a moral dos fracos tenha triunfado.

Foi essa inversão que colocou em jogo a universalização dos valores, segundo a qual haveria um Bem e um Mal, e não mais simplesmente bom e ruim. Por isso é urgente um processo de **transvaloração dos valores** pela afirmação de valores ativos, e não mais dos reativos.

Valor, escolha e liberdade

Em sua obra *O ser e o nada*, o filósofo Jean-Paul Sartre (1905--1980), assim como Nietzsche, discute a universalidade do valor. Ele fala no "ser do valor", que seria uma produção da consciência. Como vimos na Unidade 2, Sartre trabalhou com o método fenomenológico, que tem como um dos conceitos centrais o de consciência. Para Husserl (1859-1938) e Sartre, a consciência é a realidade do ser humano, único ser consciente no mundo.

Segundo a **fenomenologia**, a consciência não possui uma interioridade, um ser, uma identidade; a consciência é vazia de conteúdo. Ela se caracteriza por ser um **ato**: o ser consciente é aquele que observa o mundo e, ao vê-lo, percebe que está vendo. Um exemplo simples: enquanto você observa uma árvore, na mesma experiência percebe que você não é a árvore observada. Você é algo que tem a capacidade de perceber a existência da árvore. Mas, se você tenta pensar sobre si mesmo, não encontra nenhuma referência material. A consciência é, então, o **ato** de observar a árvore e, nessa observação, perceber a si mesmo.

FENOMENOLOGIA

Esse termo designa 'o estudo filosófico do fenômeno' (em grego, *phainómenon*), isto é, 'daquilo que aparece'. Entre muitos fenomenólogos, Edmund Husserl (1859-1938) se destacou com a publicação da obra *Investigações lógicas*, de 1901. A partir dela, a fenomenologia contemporânea passou a designar não apenas o estudo daquilo que aparece aos nossos sentidos e intelecto como manifestação da realidade, mas também a manifestação ou aparecimento de algo **em si mesmo**, ou seja, na sua **essência**. Assim, se opõe à tradicional distinção entre aparência (falsidade, não ser) e essência (verdade, ser), presente em concepções fenomenológicas anteriores.

Marcelo Camargo/ABr/Radiobrás

Ao longo da infância, o ser humano adquire conhecimentos sobre o mundo e sobre si por meio da brincadeira. Nesta foto, de 2014, crianças brincam em parque em Brasília (DF).

Ethel/Gamma-Rapho/Getty Images

Jean-Paul Sartre em manifestação pública numa rua de Boulogne-Billancourt, na França, em outubro de 1970. Conceitos como consciência, ação e liberdade evidenciam a preocupação de Sartre com as questões suscitadas em sua época. A ética, em seus aspectos teóricos e práticos, é repensada à luz da reflexão sobre os conflitos ideológicos que marcaram o século XX.

Para Sartre, o ser humano é um **ser consciente**, e o valor é a forma de ser da consciência. Em sua concepção, valor e vontade têm a mesma "estrutura de ser". Ao afirmar isso, ele está se referindo à noção de **falta**, que acredita ser o elemento comum àqueles dois conceitos.

Segundo o filósofo, nós atribuímos valor àquilo que nos falta, da mesma forma que temos vontade daquilo que não possuímos, pois se já temos essa coisa, não a **desejamos**. Um exemplo: em um dia de grande calor, nos falta o frescor e desejamos o frio; um tempo mais fresco constitui valor para nós. Essa ideia de falta e de desejo como uma necessidade a ser suprida e um mecanismo da ação humana é evidenciada na canção de Zeca Baleiro, reproduzida a seguir.

"

O desejo

O tempo é cruel, mas é tudo que tenho
Tudo mais é sobra, lixo, lata, prata barata, que empenho
Sim, o tempo passa a vida segue e não estanca o corte
Hoje eu não temo a morte (azar ou sorte?)
Não há luz que me cegue
Nem há luz que eu siga
Estou só à beira do caminho
E a solidão é minha amiga
Lá fora a luz de outono invade a cidade
Lá fora é onde a vida pulsa
Inculta e bela, comédia grega, tragédia russa
Eu estou lá e ouço o alarido surdo, o estampido seco das ruas, esquinas, vielas
Enquanto você, guardado por Deus, conta seus metais por detrás das janelas
É...
Você faz planos, planeja
Deseja, o desejo sangra
Quer uma casa em Angra
[...]
Filhos na universidade

Você quer rezar, mas para quem?
Se os deuses estão mortos
Não há mais divindade, ritos,
Ninguém pra ouvir você no confessionário
Na noite escura, gelada, vazia
Contando os seus pecados sem perdão
Sua omissão por não dar a mão
Ao irmão que precisa
De cigarros, comida, água, consolo, camisa
Tanta pobreza humilhada
Tanto canalha no topo
Você é feliz ma non troppo
Porque nenhum bem lhe basta
E a falta a falta a falta a falta
Sua vida devasta

[...]
Você se olha no espelho
E vê que tudo é mentira
A vida é uma mentira
Felicidade mentira
O amor mentira covarde
Olha pro relógio e vê o quanto é tarde
Tarde demais
Pra ser feliz
Seu corpo clama por calma
Mas em sua alma
Quanta ferida sem cicatriz
Quem tudo quer nada tem
Dizia o cego na porta da igreja
Se a paixão morreu diga amém e assim seja
Pra todo mal vem um bem
E tudo mais é esta dura... dura peleja
[...]
Você faz planos, planeja
Deseja, o desejo manda
Quer ter guitarra e banda
Ir a hangares, jantares
Adular endinheirados
No silêncio da noite sem sono
Você se sente como um cão sem dono e se pergunta
O que restou do amor, do sonho, pura ambição
Só suor, lágrimas, sangue, perda, pó e solidão
E pra dor que rói a carne tesa sob a pele fina
Não há um só remédio em toda medicina

BALEIRO, Zeca. O desejo. In: *Calma aí, coração – Ao vivo* (CD). Som Livre, 2014. Letra disponível em: <http://geografiaetal.blogspot.com.br/2014/11/zeca-baleiro-o-desejo.html>. Acesso em: 27 jan. 2016.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

É no mesmo sentido presente nesta canção que Sartre afirma que o valor tem estrutura semelhante à da vontade: o valor é uma falta, uma ausência, que faz com que atuemos para preenchê-la, para anulá-la. É assim, como quando mobilizamos ação e pensamento em busca da realização de um desejo, que a consciência produz novos valores.

Porém, como a falta constitui a própria estrutura da consciência, tão logo agimos e conquistamos um valor, a consciência quer se manifestar de outra forma, por meio de outros valores. O vazio retorna e novamente nos lançamos à busca para preenchê-lo, como fazemos diante de desejos ainda não saciados, que se renovam e reacendem, assim que o sentimento de satisfação se torna frio e evanescente. Sendo essa a própria fisionomia do ser da consciência humana, esse processo constante de escolha consiste em uma necessidade.

Segundo Sartre, é por meio desse processo que um ser **transcende** seu próprio ser, indo além de si mesmo. Por exemplo: um pintor, depois de uma longa busca, consegue criar uma técnica com a qual se torna conhecido. Ele poderia permanecer nesse estado, atrelado à concepção técnica que orienta sua produção artística. Porém, tão logo conquista o desafio inicial que o consagra, ele deseja ir além. Mais experimentos, diferentes temas e muitos estudos são algumas medidas práticas e teóricas que o pintor mobiliza para realizar essa nova busca: a superação da técnica anterior.

Reprodução/Óleo sobre tela, 81,3 x 58,4 cm. Coleção particular.

Reprodução/Óleo sobre tela, 100 x 81 cm. Coleção particular.

À esquerda, Mulher com os braços cruzados, *de 1902; à direita,* Jaqueline com flores, *de 1954. Lado a lado, as duas pinturas de Pablo Picasso (1881--1973) ressaltam a mudança de técnica alcançada pelo pintor espanhol ao longo de sua carreira.*

Essa superação de si mesmo é o que Sartre chama **transcendência**. Ela só é possível por intermédio do valor, que, no exemplo do pintor, é a técnica artística. Ao possibilitar a manifestação da vontade, a consciência lhe toma como seu motor. O valor impulsiona constantemente o indivíduo à ação para superar-se na busca de novos valores. Se eles mudam, a consciência muda também; modifica-se o seu próprio **ser** e também o **ser consciente**, isto é, a pessoa, que pensa, age e se expressa mediante os valores. Eis por que são eles o motor da ação humana.

Uma vez que o valor não é algo dado ou absoluto, mas um produto da consciência, percebe-se que é impossível, na perspectiva de Sartre, uma moral que fundamente normas e leis em **valores absolutos** e **abstratos**, como faz a moral cristã. Quando ela determina, por exemplo, “não matarás”, ela afirma a vida como um valor absoluto. No entanto, ele é apresentado de forma abstrata, quando se diz simplesmente “não matarás”, sem especificar as circunstâncias. Um exemplo: se estou sendo mortalmente atacado por alguém e, para me defender, mato quem me agride, estou, ainda assim, cometendo um pecado por infringir essa regra moral geral?

Por outro lado, se tomarmos a perspectiva apontada por Sartre, só podemos falar em uma **moral** baseada na **ação individual**, sem regras gerais e válidas para todos. Isso quer dizer que cada ação humana só pode ser julgada depois de realizada e avaliada caso a caso. Retomando o exemplo anterior, não seria possível enunciar uma regra geral como "não matarás" porque o valor da vida é julgado e avaliado em cada situação, podendo sofrer variações. Dizendo de outro modo, em lugar da universalidade, Sartre afirma a **relatividade** da moral: o valor de um ato é sempre relativo à situação em que ele é praticado.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Grupo de mulheres ligadas à resistência francesa contra nazistas. Marselha, França, setembro de 1944.

Consciência e conhecimento

A inovação introduzida por Sartre é o fato de dizer que o valor não é um ser em si mesmo, mas uma **estrutura da consciência**, ou seja, produzimos valores porque somos seres conscientes. Da mesma forma, produzimos conhecimentos porque somos seres conscientes. Mas a relação consciência-valor é diferente da relação consciência-conhecimento.

O **conhecimento** não é uma falta; ao contrário, é a **presença** de um objeto que move a consciência na produção do saber. Já o valor, sendo uma **falta**, é o motor da produção da consciência, aquilo que nos faz agir, buscando o preenchimento dessa falta.

Toda consciência é consciência reflexiva, isto é, pressupõe aquele movimento de aperceber-se de si mesma no ato da percepção, como vimos no exemplo da árvore. A consciência reflete, volta-se sobre si mesma, tornando-se objeto do pensamento.

Na produção de conhecimento, a consciência atua de forma reflexiva. Mas nem toda consciência é moral, isto é, julga e avalia ações de pensamentos morais. Os valores podem ser ou não objeto da atenção de minha consciência, mas nenhuma consciência será "moral" pelo simples fato de ser consciência.

Sendo parte da estrutura da consciência, os valores nunca poderão ser absolutos e universais, mas serão sempre criações particulares, individuais. Sartre diz que é preciso que abandonemos aquele "espírito de seriedade" (usando uma expressão de Nietzsche) que faz com que tomemos os valores como dados, absolutos, como bons em si mesmos e, portanto, geradores do bem. Uma moral baseada nesses valores é uma moral de **má-fé**, pois estamos recebendo uma orientação externa, muitas vezes imposta a nós. Se nelas nos fiamos sem reflexão prévia, corremos o risco de estarmos enganando a nós mesmos.

A "má-fé" é o autoengano, é agir segundo uma imagem abstrata que recebemos de fora, dos outros, e não segundo a afirmação de nosso próprio ser, de nossa própria consciência.

Os valores não são abstratos, transcendentes: nós próprios inventamos nossos valores, e isso quer dizer que somos nós mesmos que damos sentido às nossas vidas. Esse sentido por nós escolhido é nosso valor: a falta que procuraremos completar para a nossa realização, nos vários momentos de nossa existência.

O único valor para o ser humano é, então, a realidade humana, pois tudo o que fazemos é a construção de nossa realidade, de nossa vida.

Sem o mundo, sem o ser humano, nunca haveria valor: eis a conclusão de Sartre. As consequências políticas são bastante claras: quando se cria um "valor universal", cria-se uma abstração irreal usada com a finalidade de manipular as consciências e a realidade humana.

Universal/Everett Collection/Keystone

Cena do filme Brincando nos campos do Senhor*, de 1991, dirigido por Hector Babenco, em que um casal de missionários norte-americanos tenta pregar aos indígenas da Amazônia brasileira para que renunciem a suas crenças e seus costumes em nome dos valores cristãos e dos hábitos ocidentais.*

Ao longo da história, legisladores morais de todos os tipos aviltaram a liberdade humana em nome de um poder absoluto e da exploração. Sua ação sempre foi facilitada pela angústia existencial que sentimos frente ao nada de nosso ser e, para fugir a tal angústia, aderimos – de "má-fé" – a qualquer identidade externa que nos seja oferecida. Em nosso íntimo, porém, sabemos que essa tranquilidade que conseguimos com a identificação social é falsa, e é a coragem de abandoná-la que fundamenta as revoltas políticas que visam resgatar a dignidade humana e sua autonomia.

"Condenado a ser livre"

Para Sartre, o ser humano é livre, e a liberdade consiste no ato da escolha. Nós sempre escolhemos, afirma o filósofo, e não há como evitarmos. Quando dizemos que não há opções, na verdade estamos dizendo que não gostamos ou não queremos as que estão disponíveis a nós, pois elas sempre existem.

Essa situação evoca uma experiência comum a nós. Imagine: nem que seja o "menos ruim", é preciso tomar o remédio, quando se está seriamente doente; seja por via injetável, seja por via oral, mesmo que nenhuma das duas opções lhe seja prazerosa. Diante disso, podemos ainda escolher não o tomar. Porém, nesse caso devemos estar cientes de que consequências relacionadas a esta opção possivelmente recairão sobre nós.

Quando fazemos uma escolha entre uma via e outra, nós julgamos e avaliamos com base nos valores que nos servem de referência e critério. Se não os temos, escolhemos algo para preencher essa ausência, que, conforme vimos, não pode ser preenchida definitivamente por tratar-se da constituição própria da consciência. O valor como seu motor impulsiona o ser consciente a sempre agir, isto é, a escolher sempre entre um valor e outro, uma via e outra, e a executar uma ação.

É nesse sentido que Sartre afirma que o ser humano está "condenado a ser livre". Desde que nascemos até nossa morte, nossa vida consiste irremediavelmente em agir. Essa expressão ressalta a condição paradoxal do ser humano: ao mesmo tempo que estamos condenados a agir – é uma necessidade existencial –, somos livres para escolher e arcar com a responsabilidade de nossas escolhas, feitas livremente, isto é, feita apenas por nós, mediante opções sempre existentes.

Em síntese, podemos dizer que só avaliamos e valoramos as coisas, as pessoas, os atos, as situações porque somos livres; mas, ao mesmo tempo, somos livres porque avaliamos e valoramos, escolhendo e agindo.

> "[...] *o homem, estando condenado a ser livre, carrega nos ombros o peso do mundo inteiro: é responsável pelo mundo e por si mesmo enquanto maneira de ser.* [...] *Portanto, é insensato pensar em queixar-se, pois nada alheio determinou aquilo que sentimos, vivemos ou somos. Por outro lado, tal responsabilidade absoluta não é resignação: é simples reivindicação lógica das consequências de nossa liberdade. O que acontece comigo, acontece por mim, e eu não poderia me deixar afetar por isso nem me revoltar nem me resignar.*
>
> SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 678.

Valor, escolha e liberdade como ato implicam responsabilidade. Se cada um de nós escolhe segundo seus próprios valores e, com base neles, age, é completamente responsável por suas escolhas e suas ações, e também pelos resultados e pelas consequências dessas ações.

Gonzalo Fuentes/Reuters/Latinstock

Muçulmana concede entrevista à imprensa durante manifestação realizada em Paris, em abril de 2011, por cidadãs francesas contrárias à lei que proibiu o uso da burca ou de qualquer outro adereço que cubra completamente o rosto em lugares públicos da França.

Retomando a questão

Após esse percurso por diferentes perspectivas na história da filosofia, podemos retomar a pergunta do início deste capítulo: com base em que valores nós agimos?

Duas posições são centrais: uma que afirma a universalidade dos valores e outra que afirma sua historicidade. Se a primeira se apresenta de forma mais rígida, a segunda parece mais flexível. Se na primeira constatamos algumas dificuldades de sustentação, como no citado caso do preceito "não matarás", na segunda também é possível identificar problemas e limitações.

Todos os valores são criações da consciência ou invenções históricas, portanto, são igualmente legítimos. Em nome de que valores, por exemplo, pode-se condenar a decisão das mulheres muçulmanas por usar burca e aceitar uma posição subordinada na sociedade em que vivem?

Ora, numa situação como essa, como julgar o que é certo ou errado? Em qual valor devemos nos fiar? Em quais critérios podemos nos basear para fazer a escolha correta?

Questões e problemas assim, vistos neste capítulo, instigaram os filósofos de todos os tempos a pensar em respostas e soluções filosóficas. A esse campo filosófico, próprio às reflexões sobre o agir, deu-se o nome de **ética**. E é exatamente disso que continuaremos a tratar nos próximos capítulos.

Trabalhando com textos

Os dois textos que você vai ler agora foram escritos em momentos históricos distintos. O primeiro deles é de Platão, discípulo de Sócrates, que narra as reflexões de seu mestre sobre a justiça em forma de diálogo; o segundo texto, de Nietzsche, é um aforismo sobre o conceito de vontade de poder, central em sua filosofia.

Texto 1

O diálogo *Górgias*, de Platão, tem como tema central a arte do discurso, que os gregos chamavam de retórica. Os sofistas a dominavam muito bem e a ensinavam a seus discípulos. O personagem Górgias, que dá título ao diálogo, era um dos principais sofistas. No trecho reproduzido a seguir, Sócrates dialoga com outro personagem, Polo, sobre o que é melhor: praticar uma injustiça ou sofrê-la.

Praticar uma injustiça é o maior dos males

SÓCRATES: ... Porque o maior dos males consiste em praticar uma injustiça.

POLO: Esse é o maior? Não é o maior sofrer uma injustiça?

SÓCRATES: Absolutamente não.

POLO: Preferirias então sofrer uma injustiça a praticá-la?

SÓCRATES: Não preferiria uma coisa nem outra; mas se fosse inevitável sofrer ou praticar uma injustiça, preferiria sofrê-la.

[...]

SÓCRATES: Considerando-se dois doentes, seja do corpo ou da alma, qual o mais infeliz: o que se trata e obtém a cura, ou aquele que não se trata e permanece doente?

POLO: Evidentemente, aquele que não se trata.

SÓCRATES: E não é verdade que pagar pelos próprios crimes seria a libertação de um mal maior?

POLO: É claro que sim.

SÓCRATES: Isso porque a justiça é uma cura moral que nos disciplina e nos torna mais justos?

POLO: Sim.

SÓCRATES: O mais feliz, porém, é aquele que não tem maldade na alma, pois ficou provado que esse é o maior dos males.

POLO: É claro.

SÓCRATES: Em segundo lugar vem aquele que dessa maldade foi libertado.

POLO: Naturalmente.

[...]

SÓCRATES: Conclui-se então que o maior mal consiste em praticar uma injustiça.

POLO: Sim, ao que parece.

SÓCRATES: No entanto, ficou claro que pagar por seus crimes leva à libertação do mal.

POLO: É possível que sim.

SÓCRATES: E não pagar por eles é permanecer no Mal.

POLO: Sim.

SÓCRATES: Cometer uma injustiça é então o segundo dos males, sendo o primeiro, e maior, não pagar pelos crimes cometidos.

POLO: Sim, ao que parece.

SÓCRATES: Mas, meu amigo, não era disso que discordávamos? Tu consideravas feliz Arquelau [um governante da época] *por praticar os maiores crimes sem sofrer nenhuma punição; a meu ver, é o oposto. Arquelau, ou qualquer outro que não pague pelos crimes que comete, deve ser mais infeliz do que todos. Será sempre mais infeliz o autor da injustiça do que a vítima, e mais ainda aquele que permanece impune e não paga por seus crimes. Não era isso o que eu dizia?*

POLO: Sim.

[...]

SÓCRATES: Afirmo, Cálicles [outro interlocutor no diálogo], *que o maior mal não é ser golpeado na face sem motivo, ou ser ferido, ou roubado. Bater-me e ferir a mim e aos meus, escravizar-me, assaltar minha casa, em suma, causar a mim e aos meus algum dano é pior e mais desonroso para quem o faz do que para mim, que sofro esses males. Essas conclusões a que chego foram provadas ao longo de nossa discussão e, para usar uma imagem forte, firmemente estabelecidas por uma cadeia de argumentos rígida como ferro, tanto quanto posso julgar até esse momento. E a menos que tu, ou alguém mais radical, rompa esta cadeia, ninguém que afirme algo diferente pode estar certo. De minha parte, sigo meu princípio invariável. Não sei se isso é verdade, mas de todas as pessoas que encontrei até agora nenhuma foi capaz de afirmar o contrário sem cair no ridículo. Assumo, portanto, que esta seja a verdade. E se estou correto, e fazer o Mal é o pior que pode ocorrer para aquele que o pratica, e maior mal ainda, se possível, é não ser punido por isso, que tipo de proteção seria ridículo um homem não poder prover para si próprio? Deveria ser, com certeza, a contra o que nos causa o maior mal.*

PLATÃO. Górgias. In: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética:* de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 23-25.

Questões sobre o texto

1 Na argumentação de Sócrates, por que cometer uma injustiça é pior que sofrê-la?

2 Como Sócrates relaciona o argumento do doente à discussão sobre a injustiça?

3 Por que, segundo Sócrates, não ser punido por um crime significa permanecer no mal?

Texto 2

O texto a seguir é o aforismo n. 259 do livro *Além do Bem e do Mal*, de Nietzsche. Aforismo é a expressão de uma máxima de cunho moral, reflexivo e prático. Por ser fragmentário, é avesso à ideia de sistema ou tratado, formas de escrita filosófica amplamente utilizadas por filósofos modernos, às quais Nietzsche se opunha. Aqui o filósofo alemão reafirma seu conceito de vontade de poder, sustentando que a exploração nada mais é que uma afirmação da vida.

Abster-se de ofensa, violência, exploração mútua, equiparar sua vontade à do outro: num certo sentido tosco isso pode tornar-se um bom costume entre indivíduos, quando houver condições para isso (a saber, sua efetiva semelhança em quantidades de força e medidas de valor, o fato de pertencerem a um corpo). Mas tão logo se quisesse levar adiante esse princípio, tomando-o como princípio básico da sociedade, ele prontamente se revelaria como aquilo que é: vontade de negação da vida, princípio de dissolução e decadência. Aqui devemos pensar radicalmente até o fundo, e guardarmo-nos de toda fraqueza sentimental: a vida mesma é essencialmente apropriação, ofensa, sujeição do que é estranho e mais fraco, opressão, dureza, imposição de formas próprias, incorporação e, no mínimo e mais comedido, exploração – mas por que empregar sempre essas palavras, que há muito estão marcadas de uma intenção difamadora? Também esse corpo no qual, conforme supomos acima, os indivíduos se tratam como iguais – isso ocorre em toda aristocracia sã – deve, se for um corpo vivo e não moribundo, fazer a outros corpos tudo o que os seus indivíduos se abstêm de fazer uns aos outros: terá de ser a vontade de poder encarnada, quererá crescer, expandir-se, atrair para si, ganhar predomínio – não devido a uma moralidade ou imoralidade qualquer, mas porque vive, e vida é precisamente vontade de poder. Em nenhum outro ponto, porém, a consciência geral dos europeus resiste mais ao ensinamento; em toda parte sonha-se atualmente, inclusive sob roupagem científica, com estados vindouros da sociedade em que deverá desaparecer o "caráter explorador" – a meus ouvidos isso soa como se alguém prometesse inventar uma vida que se abstivesse de toda função orgânica. A "exploração" não é própria de uma sociedade corrompida, ou imperfeita e primitiva: faz parte da essência do que vive, como função orgânica básica, é uma consequência da própria vontade de poder, que é precisamente vontade de vida. Supondo que isso seja uma inovação como teoria – como realidade é o fato primordial de toda a história: seja-se honesto consigo mesmo até esse ponto!

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do Bem e do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 170-171.

Questões sobre o texto

1 Como Nietzsche relaciona vontade de poder e vida?

2 Por que, segundo o filósofo, o "abster-se de ofensa, violência, exploração mútua" é uma negação da vida?

3 Em que sentido o autor afirma que a vida é essencialmente opressão e exploração? Você concorda ou discorda de Nietzsche? Justifique.

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1 Com suas palavras, procure explicar a noção de valor.

2 Como se configuram cada um dos três caracteres definidos por Platão?

3 Elabore uma síntese da discussão de valor desenvolvida por Nietzsche.

4 Na filosofia de Sartre, como se relacionam os conceitos de valor e de liberdade?

5 As histórias de super-heróis (quadrinhos, desenhos animados, filmes, etc.) geralmente trabalham com valores, como Bem e Mal, sendo que os heróis são aqueles que defendem a Justiça. Utilizando os conceitos discutidos no capítulo, escreva uma dissertação sobre como a ideia de Justiça é trabalhada nestas histórias.

Reprodução/Ed. Ebal

Capa do n. 28 da revista Os justiceiros*, de 1969.*

6 Analise a seguinte situação: um(a) aluno(a) foi repreendido(a) porque sua roupa não foi considerada adequada ao ambiente escolar. De acordo com a direção da escola, a roupa não estava de acordo com as regras estabelecidas. Tal aluno(a) resolveu divulgar o fato nas redes sociais com base em seus valores. Após apurados os fatos por uma comissão mista entre alunos, pais e professores, constatou-se que houve um exagero na atitude do(a) aluno(a), causando uma situação de injustiça para com os envolvidos. Se você passasse por uma situação como esta, o que faria? Reflita sobre a questão e debata com seus colegas de sala sobre as noções de regra e de valor.

7 Com base na letra da canção "O último dia", reproduzida a seguir, reflita sobre quais valores você abandonaria e quais você preservaria numa situação limite. Converse sobre isso com seus colegas.

O último dia

Meu amor
O que você faria se só te restasse um dia?
Se o mundo fosse acabar
Me diz, o que você faria?
Ia manter sua agenda
De almoço, hora, apatia?
Ou esperar os seus amigos
Na sua sala vazia?
[...]
Corria pra um shopping center
Ou para uma academia?
Pra se esquecer que não dá tempo
Pro tempo que já se perdia
[...]
Andava pelado na chuva?
Corria no meio da rua?
Entrava de roupa no mar?
Trepava sem camisinha?
[...]
Abria a porta do hospício?
Trancava a da delegacia?
Dinamitava o meu carro?
Parava o tráfego e ria?
[...]

BRANDÃO, Billy; MOSKA, Paulinho. O último dia. In: *Pensar é fazer música* (CD). EMI-Odeon, 1995. Letra disponível em: <www.letras.mus.br/paulinho-moska/48073/>. Acesso em: 27 jan. 2016.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Antes de iniciar a escrita de uma dissertação filosófica, é muito importante fazer uma leitura meticulosa e atenta dos trechos ou textos que lhe servem de base. Para isso, você pode adotar alguns procedimentos básicos:

- primeiro, procure saber qual é o estilo do texto por meio do qual o autor se expressa. Como vimos, há diversas formas de escrita filosófica: diálogo, poesia, aforismo, ensaio, etc. De modo geral, a forma do texto está intimamente ligada a toda a estrutura argumentativa (teses, hipóteses, explicação de conceitos, exposição, contra-argumentação, exemplos, etc.) e ao tema filosófico em questão (verdade, justiça, beleza, etc.);
- depois, faça uma primeira leitura do texto, observando o significado de cada parágrafo com atenção redobrada e consultando um dicionário da língua portuguesa e, se possível, um dicionário filosófico. O primeiro fornece o significado e a etimologia (origem) das palavras; o segundo traz as diferentes acepções que alguns conceitos ganharam ao longo da história da filosofia por diferentes pensadores.

É LÓGICO!

Na **lógica formal** (ou aristotélica) o tipo mais comum de argumento é o denominado **silogismo**. Em grego, esta palavra significa algo como "conexão de ideias", pois é formada pelo radical *sin*, que significa 'com', 'conexão', 'ligação', e por *logismos*, usualmente traduzido por 'cálculo' ou mesmo por 'ideia', na medida em que remete a *logos* – palavra grega que designa 'ideia', 'razão', 'raciocínio'. O silogismo é, pois, uma espécie de exercício do raciocínio por meio de palavras, e Aristóteles usou a expressão para designar a forma perfeita do argumento lógico.

No silogismo a argumentação é constituída por três proposições: duas premissas e uma conclusão. A primeira premissa, chamada de "maior", expõe uma ideia geral. A segunda premissa, denominada "menor", introduz um caso particular, necessariamente relacionado à ideia geral colocada anteriormente. Articulando-se as duas premissas é possível obter uma conclusão sobre o caso particular. Se as conexões forem feitas de forma correta, esta conclusão será necessariamente verdadeira.

O exemplo clássico de silogismo é o seguinte:

> **Todos** os homens são **mortais**. [premissa maior – ideia geral]
> **Sócrates** é homem. [premissa menor – caso particular]
> Logo, Sócrates é mortal. [conclusão]

Note que a conclusão do silogismo é a afirmação de uma característica (ser mortal) que o caso particular (Sócrates) possui porque pertence ao conjunto geral (os homens, a humanidade). Ou seja: na forma argumentativa do silogismo, a conclusão sobre um termo particular é verdadeira porque pertence à ideia geral e pode ser deduzida da premissa maior.

O silogismo é uma forma perfeita de raciocínio porque se estrutura segundo um conjunto de regras bastante rígidas que garantem sua validade lógica. Caso não siga alguma(s) dessas regras, um argumento não pode ser considerado um silogismo. Tais regras podem ser resumidas da seguinte maneira:

1. O silogismo é composto apenas por três termos: o maior, o menor e o médio. Em nosso exemplo, o termo maior é "ser mortal" (trata-se da ideia mais geral, contida na premissa maior); o termo menor é "Sócrates" (o elemento mais particular, contido na premissa menor); e o termo médio é "homem" (o termo de ligação, existente nas duas premissas).
2. Aquilo que é afirmado na conclusão não pode ser mais geral do que aquilo que é afirmado nas premissas.
3. O termo médio não pode aparecer na conclusão.
4. Ao menos uma das premissas deve ser geral, universal.
5. Não podemos tirar nenhuma conclusão de duas premissas negativas.
6. Se tivermos duas premissas afirmativas, a conclusão nunca pode ser negativa.
7. A conclusão sempre diz respeito ao termo menos geral, ao particular (na linguagem lógica, a "premissa mais fraca").
8. Se tivermos duas premissas particulares, sem qualquer afirmação geral, nada pode ser concluído a partir delas.

Sugestão de leituras e de filmes

Leituras

Reprodução/Ed. Ediouro

GANE, Laurence. *Apresentando Nietzsche*. Desenhos de Piero. Rio de Janeiro: Relume--Dumará, 2006.

Os principais elementos do pensamento de Nietzsche são expostos em linguagem clara e direta, com ilustrações que ajudam a compreender as ideias desse pensador.

Reprodução/Jorge Zahar Editor

GIACOIA JR., Oswaldo. *Nietzsche & Para além de Bem e Mal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Passo a Passo).

Apresentação comentada de uma das principais obras de Nietzsche dedicadas ao estudo dos valores e da moral.

Reprodução/Editora Scipione

NIETZSCHE, Friedrich. *Para a genealogia da moral*. Adaptação de Oswaldo Giacoia Júnior. São Paulo: Scipione, 2001. (Reencontro).

A obra de Nietzsche traduzida, resumida e adaptada por um dos principais estudiosos brasileiros do filósofo alemão.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Uma fábula inquietante do único escritor em língua portuguesa a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura. Numa cidade em que todas as pessoas ficam cegas, como elas passam a agir? Uma reflexão sobre a mudança dos valores na luta pela sobrevivência.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Filmes

Divulgação/Sony Pictures

***Corra, Lola, corra*. Direção de Tom Tykwer. Alemanha, 1998. (81 min).**

Lola precisa agir rápido para salvar seu namorado de uma encrenca, ou ele morre. O filme mostra três possibilidades da história, de acordo com diferentes escolhas da protagonista.

Divulgação/Fox Filmes

***Ensaio sobre a cegueira*. Direção de Fernando Meirelles. Brasil/Canadá/Japão/Uruguai, 2008. (121 min).**

O filme é uma adaptação para o cinema da ficção de Saramago. Imagine o que aconteceria se repentinamente você e todas as pessoas da sua cidade fossem acometidos por uma cegueira branca, ficando apenas uma mulher imune a isso.

Divulgação/Fox Filmes

***Minority Report – A nova lei*. Direção de Steven Spielberg. Estados Unidos, 2002. (145 min).**

Ficção científica sobre uma sociedade no futuro, em que o crime é previsto por *Precogs* (paranormais dotados de poder premonitório) e impedido por agentes especiais antes mesmo de sua realização.

Divulgação/Art Films

***O que você faria?* Direção de Marcelo Piñeyro. Espanha/Itália/Argentina, 2005. (117 min).**

Inspirado em uma peça de teatro, o filme narra a história de sete executivos que são candidatos a um emprego e que passam por várias situações nas quais precisam agir e mostrar quem são.

Divulgação/Paramount Pictures

***Vivos*. Direção de Frank Marshall. Estados Unidos, 1993. (127 min).**

Com base na história verídica de um avião uruguaio que levava jovens jogadores de rúgbi daquele país e que caiu na cordilheira dos Andes, o filme mostra a luta pela sobrevivência e como muitos valores tidos por “universais” são revistos numa condição extrema.

2 Ética: por que e para quê?

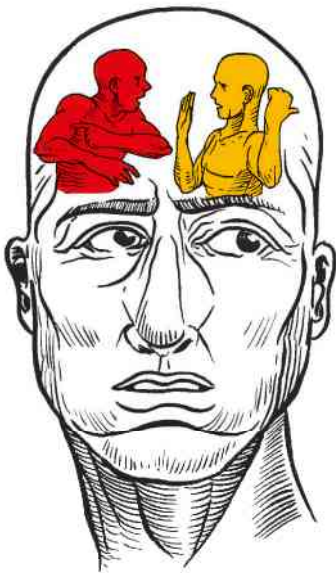
COLOCANDO O PROBLEMA

Leia a tirinha abaixo e discuta com seus colegas a situação de que ela trata.

Armandinho, de Alexandre Beck. Tirinha de 2015.

Você já pensou sobre como orienta sua vida? Você sempre age de acordo com regras e costumes preestabelecidos? Ou assume a responsabilidade de construir suas próprias opiniões? Costuma refletir sobre os valores que as pessoas ao seu redor compartilham? Quem são as pessoas que você toma como exemplo de boa conduta e por quê?

Em filosofia, a área dedicada a refletir sobre as ações humanas em relação à vida em coletividade e à vida de cada um é denominada **ética**. Esse termo vem da palavra grega *êthos*, que significa 'caráter', 'índole', a maneira de ser de uma pessoa ou de uma sociedade. Também pode significar 'temperamento', as disposições de alguém segundo seu corpo e sua alma, ou, ainda, a ação de cada um conforme sua própria natureza.

Os gregos antigos tinham outra palavra muito próxima, *éthos* – que em latim seria *mos*, *moris*, da qual se origina o termo em português **moral**. Essa palavra tinha o sentido de 'costume', 'uso', 'hábito'. Para eles, pertence ao âmbito da moral aquilo que é feito de modo habitual e irrefletido, isto é, as ações que não são objeto de reflexão para o agente, que se orienta pelos **costumes** e **hábitos** partilhados pelos membros da comunidade.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

A **ética** seria diferente da moral, pois diz respeito às **ações refletidas**, nas quais se pensa e sobre as quais se decide de acordo com o temperamento, com o caráter de quem as executa. Para viver eticamente, é preciso conhecer a si mesmo, pensar naquilo que se faz, praticando a máxima de Sócrates: “Uma vida que não merece ser pensada não merece ser vivida”. Consiste, portanto, no oposto de agir de acordo com a moral.

Além dessas distinções, profundos debates e questionamentos filosóficos históricos levantaram outros questionamentos no campo da ética. Um deles, inspirado nas reflexões de Sócrates, indagava o seguinte: quando agimos eticamente, o que buscamos? Em outras palavras: existe uma finalidade para as ações éticas? Se sim, qual é ela?

Na tentativa de responder a essas questões, alguns filósofos disseram que uma vida ética consiste em procurar a felicidade; outros afirmaram que ela consiste em agir de acordo com o dever. Vejamos, então, quem foram eles e como argumentaram.

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Aristóteles e a ética como ação para a felicidade

Pela máxima que mencionamos acima, é possível notar que as preocupações éticas já faziam parte do pensamento de Sócrates. Ele orientava a filosofia para a vida humana e para o debate em torno de como devemos viver.

Nos diálogos de Platão, a perspectiva ética é o próprio fundamento da organização política e social da cidade. Como vimos no capítulo anterior, a **cidade justa** é aquela na qual o cidadão é educado para se conhecer plenamente, para viver de acordo com suas habilidades e necessidades, contribuindo com o melhor de si e tendo a virtude como o principal valor. Assim, Platão acredita ser possível alcançar a felicidade.

Nos escritos de Aristóteles (c. 384 a.C.-322a.C.) podemos também constatar uma preocupação com as questões éticas. Foi ele quem começou a sistematizar esse campo do saber filosófico.

No século IV a.C., Aristóteles estabeleceu uma primeira organização das ciências no sentido antigo do termo, isto é, um saber sistematizado segundo critérios racionais de classificação. Ele as dividiu em dois grandes campos.

De um lado ficaram as **ciências teoréticas**, aquelas produzidas por teoria, **contemplação**, e que não criam seus objetos, pois se dedicam a pensar objetos que já existem e independem do pensamento. A finalidade dessas ciências está fora delas, pois seu objeto é exterior ao pensamento. Nesse grupo Aristóteles incluiu a metafísica (que estuda os objetos não materiais e é denominada “filosofia primeira”) e a física, subdividida em filosofia da natureza, biologia e psicologia.

De outro lado ficaram as **ciências práticas** (ou **ciências da práxis**), que têm por objeto a **ação humana**. Segundo Aristóteles, essas ciências criam seus próprios objetos e encontram suas finalidades nelas mesmas. Dizemos que criam seus objetos, pois a ação humana depende do pensamento; é pensando que agimos. No caso dessas ciências, o pensar e o agir estão intimamente conectados. Por isso Aristóteles afirma que elas encontram suas finalidades nelas mesmas: ao pensar as ações dos seres humanos, essas ciências não focam objetos exteriores, mas o próprio ser humano. Nesse grupo foram incluídas a economia, a política e a ética. A primeira cuida da administração da casa; a segunda, da gestão da cidade; e a última trata da organização da vida de cada um. São, pois, três ciências bastante integradas entre si, uma vez que todas tratam de nossas ações, cada uma relativa a determinada esfera: a vida familiar, a coletiva e a privada.

A filosofia ética, afirma Aristóteles, estuda as ações humanas baseadas naquilo que é natural em cada ser humano: seu caráter. O caráter, para ele, é o **temperamento**, isto é, o modo como se **temperam** em cada um de nós os quatro elementos básicos (quente, frio, seco e úmido) e os quatro **humores** (sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra), de forma que um deles predomine sobre os demais. O temperamento dá origem a quatro tipos básicos de caráter: sanguíneo, fleumático, colérico e melancólico.

A ética aristotélica ensina a viver de acordo com o caráter, a disposição natural de cada um. Não se trata, porém, de simplesmente agir de modo predeterminado; a ética implica uma ação racional, refletida. Para Aristóteles, nós **aprendemos** a agir eticamente. Mas como isso seria possível? Segundo o filósofo grego, somos dotados de um **apetite** ou um **desejo**, isto é, de uma inclinação natural, para buscarmos o prazer e fugirmos da dor. O apetite é, porém, uma **paixão** (o que, para os gregos, implicava passividade) que se opõe à **ação**. A tarefa da ética seria, portanto, educar nosso apetite ou desejo para evitarmos o **vício** (para os gregos, a desmedida) e alcançarmos a **virtude** (o equilíbrio), conquistada pelo exercício da **prudência**.

Quanto mais refletirmos sobre a finalidade das nossas ações, mantendo-nos na direção das ações virtuosas, quanto mais soubermos agir racionalmente, conduzindo nossos desejos para longe dos vícios, mais prudentes, melhores e felizes seremos.

A ética e a moral: a importância do hábito

Para Aristóteles, a tarefa da ética é ensinar **bons costumes**, que se baseiem no **bom caráter**. Ela, portanto, engloba a moral e vai além, uma vez que a moral apenas se ocupa das ações humanas segundo os hábitos.

Apesar disso, a ética não nega a importância do hábito. Não nascemos virtuosos ou viciosos por natureza. Adquirimos as virtudes éticas por meio de uma prática de vida, de exercícios contínuos. A tarefa da ética consiste em criar novos hábitos a partir dessas práticas.

HUMORES

Aquilo que Aristóteles chama de humores são fluidos do corpo humano: sangue (proveniente do coração), fleuma (também conhecido como fleugma ou flegma, é um muco secretado pelas membranas mucosas, especialmente aquelas do sistema respiratório), bílis amarela (secretada pelo fígado) e bílis negra (segundo os antigos, proveniente do baço). A teoria dos quatro humores foi criada por Hipócrates de Cós (c. 460 a.C.-377 a.C.) e se tornou a base da medicina antiga. De acordo com o humor predominante no temperamento, temos os diferentes caracteres: o sanguíneo (corajoso e amoroso), o fleumático (racional e calmo), o colérico (com predomínio da bílis amarela, agressivo e irritadiço) e o melancólico (com predomínio da bílis negra, desanimado e inquieto). Essa teoria serviu de base para Aristóteles refletir sobre a ação humana no campo da ética.

Os quatro apóstolos*, de 1526, feito pelo pintor alemão Albrecht Dürer. Acredita-se que esta obra foi inspirada na teoria aristotélica dos humores. Assim, da esquerda para direita, João seria o sanguíneo; Pedro, o fleumático; Marcos, o colérico; e Paulo, o melancólico.*

É ruim agir apenas por hábito, isto é, irrefletidamente, mas transformar o agir de forma reflexiva em um hábito é uma importante tarefa ética. Para Aristóteles, tornamo-nos virtuosos quando buscamos agir sempre de modo racional e equilibrado, sem cairmos no excesso ou na falta. Agir de modo excessivo é um vício igual a agir pouco ou deixar de agir.

Mas, se a ética é uma ciência prática, uma ciência da ação humana, então, qual é o objetivo dessa ação?

Essa pergunta foi respondida em uma das principais obras de Aristóteles sobre o tema: ***Ética a Nicômaco***. O filósofo começa afirmando que todas as nossas atividades tendem a um bem; logo, a questão seria saber qual é o "supremo bem", aquele que está acima de todos os outros e do qual todos derivam. A resposta que ele encontra é que, na vida humana, o supremo bem é a **felicidade**.

Alunos de uma escola de Ensino Fundamental de Belo Horizonte (MG) participam de projeto que propõe o plantio de verduras e legumes como forma de educação socioambiental. Projetos como esse visam à prática de determinadas ações desde a infância, como o respeito à natureza e o consumo de alimentos saudáveis, para que elas se tornem um hábito na vida adulta. Foto de 2012.

Reprodução/SEE/Agência Minas

Ética a Nicômaco

São atribuídos a Aristóteles três livros que tratam de temas relacionados à ética, sendo *Ética a Nicômaco* o mais completo. Não se sabe ao certo a razão de seu título. Especula-se que seja uma homenagem ao pai ou a um filho de Aristóteles, ambos chamados Nicômaco. Os estudiosos concordam que é uma obra da maturidade, que desenvolve e aprofunda temas que aparecem em seus outros livros sobre ética. *Ética a Eudemo* e *Magna Moralia* são as duas outras obras, que alguns pesquisadores afirmam não terem sido escritas por Aristóteles, e sim por seus alunos, com base em aulas do filósofo.

A felicidade como supremo bem

Vivemos para ser felizes e para bem agir, segundo Aristóteles. Mas ainda nos resta saber o que é a felicidade. Muitas pessoas consideram que ela seja algo simples e óbvio, como o prazer, a riqueza ou a honra. Mas será isso mesmo?

Para Aristóteles, não há uma resposta única. Ele afirma que existem, pelo menos, quatro ideias diferentes de felicidade, que correspondem a três tipos de vida.

Para um tipo de vida "vulgar", comum, a felicidade consiste em ser capaz de experimentar os prazeres sensíveis imediatos, como comer bem, embriagar-se e divertir-se nos esportes. Para um segundo tipo de vida "vulgar", a felicidade consiste na riqueza. Para a vida política, a felicidade consiste em ser reconhecido publicamente como alguém honrado. Para a vida contemplativa (daqueles que se dedicam ao pen-

samento, à filosofia), a felicidade é o próprio exercício da contemplação, a atividade da parte racional da alma, aquela que é plenamente humana, que nos torna diferentes de todos os outros animais.

Então, alguém deseja a riqueza, por exemplo, porque pensa que, ao se tornar rico, será feliz. Se analisarmos com atenção, de fato, sua finalidade é alcançar a felicidade, não a riqueza. A riqueza é um meio, uma forma de atingir a felicidade, e não a finalidade da vida dessa pessoa. Da mesma forma, aqueles que buscam prazeres e honra também os têm apenas como meios para atingir a felicidade, e não como um fim em si mesmos. Vejamos um exemplo:

> *Quando estava ganhando vinte mil dólares por ano, achei que **era capaz de ganhar cem mil**. Quando já ganhava cem mil por ano, achei que **poderia ganhar duzentos mil**. Quando estava ganhando um milhão de dólares por ano, achei que **poderia ganhar três milhões**. Havia sempre alguém num degrau mais alto que o meu, e eu não conseguia parar de pensar: será que ele é realmente duas vezes melhor do que eu?*

Palavras do banqueiro norte-americano Dennis Levine, citadas em: SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 351.

Aristóteles também afirma que o bem almejado só pode ser alcançado por meio da ação, do ato, e não pela teoria, pela contemplação, como pensava Platão.

Ele faz a seguinte analogia: qual é a finalidade da medicina? Aquele que exerce a medicina busca sempre a saúde de seus pacientes; logo, a saúde é o supremo bem para a prática do médico. Da mesma forma, a felicidade é o supremo bem para a ação humana, pois é em nome dela que agimos, assim como todas as ações do médico em sua profissão têm como único objetivo a saúde do paciente. A felicidade é um bem desejável em si mesmo e por si mesmo. Podemos desejar prazeres, honras ou riquezas, mas o fazemos unicamente porque eles podem nos tornar felizes. A felicidade é o único bem absoluto e autossuficiente, constituindo, assim, a finalidade das ações humanas.

A felicidade como exercício da faculdade racional da alma

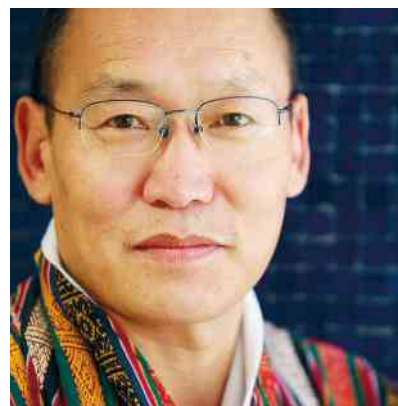
Para Aristóteles, o ser humano é dotado de uma única alma (não três, como afirma Platão), podendo ter várias funções ou faculdades.

Há uma **faculdade nutritiva e reprodutiva**, cuja função vital é conservar e reproduzir a vida; uma **faculdade sensitiva**, responsável pelos sentidos (tato, paladar, olfato, audição e visão); uma **faculdade locomotora-apetitiva**, que orienta os seres vivos a evitar a dor e buscar o prazer; e uma **faculdade racional**, responsável pelo pensamento e pelo intelecto.

A alma, portanto, tem uma parte racional, correspondente à faculdade racional, e uma parte privada de razão, composta das outras três faculdades. Como o ser humano é um ser racional, Aristóteles entende que sua função é uma vida ativa segundo a faculdade racional da alma.

> ***Felicidade pode ser qualquer coisa***
>
> *Se você quer ser feliz, tente*
> *Felicidade pode ser só ilusão*
> *Mas se o coração não mente*
> *Felicidade pode ser qualquer coisa*
> *Uma cachaça, um beijo, um*
> *[orgasmo*
> *Um futebol na tarde de domingo*
> *Uma canção de Roberto e Erasmo*
> *Vida eterna, vida eterna*
> *É a vida dos sonhos*
> *Deus é o tempo*
> *Sonhar é a salvação*
> *O sonho de Lennon morreu*
> *O meu não*

BALEIRO, Zeca. Felicidade pode ser qualquer coisa. In: *O disco do ano* (CD). Som Livre, 2012. Disponível em: <www.vagalume.com.br/zeca-baleiro/felicidade-pode-ser-qualquer-coisa.html>. Acesso em: 4 fev. 2016.

Nilton Fukuda/Agência Estado

Karma Ura, presidente do Centro de Estudos do Butão, um dos divulgadores do conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB). Criado em contrapartida ao Produto Interno Bruto (PIB), ele mede a riqueza do país não pela soma de seus bens produzidos e serviços prestados, mas pelo grau de satisfação e de felicidade de seus habitantes com as condições de vida. Foto de 2008.

Nesse sentido, o bem é proveniente de uma atividade da alma que esteja em consonância com a virtude. Ou seja, de agir com **prudência** (capacidade de refletir, deliberar e ser criterioso na escolha das ações) e **autonomia** (capacidade de submeter suas escolhas e suas ações a regras e normas refletidas por si e dadas a si mesmo). A pessoa que faz o bem, nesses termos, age virtuosamente e, portanto, é feliz. Compreendida como atividade, a felicidade consiste, então, na ação cotidiana do agente prudente e autônomo, que busca a medida correta na hora de decidir normas e regras de orientação das ações.

Ora, mas como exatamente a virtude conduz o agir, de acordo com a filosofia ética aristotélica?

Aristóteles diferenciava dois tipos gerais de virtude: as **virtudes práticas** ou **morais**, baseadas nos hábitos e nos costumes, e as **virtudes intelectuais**, que são próprias da alma racional. O agir ético é aquele que se faz em torno das virtudes intelectuais. Embora as virtudes morais também sejam fonte de felicidade, pois estão ligadas às paixões e aos prazeres (isto é, à parte não racional do ser humano), são as virtudes intelectuais que realizam aquilo que há de mais humano (a racionalidade). Por isso, para Aristóteles, elas são a fonte da maior felicidade.

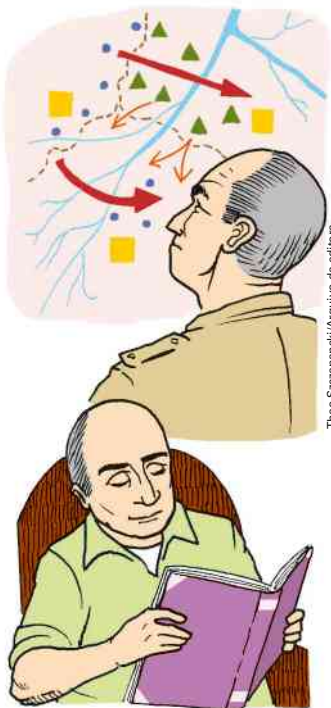
As virtudes práticas (ou morais) estão ligadas aos assuntos políticos e militares. A nobreza e a grandeza são dois exemplos delas. Tais virtudes, segundo Aristóteles, não têm relação com lazer ou diversão, pois visam a um fim diferente: por um lado, os seres humanos trabalham com esforço e empenho para obter, além do sustento, momentos de ócio e de descanso; por outro, eles guerreiam com bravura, honra e coragem com a finalidade de alcançar a vitória, seja para defender seus territórios, seja para garantir a paz. Portanto, as virtudes práticas são importantes, ainda que não sejam desejáveis em si mesmas. Essas virtudes são ligadas à parte apetitiva da alma, isto é, à parte privada de razão. Nem por isso são dispensáveis a uma vida feliz.

Já as virtudes intelectuais (ou racionais) estão ligadas à contemplação, ao que há de racional na alma humana. Para Aristóteles, os seres humanos são dotados de uma disposição natural ao conhecimento e, assim como todo apetite nos impulsiona para uma ação com fins de satisfação, o ser racional busca o prazer na contemplação. As virtudes intelectuais dizem respeito exatamente a isso, ao prazer no pensar e conhecer, consistindo num fim em si mesmo. A arte, a ciência e mesmo a prudência na vida prática são alguns exemplos desse tipo de virtude.

Contudo, é importante notar a distinção que Aristóteles faz entre prazer e felicidade. Enquanto a felicidade é a finalidade de nossas atividades, o prazer é um complemento dela, algo que se realiza num instante, não tende a nada e extingue-se em si mesmo. Quando afirma que todos desejam o prazer, Aristóteles se coloca contra alguns de seus contemporâneos que diziam que o prazer é um mal que nos desvia do verdadeiro sentido da vida e ao qual seria preciso renunciar.

VIRTUDE

O termo (no grego antigo, *areté*) significava originariamente 'poder', 'força', 'potência'. Em sentido ético, é aquilo que nos faz agir, que potencializa nossa ação.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Ao contrário, Aristóteles considera o prazer um bem, algo a ser almejado, ressaltando, porém, que a finalidade da vida ética não pode ser só o prazer. Do contrário, estaríamos recaindo em imprudência e desequilíbrio, justamente por não priorizarmos o racional (as virtudes) em nossas ações, mas sim o irracional (os apetites).

Segundo o filósofo, para diferentes atividades existem diferentes prazeres, cabendo à ética traçar uma hierarquia entre eles. Os prazeres de um cão, por exemplo, não seriam os mesmos de um cavalo, os prazeres de um cavalo não seriam os mesmos de um ser humano, assim como os prazeres do paladar não são os mesmos da audição, que, por sua vez, são diferentes dos prazeres que obtemos por meio da visão.

Da mesma forma, os prazeres do pensamento, provenientes da parte racional da alma, são diferentes e superiores a todos os outros. Novamente: a felicidade almejada é aquela proveniente da ação segundo a razão, com a fruição dos prazeres próprios ao ser humano, um ser racional por excelência. Além disso, para Aristóteles, a parte racional da alma é a presença do "elemento divino" no ser humano. Por isso, se vivemos de acordo com ela e nos ocupamos de seu conhecimento, estamos desfrutando a mais suprema felicidade.

Deficiente visual contempla uma obra de Marcel Duchamp exposta no Museu de Arte Moderna de Nova York, Estados Unidos, em 2013. Para Aristóteles, o prazer advindo desse tipo de contemplação constitui uma virtude intelectual.

Don Emmert/Agência France-Presse

Juca Martins/Olhar Imagem

Pessoas em montanha-russa de parque de diversão em Penha (SC), em 2000. Para muitos, essa é uma atividade que garante certo tipo de prazer.

A ação conforme a virtude

Contemplar, pensar e raciocinar são formas de agir e intervir no mundo. Aristóteles afirma que não é suficiente **saber**, é necessário **agir**. Por ser composto de uma parte racional e uma parte privada de razão, o ser humano precisa ser educado, pois a paixão não cede com facilidade aos argumentos racionais. É preciso aprender o **hábito** de agir de acordo com a razão.

Para garantir o aprendizado do hábito de agir racionalmente, são necessárias leis que forcem os indivíduos – sejam crianças, jovens, adultos ou idosos – a proceder de acordo com as normas e os valores da razão, até que isso se torne "natural" e eles passem a seguir a lei conscientemente, e não apenas para evitar uma punição. Pense no exemplo do limite de velocidade nas ruas e estradas. Alguns motoristas não agem racionalmente e dirigem a uma velocidade que coloca em risco sua própria vida e a vida de outras pessoas. Levando em consideração o bem comum, criam-se leis que determinam limites de velocidade e punição para aqueles que as infringirem.

O objetivo desse tipo de lei é que as pessoas aprendam a transformar em hábito uma norma prescrita. Desse modo, se as leis forem justas, o agente encontrará prazer em agir de acordo com a norma, pois entenderá estar de acordo com a virtude e a razão; ao passo que, na punição, ele encontrará o desprazer, consequência de uma ação irracional e desmedida.

Pode-se afirmar, então, que para Aristóteles há sempre uma moral (prescrição de regras que geram um costume, um hábito) que fundamenta uma ética (a ação racional e refletida dos seres humanos). Assim como a lei é necessária para a criação de hábitos que possibilitam o agir ético, a ética, como ação individual, é a base da política como ação coletiva.

Lembrando que Aristóteles considera o ser humano um animal político, que apenas se realiza totalmente em sociedade, podemos notar uma relação intrínseca que favorece o agir individual e o agir coletivo: a ética depende da política para elaborar leis que geram no indivíduo o costume de viver de acordo com a razão, e a política depende da ética para que a ação coletiva seja a continuação dessas ações racionais individuais.

Wesley Santos/Folhapress

Aprovada no Brasil em junho de 2008, a Lei Seca, como ficou conhecida a Lei n. 11 705, diz que "constitui crime dirigir sob a influência do álcool". Na foto, o teste do bafômetro sendo aplicado em motorista em rodovia do Rio Grande do Sul, em 2011.

Kant e a ética como ação segundo o dever

No século XVIII, o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) desenvolveu uma concepção de ética baseada na ideia de que as ações humanas são orientadas por **intenções**, não por finalidades, como afirmava Aristóteles. Kant destaca a noção de **dever** como intenção fundamental das ações humanas. As perguntas básicas da ética pensada nesses termos seriam: o que **devo** fazer? Como **devo** agir?

Costuma-se caracterizar o século XVIII como o "século da moral", por ter sido profundamente marcado pelo Iluminismo, um projeto pedagógico-político de construção da autonomia da razão e emancipação da humaninade que fornecia os meios intelectuais para uma ação consciente. É nesse contexto histórico e filosófico que se delineia o projeto ético de Kant.

Kant lançou as bases de seu pensamento sobre ética na obra *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785). O projeto foi desenvolvido e aprofundado em *Crítica da razão prática* (1788) e *Metafísica dos costumes* (1797-1798). O **sujeito moral**, que age racionalmente, é uma das facetas do ser humano, segundo Kant. As outras são o **sujeito de conhecimento**, que busca o saber, e o **sujeito estético**, que percebe o mundo e produz arte.

Dois conceitos centrais

Kant distingue duas esferas da razão: a **razão teórica** (ou especulativa), voltada para o conhecimento, e a **razão prática**, voltada para a ação. É importante salientar que não se trata de duas razões distintas, mas de uma mesma razão humana que se desdobra em duas esferas.

Cada uma delas corresponde a aplicações distintas de nossa faculdade racional. Se a razão teórica está relacionada a ações envolvidas na cognição, a razão prática está relacionada à determinação da vontade. A razão prática, portanto, é aquela capaz de **legislar** sobre a vontade, impondo-lhe normas que conduzem a ação moral.

Para Kant, a **vontade** não é simplesmente um instinto ou um apetite, um desejo, como pensava Aristóteles; ela é racional, é resultado do exercício da razão.

> [...] *quando a razão legisla no interesse prático, ela legisla sobre seres racionais e livres, sobre sua existência inteligível independente de toda a condição sensível. É, pois, o ser racional que se atribui a si mesmo uma lei pela sua razão.*
>
> DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1994. p. 38-39.

A noção de razão prática implica então a possibilidade da **liberdade** humana. Somos livres porque somos seres de vontade. Se a vontade resulta do exercício da razão, somos livres porque somos racionais. Ser livre, pois, é estar submetido à ação de uma razão prática. Somos livres quando temos nossa própria lei, quando nossa lei não nos é imposta por outros. Em outras palavras, somos livres quando somos autônomos.

ILUMINISMO

Desenvolvido principalmente na França, mas com importantes desdobramentos também no que hoje conhecemos por Alemanha e na Inglaterra, o Iluminismo teve como principal característica a defesa da ciência e da racionalidade crítica, capazes de "iluminar" o futuro da humanidade contra a fé, a superstição e os dogmas. Pelo exercício da razão e pela produção de conhecimentos, o ser humano seria capaz de emancipar-se das diversas dominações a que estava submetido – sociais, políticas e econômicas. O movimento não se limitou à filosofia, estendendo-se para a arte e para a política.

Detalhe de Leitura da peça *O órfão da China*, de Voltaire, no salão de Madame Geoffrin, *pintura feita por Lemonnier, em 1812. Eram comuns reuniões de membros da aristocracia, escritores e pensadores a propósito de discussões políticas e artísticas.*

Autonomia, do grego *autonomía* (*aut(o)*, 'próprio', 'si mesmo'; e *nomos*, 'regra', 'lei'), refere-se ao direito de reger-se segundo leis próprias, à capacidade de se governar por si mesmo, sem obedecer a outrem, provendo seus próprios meios de vida. Para a filosofia iluminista, portanto, liberdade é autonomia, e esta diferencia-se de uma **heteronomia**, do grego *heteronomía* (de *heter(o)*, 'outro', 'outrem'; e *nomos*, 'regra', 'lei'), que ocorre quando se serve a uma autoridade imposta sobre os indivíduos, independentemente de sua vontade. É importante ressaltar, porém, que a autonomia não significa não se submeter a qualquer autoridade. Quando uma autoridade é sancionada pela razão e exercida de modo que os cidadãos compreendam seus motivos e concordem com eles, ela não representa perda de autonomia.

Segundo Kant, no século XVIII vivia-se uma "época de esclarecimento" na Prússia (reino que deu origem à Alemanha), sob o governo do rei Frederico, que tratava seus súditos de modo tolerante. Ainda não seria uma "época esclarecida", mas um momento de produção do esclarecimento.

A questão, para Kant, era como ser livre, autônomo, agindo racionalmente e, ao mesmo tempo, manter-se sob o comando de um governo. Mas, se o governante fosse um "agente do esclarecimento", o problema estaria resolvido: o governante não impediria os governados de serem autônomos, de viverem por si mesmos.

Aí está uma das principais ações do exercício de uma razão prática.

A Liberdade guiando o povo*, de 1830, do pintor francês Eugène Delacroix. As ideias iluministas influenciaram amplamente a sociedade europeia. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade presentes nas críticas de filósofos franceses como Rousseau, Voltaire e Diderot inspiraram profundamente os realizadores da Revolução Francesa.*

O imperativo categórico como princípio ético universal

Embora a ética trate das ações humanas individuais, Kant afirma que essas ações devem estar fundamentadas em um princípio universal. Se cada um de nós agir de maneira própria, não teremos uma **comunidade humana**. É preciso que haja algo de **comum** em nossas ações, para que possamos construir uma coletividade. Para ele, esse comum é justamente a lei racional, a lei que nós próprios exercemos com base em nossa autonomia.

Kant acredita que, sendo a razão a mesma em todos os sujeitos, a lei pensada pela razão também será a mesma, ainda que os sujeitos sejam diferentes. Ao mesmo tempo, se agimos de acordo com uma vontade individual em meio a outros seres humanos, a ação de cada um precisa ser validada pelos demais. Apenas assim garante-se a universalidade das ações humanas.

De certo modo, já encontramos essa universalidade quando pensamos na moral segundo os costumes. É o que vemos em formulações como: "não faça aos outros aquilo que não quer que façam a você". Trata-se de colocar um princípio de ação comum entre os indivíduos. Se você não quer ser insultado, não insulte; se não quer ser agredido, não agrida.

Mas essa universalidade de uma regra moral, nessa esfera vulgar, não estaria garantida. Ela é uma **aposta**. Você não insulta aos outros e espera não ser insultado, mas nada garante que todos os outros também seguirão a regra. Você pode não insultar e acabar sendo insultado por um colega. Como você agiria então? Revidaria? Ou manteria seu princípio? Aí está a questão de Kant.

Central Press/Getty Images

Martin Luther King Jr. (1929-1968) foi um pastor e ativista norte-americano, um dos principais líderes do movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Conhecido pelo lema da não violência, Luther King tinha como arma a desobediência civil, princípio pelo qual os cidadãos têm o dever de desobedecer leis injustas até que seus governantes formulem leis justas para todos.

É necessário que a lei moral seja, de fato, uma regra universal. É fundamental que nossas justificativas da ação sejam válidas para todos e aceitas por todos. Isso só é possível com a intervenção da razão prática.

Por isso Kant afirma que tal lei precisa ser apresentada na forma de um **imperativo categórico**, uma fórmula que ordena de modo incondicional. Na obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Kant elabora três formulações desse imperativo:

- Aja unicamente de tal forma que sua ação possa se converter em lei universal.
- Aja de modo que sua regra de conduta possa ser convertida em lei universal da natureza.
- Aja de acordo com princípios que considerem a humanidade sempre como um fim e nunca como um meio.

Em cada uma dessas fórmulas encontramos um princípio de ação (e não uma finalidade) que é universal, válido para todos, em qualquer época. Com tal princípio, Kant realiza seu projeto de uma moral racional universal: agimos como **devemos** agir, baseando-nos em **regras universais** que nos são dadas pelo exercício do pensamento racional.

Não se trata de agir meramente segundo os costumes ou a tradição de uma cultura. Trata-se de agir segundo um princípio que me é dado por minha própria razão, determinando minha vontade, como um ato de liberdade.

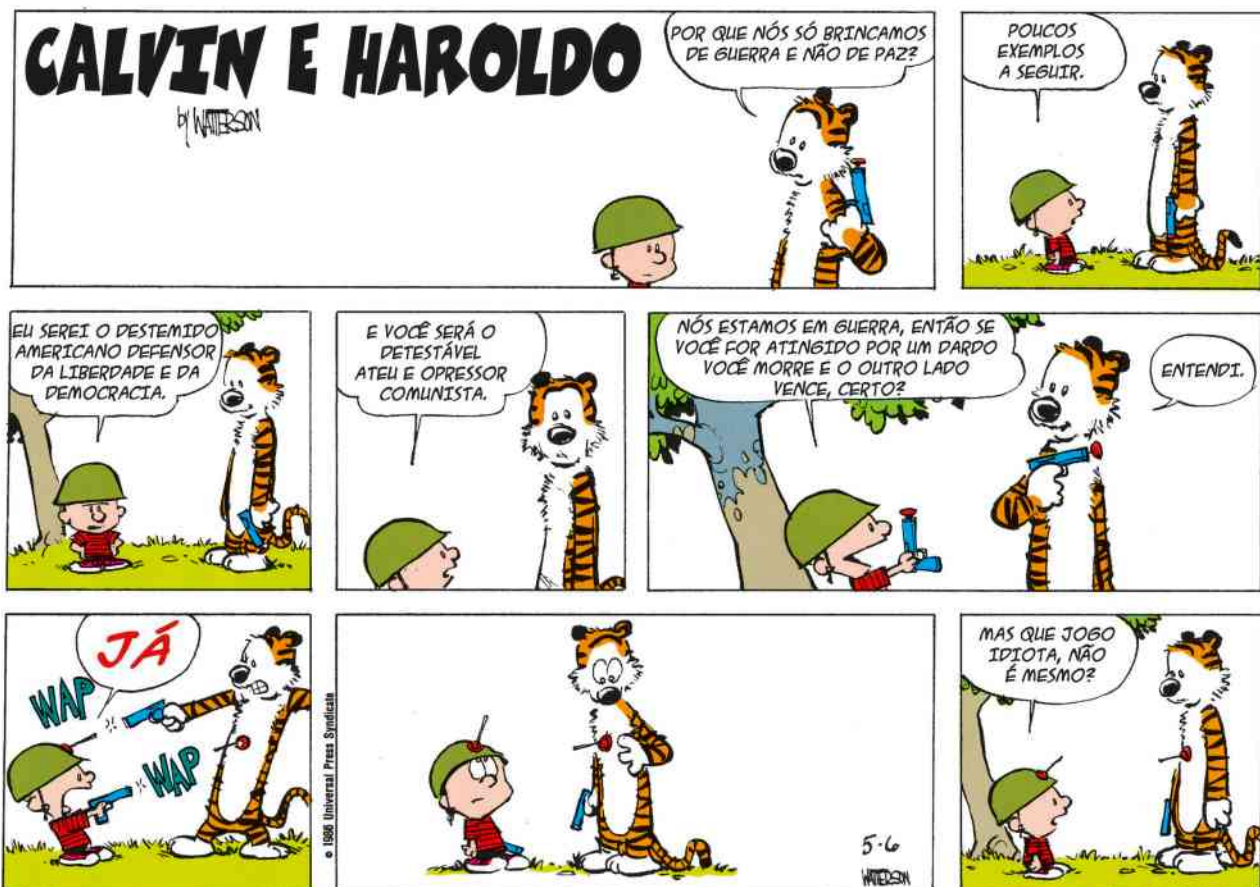
Cesar Diniz/Pulsar Imagens

Placa indicando vaga de estacionamento reservada exclusivamente para idoso em São Luís do Paraitinga (SP), em 2012.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Pense neste exemplo: encontramos na moral cristã a regra “não roubarás”. Sendo cristão, devo viver de acordo com essa regra. Ao fazer isso, estou agindo de forma heterônoma, pois obedeço uma regra que não foi criada por mim, mas que sigo conforme o costume e a tradição da minha comunidade, que me ensinou a respeitar e a seguir tal regra. Caso eu não obedeça, posso até mesmo ser punido. Em determinada circunstância, tenho vontade de roubar um bem que não me pertence, mas evitarei fazer isso porque obedeço à tradição e ao costume, mesmo que eles sejam contrários a minha vontade. Se eu deixo de fazer aquilo que quero apenas porque sou obrigado a isso, estou abrindo mão da minha liberdade em nome de uma regra moral externa a mim. Se eu tive vontade de roubar, na verdade não concordo com essa regra.

Agora vamos analisar essa mesma situação de acordo com o imperativo categórico kantiano: eu posso **decidir,** por vontade própria, não roubar um bem alheio, porque sou capaz de refletir e julgar que não é correto tomar de outro aquilo que não me pertence, e este é um valor universal, que deve ser seguido por mim e por todos os outros. Dessa forma estou agindo de acordo com um **princípio** que assumo para minha vida. Se assim for, eu sequer terei **vontade** de roubar, não importa a circunstância, uma vez que minha vontade livre, fruto da própria razão, segue um princípio que assumi como meu, de forma autônoma, que é válido para todos, e que **condiciona** a minha vontade e a minha ação.

© 1986 Bill Watterson/Universal Uclick

Calvin*, de Bill Waterson em história em quadrinhos de 1986.*

O agir ético e a saída da menoridade

Em 1784 Kant publicou em um jornal da cidade de Berlim (na atual Alemanha) um pequeno texto com o título "Resposta à pergunta: 'que é Esclarecimento?'". Nesse artigo, ele procurou responder a uma questão enviada por um leitor do jornal que pedia uma explicação sobre esse conceito. Kant definiu Esclarecimento como "a autonomia do indivíduo no uso da própria razão". Quando age de modo racional e autônomo, o indivíduo adquire maturidade, e só assim pode ser efetivamente livre.

A regra básica do Esclarecimento é o lema (que Kant enuncia em latim) *Sapere aude!* ('Ouse saber!'). A ousadia do conhecimento próprio e autônomo é a base para qualquer ação humana livre. É preciso saber governar-se a si mesmo, elaborar suas próprias regras, para que seja possível uma ação coletiva.

Um indivíduo autônomo, quando participa de uma coletividade, não se deixa governar e conduzir pela vontade do outro; ele se conduz pela própria vontade livre. Sendo livre em meio a outros indivíduos livres, pode construir uma comunidade livre, uma comunidade de iguais. Aí reside o Esclarecimento: em uma comunidade livre e autônoma, governada por uma vontade comum.

O processo do Esclarecimento, segundo Kant, é a saída de uma condição de menoridade, na qual o indivíduo não é autônomo e é governado por outro, para uma condição de maioridade, do exercício da autonomia da razão.

Gustavo Moreno/CB/DA Press

Eleitor votando em Sobradinho, região administrativa de Brasília (DF), durante o primeiro turno das eleições de 2014, em que foram escolhidos a presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais no Brasil. O direito ao voto e o dever cívico nos são conferidos pelo Estado como gesto de confiança em nossa maturidade.

> *O Esclarecimento é a saída do homem da condição de menoridade autoimposta. Menoridade é a incapacidade de servir-se de seu entendimento sem a orientação de outro. Essa menoridade é autoimposta quando a causa da mesma reside na carência não do entendimento, mas de decisão e coragem em fazer uso de seu próprio entendimento sem orientação alheia.* Sapere aude*! Tenha coragem em servir-se de teu* ***próprio*** *entendimento! Esse é o mote do Esclarecimento.*

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: "que é Esclarecimento?". In: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 95.

Trabalhando com textos

Agora você vai ler dois trechos correspondentes a duas concepções filosóficas estudadas neste capítulo. O primeiro é do livro *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles; o segundo foi extraído da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, de Kant.

Texto 1

No trecho reproduzido a seguir, Aristóteles argumenta em torno da felicidade, mostrando-a como uma atividade racional. Acompanhe a argumentação do filósofo para compreender por que, para ele, aquele que pratica a filosofia é "o mais feliz dos homens".

A felicidade como atividade racional

A felicidade tem, por conseguinte, as mesmas fronteiras que a contemplação, e os que estão na mais plena posse desta última são os mais genuinamente felizes, não como simples concomitante mas em virtude da própria contemplação, pois que esta é preciosa em si mesma. E assim, a felicidade deve ser alguma forma de contemplação.

Mas o homem feliz, como homem que é, também necessita de prosperidade exterior, porquanto a nossa natureza não basta a si mesma e para os fins da contemplação: nosso corpo também precisa de gozar saúde, de ser alimentado e cuidado. Não se pense, todavia, que o homem para ser feliz necessite

de muitas ou de grandes coisas, só porque não pode ser supremamente feliz sem bens exteriores. A autossuficiência e a ação não implicam excesso, e podemos praticar atos nobres sem sermos donos da terra e do mar. Mesmo desfrutando vantagens bastante moderadas pode-se proceder virtuosamente [...]. *E é suficiente que tenhamos o necessário para isso, pois a vida do homem que age de acordo com a virtude será feliz.*

[...]

E assim, as opiniões dos sábios parecem harmonizar-se com os nossos argumentos. Mas, embora essas coisas também tenham certo poder de convencer, a verdade em assuntos práticos percebe-se melhor pela observação dos fatos da vida, pois estes são o fator decisivo. Devemos, portanto, examinar o que já dissemos à luz desses fatos, e se estiver em harmonia com eles aceitá-lo-emos, mas se entrarem em conflito admitiremos que não passa de simples teoria.

Ora, quem exerce e cultiva a sua razão parece desfrutar ao mesmo tempo a melhor disposição de espírito e ser extremamente caro aos deuses. Porque, se os deuses se interessam pelos assuntos humanos como nós pensamos, tanto seria natural que se deleitassem naquilo que é melhor e mais afinidade tem com eles (isto é, a razão), como que recompensassem os que a amam e honram acima de todas as coisas, zelando por aquilo que lhes é caro e conduzindo-se com justiça e nobreza. Ora, é evidente que todos esses atributos pertencem mais que a ninguém ao filósofo. É ele, por conseguinte, de todos os homens o mais caro aos deuses. E será, presumivelmente, também o mais feliz. De sorte que também neste sentido o filósofo será o mais feliz dos homens.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 231-232. (Os pensadores.)

Questões sobre o texto

1 Como Aristóteles relaciona contemplação e felicidade?

2 Comente a seguinte passagem: "A autossuficiência e a ação não implicam excesso, e podemos praticar atos nobres sem sermos donos da terra e do mar. Mesmo desfrutando vantagens bastante moderadas pode-se proceder virtuosamente [...]. E é suficiente que tenhamos o necessário para isso, pois a vida do homem que age de acordo com a virtude será feliz".

3 Em que sentido Aristóteles afirma que o filósofo é o mais feliz dos homens? Você concorda com isso? Por quê?

Texto 2

A lei moral é aquilo que guia nossas ações, segundo Kant. No trecho a seguir ele relaciona essa lei com o imperativo categórico, o princípio do dever.

O imperativo categórico e a lei moral

À pergunta, pois: "Como é possível um imperativo categórico?" pode, sem dúvida, responder-se na medida em que se pode indicar o único pressuposto de que depende a sua possibilidade, quer dizer, a ideia da liberdade, e igualmente na medida em que se pode aperceber a necessidade desse pressuposto, o que, para o uso prático da razão [...] *e portanto também da lei moral, é suficiente; mas como seja possível esse pressuposto mesmo, isso é o que nunca se deixará jamais aperceber por nenhuma razão humana. Mas, pressupondo a liberdade da vontade de uma inteligência, a consequência necessária é a autonomia dessa vontade como condição formal, que é a única sob que ela pode ser determinada. Não é somente muito possível (como a filosofia especulativa pode mostrar) pressupor essa liberdade da vontade (sem cair em contradição com o princípio da necessidade natural na ligação com os fenômenos do mundo sensível), mas é também necessário, sem outra condição, para um ser racional que tem consciência da sua causalidade pela razão, por conseguinte de uma vontade (distinta dos desejos), admiti-la praticamente, isto é, na ideia, como condição de todas as suas ações voluntárias. Ora, como uma razão pura, sem outros móbiles, venham eles donde vierem, possa por si mesma ser prática, isto é, como o simples princípio da validade universal de todas as máximas como leis (que seria certamente a forma de uma razão pura prática), sem matéria alguma (objeto) da vontade em que de antemão pudesse tomar-se qualquer interesse possa por si mesma fornecer um móbil e produzir um interesse que pudesse chamar-se puramente moral; ou, por outras palavras: como uma razão pura possa ser prática – explicar isso, eis o de que toda razão humana é absolutamente incapaz; e todo o esforço e todo o trabalho que se empreguem para buscar a explicação disso serão perdidos.*

[...]

É aqui, pois, que se encontra o limite extremo de toda a investigação moral; mas determiná-lo é de grande importância já para que, de um lado, a razão não vá andar no mundo sensível, [...] *à busca do motivo supremo de determinação e de um interesse, concebível sem dúvida, mas empírico, e para que, por outro lado, não agite em vão as asas, sem sair do mesmo sítio, no espaço* [...] *dos conceitos transcendentes, sob o nome de mundo inteligível* [...]. *De resto, a ideia de um mundo inteligível puro, como um conjunto de todas as inteligências, ao qual pertencemos nós mesmos como seres racionais (posto que, por um lado, sejamos ao mesmo tempo membros do mundo sensível), continua a ser uma ideia utilizável e lícita em vista de uma crença racional, ainda que todo o saber acabe na fronteira deste mundo para, por meio do magnífico ideal de um reino universal dos fins em si mesmos* [...], *ao qual podemos pertencer como membros logo que nos conduzamos cuidadosamente segundo máximas da liberdade como se elas fossem leis da natureza, produzir em nós um vivo interesse pela lei moral.*

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Porto: Porto Editora, 1995. p. 97-99.

Questões sobre o texto

1 De que maneira Kant articula as ideias aparentemente contraditórias de imperativo categórico e liberdade?

2 Qual é o limite de toda investigação moral? Por quê?

3 Segundo o autor, o que pode produzir nos seres humanos um interesse pela lei moral?

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1 Por que podemos considerar a ética aristotélica uma "ética dos fins"?

2 De acordo com o que você estudou, em que sentido a felicidade pode ser considerada o "supremo bem"?

3 A noção kantiana de "ética dos princípios" segue a mesma questão da finalidade aristotélica? Explique.

4 Por que, segundo Kant, o imperativo categórico é importante para a construção de uma comunidade humana?

5 Na filosofia de Kant, agir eticamente significa a "saída da menoridade". O que ele quer dizer com essa ideia?

6 Com base nos dados da reportagem a seguir e utilizando os conceitos de ética estudados, elabore uma dissertação sobre os princípios que regem o comportamento no trânsito. Que ações você proporia para evitar os acidentes relatados na matéria? Apresente sua dissertação para a classe e convide os colegas a debater o tema.

Acidentes de trânsito são a segunda causa de morte entre jovens no Brasil

Acidentes de trânsito são a segunda causa de morte entre jovens de 18 a 24 anos no Brasil, atrás apenas dos homicídios. O Brasil ocupa hoje o segundo lugar no ranking *do Mercosul, sendo que a taxa de mortalidade subiu para 22,5 mortes por cada 100 mil habitantes. Em Uberaba (MG), a violência no trânsito também é medida em números. Em oito meses, a Polícia Militar (PM) registrou 4 326 acidentes, sendo 1 227 com vítimas.*

L. Adolfo/Futura Press

Veículo envolvido em acidente na cidade de Uberaba (MG), em 2013.

Conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Defesa Social, Trânsito e Transporte (Sedest), um terço dessas ocorrências com vítimas envolveu motociclistas precisando da intervenção de viaturas de Resgate do Corpo de Bombeiros. [...] Enquanto no ano passado houve 418 motociclistas envolvidos em acidentes graves, de janeiro a agosto deste ano [2015] foram registradas 465 ocorrências.

Os acidentes com vítimas atendidas pelo Corpo de Bombeiros superam os da Polícia Militar. Viaturas de resgate foram acionadas 2 098 vezes no mesmo período, com 1 215 casos de traumas. Nas estatísticas do Corpo de Bombeiros figuram 49 atropelamentos em oito meses, contra 104 ocorridos em 2013, e 19 acidentes com ciclistas, sendo que as ocorrências do gênero somaram 72 no ano passado.

O secretário de Trânsito ressalta que é preciso que a população, composta de motoristas, ciclistas, pedestres e motociclistas, se conscientize sobre seu papel no trânsito. "Já recorremos aos instrumentos que temos em mãos, que é a fiscalização tanto de nossa parte quanto da PM, mas um grande problema tem sido o excesso de velocidade. A cidade resiste à fiscalização por radar móvel, então usamos obstáculos, procuramos conscientizar os infratores com aulas educativas, visitas em escolas, participação de Sipats." [...]

Nos casos de acidentes menos graves, a Justiça permite que a multa aplicável ao infrator seja convertida para a frequência em curso de reciclagem. Porém, de acordo com o secretário, dos infratores que têm esta oportunidade, de 20% a 30% jamais comparecem à aula.

MACEDO, Thassiana. *Jornal da Manhã*. Uberaba, 23 set. 2015. Disponível em: <http://jmonline.com.br/novo/?noticias,1,GERAL,115561>. Acesso em: 22 fev. 2016.

7 Leia o seguinte trecho:

O que estou pretendendo lhe dizer ao colocar um "faça o que quiser" como lema fundamental da ética em cuja direção caminhamos tateando? Pois simplesmente (embora eu tema que depois acabe não sendo tão simples) que é preciso dispensar ordens e costumes, prêmios e castigos, em suma, tudo o que queira dirigi-lo de fora, e que você deve estabelecer todo esse assunto a partir de si mesmo, do foro íntimo de sua vontade. Não pergunte a ninguém o que você deve fazer de sua vida: pergunte a si mesmo. Se você deseja saber em que pode empregar melhor a sua liberdade, não a perca colocando-se já de início a serviço de outro ou de outros, por mais que sejam bons, sábios e respeitáveis: sobre o uso da sua liberdade, interrogue... a própria liberdade.

SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 67.

- Com base na leitura do capítulo, como você interpreta o texto acima? Ele se relaciona a uma ética orientada para a felicidade ou a uma ética orientada para o dever? Justifique sua resposta com argumentos do capítulo.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Quando escrevemos uma dissertação, há uma série de "armadilhas" que precisamos evitar, de modo a não comprometer a qualidade filosófica do texto. O perigo mais comum é, certamente, desviar-se do tema. Uma dissertação não focada no tema proposto não é uma boa dissertação.

Mas há outros riscos a serem evitados: a falta de rigor e coerência do texto, uma análise parcial do tema ou mesmo uma análise superficial. Para evitar o primeiro problema, convém elaborar muito bem, antes de começar a escrever a dissertação, uma ideia diretriz: ela será a "espinha dorsal" do texto. Apresente essa ideia na introdução, reafirme-a no desenvolvimento do texto e a retome na conclusão. Isso garantirá mais coerência à dissertação. Para evitar uma análise parcial, tome o cuidado de examinar diferentes pontos de vista sobre o tema, sem prender-se a um único. Uma análise superficial pode ser evitada por meio de um trabalho centrado nos conceitos filosóficos, sem perder-se em falsos exemplos e ilustrações.

Por fim, cuidado com a linguagem: evite o uso de gírias e expressões corriqueiras e utilize apenas os conceitos que você seja capaz de explicar. A elaboração de um vocabulário conceitual próprio é muito útil na realização de trabalhos como esse.

É LÓGICO!

"Não me venha com argumentos falaciosos!"

Você já ouviu alguma frase deste tipo? O que seria um "argumento falacioso"?

Em lógica, chamamos de **falácia** um **raciocínio incorreto.** A palavra é originada do latim *fallere*, que significa 'enganar'. Colocada numa argumentação, a falácia engana o interlocutor, pois parece ser um raciocínio correto e verdadeiro, embora não o seja.

A falácia também é chamada de **sofisma** (palavra de origem grega que significa 'raciocínio capcioso') ou de **paralogismo** (aquilo que tem uma aparência lógica, mas não é). Alguns lógicos consideram que, ao formular o sofisma, seu autor tem a intenção de confundir, de enganar o interlocutor. No paralogismo isso não acontece, pois o próprio autor desconheceria que está errado. Assim, teríamos: a falácia como categoria geral do raciocínio incorreto; o sofisma como uma falácia com a intenção de enganar; e o paralogismo como engano no raciocínio do próprio autor, sem intenção de enganar os outros.

É importante destacar que em qualquer tipo de falácia temos a impressão inicial de que o argumento é correto, em razão de sua forma. Precisamos refletir e analisar para então descobrir onde está o erro.

Retomemos o exemplo do silogismo clássico apresentado no capítulo anterior, mas alterando a premissa menor, para compreender um dos erros possíveis:

Todos os homens são **mortais**. (premissa maior – ideia geral)
Sócrates é **mortal**. (premissa menor – caso particular)
Logo, Sócrates é homem. (conclusão)

Esse silogismo é composto de uma premissa maior, uma premissa menor e uma conclusão. As duas premissas são verdadeiras, mas será que a conclusão também é? O argumento se refere ao filósofo grego Sócrates, mas poderia se referir a um cachorro chamado Sócrates, por exemplo. Embora o cachorro também seja mortal (a premissa continua verdadeira), a conclusão fica inválida. O fato de o cachorro ser mortal não faz dele um ser humano. Neste caso, o erro acontece porque a premissa menor, que introduz o caso particular, pode se referir a qualquer Sócrates, seja ele humano ou não, enquanto a premissa maior afirma algo especificamente sobre seres humanos. Observe que o predicado ("mortal") é igual tanto na premissa maior como na menor, o que não permite que se deduza nada.

Vejamos agora o que acontece neste outro exemplo:

Todos os indivíduos do sexo masculino são carecas. (premissa maior – ideia geral)
Eu sou um indivíduo do sexo masculino. (premissa menor – caso particular)
Logo, eu sou careca. (conclusão)

O silogismo possui uma aparência formal verdadeira – então, onde está o erro? Está na premissa maior, que é falsa. A experiência nos permite saber que é incorreto afirmar que "Todos os indivíduos do sexo masculino são carecas", embora muitos homens o sejam. Como uma das premissas é falsa, necessariamente a conclusão também é falsa.

Por isso, é preciso prestar muita atenção aos argumentos: eles podem esconder falácias e nos enganar, mesmo que o raciocínio pareça correto!

Sugestão de leituras e de filmes

Leituras

Reprodução/Ed. Martins Fontes

SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Um filósofo espanhol escreve para o filho adolescente, explicando-lhe aquilo que ensina na universidade. Em linguagem clara e fluente, a obra apresenta os principais temas da ética.

Reprodução/Ed. Brasiliense

VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Uma exposição em torno de alguns dos principais temas da ética. Inclui uma série de indicações de leitura para aprofundamento do tema.

Reprodução/Editora UFG

TUGENDHAT, Ernst; VICUÑA, Ana María; LÓPEZ, Celso. *O livro de Manuel e Camila:* diálogos sobre moral. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

Escrito por um filósofo alemão especialista em ética e por dois professores chilenos, o livro procura trabalhar de forma romanceada e em linguagem acessível aos adolescentes alguns dos principais problemas éticos.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Filmes

Divulgação/Warner Bros.

***300*. Direção de Zack Snyder. Estados Unidos, 2007. (117 min).**

O filme se baseia num clássico das histórias em quadrinhos que conta um episódio da história grega: a Batalha das Termópilas, na qual 300 soldados espartanos, comandados pelo rei Leônidas, resistiram contra a invasão dos persas até serem massacrados. Trata-se de uma metáfora da ação pelo dever.

Bradford Young/Plan B Entertainment

***Selma: uma luta pela igualdade*. Direção de Ava DuVernay. Estados Unidos, 2014. (128 min).**

O filme mostra alguns dias da vida do ativista norte-americano Martin Luther King em 1965, enquanto ele organiza uma marcha pacifista a favor da lei que autorizava aos negros o direito ao voto. A marcha partiu de Selma, cidade do estado do Alabama. Apesar da lei a seu favor, os negros eram impedidos de votar no sul do país, conhecido por sua postura racista.

Divulgação/TV Cultura

***Ética*. Produção TV Cultura/O2 Filmes. 2 DVDs. (195 min).**

Série de programas produzidos com intelectuais brasileiros sobre temas centrais da ética. Os temas dos programas são: "A arte de viver", "A culpa dos reis", "O drama burguês", e "Ética das aparências".

Divulgação/Fox Home Entertainment

***Zorba, o grego*. Direção de Michael Cacoyannis. Estados Unidos, 1964. (142 min).**

Uma instigante reflexão sobre a vida e os valores que nos guiam.

Divulgação/Pandora Filmes

***O corte*. Direção de Costa-Gavras. Bélgica/Espanha/França, 2005. (122 min).**

Um executivo desempregado há dois anos está à beira do desespero e elabora um plano mirabolante para excluir seus concorrentes e ter mais chances de obter um novo emprego. O filme suscita a pergunta: até onde somos capazes de chegar para atingir um objetivo?

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

3 A vida em construção: uma obra de arte

COLOCANDO O PROBLEMA

Você estudou no capítulo anterior que, segundo Aristóteles, a ética está orientada para os fins, sendo a felicidade considerada a finalidade máxima, o "supremo bem" para o qual nossa vida deve se voltar. Já Kant considera a ética no âmbito do dever, uma ciência cujos princípios impomos a nós mesmos em sinal de liberdade e maturidade da razão. Em ambos os casos, percebemos que a ética determina regras de conduta para a vida que pretendemos construir.

Assim como em outros campos da filosofia, percebemos que não há uma visão única sobre a ética. Essa diversidade de pensamentos pode levar também a vários equívocos. Muitas vezes, aquela que nos parece a postura mais correta a ser seguida não tem bases éticas legítimas.

Pensando nisso, o filósofo contemporâneo **Peter Singer**, na introdução de seu livro *Ética prática*, procura dizer o que a ética **não é**. Ele cita quatro visões contemporâneas que precisam ser combatidas:

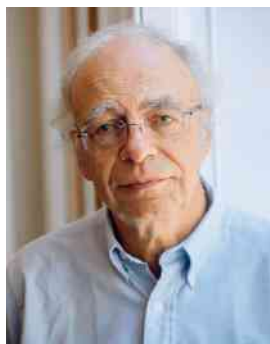
1. A ética não pode ser vista como uma série de regras e proibições relativas ao sexo; a ética não é uma **moral sexual**.

2. A ética não pode ser considerada um **sistema teórico** sem aplicação prática. Algumas pessoas ligadas ao exercício da política afirmam que os princípios éticos são bonitos, mas inaplicáveis ao cotidiano. Ao contrário, a ética só faz sentido como orientação da prática de cada um.

3. É equivocada a ideia de que a ética só faz sentido no **contexto religioso**. Ela é uma prática reflexiva sobre todos os problemas da vida.

4. Por fim, alguns afirmam, erroneamente, que a ética é **relativa**, pois os valores são de cada sujeito. Embora esteja centrada na ação individual, a ética só faz sentido porque vivemos no coletivo, com as ações de uns interferindo nas ações de outros. Logo, ela não pode ser subjetiva ou relativa.

Singer nos ajuda a compreender a ética como um saber estreitamente relacionado às nossas ações no cotidiano. Elas muitas vezes implicam decisões sobre temas socialmente controversos. Por isso, o sentido de uma ética prática hoje é justamente o de encorajar uma discussão profunda e ampla sobre os grandes temas relativos à sociedade contemporânea.

Peter Singer (1946-)

Tristan Martin/Reuters/Latinstock

Peter Singer, em foto de 2015.

Filósofo australiano, atualmente professor na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Dedica-se ao estudo filosófico de questões relativas à ética prática, tais como o aborto, a eutanásia e a exploração animal. Entre seus vários livros, destacam-se: *Libertação animal* (1975); *Ética prática* (1979); e uma coletânea de ensaios com o título *Vida ética* (2000).

Pensando no mundo em que vivemos, repleto de injustiças e desigualdades, seria possível enfrentar a vida sem temê-la? Está em nossas mãos determinar a postura com a qual encaramos a existência?

No filme *A vida é bela*, o ator e diretor italiano Roberto Benigni nos mostra uma possibilidade criativa. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um italiano judeu é enviado a um campo de concentração com seu filho pequeno. Para evitar que o garoto fique aterrorizado com as coisas que acontecem no campo nazista, ele faz o possível para que o filho acredite que tudo aquilo se trata de um jogo do qual estão participando. Numa condição de total desesperança, o pai é capaz de criar uma dimensão de coragem, solidariedade e encantamento.

O filme nos coloca diante de uma questão que a filosofia discute desde a Antiguidade: qual tipo de comportamento devemos assumir na construção da vida prática? Será que esse comportamento pode determinar a beleza com que vemos a vida?

Miramax/Everett Collection/Keystone

Cena do filme A vida é bela*, de 1997, em que Guido (Roberto Benigni) e o filho Joshua (Giordio Cantarini) conversam enquanto estão detidos em um campo de concentração nazista.*

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

UMA VIDA FILOSÓFICA, UMA FILOSOFIA DE VIDA

Pelo menos desde o século V a.C. os filósofos gregos refletem sobre a vida humana. Algumas escolas filosóficas antigas fizeram desse tema sua preocupação central e desenvolveram a ética como uma espécie de "arte de viver", uma reflexão constante sobre a existência. Durante muito tempo, essas escolas foram vistas como "filosofias menores", uma vez que não criaram teorias muito elaboradas; porém, é inegável sua contribuição para o campo da ética, ainda que estivessem mais preocupadas em organizar a vida prática cotidiana por meio de exercícios do que em propor explicações sobre o sentido da vida.

Algumas dessas escolas já existiam no tempo de Sócrates e de Platão, mas se difundiram mais durante o período helenístico.

PERÍODO HELENÍSTICO

Os historiadores da filosofia convencionaram chamar de **período helenístico** (ou helenismo) o período iniciado com a tomada da Grécia por Alexandre Magno (século IV a.C.), no qual esse imperador macedônico difundiu a cultura grega pelos territórios que conquistou. O helenismo estendeu-se até a época da conquista da Grécia pelo Império Romano, no século II a.C. Foi um período de grande difusão da cultura grega pela região do Mediterrâneo e do atual Oriente Médio.

Erich Lessing/Album/Latinstock/Museu Arqueológico Nacional, Pompeia, Nápoles, Itália.

Alexandre sobre seu cavalo, representado em um mosaico da Casa do Fauno, construída no século II a.C., em Pompeia, na atual Itália.

Diógenes de Sínope
(c. 413 a.C-323 a.C)

akg-images/Album/Latinstock

Diógenes de Sínope em gravura de Joachim von Sandrart, feita entre 1675 e 1679.

Sua biografia mistura fatos históricos e lendas, sendo praticamente impossível distinguir uns dos outros. Sabe-se, porém, que Diógenes foi expulso de sua cidade natal com seu pai, um banqueiro acusado de falsificar moeda. Passou a viver em Atenas, onde praticava uma vida de pobreza por defender que não devemos nos prender a bens materiais. Suas únicas posses seriam um manto e um bastão, além do barril que lhe servia de abrigo. Há referências sobre suas obras escritas, mas as informações são polêmicas. Sua vida deu origem a uma série de anedotas que atravessaram os tempos.

O filósofo Gilles Deleuze nos auxilia a compreender a distinção entre essas escolas e os demais campos da filosofia. Segundo ele, a Antiguidade produziu três imagens de filósofos:

- o filósofo como "ser das profundidades", que seriam os naturalistas pré-socráticos, aqueles que buscavam nas profundezas da natureza os seus fundamentos e princípios (a *arkhé,* as "raízes" de todas as coisas);
- o filósofo como "ser das alturas", a exemplo de Platão, que procurava a saída da caverna em busca da contemplação das ideias;
- o filósofo como "ser das superfícies", imagem expressa pelos cínicos e pelos estoicos, que não buscavam nem a raiz das coisas nem a abstração das ideias, mas pensavam sobre a vida cotidiana, procurando um modo de viver melhor.

Diógenes e os cínicos: os filósofos como cães

O cinismo foi fundado por um discípulo de Sócrates, Antístenes (c. 445 a.C.-365 a.C.), que centrou sua filosofia na ética, defendendo uma vida pautada pela virtude. Antístenes ensinava no Cinosarges, em Atenas, uma escola para atenienses filhos de mães estrangeiras. Acredita-se que o nome da escola poderia ter dado origem ao termo **cinismo**.

No caso dos filósofos cínicos, a "arte das superfícies" se expressa no humor. Eles não escreveram tratados, mas faziam da filosofia uma prática cotidiana, assim como Sócrates, que filosofava dialogando com as pessoas na praça pública. Enquanto Sócrates usava a **ironia**, os cínicos usavam o **humor**: seu pensamento e sua filosofia eram expressos na forma de anedotas e piadas.

Foi com **Diógenes de Sínope**, contudo, que essa filosofia ganhou mais expressão e popularidade. Tanto Antístenes como Diógenes foram apelidados de Cão (*kunós*, em grego), alcunha que tinha um sentido pejorativo, pois o cachorro era considerado um animal sem-vergonha. Também se atribui o termo cinismo a essa origem, significando 'a filosofia do cão'.

Diógenes levou às últimas consequências a noção de vida como prática filosófica. O pensamento deveria ser não apenas uma teoria, mas uma ação do dia a dia. Como os filósofos cínicos afirmavam que o sentido da vida não estava na posse de bens materiais, Diógenes preferia viver na mais absoluta pobreza.

Uma das anedotas reproduzidas sobre ele conta que, estando um dia numa fonte bebendo água com sua cuia, viu uma criança que bebia diretamente com as mãos; deu então sua cuia para o primeiro que passou, pois descobriu que lhe era um bem desnecessário. Outra anedota relata seu encontro com Alexandre Magno. Diógenes estava recostado, e o grande conquistador colocou-se diante dele, fazendo-lhe sombra, e disse: "O que posso fazer por você?", ao que o cínico teria respondido: "Não tire de mim o que não pode me dar! Deixe-me ao sol".

IRONIA

Recurso por meio do qual se transmite uma ideia contrária àquilo que se quer dizer, resultando em algo engraçado ou sarcástico.
Para Sócrates, a ironia tinha um sentido um pouco diferente. Ele fazia dela seu método de diálogo com as pessoas. Sócrates dizia não conhecer certo assunto e inquiria seu interlocutor sobre ele. Em seguida, desmontava todo o discurso do interlocutor, mostrando que este estava enganado.

A filosofia cínica

A filosofia cínica apresenta-se como uma intervenção direta contra os costumes instituídos. Com um modo de vida simples, os cínicos exercitavam aquilo que muitos filósofos expunham na teoria. Suas ações pretendiam "jogar na cara" dos habitantes da cidade as hipocrisias de suas vidas, confrontando os valores da aristocracia. Como desprezavam tudo o que fosse inútil para a vida cotidiana, também rejeitavam a filosofia abstrata e metafísica, como a platônica. Essa rejeição foi marcada pelas zombarias com que se dirigiam à teoria de Platão.

Conta-se que Diógenes teria ouvido Platão dizer em sua escola que o ser humano é "como um bípede sem penas". No dia seguinte, estando Platão reunido com seus discípulos, Diógenes jogou-lhe um galo depenado, dizendo: "Aí está seu ser humano!".

A filosofia de Diógenes era, portanto, voltada para os atos. Ao contrário de uma postura filosófica que buscasse na contemplação das ideias o alcance de uma vida feliz, como acreditava Platão, a filosofia cínica visava a uma vida melhor na ação derivada da prática social.

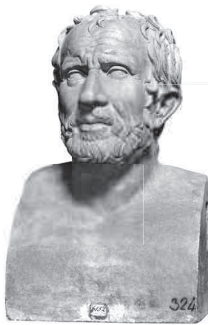
Ao confrontarem o jeito de ser das pessoas, esses filósofos foram malvistos, considerados um incômodo. Por isso –, e também por não se preocupar com a sistematização do pensamento –, o cinismo ganhou uma conotação pejorativa e ficou conhecido na História como uma filosofia marginal. Mas o efeito do humor pode ser considerado desestabilizador, porque nos provoca o pensamento. Quando somos acometidos por esse efeito em um ato ou uma fala, nós, que vivemos "no automático", distraídos, convictos a respeito de nossas opiniões, sem pensar de fato nas coisas que acontecem no dia a dia, de repente somos tirados do lugar-comum. Essa postura de confronto pode nos alegrar ou nos agredir, mas, de qualquer maneira, nos faz pensar. Tal é o modo de funcionamento dessa espécie de retórica da filosofia cínica.

É inegável a contribuição desse pensamento para a ética. Levando às últimas consequências a ideia de uma vida orientada pela virtude, os cínicos produziram uma "ética encarnada". Suas próprias vidas eram um tratado de ética. Eles não diziam a ninguém como viver, mas viviam da maneira que achavam melhor, esperando que isso servisse como exemplo ou como um modo de fazer as pessoas pensarem em suas próprias vidas.

> "*Diógenes ouvia um dia na ágora [praça pública] um astrólogo que, mostrando tabuletas nas quais estavam desenhadas estrelas, explicava que se tratava dos astros errantes [planetas]. "Não diga asneiras, meu amigo – disse-lhe Diógenes –, não são os astros que erram, mas estes aqui", e indicou com o dedo aqueles que assistiam.*
>
> ESTOBEU apud PAQUET, Léonce. *Les cyniques grecs*: fragments et témoignages. Paris: Le Livre de Poche, 1992. p. 112. Texto traduzido.

Charge de Chappatte. Seriam os quadrinhos uma forma de cinismo contemporâneo?

© Chappatte/Globe Cartoon

Zenão de Cício
(c. 334 a.C.-262 a.C.)

Arquivo Fratelli Alinari/ The Bridgeman Art Library/Keystone/ Museu Arqueológico Nacional, Nápoles, Itália.

Zenão de Cício, em busto grego esculpido em pedra.

Filósofo grego nascido na ilha de Chipre, transferiu-se para Atenas e interessou-se pelas ideias de Sócrates. Estudou os filósofos da natureza, sendo bastante influenciado por Heráclito. Frequentou a Academia de Platão e teria conhecido filósofos cínicos. Fundou sua escola no Pórtico Pintado (*Stoá Poikilé*). Consta que escreveu diversas obras sobre ética, lógica e física, entre outros assuntos, além de uma obra sobre política, na qual contrapõe o modelo de uma comunidade estoica à *República* de Platão. Dessas obras, porém, restaram apenas alguns fragmentos, citados em textos de autores posteriores.

Marco Aurélio Antonino César Augusto (121-180)

Corbis/LatinstockCorbis/Latinstock

Marco Aurélio, em escultura da praça do Capitólio, em Roma (Itália).

Adotado por seu tio, o imperador romano Aurélio Antonino, foi indicado para ser seu sucessor. Assumiu o trono em 161 e governou Roma até a morte. Dedicou-se à filosofia como forma de ser um bom governante e evitar a tirania. Escreveu uma obra, as *Meditações* (século II), na qual registrou suas reflexões.

O estoicismo e a busca da ataraxia

O **estoicismo** foi uma escola filosófica fundada por **Zenão de Cício** em Atenas. Influenciado pelo cinismo, mas sem compartilhar totalmente de sua crítica radical ao modo de vida predominante, Zenão ensinava em um local público – por não ser cidadão ateniense, ele não tinha o direito de comprar terras ou edifícios. Lecionava sob um pórtico, do qual se avistava a ágora. Daí deriva o nome estoicismo – em grego, pórtico é *stoá*, de modo que os estoicos são "aqueles que se reúnem no pórtico".

O estoicismo persistiu por mais de cinco séculos: do século IV a.C., quando foi criado, até o século II d.C. Ao longo desse tempo essa escola filosófica passou por várias **fases**, mas, de modo geral, organizou-se em torno de uma física (o estudo da natureza), de uma lógica (o estudo da razão e do discurso) e de uma ética (aquilo que diz respeito à vida humana).

FASES DO ESTOICISMO

Ao longo de mais de cinco séculos, destacaram-se vários filósofos estoicos. Os historiadores da filosofia costumam agrupá-los em três períodos:

Estoicismo antigo: começa com sua criação por Zenão, entre os séculos IV a.C. e III a.C. Outros filósofos de destaque no período foram Cleanto de Assos (c. 331 a.C.-230 a.C.) e Crisipo de Soles (c. 280 a.C.-210 a.C.).

Estoicismo médio: século II a.C., período marcado pelo encontro com a cultura romana, que introduziu algumas modificações importantes no pensamento estoico. Os principais pensadores do período foram Panécio de Rodes (c. 185 a.C.-110 a.C.) e Posidônio de Apameia (c. 140 a.C.-51 a.C.).

Estoicismo eclético ou imperial: séculos I d.C. e II d.C., quando o estoicismo foi uma espécie de "filosofia oficial" do Império Romano. Três pensadores se destacaram: **Marco Aurélio**, **Sêneca** e **Epiteto**.

Na física estoica, é fundamental o conceito de **acontecimento**. Para os estoicos, quando dois corpos físicos se encontram, produz-se um acontecimento, que não é algo corpóreo. Por exemplo: quando comemos uma maçã, produz-se o acontecimento comer, que é o encontro de nosso corpo com o corpo da maçã. Comer é um **ato**, não um corpo. Outro exemplo: quando um carro bate em um poste, o acontecimento é o ato de bater, resultado do encontro do corpo físico carro com o corpo físico poste.

Essa noção de acontecimento é fundamental para a ética dos estoicos, pois seu princípio básico afirma que não devemos nos preocupar com aquilo que não está sob nosso **controle**. O acontecimento, aquilo que nos acontece, é justamente o que não podemos controlar. Nosso corpo se encontra com outros corpos e esses encontros produzem acontecimentos. Não escolhemos aquilo que nos ocorre.

> *Não exijas* [que] *aconteça como tu desejas* [que] *aconteça. Antes queiras* [que] *aconteçam as coisas como acontecem – e quão feliz, então, não serás tu!*

EPITETO. *Manual*. Lisboa: Vega, 1992. p. 29.

Segundo os estoicos, o objetivo da vida é atingir a **ataraxia**, termo grego que denomina um estado de não perturbação da alma, ou a “paz de espírito”, situação na qual reside o verdadeiro prazer e a suprema felicidade. Para se chegar a esse estado de imperturbabilidade e tranquilidade é preciso exercitar o corpo e a mente, praticando os princípios e exercícios espirituais que constituem a ética estoica. Desse modo, a pessoa estaria preparada para a vida e para o que foge de seu controle.

EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS

Segundo Pierre Hadot (1922-2010), filósofo e historiador da filosofia, o pensamento antigo foi marcado pela prática de exercícios espirituais. Embora tenham sido mais evidentes nas filosofias que se dedicaram intensamente à prática de vida, como o cinismo, o epicurismo e o estoicismo, os exercícios também eram encontrados em outras escolas filosóficas. A escrita e a meditação são dois exemplos de exercício espiritual.

Os **exercícios de escrita** incluem: escrever sobre si mesmo, como forma de se conhecer melhor; escrever um diário, narrando os acontecimentos de cada dia, para analisar os fatos e suas decisões; escrever cartas para parentes e amigos, narrando sua vida e falando de si mesmo.

As **meditações** sobre temas da vida são um modo de preparar-se para o que acontece. Meditar sobre a morte, por exemplo, pode ser uma forma de não temê-la. Um exercício recomendado pelos estoicos era, pela manhã, ao acordar, pensar em tudo de ruim que poderia acontecer naquele dia. Caso uma dessas coisas acontecesse, a pessoa não seria pega de surpresa; caso nada daquilo acontecesse, poderia, na meditação de balanço ao final do dia, concluir que tinha sido uma boa jornada.

Epiteto acreditava que há coisas que dependem de nós, das quais somos agentes (o impulso, o desejo, as opiniões), e coisas que não dependem de nós, das quais não somos agentes (o corpo, a reputação, a riqueza). Coloca-se aí a oposição entre liberdade e servidão: não podemos dizer que não somos livres porque não controlamos as coisas que não dependem de nós. Ao contrário, a **liberdade** consiste em podermos controlar aquilo que depende de nós: o pensamento e a vontade. Se ficamos presos às coisas materiais, que não dependem de nós, não somos livres.

A liberdade é condição para termos a alma tranquila e sermos felizes, pois, quando ficamos presos aos bens materiais, o desejo de ter sempre mais nos perturba e impede a felicidade.

A ética estoica consistia, portanto, em aprender a querer o acontecimento, a desejar para si aquilo que não estivesse sob nosso controle, de forma a saber usá-lo em proveito próprio. Se fico me lamentando por aquilo que me acontece e que não controlo, não posso ser feliz. Mas, ao contrário, se acolho o que acontece e vivo de acordo com isso, no fluxo dos acontecimentos, então estou no controle da vida e tenho a alma tranquila e feliz.

> “
> *Deves conformar-te com o que te acontece, por duas razões: primeira, porque foi feito para ti, prescrito para ti e se relacionava contigo desde o alto, na urdidura das causas mais veneráveis; segunda, porque o que acontece a cada um em particular assegura a quem rege o conjunto o bom andamento, a perfeição e, por Zeus!, a própria coexistência.*
>
> MARCO AURÉLIO. *Meditações*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 279. (Os pensadores).

Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C.-65 d.C.)

The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu Arqueológico Nacional, Nápoles, Itália.

Sêneca, em busto de bronze do século I d.C.

Nasceu na província romana de Córdoba, na atual Espanha, e recebeu uma educação aristocrática. Foi membro do Senado e, mais tarde, conselheiro do imperador Nero. No ano 65, acusado de participar de um complô para matar Nero, foi condenado pelo imperador a suicidar-se. De sua vasta obra destacam-se: *Sobre a ira*, *Sobre a brevidade da vida* e *Sobre a tranquilidade da alma*.

Epiteto (55-135)

Reprodução/Biblioteca Pública de Boston, EUA.

Epiteto, em gravura que ilustra a tradução de sua obra para o latim por Edward Ivie, de 1751.

Nasceu em Hierápolis, na Ásia Menor (atual Turquia). Comprado como escravo por Epafródito, secretário de Nero, foi levado a Roma. Não se conhece seu nome verdadeiro – a palavra **epiteto** vem do grego *epiktetos*, que significa “comprado”, “adquirido”. Aprendeu os princípios do estoicismo com Musônio Rufo. Mais tarde foi liberto e abriu sua própria escola, mas precisou deixar Roma no ano 89, quando o imperador baniu os filósofos da cidade. Fixou-se em Nicópolis, onde ensinou filosofia até sua morte. Escreveu oito livros de *Conversações*, dos quais nos chegaram quatro, além de um *Manual*, compilação de textos que resumem sua filosofia, todos do início do século II.

Talvez seja mais fácil entender esse princípio ético com um exemplo. Um surfista não controla as ondas. Se não houver onda, não haverá surfe. Não basta o surfista querer que as ondas venham porque elas não dependem da sua vontade. Mas ele fica lá, sobre a prancha, esperando. Quando ele sente que vem uma boa onda, ele se coloca em pé e surfa, faz com que aquela onda seja sua e com ela produz seus movimentos. Ele transforma o acontecimento que está fora de seu controle (esse encontro com a onda), fazendo aquilo que lhe é possível e tentando controlar apenas o que está ao seu alcance.

É isso o que nos ensina a ética estoica: ficar à espreita e transformar aquilo que acontece em nossas vidas em uma produção própria. Mas, assim como ninguém é capaz de surfar uma onda sem muita prática e aprendizado, ninguém é capaz de viver sem orientação e treinamento.

Muito da ética estoica foi assimilado pela filosofia e pela religião cristã. A moral do cristianismo, baseada na resignação, é, em grande medida, uma reinterpretação do estoicismo. Porém, é importante destacar que no estoicismo não há resignação. Quando a ética estoica recomenda conformar-se ao acontecimento, não significa que não podemos fazer nada. Ao contrário, é essa conformação, esse saber moldar-se ao acontecimento que nos permite ser atores e sujeitos de nossas próprias vidas.

Surfista profissional em praia do Havaí, em 2011. Imagine quanto tempo de treino e prática é necessário para surfar uma grande onda com segurança.

Mana Photo/Shutterstock/Glow Images

> *Não te perturbes se um corvo lançar um grito de mau augúrio. Pondera, distingue entre as tuas ideias, e diz para ti mesmo: "Este grito nada pressagia para mim. Sim para meu pobre corpo, para os meus pequenos haveres, para a minha vã glória, para os meus filhos, para minha mulher. Quanto a mim, todo o augúrio é bom, se tal for o meu desejo. Porque [...] só de mim depende que do acontecimento eu devidamente me aproveite".*

EPITETO. *Manual*. Lisboa: Vega, 1992. p. 49.

Uma filosofia do prazer

Na passagem do século IV a.C. para o século III a.C. formou-se na Grécia uma escola filosófica que conquistou grande número de adeptos: o hedonismo de **Epicuro**, ou epicurismo. Em termos de ética, os epicuristas defendiam que o supremo bem a ser buscado na vida é o prazer (em grego, *hedon*).

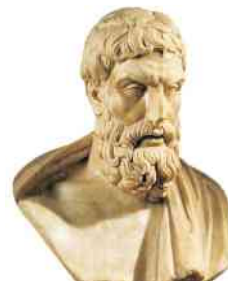
A escola de Epicuro foi fundada na mesma época em que Zenão de Cício criou a escola estoica, mas elas se apresentavam como iniciativas praticamente opostas. Embora ambas tivessem por objetivo a imperturbabilidade da alma (a ataraxia), recomendavam meios diferentes para alcançá-la. O estoicismo defendia o exercício da virtude e a recusa do prazer, enquanto o epicurismo afirmava que só o prazer poderia levar à paz de espírito, razão pela qual esta seria o bem supremo a ser almejado.

É importante observar, contudo, que ao falar em prazer Epicuro não se referia ao **prazer sensorial**, mas ao **prazer racional**. Tratava-se do prazer do sábio o exercício da quietude da mente e da paz de espírito, o controle sobre as emoções e o domínio de si mesmo. Esse é o verdadeiro prazer, fonte da saúde e da felicidade. Entre os prazeres intelectuais, Epicuro incluía a amizade. Assim, sua escola, O Jardim, era uma comunidade na qual os discípulos compartilhavam a vida com o mestre, vivendo longe das agitações da cidade.

> *Chamamos ao prazer princípio e fim da vida feliz. Com efeito, sabemos que é o primeiro bem, o bem inato, e que dele derivamos toda a escolha ou recusa e chegamos a ele valorizando todo bem com critério do efeito que nos produz.*
>
> EPICURO. *Antologia de textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 17. (Os pensadores).

Epicuro foi adepto do **atomismo** de Leucipo (c. 490 a.C.-460 a.C.) e Demócrito (c. 460 a.C.-390 a.C.) e o desenvolveu ainda mais. Ele afirmava que tanto nosso corpo como nossa alma são compostos de átomos. Os átomos do corpo são mais pesados que os da alma. Mas tanto corpo como alma são materiais, formados por átomos indestrutíveis. A morte nada mais é que a desagregação dos átomos que nos compõem, os do corpo e os da alma, de modo que também a alma é mortal. Mas, como os átomos são indestrutíveis, eles tornarão a se juntar a outros, compondo novos corpos. Dessa noção física, ele enunciou um princípio ético: não há que temer a morte, pois com a morte nada sentimos e depois dela não mais existimos. Trata-se, então, de viver plenamente a vida.

> *Habitua-te a pensar que a morte nada é para nós, visto que todo o mal e todo o bem se encontram na sensibilidade: e a morte é privação da sensibilidade.*
>
> EPICURO. *Antologia de textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 13. (Os pensadores.)

Epicuro de Samos
(c. 341 a.C.-271 a.C.)

G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/ The Bridgeman Art Library/Keystone/ Museu Capitolino, Roma, Itália.

Epicuro de Samos, em busto esculpido em mármore.

Embora nascido na ilha de Samos, na Ásia Menor, Epicuro era filho de atenienses emigrados e, portanto, cidadão de Atenas. Passou a juventude em Atenas, estudando na Academia e no Liceu. Retornou à terra natal, onde fundou sua primeira escola filosófica. Aos 35 anos de idade fixou-se em Atenas e adquiriu uma casa onde montou sua escola, que ficaria conhecida como O Jardim.
Há informações de que escreveu em torno de trezentas obras, das quais restaram apenas três cartas e alguns fragmentos de textos.

A filosofia de Epicuro encontrou muitos seguidores em sua época. Suas ideias chegaram ao mundo contemporâneo pela intervenção de dois discípulos. No século II, cerca de quinhentos anos depois da morte de Epicuro, um certo Diógenes mandou gravar nos muros de um dos pórticos da cidade de Enoanda, na Capadócia (atual Turquia), o "remédio da humanidade", segundo o filósofo epicurista. Esse muro foi encontrado em escavações arqueológicas do final do século XIX e nele podem ser lidos os quatro princípios epicuristas conhecidos como *tetraphármakon*, isto é, o "quádruplo remédio":

- Não há o que temer quanto aos deuses.
- Não há nada a temer quanto à morte.
- Pode-se alcançar a felicidade.
- Pode-se suportar a dor.

Harold Roig i Gorina/http://www.english.enoanda.cat/

Muro da cidade grega de Enoanda (localizada na atual Turquia), com inscrições, datadas do século II, que representam os quatro princípios epicuristas conhecidos como tetraphármakon, *ou o quádruplo remédio. Foto de 2008.*

Eduardo Zappia/Pulsar Imagens

Ao lado, grafite em muro da Lagoa da Conceição, em Florianópolis (SC), em 2010. A palavra grafite tem origem no italiano graffiti *(de* graffiare*, que significa 'arranhar'), uma referência às inscrições que os seres humanos fazem em pedras e paredes desde a Pré-História.*

Encontramos também no poema "*De rerum natura*" ("Sobre a natureza das coisas"), de Tito Lucrécio Caro (c. 99 a.C.-55 a.C), uma sistemática exposição da filosofia epicurista. Esse poema foi muito conhecido no mundo romano e, redescoberto durante o Renascimento, influenciou filósofos como Michel de Montaigne (1533-1592) e todo o pensamento moderno.

Em suma, o epicurismo constituiu uma ética **hedonista**, colocando o "verdadeiro prazer", o prazer do repouso do espírito, como o bem a ser almejado. Não se trata de uma busca desenfreada por bens materiais, mas do exercício paciente do pensamento como forma de produzir a tranquilidade da alma. A felicidade consiste, para Epicuro, em não sofrer no corpo, evitando as dores que podem ser evitadas, e não ter a alma perturbada.

> *Epicuro. Sim, orgulho-me de sentir o caráter de Epicuro diferentemente de qualquer outro, talvez, e de fruir a felicidade vesperal da Antiguidade em tudo o que dele ouço e leio: vejo o seu olhar que se estende por um mar imenso e esbranquiçado, para além das falésias sobre as quais repousa o sol, enquanto pequenos e grandes animais brincam à sua luz, seguros e tranquilos como essa luz e aquele mesmo olhar. Apenas um ser continuamente sofredor pôde inventar uma tal felicidade, a felicidade de um olhar ante o qual o mar da existência sossegou, e que agora não se farta de lhe contemplar a superfície, essa delicada, matizada, fremente pele de mar: nunca houve uma tal modéstia de volúpia.*

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 87.

Foucault e uma estética da existência

No século XX, o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) procurou retomar a ética como construção da vida de cada um. A filosofia como forma de vida nada mais seria que uma forma de cuidar de si. Foucault, em meados da década de 1970, empreendeu pesquisas para a produção de uma "história da sexualidade" que o auxiliasse a compreender esse fenômeno no Ocidente. Nelas, deparou-se com questões morais relativas à vivência da sexualidade e dedicou-se a estudar textos e documentos antigos para pesquisar como os gregos e os romanos tratavam a questão.

Nessas pesquisas, Foucault encontrou dois conceitos importantes: o de "cuidado de si" e o de "falar a verdade", "falar francamente" (*parresia*, em grego), que ele via como centrais para a ética antiga. Ele não chegou a escrever um livro sobre ética, mas em seus escritos finais deixou pistas interessantes.

> *Em uma entrevista dada em 1982 [...], Foucault afirmou: "Os problemas que estudei são os três problemas tradicionais. 1) Que relações mantemos com a verdade através do saber científico, quais são nossas relações com esses 'jogos de verdade' tão importantes na civilização, e nos quais somos simultaneamente sujeitos e objetos? 2) Que relações mantemos com os outros, através dessas estranhas estratégias e relações de poder? Por fim, 3) quais são as relações entre verdade, poder e si mesmo?"*

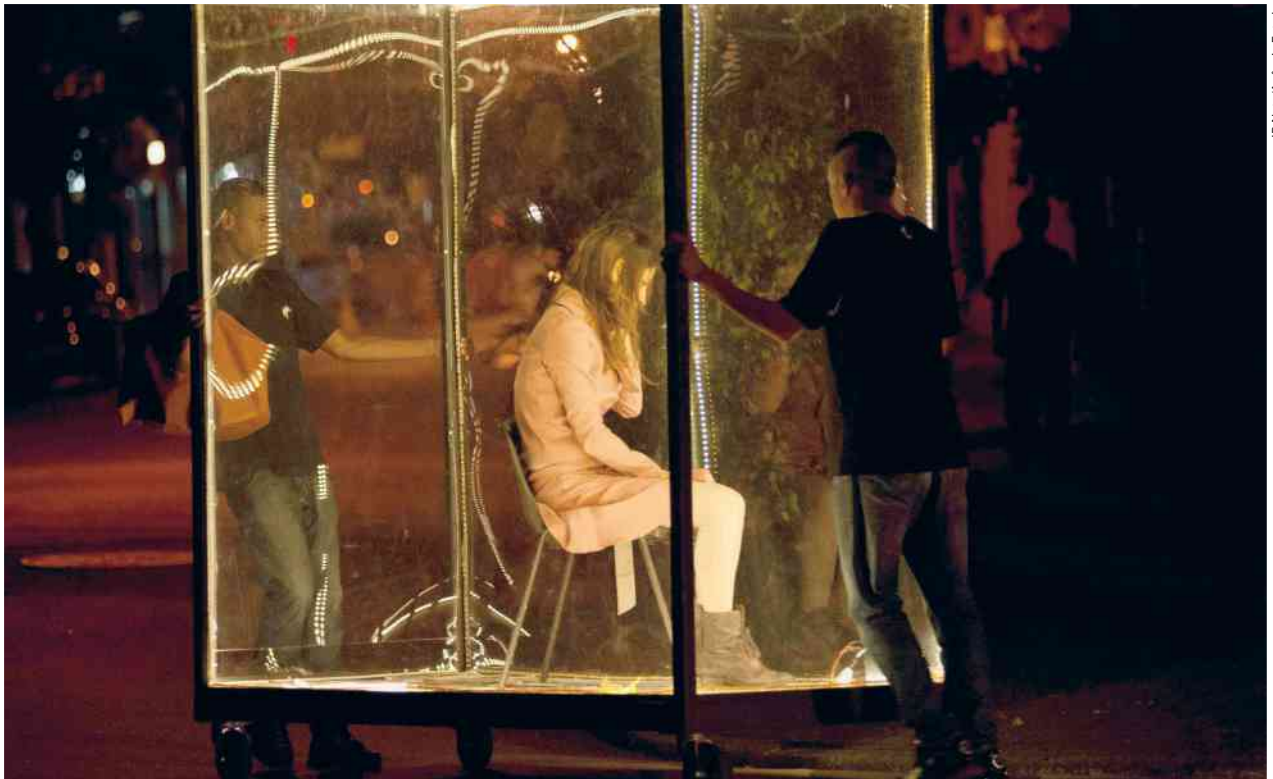
FOUCAULT, Michel. Verdade, poder e si mesmo. In: *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5. p. 300.

UM HEDONISMO CONTEMPORÂNEO

O filósofo francês Michel Onfray (1959-) defende o que ele denomina "materialismo hedonista", uma linha de pensamento centrada no resgate do corpo, esquecido e espezinhado pela filosofia durante a Idade Média e a Idade Moderna. Inspirado em Nietzsche e em Epicuro, procura formular o que ele chama de uma "moral jovial e trágica", na qual o prazer desempenha um papel central. Autor de dezenas de livros, tratou do hedonismo principalmente nas seguintes obras: *A escultura de si* (1993), *A arte de ter prazer* (1997) e *A potência de existir:* manifesto hedonista (2006).

Marc Gantier/Gamma-Rapho/Getty Images

Michel Onfray, em foto de 2004.

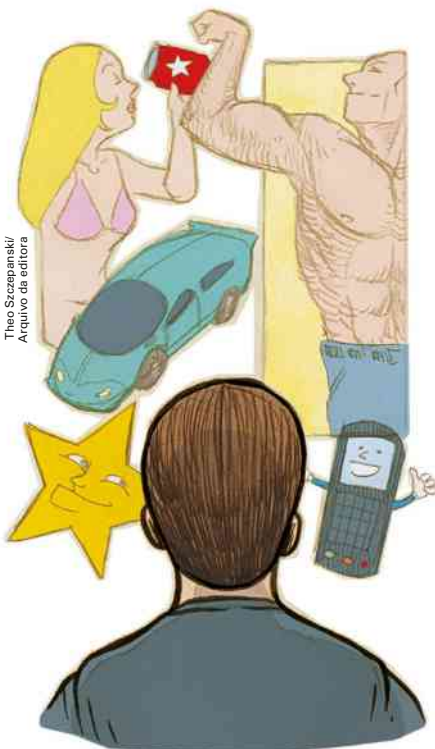
JB Neto/Agência Estado

Cena de Bom Retiro 958 metros*, do grupo Teatro da Vertigem, apresentada em 2012 nas ruas do Bom Retiro, bairro de São Paulo (SP) que concentra oficinas de confecção e lojas. Foucault aponta a dificuldade de construir uma "ética do eu" em tempos de consumismo exacerbado.*

O estudo das relações entre verdade, poder e si mesmo corresponde justamente à abordagem do campo da ética realizada por Foucault.

Ele chamou a atenção para a dificuldade de construir uma "ética do eu" em nossos dias, marcados pelo consumismo exacerbado, pelo culto ao corpo nas academias e pela exaltação das imagens por meio da propaganda. Essas preocupações limitadas a prazeres materiais e imediatos evocam um hedonismo muito diferente daquele de Epicuro. Ao mesmo tempo, Foucault afirmava que a tarefa de construir essa ética seria urgente, pois seria a única possibilidade de se construir a autonomia nos dias de hoje, resistindo aos poderes políticos.

A ética necessária na contemporaneidade, segundo Foucault, tem como tarefa a relação de cada um consigo mesmo, tornando-se sujeito de sua própria vida. Em outras palavras: não viver submetido às regras morais que são impostas de fora, mas assumir-se sujeito de suas próprias escolhas, criar e construir sua vida. Construir a si mesmo como autor de suas próprias ações, da mesma forma que um artista é sujeito criador de sua obra.

Theo Szczepanski/ Arquivo da editora

Partindo de uma provocação lançada por Nietzsche, "seja o mestre e o escultor de si mesmo", Foucault nos propôs pensar uma ética que seja uma "estética da existência". Segundo o filósofo francês, é conhecendo a si mesmo e cuidando de si mesmo que cada um pode construir sua vida na relação com os outros. Uma ética do cuidado de si não implica, portanto, isolamento ou egoísmo. Ao contrário, é apenas quando cada um cuida de si que pode também preocupar-se com o outro, estar em relação com ele, aprender com ele e também lhe ensinar, implicando o crescimento de ambos. O exercício do cuidado de si é uma forma de

exercer autocontrole; e é esse poder sobre si que permite a alguém regular o poder que exerce sobre os outros e construir práticas de liberdade.

Para Foucault, o sujeito não é algo dado, mas algo construído. Cada ser humano é uma construção que se faz ao longo da vida. Por isso, não tem sentido afirmar que a liberdade é uma característica desse sujeito. Nós não somos simplesmente livres ou não livres. Vivemos em meio a outros seres humanos e, como você verá na próxima Unidade, as relações entre os sujeitos são relações de poder. Não somos livres permanentemente, mas em nossas relações com os outros podemos construir práticas de liberdade, formas de relação nas quais possamos ser nós mesmos, enquanto cada um dos outros é também ele mesmo. Segundo Foucault, esse é o objetivo de uma ética contemporânea.

Travis Wilkerson/Acervo do fotógrafo

Mike Prysner, soldado norte-americano e veterano da Guerra do Iraque, participando de marcha antiguerra em Washington D.C., Estados Unidos, em setembro de 2007. Mike se tornou mundialmente conhecido por denunciar os abusos e as atrocidades cometidos pelo exército norte-americano aos civis iraquianos.

Trabalhando com textos

Os dois textos a seguir foram escritos por filósofos da Antiguidade. O primeiro é uma carta do filósofo grego Epicuro, que traz no título o tema abordado: "Carta sobre a felicidade". O segundo, do pensador romano Sêneca, corresponde a trechos de um tratado denominado "Sobre a brevidade da vida".

Texto 1

Você vai ler trechos de uma carta escrita por Epicuro para um discípulo, Meneceu. Nela, Epicuro expõe os princípios gerais de sua filosofia, segundo a qual a verdadeira felicidade reside no prazer do sábio.

Carta sobre a felicidade

[...] *Pratica e cultiva então aqueles ensinamentos que sempre te transmiti, na certeza de que eles constituem os elementos fundamentais para uma vida feliz.*

[...] *Acostuma-te à ideia de que a morte para nós não é nada, visto que todo bem e todo mal residem nas sensações. A consciência clara de que a morte não significa nada para nós proporciona a fruição da vida efêmera, sem querer acrescentar-lhe tempo infinito e eliminando o desejo de imortalidade.*

Não existe nada de terrível na vida para quem está perfeitamente convencido de que não há nada de terrível em deixar de viver. É tolo portanto quem diz ter medo da morte, não porque a chegada desta lhe trará sofrimento, mas porque o aflige a própria espera: aquilo que não nos perturba quando presente não deveria afligir-nos enquanto está sendo esperado.

Então, o mais terrível de todos os males, a morte, não significa nada para nós, justamente porque, quando estamos vivos, é a morte que não está presente; ao contrário, quando a morte está presente, nós é que não estamos. A morte, portanto, não é nada, nem para os vivos, nem para os mortos, já que para aqueles ela não existe, ao passo que estes não estão mais aqui. E, no entanto, a maioria das pessoas ora foge da morte como se fosse o maior dos males, ora a deseja como descanso dos males da vida.

O sábio, porém, nem desdenha viver, nem teme deixar de viver; para ele, viver não é um fardo e não viver não é um mal.

Assim como opta pela comida mais saborosa e não pela mais abundante, do mesmo modo ele colhe os doces frutos de um tempo bem vivido, ainda que breve.

[...] *afirmamos que o prazer é o início e o fim de uma vida feliz. Com efeito, nós o identificamos como o bem primeiro e inerente ao ser humano, em razão dele praticamos toda escolha e toda recusa, e a ele chegamos escolhendo todo bem de acordo com a distinção entre prazer e dor.*

Embora o prazer seja nosso bem primeiro e inato, nem por isso escolhemos qualquer prazer: há ocasiões em que evitamos muitos prazeres, quando deles nos advêm efeitos o mais das vezes desagradáveis; ao passo que consideramos

muitos sofrimentos preferíveis aos prazeres, se um prazer maior advier depois de suportarmos essas dores por muito tempo. Portanto, todo prazer constitui um bem por sua própria natureza; não obstante isso, nem todos são escolhidos; do mesmo modo, toda dor é um mal, mas nem todas devem ser sempre evitadas. Convém, portanto, avaliar todos os prazeres e sofrimentos de acordo com o critério dos benefícios e dos danos. Há ocasiões em que utilizamos um bem como se fosse um mal e, ao contrário, um mal como se fosse um bem.

Consideramos ainda a autossuficiência um grande bem; não que devamos nos satisfazer com pouco, mas para nos contentarmos com esse pouco caso não tenhamos o muito, honestamente convencidos de que desfrutam melhor a abundância os que menos dependem dela; tudo o que é natural é fácil de conseguir; difícil é tudo o que é inútil.

Os alimentos mais simples proporcionam o mesmo prazer que as iguarias mais requintadas, desde que se remova a dor provocada pela falta: pão e água produzem prazer mais profundo quando ingeridos por quem deles necessita.

Habituar-se às coisas simples, a um modo de vida não luxuoso, portanto, não só é conveniente para a saúde, como ainda proporciona ao homem os meios para enfrentar corajosamente as adversidades da vida: nos períodos em que conseguimos levar uma existência rica, predispõe o nosso ânimo para melhor aproveitá-la, e nos prepara para enfrentar sem temor as vicissitudes da sorte.

Quando então dizemos que o fim último é o prazer, não nos referimos aos prazeres dos intemperantes ou aos que consistem no gozo dos sentidos, como acreditam certas pessoas que ignoram o nosso pensamento, ou não concordam com ele, ou o interpretam erroneamente, mas o prazer que é ausência de sofrimentos físicos e de perturbações da alma. Não são, pois, bebidas nem banquetes contínuos, nem a posse de mulheres e rapazes, nem o sabor dos peixes ou de outras iguarias de uma mesa farta que tornam doce uma vida, mas um exame cuidadoso que investigue as causas de toda escolha e de toda rejeição e que remova as opiniões falsas em virtude das quais uma imensa perturbação toma conta dos espíritos. De todas essas coisas, a prudência é o princípio e o supremo bem, a razão pela qual ela é mais preciosa do que a própria filosofia; é dela que originam todas as demais virtudes; é ela que nos ensina que não existe vida feliz sem prudência, beleza e justiça, e que não existe prudência, beleza e justiça sem felicidade. Porque as virtudes estão intimamente ligadas à felicidade, e a felicidade é inseparável delas.

[...]

Entendendo que a sorte não é uma divindade, como a maioria das pessoas acredita (pois um deus não faz nada ao acaso), nem algo incerto, o sábio não crê que ela proporcione aos homens nenhum bem ou nenhum mal que sejam fundamentais para uma vida feliz, mas, sim que dela pode surgir o início de grandes bens e grandes males. A seu ver, é preferível ser desafortunado e sábio a ser afortunado e tolo; na prática, é melhor que um bom projeto não chegue a bom termo do que chegue a ter êxito um projeto mau.

Medita, pois, todas essas coisas e muitas outras a elas congêneres, dia e noite, contigo mesmo e com teus semelhantes, e nunca mais te sentirás perturbado, quer acordado, quer dormindo, mas viverás como um deus entre os homens. Porque não se assemelha absolutamente a um mortal o homem que vive entre bens imortais.

EPICURO. *Carta sobre a felicidade* (A Meneceu). São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 19-51.

Intemperante: aquele que não tem medida das coisas, a quem não importam os limites.
Vicissitude: variação; aquilo que muda, que se alterna ao acaso, podendo ser um infortúnio.

Questões sobre o texto

1. Por que, segundo o texto, não precisamos temer a morte? Você concorda com essa afirmação? Explique.
2. Como Epicuro define o prazer?
3. Qual é o papel da prudência na busca da felicidade?

Texto 2

Leia a seguir dois trechos de um tratado de Sêneca. O primeiro faz a crítica daqueles que são impacientes e não conseguem viver os momentos, esperando sempre alguma realização futura. O segundo convida à busca da tranquilidade da alma.

Sobre a brevidade da vida

XVI

1. Muito breve e agitada é a vida daqueles que esquecem o passado, negligenciam o presente e temem o futuro. Quando chegam ao fim, os coitados entendem, muito tarde, que estiveram ocupados fazendo nada. 2. E porque invocam a morte, não se pode provar que tenham vivido uma longa existência. Sua imprudência atormenta-os com sentimentos incertos, os quais direcionam para as próprias coisas que temem: desejam a morte porque ela os amedronta. 3. Não é argumento para nos levar a pensar que desfrutam de uma longa vida o fato de, muitas vezes, acharem que os dias são longos, ou reclamarem de que as horas custam a passar até o jantar, pois, se estão sem ocupação, sentem-se abandonados e inquietam-se com o ócio sem saber como dispor do mesmo ou acabar com ele. Assim, desejam uma ocupação qualquer, e o período de tempo entre dois afazeres é cansativo. E, certamente, é isso que acontece quando o dia do combate dos gladiadores é marcado, ou quando se aguarda qualquer outro evento ou espetáculo: desejam pular os dias que ficam no meio. 4. Toda a espera por alguma coisa lhes é penosa, mas aquele momento a que aspiram é breve e passa rápido, tornando-se muito mais breve por sua própria culpa, pois transitam de um prazer a outro sem permanecer em apenas um desejo. Seus dias não são longos, mas insuportáveis. Ao contrário, muito curtas lhes parecem as noites que passam nos braços das prostitutas, ou entregues a bebedeiras! 5. Talvez daí resulte o delírio dos poetas que alimentam os erros dos homens com histórias nas quais se mostra Júpiter, embevecido pelo desejo do

coito, duplicando a duração da noite. De que se trata, senão de exaltar os nossos vícios, já que os encontramos nos deuses e vemos na divindade um exemplo de fraqueza? Podem estes não achar muito curtas as noites pelas quais pagam tão caro? Perdem o dia esperando a noite; a noite, com medo da aurora.

XIX

1. Refugia-te nestas coisas mais tranquilas, mais seguras, mais elevadas! Pensas que é a mesma coisa cuidar para que o transporte do trigo chegue livre da fraude e da negligência dos transportadores, que seja armazenado com cuidado nos armazéns, de modo que não se aqueça ou que não se estrague pela umidade e não fermente e, por último, que a medida e o peso se encontrem de acordo com o combinado; pensas que tais cuidados possam ser comparados com estes santos e sublimes estudos que te revelarão a natureza de Deus, seu prazer, sua condição, sua forma? Irão te indicar o destino reservado à tua alma, onde nos colocará a natureza quando formos libertos dos corpos? O que sustenta os corpos mais pesados no meio deste mundo, o que suspende os mais leves, leva o fogo às regiões mais elevadas; indica aos astros a sua rotação e, assim, muitos outros fenômenos ainda mais maravilhosos? 2. Queres, uma vez abandonada a terra, voltar a mente a essas coisas? Agora que o sangue ainda aquece e que está pleno de vigor, devemos tender às coisas melhores. Encontrarás, neste tipo de vida, o entusiasmo das ciências úteis, o amor e a prática da virtude, o esquecimento das paixões, a arte de viver e de morrer, uma calma inalterável. 3. Certamente, miserável é a condição de todas as pessoas ocupadas, mas ainda mais miserável a daqueles que sobrecarregam a sua vida de cuidados que não são para si, esperando, para dormir, o sono dos outros, para comer, que o outro tenha apetite, que caminham segundo o passo dos outros e que estão sob as ordens deles nas coisas que são as mais espontâneas de todas – amar e odiar. Se desejam saber quão breve é a sua vida, que calculem quão exígua é a parte que lhes toca.

SÊNECA. *Sobre a brevidade da vida*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010. p. 70-71; 80-81.

Questões sobre o texto

1 Por que Sêneca critica os poetas? O que você pensa a respeito dessa crítica?

2 Por que deveríamos nos refugiar nas coisas tranquilas?

3 Em que sentido a condição daqueles que não cuidam de si mesmos é uma condição miserável?

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1 Em que sentido podemos afirmar que os cínicos desenvolveram uma "ética prática"?

2 Analise e comente as diferenças teóricas entre o epicurismo e o estoicismo no que diz respeito à ética.

3 Explique, com suas palavras, a afirmação de Deleuze de que as filosofias helenísticas constituíram uma "arte das superfícies".

4 Explique por que, segundo Foucault, nos dias de hoje é difícil construir uma "ética do eu" (ou ética de si mesmo).

5 Por que, segundo Foucault, o cuidado de si propicia a liberdade?

6 Explique como os "exercícios espirituais" foram usados pela filosofia. Cite exemplos e comente-os.

7 Vamos praticar um "exercício espiritual". Experimente a escrita em forma de diário. Você pode usar um caderno ou fazer um *blog* – nesse caso, decida se será um *blog* público ou com acesso restrito. Preste muita atenção naquilo que você vai escrever e em como vai escrever, pensando nas pessoas que lerão seus textos. Durante um mês, anote todos os dias aquilo que você pensa e sente. Compartilhe seu caderno ou *blog* com outros colegas. Após esse período, releia tudo o que você escreveu e reflita sobre isso. Compartilhe suas conclusões com os colegas de sua sala e conversem sobre a experiência. Será possível conhecer mais sobre você mesmo e sobre eles a partir desse exercício?

Continue a escrever enquanto julgar interessante.

8 Leia o texto e o poema a seguir.

[...] *o ser humano busca a felicidade porque ele é desejo (e desejo consciente) e porque, sempre capaz de reflexões, está sempre em condições de contestar seu presente por seu futuro e de visar nesse futuro a plenitude de seu desejo.*

Mas a vida espontânea do desejo desdobra-se na maioria das vezes como séries de conflitos e frustrações, ou, se quisermos, como sofrimento. Não se vá por isso renunciar ao desejo como nos propõem as religiões ascéticas, mas compreender que esse desejo, sendo também liberdade, deve sair de suas crises de modo excepcional e radical. Só uma transmutação de nosso olhar sobre as coisas nos permite alcançar realmente nosso desejo, isto é, o que há de preferível em nosso desejo: satisfação e justificação, plenitude e sentido.

Em termos simples, digamos que a felicidade é a consumação real e autêntica do desejo; não o acesso imediato e caótico a todos os prazeres despedaçados (com suas contradições e decepções), mas o acesso à satisfação do prazer pensado, querido, partilhado e habitado por um sentido [...].

MISRAHI, Robert. Felicidade. In: *Café Philo*: as grandes indagações da filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 45.

Por quê?
Por que nascemos para amar, se vamos morrer?
Por que morrer, se amamos?
Por que falta sentido
ao sentido de viver, amar, morrer?

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2001. p. 1 242.

- Com base na leitura do texto e do poema, além daquilo que foi estudado no capítulo, escreva uma dissertação sobre o tema: "A felicidade é nosso único objetivo?".

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Veja duas dicas que podem lhe auxiliar tanto na leitura de textos filosóficos como na realização de uma redação filosófica:

- Faça uma leitura cuidadosa do texto e de outras fontes que lhe servirem de base, observando o significado de cada frase com atenção redobrada, consultando as referências que lhe forem desconhecidas e relacionando as partes do texto com seu título e outras referências (obra, contexto histórico, etc.).
- Sempre que deparar com palavras ou conceitos que lhe forem desconhecidos, consulte um dicionário da língua portuguesa e também, se possível, um dicionário filosófico. O primeiro fornecerá o significado da palavra, exemplos de uso e sua etimologia; o segundo trará as acepções que os conceitos ganharam ao longo da história da filosofia por diferentes pensadores.

É LÓGICO!

Como vimos anteriormente, alguns raciocínios que à primeira vista parecem corretos podem conter equívocos lógicos ou argumentos falsos que nos enganam. Tratamos dos principais tipos de falácia: o sofisma, raciocínio elaborado com a intenção de enganar, e o paralogismo, raciocínio que carrega algum erro lógico. Mas são inúmeros os tipos de falácias que a Lógica estuda. Eles são agrupados em duas grandes categorias: as falácias formais e as falácias não formais. Vejamos como cada grupo se caracteriza.

As **falácias formais** são aquelas que, em sua estrutura, vão contra as regras lógicas do raciocínio correto. Embora pareçam corretas, elas não atendem a alguma (ou algumas) daquelas oito regras que foram apresentadas no Capítulo 1 desta Unidade, e, portanto, possuem algum erro na própria forma do silogismo.

As **falácias não formais** são muito frequentes em nosso dia a dia. Nesse caso, o erro não está na forma do raciocínio, mas em algum elemento que é introduzido nele e que não sustenta a conclusão. Os estudiosos da Lógica costumam agrupá-las em dois conjuntos: as falácias de relevância e as falácias de ambiguidade.

As **falácias de relevância** caracterizam-se por terem premissas que não são relevantes para as conclusões delas extraídas. Exemplo:

Todo peixe vive na água.
O golfinho vive na água.
Logo, o golfinho é um peixe.

Note que a premissa geral não se aplica aos golfinhos, portanto, a conclusão de que o golfinho é um peixe é falsa. Em outras palavras, a premissa geral, ainda que seja correta, não pode sustentar a conclusão apresentada, uma vez que os golfinhos, embora vivam na água, não são peixes, e sim mamíferos. Ou seja, não é o fato de viver na água que caracteriza um animal como peixe.

O outro conjunto é o das **falácias de ambiguidade**. Elas são construídas por argumentos em que são usadas palavras ou frases ambíguas, que podem ter diferentes significados, induzindo, assim, a erros lógicos. Vejamos o exemplo que é dado por Irving Copi:

O fim de uma coisa é sua perfeição.
A morte é o fim da vida.
Logo, a morte é a perfeição da vida.

COPI, Irving. *Introdução à Lógica*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, a1978. p. 91.

Qual é o equívoco lógico aqui? A ambiguidade da palavra "fim". Na premissa maior, ela é usada no sentido de finalidade; na premissa menor, ela é usada no sentido de término. O uso diferente da mesma palavra nas duas premissas leva a uma conclusão absurda, mas com aparência de ser correta.

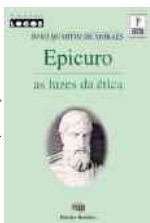
Sugestão de leituras e de filmes

Leituras

Reprodução/Ed. Lamparina

KOHAN, Walter; VIGNA, Elvira. *Pensar com Foucault*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

Trechos curtos de obras de Michel Foucault escolhidos para um primeiro contato direto com o pensamento do filósofo.

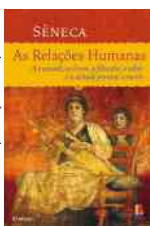
Reprodução/Ed. Moderna

MORAES, João Quantim de. *Epicuro:* as luzes da ética. São Paulo: Moderna, 1998.

Uma interessante introdução ao pensamento de Epicuro, complementada por uma seleção de textos dele e de outros filósofos.

Reprodução/Ed. Penguin & Companhia das Letras

NIETZSCHE, Friedrich. *100 aforismos sobre o amor e a morte*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2012.

Uma seleção de frases e textos curtos de Nietzsche sobre duas temáticas centrais da existência humana.

Reprodução/Landy Editora

SÊNECA. *As relações humanas:* a amizade, os livros, a filosofia, o sábio e a atitude perante a morte. 2. ed. São Paulo: Landy, 2007.

Uma seleção das “cartas a Lucílio”, escritas por Sêneca no ano 62, uma de suas últimas obras. Em linguagem clara, toca em alguns dos temas mais importantes da filosofia estoica.

Reprodução/L&PM Pocket

SÊNECA. *Sobre a brevidade da vida*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010.

Um tratado bastante curto e de fácil leitura. Trata de temas como amizade, livros, morte e maneiras de livrar-se de futilidades que não acrescentam nada à vida.

Filmes

Divulgação/Imagem Filmes

***A vida é bela*. Direção de Roberto Benigni. Itália, 1997. (116 min).**

Uma reflexão singela sobre a possibilidade de sermos sujeitos de nossas vidas e de fazermos dela algo bonito, sejam quais forem as condições em que vivemos.

Ross Emery/Paris Filmes

***O doador de memórias*. Direção de Phillip Noyce. Estados Unidos, 2014. (97 min).**

Um futuro em que não há diferença ou singularidade, todos são iguais e felizes, pois não conhecem o sofrimento. O doador do título é responsável por guardar a memória do sofrimento e guiar os habitantes com sabedoria. Seria possível viver numa comunidade assim?

Divulgação/Imagem Filmes

***O fabuloso destino de Amélie Poulain*. Direção de Jean-Pierre Jeunet. França, 2001. (122 min).**

O que é a felicidade em nossas vidas? Às vezes ela pode estar nas menores coisas, como nos mostra esse filme.

Divulgação/Imagem Filmes

***O tempero da vida*. Direção de Tassos Boulmetis. Grécia/Turquia, 2003. (107 min).**

A história de um menino grego que cresceu em Istambul e aprende com o avô que tudo na vida precisa de tempero. Uma interessante reflexão que mistura culinária, filosofia e romance para falar sobre valores.

Flávio Zangrandi/VideoFilmes

***Paulinho da Viola:* meu tempo é hoje. Direção de Izabel Jaguaribe. Brasil, 2003. (83 min).**

Essa cinebiografia acompanha o cantor e compositor Paulinho da Viola em suas vivências e memórias. O título do documentário faz referência à canção de Wilson Batista “Meu mundo é hoje”, cuja letra é praticamente um manifesto epicurista.

A filosofia na história

Consulte na linha do tempo presente no final deste livro o contexto histórico e cultural dos acontecimentos mencionados aqui, bem como os filósofos que se destacaram no período em questão.

No final do século XIII, desencadeou-se na Europa uma série de guerras religiosas e revoltas camponesas que ameaçavam tanto a segurança e a ordem públicas como as atividades comerciais e manufatureiras, ainda nascentes nas pequenas formações urbanas. Nesse quadro social, em muitas regiões foi preponderante a figura do monarca, que centralizou o poder, oferecendo unificação e estabilidade às regiões em conflito.

Esse processo formou uma sociedade estratificada, que tinha o rei no topo, o clero e a aristocracia logo abaixo e, sob estes, todo o povo. O poder do rei era ilimitado e sua legitimidade se fundava no direito divino dos reis, ou seja, na crença de que o poder real havia sido concedido por Deus. Dessa maneira, qualquer questionamento ou tentativa de destituição do rei poderiam ser considerados uma afronta a Deus.

Entretanto, uma série de mudanças culturais em curso a partir do Renascimento contribuiu para a afirmação do ser humano como a medida das coisas. No século XVIII, essas ideias formaram a base do Iluminismo, que questionava, entre muitas outras coisas, a legitimidade do direito divino dos reis. Além disso, o desenvolvimento da economia capitalista promoveu a ascensão da burguesia, uma camada social cada vez mais rica, mas com pouco poder político. O embate da classe burguesa contra o clero, a aristocracia e o rei culminou na derrubada do regime político absolutista em muitos países. A Revolução Francesa se tornou símbolo tanto da ascensão da burguesia quanto dos ideais iluministas. Contra o rei absoluto, afirmou-se a liberdade dos indivíduos. Pintada algumas décadas depois da Revolução Francesa, a obra *A Liberdade guiando o povo*, que você observou na página 158, representa os ideais de democracia e liberdade.

No entanto, essa recusa do rei como autoridade e a afirmação de que o ser humano é livre impuseram uma série de dificuldades no plano ético. Se o poder do rei era justificado por seu vínculo com Deus, suas decisões realizavam na Terra as vontades divinas. Consequentemente, ao cumprir as ordens do rei, as pessoas estariam agindo de acordo com a divindade e, portanto, o princípio da ação estaria assegurado. Agia-se eticamente ao seguir a lei e cumprir seu papel dentro da ordem imposta pelo rei absolutista. Entretanto, quando se questiona a legitimidade do poder real, surge a questão de quem ou o que tem legitimidade para fundamentar as ações. O fim do absolutismo trouxe, portanto, a questão: agora que se conquistou a liberdade, o que se deve fazer com ela?

The Granger Collection/Other Images

A coroa de Luís XV, rei da França no século XVIII, é hoje peça de museu, mas foi um dos símbolos máximos de que o monarca era representante de Deus na Terra e que seu poder se justificava neste vínculo.

Bob Thomas/Popperfoto/Getty Images

Ilustração de autoria desconhecida, feita no século XIV, em que Wat Tyler (à direita, no cavalo), líder da Revolta dos Camponeses inglesa, reúne-se com o rei Ricardo II (à esquerda), em Mile End, Londres, Inglaterra.

Kant viveu esse período e se viu diante dessa questão. Na nova ordem social que se iniciava, sem a autoridade de um representante de Deus na Terra, qual deveria ser o critério de ação humana? Como vimos, o filósofo alemão não recorre à volta da figura do rei ou à criação de outra instituição social responsável pelo princípio da ação ética. Seguindo e desenvolvendo os ideais iluministas, Kant reafirma a liberdade do ser humano ao defender que o princípio da ação está na razão humana. Pela capacidade de a razão prática legislar sobre a vontade, afirma Kant, o ser humano é livre exatamente por obedecer à própria razão.

1 Qual é a relação entre os governos autoritários, como as monarquias absolutistas, e aquilo que Kant denomina menoridade?

2 Qual é o principal desafio ético que o fim da autoridade divina dos reis impôs aos seres humanos? Justifique sua resposta.

3 Muitos filósofos contemporâneos afirmam que a liberdade e a autonomia conquistadas durante o século XVIII estão ameaçadas ou já não existem mais. Segundo eles, vivemos hoje em uma sociedade de consumo, ou seja, em uma sociedade em que as pessoas pretendem alcançar a felicidade por meio da compra de bens de consumo oferecidos pelo mercado. Em vez de agir de acordo com o dever ditado pela razão prática, o ser humano contemporâneo age sob forte influência da publicidade, que estimula excessivamente as vontades e padroniza as pessoas em tipos de consumidor. Em vez de afirmar sua liberdade seguindo sua própria razão, que pode legislar sobre as vontades, as pessoas seguem tendências de mercado. Os seres humanos se reduzem a consumidores quando definem seu modo de vida com base nos produtos que consomem.

A esse respeito, o pensador inglês Anthony Giddens (1938-) afirma o seguinte:

A modernidade inaugura o projeto do eu, mas sob condições fortemente influenciadas pelos efeitos padronizadores do capitalismo mercantil. [...] Basta dizer que o capitalismo é uma das principais dimensões institucionais da modernidade, e que o processo de acumulação capitalista representa uma das principais forças impulsionadoras por trás das instituições modernas como um todo. O capitalismo mercantiliza em vários sentidos. [...] [A] mercantilização afeta diretamente os processos de consumo, particularmente com o amadurecimento da ordem capitalista. O estabelecimento de padrões regulares de consumo, promovidos pela propaganda e outros métodos, torna-se central para o crescimento econômico. Em todos esses sentidos, a mercantilização influencia o projeto do eu e o estabelecimento de estilos de vida.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 182.

Identifique o papel do capitalismo no processo de derrubada das monarquias absolutistas e na dinâmica da sociedade de consumo.

4 De que maneira a propaganda pode ser considerada uma ameaça à autonomia dos seres humanos? Você já se sentiu coagido pela propaganda?

Tasso Marcelo/Agência Estado

As inúmeras opções de modelos de um mesmo produto escondem a padronização do estilo de vida feita pelo mercado. Na foto de 2012, setor de televisores em loja de eletroeletrônicos no Rio de Janeiro (RJ).

Um diálogo com sociologia e história

Leia a matéria a seguir e responda às questões propostas.

Por onde anda? O herói tratorista que se recusou a demolir casas e emocionou o Brasil

Amilton dos Santos ficou conhecido, em 2003, pela atitude heroica.

Para a maioria dos brasileiros, a manhã de dois de maio de 2003 poderia ser somente uma daquelas datas do calendário renegadas ao esquecimento. Nenhum grande feito histórico, nenhuma decisão de Estado considerável, nenhuma morte de uma personalidade importante. Aquele dia, entretanto, ficaria marcado pela simplicidade e pela força estrondosa dos pequenos gestos e pela rebeldia singela dos heróis anônimos do cotidiano.

Um baiano de 53 anos, pai de família, sem muita formação escolar, de conversa simples e afável nos tratos, enfrentou a ordem dos patrões, desafiou a decisão da justiça e seguiu aquilo que acreditava ser o mais importante entre os seres humanos – a solidariedade. Amilton Santos, no comando de um trator, foi contra tudo e todos e se tornou um herói e exemplo para os brasileiros.

Obrigado a demolir duas casas que abrigavam quinze pessoas no bairro da Palestina, ele desceu do trator, chorou, foi ameaçado e pressionado a cumprir uma determinação judicial. Acuado, tentou mais uma vez, mas não conseguiu passar por cima da própria crença e dos seus sentimentos.

A história do operador de máquinas Amilton, hoje com 61 anos, ganhou repercussão em diversos meios de comunicação e emocionou o Brasil. Despertou a curiosidade, foi tema de entrevistas, de debates sobre as ordens judiciais, inspirou autores de novela e trouxe de volta a sensação de que o mundo ainda tem muito espaço para a honestidade, fraternidade e para a compaixão. "Foi um dia que mudou tudo para mim e eu faria exatamente tudo de novo. Eu tenho casa, tenho família, e com que direito eu poderia chegar e passar o trator por cima da casa dos outros deixando todo mundo sem ter onde dormir? Sem ter um abrigo? Esse tipo de serviço nunca fiz e não me chamem. Primeiro de tudo, o coração e o bem das pessoas", relembrou o tratorista.

Oito anos depois do episódio, Amilton continua trabalhando na mesma empresa, fazendo serviços de terraplanagem. Em uma dessas ironias do destino, a atividade principal dele, desenvolvida durante as 8h diárias de trabalho, é preparar o terreno para a construção das obras de um programa habitacional do governo federal. "A casa da gente é o lugar onde você descansa, se alimenta, vive com sua mulher, com seus filhos, com seus parentes. Ficar sem isso é a mesma coisa que tirarem um pouco de sua vida ou não é?", pergunta.

O herói tratorista, que mora no bairro da Fazenda Grande do Retiro com a mulher e dois filhos, diz que ainda é lembrado e admirado pelo feito que marcou a sua vida e a vida dos moradores da Palestina. No ano de 2004, foi candidato a vereador, mas perdeu a vaga. A rápida passagem pela política não deixou nada de tão memorável: "É uma coisa que não me meto mais. Para o futuro, eu só quero saber de saúde, de viver bem mesmo e de trabalhar". O tempo que sobra também é dedicado aos dez filhos que tem. Embora a maioria já possua mais de 18 anos, o operário faz questão de estar por perto, conversando, acompanhando e, quando possível, ajudando: "Eles têm uma grande admiração por mim, acham que sou o herói deles, que tenho o coração bom", explica.

As lembranças do dia

Apesar de não ter nenhum material de jornal, nenhum vídeo ou algum documento que relate com precisão os fatos daquele dia, Amilton lembra de praticamente toda a sequência com detalhes. Ele conta que havia tido um sonho ruim e estava um pouco confuso antes de sair para a empresa. Logo que chegou ao trabalho, o operário recebeu do patrão a ordem de derrubar casas velhas e vazias que estariam prestes a desabar.

No local, já se encontravam os dois oficiais de justiça designados pelo Fórum de Salvador para cumprir o mandado de demolição das casas [...] e para garantir a reintegração de posse do terreno. Para garantir a tranquilidade da operação, seis viaturas da 31ª Companhia da Polícia Militar e cerca de 20 soldados armados com revólveres, escopetas e fuzis [...] acompanhavam os trâmites para assegurar a execução da ordem emitida pelo juiz [...] da 12ª Vara de Feitos Cíveis.

A chegada dele ao local, com a retroescavadeira, iniciou os preparos para desalojar as famílias. Os oficiais ratificaram a determinação judicial e Amilton chegou a ligar a ignição. Nervoso, com as mãos trêmulas, diante de dezenas de vizinhos e principalmente com o desespero das duas famílias, o operário se recusou a prosseguir. A família, segundo ele, repetia aos gritos súplicas a Deus. Em seguida, começaram os pedidos afoitos de "Pare, pare, pare!".

Amilton, sem saber ao certo das consequências que o ato poderia ter, desabafou aos prantos: "Não posso fazer uma coisa dessas. Não posso fazer isso.". E repetia ininterruptamente para os oficiais: "Isso não é direito! Não é direito! Não posso derrubar a casa de um pai de família e de um trabalhador como eu. Isso poderia estar acontecendo comigo e eu não acho certo. Não é direito!".

Ameaçado de prisão, ele ainda tentou uma segunda vez, mas não conseguiu cumprir a ordem. Esclareceu que

sofria de problemas no coração e que tinha pressão alta. Com disposição voraz para cumprir o estabelecido, outro operador de máquinas foi chamado para fazer o serviço. Novamente, a recusa. Com a mobilização, a comoção, o próprio desgaste de horas de tensão entre moradores e policiais, além da própria repercussão, a empresa mandou recolher a retroescavadeira.

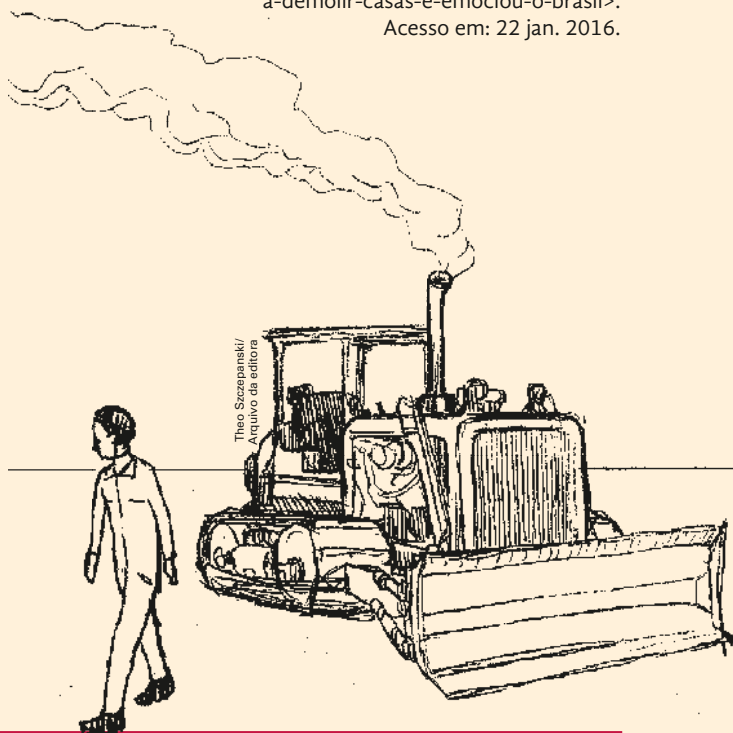
"Hoje eu olho aquilo e vejo que foi Deus quem me ajudou a tomar aquela decisão. Nunca me esqueço, não posso me esquecer. E sempre que posso ainda visito [...] a casa", diz.

Herói ou apenas um homem justo?

A pergunta que costuma se repetir para o operário é se ele considera que a atitude foi digna de um herói. Ainda que tenha algumas reservas, ele não esconde que seu gesto foi corajoso: "Eu podia ter sido preso, demitido e nada disso aconteceu. Eu sei que muita gente na mesma situação não faria a mesma coisa. Mas não podia deixar aquilo acontecer, fazer aquilo. Eu acho que a justiça não estava certa naquela hora. Então, se você pensar assim, naquela pressão total, eu acho que fui um herói".

Inevitavelmente, por trabalhar no mesmo ramo, as memórias do caso estão sempre presentes. "Quase todos os dias, quando subo no trator, lembro um pouco. Quando vi o prédio que caiu em Massaranduba, lembrei das pessoas que poderiam perder suas casas naquela situação. A mesma coisa com Holyfield. Meus olhos ficaram cheios de lágrimas. Isso só mostra que tem muita gente boa fazendo o bem. E é isso que a gente, quando pode, deve fazer".

REIS, Gilvan. Por onde anda? O herói tratorista que se recusou a demolir casas e emocionou o Brasil. *iBahia*, 13 nov. 2011. Disponível em: <www.ibahia.com/detalhe/noticia/por-onde-anda-o-heroi-tratorista-que-se-recusou-a-demolir-casas-e-emociou-o-brasil>. Acesso em: 22 jan. 2016.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

1 Nesta Unidade, vimos que nossas ações são sempre embasadas em valores e que é uma atitude tipicamente humana "avaliar os valores", isto é, produzir juízos de valor. Qual é o seu juízo de valor, o seu julgamento em relação à atitude do operário Amilton dos Santos? Explique e justifique. Como você agiria em uma situação como essa?

2 A transgressão desse operário para com a interdição (a lei judicial) denota uma atitude de ilegalidade e de subversão? Comente.

3 Você considera que toda lei é justa? Haverá conflitos entre os valores individuais e os valores coletivos expressos na lei? Justifique sua resposta e dê exemplos.

4 Comente o paradoxo presente no seguinte trecho do texto:

> *Oito anos depois do episódio, Amilton continua trabalhando na mesma empresa, fazendo serviços de terraplanagem. Em uma dessas ironias do destino, a atividade principal dele, desenvolvida durante as 8h diárias de trabalho, é preparar o terreno para a construção das obras de um programa habitacional do governo federal. "A casa da gente é o lugar onde você descansa, se alimenta, vive com sua mulher, com seus filhos, com seus parentes. Ficar sem isso é a mesma coisa que tirarem um pouco de sua vida ou não é?", pergunta.*

- Analisando a atitude de Amilton dos Santos, como você vê seus princípios éticos? Com qual das perspectivas éticas estudadas nesta Unidade sua ação se identificaria? Comente sua resposta.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

Enem

1 (Enem 2013)

A felicidade é, portanto, a melhor, a mais nobre e a mais aprazível coisa do mundo, e esses atributos não devem estar separados como na inscrição existente em Delfos "das coisas, a mais nobre é a mais justa, e a melhor é a saúde; porém a mais doce é ter o que amamos". Todos estes atributos estão presentes nas mais excelentes atividades, e entre essas a melhor, nós a identificamos como felicidade.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

Ao reconhecer na felicidade a reunião dos mais excelentes atributos, Aristóteles a identifica como

a) busca por bens materiais e títulos de nobreza.
b) plenitude espiritual e ascese pessoal.
c) finalidade das ações e condutas humanas.
d) conhecimento de verdades imutáveis e perfeitas.
e) expressão do sucesso individual e reconhecimento público.

Vestibulares

2 (Unicamp-SP 2016)

Por que a ética voltou a ser um dos temas mais trabalhados do pensamento filosófico contemporâneo? Nos anos 1960 a política ocupava esse lugar e muitos cometeram o exagero de afirmar que tudo era político.

(José Arthur Gianotti, "Moralidade Pública e Moralidade Privada", em Adauto Novaes, *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 239.)

A partir desse fragmento sobre a ética e o pensamento filosófico, é correto afirmar que:

a) O tema foi relevante na obra de Aristóteles e apenas recentemente voltou a ocupar um espaço central na produção filosófica.
b) Os impasses morais e éticos das sociedades contemporâneas reposicionaram o tema da ética como um dos campos mais relevantes para a Filosofia.
c) O pensamento filosófico abandonou sua postura política após o desencanto com os sistemas ideológicos que eram vigentes nos anos 1960.
d) Na atualidade, a ética é uma pauta conservadora, pois nas sociedades atuais, não há demandas éticas rígidas.

3 (Unesp-SP 2016)

Texto 1

Sócrates – Ao atingir os cinquenta anos, os que tiverem se distinguido em tudo e de toda maneira, no seu agir e nas ciências, deverão ser levados até o limite e forçados a elevar a parte luminosa da sua alma ao Ser que ilumina todas as coisas. Então, quando tiverem vislumbrado o bem em si mesmo, usá-lo-ão como um modelo para organizar a cidade, os particulares e a sua própria pessoa, pelo resto da sua vida. Passarão a maior parte do seu tempo estudando a filosofia e, quando chegar sua vez, suportarão trabalhar nas tarefas de administração e governo, por amor à cidade, pois que verão nisso um dever indispensável. Assim, depois de terem formado sem cessar homens que lhes sejam semelhantes, para lhes deixar a guarda da cidade, irão habitar as ilhas dos bem-aventurados.

Glauco – São mesmo belíssimos, Sócrates, os governantes que modelaste como um escultor!

(Platão. *A República*, 2000. Adaptado.)

Texto 2

Origina-se aí a questão a ser discutida: se é preferível ao príncipe ser amado ou temido. Responder-se-á que se preferiria uma e outra coisa; porém, como é difícil unir, a um só tempo, as qualidades que promovem aqueles resultados, é muito mais seguro ser temido do que amado, quando se veja obrigado a falhar numa das duas. Os homens costumam ser ingratos, volúveis, covardes e ambiciosos de dinheiro; enquanto lhes proporcionas benefícios, todos estão contigo. Todavia, quando a necessidade se aproxima, voltam-se para outra parte. Os homens relutam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, pois o amor se mantém por um vínculo de obrigação, o qual, mercê da perfídia humana, rompe-se sempre que for conveniente, enquanto o medo que se incute é alimentado pelo temor do castigo, sentimento que nunca se abandona.

(Maquiavel. *O Príncipe*, 2000. Adaptado.)

Considerando os conceitos filosóficos de "idealismo", "metafísica" e "ética", explique as diferenças entre as concepções de política formuladas por Platão e por Maquiavel.

4 (UFSJ-MG 2013) "A Filosofia a golpes de martelo" é o subtítulo que Nietzsche dá à sua obra "Crepúsculo dos ídolos". Tais golpes são dirigidos, em particular, ao(s)

a) compositores do século XIX, como, por exemplo, Wolfgang Amadeus Mozart, compositor de uma ópera de nome "Crepúsculo dos deuses", parodiada no título.
b) existencialismo, ao anticristo, ao realismo ante a sexualidade, ao materialismo, à abordagem psicológica de artistas e pensadores, bem como ao antigermanismo.
c) conceitos de razão e moralidade preponderantes nas doutrinas filosóficas dos vários pensadores que o antecederam e seus compatriotas e/ou contemporâneos Kant, Hegel e Schopenhauer.
d) conceitos filosóficos e valores morais, pois eles são os instrumentos eficientes para a compreensão e o norteamento da humanidade.

5 (Unicentro-PR 2016) Leia o texto a seguir.

Aristóteles substitui o idealismo de Platão pelo empirismo. A teoria ética aristotélica busca seu ideal não em uma ideia universal e inatingível do bem, do belo e verdadeiro, mas numa concepção de felicidade, alcançada pela ação, reflexão e experiência, consubstanciada no conceito de justiça.

(FREITAG, B. *Itinerários de Antígona*. A questão da moralidade. 4.ed. Campinas: Papirus, 2005. p.30.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o conceito de justiça em Aristóteles, assinale a alternativa correta.

a) Decorre da convenção alcançada no debate político.
b) Deriva da consciência interior de cada homem.
c) Sobrevém dos preceitos religiosos ditados pelo divino.
d) Configura-se na obediência à norma ditada pelo soberano.
e) Constitui-se a partir da mediania alcançada entre os extremos.

6 (UEM-PR 2008 – somar respostas corretas) O Período Helenístico inicia-se com a conquista macedônica das cidades-Estado gregas. As correntes filosóficas desse período surgem como tentativas de remediar os sofrimentos da condição humana individual: o epicurismo ensinando que o prazer é o sentido da vida; o estoicismo instruindo a suportar com a mesma firmeza de caráter os acontecimentos bons ou maus; o ceticismo de Pirro orientando a suspender os julgamentos sobre os fenômenos. Sobre essas correntes filosóficas, assinale o que for correto.

01) Os estoicos, acreditando na ideia de um cosmo harmonioso governado por uma razão universal, afirmaram que virtuoso e feliz é o homem que vive de acordo com a natureza e a razão.
02) Conforme a moral estoica, nossos juízos e paixões dependem de nós, e a importância das coisas provém da opinião que delas temos.
04) Para o epicurismo, a felicidade é o prazer, mas o verdadeiro prazer é aquele proporcionado pela ausência de sofrimentos do corpo e de perturbações da alma.
08) Para Epicuro, não se deve temer a morte, porque nada é para nós enquanto vivemos e, quando ela nos sobrevém, somos nós que deixamos de ser.
16) O ceticismo de Pirro sustentou que, porque todas as opiniões são igualmente válidas e nossas sensações não são verdadeiras nem falsas, nada se deve afirmar com certeza absoluta, e da suspensão do juízo advém a paz e a tranquilidade da alma.

É LÓGICO?

Elementar, meu caro. Depois de aprender um pouco sobre lógica nesta Unidade, vamos exercitar o uso das ferramentas de pensamento. Você verá como certo treino ajuda bastante a pensar de forma mais organizada.

1 Analise os silogismos a seguir e identifique se estão corretos ou não, explicando as razões que o levaram a sua conclusão com base no que vimos na Unidade.

a) Todos os gatos são mamíferos.
Todos os cachorros são mamíferos.
Logo, todos os cachorros são gatos.

b) Todos os seres humanos têm um cérebro.
João é humano.
Portanto, João tem um cérebro.

2 Com base nas regras do silogismo estudadas nesta Unidade, formule alguns silogismos e explique seus componentes.

3 Os datilógrafos, no Brasil, estão desaparecendo.

Aquele rapaz é datilógrafo.

Logo, aquele rapaz está desaparecendo.

- De que tipo de falácia se trata o argumento acima? Explique sua resposta.

4 Acompanhe o seguinte raciocínio:

O ANO TEM	365 dias
Menos 8h de sono por dia	122 dias
SOBRAM	243 dias
Menos 8h de descanso diário	122 dias
SOBRAM	121 dias
Menos domingos	52 dias
SOBRAM	69 dias
Menos ½ dia por sábado	26 dias
SOBRAM	43 dias
Menos feriados	13 dias
SOBRAM	30 dias
Menos férias	30 dias
SOBRAM	00 dias

Que tal, você ainda acha que trabalha demais?

In: LIMA, Maria Conceição Alves. *Textualidade e ensino:* os aspectos lógico-semântico--cognitivos da linguagem e o desempenho discursivo escolar. São Paulo: Ed. Unesp, 2006, p. 224

- Explique por que o raciocínio acima é falacioso.

IV a.C.
PLATÃO Atenas
ARISTÓTELES Estagira

V
AGOSTINHO Hipona

XV
MAQUIAVEL Florença

XVI
LA BOÉTIE França

Unidade 4
Como nos relacionamos?

É na Grécia antiga, com Platão e Aristóteles, que a política se consolida como uma reflexão filosófica sobre a administração da pólis e dos interesses de uma comunidade. Desde então, a filosofia tem levantado questões referentes ao âmbito da vida política.

Na transição para a Idade Média, crescia o poder da Igreja católica. Santo Agostinho distinguiu o poder temporal, exercido pelos não religiosos, do poder espiritual, exercido pela Igreja, a fim de moralizar a vida mundana.

Dando ênfase à prática política, renascentistas como Maquiavel e La Boétie se debruçaram, respectivamente, sobre o exercício do poder pelo príncipe e a opressão deste sobre seus súditos.

Na modernidade, com a formação dos Estados Nacionais e do capitalismo, Hobbes, Locke e Rousseau elaboraram hipóteses sobre a origem da sociedade, seus valores e a organização do Estado.

No século XIX, consolidado o capitalismo monopolista e liberal, Marx, Engels e pensadores anarquistas criticaram o Estado como um instrumento da burguesia para perpetuar a exploração do proletariado.

Tensões políticas, econômicas e sociais ganharam um desfecho trágico no século XX: duas guerras mundiais, totalitarismos e ditaduras. Em vista disso, filósofos como Arendt, Foucault, Deleuze e Guattari tentaram compreender a política, o Estado e as formas totalitárias de dominação.

Se a política é um dos fatores que determinam o rumo de uma sociedade, refletir a seu respeito é essencial para a construção do mundo que desejamos.

Três de maio de 1808, *de Francisco Goya, óleo sobre tela de 1814.*

Em 1808, a Espanha estava dominada pelo exército francês. A casa real espanhola havia sido subjugada por Napoleão. Contra essa situação, cidadãos de Madri se revoltaram, mas foram rapidamente detidos pelas forças francesas. O evento ficou conhecido como "Levante de 2 de maio". A pintura de Goya retrata o brutal fuzilamento de 44 madrilenhos que participaram do levante.

XVII
HOBBES Inglaterra
LEIBNIZ Saxônia (Alemanha)
LOCKE Inglaterra

XVIII
MONTESQUIEU França
VOLTAIRE França
ROUSSEAU Genebra (Suíça)

XIX
HEGEL Alemanha
PROUDHON França
BAKUNIN Rússia
MARX Alemanha
ENGELS Alemanha

XX
ARENDT Alemanha
DELEUZE França
FOUCAULT França
GUATTARI França

XXI
HELLER Hungria

1 Poder e política

COLOCANDO O PROBLEMA

Em 2001 houve um grande atentado nos Estados Unidos, executado por um grupo fundamentalista islâmico. Foram sequestrados quatro aviões de passageiros, sendo que três atingiram seus alvos: dois foram lançados contra as Torres Gêmeas do World Trade Center e o outro, contra o Pentágono, órgão central das Forças Armadas norte-americanas, matando quase 3 mil pessoas.

Em reação, o governo dos Estados Unidos instaurou a "Guerra ao Terror", um conjunto de medidas que supostamente visava combater o terrorismo. Uma delas foi a invasão do Afeganistão, em 2001, seguida pela invasão do Iraque, em 2003. Este último país era governado pelo ditador Saddam Hussein (1937-2006), suspeito de produzir armas químicas e financiar ações terroristas. O governo norte-americano dizia que as armas químicas poderiam chegar às mãos dos terroristas, o que fez com que muitos cidadãos dos Estados Unidos apoiassem a guerra, pois ainda estavam temerosos por causa dos eventos de 2001. Além disso, o discurso político norte-americano se pautava na defesa da democracia, tomada como um valor universal, e afirmava que todos os países deveriam buscar um sistema de governo democrático.

Por cerca de oito anos os Estados Unidos ocuparam o Iraque: no período, morreram mais de 4 mil militares das forças de coalizão e entre 134 mil e 400 mil civis iraquianos. Nenhuma arma química foi localizada.

Spencer Platt/Agência France-Presse

Ataque às Torres Gêmeas do World Trade Center, na manhã de 11 de setembro de 2001. Consideradas um símbolo do capitalismo, as torres eram um complexo empresarial em Nova York, Estados Unidos.

Jerome Delay/Associated Press/Glow Images

Ataque aéreo das forças de coalizão lideradas pelos Estados Unidos em Bagdá, Iraque, em 31 de março de 2003. Segundo o Serviço de Pesquisa do Congresso norte-americano, os Estados Unidos bateram recorde de vendas na exportação de armas em 2011, 10 anos após o ataque às Torres Gêmeas, totalizando 66,3 bilhões de dólares, contra 21,4 bilhões de dólares em 2010. Atualmente, os Estados Unidos são o maior produtor e vendedor de armas do mundo.

“

Companheiro Bush

Se você já sabe quem
Vendeu aquela bomba pro Iraque,
Desembuche.
Eu desconfio que foi o Bush.
Foi o Bush,
Foi o Bush.
Foi o Bush.
Onde haverá recurso
Para dar um bom repuxo
No companheiro Bush.
Quem arranja um alicate
Que acerte aquela fase
Ou corrija aquele fuso,
Talvez um parafuso
Que tá faltando nele
Melhore aquele abuso.
Um chip que desligue
Aquele terremoto,
Aquela coqueluche.

TOM ZÉ. Companheiro Bush. In: *Imprensa cantada*. Trama, 2003. Letra disponível em: <http://cliquemusic.uol.com.br/materias/ver/tom-ze-em-guerra-contra-george-wbush>. Acesso em: 22 fev. 2016.

O compositor Tom Zé (1936-) problematizou essa situação na música “Companheiro Bush”. A canção faz referência ao comércio de armas entre os Estados Unidos e o Iraque, mencionando o então presidente norte-americano, George W. Bush (1946-).

Esse episódio histórico e a crítica presente na canção nos apresentam o cerne de um dos problemas humanos mais importantes: a vida em comum e as relações que travamos com nossos semelhantes na administração dos interesses de uma comunidade. A esse universo os gregos deram o nome de **política**, pois estava relacionado àquela que, para eles, era a comunidade humana mais abrangente: a cidade (em grego, *polis*).

Em nossos dias, muitas pessoas pensam que a política é algo distante, que só diz respeito àqueles que se dedicam a ela profissionalmente, assumindo cargos públicos e participando da administração das cidades, estados e países. É comum acreditar que os cidadãos comuns precisam apenas se preocupar com o voto, na época das eleições.

Mas será mesmo assim?

A filosofia nos fornece elementos para pensar a política de forma mais abrangente e nos mostra que somos seres políticos, que agimos politicamente ao nos relacionarmos com as pessoas com as quais convivemos.

Estudantes se reúnem em assembleia para contestar a ação policial no campus *da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A organização política estudantil é muito importante, pois se constitui em torno dos interesses culturais, sociais e educacionais dos estudantes. Foto de 2014.*

Cadu Rolim/Fotoarena

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Poder e autoridade

Para compreender a convivência e as relações entre os seres humanos, base de qualquer noção de política, um conceito-chave é o de **poder**. Comecemos então pela pergunta: o que é o poder?

Uma primeira definição é que o poder consiste na capacidade e oportunidade de impor sua vontade ao outro. Detém o poder aquele que, por alguma razão, é mais forte e pode mandar, dar ordens. Os que não têm poder obedecem, submetendo-se à vontade de outros.

A noção de poder implica também a noção de **autoridade**: sob esse aspecto, poder é a capacidade de ter suas ordens obedecidas. Entretanto, tal capacidade não significa apenas subjugar e neutralizar as vontades alheias. Isso ocorre apenas em casos específicos; de modo geral, o poder age administrando e organizando as vontades coletivas e particulares. Sua ação consiste em tomar o conjunto das vontades díspares e múltiplas e torná-lo uno – o resultado passa a representar a vontade do poder, a qual todos respeitam porque concordam.

A principal forma que o poder utiliza para conseguir administrar as vontades particulares dos indivíduos é a **catalisação**. Tal como o catalisador de uma reação química, o poder não é responsável pela reação em si, mas facilita ou dificulta, apressa ou retarda o ritmo dos acontecimentos, de modo a privilegiar determinadas ocorrências e evitar outras. É com esse tipo de mecanismo que o poder administra as vontades em um dado grupo social, organizando-as em torno da vontade do governante.

Inspirado no romance homônimo do escritor George Orwell (1903-1950), uma fábula satírica e trágica sobre o poder, o filme narra a luta dos animais de uma fazenda para se libertar do domínio do fazendeiro. A revolução surte efeito e os animais assumem a gerência da fazenda. Porém, a ganância pelo poder gera uma disputa entre os próprios animais, e a gerência volta ao domínio autoritário e tirânico de uma liderança que manipula as vontades alheias.

A revolução dos bichos. Direção de John Stephenson. Estados Unidos, 1999. (89 min).

Divulgação/FlashStar Home Video

Cartaz do filme *A revolução dos bichos*.

Macrofísica do poder: a teoria da soma zero

Na teoria política clássica, a noção de poder leva à ideia de que ele ocupa determinados lugares na sociedade. É como se o poder "se concentrasse" em lugares específicos. Quando pensamos em uma monarquia absolutista, por exemplo, na qual há um único governante, o lugar do poder seria o próprio corpo do governante. Já em uma democracia, regime em que há multiplicidade e rotatividade daqueles que lideram, o lugar do poder seriam as instituições: os governantes são transitórios, mas as instituições, como espaço e lugar do poder, são permanentes.

Calvin, tirinha de Bill Waterson.

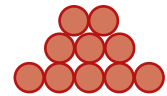
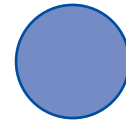
Martin Bernetti/Agência France-Presse

Michelle Bachelet recebe faixa presidencial chilena e é aplaudida por seu antecessor e opositor, Sebastián Piñera, em Valparaíso, 2014. A sucessão presidencial e o exercício do poder em um sistema político democrático dependem amplamente do bom funcionamento das instituições públicas, sejam elas de justiça, de ensino, de saúde, de segurança, etc.

Segundo a teoria política clássica, para que haja equilíbrio na organização social, a quantidade de poder que o governante detém deve ser igual à quantidade de poder que os governados não têm. De acordo com essa teoria, o poder não pode ocupar dois lugares ao mesmo tempo: assim, se alguém detém o poder, é porque outras pessoas foram desprovidas dele. Nesse aspecto, o poder é visto como um “bem” que pode ser transferido. A situação de equilíbrio pode ser representada pela equação $[p+(-p)=0]$. Porém, se o governante tiver mais poder ou menos poder que a soma do poder dos governados, o conjunto estará em desequilíbrio e essa organização social não se sustentará. Isso pode ocorrer em razão de variados motivos: autoritarismo e tirania da parte do governante, insubmissão dos governados à sua autoridade, ineficácia das instituições e plano de governo, entre outros.

Tal teoria, conhecida como **teoria da soma zero**, se baseia em elementos espaciais e matemáticos. Por isso, podemos entendê-la como uma visão **macroscópica** do poder, isto é, um modo de observar (*skopé*, em grego) em perspectiva ampla (*makrós*, em grego).

É como se conseguíssemos, de fora, apreender todo o conjunto social e perceber as relações de força que se estabelecem em seu interior, com a finalidade de quantificá-las e somá-las. Imagine se olhássemos um tabuleiro de xadrez com todas as peças dispostas e conhecêssemos bem as regras do jogo. Uma visão macroscópica nos permite saber onde estão as possibilidades de movimentação das peças no tabuleiro e os lugares de tensão do jogo, bem como se a partida está equilibrada, em razão da capacidade semelhante dos dois jogadores, ou se a superioridade de uma das partes faz com que a derrota da outra seja iminente.

ELEMENTOS MATEMÁTICOS E PODER

Representação de um sistema em equilíbrio, segundo a teoria da soma zero. Aquele ou aqueles que governam têm uma quantidade de poder igual à soma do poder dos governados.

Reprodução/Castelo de Versalhes, França.

A batalha de Friedland, ocorrida em 14 de junho de 1807, em pintura de Horace Vernet, de 1836. Após sucessivas disputas pelo poder e inúmeros problemas de ordem pública durante a Revolução Francesa, Napoleão (à frente) assume o poder na França em 1799. Com base na militarização e na moralização das instituições do país, buscou obter o controle social e preparar uma grande força militar para garantir a consolidação e a expansão de seu império.

Microfísica do poder: transmissão em rede

No século XX, Michel Foucault (1926-1984) construiu um conceito de poder diferente da soma zero. Olhando para as microrrelações sociais, ele afirmou que o poder não é um "bem" que se possui, se acumula ou se troca. Para ele o poder permeia tudo, está em todos os lugares, constituindo uma rede que cobre toda a sociedade. A esse tipo de análise ele denominou **microfísica do poder**, pois a atenção está voltada para as pequenas relações, não para os grandes movimentos políticos.

Segundo Foucault, o poder não pode ser concebido apenas como **repressão**, como a submissão da vontade dos governados à dos governantes; não pode ser resumido à interdição, à proibição, à lei. O poder não se esgota na fórmula "você não deve", como se a pessoa que recorresse a ela concentrasse todo o poder e a pessoa que deve acatá-lo não tivesse nenhum.

Devemos levar em conta, também, o poder como fonte de produção social. É o que Foucault denomina **tecnologia do poder**: constrói-se toda uma maquinaria por meio da qual o poder se exerce, interditando certas ações mas também produzindo outras. As muitas peças dessa maquinaria intervêm de maneiras variadas. O jogo do poder seria muito mais complexo do que uma análise macrofísica nos permite ver.

Foucault rompe com a concepção clássica do poder, pois não acredita que ele esteja materializado em lugares específicos. Em vez disso, o poder está diluído no tecido social e é onipresente. Ele se apresenta como uma imensa rede, que engloba tudo e todos.

Não há poder apenas nas relações que chamamos de políticas; há poder na relação entre pais e filhos, entre namorados, entre amigos e nas relações de trabalho, por exemplo. O poder está em tudo. É a partir dessa microfísica que se constroem os aparelhos do poder político nas macrorrelações sociais. Segundo Foucault, essa multiplicidade de jogos de força e de lutas se estabelece entre os indivíduos nas mais diversas situações, desde as relações interpessoais até os sistemas administrativos do Estado.

Foucault resume sua teoria do poder em cinco pontos:

1. **O poder se exerce** – ele não é algo que se conquiste, que se possua, que se perca, etc., mas algo que todos os indivíduos exercem e sofrem. O poder só existe se é exercido.
2. **As relações de poder são** imanentes – o poder é interno a todo e qualquer tipo de relação social: ele emana dela e é seu efeito imediato.
3. **O poder vem de baixo** – isto é, ele vem das pequenas situações. São as correlações de força microscópicas que sustentam os macropoderes que enxergamos de forma mais imediata.
4. **As relações de poder são intencionais** – o poder é sempre estratégico, ou seja, é guiado por metas e objetivos, obedecendo a uma lógica e a uma racionalidade interna.
5. **Se há poder, há resistência** – a resistência não vem de fora, não é exterior ao poder, mas é uma condição de existência do jogo do poder.

Ben Stansall/Agência France-Presse

Julian Assange (1971-), jornalista e ciberativista australiano, em foto de 2016. Suas ações no Wikileaks, site que divulga notícias governamentais secretas, provindas de fontes anônimas, inspiraram muitas pessoas a se engajar na luta pelo acesso a informações de interesse público.

Imanente: aquilo que necessariamente faz parte da natureza de um ser, de um objeto ou de um fenômeno.

Analisando as sociedades ocidentais desde a Idade Moderna, Foucault afirma que podemos perceber três tecnologias de poder distintas, que se sucederam como as principais formas de organização política: o poder de **soberania**, que embasou os regimes monárquicos; o poder **disciplinar**, centrado nas instituições, que garantiu a emergência e consolidação do regime capitalista; e o **biopoder**, que estrutura os Estados contemporâneos. Esse tema será aprofundado mais adiante.

O pensamento político grego

Os conceitos construídos pelos gregos na Antiguidade ainda hoje são utilizados no pensamento político.

A organização política da Grécia, estruturada em cidades independentes, e a invenção da democracia como forma de governo envolveram problemas e geraram ideias que atravessaram os séculos.

Entre as muitas contribuições dos filósofos gregos que permanecem atuais, destacam-se as ideias de Platão (c. 427 a.C.-347 a.C.) e Aristóteles (c. 384 a.C.-322 a.C.). Ambos viveram em Atenas numa época em que ela era governada por um regime democrático e fizeram críticas a ele. Uma característica do pensamento político da Grécia antiga era tematizar como a política deveria ser. Várias questões pensadas por eles foram incorporadas nas teorias políticas modernas que embasam o regime democrático na atualidade.

Doug Pearson/JAI/Corbis/Latinstock

Foto panorâmica da cidade de Atenas, capital da Grécia, na qual se vê, ao centro, o novo Museu da Acrópole, em 2011, com ruínas de um antigo anfiteatro em primeiro plano.

Platão: o governo dos filósofos

Platão era de uma família aristocrática e descendia de Sólon, o grande legislador ateniense. Ele viveu durante o período de decadência da democracia de Atenas, o que pode ter influenciado sua posição de que aquela não era uma boa forma de governo. Segundo Platão, apenas os cidadãos preparados e capacitados deveriam governar a cidade, ao contrário do que ocorria na democracia ateniense, em que não eram necessários nem capacitação nem preparo especial para exercer a política.

Em seus escritos, Platão reflete sobre a melhor forma de governar e sobre como identificar o governante mais apto ao cargo. Seu amplo pensamento político foi desenvolvido, principalmente, em três diálogos: *A república*, que trata da perfeita organização de uma cidade; *O político*, cujo tema é o conhecimento necessário ao político para exercer um governo bom e justo; e *As leis*, em que discute as ações dos cidadãos e a constituição de leis que as regulem, visando ao bem de todos.

No diálogo *A república*, Platão afirma que uma cidade perfeita seria aquela governada pelos mais sábios, praticantes da filosofia e donos de um **caráter racional** (como vimos no Capítulo 1 da Unidade 3). Já os detentores de um **caráter irascível** (destemidos, que agem com bravura) deveriam se dedicar à proteção e segurança da comunidade; e aqueles de **caráter concupiscível** (mais ligados à satisfação dos desejos e apetites do corpo) seriam os responsáveis pela produção dos bens necessários à sobrevivência de todos. De acordo com essa divisão, os filósofos seriam governantes melhores porque, por meio do exercício da razão, podem contemplar a ideia de justiça e, assim, governar justamente. Isso levou-o a afirmar que, para que haja um bom governo, ou os reis devem se tornar filósofos, ou os filósofos devem se tornar reis. Uma cidade organizada e administrada com justiça possibilitaria que cada um fosse feliz, vivendo da maneira mais adequada ao seu caráter, e ao mesmo tempo contribuísse para a comunidade de acordo com suas capacidades.

Album/akg-images/Latinstock

Gravura de autoria desconhecida representando a educação de Alexandre Magno por Aristóteles.

Aristóteles: o bem comum

Aristóteles, que foi preceptor do jovem Alexandre Magno (que se tornaria imperador da Macedônia), também não considerava a democracia a melhor forma de promover o bem comum. Mas não a criticou com tanta veemência quanto Platão.

Analisando várias cidades de sua época, Aristóteles procurou classificar as boas formas de governar, mostrando que elas podem resultar em formas corrompidas de governo. Para ele, o que torna um governo bom não é simplesmente o fato de ser composto de uma única ou de várias pessoas, nem a formação e capacidade daqueles que exercem o poder. O bom governo é aquele que visa ao bem comum, ao interesse coletivo, única maneira de garantir a felicidade de todos. Já o mau governo é aquele em que o interesse de quem governa se sobrepõe ao interesse da coletividade.

Aristóteles define três "formas puras" de governo, bem como suas "formas degeneradas":

- **monarquia** é o governo de uma só pessoa, que visa ao interesse comum. Ela pode degenerar em uma **tirania**, que é o governo de uma pessoa que valoriza apenas seus próprios interesses;
- **aristocracia** é o governo de um pequeno grupo de pessoas responsável por defender o interesse de todos. Ela pode degenerar em uma **oligarquia**, o governo de um pequeno grupo voltado apenas para seus interesses;
- **república** é o governo de um grande grupo com o objetivo do bem comum. Ela pode degenerar em **demagogia**, o governo em proveito próprio, no qual se procura manipular os demais.

Aristóteles pensou também sobre a origem e a finalidade da comunidade política. Ele definiu o ser humano como um **animal político**: assim como as abelhas, formigas e outros animais que vivem juntos, os humanos vivem em grupo, mas se diferenciam porque **compartilham** a vida por meio da **linguagem**. Faria parte da nossa própria natureza nos juntarmos a outros iguais a nós para compartilhar as dores e alegrias da vida. Assim, nos reunimos em famílias; várias famílias reunidas formam uma aldeia; várias aldeias crescendo num mesmo espaço geográfico formam uma cidade. A cidade, portanto, não seria uma "invenção" humana, mas a realização da própria natureza dos seres humanos.

Ainda que uma cidade se origine de uma reunião natural de famílias, não podemos ver essas comunidades humanas como uma simples continuidade. Aristóteles definiu a existência de duas esferas, a **privada** (relativa à família e à casa de cada um) e a **pública** (relativa à comunidade política, à cidade). Se a **economia** é a ciência da gestão da casa (privada), a **política** é a ciência da gestão da cidade (pública).

Aristóteles afirma que na esfera privada, doméstica, um pai de família exerce quatro tipos de poder: um **poder econômico**, que é a faculdade de organizar e gerir sua própria casa; um **poder paternal** sobre os filhos; um **poder marital** sobre a mulher; e um **poder despótico** sobre quem é por ele escravizado. Os três últimos tipos de poder são assimétricos, isto é, exercidos de forma plena pelo pai de família sobre os outros (filhos, mulher, escravizados), que lhe deveriam obediência.

ECONOMIA

Hoje compreendemos a economia como a ciência que trata da produção, distribuição e consumo de bens. No entanto, em sua origem grega a palavra tinha um sentido muito mais restrito. Formada por *oikós*, que significa 'casa', e por *nomos*, 'regra', 'organização', economia era a ciência da organização da casa.

Não poderia haver continuidade da esfera privada para a esfera pública, destaca Aristóteles, por um motivo simples. Em casa os pais de família exercem um poder sobre desiguais (filhos, mulher e escravizados), mas, na administração da cidade, seria ilegítimo exercer um poder assimétrico, pois todos os cidadãos são iguais perante a lei. Para Aristóteles, portanto, o despotismo é impensável no exercício da política – que deve ser a arte da convivência entre iguais.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Esse tipo de pensamento se justificava no caso da democracia ateniense porque a cidadania era restrita a um pequeno conjunto da população: indivíduos do sexo masculino, livres, nascidos na cidade, maiores de idade e proprietários de terra. Os historiadores afirmam que, no auge da democracia ateniense, isso representava menos de dez por cento da população. Quando, na Idade Moderna, o direito de cidadania tornou-se mais abrangente, já não se podia adotar tão facilmente o princípio da igualdade como era entendido pelos gregos.

Ainda que seja resultado de um processo natural, a comunidade política tem uma finalidade principal: o "bem viver juntos". E o bem viver, para Aristóteles, consiste na felicidade – "felicidade privada", que diz respeito à vida de cada um, e "felicidade pública", que está relacionada com a vida pública na sociedade. A fonte dessas duas felicidades é aquilo que o filósofo denominou **vida ativa**, que engloba tanto as ações e os projetos (objeto da política) quanto as meditações e reflexões em torno deles, que os aperfeiçoam (é a prática da filosofia). A vida feliz consiste, assim, na associação da atividade política com a atividade contemplativa, a filosofia. Uma cidade feliz é aquela que proporciona aos cidadãos a possibilidade de se dedicar a essas duas atividades.

Transformações no pensamento político

Se na Antiguidade grega verificou-se uma intensa reflexão sobre os fins e as formas da atividade política, no Império Romano destacou-se o exercício de um poder centralizado.

Chefe supremo da Igreja católica, o papa Francisco se encontra com o presidente da Itália, Sergio Mattarella, em 2015, no Vaticano.

Maurizio Brambatti/Agência France-Presse

Na Idade Média, embora tenha havido grande descentralização política na Europa, o pensamento político se voltou para uma reflexão em torno das relações entre a esfera do **poder temporal** (aquele exercido pelos governos em geral) e a esfera do **poder espiritual** (exercido pela Igreja católica). Uma obra que influenciou muito o pensamento filosófico desse período foi *A cidade de Deus*, de Santo Agostinho (354-430), publicada em 426. O livro descreve duas cidades: a "cidade dos homens", corrupta, vil e

fruto do orgulho humano; e a “cidade de Deus”, eterna, perfeita e fruto do amor divino. Para Santo Agostinho, a política consiste em aproximar o máximo possível a cidade humana da cidade divina, por meio do exercício das virtudes.

No Renascimento, o grande desenvolvimento econômico e urbanístico das cidades europeias e a emergência de novas formas de relacionamento social e político fizeram surgir outras maneiras de conceber a política.

Uma figura emblemática desse período foi o florentino **Nicolau Maquiavel**, considerado o fundador da teoria política moderna. Enquanto o pensamento político antigo se preocupava em estabelecer os fundamentos da política e definir como ela **deveria ser**, com Maquiavel, o pensamento político procura mostrar como ela **efetivamente é**. Sua teoria política é apresentada como **realista**, por se ocupar das coisas como são, e **utilitarista**, na medida em que dá conselhos sobre como governar.

O príncipe e as artes de governo

O livro *O príncipe* tornou-se um clássico sobre a arte de governar e é até hoje uma referência para aqueles que se dedicam à política. Essa obra de Maquiavel recebeu interpretações polêmicas. De um lado, há quem veja ali a defesa de um governo forte e centralizador, um conjunto de conselhos sobre como proceder para conquistar o poder e mantê-lo, constituindo um verdadeiro “manual de política”. De outro lado, alguns afirmam que, ao revelar como funcionam os mecanismos do poder político, o autor estava chamando a atenção do povo para os perigos da tirania. Seja qual for a interpretação, não se pode negar que esse livro mudou completamente a forma de pensar a política.

Maquiavel relata como os principados se organizavam e dá uma série de conselhos a um governante para conquistar territórios e mantê-los; explica como lidar com o povo, como garantir que seja estimado e como evitar os aduladores. Há um caráter paradoxal em seus conselhos, pois, para serem implementados, eles dependem da capacidade do governante de saber ler a história e identificar o momento oportuno para a sua realização, bem como agir com ponderação. Ou seja, a regra maior da arte de governar é que o governante não deve seguir nenhuma regra absoluta.

Fiel ao espírito renascentista, a obra de Maquiavel está em constante diálogo com o passado. Ele procurou a inspiração para pensar sobre sua época em autores da Antiguidade, especialmente no historiador romano Tito Lívio, que relatou a expansão de Roma.

Maquiavel compreendia a política como um conflito e estudou as formas de gerir as várias facetas desse conflito. Em sua teoria política sobre a ação dos governantes, dois conceitos são fundamentais: ***virtù*** (virtude) e **fortuna** (sorte). A *virtù* é a capacidade do governante de lidar com os acontecimentos. Para manter-se no poder, ele precisa ser capaz de moldar suas ações segundo as situações.

Nicolau Maquiavel (1469-1527)

Nicolau Maquiavel retratado por Santi di Tito no século XVI.

Nascido na cidade de Florença (na atual Itália) em uma família da pequena nobreza, fundou o pensamento político moderno. Foi secretário de Guerra da República florentina até 1512, quando um golpe de Estado levou a família Médici de volta ao poder. Dedicou-se então a escrever, produzindo obras de política e de dramaturgia. Suas principais obras políticas são *O príncipe* (escrito em 1513 e publicado em 1532) e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (escritos por volta de 1517 e publicados em 1531).

Se age sempre da mesma forma, quando a situação se altera ele não consegue adaptar-se e, em consequência, perde o poder. A fortuna é o conjunto de tudo o que acontece aos seres humanos e que eles não podem controlar. É a *virtù* do governante que lhe permite agir para se adaptar ao que a fortuna traz, de modo a tirar proveito das situações, ainda que elas pareçam adversas. O bom governante é, portanto, aquele que sabe agir nas situações conflituosas, impondo uma ordem, aliando a *virtù* e a fortuna de modo a manter-se em posição de comando.

Com o surgimento dos regimes democráticos, palavras como **maquiavelismo** e **maquiavélico** ganharam uma conotação pejorativa. Diz-se que uma pessoa é maquiavélica quando ela é falsa, ardilosa, age de modo desleal. O ideal de conduta política hoje predominante condena o maquiavelismo. Porém, o que Maquiavel fez foi mostrar como as coisas efetivamente se passavam no âmbito das relações de poder e de governo.

Étienne de La Boétie (1530-1563)

Filósofo e humanista francês, tradutor de obras de Xenofonte e de Plutarco para o francês. Foi amigo de Michel de Montaigne (1533-1592), a quem confiou o manuscrito de seu *Discurso*. Montaigne, por sua vez, dedicou-lhe o ensaio *Sobre a amizade* (1580). A única obra de sua autoria de que se tem conhecimento é o *Discurso da servidão voluntária* (publicação póstuma, em 1577).

Escultura feita em homenagem a Étienne de La Boétie em sua cidade natal, Sarlat, na França. Foto de 2007.

François Guénet/akg-images/Album/Latinstock

Um discurso contra a opressão

Embora com menor repercussão que Maquiavel, outra voz renascentista importante para a construção do pensamento político moderno foi **La Boétie**. Esse autor escreveu, no século XVI, um pequeno ensaio contra a tirania e em favor da liberdade, o *Discurso da servidão voluntária*.

La Boétie afirmava que compreendia a existência da **servidão involuntária**, quando os indivíduos são subjugados por meio da violência, da escravidão e da guerra. Porém, não podia entender como uma multidão submete-se espontaneamente a um soberano, pois nem a covardia pode explicar isso. Para La Boétie, a **servidão voluntária** seria um vício inominável.

A astúcia de La Boétie foi perceber que a chave dessa servidão está justamente nas relações de poder que se estabelecem pelo tecido social, e não como uma imposição do tirano a uma população submissa. Em sua perspectiva, o lugar do poder não é o corpo do tirano, mas estende-se por uma rede de nós sociais. Em outras palavras, o que sustenta o tirano não seria sua própria autoridade, mas a entrega dos súditos. A dominação só seria possível com a participação direta dos próprios dominados.

Buscando as raízes da servidão voluntária, La Boétie conclui que a primeira delas é o **costume**: os seres humanos nascem súditos e por toda a vida aprendem a servir; não veem, pois, outro caminho que não seja o da perpétua servidão. É essa tradição em servir que sustentou os impérios ao longo da história, e todos os movimentos contra este ou aquele tirano em nada se opuseram a essa tradição. A segunda raiz da servidão voluntária é a **covardia**, que decorre ela mesma da tradição: acostumadas a viver sob o jugo do tirano, as pessoas perdem o brio e a coragem de combater aquele que as oprime.

Hulton Archive/Getty Images

Adolf Hitler é recebido na cidade de Nuremberg, na Alemanha, em 1933. A ascensão do líder do partido nazista ao poder contou com amplo apoio popular.

Entretanto, para além da dominação e da covardia que a tradição incute no povo, o tirano também tem como sustentáculo seu séquito, que não é pequeno nem desprezível. La Boétie demonstrou que, ao redor do tirano, cria-se uma rede de poder, uma verdadeira malha que enreda as forças sociais, comprometendo com o tirano quase todos os membros da comunidade, direta ou indiretamente. A rede de micropoderes e interesses cresce exponencialmente, pois cada um coloca junto de si vários outros, por meio de favores recíprocos.

Com essa concepção, La Boétie subverteu a teoria clássica do poder e apresentou ideias semelhantes às que, mais tarde, foram trabalhadas por Foucault. Só se percebe a estrutura do poder do tirano descendo ao nível microscópico. E o mais importante: não é o poder central que alimenta aquela rede de poderes; ao contrário, é a rede que constitui o sustentáculo e até mesmo a fonte do poder central – que, sem ela, nada seria.

Para La Boétie, o nível em que se dão as relações políticas que permeiam o **Estado** – o tirano e seu séquito – é marcado pelo **temor**, enquanto o nível das relações sociais à margem do Estado é marcado pela **amizade**. No âmbito do poder, a amizade é impossível, pois ali imperam o ódio, o interesse, a conspiração; só com a extinção do poder seria possível instituir uma sociedade amigável. A amizade, segundo La Boétie, é a principal inimiga da tirania.

Ainda que o *Discurso* de La Boétie tenha sido escrito para criticar o poder tirânico, ele representa uma conceituação do poder que também vale para compreendermos outras organizações políticas, como a democracia.

> “*Aquele que vos domina tanto só tem dois olhos, só tem duas mãos, só tem um corpo, e não tem outra coisa que o que tem o menor homem do grande e infinito número de vossas cidades, senão a vantagem que lhe dais para destruir-vos. De onde tirou tantos olhos com os quais vos espia, se não os colocais a serviço dele? Como tem tantas mãos para golpear-vos, se não as toma de vós? Os pés com que espezinha vossas cidades, de onde lhe vêm, senão dos vossos? Como ele tem algum poder sobre vós, senão por vós? Como ousaria atacar-vos se não estivesse conivente convosco? Que poderia fazer-vos, se não fôsseis receptadores do ladrão que vos pilha, cúmplices do assassino que vos mata, e traidores de vós mesmos?*

LA BOÉTIE, Étienne de. *Discurso da servidão voluntária*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ESTADO

De modo geral, o Estado é a organização política básica de uma sociedade. Compreende instituições políticas, jurídicas, administrativas e econômicas, bem como um território próprio, sob um governo autônomo. Na Antiguidade grega, o Estado era a cidade; nos impérios antigos, era o próprio império. Na Idade Moderna ocidental, constituíram-se os Estados-nações independentes.

Ao ler os dois textos a seguir, repare na diferença de estilos que os filósofos usam para abordar aspectos referentes à política. O primeiro, mais antigo, é um trecho do livro *A política*, de Aristóteles; o segundo é uma conferência proferida pelo filósofo contemporâneo Foucault, que ressalta a ideia do poder em redes.

Texto 1

Neste trecho da introdução do livro *A política*, Aristóteles expõe a clássica definição do ser humano como animal político por natureza e da cidade como comunidade política autossuficiente.

O homem, "animal político"

A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar. Esta sociedade, portanto, também está nos desígnios da natureza, como todas as outras que são seus elementos. Ora, a natureza de cada coisa é propriamente seu fim. Assim, quando um ser é perfeito, de qualquer espécie que ele seja – homem, cavalo, família –, dizemos que ele está na natureza. Além disso, a coisa que, pela mesma razão, ultrapassa as outras e se aproxima mais do objetivo proposto deve ser considerada a melhor. Bastar-se a si mesma é uma meta a que tende toda a produção da natureza e é também o mais perfeito estado. É, portanto, evidente que toda Cidade está na natureza e que o homem é naturalmente feito para a sociedade política.

[...]

Assim, o homem é um animal cívico [político], *mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não devemos confundir com os sons da voz. Estes são apenas a expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis, de que os outros animais são, como nós, capazes. A natureza deu-lhes um órgão limitado a este único efeito; nós, porém, temos a mais, senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Este comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil.*

O Estado, ou sociedade política, é até mesmo o primeiro objeto a que se propôs a natureza. O todo existe necessariamente antes da parte. As sociedades domésticas e os indivíduos não são senão as partes integrantes da Cidade, todas subordinadas ao corpo inteiro, todas distintas por seus poderes e suas funções, e todas inúteis quando desarticuladas, semelhantes às mãos e aos pés que, uma vez separados do corpo, só conservam o nome e a aparência, sem a realidade, como uma mão de pedra. O mesmo ocorre com os membros da Cidade: nenhum pode bastar-se a si mesmo. Aquele que não precisa dos outros homens, ou não pode resolver-se a ficar com eles, ou é um deus ou um bruto. Assim, a inclinação natural leva os homens a este gênero de sociedade.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 3-5.

Questões sobre o texto

1 Por que a Cidade seria uma sociedade que está "nos desígnios da natureza"?

2 O que, segundo Aristóteles, diferencia o ser humano dos outros animais e faz dele um "animal político"?

3 A Cidade basta-se a si mesma, mas nenhum de seus habitantes pode ser autossuficiente. Explique essa afirmação.

Texto 2

O texto a seguir é um trecho de uma conferência feita por Foucault no Brasil em 1976. Ele sintetiza aqui sua concepção de poder, investigando por que na sociedade moderna o poder é concebido como repressão.

As redes de poder

Em todo caso, a questão que quero colocar é a seguinte: como foi possível que nossa sociedade, a sociedade ocidental em geral, tenha concebido o poder de uma maneira tão restritiva, tão pobre, tão negativa? Por que concebemos sempre o poder como regra e proibição, por que esse privilégio? Evidentemente podemos dizer que isso se deve à influência de Kant, ideia segundo a qual, em última instância, a lei moral, o "você não deve", a oposição "deve/não deve", é no fundo a matriz da regulação de toda a conduta humana. Mas, na verdade, essa explicação pela influência de Kant é evidentemente insuficiente. O problema é saber se Kant exerceu tal influência. Por que foi tão poderosa? Por que Durkheim, filósofo de vagas simpatias socialistas do início da Terceira República francesa, pode apoiar-se dessa maneira sobre Kant quando se trata de fazer a análise do mecanismo de poder em uma sociedade? Creio que podemos analisar a razão disso nos seguintes termos: no fundo, no Ocidente, os grandes sistemas estabelecidos desde a Idade Média desenvolveram-se por intermédio do crescimento do poder monárquico, à custa do poder, ou melhor, dos poderes feudais. Nessa luta entre os poderes feudais e o poder monárquico, o direito foi sempre o instrumento do poder monárquico contra as instituições, os costumes, os regulamentos, as formas de ligação e de pertença características da sociedade feudal. Darei dois exemplos: por um lado o poder monárquico desenvolve-se no Ocidente em grande parte sobre as instituições jurídicas e judiciais, e desenvolvendo tais instituições logrou substituir a velha solução dos litígios privados mediante a guerra civil por um sistema de tribunais com leis, que proporcionavam

de fato ao poder monárquico a possibilidade de resolver ele mesmo as disputas entre os indivíduos. Dessa maneira, o direito romano, que reaparece no Ocidente nos séculos XIII e XIV, foi um instrumento formidável nas mãos da monarquia para conseguir definir as formas e os mecanismos de seu próprio poder, à custa dos poderes feudais. Em outras palavras, o crescimento do Estado na Europa foi parcialmente garantido, ou, em todo caso, usou como instrumento o desenvolvimento de um pensamento jurídico. O poder monárquico, o poder do Estado, está essencialmente representado no direito. Ora, acontece que a burguesia, que se aproveita extensamente do desenvolvimento do poder real e da diminuição, do retrocesso dos poderes feudais, ao mesmo tempo tinha um interesse em desenvolver esse sistema de direito que lhe permitiria, por outro lado, dar forma aos intercâmbios econômicos, que garantiam seu próprio desenvolvimento social. De modo que o vocabulário, a forma do direito, foi uma forma de representação do poder comum à burguesia e à monarquia. A burguesia e a monarquia lograram instalar, pouco a pouco, desde o fim da Idade Média até o século XVIII, uma forma de poder que se representava, que se apresentava como discurso, como linguagem, o vocabulário do direito. E quando a burguesia desembaraçou-se finalmente do poder monárquico, o fez precisamente utilizando este discurso jurídico que havia sido até então o da monarquia, e que foi usado contra a própria monarquia.

FOUCAULT, Michel. Las redes del poder. In: FERRER, Christian (Org.). *El lenguaje libertario*. Montevidéu: Nordan-Comunidad, 1990. p. 25-26. Texto traduzido.

Questões sobre o texto

1 Por que, segundo Foucault, a sociedade ocidental produziu uma visão restritiva do poder? Que visão restritiva é essa?

2 Como as monarquias medievais fizeram uso do direito romano? Como isso interferiu no conceito de poder?

3 A burguesia ocidental mudou a concepção de poder vigente? Por quê?

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1 Exponha e discuta os conceitos de macrofísica e microfísica do poder. Qual dos dois lhe parece mais apropriado para uma reflexão sobre a política hoje? Justifique sua resposta.

2 Como Platão resolveu conceitualmente o problema dos pretendentes ao governo na sociedade grega?

3 Por que Aristóteles considerava a comunidade política natural?

4 Em que sentido a concepção política de Maquiavel introduziu uma nova forma de pensar sobre a política?

5 Explique a crítica de La Boétie à servidão voluntária.

6 Escreva um pequeno texto sintetizando e comentando as relações de poder na sua escola. Para isso, pesquise:

a) De onde provêm as verbas da escola?
b) Como é decidida a utilização dessas verbas?
c) Quem define as regras que os alunos e os funcionários devem seguir?
d) Os funcionários estão representados por alguma entidade (sindicato, associação, etc.)?
e) Os alunos têm algum canal de participação nas decisões tomadas na escola? Se têm, qual é esse canal?

7 A Lei Complementar 131/2009 determina que os órgãos públicos devem disponibilizar à população, pelos meios eletrônicos, dados referentes ao uso das verbas públicas. Se quiser mais informações, veja o *site* <www.portaltransparencia.gov.br>. (Acesso em: 22 fev. 2016.)

A prefeitura da cidade em que você mora tem uma página oficial na internet? Em caso afirmativo, visite a página e procure saber que informações ela contém e que serviços ela oferece à população. Escreva um texto, avaliando se a página da cidade contribui para que a população tenha uma participação mais direta nos destinos da comunidade.

8 Leia o artigo e a letra de música a seguir e faça o que se pede.

O mundo não acabou

[...] *o fim do mundo esperado (mais ou menos ansiosamente) por alguns (ou por muitos) não é o sumiço definitivo e completo da espécie. Ao contrário: em geral, quem fantasia com o fim do mundo se vê como um dos sobreviventes e, imaginando as dificuldades no mundo destruído, aparelha-se para isso.*

[...]

A preparação dos sobreviventes pode incluir ou não o deslocamento para lugares mais seguros (abrigos debaixo da terra, picos de montanhas que, por alguma razão, serão poupados, lugares "místicos" com proteção divina, plataformas de encontro com extraterrestres, etc.), mas dificilmente dispensa a acumulação de bens básicos de subsistência (alimentos, água, remédios, combustíveis, geradores, baterias) e (pelo seu bem, não se esqueça disso) de armas de todo tipo (caça e defesa) com uma quantidade descomunal de munições – sem contar coletes à prova de balas e explosivos.

Imaginemos que você esteja a fim de perguntar "armas para quê?". Afinal, você diria, talvez a gente precise de armas de caça, pois o supermercado da esquina estará fechado. Mas por que as armas para defesa? Se houver mesmo uma catástrofe, ela não poderia nos levar a descobrir novas formas de solidariedade entre os que sobraram? Pois bem, se você coloca esse tipo de perguntas, é que você não fantasia com o fim do mundo.

[...]

Em todos os fins do mundo que povoam os devaneios modernos, alguns ou muitos sobrevivem (entre eles, obviamente, o sonhador), mas o que sempre sucumbe é a ordem social. A catástrofe, seja ela qual for, serve para garantir que não haverá mais Estado, condado, município, lei, polícia, nação ou condomínio. Nenhum tipo de coletividade instituída sobreviverá ao fim do mundo. Nele (e graças a ele) perderá sua força e seu valor qualquer obrigação que emane da coletividade e, em geral, dos outros: seremos, como nunca fomos, indivíduos, dependendo unicamente de nós mesmos.

Esse é o desejo dos sonhos do fim do mundo: o fim de qualquer primazia da vida coletiva sobre nossas escolhas particulares. O que nos parece justo, no nosso foro íntimo, sempre tentará prevalecer sobre o que, em outros tempos, teria sido ou não conforme à lei.

Por isso, depois do fim do mundo, a gente se relacionará sem mediações – sem juízes, sem padres, sem sábios, sem pais, sem autoridade reconhecida: nós nos encararemos, no amor e no ódio, com uma mão sempre pronta em cima do coldre.

E não é preciso desejar explicitamente o fim do mundo para sentir seu charme. A confrontação direta entre indivíduos talvez seja a situação dramática preferida pelas narrativas que nos fazem sonhar: a dura história do pioneiro, do soldado, do policial ou do criminoso, vagando num território em que nada (além de sua consciência) pode lhes servir de guia e onde nada se impõe a não ser pela força [...].

CALLIGARIS, Contardo. O mundo não acabou. *Folha de S.Paulo*, Ilustrada, 27 dez. 2012. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/1206756-o-mundo-nao-acabou.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Podres poderes

Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Motos e fuscas avançam os sinais vermelhos
E perdem os verdes
Somos uns boçais

Queria querer gritar setecentas mil vezes
Como são lindos, como são lindos os burgueses
E os japoneses
Mas tudo é muito mais

Será que nunca faremos senão confirmar
A incompetência da América católica
Que sempre precisará de ridículos tiranos?

Será, será que será que será, que será
Será que essa minha estúpida retórica
Terá que soar, terá que se ouvir
Por mais zil anos?

Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Índios e padres e bichas, negros e mulheres
E adolescentes fazem o carnaval

Queria querer cantar afinado com eles
Silenciar em respeito ao seu transe, num êxtase
Ser indecente
Mas tudo é muito mau

Ou então cada paisano e cada capataz
Com sua burrice fará jorrar sangue demais
Nos pantanais, nas cidades, caatingas
E nos Gerais?

Será que apenas os hermetismos pascoais
Os tons, os mil tons, seus sons e seus dons geniais
Nos salvam, nos salvarão dessas trevas
E nada mais?

Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Morrer e matar de fome, de raiva e de sede
São tantas vezes gestos naturais

Eu quero aproximar o meu cantar vagabundo
Daqueles que velam pela alegria do mundo
Indo mais fundo
Tins e Bens e tais

VELOSO, Caetano. Podres poderes. In: *Velô* (LP). Polygram, 1984. Letra disponível em: <www.letras.com.br/#!caetano-veloso/podres-poderes>. Acesso em: 22 fev. 2016.

- Reflita sobre as noções de participação política e individualismo expressas nos dois textos e escreva uma dissertação filosófica sobre as relações sociais e os limites da comunidade política.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Você deve ter notado que os textos filosóficos que lemos neste livro possuem certas particularidades que os diferenciam de textos que lemos em jornais, revistas, *blogs* e em outros meios de comunicação escrita. Enquanto estes privilegiam uma relação mais diária e direta com o leitor, por meio de uma escrita mais concisa e simples, os textos filosóficos costumam ser mais longos, densos e repletos de conceitos complexos – por isso, em geral exigem mais de uma leitura para serem absorvidos. Tudo isso é fruto de um longo período de elaboração e reelaboração de ideias e termos que, como aprendemos neste livro, têm uma longa história. A natureza dos problemas filosóficos e o tempo da escrita de cada pensador também são aspectos relevantes. Tudo isso deve ser levado em conta quando deparamos com textos desse tipo, para não pensarmos que tais características são gratuitas e sem importância.

É LÓGICO!

Vimos até aqui as preocupações da lógica com a organização do pensamento para que ele não incorra em erro. O pensamento correto é aquele que afirma o que é verdadeiro, o que nos leva a perguntar: o que é a verdade?

No dia a dia, ouvimos afirmações como "Isto é verdade para mim" ou "A minha verdade é diferente da sua verdade", entre outras parecidas. Essas afirmações implicam uma noção "subjetiva" ou "psicológica" da verdade, ao afirmar que esta existe em função do sujeito que a pensa e a afirma. A lógica, porém, não pode se satisfazer com uma verdade que é diferente para cada sujeito. Em relação ao mesmo objeto, se alguém afirmar "Isso é grande" e outra pessoa afirmar "Isso é pequeno", por exemplo, como podemos aceitar o fato de que ele possa ser, simultaneamente, grande e pequeno? Seria um absurdo lógico! Um dos dois sujeitos (ou mesmo os dois) deve estar errado – ou aquele objeto é grande, ou é pequeno. Ser as duas coisas ao mesmo tempo não faria sentido.

Encontramos na lógica as chamadas **teorias da verdade**, que buscam definir e explicar o que é o verdadeiro. Como para quase tudo neste campo, o ponto de partida é Aristóteles. Segundo ele, é falso dizer de alguma coisa aquilo que ela não é, enquanto o verdadeiro é dizer dela aquilo que ela efetivamente é. Por exemplo: se temos diante de nós um caderno de capa vermelha, é verdade afirmar que ele é vermelho e falso afirmar que ele é de qualquer outra cor. Isso significa que aquilo que se afirma de um objeto deve, de algum modo, equivaler àquilo que o objeto é.

A partir dessa posição de Aristóteles, várias "teorias da verdade" foram propostas por filósofos em diferentes momentos. Atualmente, podemos sintetizar as principais perspectivas desta forma:

a) Verdade como coerência: variados filósofos defendem essa posição, afirmando que a verdade consiste em relações de coerência em um determinado conjunto de crenças. É a posição dos filósofos idealistas, como Hegel (1770-1831), mas também dos positivistas lógicos do século XX.

b) Verdade como correspondência: compreende como verdadeiro aquilo que corresponde aos fatos. Uma proposição é verdadeira quando aquilo que diz está de acordo com os fatos que exprime. Foi defendida, por exemplo, por Wittgenstein (1889-1951) e por Bertrand Russell (1872-1970), na teoria conhecida como "atomismo lógico".

c) Verdade como utilidade: é a posição defendida pelos filósofos pragmatistas, como Charles Peirce (1839-1914), William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952). A verdade deve ser dada pela referência prática às suas consequências. Em outras palavras, algo é verdadeiro na medida em que suas consequências são úteis. Essa teoria combina elementos da correspondência e da coerência, articulando-os com a finalidade.

d) Verdade como redundância: afirma que o verdadeiro é redundante, uma vez que dizer, por exemplo, "É verdade que o caderno é vermelho" é o mesmo que dizer "O caderno é vermelho". Isto é, afirmar a verdade de uma proposição é uma redundância. Foi defendida por lógicos como Gottlob Frege (1848-1925) e Frank P. Ramsey (1903-1930).

Como se vê, são diferentes maneiras de compreender a verdade que não dizem respeito à posição exclusiva do sujeito, mas à relação entre aquilo que é afirmado e a realidade dos fatos.

Sugestão de leituras e de filmes

Leituras

Reprodução/Ed. Scipione

BRENER, Jayme. *Regimes políticos:* uma viagem. São Paulo: Scipione, 1994.

Uma explicação simples e direta dos principais regimes políticos, desde os mais clássicos até os contemporâneos. Temas como o liberalismo, a democracia, o socialismo, o fascismo, a social-democracia e as ditaduras são tratados de forma acessível.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

KAFKA, Franz. *O processo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

Toda a obra de Kafka pode ser lida como uma metáfora das relações de poder. Esse romance talvez seja sua expressão mais direta: nele, um indivíduo é processado pelo Estado sem conseguir compreender o motivo.

Reprodução/Ed. Brasiliense

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Uma introdução à filosofia política centrada no tema do poder.

Reprodução/Ed. Planeta

SAVATER, Fernando. *Política para meu filho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Planeta, 2012.

Um professor espanhol de filosofia escreveu esse livro para seu filho adolescente, procurando explicar os grandes temas da filosofia política.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Filmes

Divulgação/Warner Home Video

***A língua das mariposas*. Direção de José Luis Cuerda. Espanha, 1999. (96 min).**

As relações sociais e políticas na Espanha eram bastante complexas e conturbadas, às vésperas da Guerra Civil da década de 1930. Nesse contexto, um menino descobre o mundo, quando começa a ter aulas com um professor revolucionário.

Cao Hamburger/Gullane e Caos Produções/Buena Vista

***O ano em que meus pais saíram de férias*. Direção de Cao Hamburger. Brasil, 2006. (110 min).**

Mostra o cotidiano de um menino de 12 anos em 1970, quando seus pais, militantes políticos de esquerda, são obrigados a fugir da perseguição pela ditadura militar. As relações pessoais e familiares são atravessadas pela macropolítica do país.

Divulgação/Angelika Films

***O processo*. Direção de Orson Welles. França/Alemanha/Itália, 1962. (120 min).**

Uma adaptação bastante fiel ao romance homônimo de Kafka, que discute as relações de poder. Há uma refilmagem feita na Inglaterra em 1993.

Divulgação/Playarte Pictures

***Os três mosqueteiros*. Direção de Paul W. S. Anderson. França/Reino Unido/Alemanha/Estados Unidos, 2011. (110 min).**

Uma nova adaptação da clássica história de Alexandre Dumas, repleta de ação. Para além da história de aventura, o filme mostra as artimanhas e as disputas pelo poder que mobilizavam franceses e ingleses no século XVII.

Divulgação/Europa Filmes

***11 de setembro*. Produção de Alain Brigand. Reino Unido/França/Egito/Japão/México/Estados Unidos/Irã, 2002. (134 min).**

Onze curtas-metragens realizados por 11 diretores, representando visões distintas sobre os atentados ocorridos nos Estados Unidos.

2 Estado, sociedade e poder

COLOCANDO O PROBLEMA

“

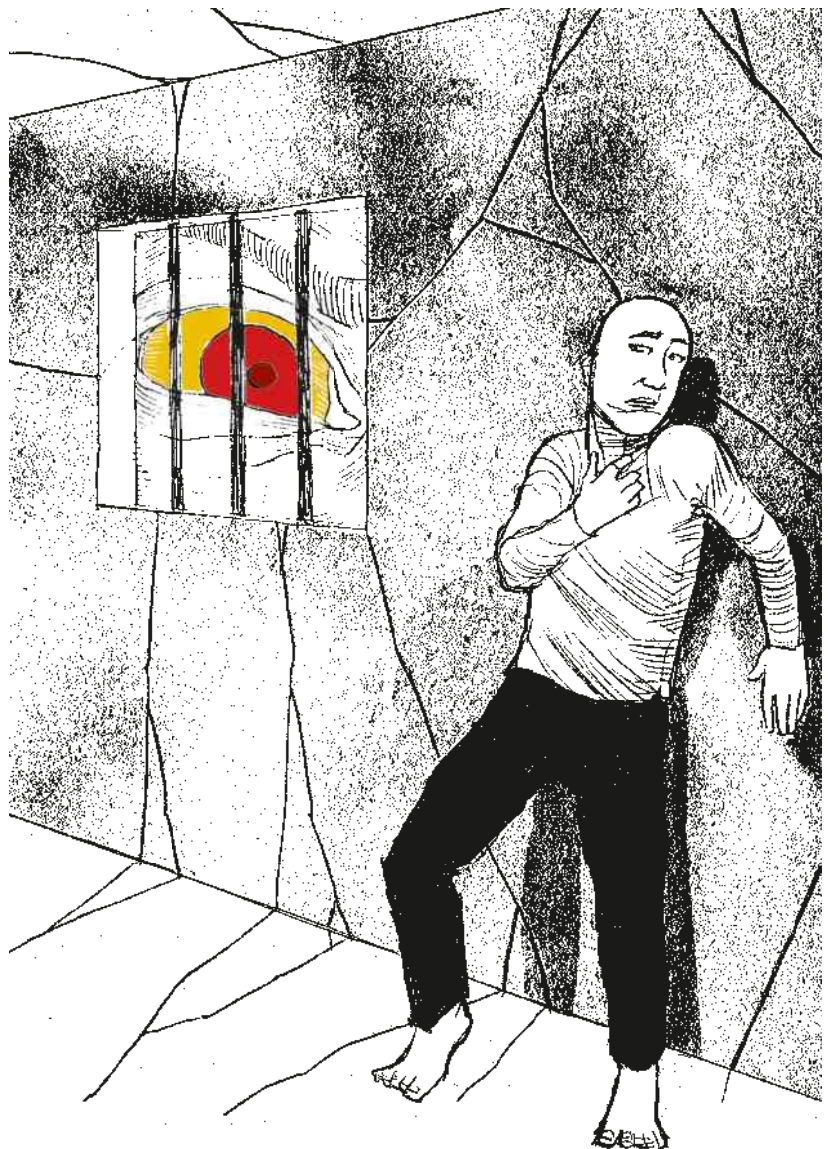
Estado Violência

Sinto no meu corpo
A dor que angustia
A lei ao meu redor
A lei que eu não queria...

Estado Violência
Estado Hipocrisia
A lei não é minha
A lei que eu não queria...

Meu corpo não é meu
Meu coração é teu
Atrás de portas frias
O homem está só...

Homem em silêncio
Homem na prisão
Homem no escuro
Futuro da nação...

Estado Violência
Deixem-me querer
Estado Violência
Deixem-me pensar
Estado Violência
Deixem-me sentir
Estado Violência
Deixem-me em paz.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

GAVIN, Charles. Estado Violência. Intérprete: Titãs. In: *Cabeça Dinossauro* – ao vivo (CD), Universal Music, 2012. Letra disponível em: <www.letras.mus.br/titas/48970/>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Esta e outras canções dos Titãs chamam a atenção para o papel do Estado nas sociedades atuais. O "Estado Violência", como o denomina a música, impõe leis que buscam impedir os indivíduos de sentir e pensar. Se uma das principais funções do Estado é, em tese, a de proteger os indivíduos contra a violência, seria possível que, de fato, o Estado fosse violento?

Anderson Barbosa/Fotoarena

O uso da força excessiva e a transgressão dos direitos humanos têm sido problemas constantes nas instituições de segurança pública brasileiras. Em 2012, uma ação de reintegração de posse de um terreno conhecido como Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), foi denunciada pela brutalidade e truculência dos policiais. Foram utilizadas balas de borracha, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo para despejar as 1,9 mil famílias que ali moravam.

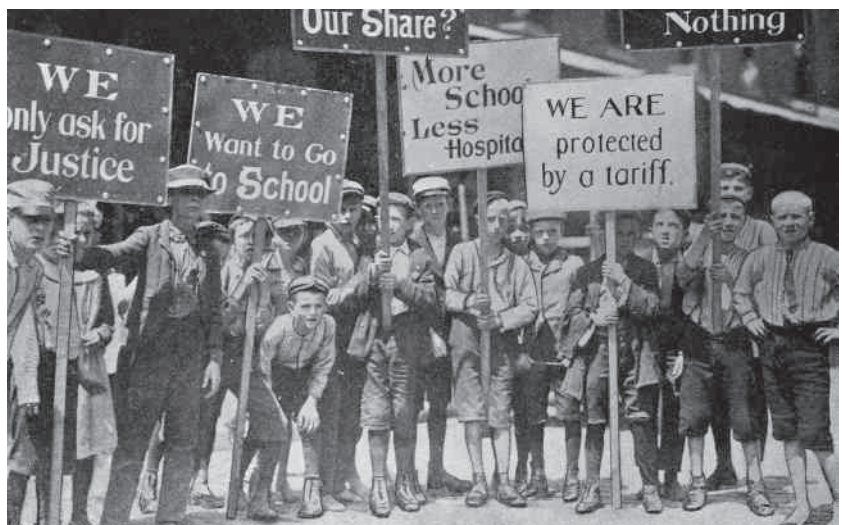
O pensamento político dos séculos XVIII e XIX dedicou-se a criar as bases para uma nova sociedade, distinta da sociedade feudal. Foi retomada a ideia de democracia, considerada o regime político adequado aos Estados modernos. Entretanto, a democracia da Idade Moderna era bem diferente daquela criada na Grécia antiga: o *status* de cidadão não era mais privilégio de um pequeno grupo, como acontecia na Antiguidade.

A Idade Moderna viu o nascimento, o desenvolvimento e a consolidação do sistema capitalista, capaz de produzir riqueza em escala inédita. Esse novo sistema levou à formação de duas novas classes sociais – o proletariado e a burguesia – e favoreceu o acúmulo e a concentração da riqueza produzida nas mãos da última.

Reinhold Thiele/Thiele/Getty Images

Patrões inspecionam a produção em uma fábrica de explosivos na Inglaterra, por volta de 1900. Enquanto a burguesia é a classe abastada que detém o capital e os meios de produção, o proletariado dispõe apenas de sua força de trabalho, a qual vende para garantir sua sobrevivência.

No século XIX esse sistema de produção passou a ser duramente criticado pelos trabalhadores, pois eles se deram conta de que a maior parte da sociedade produz os bens, mas apenas uma minoria fica com os lucros. Em oposição ao sistema capitalista, alguns pensadores desenvolveram e propuseram ideias para a formação de um sistema socialista. Eles questionaram as bases do capitalismo, afirmando que a democracia não existe de fato em uma relação de exploração: a democracia só seria possível em uma sociedade de iguais.

Algumas das principais ideias políticas desenvolvidas no período moderno são analisadas a seguir.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Em greve, crianças e jovens trabalhadores da indústria têxtil protestam na Filadélfia, Estados Unidos, por melhores condições de trabalho e pelo direito à educação. Foto de 1890.

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Teorias sobre a criação do Estado

Uma das ideias políticas surgidas no século XVII foi a de que a sociedade e sua estruturação política, o Estado, são criações humanas, e não fenômenos da própria natureza, como pensava Aristóteles. Teria sido necessária, de acordo com essa ideia, a existência de um "acordo" que organizasse a sociedade.

Estado de natureza e sociedade

A noção de que a sociedade foi instituída pelos seres humanos por meio de um pacto coletivo, com base no qual os indivíduos convivem, denomina-se **contrato social.** Em decorrência desse contrato, o estado pré-social, em que não havia uma associação humana organizada, teria sido extinto para dar lugar à sociedade, uma vida coletiva pautada por regras e leis provenientes de um poder capaz de organizar o coletivo e atuar como árbitro nas disputas entre seus membros.

As teorias baseadas nessa ideia ficaram conhecidas como **contratualistas**, e têm por base o jusnaturalismo.

JUSNATURALISMO

Do latim *jus*, 'direito', e *naturalis*, 'natural', é a doutrina segundo a qual existe um direito natural que é anterior ao Estado e superior às leis estabelecidas por ele. O direito natural prevê que todos os seres humanos são iguais, livres e têm direito à vida, podendo lutar pela sobrevivência. Para dar base ao contratualismo, o direito natural justifica que os indivíduos, por serem livres, podem transferir seus poderes a um soberano que garanta sua sobrevivência.

Folha de rosto da obra Leviatã*, do filósofo inglês Thomas Hobbes, escrita em 1651. Nesta imagem, podemos ver o* ***soberano****, uma pessoa artificial composta para representar a* ***multidão*** *(as diversas ações dos diferentes conjuntos de pessoas).*

O primeiro grande filósofo contratualista foi Thomas Hobbes (1588-1679). Numa época em que a Inglaterra se encontrava agitada pela disputa entre os defensores da monarquia e os que desejavam instituir uma república, ele escreveu duas obras políticas: *Sobre o cidadão* (1642) e *Leviatã* (1651). Nelas, Hobbes defendeu um governo monárquico e absolutista e desenvolveu a ideia de contrato social.

Para esse filósofo, a natureza humana é individualista e egoísta, e os seres humanos nem sempre se organizaram em comunidades. Viver em agrupamentos sociais organizados teria sido apenas uma maneira que encontraram de garantir a sobrevivência.

Os filósofos contratualistas denominaram o estado que precede a vida em sociedade de **estado de natureza**. Nesse estado, todos os seres humanos são livres e a única lei existente é a do direito natural. No caso de Hobbes, para quem o ser humano não é naturalmente social, o estado de natureza representava uma guerra constante de todos contra todos. Isso o levou a afirmar que "o homem é o lobo do homem".

É importante notar que tanto o estabelecimento de um contrato social como o estado de natureza são hipóteses especulativas levantadas pelos filósofos para justificar a organização social à qual chegamos. Não se trata de eventos históricos comprovados, e sim de uma resposta ao questionamento sobre a legitimação da existência do Estado.

Cena do filme Ensaio sobre a cegueira*, de 2008, dirigido pelo cineasta brasileiro Fernando Meirelles. Baseado no romance homônimo do escritor português José Saramago (1922-2010), esse filme de ficção nos fornece um bom exemplo do que seria uma volta ao estado de natureza de Hobbes.*

No estado de natureza imaginado por Hobbes, cada indivíduo desejaria impor sua vontade aos demais e a propriedade privada de bens e terras seria garantida somente pela lei do mais forte. Nessas circunstâncias, ninguém estaria seguro, sendo necessário manter uma vigília constante. A melhor defesa seria sempre o ataque, perpetuando o estado constante de guerra. O medo da morte, principalmente de uma morte violenta, preocuparia a todos. Até que, em dado momento, os indivíduos teriam se cansado de viver dessa forma.

20th Century Fox/Everett Collection/Keystone

Cena do filme A Guerra do fogo *(1981), dirigido por Jean-Jacques Annaud, em que vemos a representação hipotética de uma disputa violenta por território, comida e outros meios de vida entre dois grupos de hominídeos nos primórdios da humanidade.*

Para selar a paz entre as pessoas de modo a garantir a cada indivíduo o direito de viver e acumular bens sem o medo constante de ser roubado ou assassinado, um pacto social teria sido realizado. Segundo esse pacto, cada um abdicaria da liberdade natural que possui em nome da segurança de todos.

A partir desse momento, todos teriam passado a viver sob as ordens de um único chefe, que teria assumido a responsabilidade pela segurança e pela garantia da propriedade de cada um. Para isso, o soberano teria criado leis que substituíram o direito natural e regulamentaram a vida da comunidade, arbitrando as disputas entre os membros do grupo.

De acordo com Hobbes, antes do contrato social não havia **povo**: havia uma **multidão**, que não era um corpo político porque não tinha uma unidade. Foi o pacto coletivo que transformou a multidão em povo, em uma unidade política com um projeto comum. Dessa forma foi criado o **Estado**, personificado na figura do monarca. Seu **poder soberano** não pode ser contestado pelo povo, já que sua existência é legitimada pelo pacto.

As ideias políticas de Hobbes deram fundamentação às monarquias absolutistas europeias dos séculos XVII e XVIII. Entretanto, progressivamente o liberalismo ganhou espaço na política da Inglaterra e, depois, de toda a Europa, o que contribuiu para a formação de monarquias constitucionais e de Estados republicanos e democráticos. No plano da reflexão política, sua ideia de contrato social teve vida mais longa e serviu de matriz para outras teorias políticas.

“

O lobo

Houve um tempo em que os homens
Em suas tribos eram iguais
Veio a fome e, então, a guerra
Pra alimentá-los como animais
Não houve tempo em que o homem
Por sobre a Terra viveu em paz
Desde sempre tudo é motivo
Pra jorrar sangue cada vez mais

O homem é o lobo do homem
O homem é o lobo do homem

Sempre em busca do próprio gozo
E todo zelo ficou pra trás
Nunca cede e nem esquece
O que aprendeu com seus ancestrais
Não perdoa e nem releva
Nunca vê que já é demais

O homem é o lobo do homem
O homem é o lobo do homem

PITTY. O lobo. In: *Admirável* chip *novo* (CD), Deckdisc, 2003. Letra disponível em: <www.letras.mus.br/pitty/69129/>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Direito à propriedade

Assim como Hobbes, o médico, filósofo e político inglês John Locke (1632-1704) se apoiou nas ideias de estado de natureza e contrato social para construir sua filosofia política. Locke, porém, defendia a monarquia parlamentarista, na qual o poder estaria no Parlamento, nos representantes da população, e não na realeza. Esse sistema de governo foi instaurado na Inglaterra com a Revolução de 1689, que pôs fim ao regime absolutista, sendo John Locke um dos que contribuíram com sua fundamentação teórica.

Como vimos na Unidade 1, embora tenha sido influenciado por Descartes, Locke discordava da existência de ideias inatas. Discordava igualmente da existência de um poder inato ou de origem divina, como pretendiam justificar alguns defensores do absolutismo. Para ele, todo poder vem do povo. A teoria de Hobbes ajudou-o a desenvolver essa ideia, mas, contrariamente a Hobbes, Locke não via no estado de natureza uma guerra permanente. Para ele, o fato de os indivíduos viverem na mais absoluta liberdade não implicaria que vivessem sem leis. No estado de natureza concebido por Locke, os seres humanos seriam governados pela **lei natural da razão**, sendo seu princípio básico a **preservação da vida**. Portanto, as pessoas não agrediriam nem matariam indistintamente apenas para impor sua vontade ou tomar a propriedade de alguém.

De acordo com o filósofo, todo indivíduo já nasceu livre e proprietário de seu corpo e de sua capacidade de trabalho. Tudo aquilo que produzir, retirando da natureza ou a transformando por meio de seu próprio trabalho, será de sua propriedade, uma vez que empenhou seu corpo e sua vida nessa tarefa. Se, no estado natural, os seres humanos não só gozavam da plena e absoluta liberdade como também podiam ter acesso a propriedades, o que os teria levado a abandonar esse estado e instituir a sociedade civil?

A hipótese de Locke aponta que, com o tempo, o produto do trabalho humano e o acesso à propriedade se tornaram mais complexos. Tornou-se necessário arbitrar sobre os direitos, em razão das disputas que começaram a surgir entre os indivíduos. Se todos são iguais, quem poderia arbitrar as questões e fazer justiça?

Na foto, de 2012, indígenas da etnia Suruí Sororó interditam a BR-153, entre os municípios de São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, no Pará, para reivindicar melhorias na saúde e na educação e indenização para as famílias prejudicadas pela construção da rodovia. Ainda hoje, em lugares onde as leis são pouco observadas por órgãos governamentais e pela sociedade civil, a propriedade da terra gera conflitos.

Antonio Cícero/Fotoarena/Agência Estado

Locke afirma que ocorreu um **pacto de consentimento**, em que os indivíduos concordavam em instituir leis que preservassem e garantissem tudo aquilo que eles já desfrutavam no estado de natureza. Também nesse ponto ele diverge de Hobbes, para quem o contrato é um **pacto de submissão** que instaura uma situação contrária à liberdade que vigorava no estado de natureza. Locke faz uma analogia com o casamento, uma modalidade de união que só é possível porque há o consentimento de ambas as partes.

Jonas Cunha/Agência Estado

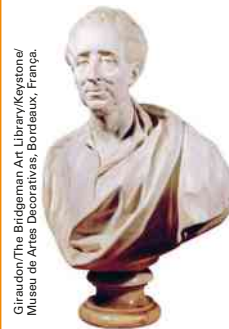
Manifestação pedindo o impeachment *do então presidente Fernando Collor de Mello, no Rio de Janeiro (RJ), em 21 de agosto de 1992. Quando a população perdeu a confiança no presidente da República, alvo de uma série de denúncias de corrupção, foi às ruas para pedir sua saída do poder.*

O contrato social instituiu, então, a sociedade civil e o Estado como garantia dos direitos naturais, e não como criação de outros direitos. Os indivíduos teriam se reunido em comunidade com o objetivo de facilitar o gozo do direito de propriedade que, mesmo possível, era incerto e inseguro quando se vivia em estado natural. Para Locke, portanto, o principal objetivo do contrato social é a preservação do **direito de propriedade**.

Sendo fruto do consentimento de todos, a instituição de uma sociedade política não significaria a renúncia à liberdade individual, e sim a instauração de uma nova forma de liberdade: a **liberdade civil**. Esta não se contrapõe à liberdade natural, mas a preserva e a amplia, já que os direitos naturais se tornam direitos políticos.

Para Locke, primeiro houve um pacto para a instituição da sociedade e, posteriormente, a sociedade instituída definiu as formas de governo. O contrato social, segundo Locke, não é a transferência do poder de cada um para um soberano. A **soberania** (o poder) pertence à totalidade do **povo**, que pode indicar quem assumirá as funções de administração e de **governo**. E todo indivíduo que ocupar essa função o fará em nome do povo, podendo ser destituído por ele quando não corresponder às expectativas.

Locke fala na necessidade de separar e articular os poderes legislativo (que elabora as leis), executivo (que as coloca em prática) e judiciário (que arbitra a prática das leis), para evitar a concentração de poder em uma única pessoa ou grupo. Essa teoria foi consolidada no século seguinte por **Montesquieu** e se tornou elemento fundamental do sistema democrático moderno.

Montesquieu (1689-1755)

Giraudon/The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu de Artes Decorativas, Bordeaux, França.

Busto de Montesquieu em mármore, feito por Jean-Baptiste II Lemoyne no século XVIII.

Charles-Louis de Secondat, barão de Montesquieu, foi um pensador iluminista crítico da monarquia absolutista e dos excessos políticos do clero católico na França. Tornou-se famoso com *Cartas persas* (1721), obra na qual faz uma crítica dos costumes franceses da época. Mas foi *O espírito das leis*, de 1748, que exerceu maior influência no pensamento político ocidental.

Jean-Jacques Rousseau
(1712-1778)

Stock Montage/Stock Montage/Getty Images

Gravura de c. 1755, representando Rousseau.

Escritor e filósofo nascido em Genebra (Suíça). Num momento de predomínio da filosofia iluminista, foi crítico da confiança incondicional na razão humana. Escritor polêmico, viu algumas de suas obras serem proibidas e mesmo queimadas em praça pública, o que o levou a exilar-se por certo tempo em Neuchâtel, na Suíça. Escreveu sobre diversos assuntos, da música à educação, mas destacou-se especialmente no campo da política. Publicou, entre outras obras: *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754-1755); *Emílio, ou Da educação* (1762); e *Do contrato social* (1762).

O contrato social como expressão da vontade geral

Talvez você já tenha ouvido a frase: "O homem nasceu livre, e em toda parte vive acorrentado". Ela abre o livro *Do contrato social*, de **Jean-Jacques Rousseau**. Enquanto Hobbes concebia o estado natural como guerra e o estado social como fonte de segurança individual, Rousseau considerava o estado natural fonte da liberdade e da igualdade, e a sociedade política, fonte da guerra, pois instaurava a desigualdade entre as pessoas. Para ele, nascemos livres na natureza, mas nos aprisionamos pelas convenções sociais. O problema político poderia ser enunciado da seguinte maneira: como estabelecer um pacto social que garanta a liberdade, e não a escravização dos indivíduos?

Em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Rousseau afirmava que o estado de natureza foi a "idade de ouro", quando os seres humanos eram todos livres e iguais entre si, autossuficientes e isolados uns dos outros, vivendo em paz e harmonia. Isso fez com que se atribuísse a Rousseau a ideia do "bom selvagem" – a crença de que o ser humano é naturalmente bom, mas se corrompe pela vida em sociedade –, embora ele nunca tenha usado essa expressão.

Para Rousseau, a origem da **propriedade** é também a origem da verdadeira **desigualdade** entre os seres humanos. As diferenças naturais (dos atributos físicos) não deveriam ser levadas em conta, porque a desigualdade social seria a única que origina uma distinção negativa entre os seres humanos. Rousseau considerava que a fundação da sociedade civil se deu na primeira vez que um ser humano cercou um terreno, afirmando "Isto é meu!", e encontrou aceitação por parte de seus semelhantes. A origem da propriedade é a origem da sociedade, mas ainda sem as bases jurídicas que são garantidas por um Estado.

A instituição da propriedade teria dado início ao processo de acumulação de bens. Surgem as desigualdades, a escravidão, a ganância e a violência.

Rousseau considerava que o primeiro contrato social que instituiu o Estado não resultava da ação de todos os indivíduos, como pensavam Locke e Hobbes, mas da ação daqueles que tinham mais posses e puderam coagir os que não as tinham, na tentativa de resguardar suas propriedades.

Desse modo Rousseau antecipou a noção de Estado como instrumento de classe, que Karl Marx enunciaria no século seguinte. Entretanto, a instituição política não seria essencialmente nociva, destinada a defender interesses individuais; a sociedade não seria contrária ao estado natural, como afirmava Hobbes.

Leo Caldas/Pulsar Imagens

A desigualdade econômica e social na atualidade se revela no contraste entre os altos edifícios, ao fundo, e a favela Entra a Pulso, na zona sul do Recife, capital de Pernambuco. Foto de 2012.

Para Rousseau, o Estado poderia ser organizado de forma a preservar os direitos naturais e a igualdade entre os indivíduos. Um pacto que garantisse a igualdade sem abrir mão da liberdade humana deveria englobar todos os indivíduos. Se alguém fica de fora, se estabelece, já na origem, uma desigualdade que corrompe a sociedade instituída.

Diferentemente do que ocorria no contrato social imaginado por Hobbes, no de Rousseau o conjunto dos indivíduos não abdica de sua liberdade em nome de um único indivíduo, ao qual se submete. Ao contrário, entrega o controle a um **indivíduo coletivo** formado pela união de todos os que firmaram o contrato. Esse indivíduo coletivo é o que ele denomina **vontade geral**, uma das bases de todo e qualquer Estado. O soberano, aqui, não é o monarca, como em Hobbes, mas o próprio Estado, como união dos indivíduos. O todo é soberano com relação a cada uma das partes, todas elas iguais entre si.

Para Rousseau, a instituição desse Estado não exige que se abra mão da liberdade individual, uma vez que ele é a reunião do conjunto dos indivíduos e deve expressar a vontade geral, isto é, a resultante das vontades individuais no que diz respeito às questões comuns e coletivas. Nessa perspectiva, a **soberania** não é do governo – os ocupantes da máquina administrativa, executores da vontade geral –, mas do **povo**, como conjunto dos indivíduos pactuantes; então, nunca há submissão individual. A igualdade política dos indivíduos se realiza no Estado, assim como sua liberdade se realiza ao seguir as leis criadas por eles mesmos, e não impostas por outrem.

Ciente de que o Estado e a sociedade em que vivia não eram aqueles imaginados por ele, e que era impossível voltar ao estado de natureza, Rousseau procurou encontrar modos de organizar socialmente os indivíduos preservando seus direitos e características naturais. De acordo com ele, por meio da educação pode-se evitar que o indivíduo seja corrompido pelas relações sociais, mesmo vivendo em uma sociedade desigual, centrada na exploração. Esse tema foi analisado na obra *Emílio, ou Da educação*, em que projetou a educação de uma criança desde o nascimento até os 25 anos de idade.

Para transformar o conjunto da sociedade, porém, também seria necessária uma forma de organização não corrompida e não corruptora, que possibilitasse uma vida livre e em que não houvesse a exploração de uma pessoa por outra. Esse tema foi trabalhado no livro *Do contrato social*, publicado na mesma época de seu tratado sobre educação.

As ideias de Rousseau originaram algumas das principais bases teóricas das democracias modernas.

O filme *Serras da desordem*, uma mistura de ficção e documentário, toma como base a história real de Carapiru, um indígena da etnia Awá-Guajá. Após sobreviver ao extermínio de sua tribo nos anos 1970, Carapiru vaga sem destino por 10 anos até encontrar, com a ajuda da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), seu filho e os últimos remanescentes de sua tribo.

Serras da desordem. Direção de Andrea Tonacci. Brasil, 2006. (135 min).

Divulgação/Usina Digital

Cartaz do filme Serras da desordem.

Aula em colégio de tempo integral, em Teresina (PI), em 2015. Segundo Rousseau, a educação é fundamental para que o indivíduo possa conhecer sua natureza e preservá-la da exploração e da corrupção, presentes em uma sociedade injusta e desigual.

Delfim Martins/Pulsar Imagens

As críticas ao Estado no século XIX

No século XIX, haviam se formado na Europa vários Estados liberais, caracterizados pela liberdade individual no exercício da economia, da política e da religiosidade e que funcionavam segundo os princípios democráticos. Essa estrutura foi de grande importância na consolidação do capitalismo, que ganhou maior impulso com a Revolução Industrial.

A industrialização fez emergir uma nova categoria social: o operariado, composto daqueles que, possuindo apenas sua força de trabalho como propriedade, eram obrigados a vendê-la em troca de um salário. Submetidos a duras condições de trabalho nas fábricas, aos poucos os operários se organizaram para reivindicar melhores salários e condições de trabalho, como a limitação da jornada e o fim do trabalho infantil.

A luta dos trabalhadores não era apenas econômica, mas também política. Em geral, eles não se consideravam representados nas decisões tomadas nas câmaras legislativas, nem nas políticas adotadas pelos governos. A greve passou a ser utilizada como uma das estratégias de luta para pressionar tanto os patrões quanto os governantes. Começaram a se desenvolver teorias políticas baseadas no ponto de vista da classe operária. Essas teorias viam no Estado um instrumento da opressão e dominação dos trabalhadores. Algo, portanto, a ser combatido e destruído.

Sony Pictures/Everett Collection/Keystone

Cena de Germinal*, de 1993, dirigido por Claude Berri. Inspirado no romance homônimo do escritor francês Émile Zola, o filme aborda a luta de operários explorados por uma mineradora no século XIX, para conquistar melhores condições de trabalho.*

Marx e Engels: o socialismo, o comunismo e a superação do Estado

O filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) se afastou das teses contratualistas e, na obra *Princípios da filosofia do direito* (publicada em 1821), afirmou que o Estado é autônomo em relação aos indivíduos e não faz sentido colocá-lo fora da história. Para Hegel, a sociedade se constitui em duas esferas: a **sociedade civil**, que representa os embates e antagonismos dos indivíduos em sua luta diária pela sobrevivência; e a **sociedade política** (o Estado), a instância em que os antagonismos da sociedade civil são superados em nome do interesse público.

Essa concepção foi retomada algumas décadas mais tarde por Karl Marx (1818-1883). Invertendo a concepção idealista de Hegel, segundo a qual o Estado é quem determina a história, Marx sustentou que é a produção social dos seres humanos, por meio da luta entre as classes sociais, que determina a estrutura do Estado e a evolução histórica. Marx chegou a essa conclusão analisando a história da humanidade, pois percebeu que em nenhum momento o Estado foi o representante dos interesses coletivos, nem tampouco o promotor de uma "vontade geral". Ao contrário, o Estado foi sempre aquilo que Rousseau já havia denunciado: um instrumento de determinado grupo social para conquistar e manter privilégios. No caso de uma sociedade organizada pelo sistema capitalista, o Estado é instrumento da classe burguesa, que está em conflito com a classe operária. Essa análise histórica, política, econômica e social de Marx, elaborada em conjunto com o também filósofo Friedrich Engels (1820-1895), posteriormente foi denominada **materialismo histórico**.

A concepção marxista marcou o divórcio entre sociedade civil e Estado. Embora seja determinado pela sociedade civil, o Estado teria certo grau de independência, o que lhe permitiria fixar regras e leis que perpetuariam a estrutura social vigente e manteriam os privilégios e os infortúnios dessa organização social. O Estado deixa, portanto, de ser considerado um contrato entre indivíduos que promove a realização da sociedade humana (segurança, direito à propriedade, liberdade) e passa a ser considerado um instrumento da classe dominante para a manutenção do poder econômico. A liberdade de que falam os liberais seria, portanto, ilusória em uma sociedade organizada por um Estado. Assim, a superação do Estado é concebida como um passo necessário para o surgimento da verdadeira história humana e para o estabelecimento do reino da liberdade, que, no pensamento de Marx, tem semelhanças com a idade de ouro sonhada por Rousseau. Para Marx, o Estado é apenas um momento no trajeto da humanidade rumo ao reino da liberdade e, como tal, não deve ser legitimado, mas superado.

É preciso que o jogo termine logo, *gravura francesa de 1789, em que um camponês é montado por um clérigo e um nobre. De modo crítico e irônico, a gravura representa os três estados da sociedade francesa da época (o clero, a nobreza e o povo) e o uso abusivo que os dois primeiros faziam do Estado para manter seus privilégios econômicos à custa da exploração do terceiro estado.*

Pablo Blazquez Dominguez/Getty Images

Foto de protesto em 23 de fevereiro de 2013, em Madri, na Espanha, contra medidas de austeridade econômica, tomadas pelos líderes dos principais Estados europeus diante da crise econômica. Tais medidas, adotadas sem consulta popular, incluíam redução de salários, aumento da carga horária de trabalho, ampliação da idade limite para aposentadoria e redução de pensões e benefícios na área da saúde, e afetavam principalmente as classes menos abastadas.

Ullstein Bild/The Granger Collection/Other Images

Cartaz de propaganda política da União Soviética, impresso em 1919, com o inscrito "Proletários de todo o mundo, uni-vos!". Essa frase pertence ao Manifesto Comunista*, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848.*

Se o Estado historicamente tem sido um instrumento de determinadas classes sociais para dominar e explorar outras, sua dissolução só seria possível em uma sociedade em que os indivíduos fossem de fato iguais e não houvesse exploração de um pelo outro. Como Marx afirmava que a exploração se dava em função da propriedade privada dos meios de produção, uma sociedade sem exploração seria uma sociedade sem propriedade privada desses meios. A isso Marx denominou **comunismo**, isto é, uma sociedade em que os meios de produção seriam comuns a todos. Como a propriedade é a base da divisão da sociedade em diferentes classes, uma sociedade comunista seria uma sociedade sem classes. Não havendo classes sociais com interesses diferentes, o Estado deixaria de ser necessário.

A teoria marxista afirma que as transformações sociais acontecem justamente porque há conflito entre as classes sociais. Portanto, a luta de classes move a história. Partindo dessa ideia, Marx estudou a fundo a sociedade capitalista para compreender seu funcionamento, de modo a planejar uma ação política que levasse à sua transformação em uma sociedade na qual os trabalhadores não fossem explorados e controlassem eles próprios os meios de produção.

Marx convocou os trabalhadores a se organizar em várias associações, e especialmente em partidos comunistas, para que suas reivindicações

ganhassem força. É bastante conhecida a frase final de um texto que escreveu em parceria com Engels, publicado em 1848, o *Manifesto do Partido Comunista*: "Proletários de todo o mundo, uni-vos!".

Como o Estado era considerado instrumento de dominação da classe burguesa, a ruptura com o capitalismo, segundo Marx, seria possível apenas por meio de uma revolução. Nela, a classe trabalhadora organizada se tornaria dominante, o que levaria à democracia, isto é, ao poder exercido pelo povo e não mais por uma pequena classe dominante e economicamente privilegiada. Além dessa mobilização, que compõe o cerne do programa revolucionário de emancipação do proletariado, outras medidas estruturais seriam tomadas: a propriedade privada seria extinta e todos os meios de produção passariam a pertencer ao Estado. Mas, como o Estado seria a expressão do conjunto da população, os bens necessários à produção da vida material seriam de todos. Esse conjunto de medidas caracteriza o que Marx chamou **socialismo**.

Com o fim da propriedade privada dos meios de produção, os interesses da antiga classe privilegiada pouco a pouco desapareceriam. Haveria, finalmente, uma sociedade sem classes. Nesse contexto, o Estado já não seria necessário e desapareceria. Isso significaria a emergência de uma sociedade comunista, na qual todos seriam livres e iguais entre si. Nesse momento teria início, segundo Marx e Engels, a "verdadeira história da humanidade".

O anarquismo: a defesa de uma sociedade sem Estado

O anarquismo como movimento social e político surgiu no século XIX, no contexto do movimento operário, e desenvolveu uma filosofia política que defende uma sociedade sem Estado. Para os anarquistas, o Estado é fonte da opressão humana e instrumento de dominação. Se o Estado existe para resolver os conflitos entre os indivíduos, ele não é necessário em uma sociedade que expresse a igualdade, a liberdade e a solidariedade.

O primeiro pensador a desenvolver ideias anarquistas no século XIX foi **Proudhon**. Em 1840 ele lançou um pequeno livro com o título *O que é a propriedade?*, e sua resposta à pergunta do título era simples e direta: a propriedade é um roubo. Fazendo a crítica da propriedade privada, Proudhon propunha uma sociedade sem propriedade, uma sociedade comunista.

Antes de Proudhon definir suas ideias como **anarquistas**, essa palavra tinha uma conotação pejorativa. Durante a Revolução Francesa, certos grupos chamavam seus adversários de anarquistas para dizer que não eram sérios, que eram baderneiros e desordeiros. Proudhon deu à palavra um sentido positivo, ao afirmar que a **anarquia** não é desordem, mas a expressão de uma "ordem natural", não de uma ordem artificial criada por um grupo segundo seus interesses. Sua conclusão: "Assim como o ser humano procura a justiça na igualdade, a sociedade procura a ordem na anarquia".

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)

Proudhon retratado em óleo sobre tela por Gustave Courbet, em 1865.

Filósofo anarquista francês. De origem humilde, empregou-se muito jovem numa tipografia. Ali tomou contato com socialistas e revolucionários, que influenciariam seu pensamento. Afirmou que era necessário fazer uma revolução para pôr fim ao Estado. Propôs também a criação de um sistema mutualista, para empréstimos sem juros entre trabalhadores, e a volta ao trabalho artesanal contra o trabalho industrial. De sua vasta obra, destacam-se: *O que é a propriedade?* (1840); *Sistema das contradições econômicas, ou filosofia da miséria* (1846); e *Do princípio federativo* (1864).

ANARQUIA

A palavra deriva do grego *arkhía*, 'governo', 'chefe', 'autoridade', e o prefixo *a* ou *an*, que indica negação. Literalmente, portanto, anarquia significa ausência de governo, de chefe, de comando. Quando se parte do princípio de que o governo é absolutamente necessário, a palavra adquire um sentido negativo. Porém, para o anarquismo como teoria política e movimento social, a ausência de governo seria exatamente a realização de uma sociedade justa e igualitária.

Mikhail Bakunin
(1814-1876)

Nadar-Gaspard/FTlix Tournachon/Mondadori Portfolio/ Getty Images

Fotografia de Bakunin, feita por volta de 1870.

Nascido na Rússia, filho de grandes proprietários de terra, Bakunin se afastou da família, que desejava vê-lo na carreira política, para estudar filosofia em Moscou. Ali tomou contato com as ideias de Hegel. Aproximou-se dos movimentos operários revolucionários e transitou por vários países europeus, tendo sido preso algumas vezes. Sua militância política e social foi marcada por uma também intensa produção intelectual. Escreveu panfletos políticos e textos esparsos, entre os quais: *A Comuna de Paris e a noção de Estado* (1871); *Federalismo, socialismo e antiteologismo* (1872); *Estado e anarquia* (1873); e *Deus e o Estado* (1882).

As ideias de Proudhon foram retomadas e desenvolvidas por vários filósofos anarquistas. Um deles foi **Mikhail Bakunin**, revolucionário que atuou em associações de trabalhadores de diversos países europeus e procurou construir uma revolução que colocasse fim à exploração capitalista.

O princípio central da filosofia anarquista é a liberdade individual. Os anarquistas consideram que os indivíduos são livres e que a sociedade não pode limitar essa liberdade, mas confirmá-la e aprimorá-la. Por isso, o Estado, instrumento de dominação, é visto como algo a ser combatido. O conceito anarquista de liberdade, porém, difere daquele elaborado por Rousseau e por outros filósofos que podem ser chamados de "liberais".

Para Rousseau, o ser humano é livre por natureza: todos nascem livres, embora a sociedade coloque limites para a liberdade. Essa ideia de liberdade individualizada está expressa na frase: "O limite de minha liberdade é a liberdade do outro". Para a filosofia anarquista, não faz sentido pensar em limites para a liberdade. Se a liberdade do outro é um limite para minha liberdade, então nem ele nem eu somos livres. Os filósofos anarquistas, em especial Proudhon e Bakunin, elaboraram um conceito coletivista de liberdade. Para eles, a liberdade não é um dom natural do indivíduo. Ninguém nasceria livre; **nós nos tornaríamos livres**. Aprenderíamos a ser livres e precisaríamos conquistar a liberdade. E isso só poderia ser feito nas relações sociais, em meio a outros seres humanos, junto com outros iguais a mim. Não haveria sentido falar em liberdade se eu vivesse isolado em uma ilha deserta. Só poderia ser livre se, vivendo em meio a outras pessoas, as liberdades delas confirmassem a minha, assim como minha liberdade confirmasse as delas.

> [...] *Só sou verdadeiramente livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres, são igualmente livres. A liberdade do outro, longe de ser um limite ou a negação da minha liberdade, é, ao contrário, sua condição necessária e sua confirmação* [...] *Ao contrário, é a escravidão dos homens que põe uma barreira na minha liberdade, ou, o que é a mesma coisa, é sua animalidade que é uma negação da minha humanidade* [...] *Minha liberdade pessoal assim confirmada pela liberdade de todos se estende ao infinito.*
>
> BAKUNIN, Mikhail. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983. p. 32-33.

As relações sociais não seriam outra coisa senão um jogo de liberdades. Quando esse jogo tende ao domínio de uns sobre outros, anulam-se as liberdades de todos e, afirmam os anarquistas, historicamente é isto que os sistemas políticos fazem: o Estado é sempre o instrumento de dominação de um grupo sobre o restante da sociedade. Por isso, as liberdades precisam ser conquistadas, o que requer organização política para uma revolução social que coloque fim ao sistema de exploração e abra espaço para a construção de uma sociedade realmente livre, justa e igualitária.

Para os anarquistas, diferentemente do que pensava Marx, a revolução social deveria derrubar imediatamente o Estado. Se o Estado fosse mantido após a revolução, a serviço da atuação partidária, seria mantido um sistema de privilégios, de relações de exploração, de classes sociais. Apenas a extinção imediata do Estado como aparelho de exploração poderia colocar em marcha outros tipos de relação, outros jogos de poder que fossem exercício de liberdade, não de dominação.

Adriano Abreu/SitioVive

Fábrica de tambores plásticos administrada desde 2003 pelos operários da empresa, em Sumaré (SP). Foto de 2013.

Trabalhando com textos

Os dois textos a seguir expressam diferentes concepções de Estado. Embora ambos sejam textos críticos, escritos contra as perspectivas políticas dominantes em suas épocas, eles trabalham com universos conceituais distintos. No primeiro texto, Rousseau defende a soberania como exercício da vontade geral, apontando-a como base de um Estado democrático. No segundo texto, o anarquista Bakunin desvela as relações entre governo e Estado, criticando o Estado burguês.

Texto 1

O governo de um Estado só é possível quando este Estado é soberano, quando nenhum outro se impõe sobre ele. Segundo Rousseau, essa soberania não pode ser cedida, ou isso significaria a perda do governo.

A soberania é inalienável

A primeira e mais importante consequência dos princípios até aqui estabelecidos é que somente a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade da sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi a concordância desses mesmos interesses que o tornou possível. O que forma o vínculo social é o que há de comum nesses diferentes interesses, e, se não houvesse um ponto no qual todos os interesses se põem de acordo, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, é unicamente com base nesse interesse comum que a sociedade deve ser governada.

Inalienável: que não pode ser alienado, que não pode ser vendido ou dado.

Digo portanto que a soberania, que é o exercício da vontade geral, nunca pode ser alienada e que o soberano, que é um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo. O poder pode ser transmitido, não a vontade.

De fato, se não é impossível que uma vontade particular concorde em algum ponto com a vontade geral, é impossível pelo menos que essa concordância seja duradoura e constante, porque a vontade particular tende por natureza às preferências, e a vontade geral à igualdade. É ainda mais

impossível ter uma garantia dessa concordância, mesmo que essa concordância perseverasse, o que não seria um efeito da arte mas do acaso. O soberano pode muito bem dizer: "Quero agora o que quer certo homem ou pelo menos o que ele diz querer". Mas ele não pode dizer: "O que esse homem quiser amanhã, eu também quererei", porque é absurdo que a vontade se dê grilhões para o futuro e porque não depende de nenhuma vontade consentir em nada que seja contrário ao bem do ser que quer. Portanto, se o povo promete simplesmente obedecer, ele se dissolve por esse ato, perde a sua qualidade de povo. A partir do instante em que tem um amo, não há mais soberano, e o corpo político é por conseguinte destruído.

Isso não quer dizer que as ordens dos chefes não possam ser tidas como vontades gerais, enquanto o soberano, que é livre para se opor a elas, não o fizer. Num caso assim, do silêncio universal deve-se deduzir o consentimento do povo.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2011. p. 77-78.

Questões sobre o texto

1 Como Rousseau explica a ideia de que o soberano é um ser coletivo?

2 Por que a vontade geral, ou soberania, é inalienável?

3 Seria possível a concordância de uma vontade particular com a vontade geral? Em que condições?

4 Em que sentidos a soberania é a base de qualquer sociedade?

Texto 2

No texto a seguir, Bakunin afirma que é impossível não se revoltar contra o Estado, pois ele opera pela opressão, pelo abuso da autoridade.

Estado e governo

[...] *Não hesito em dizer que o Estado é o mal, mas um mal historicamente necessário, tão necessário no passado quanto o será sua extinção completa, cedo ou tarde; tão necessário quanto foram a bestialidade primitiva e as divagações teológicas dos homens. O Estado absolutamente não é a sociedade, é apenas uma forma histórica tão brutal quanto abstrata. Nasceu historicamente, em todos os países, do casamento da violência, da rapina e do saque, isto é, da guerra e da conquista, com os deuses criados sucessivamente pela fantasia teológica das nações. Foi, desde sua origem e permanece ainda hoje, a sanção divina da força bruta e da iniquidade triunfante.*

[...] *A revolta é muito mais fácil contra o Estado, porque há na própria natureza do Estado alguma coisa que leva à revolta. O Estado é a autoridade, é a força, é a ostentação e enfatuação da força. Ele não se insinua, não procura converter: sempre que interfere, o faz de mau jeito, pois sua natureza não é de persuadir, mas de impor-se, de forçar. Inutilmente, tenta mascarar essa natureza de violador legal da vontade dos homens, de negação permanente de sua liberdade. Então, mesmo que determine o bem, ele o estraga, precisamente porque o ordena, e porque toda ordem provoca e suscita revoltas legítimas da liberdade; e porque o bem, no momento, da moral humana, não divina, do ponto de vista do respeito humano e da liberdade, torna-se um mal.*

[...] *Exploração e governo, o primeiro dando os meios de governar e constituindo a base necessária assim como o objetivo de todo governo, que por sua vez garante e legaliza o poder de explorar, são os dois termos inseparáveis de tudo que se chama política. Desde o início da história eles constituíram a vida real dos Estados: teocráticos, monárquicos, aristocráticos, e até mesmo democráticos. Anteriormente e até a grande Revolução do fim do século XVIII, sua íntima relação era mascarada por ficções religiosas, legais e cavaleirescas, mas, desde que a mão brutal da burguesia destruiu todos os véus, aliás nitidamente transparentes, desde que seu sopro revolucionário dissipou todas as vãs imaginações atrás das quais a Igreja e o Estado, a tecnocracia, a monarquia e a aristocracia puderam, durante tanto tempo, tranquilamente realizar todas as suas torpezas históricas; desde que a burguesia, cansada de ser bigorna, tornou-se, por sua vez, martelo; desde que inaugurou o Estado moderno, essa ligação fatal tornou-se para todos uma verdade revelada e até mesmo incontestável.*

A exploração é o corpo visível e o governo é a alma do regime burguês. E, como acabamos de ver, uma e outra, nessa ligação tão íntima, são, tanto do ponto de vista teórico como prático, a expressão necessária e fiel do idealismo metafísico, a consequência inevitável dessa doutrina burguesa que procura a liberdade e a moral dos indivíduos fora da solidariedade social. Essa doutrina leva ao governo espoliador de um pequeno grupo de privilegiados, ou de eleitos, à escravidão espoliada da maioria e, todos, à negação de toda moralidade e toda liberdade.

BAKUNIN, Mikhail. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983. p. 33-34.

Enfatuação: ato de enfatuar, tornar presunçoso (vaidoso).
Espoliador: o mesmo que saqueador, usurpador, que tira o que não é seu.

Questões sobre o texto

1 Sob quais circunstâncias Bakunin afirma que o Estado é um "mal", mas também "necessário"?

2 Como Bakunin relaciona o governo com a exploração?

3 Em que se baseia a crítica de Bakunin ao regime burguês?

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1. Depois de conhecer um pouco o pensamento político moderno, como você analisa a letra da música "Estado Violência" reproduzida no início do capítulo?
2. Relacione algumas semelhanças e diferenças entre as noções de "estado de natureza" e "contrato social" em Hobbes, Locke e Rousseau.
3. Que críticas os marxistas e os anarquistas fazem ao Estado? Em que elas se aproximam e em que se distanciam?
4. Faça uma pesquisa sobre movimentos organizados da sociedade civil que reivindicam direitos civis no Brasil. Analise o teor dessas reivindicações e como esses grupos são tratados pelo Estado. Reflita sobre os dados obtidos e escreva um texto argumentativo expondo suas posições diante da questão.
5. Qual é a diferença entre a estratégia dos marxistas e a dos anarquistas para chegar a uma sociedade comunista?
6. Como as teorias estudadas neste capítulo podem ajudar você a compreender a estrutura de poder em seu país?
7. O que você pensa sobre a obrigatoriedade do voto no Brasil? E sobre o voto aos 16 anos? Você se sente preparado para exercer esse direito de cidadania? Escreva sobre isso e depois debata com seus colegas.
8. Faça uma dissertação filosófica sobre o tema: O fim do Estado é inevitável?

   Além do que foi estudado neste capítulo, consulte os textos seguintes.

[...] *A reflexão da filosofia política clássica evidencia entretanto um aspecto do Estado que contesta de antemão essas concepções instrumentalistas ou funcionalistas. O economismo que hoje domina o pensamento das ciências sociais não deveria fazer com que subestimássemos sua importância. Somos tributários de Thomas Hobbes por ter sido um dos primeiros a estudar esses aspectos em sua teoria da "pessoa fictícia" do soberano. A frase que se atribui a Luís XIV ("O Estado sou eu") o diz bem: na unidade física, visível, da pessoa do soberano, quer se trate de um monarca ou de uma assembleia, realiza-se por artifício a união dos cidadãos que a ele confiam sua segurança e bem-estar. O Leviatã revela assim suas forças propulsoras antropológicas com as quais tem de lidar essa pretensa "máquina". Espinosa, pouco suspeito de simpatia pela monarquia absoluta, concorda nesse ponto com o filósofo inglês. Define o Estado como um indivíduo que só pode existir sobre o modelo de uma pessoa, dotada de uma vontade. "O corpo do Estado", escreve ele em seu tratado político, "deve ser dirigido como que por uma única alma, e é por isso que a vontade da cidade deve ser considerada como a vontade de todos". E acrescenta que as "leis são a alma do Estado. Enquanto permanecerem, o Estado subsiste necessariamente. Mas as leis não podem permanecer invioladas se não estiverem sob a proteção da razão e das afecções comuns aos homens".*

LECOURT, Dominique. O fim do Estado é inevitável? In: *Café Philo*: as grandes indagações da filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 51-52.

[...] *O Estado, tal como conhecemos, nem sempre existiu. Sem dúvida o mundo atual nos pede para inventarmos formas novas de organização política. Mas nada seria mais grave do que esquecer, por cientificismo, as forças propulsoras antropológicas com as quais tiveram sempre de lidar os Estados modernos. Pois essas forças não desaparecerão. Toda transformação da forma estatal consistirá apenas em sua reativação conforme novas regras. E já vemos com nossos próprios olhos o preço que teríamos de pagar por uma denegação tecnocrática dessa realidade: explosões assassinas de ódio nacionalista e racista em reação ao que apareceria como um puro e simples desmantelamento; o desamparo de uma juventude que se entrega à violência destruidora (drogas incluídas) na impossibilidade de adquirir uma identidade e tornar-se alguém; ou ainda por nostalgia, o efeito bumerangue do que Espinosa chamava "o ódio teológico", que talvez seja o mais feroz de todos aqueles de que é capaz o ser humano.*

LECOURT, Dominique. O fim do Estado é inevitável? In: *Café Philo*: as grandes indagações da filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 53.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Algumas vezes, a proposta de realização de uma dissertação filosófica aparece na forma de uma pergunta. Quando deparamos com esse tipo de atividade, é importante ter em mente que não se trata simplesmente de responder à pergunta-tema de forma direta.

É necessário observar a regra de "problematizar a pergunta". Em outras palavras, ela não pode ser tomada como absoluta; caso contrário, o exercício da dissertação simplesmente repetirá aquilo que foi exposto na aula ou no texto. Antes de escrever a dissertação é preciso refletir sobre a pergunta até atingir o problema filosófico que está por trás dela. Isso permitirá que ela seja examinada sob vários ângulos, de modo que o texto produzido, fruto dessa reflexão pessoal, exponha uma posição e argumentos próprios.

É lógico!

A partir do século XVII, houve significativo desenvolvimento de uma nova forma de compreender o mundo: o conhecimento científico. O avanço da ciência – que fez uso das ferramentas lógicas – acabou por influenciar decisivamente o próprio pensamento lógico. A lógica foi se tornando cada vez mais sistematizada, de modo a possibilitar uma análise clara das proposições científicas para atestar sua validade. O problema da lógica tornou-se identificar a construção e a forma das proposições para avaliar se são falsas ou verdadeiras.

Assim, a lógica ficou cada vez mais próxima da matemática. Os objetos da matemática (as operações) possuem uma coerência interna e obedecem a uma série de regras que são aceitas pela comunidade matemática. Isso levou a lógica a se constituir como uma ciência que produz **operações simbólicas** partindo das **proposições**. Assim se consolidou aquilo que hoje denominamos **lógica matemática** ou **lógica simbólica**, na medida em que ela opera matematicamente com símbolos.

Um dos pioneiros no trato matemático da lógica foi o filósofo e matemático germânico Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716). No final do século XVII, Leibniz mostrou que todo tipo de raciocínio pode ser reduzido a uma combinação de elementos variados, que podem ser números ou palavras, por exemplo. A lógica pensada por Leibniz, relacionada à **análise combinatória**, seria a base sobre a qual se desenvolveria, a partir da segunda metade do século XX, a ciência da computação.

Os princípios da lógica matemática, porém, provêm de uma sistematização muito mais antiga: a geometria proposta pelo matemático Euclides de Alexandria. No livro *Os elementos* (c. 300 a.C.), ele organizou aquilo que se conhecia na época sobre as figuras, as linhas e os ângulos, distinguindo-os em **definições**, **axiomas** e **postulados**. No sistema euclidiano, as definições, os axiomas e os postulados são os princípios de todo conhecimento verdadeiro, aqueles conhecimentos que não precisam e não podem ser demonstrados, pois são autoevidentes, isso é, sustentam-se a si mesmos e deles não podemos duvidar. Com base neles, são deduzidos novos enunciados, os **teoremas**, que podem ser demonstrados.

São cinco os axiomas apresentados por Euclides:

1. *Duas coisas iguais a uma terceira são iguais* [entre si].
2. *Se parcelas iguais forem adicionadas a quantidades iguais, os resultados permanecerão iguais.*
3. *Se quantidades iguais forem subtraídas de quantidades iguais, os restos serão iguais.*
4. *Coisas que coincidem são iguais.*
5. *O todo é maior que suas partes.*

CERQUEIRA, Luiz Alberto; OLIVA, Alberto. *Introdução à lógica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 27-28.

A esses axiomas, que são as afirmações mais gerais, Euclides acrescentou cinco postulados, específicos da geometria, que são afirmações sobre pontos, retas, ângulos. Em conjunto, essas afirmações e também as definições organizadas por Euclides formaram a base de todo o conhecimento matemático.

A lógica matemática contemporânea deriva diretamente desse tipo de raciocínio, buscando organizar e sistematizar a linguagem simbólica perfeita.

Sugestão de leituras e de filmes

Leituras

Reprodução/Ed. L&PM

BAKUNIN, Mikhail. *Textos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

Uma compilação de textos do anarquista russo que serve como introdução ao tema.

Reprodução/Editora Trigrama

FREIRE, Roberto; BRITO, Fausto. *Utopia e paixão*: a política do cotidiano. 13. ed. Rio de Janeiro: Trigrama, 2001.

Uma visão descontraída, mas ao mesmo tempo aprofundada, das grandes questões políticas, analisadas com base em situações cotidianas e nas possibilidades de ação individual.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

De forma romanceada, a escritora, filha de imigrantes italianos anarquistas, conta suas memórias de infância. A família participou da industrialização de São Paulo e da Colônia Cecília, comunidade anarquista do interior do Paraná.

Reprodução/Ed. Nova Fronteira

GOLDING, William. *O senhor das moscas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Interessante fábula política sobre um grupo de crianças que, sozinhas numa ilha deserta, precisam organizar-se e constituir uma sociedade.

Reprodução/Jorge Zahar Editor

LIMONGI, Maria Isabel. *Hobbes*. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.

Uma excelente introdução ao pensamento de Thomas Hobbes.

Reprodução/Ed. L&PM

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

Talvez esse seja o texto político mais lido e discutido de todos os tempos. Nele, os autores apresentam sua concepção de história como luta de classes e exortam os trabalhadores do mundo inteiro a se unirem.

Reprodução/Ed. Penguin & Companhia das Letras

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Companhia das Letras/ Penguin, 2011.

A principal obra política de Rousseau, que repensou o Estado no século XVIII.

Reprodução/Ed. FTD

SALINAS FORTES, Luiz R. *Rousseau*: o bom selvagem. São Paulo: FTD, 1989.

Uma introdução ao pensamento de Rousseau, em linguagem acessível e dinâmica.

Reprodução/Ed. Brasiliense

______. *O iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

O livro oferece um panorama do movimento iluminista e de sua relação com a política.

Reprodução/ Ed. Penguin & Companhia das Letras

THOREAU, Heny David. *A desobediência civil*. São Paulo: Companhia das Letras/ Penguin, 2012.

Conjunto de ensaios do filósofo norte-americano do século XIX que questionam a própria formação da sociedade nos Estados Unidos.

Filmes

Divulgação/LK-TEL Vídeo

***Cromwell, o homem de ferro*. Direção de Ken Hughes. Reino Unido, 1970. (145 min).**

Filme histórico que relata a situação política inglesa no século XVII. Interessante como contextualização das ideias de Hobbes e de Locke.

Eigil Bryld/FilmFour

***Morte ao rei*. Direção de Mike Barker. Reino Unido/Alemanha, 2003. (102 min).**

Filme retrata a situação política inglesa no século XVII, com a deposição do rei absolutista Carlos I e as mudanças políticas decorrentes.

Félix Monti/RioFilme

***O que é isso, companheiro?* Direção de Bruno Barreto. Brasil, 1997. (110 min).**

Baseia-se no de livro Fernando Gabeira, que narra a luta de militantes brasileiros contra o regime militar no final da década de 1960 e início da década de 1970.

Roman Vasyanov/Scott Free

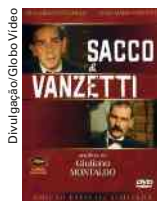
***O sistema*. Direção de Zal Batmanglij. Estados Unidos, 2013. (117 min).**

Uma funcionária de uma empresa de segurança infiltra-se num grupo anarquista que realiza atos terroristas com a missão de denunciar o grupo, mas aos poucos envolve-se com as ideias que deveria combater.

John Carnochan/20th Century Fox

***Os Simpsons: o filme*. Direção de David Silverman. Estados Unidos, 2007. (83 min).**

A cidade de Springfield é exilada do restante do país. Sem governo ou outras forças que mantenham a ordem, os cidadãos precisam lidar com seus problemas enquanto alguns tentam salvar a cidade da destruição.

Divulgação/Globo Vídeo

***Sacco e Vanzetti*. Direção de Giuliano Montaldo. Itália/França, 1971. (119 min).**

A história de dois trabalhadores imigrantes italianos nos Estados Unidos que foram presos na década de 1920, acusados de promover agitações anarquistas e de cometer um assassinato nunca comprovado.

Divulgação/Imagem Filmes

***Um ato de liberdade*. Direção de Edward Zwick. Estados Unidos, 2008. (137 min).**

Inspirado em fatos reais, o filme relata a formação de uma comunidade de judeus numa floresta da Belarus, para fugir da perseguição nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Discute questões como liderança, poder, liberdade e espírito de coletividade.

3 Totalitarismo e biopolítica na sociedade de controle

Alphaville é uma cidade controlada pelo computador Alpha 60, que reprime a manifestação de qualquer sentimento de seus habitantes. Todos que descumprem suas ordens são punidos. Lemmy Caution é um agente secreto enviado à cidade com a missão de convencer o professor Von Braun, que criou Alpha 60, a destruí-lo.

Alphaville. Direção de Jean-Luc Godard. França/Itália, 1965. (99 min).

Georges Pierre/Sygma/Corbis/Latinstock

Lemmy Caution (Eddie Constantine) em cena do filme Alphaville.

COLOCANDO O PROBLEMA

Alphaville é um filme clássico de ficção científica, lançado em 1965. Descreve uma cidade futurista na qual tudo – inclusive os habitantes – é controlado por um supercomputador, denominado Alpha 60. Um agente é enviado para encontrar o inventor da máquina e convencê-lo a destruí-la, mas as dificuldades que ele enfrenta são imensas, uma vez que o computador aboliu os sentimentos humanos e tem controle sobre tudo.

O filme mostra uma sociedade totalitária, com um governo absoluto, que nem sequer é humano. Trata-se claramente de uma metáfora para o problema político que talvez tenha sido o maior do século XX: o **totalitarismo**.

Após a consolidação das democracias liberais europeias no século XIX, o século seguinte assistiu à emergência desse novo fenômeno político, que teve consequências devastadoras. Segundo alguns especialistas, o termo "totalitarismo" surgiu com o líder fascista italiano Benito Mussolini (1883-1945), que, em oposição ao Estado liberal, propunha que todas as manifestações sociais, políticas, econômicas e culturais se mantivessem sob o poder do Estado. "Tudo pelo Estado – nada contra o Estado" era um de seus lemas. Há controvérsias sobre se o regime fascista instaurado por Mussolini foi de fato totalitário ou apenas autoritário, mas este termo pode ser aplicado com segurança aos regimes de Hitler e Stalin, respectivamente na Alemanha e na União Soviética.

Na Alemanha, o período após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi marcado pelo descontentamento social e político. Nesse contexto, surgiram algumas ideias políticas baseadas em teorias biológicas racistas. Estas ideias elegiam a **raça ariana** como superior às demais e se tornaram o centro da ideologia nazista, que se caracterizava por autoritarismo político e o ódio a judeus, homossexuais, ciganos, negros e qualquer opositor político.

Reunidos no Partido Nacional Socialista, os nazistas chegaram ao poder por meios democráticos no início da década de 1930 e, em 1933, instauraram uma ditadura sob o comando de Adolf Hitler (1889-1945), que conduziu a Alemanha a um governo totalitário.

RAÇA ARIANA

No século XIX foi proposta a ideia de "raça ariana" para designar os descendentes europeus de um antigo povo (os arianos) que teria migrado da Ásia. A palavra ariano deriva de *arya*, 'nobre', em sânscrito. No contexto racista do nazismo, o termo referia-se especificamente aos nórdicos e germânicos, que supostamente pertenciam a uma linhagem "pura" de arianos e por isso mantinham o tom de pele claro, eram fortes, altos, e seriam mais desenvolvidos e inteligentes. A ideia de "raça" foi posteriormente refutada, pois não há diferenças genéticas que justifiquem essa diferenciação.

Josef Stalin (1878-1953) se tornou o comandante máximo das nações reunidas na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) depois da morte de Lenin, em 1924. Stalin instaurou uma ditadura que, a partir dos anos 1930, também se tornou um governo totalitário. Stalin não se baseava em teorias racistas, mas em uma suposta teoria da história segundo a qual certas classes sociais deveriam ser eliminadas para que a URSS chegasse a uma sociedade sem classes.

Com o rápido desenvolvimento da tecnologia informática, o final do século XX viu a ficção de *Alphaville* tornar-se possível em vários aspectos. Os contornos de uma sociedade em que os indivíduos podem ser acompanhados e controlados em tempo real foram ficando cada vez mais nítidos – considerando tudo o que isso representa em termos de avanço tecnológico e social, mas também de ameaça às liberdades.

O pensamento político procurou compreender as razões de todos esses acontecimentos e as condições em que eles surgiram.

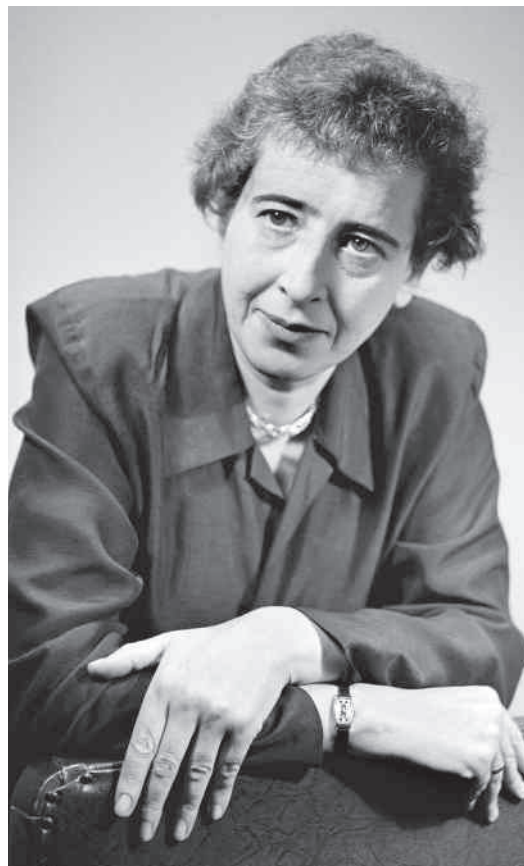
A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Arendt e a crítica ao totalitarismo

Hannah Arendt (1906-1975) viveu o horror da ascensão do nazismo na Alemanha e a crescente perseguição aos judeus. De família judaica, viu-se obrigada a exilar-se nos Estados Unidos. Dedicou-se, então, a refletir sobre o totalitarismo, tomando-o como um problema filosófico e não apenas político e social.

Em seu livro *As origens do totalitarismo*, publicado em 1951, Arendt propôs uma explicação por meio de um amplo estudo histórico e político dessa nova forma de governo. As duas primeiras partes do livro tratam de **antissemitismo** e imperialismo, e destacam alguns dos elementos que permitiram a ascensão do totalitarismo alemão. A terceira parte do livro analisa os elementos que constituem os governos totalitários de Hitler, na Alemanha, e de Stalin, na União Soviética. Em ambos os casos, esse tipo de regime se fundamenta na imposição de uma ideologia, na mobilização das massas e no terror.

ANTISSEMITISMO

O termo semita era usado para se referir aos povos que, segundo a Bíblia, descenderiam de Sem, um dos filhos de Noé. Esses povos têm em comum o fato de falarem idiomas da mesma família: é o caso de judeus e de árabes. O termo antissemita foi difundido a partir do século XIX, na Europa, e posteriormente incorporado à ideologia nazista, designando especificamente a discriminação ao povo judeu. É importante ressaltar que, para Arendt, o antissemitismo nazista não era apenas discriminação religiosa contra o judaísmo, mas tinha relação com o fato de que a comunidade judaica alemã tinha grande influência econômica e política na época.

Fred Stein Archive/Archive Photos/Getty Images

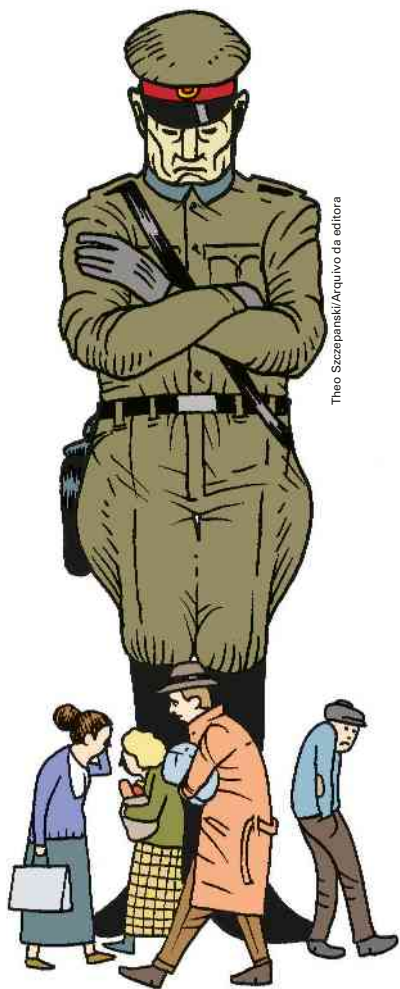
Hannah Arendt, uma das principais pensadoras do século XX, revolucionou nossa compreensão da política e desenvolveu uma das melhores interpretações do totalitarismo. Foto de 1949.

O totalitarismo é uma negação radical das liberdades individuais. A questão filosófica que ele suscita é: como podem as pessoas consentir com a negação de sua própria liberdade, suportando e até apoiando esse tipo de regime político?

Arendt retomou a análise de Montesquieu para afirmar que o totalitarismo escapa ao sistema da política clássica. No esquema analítico de Montesquieu, há certos princípios de ação que são seguidos pelos indivíduos em cada regime político, bem como por seus governantes. Numa monarquia, esse princípio é a **honra**; numa república, é a **virtude**; numa tirania, é o **medo**. Em outras palavras: numa república, tanto cidadãos como governantes sentem orgulho em não dominar os demais, a menos naquilo que diz respeito aos assuntos públicos; numa monarquia, as pessoas agem visando à honra pública, isto é, cada um quer ser reconhecido como alguém que obedece ou que é obedecido em conformidade com a posição que ocupa na sociedade; numa tirania, o que move as ações é o medo – o medo dos súditos em relação ao tirano, mas também o medo do tirano em relação aos súditos. Todo esse esquema se baseia em uma separação das esferas privada e pública da vida. As relações políticas dizem respeito à esfera pública, e aquilo que o indivíduo faz em sua vida privada não é necessariamente controlado pelas regras de relação pública.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Segundo Arendt, o totalitarismo escapa a esse esquema exatamente porque visa à dominação total do ser humano, apagando a distinção entre as esferas pública e privada. Um governo totalitário não quer dominar apenas o cidadão (esfera pública); ele quer dominar também o indivíduo (esfera privada). Sendo assim, é evidente que o princípio de ação do governo totalitário não é a virtude nem a honra. Seria o medo? Será que as pessoas aderem ao totalitarismo por medo? Arendt afirmou que não. O totalitarismo não é uma tirania como aquelas classicamente conhecidas. Os indivíduos até podem sentir medo do governo, mas os governantes totalitários não agem por medo dos governados. Para Arendt, o princípio político do totalitarismo é o **terror**, que torna desnecessário qualquer daqueles princípios de ação expostos por Montesquieu.

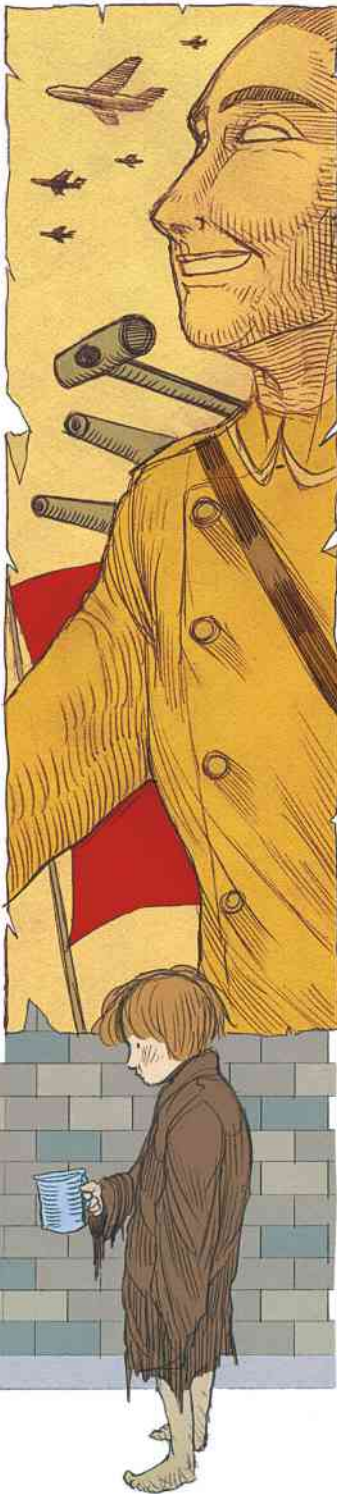
A questão central do governo totalitário é que ele se coloca fora da divisão tradicional entre poder legal, de direito, ou ilegal, arbitrário. A dominação totalitária não segue nenhuma lei já conhecida: no caso de Stalin, segue uma razão que considera a existência de uma "lei da História"; no caso de Hitler, uma "lei da Natureza". Ambas as leis estão além das convenções humanas e não podem ser debatidas ou humanamente controladas. Por exemplo: nenhum regime político pode matar os cidadãos, pois a lei garante o respeito à vida; mas o totalitarismo nazista matou "legalmente" milhões de judeus, pois, segundo suas ideias, estava seguindo uma "lei da Natureza" de purificação da raça. Os governantes nazistas consideravam um "bem à humanidade" matar os judeus, o faziam segundo a sua lei, e não de modo arbitrário e ilegal. Esta é a base do terror totalitário: atribuir legalidade a ações abomináveis dos governantes.

Ampliando a perspectiva de sua análise, Arendt afirmou que o totalitarismo é capaz de obter a adesão dos indivíduos porque eles se encontram totalmente isolados, sem laços sociais. É o que ela chamou de uma "sociedade atomizada". Isolamento seria diferente de solidão: na solidão a pessoa está "consigo mesma", enquanto no isolamento nem consigo ela dialoga. Para Arendt, o terror totalitário consegue unir esses indivíduos na mesma medida em que os mantém isolados. O totalitarismo amplia seu isolamento porque só indivíduos isolados podem ser dominados por completo, sem opor resistência. O terror totalitário não forma uma comunidade política de fato, em que as pessoas participam de uma vida comum. O totalitarismo transforma o povo em "massa", em multidão, aquilo que Hobbes dizia ser algo anterior ao pacto político.

Outro aspecto importante do totalitarismo é que seu governo só existe enquanto se mantém em movimento. É essa a razão do expansionismo totalitário, que precisa conquistar outros países, outros territórios. Seu limite é o mundo todo. Sua proposta é fundir todos os indivíduos em uma única humanidade, sob um mesmo governo totalitário, mesmo que estejam todos isolados uns dos outros.

Ainda segundo Arendt, o totalitarismo prepara os indivíduos para serem, ao mesmo tempo, carrascos e vítimas. É assim que funciona o terror totalitário: ninguém está a salvo. Até aqueles que ocupam postos de poder no governo podem, de uma hora para outra, cair em desgraça e tornar-se vítimas, sofrendo o mesmo destino que impunham a outros. Isso é garantido por meio da ideologia e sua propaganda.

O totalitarismo constrói uma **ideologia**, um sistema explicativo do mundo e da vida, que não tem, necessariamente, relação com a experiência concreta, mas explica tudo – o passado, o presente e o futuro. A ideologia amplifica sua ação por meio da **propaganda**. O poema do alemão Bertolt Brecht (1898-1956), reproduzido nas páginas seguintes, foi escrito na década de 1930, em pleno regime hitlerista, e mostra claramente o mecanismo da propaganda nos regimes totalitários.

Galerie Bilderwelt/Getty Images

Conduzidos pelo exército nazista, judeus húngaros chegam ao campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, em junho de 1944.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Algoz: assassino, carrasco.
***Führer*:** ‘condutor’ ou ‘líder’, em alemão; trata-se do título que Hitler atribuiu a si mesmo.
***Reich*:** ‘reinado’, em alemão. Quando pôs fim à república democrática na Alemanha, o regime nazista passou a ser chamado de Terceiro Reich.
Talhe: porte, forma física.

“

Necessidade da propaganda

1
É possível que em nosso país nem tudo ande como deveria andar.
Mas ninguém pode negar que a propaganda é boa.
Mesmo os famintos devem admitir
Que o Ministro da Alimentação fala bem.

2
Quando o regime liquidou mil homens
Num único dia, sem investigação nem processo
O Ministro da Propaganda louvou a paciência infinita do Führer
Que havia esperado tanto para ter a matança
E havia acumulado os patifes de bens e distinções
Fazendo-o num discurso tão magistral, que
Naquele dia não só os parentes das vítimas
Mas também os próprios algozes choraram.

3
E quando em um outro dia o maior dirigível do Reich
Se desfez em chamas, porque o haviam enchido de gás inflamável
Poupando o gás não inflamável para fins de guerra
O Ministro da Aeronáutica prometeu diante dos caixões dos mortos
Que não se deixaria desencorajar, o que ocasionou
Uma grande ovação. Dizem que houve aplausos
Até mesmo de dentro dos caixões.

4
E como é exemplar a propaganda
Do lixo e do livro do Führer!
Todo mundo é levado a recolher o lixo do Führer
Onde quer que esteja jogado.
Para propagar o hábito de juntar trapos, o poderoso Göring
Declarou-se o maior “juntador de crápulas” de todos os tempos
E para acomodar os crápulas fez construir
No centro da capital do Reich
Um palácio ele mesmo do tamanho de uma cidade.

5
Um bom propagandista
Transforma um monte de esterco em local de veraneio.
Quando não há manteiga, ele demonstra
Como um talhe esguio faz um homem esbelto.
Milhares de pessoas que o ouvem discorrer sobre as autoestradas
Alegram-se como se tivessem carros.
Nos túmulos dos que morreram de fome ou em combate
Ele planta louros. Mas já bem antes disso
Falava de paz enquanto os canhões passavam.

6
Somente através de propaganda perfeita
Pôde-se convencer milhões de pessoas
Que o crescimento do Exército constitui obra de paz
Que cada novo tanque é uma pomba da paz
E cada novo regimento uma prova de
Amor à paz.

7
Mesmo assim: bons discursos podem conseguir muito
Mas não conseguem tudo. Muitas pessoas
Já se ouve dizerem: pena
Que a palavra "carne" apenas não satisfaça, e
Pena que a palavra "roupa" aqueça tão pouco.
Quando o Ministro do Planejamento faz um discurso de louvor à nova impostura
Não pode chover, pois seus ouvintes
Não têm com que se proteger.

8
Ainda algo mais desperta dúvidas
Quanto à finalidade da propaganda: quanto mais propaganda há em nosso país
Tanto menos há em outros países.

BRECHT, Bertolt. Necessidade da propaganda. *Sátiras alemãs*. In: *Poemas 1913-1956*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 197-199.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Segundo Arendt, a grande lição do totalitarismo em relação ao perigo que ele representa é o isolamento dos seres humanos. Ainda que esse isolamento seja o sintoma de uma sociedade de massas, ele é contrário à **condição humana**, segundo a qual os seres humanos habitam o planeta como coletividade, e não como seres isolados. O modo de evitar novos regimes de terror, portanto, é resgatar os laços sociais e políticos entre os indivíduos.

Foucault, disciplina e biopoder

Vimos que Michel Foucault desenvolveu a ideia de uma "microfísica do poder", uma nova forma de compreender o poder nas relações sociais. O filósofo afirmou que, nas sociedades ocidentais, predominaram três **tecnologias de poder** distintas, por meio das quais o poder é exercido: poder de soberania, poder disciplinar e biopoder.

Soberania: poder de vida e morte

O **poder de soberania** predominou nas sociedades pré-capitalistas, em geral com governos monárquicos. É a tecnologia de poder que caracterizava a sociedade analisada por Hobbes e Maquiavel, por exemplo. Foucault afirmou que o princípio dessa tecnologia de poder era o direito do soberano sobre a vida e a morte de seus súditos. O governante soberano tinha o poder de estabelecer leis que se aplicavam a todos os seus súditos, mas não a ele mesmo. A lei determinava que um indivíduo não devia matar o outro (pois o soberano deveria ser capaz de manter a vida, a segurança e a integridade física de seus súditos), mas não se aplicava ao soberano: ele era o único que poderia tirar a vida de alguém sem descumprir a lei. Por isso, seria possível enunciar o princípio básico desse tipo de poder da seguinte maneira: "fazer morrer e deixar viver". O soberano era aquele que tinha o poder de fazer morrer qualquer um de seus súditos, por isso era também aquele que tinha o poder de deixá-los viver. A vida dos súditos era uma concessão do soberano.

Reprodução/Coleção particular, Madri, Espanha.

Henrique VIII (1491-1547), retratado por Hans Holbein por volta de 1540. Henrique VIII é considerado um dos soberanos mais absolutos da história. Foi rei da Inglaterra de 1509 até sua morte. Promulgou o Ato de Traição, que determinava a morte de todo aquele que não reconhecesse sua autoridade.

Na análise do poder de soberania, Foucault distanciou-se da afirmação de Hobbes de que a instituição da sociedade põe fim à guerra entre os indivíduos. Para Foucault, a sociedade é um prolongamento da guerra. As relações políticas no meio social nada mais são que uma maneira de gerir os conflitos entre os indivíduos, isto é, trata-se da guerra entre os indivíduos organizada de outro modo. Além disso, Foucault não considerava que o pacto social desloca todo o poder para o governante, como sustentava Hobbes. Para Foucault, é apenas aparentemente que o poder emana do governante: como vimos, segundo esse autor, na realidade há toda uma rede de poder distribuída entre as pessoas que sustenta a posição do soberano.

Disciplina para a submissão

Segundo Foucault, o crescimento do capitalismo se sustentou graças à **disciplina** – invenção burguesa do século XVII consolidada no século XVIII. É um tipo de poder que se exerce sobre os corpos dos indivíduos.

Para que essa tecnologia de poder funcione com todo seu potencial, foram criadas "instituições disciplinares" nas quais os indivíduos são confinados: a fábrica, o exército, a prisão, o hospital, a escola. Nessas instituições, as pessoas são individualizadas. Cada indivíduo tem um prontuário, no qual se anota tudo o que lhe acontece. Por meio da disciplina o indivíduo pode ser conhecido, controlado e explorado, tirando-se dele tudo o que pode oferecer.

Foucault debruçou-se sobre uma dessas instituições e escreveu o livro *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*, em que mostra como a punição aos criminosos no Ocidente foi se transformando – dos castigos físicos ao encarceramento. Essas formas de punição impõem ao condenado uma disciplina que lhe permita ser ressocializado. Embora a instituição pesquisada seja a prisão, a análise sobre a disciplina é válida para qualquer instituição disciplinar. Tanto que a terceira parte do livro, na qual ele analisa o desenvolvimento das tecnologias disciplinares, foca a escola.

A função da disciplina é produzir **corpos dóceis**, que possam ser moldados, configurados segundo as necessidades sociais. Assim são produzidos os corpos dos estudantes, dos soldados e policiais, e também dos trabalhadores. Os corpos disciplinados são corpos exercitados e submissos. Segundo Foucault, a disciplina aumenta a força dos corpos orientada para a produção, mas diminui a força dos corpos em sentido político, tornando-os obedientes. A obediência e a conformação dos corpos os tornam mais produtivos.

A **disciplina** é uma "arte das distribuições". Sua primeira operação é a distribuição dos indivíduos no **espaço**. É necessário, portanto, delimitar esse espaço. Não é por acaso que a arquitetura das escolas é muito semelhante, assim como a das fábricas ou dos quartéis: trata-se da organização de um espaço disciplinar. Nesse espaço, os indivíduos são distribuídos segundo uma lógica organizacional.

Como exemplo, basta pensar em como os estudantes são distribuídos na escola, organizados por séries ou anos, por classes e grupos. Essa ação, segundo o filósofo, transforma uma "multidão confusa" em uma "multiplicidade organizada".

O segundo aspecto da tecnologia disciplinar é sua ação de controle das atividades. Numa instituição disciplinar, toda atividade é controlada, e esse controle começa pelo **tempo**: há o momento certo para fazer cada coisa. Cada indivíduo aprende a controlar seu corpo, de modo, por exemplo, a ir ao banheiro no horário estabelecido, e não quando tiver vontade; almoçar no horário estipulado pela instituição, e não quando sentir fome. Um corpo assim disciplinado é um corpo muito mais eficiente e produtivo, seja para o estudo, seja para o trabalho.

A disciplina, por meio do adestramento dos corpos, produz indivíduos que são vigiados e controlados o tempo todo. Quando se desviam do comportamento esperado, são punidos. A punição tem a função de normalizar sua ação, fazendo com que voltem a agir conforme o esperado.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Rogério Reis/Tyba

No século XVIII, o filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832) idealizou um modelo de penitenciária chamado panóptico, composto por uma torre central de vigilância em torno da qual se distribuíam as celas. Da torre, funcionários podem vigiar os presos, mas estes não sabem se estão sendo vigiados ou não. Na primeira foto, de 1954, interior de penitenciária em Illinois, nos Estados Unidos, que reproduz esse modelo prisional.
Na segunda, operários na fila do almoço, em canteiro de obras no Rio de Janeiro (RJ), em 2013. Segundo Foucault, o poder disciplinar está presente tanto em prisões como também em escolas, hospitais e manicômios.

Biopoder: bem-estar social

Foucault afirmou que, uma vez consolidada a tecnologia de poder disciplinar, por volta do fim do século XVIII começou a se constituir uma nova tecnologia. É o que ele denominou **biopoder**, um poder sobre a vida. Mas o biopoder não deve ser confundido com o poder soberano.

O poder soberano é aquele que decide sobre a vida ou a morte dos súditos, ao passo que o biopoder é aquele que procura **administrar** a vida de uma população. O biopoder é complementar ao poder disciplinar, mas apresenta diferenças. Vimos que o poder disciplinar se exerce sobre indivíduos adequando-os à norma. O biopoder, por sua vez, se exerce sobre os grandes grupos de indivíduos já disciplinados que formam as populações. O poder disciplinar é, portanto, uma condição para que o biopoder se exerça e, enquanto a tecnologia centrada no corpo é individualizante, a tecnologia centrada na vida é massificante.

A tecnologia do biopoder está voltada para a manutenção da vida das populações organizadas pelo Estado como corpo político. Ela é a base do chamado "Estado de bem-estar social", que se preocupa em oferecer condições mínimas de vida digna para toda a população. É por meio do biopoder que os programas de previdência social são criados para garantir a saúde e a aposentadoria dos trabalhadores, bem como sistemas públicos de saúde, que atendem à população, por exemplo, em campanhas de vacinação em massa, como forma de prevenir doenças.

Cartaz de campanha de vacinação do governo federal, de 2014. Segundo a Constituição Federal, é competência do Estado cuidar da saúde e assistência pública.

O biopoder constitui o que Foucault denomina "sociedades de segurança", em que as ações dos governos já não estão voltadas para a disciplina (já estão todos disciplinados e individualizados), mas para a segurança da população em múltiplos sentidos. E a garantia da segurança é feita pelo controle populacional.

Segundo Foucault, essa tecnologia inverte o princípio do poder de soberania; trata-se agora de "fazer viver e deixar morrer". O Estado é responsável por fazer com que os cidadãos vivam mais e melhor, evitando as mortes que considerar desnecessárias. A morte se torna um "problema de Estado": só uma autoridade legalmente constituída pode atestar que alguém morreu, emitindo uma certidão de óbito, assim como é o Estado que emite uma certidão de nascimento.

Na visão de Foucault, as sociedades contemporâneas atuam com as duas tecnologias de poder simultaneamente: a disciplina e o biopoder. O cidadão legalmente constituído vive em uma situação de permanente controle por parte dos vários mecanismos estatais, e essa disciplina lhe garante segurança e bem-estar.

Deleuze e Guattari e a revolução molecular

Gilles Deleuze (1925-1995) denominou **sociedade de controle** a conformação social que opera segundo o biopoder. Sua principal característica é a **abertura**: enquanto a sociedade disciplinar precisava confinar os indivíduos em instituições para que o poder pudesse ser exercido sobre eles, agora isso já não é necessário. Deleuze mostrou que as instituições disciplinares estão sendo desgastadas. Pouco a pouco, a escola parece ser substituída pela noção de "formação permanente". Nenhum nível escolar é mais terminal; há sempre algo novo a aprender, e a formação nunca cessa. Nesse contexto, as tecnologias de ensino a distância ganham cada vez mais adeptos. Já não é necessário sair de casa nem ter um horário determinado para estudar.

Também a área da saúde tem passado por mudanças. Prioriza-se a prevenção, para evitar que se fique doente; em vez de serem internados, alguns pacientes são tratados em hospitais-dia, nos quais não precisam permanecer por longos períodos. Nas empresas e fábricas, a palavra de ordem tem sido "flexibilidade", e é cada vez mais comum que os funcionários possam organizar seu próprio tempo, muitas vezes trabalhando em casa. Por fim, mesmo o confinamento nas prisões tem-se reduzido. Investe-se em penas alternativas, como prestação de serviços sociais, para reduzir ou substituir o encarceramento. Além disso, as pulseiras ou tornozeleiras eletrônicas, que monitoram os prisioneiros, têm permitido ampliar o cumprimento de penas fora das prisões.

Entretanto, essa aparente liberdade também permite que sejamos controlados. Podemos fazer quase todas as operações financeiras pela internet, por exemplo, sem precisar ir a uma agência bancária. Isso nos dá uma sensação de liberdade; podemos pagar uma conta em qualquer horário, e não apenas quando a agência bancária está aberta. Mas, para que isso seja possível, todos os nossos dados financeiros ficam a um clique de distância para um funcionário do banco.

Deleuze pensou no exemplo da construção de autoestradas. Cortar o país com extensas rodovias parece muito interessante, pois facilita a mobilidade da população. Mas, ao mesmo tempo, a autoestrada permite que se controle esse deslocamento. Antes das autoestradas, as pessoas podiam escolher seus trajetos, seguindo por pequenas estradas locais, por exemplo. Para ir de uma cidade a outra, havia várias possibilidades, e cada um era livre para escolher qual caminho seguir. Com a existência de uma autoestrada, sabe-se exatamente o percurso que uma pessoa fará, já que não há outras opções. Hoje, com a popularização do GPS, saber a localização de uma pessoa se tornou ainda mais simples, chegando a uma dimensão que Deleuze não poderia imaginar.

O avanço da tecnologia eletrônica levou às últimas consequências a sociedade de controle descrita por Deleuze. A internet e o uso de computadores e telefones celulares nos tornam objeto de controle por meio de telefonemas, *sites* e aplicativos que armazenam nossos dados e mensagens, além de ferramentas que indicam em um mapa o local exato em que nos encontramos.

GPS

Global positioning system (GPS) é um sistema de posicionamento por satélite capaz de enviar para um aparelho receptor dados exatos de localização em qualquer parte do globo terrestre. Atualmente há dois sistemas em funcionamento: o norte-americano GPS, controlado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, e o russo GLONASS, subordinado à Força Espacial Russa. Os sistemas de posicionamento foram desenvolvidos para fins militares, mas hoje estão abertos ao uso civil e são amplamente explorados. A União Europeia trabalha no desenvolvimento do Galileo, um sistema de origem civil. A China também possui um sistema de navegação, o BeiDou, que ainda não atingiu cobertura global.

As câmeras de vigilância urbana e o sistema de armazenamento e circulação ilegal de dados pessoais na internet são alguns elementos que compõem a rede de poder e controle na sociedade contemporânea. Na foto, policial do departamento de vigilância de Nova York (Estados Unidos) monitora em tempo real acontecimentos de diferentes pontos da cidade, em 2010.

Jin Lee/Bloomberg via Getty Images

A frase “Sorria, você está sendo filmado!” é a síntese da sociedade de controle, que espalha câmeras de vigilância por todo lado. Sabendo que há controle, deixamos de fazer coisas que talvez fizéssemos se não estivéssemos sob vigilância. Muitas vezes nos apropriamos desses mecanismos, sendo nós mesmos instrumentos de controle do outro. A letra da canção reproduzida abaixo, da banda Maneva, fala sobre isso.

“

Sorria, você está sendo filmado

Sorria, sorria, sorria você está sendo filmado
Não faça nada errado
Celulares me tornaram
Uma espécie de soldado
Que espera sempre o caos pra usar como cenário

Vadias, vadias, vadias eu filmo
A sua dança
minha lente sempre alcança
A marca do biquíni, a calça agarrada
Depois botar na rede e mostrar pra rapaziada

As brigas, as brigas, as brigas elas
Eu nunca aparto,
adoro vias de fato
Espero pelo sangue
minhas lentes querem a chance
De botar lá no Datena um vídeo que seja chocante

Não, não uso olhos para ver

A minha consciência perdi na adolescência
Bombardeado por novelas que mataram minha inocência
A violência foi vendida, a nudez oferecida
Agora é minha vez de fazer filme com a minha vida

Filme de supermercado mostra uma execução
Dez tiros no sujeito sem tempo de reação
A câmera no prédio flagrou aquela menina
Recebendo de um rapaz que pede a alma feminina

Violência banalizada e oferecida sem restrição
Nutrem os calos da alma que já não se importam com esta visão
Banda podre do mundo mostrada sem cortes e sem figurino
Se torna o passatempo de muitos meninos

POLLI, Tales de. Sorria, você está sendo filmado. In: MANEVA. *Teu chão*. 2012. Letra disponível em: <https://palcomp3.com/maneva/sorria-voce-esta-sendo-filmado>. Acesso em: 27 fev. 2016.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Em termos políticos, a sociedade de controle se aproxima dos totalitarismos analisados por Hannah Arendt. Uma sociedade de controle é uma sociedade atomizada, que tende a isolar as pessoas, ao mesmo tempo que fornece os meios para que elas sejam controladas todo o tempo. Você poderia perguntar: por que isolamento, se hoje nos comunicamos o tempo todo pelas redes sociais, torpedos e mensagens instantâneas? Estas novas formas de comunicação pretendem aproximar as pessoas e criam a ilusão de que é possível estar em contato com um número quase infinito delas. Entretanto, ao ampliarmos de maneira indefinida o contato com as pessoas por meio dos recursos eletrônicos, a tendência é que esse contato seja cada vez mais superficial e ligeiro. Assim, ainda que aumentem a quantidade de contatos, essas novas tecnologias podem diminuir a profundidade das relações.

Outra consequência desta forma de sociabilidade é o distanciamento cada vez maior da esfera da política. Ao ter de lidar com um número excessivo de demandas da vida privada, nossas energias e interesses são inteiramente canalizados para dentro dela, de maneira que nos afastamos cada vez mais da esfera pública.

Claro que isso não precisa ser assim. Os mesmos meios de controle podem ser também meios de ação política. Quanto a isto, Deleuze afirma: não se trata de "temer ou esperar, mas de buscar novas armas". Hoje não podemos lutar politicamente com as armas do passado, pois elas já não servem; precisamos buscar novas armas, inventar formas de ação para resistir ao potencial totalitário da sociedade de controle.

Eduardo Anizelli/Folhapress

Embora estejam fisicamente próximos, ou, muitas vezes, no mesmo lugar, jogando os mesmos jogos, participando das mesmas comunidades virtuais, o que indica que existem interesses em comum, os jovens se isolam cada vez mais através do mundo virtual. Na imagem, usuários testam programa de realidade virtual em São Paulo (SP), em 2015.

Deleuze e Guattari (1930-1992) analisaram também o **capitalismo** sob diversos aspectos e pensaram em uma ação política para sua transformação. Uma das conclusões a que chegaram é que o capitalismo é um sistema "elástico". Enquanto o marxismo afirma que um modo de produção se transforma quando se esgotam suas possibilidades de exploração e ele chega a seu limite, Deleuze e Guattari sustentam que o capitalismo sempre coloca seus limites mais adiante. Já se anunciaram algumas crises do sistema capitalista, mas ele sempre conseguiu se recompor e ampliar seus limites. A contracultura e o movimento *hippie* da década de 1960, por exemplo, questionavam o mercado capitalista. Para se opor ao sistema de consumo, os ativistas usavam roupas velhas e desgastadas. Também contrários à cultura de massa, muitas vezes faziam suas próprias roupas, como forma de afirmar sua singularidade. Décadas depois do movimento, entretanto, o capitalismo se apropriou da estética *hippie,* fabricando, em massa, mercadorias inspiradas naquele estilo. Este movimento de adaptação do sistema, percebido no universo cultural, também está presente no universo econômico.

UMA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA AO CAPITALISMO

As obras em que Deleuze e Guattari analisaram o capitalismo e propuseram uma leitura política contemporânea são: *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, publicado em 1972, e *Capitalismo e esquizofrenia: mil platôs*, publicado em 1980.

Jochem D. Wijnands/Photographer's Choice/Getty Images

Che Guevara (1928-1967), grande militante anticapitalista, também se transformou em produto. Na foto, camisetas com a estampa de seu rosto são expostas para venda a turistas em Cuba.

A força do capitalismo, segundo Deleuze e Guattari, reside no fato de que ele captura nossos desejos e nos faz desejar aquilo que o sistema quer que desejemos. Agimos de acordo com nossos desejos, pensando que somos livres, mas estamos sendo controlados e manipulados. Para esses autores, essa é a mesma dinâmica do fascismo, que serviu de base para os governos totalitários. Mas, em vez de um "fascismo de Estado", trata-se de um "microfascismo", que é ainda mais eficaz porque passa despercebido e se estende por toda a sociedade.

Se a força desse fascismo reside no desejo, é nessa força individual e subjetiva que também encontramos a possibilidade de fazer resistência. Deleuze e Guattari defendem uma micropolítica que se construa nas relações cotidianas e que possa resistir ao fascismo da sociedade de controle.

Não podemos lutar contra o Estado com suas próprias armas, pois seremos vencidos. Não há como usar as armas do controle contra o controle. É necessário inventar novas armas. Para esses filósofos, não faz muito sentido negar o Estado e achar que é possível destruí-lo; ao contrário, é preciso reconhecê-lo, conhecer sua força, para mantê-lo afastado. Essa é uma luta constante, não uma revolução capaz de transformar o mundo em um outro completamente diferente de uma hora para outra.

Essa é a lição daquilo que eles denominaram **revolução molecular**: uma revolução que se faz todo dia, nas pequenas coisas, procurando agir de modo não fascista, cada um consigo mesmo e com aqueles que estão próximos. Inventar formas de viver o próprio desejo, não se deixando capturar e controlar. Não uma grande revolução, que porá fim aos problemas e criará uma nova realidade, mas pequenas revoluções permanentes, que vão produzindo novos fluxos de desejo e de ações, novas possibilidades de ser, de sentir, de pensar, de agir. Esse seria um caminho possível para construir laços sociais que não nos deixem no isolamento, presas fáceis para um novo totalitarismo.

Lee Smith/Acervo do fotógrafo

O desenvolvimento de sentimentos contrários àqueles predominantes em uma sociedade capitalista pode ser o caminho para a construção de uma nova sociabilidade. Na foto de 2012, grafite em um muro de Cardiff, País de Gales, forma um jogo com as palavras "revolução" e "amor", em inglês.

Trabalhando com textos

Os dois textos a seguir retomam e aprofundam temas trabalhados neste capítulo. No primeiro, a questão do preconceito é articulada com o totalitarismo. No segundo, Félix Guattari trabalha conceitualmente a noção de micropolítica.

Texto 1

O nazismo soube fazer uso do preconceito para construir o ódio racial contra os judeus, unindo o povo alemão. No texto a seguir, a filósofa húngara **Agnes Heller** fala sobre o preconceito e sua ação no cotidiano.

Sobre os preconceitos

O preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos. Os preconceitos sempre desempenharam uma função importante também em esferas que, por sua universalidade, encontram-se acima da cotidianidade; mas não procedem essencialmente dessas esferas, nem aumentam sua eficácia; ao contrário, não só a diminuem como obstaculizam o aproveitamento das possibilidades que eles comportam. Quem não se liberta de seus preconceitos artísticos, científicos e políticos acaba fracassando [...].

A maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes dominantes, mesmo quando essas pretendem, na esfera do para-si, contar com uma imagem do mundo relativamente isenta de preconceitos e desenvolver as ações correspondentes. O fundamento dessa situação é evidente: as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos (e até mesmo, em alguns casos, as classes e camadas antagônicas). Com ajuda dos preconceitos, apelam à particularidade individual, que – em função de seu conservadorismo, de seu comodismo e de seu conformismo, ou também por causa de interesses imediatos – é de fácil mobilização contra os interesses de sua própria integração e contra a práxis orientada no sentido do humano-genérico. O camponês húngaro que se lançou com entusiasmo na Primeira Guerra Mundial, ou o operário alemão entregue de corpo e alma a Hitler, foram tipos humanos manipulados através de sistemas de preconceitos. Não é casual que fossem manipulados: seus interesses imediatos, sua particularidade individual foram mobilizados contra seu ser humano-genérico, e de um modo tal que passaram a aceitar como integração superior as formas ideais de serviço a uma "consciência de nós". [...]

A questão é esta: como libertamo-nos dos preconceitos? Há algum esquema, alguma receita, algum conselho que garanta essa libertação? Naturalmente que não. Em muitos casos, apenas a posteriori *poderemos ver que uma opinião era um preconceito, e, com muita frequência, não somos capazes de perceber o ponto histórico nevrálgico no qual nossas ideias não preconceituosas convertem-se em preconceitos. Nesse campo, há tanto risco quanto em qualquer outra escolha que fazemos em nossa vida.*

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 43-60.

Agnes Heller (1929-)

Socióloga e filósofa húngara, nascida em Budapeste. Foi discípula do filósofo marxista húngaro Georg Lukács (1885-1971). Atualmente é professora na New School for Social Research, em Nova York, Estados Unidos. Dedica-se à filosofia de Hegel, à ética e ao existencialismo. De sua obra, podemos destacar: *Em torno de uma filosofia marxista do valor* (1972) e *Uma filosofia da moral* (1990).

Roberto Serra/Iguana Press/Getty Images

Agnes Heller em foto de 2010.

Questões sobre o texto

1. Com base no texto, como você definiria preconceito?
2. De que maneira um governo totalitário pode fazer uso dos preconceitos?
3. Por que não é possível encontrar receitas para libertar-se de preconceitos?
4. Pesquise um exemplo de preconceito em uma notícia de jornal ou alguma outra mídia. Faça uma análise sobre a pessoa ou o grupo que sofreu o preconceito e a pessoa ou o grupo que agiu de forma preconceituosa. O preconceito aparece de forma explícita ou de forma velada, nas entrelinhas?

Texto 2

O texto a seguir, de Félix Guattari, discorre sobre a noção de micropolítica, base da ideia de uma revolução molecular, mostrando que as ações micropolíticas estão orientadas para e pelo desejo.

Em torno de uma micropolítica do desejo

A distinção que propomos estabelecer entre micropolítica e macropolítica do desejo deveria funcionar como algo que tende a liquidar a pretensa universalidade de modelos aventados pelos psicanalistas, e que lhes servem para precaver-se contra contingências políticas e sociais. Considera-se como óbvio que a psicanálise concerne ao que se passa em pequena escala, apenas a da família e da pessoa, enquanto a política só concerne a grandes conjuntos sociais. Queria mostrar que, ao contrário, há uma política que se dirige tanto ao desejo do indivíduo quanto ao desejo que se manifesta no campo social mais amplo.

E isso sob duas formas: seja uma micropolítica que vise tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais, seja uma macropolítica que vise os mesmos campos (indivíduo, família, problemas de partido, de Estado, etc.). O despotismo que, frequentemente, reina nas relações conjugais ou familiais provém do mesmo tipo de agenciamento libidinal que aquele existente no campo social. Inversamente, não é absurdo abordar um certo número de problemas sociais em grande escala, por exemplo os do burocratismo e do fascismo, à luz de uma micropolítica do desejo. O problema, portanto, não é o de construir pontes entre campos já constituídos e separados uns dos outros, mas de criar novas máquinas teóricas e práticas, capazes de varrer as estratificações anteriores e estabelecer as condições para um novo exercício do desejo. Não se trata mais, nesse caso, simplesmente de descrever objetos sociais preexistentes, mas também de intervir ativamente contra todas as máquinas de poder dominante, quer se trate do poder do Estado burguês, do poder das burocracias de toda e qualquer espécie, do poder escolar, do poder familial [...].

[...]

Uma análise política que se pretendesse inseparável de uma política da análise só poderia recusar-se a deixar subsistir o corte tradicional entre os grandes conjuntos sociais e os problemas individuais, familiais, escolares, profissionais, etc. Não mais se trataria de reduzir mecanicamente a problemática das situações concretas a uma simples alternativa das classes ou de campos e de pretender encontrar todas as respostas, a partir de um partido revolucionário único, depositário central da verdade teórica e prática. Portanto, uma micropolítica do desejo não mais se proporia a representar as massas e a interpretar suas lutas. Isso não quer dizer que ela condene, a priori, toda ação de partido, toda ideia de linha, de programa, ou mesmo de centralismo; mas ela se esforça para situar e relativizar sua ação, em função de uma prática analítica, opondo-se passo a passo aos hábitos repressivos, ao burocratismo, ao maniqueísmo moralizante que contaminam atualmente os movimentos revolucionários. Deixaria de se apoiar em um objeto transcendente para ter segurança; não mais se centraria num só ponto: o poder de Estado – a construção de um partido representativo capaz de conquistá-lo, no lugar das massas. Ela investiria, ao contrário, uma multiplicidade de objetivos ao alcance imediato dos mais diversos conjuntos sociais. É a partir do acúmulo de lutas parciais – e esse termo já é um equívoco, pois elas não são parte de um todo já constituído – que poderiam desencadear-se lutas coletivas de grande envergadura.

GUATTARI, Félix. Micropolítica do fascismo. In: *Revolução molecular*: pulsações políticas do desejo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 174-176.

Estratificação: no pensamento de Guattari, diz respeito a um conjunto de aspectos que conformam as maneiras de viver o desejo.
Libidinal: relativo à libido, a energia de natureza sexual, ao desejo.
Maniqueísmo: doutrina segundo a qual o bem e o mal são totalmente autônomos um do outro, estando em luta constante.

Questões sobre o texto

1. Em que sentido, para o autor, uma política que se dirige ao desejo, às questões individuais, é uma política?
2. Qual é a utilidade da análise micropolítica feita sobre a práxis política?
3. Em que sentido as lutas parciais, micropolíticas, poderiam desencadear lutas de grande porte, macropolíticas?

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1. O totalitarismo foi um fenômeno político do século XX. Como Hannah Arendt o distingue dos sistemas políticos clássicos?
2. Em que sentido o terror é o fundamento do totalitarismo?
3. Relacione o poema "Necessidade da propaganda", de Bertolt Brecht, reproduzido na página 230, com o sistema totalitário.
4. Contextualize e explique cada uma das tecnologias de poder analisadas por Foucault.
5. Podemos dizer que a "sociedade de controle" é um sistema totalitário? Por quê?
6. "Os mesmos meios de controle podem ser meios de ação política." Levando em consideração essa afirmação de Deleuze e Guattari, dê exemplos de acontecimentos recentes em que os meios de controle foram utilizados de forma política, ou, ainda, sugira você mesmo um uso político para eles.

7 Leia o texto a seguir:

Aos olhos da violência, a democracia é o regime de todos os desafios – em todos os sentidos. Desafios do exterior, ameaças de morte real: os sistemas totalitários como mais profundo desejo de aniquilar as democracias. E, com frequência, o conseguiram. Hitler derrubou, um após outro, a maioria dos países democráticos da Europa, da Tchecoslováquia à França [...]. *Assim projetou-se o mais grave desafio para a democracia: como, sem renegar seus próprios princípios nem recorrer a uma violência simétrica degradante, afrontar uma violência totalitária tornada intolerável?*

DADOUN, Roger. *A violência*. São Paulo: Difel, 1998. p. 97-98.

- Que tipos de enfrentamento há entre democracia e totalitarismo? Quais são os desafios para a democracia nesse enfrentamento, se pensarmos em seus fundamentos?

8 Leia o texto e faça o que se pede a seguir.

Sorria: você está sendo filmado

As novas tecnologias estão acabando com a privacidade das pessoas.

Algumas pessoas sabem todos os lugares em que você esteve no ano passado. Possuem também a lista das mercadorias que você comprou, as músicas que ouviu e as pessoas com quem conversou. É possível que elas saibam até a sua preferência sexual. Assustador, não? O motivo alegado para tanta perseguição é apenas trazer segurança e conforto. Para você. Assim como as novas tecnologias se esmeram em acumular e disponibilizar o máximo de informações sobre todos os assuntos de interesse, muitas instituições utilizam os mesmos instrumentos para obter e manipular dados sobre pessoas simples, como eu e você. Empresas tentam reunir informações detalhadas de seus possíveis clientes para oferecer produtos e serviços personalizados no momento apropriado. Governos e agentes de segurança tentam registrar todas as atividades da população em busca de criminosos e infratores. O preço a pagar por esses benefícios, no entanto, é ser observado o tempo todo e ter suas informações mais íntimas devassadas.

"Estamos em transição do 'estado de vigilância' para a 'sociedade de vigilância'", afirma o cientista político canadense Reg Whitaker, autor do livro The End of Privacy *(O fim da privacidade), inédito no Brasil. Ao contrário do que previam romances como* 1984*, de George Orwell, ou* Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, o que está acontecendo não é apenas um governo centralizado que monitora as atividades da população. Empresas, família e até mesmo vizinhos instalam sistemas de vigilância cada vez mais sofisticados. Da mesma maneira, em vez de o Estado obrigar as pessoas a se registrarem em sistemas de controle, são os próprios cidadãos que, cada vez mais, entregam seus dados pessoais de forma voluntária. "A nova tecnologia de controle se diferencia das anteriores de duas formas: ela é descentralizada e consensual", diz Whitaker.*

[...]

A grande preocupação em relação ao sistema é a possibilidade de abuso. A coordenadora desse programa em um bairro de Londres afirmou à revista New Scientist *que um centro de lazer havia colocado câmeras controladas por homens no vestiário feminino. Surgiram também diversas denúncias de que os operadores definiam os suspeitos apenas pela aparência – o que abriu a porta para denúncias de preconceito. Em outra ocasião, um operador foi condenado por espionar mais de 200 mulheres e usar o telefone da própria central para assediá-las.*

[...]

Se sair na rua sem ser vigiado já é difícil, passear anônimo na internet é quase impossível, principalmente quando se está no trabalho. Uma pesquisa da Associação Americana de Administração, feita em abril do ano passado, constatou que 73,5% das companhias nos Estados Unidos praticam algum método de vigilância, como registrar e-mails*, páginas visitadas e as ligações telefônicas de seus funcionários. "Se a empresa deixar claro que aqueles instrumentos são para uso profissional e que podem ser monitorados, ela tem o direto de vigiar os seus funcionários", afirma o advogado especializado em tecnologia Antônio José Ludovino Lopes, que atua em São Paulo. Alguns casos, no entanto, chegam a extrapolar o ambiente de trabalho. Nos Estados Unidos, um funcionário de uma companhia elétrica foi demitido depois de usar o computador de sua própria casa para fazer críticas ao seu emprego e ao seu chefe em uma lista de discussão na internet.*

[...]

Mas as empresas não vigiam só seus funcionários. Várias páginas da internet costumam implantar no computador de quem as visita pequenos programas (os chamados cookies*) que registram alguns dados sobre o usuário, como o tipo de navegador utilizado ou as páginas que ele visitou. Os* cookies *são importantes para salvar as preferências do usuário e montar uma lista de compras para ele, por exemplo. Mas eles podem também enviar para as empresas informações sobre tudo o que as pessoas fazem na rede. Essa prática foi alvo de grande polêmica quando se descobriu que a agência antidrogas americana os utilizava para rastrear internautas. Cada vez que alguém digitava* grow pot *('plantar maconha') ou outros termos relacionados a drogas nos principais serviços de busca, aparecia um anúncio da agência que carregava um* cookie.

Apesar de o governo afirmar que o programa era usado apenas para verificar a eficiência da propaganda, o medo de que ele fosse utilizado para perseguir pessoas sem autorização judicial levou a Casa Branca a restringir o uso de softwares *desse tipo nas páginas do governo.*
[...]

O principal risco que a internet apresenta para a privacidade está na sua facilidade de reunir dados de diversos tipos em um só lugar. "Quanto mais pulverizadas as informações, maior é a privacidade", afirma o advogado Amaro Moraes, criador de uma página dedicada a questões de privacidade e tecnologia. [...]

KENSKI, Rafael. Sorria: você está sendo filmado. *Superinteressante*. São Paulo: Abril, maio 2001. Disponível em: <http://super.abril.com.br/tecnologia/sorria-voce-esta-sendo filmado-442143.shtml>. Acesso em: 27 fev. 2016.

- Com base no texto, na letra da música "Sorria, você está sendo filmado" e nas ideias de biopolítica e sociedade de controle, escreva uma dissertação filosófica sobre o tema: "A sociedade de controle é um novo totalitarismo?".

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

A dissertação designa [...] *um trabalho escrito que tem por finalidade tratar e determinar um problema filosófico. Este trabalho escrito, que exige, evidentemente, um trabalho de investigação e que, propriamente falando, não repousa nunca sobre a memória, tem a ver com diferentes itinerários reflexivos e metódicos: é preciso levar em conta, por um lado, os diversos tipos de enunciados e, por outro, os planos que se tem à disposição em função dos grandes tipos de temas* [...] *Embora possa haver muitos tipos de temas, apenas alguns dentre eles, ligados diretamente ao procedimento e ao conteúdo da filosofia, são efetivamente usados:*

- *a pergunta;*
- *o estudo de uma citação;*
- *a comparação de duas ou mais noções;*
- *o enunciado de tipo imperativo;*
- *o enunciado de tipo infinitivo.*

RUSS, Jacqueline. *Os métodos em filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 95.

É LÓGICO!

Ao aproximar-se da matemática, a lógica esforçou-se em produzir a linguagem mais simples e clara possível. Se a matemática faz cálculos com os números, a lógica faz cálculos com as proposições; para tanto, é preciso representá-las por meio de símbolos capazes de esquematizá-las. Isso permite definir o valor de uma proposição, ou seja, dizer se ela é verdadeira ou falsa. De maneira geral, os cálculos lógicos podem ser cálculos de proposições ou cálculos de predicados. Veremos, a seguir, alguns conceitos básicos.

Lógica proposicional

A **lógica proposicional** busca dar uma **forma matemática** ou **simbólica** a uma proposição, de modo a identificar as relações lógicas que ela estabelece com outras proposições. Temos proposições simples (por exemplo, "João é honesto") e proposições compostas, que são formadas pela junção de proposições simples (por exemplo, "O prédio é alto **e** a rua é barulhenta"; ou, "Uma maçã é uma fruta **ou** um legume"). Note que nos enunciados compostos existem **conectivos** (*e*, no primeiro exemplo; *ou*, no segundo exemplo), que têm a função de ligar as informações.

Em lógica costumamos utilizar letras minúsculas (x, y, p, q...) para representar as proposições simples, e letras maiúsculas (A, B, C...) para representar conjuntos. Já os conectivos são representados por caracteres especiais. Exemplos de conectivos:

- Negação: $\sim$ (significa "não")
- Disjunção inclusiva: $\vee$ (significa "ou")
- Conjunção: $\wedge$ (significa "e")
- Condicional ou implicador: $\rightarrow$ (significa "x implica em y", ou, "se x, então y")
- Bicondicional ou bi-implicador: $\leftrightarrow$ (significa uma dupla implicação, como em "se e somente se" ou "x é equivalente a y")

O enunciado "João não é Pedro", por exemplo, pode ser simbolizado assim: "p ~ q". Nele, "p" representa João e "q" representa Pedro. Vejamos outros exemplos:

Sou feliz se e somente se pratico o bem. Sou feliz = p Pratico o bem = q $p \leftrightarrow q$	Costurar é difícil ou é fácil. Costurar é difícil = s Costurar é fácil = t $s \vee t$	Se é um bom político, então é honesto. É um bom político = x É honesto = y $x \rightarrow y$

A intenção da lógica proposicional é automatizar os processos básicos de análise lógica, tornando essa tarefa mais fácil e mais rápida. Para isso desenvolveu as **tabelas de verdade**, que mostram as possibilidades de cada tipo de enunciado e suas condições de verdade e falsidade. As principais são as seguintes:

Proposições negativas

p	~p
V	F
F	V

Se uma afirmação é verdadeira, sua negação só pode ser falsa e vice-versa.

Proposições conjuntivas

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Tomados dois elementos verdadeiros, sua conjunção ($p \wedge q$) é verdadeira; se um deles ou os dois elementos forem falsos, sua conjunção é falsa.

Proposições disjuntivas inclusivas

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Quando afirmamos isso *ou* aquilo, ao menos um dos elementos deve ser verdadeiro para que a proposição seja verdadeira.

Proposições condicionais

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Ao afirmar que uma coisa condiciona a outra, a implicação é falsa apenas quando o segundo termo é falso e o primeiro termo é verdadeiro.

Proposições equivalentes (bicondicionais)

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Se uma coisa implica outra e vice-versa, temos uma equivalência verdadeira apenas quando os dois termos forem verdadeiros ou quando os dois forem falsos.

Lógica de predicados

A **lógica de predicados** é uma extensão da lógica proposicional e insere as noções de quantificador universal e quantificador existencial. O **quantificador universal** é representado pelo símbolo ∀, que significa "para todo"; o **quantificador existencial**, pelo símbolo ∃, que significa "para algum", "existe algum".

Como vimos, a lógica proposicional admite apenas a possibilidade de verdade ou falsidade, e não pode ser utilizada quando houver muitos objetos a serem analisados, que resultariam em valores de verdade distintos. Ao introduzir os quantificadores, a lógica de predicados nos permite trabalhar com proposições que possuem valoração verdadeira para determinados elementos de um conjunto e falsa para outros elementos.

Podemos dizer, por exemplo, que "Todo homem é mortal" da seguinte forma:

$\forall x\ (Hx \rightarrow Mx)$

*Para **todo*** x (qualquer que seja x), *se* x é homem, *então* x é mortal.

Ou, então, "Alguns homens são filósofos":

$\exists x\ (Hx \wedge Fx)$

*Existe **algum*** x, tal que x é homem *e* x é filósofo.

Neste caso, o quantificador nos permite afirmar também a existência de homens que não são filósofos.

Sugestão de leituras e de filmes

Leituras

Reprodução/Ed. Globo

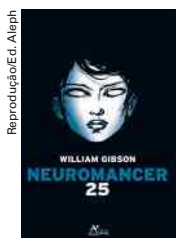
ASSOULINE, Pierre. *Vida dupla*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

A clássica trama do triângulo amoroso ganha novos contornos nessa história, quando a vida dos três envolvidos é cercada de câmeras e de registros de suas atividades.

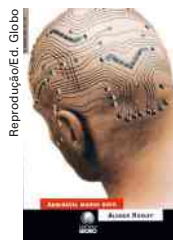
Reprodução/Ed. Companhia das Letras

BALLARD, J. G. *Terroristas do milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Romance contemporâneo que narra uma rebelião de classe média em Londres, criando uma nova sociedade em um condomínio. Discute o papel da violência na sociedade e a instituição política.

Reprodução/Ed. Aleph

GIBSON, William. *Neuromancer*. São Paulo: Aleph, 2008.

Um clássico contemporâneo da ficção científica, criador do gênero *cyberpunk*. Toda a problemática da sociedade de controle, da tecnologia da informação e da comunicação abordada de forma vertiginosa.

Reprodução/Ed. Globo

HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

Romance ambientado em um país totalitário em que os seres humanos são totalmente condicionados, têm seus comportamentos preestabelecidos e ocupam lugares predeterminados na sociedade.

Reprodução/Ed. Record

KLEIN, Naomi. *Sem logo*: a tirania das marcas em um planeta vendido. São Paulo: Record, 2002.

Neste livro, a jornalista e ativista canadense nos mostra os efeitos que o *marketing* de companhias multinacionais tem na cultura, no trabalho e na educação. Além disso, ela explica por que certas marcas estão no centro das críticas e ações dos ativistas anticapitalistas e antiglobalização.

Reprodução/Ed. Rocco

LEVI, Primo. *É isto um homem?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

Levi, um judeu italiano, relembra seus dias em Auschwitz, um campo de concentração nazista.

Reprodução/Summus Editorial

MANSANO, Sônia Regina Vargas. *Sorria, você está sendo controlado*. São Paulo: Summus, 2009.

A autora analisa a sociedade de controle e as possibilidades de resistência e invenção de outras formas de convivência.

Reprodução/Círculo do Livro

SOLJENITSIN, Alexandre. *Arquipélago Gulag*. São Paulo: Círculo do Livro, 1973.

Romance que retrata a vida nos *gulags*, campos de concentração e de trabalhos forçados da URSS stalinista, denunciando os crimes cometidos pelo regime soviético. Publicado ainda durante a Guerra Fria, o livro gerou bastante polêmica. Apenas duas de suas três partes foram traduzidas para o português.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Romance que se passa em uma sociedade totalitária na qual todos os atos dos cidadãos são vigiados e controlados pelo "grande irmão". O livro é uma das mais importantes distopias do século XX.

Reprodução/Ed. Aleph

STEPHENSON, Neal. *Nevasca*. São Paulo: Aleph, 2008.

Romance *cyberpunk* que mistura questões filosóficas, religiosas e políticas numa narrativa embasada nos temas da biopolítica e da sociedade de controle.

Filmes

Divulgação/MGM

***1984*. Direção de Michael Radford. Inglaterra, 1984. (113 min).**

Versão cinematográfica para o livro homônimo de George Orwell.

Divulgação/Imovision

***1,99 – Um supermercado que vende palavras*. Direção de Marcelo Masagão. Brasil, 2003. (72 min).**

Filme inspirado nas ideias do livro *Sem logo*, da ativista canadense Naomi Klein.

Divulgação/Cult Filmes

***Arquitetura da destruição*. Direção de Peter Cohen. Suécia, 1989. (119 min).**

Documentário sobre o totalitarismo nazista, com ênfase para suas ações no campo da medicina racista e da produção de uma estética da "raça superior".

Divulgação/Europa Filmes

***A vida dos outros*. Direção de Florian Henckel von Donnersmarck. Alemanha, 2006. (137 min).**

Na década de 1980, o sistema de espionagem da então Alemanha Oriental começa a acompanhar e registrar a vida de um casal (um dramaturgo e uma atriz), por meio de escutas telefônicas. A história de ficção mostra o funcionamento de uma sociedade totalitária e o fim da distinção entre as esferas pública e privada.

Divulgação/Pequi Filmes

***O dia que durou 21 anos*. Direção de Camilo Tavares. Brasil, 2012. (77 min).**

O documentário denuncia a intervenção política, financeira e militar dos Estados Unidos na política brasileira, durante o início da década de 1960, em favor do golpe militar perpetrado em 1964.

Divulgação/Continental Home Video

***O triunfo da vontade*. Direção de Leni Riefenstahl. Alemanha, 1935. (114 min).**

Documentário que serviu de propaganda nazista e que retrata um enorme encontro do Partido Nacional Socialista. O filme foi um dos marcos da história do cinema e é um grande exemplo de como se pode manipular as massas por meio da técnica cinematográfica.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

A filosofia na história

Consulte na linha do tempo presente no final deste livro o contexto histórico e cultural dos acontecimentos mencionados aqui, bem como os filósofos que se destacaram no período em questão.

A grande revolução na filosofia política representada pela obra *O príncipe*, de Maquiavel, ocorre em um período de grande agitação política e cultural na cidade de Florença (na atual Itália), no século XV. No período em que Maquiavel viveu, a cidade era formalmente uma república, mas a família Médici dominava o cenário político. Em 1478, os membros da tradicional família Pazzi planejaram matar os membros da família Médici durante uma missa, mas a execução não deu certo. Lourenço de Médici, que estava no poder naquele momento, escapou, e, em seguida, comandou uma grande reação, que matou ou forçou a fuga de todos os envolvidos na conspiração. A revanche de Lourenço trouxe certa paz a Florença, mas as disputas internas se mantiveram por muito tempo.

Pouco depois da morte de Lourenço, em 1492, outro grande evento abalou a frágil tranquilidade da cidade. O rei da França invadiu a Península Itálica em 1494 e ameaçou seriamente a cidade de Florença. Depois da fuga de Piero de Médici, que governava a cidade, a negociação com os franceses foi liderada pelo frade profeta Jerônimo Savonarola, um grande orador que misturava política e religião em sua atuação. Para ele, Florença estava destinada a ser a nova Jerusalém, e seu enorme poder de persuasão e influência sobre os cidadãos impressionou Maquiavel. Após o fim da ameaça francesa, Florença presenciou mais disputas, desta vez entre o papa e parte da aristocracia florentina. Essas novas disputas acabaram levando Savonarola à fogueira, os Médici de novo ao poder e Maquiavel à prisão. Foi nesse contexto de reviravolta política e declínio pessoal que Maquiavel, preso, escreveu *O príncipe*.

Florença, no entanto, não foi apenas palco de disputas no século XV. Conhecida como o berço do Renascimento, na cidade viveram artistas e pensadores como Leonardo da Vinci, Michelangelo, Marsilio Ficino, Sandro Botticelli, Donatello, Bruneleschi e Maquiavel. Vinculado a um forte crescimento da vida urbana e econômica, o Renascimento se opôs aos valores predominantes durante a Idade Média e afirmou o surgimento de um “novo homem”, mais livre do controle da Igreja. Foi um período em que se buscava inspiração nas obras deixadas pela Grécia e por Roma antigas.

Ian Dagnall/Alamy/Latinstock

Galleria degli Uffizi, em Florença, na Itália, exemplo de arquitetura renascentista. Foto de 2003.

Chris Hill/Shutterstock

Nickolay Stanev/Shutterstock

Algumas esculturas instaladas na fachada da Galleria degli Uffizi foram feitas no século XIX em homenagem a pensadores toscanos ligados ao Renascimento, como Galileu Galilei e Maquiavel.

Todos esses elementos da história de Florença estão contidos na reflexão de Maquiavel, que traduziu para o âmbito político as ideias renascentistas. Em seus textos, encontramos a recusa de vários preceitos medievais, que se baseavam em fundamentos sagrados. Maquiavel, que ao contrário, descreveu o que via nas relações humanas, sem pretender recorrer a qualquer forma de transcendência.

Com base nos ensinamentos de Jesus Cristo, os medievais defendiam, por exemplo, a bondade como princípio de ação dos governantes. Entretanto, diante de tantas disputas, trapaças, traições e jogos de poder, Maquiavel concluiu que um príncipe que agisse com base na ideia de bondade certamente se exporia ao perigo da ruína, pois um governante puramente bondoso não se ajustaria às mudanças que os novos tempos traziam. Para Maquiavel, o governante não deve nem pressupor a bondade nas ações humanas nem tentar basear suas próprias ações em sentimentos bondosos, e sim se servir daquilo que se costuma considerar bondade e daquilo que se costuma considerar maldade conforme a situação. Com essa afirmação, Maquiavel se afasta inteiramente da ideia medieval de que o poder temporal (dos seres humanos na terra) deveria se espelhar no poder espiritual (exercido pela Igreja em nome de Deus).

Além disso, segundo Maquiavel, o objetivo do homem político deve ser a conquista do poder. Uma vez transformado em governante, este deve ter como meta a conservação de seu poder. Para atingir esses objetivos, a capacidade de convencimento é muito importante. Entretanto, refletindo sobre o destino de Savonarola, Maquiavel afirma que o governante também deve ter armas para manter o que conquistou por meio do convencimento. As armas não servem para fazer justiça ou para fazer maldade, mas para agir contra os adversários sempre que necessário e da maneira mais adequada para garantir que se mantenha no poder.

Maquiavel valorizou também a dissimulação, ou seja, a capacidade do governante de esconder suas verdadeiras intenções quando for conveniente. Como vimos no Capítulo 1 desta Unidade, Maquiavel chamou essa sabedoria para agir contra os adversários e contra as adversidades no momento certo e da maneira certa de *virtù*, e considerou que é ela a principal capacidade de um governante.

The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil

Savonarola sendo queimado na fogueira, em pintura italiana do século XVI.

1 Indique características do pensamento de Maquiavel que justifiquem a inclusão de seu nome entre os pensadores do Renascimento. Em seguida, compare sua perspectiva com a do pensamento medieval.

2 O adjetivo "maquiavélico" é derivado do nome de Maquiavel e comumente usado para designar uma ação má. Explique em que medida esse adjetivo é adequado ao pensamento de Maquiavel e em que medida não é.

3 Cite um exemplo de ação política recente em que alguma pessoa com poder tenha agido de acordo com a *virtù* e explique por que esse exemplo é adequado.

Um diálogo com sociologia, geografia, história e língua portuguesa

Nesta Unidade estudamos as relações humanas. Vimos que a palavra política (do grego *politikós* e do latim *politicus*) não designa exclusivamente a atividade profissional dos candidatos eleitos para nos representar ou de um partido político. Ela está também presente na vida de cada cidadão, em suas relações, na realização de direitos e deveres, no conviver com as diversidades, etc.

Na maioria dos países, assim como no Brasil, o modelo político é o da democracia representativa. No entanto, também existe um certo distanciamento entre os cidadãos e a real experiência política. Portanto, há muito por fazer para que se fortaleçam as conquistas na construção da cidadania.

Leia as duas notícias a seguir. Ambas estão relacionadas à mudança da localização do Museu do Índio, órgão ligado à Fundação Nacional do Índio (Funai), no Rio de Janeiro (RJ). O governo do estado do Rio de Janeiro adquiriu o imóvel do governo federal visando demoli-lo para construir no lugar um centro de compras e um estacionamento anexos ao Estádio do Maracanã, no contexto das reformas para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. As duas notícias tratam da mesma temática, embora apresentem diferenças em seus discursos e intenções ideológicas. Observe essas diferenças e depois responda às questões propostas.

Texto 1

Polícia espera ordem judicial para retirar índios de museu

Ao menos 40 homens do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Rio cercaram, na noite de anteontem, a antiga sede do Museu do Índio, no Maracanã, zona norte do Rio, onde vivem 23 famílias indígenas há seis anos. Os policiais aguardavam a chegada de uma ordem judicial para desocupar o espaço, cuja demolição está prevista no pacote de obras que preparam o estádio do Maracanã para a Copa do Mundo. Os índios se recusam a desocupar o imóvel. Às 19h30 de ontem, a tropa deixou o local; deve retornar hoje. No fim da manhã de ontem, alguns índios se posicionaram em janelas do prédio, com arcos e flechas, e criaram barreiras na entrada com pedaços de madeira e arame farpado. Às 16h, o cacique Carlos Tukano disse que os índios decidiram não usar armas em caso de invasão, mas que iriam "resistir com a própria vida". "Em nome da Copa, o governo está matando nossa história. Não vamos brigar, mas vamos resistir."

O local é alvo de uma briga na Justiça. De um lado está o Estado, que quer demolir o prédio para melhorar o acesso ao estádio. Do outro, índios e a Defensoria Pública da União, que defende o tombamento. [...] *Segundo o órgão [Emop — Empresa de Obras Públicas], os policiais foram enviados para que agentes do serviço social pudessem entrar para cadastrar as famílias e providenciar sua remoção para outro local. Criado em 1953, o museu funcionou por cerca de 25 anos. Desde o fim da década de 1970, está abandonado.*

GIULIANA, Damaris. Polícia espera ordem judicial para retirar índios de museu. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 13 jan. 2013. Caderno C4 – Cotidiano.

Texto 2

Policiais da tropa de choque fortemente armados na porta do Museu

Tânia Rêgo/Agência Brasil

Batalhão de Choque da Polícia Militar cerca o prédio do antigo Museu do Índio, no entorno do Maracanã, que seria demolido para as obras de modernização do complexo esportivo do estádio para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Foto de janeiro de 2013.

Cerca de 600 pessoas defenderam o antigo Museu do Índio, ao lado do Maracanã, zona norte do Rio, das demolições do governo do Estado previstas para as obras da Copa do Mundo de 2014. Além dos indígenas, que ocupam o terreno batizado de Aldeia Maracanã desde 2006, movimentos sociais, parlamentares e advogados, dentre outros setores da sociedade, se solidarizaram com a causa. O local foi cercado no último sábado (12) durante mais de 11 horas com

forte aparato policial do Batalhão de Choque da Polícia Militar e houve momentos de tensão na negociação, apesar de ninguém sair ferido ou preso. A demolição, junto com a derrubada de uma escola municipal e de equipamentos esportivos no entorno, como o estádio Célio de Barros e o Parque Aquático Julio Delamare, faz parte do projeto de modernização do estádio.

[...] *Defensores públicos e parlamentares estranham a motivação do poder público em demolir o imóvel, uma vez que órgãos como o Crea, Inepac e Iphan, ainda que este não tenha tombado o casarão centenário, se posicionaram contra a destruição. Alguns deles, inclusive, comprovam a não interferência da livre circulação de pessoas, caso o prédio seja reformado. O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Rio também se posicionou contra a obra. Outro fator de estranhamento foi a Fifa desmentir publicamente o governo estadual, ao afirmar que é contrária à demolição.*

Uma das lideranças da aldeia Maracanã, Urutau Guajajara, que é mestrando em linguística na UERJ e dá aulas de Tupi na ocupação, destacou a importância da rápida divulgação pela internet dos comunicadores independentes, que atraiu muitos apoiadores e jornalistas e inibiu a truculência policial. Clamando apoio à sociedade, disse que fica muito pesada a resistência só com os indígenas locais. Ele espera do governo o mesmo tratamento dado por eles em caso de um possível confronto: o maracá, cantorias e religiosidade.

"Pedimos ao governador do Estado, chefe máximo da polícia do Rio, para usar as mesmas armas: maracá, o canto e religiosidade", afirma Urutau Guajajara, uma das lideranças da aldeia.

SÁ, Eduardo. *Caros Amigos*. Disponível em: <www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/2086-movimento-social-resiste-a-demolicao-do-museu-do-indio-no-rj>. Acesso em: 27 fev. 2016.

Sergio Moraes/Reuters/Latinstock

Helicóptero sobrevoa o prédio do antigo Museu do Índio, em 2013, no Rio de Janeiro (RJ), durante o cumprimento de ordem de desocupação, requerida pelo governo estadual.

1 Identifique as diferenças discursivas entre as duas notícias. Você acredita que isso reflete diferenças de posicionamento ideológico? Por quê?

2 Qual é a sua opinião: era justificável demolir e transferir o Museu do Índio para outro local com a justificativa de facilitar o trânsito para o estádio do Maracanã na Copa de 2014; ou deveria ter sido tombado como Patrimônio Cultural? Escreva um pequeno texto justificando sua opinião e, depois, converse com os colegas.

3 Como você analisa essa ação política do governo do estado do Rio de Janeiro: democrática ou autoritária? A comunidade deveria participar desse tipo de discussão e decidir as melhores propostas e decisões a serem viabilizadas? Justifique sua resposta.

4 Pesquise sobre a situação dos indígenas no Brasil. Durante a pesquisa, escolha algumas comunidades indígenas e descreva a sua distribuição geopolítica atual em nosso país. Depois, compartilhe com os demais colegas de sala as informações encontradas e montem um painel sobre essa questão, que pode ser exposto na escola assim que finalizado.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

Enem

1 (Enem 2013)

O edifício é circular. Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Você pode chamá-los, se quiser, de celas. O apartamento do inspetor ocupa o centro; você pode chamá-lo, se quiser, de alojamento do inspetor. A moral reformada; a saúde preservada; a indústria revigorada; a instrução difundida; os encargos públicos aliviados; a economia assentada, como deve ser, sobre uma rocha; o nó górdio da Lei sobre os Pobres não cortado, mas desfeito — tudo por uma simples ideia de arquitetura!

BENTHAM, J. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Essa é a proposta de um sistema conhecido como panóptico, um modelo que mostra o poder da disciplina nas sociedades contemporâneas, exercido preferencialmente por mecanismos

a) religiosos, que se constituem como um olho divino controlador que tudo vê.
b) ideológicos, que estabelecem limites pela alienação, impedindo a visão da dominação sofrida.
c) repressivos, que perpetuam as relações de dominação entre os homens por meio da tortura física.
d) sutis, que adestram os corpos no espaço-tempo por meio do olhar como instrumento de controle.
e) consensuais, que pactuam acordos com base na compreensão dos benefícios gerais de se ter as próprias ações controladas.

Vestibulares

2 (UEM-PR 2012 – somar respostas corretas) O filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) diz no *Contrato Social*:

"A passagem do estado natural ao estado civil produz no homem uma mudança notável, substituindo em sua conduta o instinto pela justiça, e conferindo às suas ações a moralidade que anteriormente lhes faltava. [...] *O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui."*

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. Contrato Social. In: *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 606-607.)

A partir desse trecho, que reproduz uma concepção clássica da filosofia política contratualista, é correto afirmar que:

01) A opção pelo contrato social ocorre porque não há garantias jurídicas no estado natural.
02) O estado natural é pautado por condutas instintivas porque não há limitações cívicas ou legais.
04) O contrato social garante mais liberdade civil porque os homens agem moralmente.
08) A liberdade civil não é uma conquista para os homens porque eles perdem seu maior bem, a liberdade instintiva.
16) O estado natural é inseguro e injusto porque não há homens moralmente corretos.

3 (UEM-PR 2012 – somar respostas corretas)

"O pensamento de Foucault gira em torno dos temas do sujeito, verdade, saber e poder. É um pensamento que leva à crítica de nossa sociedade, à reflexão sobre a condição humana. [...] *Não há verdades evidentes, todo saber foi produzido em algum lugar, com algum propósito. Por isso mesmo pode ser criticado, transformado, e, até mesmo destruído. Foucault considera que a filosofia pode mudar alguma coisa no espírito das pessoas.* [...] *Seu pensamento vem sempre engajado em uma tarefa política ao evidenciar novos objetos de análise, com os quais os filósofos nunca haviam se preocupado. Entre eles se destacam: o nascimento do hospital; as mudanças no espaço arquitetural que servem para punir, vigiar, separar; o uso da estatística para que governos controlem a população; a constituição de uma nova subjetividade pela psicologia e pela psicanálise; como e por que a sexualidade passa a ser alvo de preocupação médica e sanitária; como governar significa gerenciar a vida (biopoder) desde o nascimento até a morte, e tornar todos os indivíduos mais produtivos, sadios, governáveis."*

(ARAÚJO, I. L. Foucault: um pensador da nossa época, para a nossa época. In: *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009. p. 225.)

Segundo o texto, é correto afirmar:

01) A renovação filosófica ocorre no contexto de afirmação positivista das ciências e fundação da subjetividade a partir da fenomenologia.
02) A relação entre saber e poder diz respeito a uma prática política, não só epistemológica.
04) A sexualidade aparece como tema de análise filosófica em razão da repressão dos desejos individuais e coletivos.
08) A expressão "biopoder" significa a associação entre as potencialidades humanas e o divino.
16) O papel da filosofia é revelar verdades metafísicas, independentemente de serem contestadas ao longo da História.

4 (UFSJ-MG 2012)

"A honra do soberano deve ser maior do que a de qualquer um, ou a de todos os seus súditos."

Assinale a alternativa que apresenta a fundamentação para essa ideia preconizada por Thomas Hobbes.

a) "A condição de súdito é muito miserável, mas sujeita a uma superação, pois se encontra sujeita aos apetites e paixões irregulares daquele ou daqueles que detêm em suas mãos poder tão ilimitado."

b) "É na soberania que está a fonte da honra."
c) "O Homem nunca pode deixar de ter uma ou outra inconveniência e a maior que é possível cair sobre o povo em geral é de pouca monta se comparada ao poder do soberano, que deve ser revitalizado de tempos em tempos."
d) "Todos os homens são dotados de grandes lentes de aumento; todo pagamento parece um imenso fardo, o que gera lamentos e sofrimentos. Honra maior consiste em o soberano ter piedade e compreensão para com tais falhas humanas e doar poderes aos infelizes."

5 (UEM-PR 2016)

"Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e agora se pode dizer que a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Estas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque estes mecanismos de poder tornam possíveis essas produções de verdade, as induzem; e elas próprias são efeitos do poder que nos ligam, nos conectam."

(FOUCAULT, M. Poder e Saber In: MARÇAL, J. *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED, 2009, p. 237).

A partir do texto citado, assinale o que for correto.

01) O poder induz à produção da verdade na medida em que estabelece os meios para obtê-la.
02) Para o filósofo, o poder político é o único que pode produzir uma verdade científica.
04) Os mecanismos de poder determinam a produção da verdade.
08) Se a verdade é produzida pelas sociedades, então ela não é de fato verdade, já que foi elaborada para manipular e controlar politicamente.
16) O filósofo destaca a íntima relação que há entre conhecimento científico e as formas de poder.

6 (UFSJ-MG 2013) Thomas Hobbes afirma que "Lei Civil", para todo súdito, é

a) "construída por aquelas regras que o Estado lhe impõe, oralmente ou por escrito, ou por outro sinal suficiente de sua vontade, para usar como critério de distinção entre o bem e o mal".
b) "a lei que o deixa livre para caminhar para qualquer direção, pois há um conjunto de leis naturais que estabelece os limites para uma vida em sociedade".
c) "reguladora e protetora dos direitos humanos, e faz intervenção na ordem social para legitimar as relações externas da vida do homem em sociedade".
d) "calcada na arbitrariedade individual, em que as pessoas buscam entrar num Estado Civil, em consonância com o direito natural, no qual ele – o súdito – tem direito sobre a sua vida, a sua liberdade e os seus bens".

Elementar, meu caro. Depois de aprender um pouco sobre lógica nesta Unidade, vamos exercitar o uso das ferramentas de pensamento. Você verá como certo treino ajuda bastante a pensar de forma mais organizada.

1 Analise cada um dos enunciados apresentados e responda de que tipo de proposição se trata: negativa, conjuntiva, disjuntiva, condicional, equivalente. Em seguida, transforme-a numa sentença simbólica utilizando os símbolos lógicos:

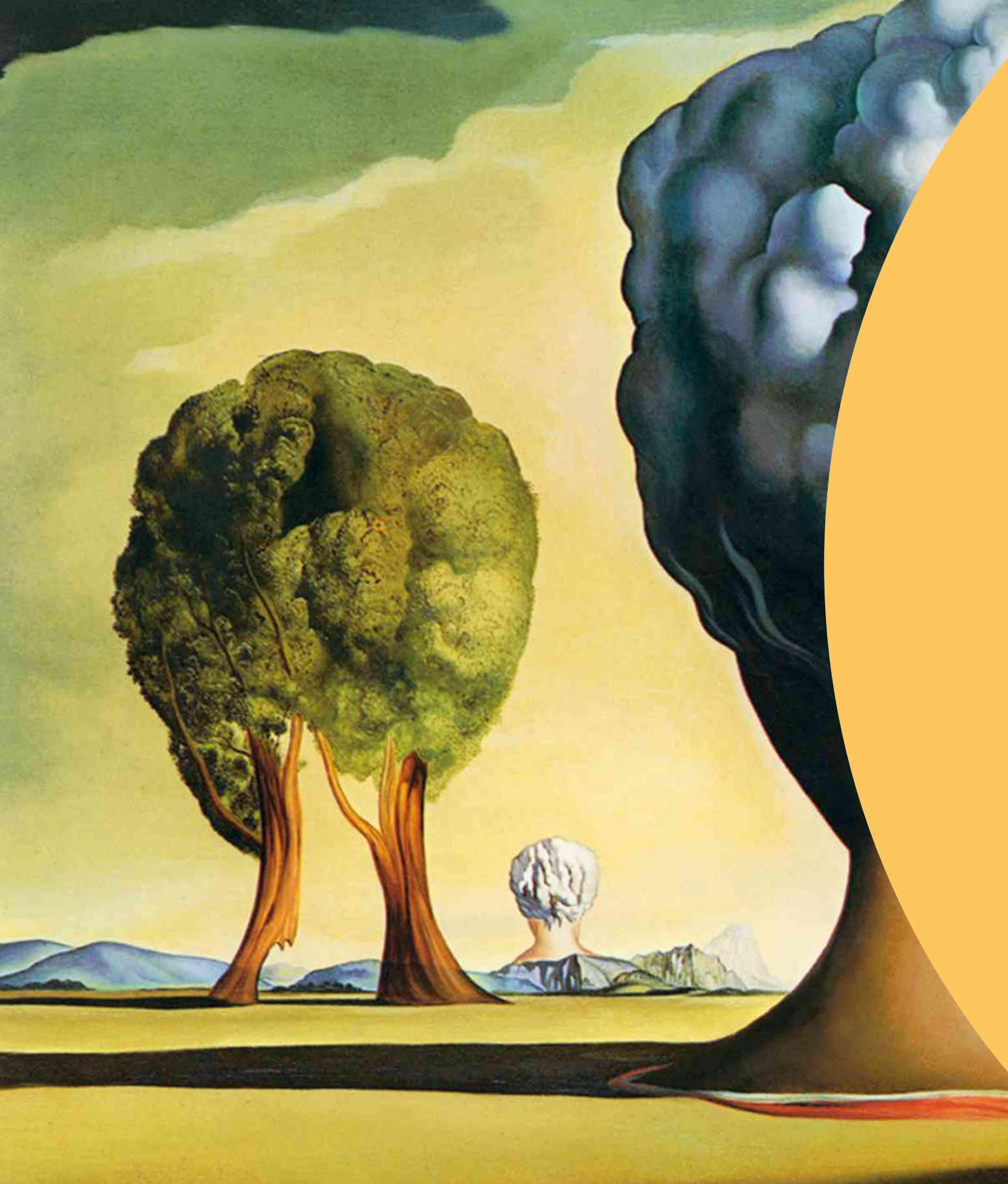
a) Se for idoso, então tem preferência.
b) Somente pode prestar o Enem quem fizer a inscrição no prazo.
c) Não existe vida inteligente fora da Terra.
d) Gosto de ler e gosto de jogar *videogame*.
e) Você pode escolher carne ou vegetais.

2 Agora faremos o inverso. Dadas as expressões a seguir, escreva ao menos duas proposições possíveis para cada uma delas:

a) $p \sim q$
b) $p \rightarrow q$
c) $p \wedge q$
d) $p \vee q$
e) $p \leftrightarrow q$

3 Analise as proposições apresentadas a seguir, dizendo em que casos elas são verdadeiras (V) ou falsas (F). Para isso, utilize as tabelas de verdade presentes no Capítulo 3 desta Unidade. Explique como chegou a cada conclusão.

a) O trabalho doméstico pode ser realizado pelo homem ou pela mulher.
b) A pessoa é capixaba, então não nasceu no Espírito Santo.
c) A medicina trata o doente ou previne a doença.
d) Os peixes nadam somente se os gatos voam.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

XVII

GALILEU Itália
DESCARTES França

XIX

SAINT-SIMON França
COMTE França

XX

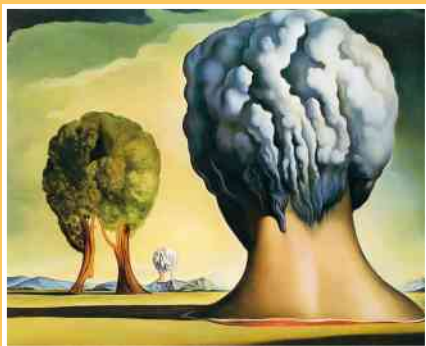
FOUCAULT França
JONAS Alemanha
LEVINAS Lituânia

Unidade 5
Problemas contemporâneos

A progressiva separação da ciência em relação a outras formas de conhecimento na Europa, a partir do século XVI, foi um dos marcos de entrada na modernidade. Áreas aplicadas à busca científica das leis universais e imutáveis da natureza, como a física e a química avançaram em suas descobertas e impulsionaram as inovações técnicas. Nesse contexto, as humanidades tomaram essas ciências como paradigma. Ideais de imparcialidade e objetividade passaram a orientar a investigação a respeito do ser humano, ainda que este seja um ser histórico e cultural. Impulsionado pelos interesses do capitalismo, o avanço tecnológico e científico fez com que o ser humano interferisse cada vez mais sobre a natureza, levando a melhorias na medicina e na indústria, por exemplo. Mas esse avanço também gerou catástrofes, como a bomba atômica, e problemas ambientais cada vez mais graves.

A ciência, hoje, está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento tecnológico. Fomentada pelas superpotências políticas e econômicas, a tecnociência tornou-se uma nova ordem mundial, muitas vezes prejudicando o ambiente, os sujeitos, a liberdade e a democracia. Diante disso, pensadores contemporâneos têm levantado discussões filosóficas a respeito, por exemplo, da bioética, do meio ambiente, da comunicação e da política.

Na pintura desta página podemos distinguir três formas que se assemelham a cabeças humanas vistas de trás. No título da obra, *As três esfinges de Bikini*, o pintor surrealista Salvador Dalí (1904-1989) fornece algumas dicas sobre o que elas podem representar: "Esfinge" remete à mitologia: para os egípcios, era uma figura de poder; para os gregos, figura fatal e enigmática. Já Bikini é um atol no oceano Pacífico onde os Estados Unidos testaram bombas nucleares e de hidrogênio entre 1946 e 1958, tornando o local radioativo e inabitável. Voltando à tela: uma das cabeças lembra uma árvore; e as outras duas não lembram a nuvem de fumaça gerada por uma explosão atômica? Ser humano, natureza, poder e destruição formam um grande enigma que desafia nosso entendimento.

Reprodução/Galeria Petit, Paris, França.

As três esfinges de Bikini, de *Salvador Dalí, 1947*.

XXI

LADRIÈRE Bélgica
HABERMAS Alemanha
SERRES França
NEGRI Itália
RANCIÈRE Argélia
LIPOVETSKY França
LATOUR França
SINGER Austrália
VALLS Brasil

1 Quais são os limites do conhecimento e da ciência?

COLOCANDO O PROBLEMA

A ciência excitada
Fará o sinal da cruz
E acenderá fogueiras
Para apreciar a lâmpada elétrica

FISCHER, Júlio; ZÉ, Tom. Ogodô, ano 2000. In: *Tom Zé - The Hips of Tradition*. Luakabop, 1992. Letra disponível em: <http://letrasweb.com.br/tom-ze/ogodo-ano-2000.html>. Acesso em: 10 mar. 2016.

Assim como a arte e a filosofia, a ciência caracteriza-se por investir em um pensamento crítico e criativo, produzindo novos saberes. O trecho da canção citado ao lado, porém, coloca a ciência em uma posição em que não estamos acostumados a vê-la: como uma mistificação. A ciência que faz "o sinal da cruz" e acende fogueiras faz referência a atitudes religiosas completamente contrárias àquilo que chamamos de "espírito científico".

Em outra criação artística, o filme *Gattaca: a experiência genética*, a atenção se volta para o poder da ciência. O filme mostra uma sociedade no futuro na qual a ciência controla a humanidade. Os seres humanos dominam as viagens espaciais, mas apenas aqueles que são considerados geneticamente perfeitos podem viajar. Nessa sociedade, o conhecimento científico melhorou radicalmente a vida humana, mas o preço é o controle absoluto sobre as pessoas. O conhecimento da genética permite saber, desde o nascimento, o que uma pessoa pode ou não fazer, determinando seu perfil e suas possibilidades de vida.

Considerando a aventura da vida humana, sempre enfrentando desafios e superando limites, a sociedade mostrada no filme não seria a negação da parte mais humana que há nas pessoas, que é o fato de determinarmos a nós mesmos? Poderíamos viver conformados àquilo que a ciência nos impõe?

O filme *Gattaca* propõe uma reflexão sobre os limites da intervenção do conhecimento científico e da tecnologia nas vidas humanas.

Gattaca: a experiência genética. Direção de Andrew Niccol. Estados Unidos, 1997. (106 min).

Columbia Tristar/Everett Collection/Keystone

Cena do filme em que o indivíduo aparece como "inválido" na tela do monitor, por ter uma doença de fígado e não ser geneticamente perfeito.

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

O escritor francês François Rabelais (1494-1553), ainda no século XVI, afirmou que “ciência sem consciência não é senão a ruína da alma”. Para ele, o conhecimento não pode bastar-se a si mesmo. Conhecer por conhecer é perder a humanidade, colocando-a a serviço do conhecimento, e não o contrário. Séculos depois, estudando a lógica do funcionamento da ciência, o filósofo **Jean Ladrière** afirmou que esta tende a constituir-se como um sistema autônomo e fechado em si mesmo, no qual a regra que vale é a do conhecimento pelo conhecimento. Em outras palavras: devemos sempre conhecer cada vez mais, não importando se as consequências desse conhecimento serão boas ou más.

Positivismo: cientificismo e neutralidade da ciência

No século XVII, com a ciência de Galileu (1564-1642) e a filosofia de Descartes (1596-1650), formou-se uma maneira inteiramente nova de pensamento. O período que seguiu daí até pelo menos meados do século XX ficou conhecido como modernidade. Essas mudanças se originaram no âmbito da ciência, mas se espalharam para todos os campos do pensamento, formando uma nova visão de mundo que coloca o sujeito do conhecimento no centro das preocupações filosóficas.

Na modernidade passou-se a considerar que tudo o que pode ser representado intelectualmente pode ser conhecido. Por meio do uso reto da razão e do método correto, acreditava-se que o conhecimento humano podia ser ampliado indefinidamente. Embora alguns objetos sejam mais difíceis de serem conhecidos porque são mais difíceis de serem representados, com o aprimoramento dos meios de conhecer eles poderão tornar-se familiares ao ser humano.

Jean Ladrière (1921-2007)

Reprodução/www.sigueme.es/

Jean Ladrière, em foto de c. 2000.

Filósofo e lógico belga, foi professor na Universidade Católica de Louvain, onde dirigiu o Instituto Superior de Filosofia. Dedicou-se a estudar a razão científica e a razão filosófica, articulando-as com a fé cristã. Escreveu centenas de artigos científicos e vários livros, destacando-se: *Os desafios da racionalidade* (1977); *A ética no universo da racionalidade* (1997); e *O tempo do possível* (2004).

The Granger Collection/Other Images

As descobertas astronômicas do início da modernidade deram novo impulso à ciência e à filosofia, cada vez mais confiantes nas possibilidades da razão. Johannes Kepler (1571-1630), por exemplo, propôs que a distância entre as órbitas dos planetas então conhecidos era determinada por formas geométricas perfeitas, como mostra esta xilogravura colorida de 1596.

Auguste Comte
(1798-1857)

Auguste Comte, em retrato de 1845.

Filósofo francês, criador do positivismo, foi aluno da Escola Politécnica de Paris. Com sólido conhecimento científico, produziu uma filosofia que considera a ciência a única fonte do conhecimento verdadeiro. Acreditava que os problemas sociais deveriam ser tratados cientificamente e sistematizou o ramo da ciência dedicado a estudá-los, a sociologia. Foi autor de uma obra vasta, na qual se destacam: *Curso de filosofia positiva* (6 volumes, publicados entre 1830 e 1842); *Sistema de política positiva* (4 volumes, publicados entre 1851 e 1854); e *Catecismo positivista* (1852).

Essa mudança de visão de mundo conduziu a formas diferentes de pensamento, todas interligadas pelos fundamentos da modernidade. Entre essas formas, encontra-se o cientificismo, a tendência a valorizar excessivamente a ciência. O cientificismo considera que apenas os conhecimentos científicos são válidos e passa a aplicar as noções científicas a todos os campos da vida humana. Essa perspectiva teve origem no positivismo, corrente filosófica criada por **Auguste Comte**.

O positivismo teve grande número de seguidores e exerceu enorme influência no pensamento do século XIX e do início do século XX. Seu princípio básico, denominado por Comte "lei dos três estados", afirma que a humanidade passou por três estágios de evolução em sua relação com o mundo. Esses estágios podem ser assim resumidos:

- **estado teológico:** o ser humano explica os fenômenos da natureza como resultado de forças divinas e sobrenaturais. Esse estágio permitiu à humanidade intervir na natureza. Por exemplo: se explicamos a chuva como consequência da ação de um deus, então podemos fazer chover em época de seca, por meio de oferendas que agradem ao deus. Na visão de Comte, essas explicações são ingênuas e infantis. Esse estágio corresponde ao predomínio da **mitologia** e da **teologia** como explicações do mundo;
- **estado metafísico:** seria um estágio mais evoluído que o anterior. Aqui os deuses e as forças sobrenaturais são substituídos por forças abstratas. Apesar do abandono das causas sobrenaturais, a estrutura das explicações é a mesma, porém fazendo uso de teorias racionais. Assim como no estágio anterior, não são explicações baseadas na observação empírica. Esse estágio corresponde ao predomínio da **filosofia** como explicação do mundo;
- **estado positivo:** corresponderia ao estágio mais evoluído da humanidade. Os fatos e fenômenos são explicados racionalmente pela **causalidade** – ou seja, pela relação entre causa e efeito –, que estabelece a relação natural entre eles. A **ciência** é a guia mestra do desenvolvimento da humanidade em seu estágio de maturidade.

Para Comte, os indivíduos também passam por esses três estágios: quando crianças, tendemos a acreditar em explicações mitológicas e religiosas; crescemos um pouco e passamos a preferir explicações de cunho filosófico; mas é apenas na maturidade da idade adulta que estamos preparados para ver o mundo por meio da ciência.

A visão científica é aquela que consegue explicar a natureza pela própria natureza, sem recorrer a fatores externos. É uma visão madura, pois só se realiza pela investigação e pela experimentação, que levam à descoberta das relações de causa e efeito entre os fenômenos. Ao estabelecer a absoluta causalidade, o positivismo instaurou o reino da **necessidade**: nada acontece por contingência; tudo pode ser explicado por suas relações naturais com os outros elementos da realidade.

Comte quis aplicar aos problemas sociais o mesmo tipo de relação de causalidade das ciências naturais. Ele defendia a necessidade de uma **física social** e foi o responsável pela sistematização da sociologia, que seria o resultado da aplicação das leis naturais e do método científico da física ao estudo da sociedade. Assim como a física natural se constrói em torno do conceito de gravitação, Comte considerava que a sociedade deveria se organizar por meio do conceito de **ordem**, pois apenas com ordem poderia haver progresso. A preocupação social de Comte recebeu grande influência de **Saint-Simon**, de quem foi secretário durante muitos anos. Saint-Simon é considerado um dos fundadores do socialismo, embora seja apresentado como um "socialista utópico", pois acreditava que o socialismo seria alcançado apenas pelo convencimento das pessoas, e não por uma crítica ao sistema capitalista que indicasse meios para a transformação da realidade, como Marx fez posteriormente.

Essa posição cientificista se caracteriza também pela defesa da neutralidade da ciência, ou seja, da ideia de que os conhecimentos científicos não são bons nem maus em si mesmos. A ciência, portanto, não toma partido em relação a eles. É a aplicação desses conhecimentos que pode resultar em algo bom ou ruim. A produção do conhecimento pela ciência obedece à regra "saber cada vez mais". As aplicações dos conhecimentos ficam a cargo da tecnologia, que se utiliza deles para criar usos práticos – vem daí outro lema positivista, "Saber para prever, prever para prover". E são essas aplicações que podem ser avaliadas, não os conhecimentos.

Matt Trommer/Shutterstock/Glow Images

A atual bandeira do Brasil foi adotada em 1889, após a proclamação da República por militares de orientação positivista. O dístico "Ordem e Progresso" é inspirado no positivismo de Auguste Comte, cujo lema era: "O amor como princípio, a ordem como base, o progresso como fim". Várias tentativas de incluir a palavra "amor" em nossa bandeira já foram feitas.

Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760-1825)

Archives Charmet/The Bridgeman Art Library/Keystone/Biblioteca do Arsenal, Paris, França.

Saint-Simon retratado por Hippolyte Ravergie em óleo sobre tela de 1848.

Filósofo e economista francês, de família aristocrática. Em 1779 foi para a América, tendo participado da Guerra de Independência dos Estados Unidos. Sua obra esteve voltada para uma reforma social, pensada em princípios científicos. Alguns de seus livros foram escritos em parceria com Auguste Comte, que foi seu secretário desde 1817.

De sua obra, destacam-se: *Introdução aos trabalhos científicos do século XIX* (1807-1808); *Sistema industrial* (1821); e *Catecismo dos industriais* (1823-1824). Deixou inacabada a obra *O novo cristianismo*.

USINAS NUCLEARES

Em 11 de março de 2011, o norte do Japão foi atingido por um forte *tsunami* (onda gigante provocada por um maremoto) que arrasou várias localidades. Uma das consequências foi a inundação da Central Nuclear de Fukushima I, causando danos a alguns reatores nucleares e o vazamento de radiação. Toda a região precisou ser evacuada.
No século XX ocorreram dois acidentes nucleares graves: o da Usina de Three Mile Island, nos Estados Unidos, em março de 1979, e o da Usina de Chernobyl, na então União Soviética, em abril de 1986.

Um exemplo é o desenvolvimento da física nuclear. O estudo dos átomos e das partículas subatômicas foi e continua sendo realizado pelo desejo e pela necessidade do ser humano de conhecer e explicar a natureza. Esse conhecimento pode ser aplicado a uma série de coisas. O conhecimento sobre a fissão e a fusão atômicas, por exemplo, pode ser aplicado à produção de energia. Atualmente vários países dependem de **usinas nucleares** para gerar energia elétrica, ainda que essa fonte de energia apresente riscos de contaminação do ambiente e das pessoas. O mesmo conhecimento de física nuclear usado para geração de energia também pode ser aplicado na construção de armas de destruição em massa, como bombas e mísseis nucleares. O fato de que esse conhecimento pode resultar na fabricação de armas de destruição em massa, porém, não significa que ele seja um conhecimento ruim, que deva ser proibido. O que interessa, segundo o cientificismo, é que os seres humanos, dominando a física nuclear, a utilizem apenas para fins pacíficos, pois, em si mesma, ela é neutra.

Hiro Komae/Associated Press/Glow Images

Policiais japoneses em trajes de segurança resgatam corpo em área devastada pelo tsunami *em Fukushima, em 2011.*

A tecnociência

A partir da segunda metade do século XX, a noção de neutralidade da ciência começou a ser criticada, em virtude da estreita relação que existe entre o conhecimento científico e a sua aplicação.

Na sua origem, a ciência moderna foi impulsionada pela vontade humana de conhecer a natureza cada vez mais a fundo. Porém, desde o século XIX, sua principal motivação têm sido a possibilidade de aplicação e utilização desse conhecimento. Passou-se a falar em “ciência e tecnologia” e, depois, em **tecnociência** para caracterizar esse tipo de conhecimento científico.

Grande parte das principais conquistas tecnológicas do século XX provém de pesquisas feitas em épocas de guerra, quando altos investimentos financeiros em pesquisa acabam sendo realizados, motivados pelos interesses geopolíticos. No caso da energia nuclear, por exemplo, foram as pesquisas para a construção da bomba atômica que possibilitaram o estudo e o controle de partículas subatômicas para geração de energia elétrica. A informática e as telecomunicações, que tiveram grandes avanços na segunda metade do século XX, também foram beneficiadas por pesquisas feitas durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, assim como diversas aplicações tecnológicas que hoje facilitam nosso dia a dia, como o forno de micro-ondas.

Grandes investimentos econômicos em pesquisa também são realizados por alguns setores muito lucrativos, e a tecnologia que eles desenvolvem acaba chegando à nossa vida cotidiana. É o caso, por exemplo, das empresas envolvidas com equipes de automobilismo, como as da Fórmula 1, que investem milhões de dólares para ter carros mais competitivos e lucrar com as corridas. Vários equipamentos que elas desenvolvem para os carros de corrida são depois adaptados para os carros comuns.

Em uma era na qual uma das palavras de ordem é "inovação", diante de todos os benefícios que parecem advir do desenvolvimento científico, é necessário refletir se o utilitarismo da tecnociência não beneficia apenas grupos específicos (por exemplo, aumentando a dominação ou os lucros de alguns), em vez de toda a humanidade. Questionar os interesses políticos e econômicos que tentam se sobrepor aos interesses científicos e sociais pode nos ajudar a delinear o tipo de desenvolvimento científico que devemos buscar.

Destruição causada pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração em Bento Rodrigues, distrito de Mariana (MG), em 2015. A enxurrada de lama ocasionou mortes, devastou distritos próximos e atingiu o rio Doce em toda sua extensão. Para muitos, trata-se do maior desastre ambiental já ocorrido no país. O Brasil é um dos maiores extratores de minério de ferro do mundo, mas a produção e a tecnologia envolvidas nessa atividade são controladas por empresas privadas. Esse minério é matéria-prima do aço, utilizado em larga escala para as mais diversas aplicações, desde a fabricação de ferramentas e máquinas até a construção de edifícios.

Ricardo Moraes/Reuters/Latinstock

A EMERGÊNCIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS

Com o surgimento das ideias positivistas e da crença na ideia de que apenas a ciência produz conhecimentos verdadeiros, outras áreas do saber receberam um tratamento científico no século XIX. Assim como a sociologia, formaram-se outras ciências sociais e humanas voltadas ao estudo experimental das leis que regem outras áreas de estudo. Foi assim que se constituíram áreas como a psicologia, a psicanálise, a antropologia e a história.

Foucault: uma arqueologia das ciências humanas

Para compreender a formação das ciências humanas, Michel Foucault (1926-1984) se serviu de uma palavra grega e criou seu conceito de ***episteme***. Cada época histórica tem sua própria *episteme*, que é o solo de onde emergem os saberes. É importante perceber que ele fala em saberes, e não em **conhecimentos**. Para Foucault, os conhecimentos são organizados segundo os princípios de uma ciência, tendo compromisso com a verdade; já os saberes são uma categoria mais ampla, não necessariamente científica. Ao realizar uma "arqueologia do saber", como ele denomina o seu método, Foucault não está se ocupando apenas da ciência, mas também de outras formas de pensar e investigar a realidade.

Compreendendo a ideia de *episteme*, é possível entender por que certos conhecimentos científicos e saberes se formaram em uma época e não em outra.

Fazendo a arqueologia do saber no Ocidente desde o período que ele denomina "época clássica" (o período renascentista), Foucault encontra três *epistemes*, relacionadas a diferentes saberes e ciências:

- A *episteme* da Renascença (séculos XV e XVI): centrada na **semelhança**. Nessa época, conhecer era perceber as semelhanças. Porém, elas não se apresentavam de imediato. Era como se o mundo tivesse signos que precisassem ser decifrados, interpretados, para que se pudesse perceber as semelhanças entre as coisas. A relação entre as coisas e os signos também se dava por semelhança.
- A *episteme* clássica (séculos XVII e XVIII): voltada para a **representação**. Neste período, a *episteme* não articula mais as coisas e os saberes. Não há mais semelhança, e conhecer já não é decifrar os signos da natureza. O conhecer passa a ser, nesse período, uma atividade de representação: conhecer o mundo é representar o mundo no pensamento, dando-lhe uma ordem, uma organização. Foucault destaca a emergência de três ciências nesse período, que operam por meio da representação: a gramática geral, a história natural e a economia como análise das riquezas. As três se dedicam a organizar e classificar (as palavras; os seres vivos; as riquezas), dando uma ordem aos conhecimentos.

EPISTEME

Episteme *não é sinônimo de saber; significa a existência necessária de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior à ordenação do discurso estabelecida pelos critérios de cientificidade e dela independente. A* episteme *é a ordem específica do saber; a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época, e que lhe confere uma possibilidade enquanto saber.*

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 133.

As meninas (c. 1656)*, do artista espanhol Diego Velázquez (1599-1660). Em* As palavras e as coisas (1966)*, Foucault faz uma longa análise dessa pintura do século XVII. Nela podemos contemplar membros da família real espanhola e o próprio Velázquez, que está pintando a cena. Ao mesmo tempo, parece que somos contemplados pelas personagens da obra, indicando que a ação ocorre em dois sentidos. A obra ilustra a atitude de representação e suas implicações para a produção de saberes.*

- A *episteme* moderna (séculos XIX e XX): tomada como a “idade do homem”. Com o enfraquecimento da representação, emerge o conceito moderno de homem como *episteme*. O que garante o saber já não é uma semelhança ou uma representação, mas sua construção por um sujeito, o ser humano. A **ordem** é substituída pela **história**. Foucault afirma que há uma transformação da gramática geral em **filologia** (a busca pela história das palavras, mais que sua classificação); da história natural em **biologia** (o estudo dos seres vivos em sua história, e não a mera classificação em gêneros e espécies); da análise das riquezas em **economia política** (o estudo dos fluxos econômicos na história).

No âmbito de uma *episteme* da semelhança ou de uma *episteme* da representação, o ser humano é sujeito de conhecimento e só pode tomar como objeto algo que não seja ele mesmo. Por isso, do século XVII até o século XIX, consolidam-se as ciências exatas e da natureza. Mas, no século XIX, com um novo solo para os saberes, o ser humano, sujeito de conhecimento, pode tomar a si mesmo também como objeto. É possível, então, o necessário distanciamento de si mesmo para produzir-se como saber, como conhecimento científico, o que leva à consolidação das ciências humanas.

Problemas de método nas ciências humanas

Na formulação de Comte, a “física social” seria o resultado da aplicação do método experimental da física aos problemas sociais. Com o desenvolvimento posterior da sociologia, porém, isso não se mostrou algo simples. Nas ciências naturais, o método experimental, como vimos no Capítulo 3 da Unidade 1, tem normas bastante rígidas para garantir a produção de um conhecimento verdadeiro. Os problemas começam a aparecer quando ele é aplicado a objetos da esfera humana. Um dos princípios básicos do método experimental é a objetividade; mas como ser objetivo quando o objeto do conhecimento é o próprio indivíduo que faz o estudo?

As ciências são baseadas em fatos. Elas não são apenas especulações teóricas, mas sim análises dos fatos. No entanto, os fatos humanos não têm a mesma previsibilidade que os fatos naturais: os fatos humanos são fluidos, mutantes, inconstantes. Seu estudo oferece mais dificuldade e as conclusões podem não ser tão definitivas como nas ciências naturais. Por essa razão, o método experimental precisa ser adaptado quando aplicado ao estudo dos fatos humanos. Cada ciência humana faz suas próprias adaptações, de acordo com seu objeto e suas especificidades. Assim, enquanto no campo das ciências naturais se fala em **método científico**, no campo das ciências humanas é mais apropriado falar em **métodos**, no plural.

Dessa situação decorrem muitas críticas às ciências humanas por parte dos representantes das ciências naturais. Fala-se, por exemplo, em “ciências exatas” para se referir às ciências naturais, como se as ciências humanas não se caracterizassem pela exatidão. Outras denominações das ciências naturais são “ciências duras” ou “ciências fortes”, como se

as ciências humanas fossem "moles" ou "fracas". Essas distinções não têm fundamento, porque as ciências humanas são tão rigorosas quanto as naturais e desenvolvem metodologias de investigação que lhes permitem ser o mais acuradas possível.

De forma geral, podemos dizer que a metodologia nas ciências humanas está baseada na **observação** dos fenômenos humanos, os quais são carregados de sentidos e significados que precisam ser **interpretados**. Cada ciência humana desenvolve suas maneiras próprias de orientar a observação dos fatos humanos que são seu objeto de pesquisa, bem como os instrumentos de interpretação desses fatos, que permitem estabelecer suas conclusões.

Associated Press/Glow Images

O método etnográfico, um dos mais utilizados pela antropologia, se baseia no convívio prolongado com o grupo estudado em seu local. Na foto de 1957, a antropóloga Margaret Mead em Bali, Indonésia.

Ciência e poder na contemporaneidade

Os desafios contemporâneos para a ciência e o conhecimento vêm sendo analisados sob várias perspectivas. Uma delas é a do filósofo francês **Bruno Latour**, que faz uma dura crítica ao afirmar que a modernidade, da qual o Ocidente tanto se orgulha, nunca deixou de ser apenas um projeto, isto é, nunca se realizou de fato. Segundo ele, o **projeto da modernidade** era o de separar radicalmente a **natureza** da **cultura** e a **ciência** da **política**. Em outras palavras, esse projeto pretendia separar o científico, racional e demonstrável segundo leis naturais, do social. Caberia aos cientistas conhecer, compreender e gerir a natureza, ficando sob a responsabilidade dos políticos a gestão da sociedade. Latour afirma que essa divisão de tarefas nunca se materializou, porque todo conhecimento novo se forma em uma sociedade específica por meio de indivíduos imersos nessa sociedade, e interfere diretamente na vida dessa sociedade – portanto, a ciência é também social, cultural e política.

Como não é possível separar o "humano" do "não humano", o conhecimento não pode ser classificado como apenas social ou apenas científico. Os conhecimentos são "híbridos", conforme os denomina Latour.

Bruno Latour (1947-)

Archives Charmet/The Bridgeman Art Library/Keystone/ Biblioteca do Arsenal, Paris, França.

Bruno Latour, em foto de 2010.

Filósofo, sociólogo e antropólogo francês, estuda a atividade científica contemporânea. Foi professor no Centro de Sociologia da Inovação da Escola Nacional Superior de Minas, em Paris, França, e dirige um projeto no Instituto de Estudos Políticos da mesma cidade. Entre seus vários livros, destacam-se: *Jamais fomos modernos* (1991); *A esperança de Pandora* (1999); *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas* (2010); e *Pesquisa sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos* (2012).

Como exemplos de híbridos, Latour cita o buraco na camada de ozônio, o congelamento de embriões para retirada futura de células-tronco, a poluição dos rios e as pesquisas da cura para a Aids. Esses temas podem ser estudados apenas por uma ciência, isoladamente, ou então por um projeto interdisciplinar? Latour responde que não, e lembra que todos eles envolvem também aspectos sociais, econômicos e políticos que precisam ser levados em conta.

Não se pode fazer uma separação entre a produção do conhecimento e o exercício do poder, diz Latour. Como vimos, a ciência deixou de ser movida pela vontade de conhecer e passou a se guiar pelas possibilidades de aplicação. Esta relação entre conhecimento e poder, já demonstrada por Foucault, exigiu a criação do termo tecnociência.

Recorrendo a uma metáfora mitológica, Latour afirma que toda a curiosidade que moveu a ciência no século XX fez esgotarem-se os males que escaparam da caixa de Pandora. Assim, tendo experimentado todos os males, podemos agora encontrar aquilo que restou no fundo da caixa: a esperança. Para isso será necessário criar um novo modo de fazer ciência – desta vez, sem que se busque a separação entre ela e a política.

The Bridgeman Art Library/Keystone/Coleção particular

Pandora e sua caixa, retratada pelo pintor Dante Charles Gabriel Rossetti no século XIX.

Talvez a grande lição da contemporaneidade seja a de que a ciência e o conhecimento sempre envolvem novas possibilidades e reflexões, não apenas sobre o que se conhece, mas também sobre **como** e **a que preço** se conhece. Essas ideias são discutidas de forma divertida e irônica no artigo do físico Marcelo Gleiser (1959-) reproduzido na próxima página. Sob o impacto do anúncio da descoberta do “bóson de Higgs”, uma partícula subatômica prevista pela física contemporânea e detectada em experimentos em 2012, Gleiser cria um diálogo hipotético entre o filósofo grego antigo Aristóteles e o físico contemporâneo Peter Higgs (1929-). A descoberta de Higgs lhe rendeu diversos prêmios, inclusive o Nobel de Física de 2013.

CAIXA DE PANDORA

Na mitologia grega, Pandora foi a primeira mulher, criada por Hefesto e Atena a mando de Zeus. Cada um dos deuses deu a ela um atributo, para que fosse usada em um plano arquitetado por Zeus. O objetivo era vingar-se de Prometeu, que roubara dos deuses a chama da inteligência e a concedera aos humanos. Como Prometeu (cujo nome significa ‘aquele que vê antes’, ‘que prevê’, ‘é prudente’) recusou o presente, Zeus ofereceu-o a seu irmão, Epimeteu (cujo nome significa ‘aquele que vê depois’, ‘o imprudente’). Encantado com a beleza de Pandora, Epimeteu aceitou-a e casou-se com ela. Zeus presenteou-o também com uma caixa, mas o alertou de que ela nunca deveria ser aberta. No entanto, a curiosidade de Pandora levou-a a abrir a caixa, da qual escaparam todos os males do mundo (a dor, a tristeza, a insatisfação, etc.), que então se espalharam entre os seres humanos. No fundo da caixa restou apenas a esperança.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Aristóteles e Higgs: uma parábola etérea

Aristóteles e Peter Higgs entram num bar. Higgs, como sempre, pede o seu uísque de puro malte. Aristóteles, fiel às suas raízes, fica com um copo de vinho.

– Então, ouvi dizer que finalmente encontraram – diz Aristóteles, animado.

– É, demorou, mas parece que sim – responde Higgs, todo sorridente.

– Você acha que 40 anos é muito tempo? Eu esperei 23 séculos!

– Como é? – pergunta Higgs, atônito. – Você não acha que...

– Claro que acho! – corta Aristóteles. – Você chama de campo, eu de éter. No final dá no mesmo, não?

– De jeito nenhum! – responde Higgs, furioso. – O seu éter é inventado. Eu calculei, entende? Fiz previsões concretas.

– Vocês cientistas e suas previsões... – diz Aristóteles. – Basta ter imaginação e um bom olho. Você não acha que o meu éter é uma excelente explicação para o que ocorre nos céus?

– Talvez tenha sido há 2 000 anos. Mas tudo mudou após Galileu e Kepler – diz Higgs.

Aristóteles olha para Higgs com desprezo.

– Você está se referindo a esse "método" de vocês, certo?

– O método científico, para ser preciso – responde Higgs, orgulhoso. – É a noção de que uma hipótese precisa ser validada por experimentos para que seja aceita como explicação significativa de como funciona o mundo.

– Significativa? A minha filosofia foi muito mais significativa para mais gente e por muito mais tempo do que sua ciência e o seu método.

– É verdade, Aristóteles, suas ideias inspiraram muita gente por muitos séculos. Mas ser significativo não significa estar correto.

– E como você sabe o que é certo ou errado? – rebate Aristóteles. – O que você acha que está certo hoje pode ser considerado errado amanhã.

– Tem razão, a ciência não é infalível. Mas é o melhor método que temos para aprender como o mundo funciona – responde Higgs.

– Nos meus tempos bastava ser convincente – reflete Aristóteles com nostalgia. – Se tinha um bom argumento e sabia defendê-lo, dava tudo certo – continuou. – As pessoas acreditavam em você, mas não era fácil. A competição era intensa!

– Posso imaginar – responde Higgs. – Ainda é difícil. A diferença é que argumentos não são suficientes. Ideias têm que ser testadas. Por isso a descoberta do bóson de Higgs é tão importante.

– É, pode ser. Mas no fundo é só um outro éter – provoca Aristóteles.

– Um éter bem diferente do seu – responde Higgs.

– E por quê? – pergunta Aristóteles.

– Pra começar, o campo de Higgs interage com a matéria comum. O seu éter não interage com nada.

– Claro que não! Era perfeito e eterno – diz Aristóteles.

– Nada é eterno – rebate Higgs.

– Pelo seu método, a menos que você tenha um experimento que dure uma eternidade, é impossível provar isso! – afirma Aristóteles.

– Touché, *você me pegou – admite Higgs. – Não podemos saber tudo.*

– Exato – diz Aristóteles. – E é aí que fica divertido, quando a certeza acaba.

– Parabéns pela descoberta do seu éter – diz Aristóteles.

– Existem muitos tipos de éter – afirma Higgs.

– E muitos tipos de bósons de Higgs – retruca Aristóteles.

– É, vamos ter que continuar a busca.

– E o que há de melhor? – completa Aristóteles, tomando um gole.

GLEISER, Marcelo. In: Caderno Ciência, *Folha de S.Paulo*, 29 jul. 2012. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelogleiser/1127415-aristoteles-e-higgs-uma-parabola-eterea.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Trabalhando com textos

Os dois textos a seguir são de autores contemporâneos que se dedicam a estudar a prática científica e seus limites. Ambos destacam as relações entre ciência e política, em uma direção similar àquela que vimos na produção de Bruno Latour.

Texto 1

No texto a seguir, Isabelle Stengers (1949-), química belga e doutora em filosofia das ciências, discute o interesse pela pesquisa científica. O cientista precisa ser capaz de despertar o interesse dos outros por aquilo que ele pesquisa, para que possa obter verbas para suas investigações – o que revela as questões políticas envolvidas na ciência.

Ciência, interesse e poder

O cientista que quer ser inovador, que quer criar história, deve ser um estrategista de interesses. Ele deve criar vínculos, encontrar aliados, criar relações de força favoráveis. Ele deve certamente aceitar certas imposições: Lyssenko é o exemplo daquilo que é preciso evitar, aquele que jogou de maneira direta o poder do Estado soviético contra seus colegas. Se um biólogo, porém, consegue fazer com que, por exemplo, se aceite um vínculo entre sua pesquisa e o problema da Aids, ele terá mais crédito financeiro, mais prestígio e terá feito seu trabalho de cientista: se suas pesquisas não contribuírem para a resolução do problema, ninguém o censurará.

As ciências não são nem empreendimentos puros, inocentes, vítimas de poderes que desviam o sentido das pesquisas, nem os cúmplices servis dos poderes. O cientista procura interessar àqueles que o ajudarão a fazer a diferença, a criar história, e nenhum limite intrínseco define aqueles a quem ele não deve procurar interessar. Eventualmente certas preocupações políticas ou morais impedirão um físico de dizer aos militares: "nós poderíamos conceber um novo tipo de arma a partir de minha proposição". Eventualmente, mas não seria na qualidade de cientista que ele se recusaria a isso. Enquanto cientista seu trabalho é de interessar, e interessar a todos aqueles que podem ajudá-lo a criar uma história que passe por ele. Tal cientista, porém, poderá também, e com a consciência limpa, enganar os militares, conseguir interessá-los por aquilo que ele sabe que não passa de uma ficção. Isso também faz parte da profissão. As ciências não traduzem de maneira servil os interesses daqueles de quem dependem, e sim reinventam o sentido para seu proveito. Em contrapartida, há uma coisa que elas traduzem fielmente: as relações de forças sociais que determinam aqueles a quem é interessante interessar, aqueles que podem ajudar a fazer a diferença.

[...]

A utopia que minha crítica propõe não é a de uma ciência "pura", "desinteressada", "sem ideologia". Não se trata de dizer aos cientistas: "parem de interessar", o que significaria dizer: "deixem de ser cientistas". O verdadeiro problema é político. A ciência é amoral no sentido em que interessa a quem pode fazer a diferença, e no sentido em que

Trofim Lyssenko (1898-1976): Biólogo ucraniano que se tornou diretor do Instituto de Genética da Academia de Ciências da União Soviética em 1940, durante o governo de Stalin. Defendia teses completamente diferentes da biologia clássica e apoiadas pelo regime soviético. Perseguiu geneticistas que tinham ideias contrárias às dele, vários dos quais foram demitidos ou mesmo presos. Seu trabalho foi oficialmente desacreditado em 1964.

coloca o problema geral de nossas sociedades. Mas, como sempre é o caso, ela o coloca de um modo singular, ao qual podem corresponder, aqui e agora, a respostas singulares. No que me concerne, aqui e agora, eu tento complicar a situação, isto é, a diferenciação clara demais entre aqueles a quem os cientistas interessam (e surpreendentemente que, em francês, essa última frase tenha um duplo sentido indecidível: não se pode saber quem é o sujeito, quem é o alvo) e o "público". Por isso tento fazer proliferar os interesses a propósito da ciência, multiplicar o número daqueles que serão capazes de apreciar, avaliar as operações científicas, admirá-las e rir delas. [...]

[...] *As escolhas e as orientações em matéria de ciência serão reconhecidas por aquilo que são: questões políticas. Que elas o sejam é algo que muitos sabem, em princípio, mas, de maneira geral, eles sempre chegam tarde demais, criticam uma ciência já feita. É preciso que as controvérsias interessem ao que então não se chamará mais de "público".*

Político também é o modo de formação dos cientistas, acerca do qual sabemos que ele é feito para separar ao máximo a competência dos especialistas e a eventual "boa vontade" do cidadão que o cientista também é. Nem todos os cientistas estão prontos para interessar a qualquer custo, mas mesmo aqueles que não o estão calculam mal o sentido do interesse que seu trabalho pode suscitar. [...]

STENGERS, Isabelle. *Quem tem medo da ciência?:* ciências e poderes. São Paulo: Siciliano, 1990. p. 104-107.

Questões sobre o texto

1 Por que, segundo o texto, o cientista precisa despertar o interesse dos outros em suas pesquisas?

2 Quais as relações entre ciência e política, segundo a autora?

3 Como as questões políticas interferem na ciência? O inverso também acontece? Explique.

Texto 2

O texto a seguir trata do conflito ético entre a busca do saber pelo saber e o atendimento às necessidades humanas. Edgar Morin (1921-), cientista social e filósofo francês contemporâneo, enfatiza também as questões políticas relacionadas à pesquisa científica.

Os dois deuses

[...]

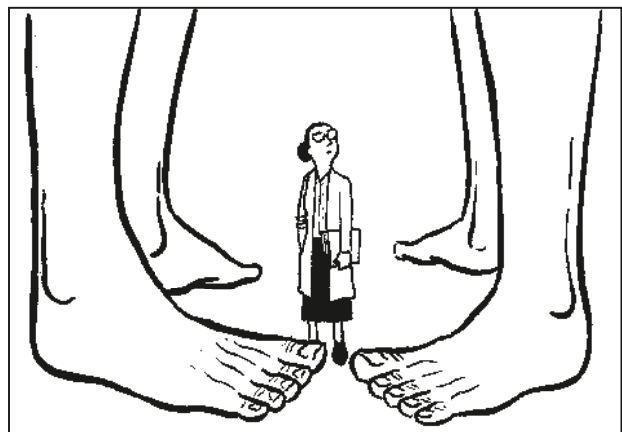
Dissemos justamente que não se tratava tanto, hoje, de dominar a natureza como de dominar o domínio. Efetivamente, é o domínio do domínio da natureza que hoje causa problemas. Simultaneamente, esse domínio é, por um lado, incontrolado, louco, e pode conduzir-nos ao aniquilamento; por outro lado, é demasiado controlado pelos poderes dominantes. Esses dois caracteres contraditórios explicam-se porque nenhuma instância superior controla os poderes dominantes, ou seja, os Estados-nações.

O problema do controle da atividade científica tornou-se crucial. Supõe um controle dos cidadãos sobre o Estado que os controla e uma recuperação do controle pelos cientistas, o que exige a tomada de consciência de que falei ao longo destas páginas.

A recuperação do controle intelectual das ciências pelos cientistas necessita da reforma do modo de pensar. É certo que a reforma do modo de pensar depende de outras reformas, e há uma interdependência geral dos problemas. Mas essa interdependência não devia fazer esquecer essa reforma-chave.

Todo cientista serve pelo menos a dois deuses que, ao longo da história da ciência e até hoje, lhe parecem absolutamente complementares. Hoje, devemos saber que eles não são somente complementares, mas também antagonistas. O primeiro deus é o da ética do conhecimento, que exige que tudo seja sacrificado à sede de conhecimento. O segundo deus é o da ética cívica e humana.

O limite da ética do conhecimento era invisível, a priori, *e nós transpusemo-lo sem saber; é a fronteira para lá da qual o conhecimento traz com ele a morte generalizada: hoje, a árvore do conhecimento científico corre o risco de cair sob o peso dos seus frutos, esmagando Adão, Eva e a infeliz serpente.*

MORIN, Edgar. Para a ciência. In: *Ciência com consciência*. Lisboa: Europa-América, 1994. p. 29-30. Texto adaptado.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Questões sobre o texto

1 Segundo o texto, qual é a condição para que os cientistas recuperem o controle intelectual sobre a ciência?

2 Por que os "dois deuses" a que servem os cientistas são antagônicos? Que conflito de interesses eles representam?

3 Qual é o sentido da metáfora da "árvore do conhecimento" no último parágrafo do texto? Como interpretá-la?

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

1 Como o positivismo e a noção de neutralidade interferiram na reflexão sobre os limites da ciência?

2 Por que o positivismo de Comte levou à constituição de ciências ligadas às questões humanas, como a sociologia?

3 Explique a noção de tecnociência.

4 Como o surgimento das ciências humanas foi trabalhado por Foucault? Como a sua visão se diferencia da positivista?

5 Sobre as ciências humanas, responda:

a) Por que foram levantados problemas de método nessas ciências?

b) Quais são esses problemas e como eles são enfrentados?

6 Que relações podemos estabelecer entre ciência e política?

7 O texto abaixo foi adaptado da edição de 2014 do Prêmio Jovem Cientista:

O Prêmio Jovem Cientista visa revelar talentos, impulsionar a pesquisa no país e investir em estudantes e jovens pesquisadores que procuram inovar na solução dos desafios da sociedade.

Instituído em 1981, o Prêmio é uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a primeira instituição federal de fomento à ciência, tecnologia e inovação e pioneira na concessão de prêmios no Brasil.

[...]

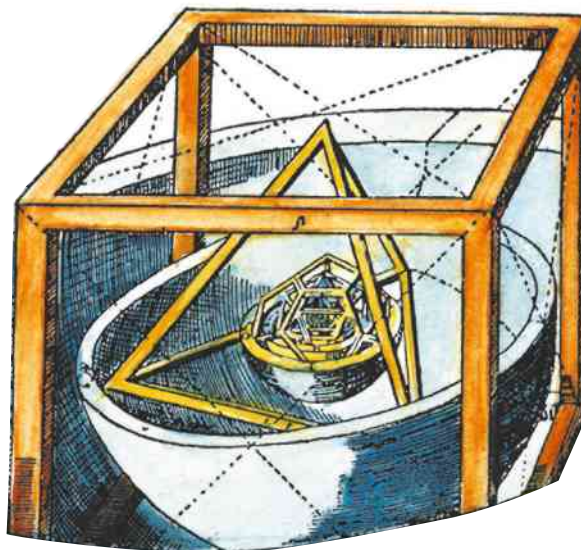
O conceito de segurança alimentar abrange o manejo sustentável dos recursos naturais, a produção, armazenagem, distribuição, conservação e acesso universal aos alimentos, bem como os aspectos relacionados à sua qualidade, composição nutricional e aproveitamento biológico.

É crescente a preocupação mundial com a obtenção de alimentos nutritivos e seguros, do ponto de vista químico, microbiológico e toxicológico, que proporcionem saúde às pessoas. Procura-se, cada vez mais, fornecer informações adequadas, para que a escolha de alimentos in natura *ou processados seja confiável.*

O Brasil tem papel decisivo no futuro dos alimentos. Possui vasto território agricultável, sendo atualmente o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, laranja, café e feijão, e o segundo em soja e o terceiro em milho. Possui, ainda, diversidade de frutas e vegetais, com alto conteúdo de substâncias bioativas e nutrientes, além de ter o maior rebanho comercial bovino. A indústria brasileira de alimentos é dinâmica, competitiva e contribui significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) do país, com cerca de 30%.

Disponível em: <www.jovemcientista.cnpq.br>. Acesso em: 15 mar. 2016. Texto adaptado.

Diante da necessidade de estimular estudos científicos que propiciem avanços na promoção da saúde, qualidade de vida e cidadania, bem como no desenvolvimento de tecnologias agrícolas e industriais, desenvolva, em grupo, um pré-projeto de pesquisa relacionado ao tema proposto pelo Prêmio Jovem Cientista de 2014: Segurança Alimentar e Nutricional.

> O pré-projeto de uma pesquisa científica é um planejamento de estudo no qual expomos nossas ideias a respeito de determinado tema e nossos objetivos ao pesquisá-lo. O pré-projeto é uma apresentação que contém, no mínimo, o problema a ser investigado, a justificativa (por que essa investigação é relevante) e os objetivos (o que se pretende com essa investigação? Para que ela serve?).

The Granger Collection/Other Images

8 Com base no que foi estudado neste capítulo e na letra da canção *Dizem (quem me dera)*, reproduzida abaixo, escreva uma dissertação filosófica com o tema: “Desafios da ciência contemporânea: limites e possibilidades”.

Dizem (quem me dera)

O mundo está bem melhor
Do que há cem anos atrás, dizem
Morre muito menos gente
As pessoas vivem mais

Ainda temos muita guerra
Mas todo mundo quer paz, dizem
Tantos passos adiante
E apenas alguns atrás

Já chegamos muito longe
Mas podemos muito mais, dizem
Encontrar novos planetas
Pra fazermos filiais

Quem me dera
Não sentir mais medo
Quem me dera
Não me preocupar

Temos inteligência
Pra acabar com a violência, dizem
Cultivamos a beleza,
Arte e filosofia

A modernidade agora
Vai durar pra sempre, dizem
Toda a tecnologia
Só pra criar fantasia

Deuses e ciência
Vão se unir na consciência, dizem
Vivermos em harmonia
Não será só utopia

Quem me dera
Não sentir mais medo
Quem me dera
Não me preocupar
Quem me dera
Não sentir mais medo algum

ANTUNES, Arnaldo; MONTE, Marisa; CARVALHO, Dadi. In: *Disco*. Rosa Celeste, 2013. Letra disponível em: <www.arnaldoantunes.com.br/new/sec_discografia_list.php?view=65>. Acesso em: 4 abr. 2016.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

A dissertação filosófica pode ser redigida de diferentes formas, com distintas estruturas lógicas. Podemos falar, de forma geral, em três grandes modelos: o **plano dialético**, o **plano progressivo** e o **plano nocional**.

Para realizar uma dissertação segundo o plano dialético, o autor deverá organizar a dissertação em três partes: na primeira, apresenta a **tese** que é defendida no texto, isto é, a ideia em torno da qual argumentará. Na segunda parte, o autor apresenta os elementos contrários à sua tese, a **antítese**, que podem refutá-la. Por fim, na terceira parte, o autor apresenta uma **síntese** dessas ideias, examinando os dois pontos de vista opostos, mostrando suas aproximações e distanciamentos.

A dificuldade desse plano dissertativo é evitar uma perspectiva caricatural da dialética, que apenas apresenta as três fases, sem que elas efetivamente funcionem como categorias lógicas. Ao realizar esse tipo de dissertação, é preciso garantir, de fato, que as ideias sejam confrontadas e contrastadas, para garantir uma boa síntese.

9 Em sua edição de outubro de 2012, a revista *Pesquisa Fapesp* publicou um conjunto de textos resultantes de palestras de cientistas em um ciclo de encontros preparatórios para o Fórum Mundial da Ciência 2013. Leia a seguir trechos de dois desses textos.

Ciência e inovação

Tales de Mileto, geômetra e astrônomo considerado por alguns o primeiro cientista, foi também um hábil transformador de conhecimento em riqueza. Em um certo ano, previu que haveria uma grande safra de olivas e comprou muitas prensas de óleo, revendendo-as na safra. Assim conseguiu uma grande receita e satisfez necessidades dos produtores de óleo. Se não tivesse acumulado as prensas que mandou fazer, não haveria como prensar todas as azeitonas. Portanto, o primeiro cientista soube usar o conhecimento para gerar riquezas, para si e para outros.

No contexto de hoje temos um desafio global, criado por uma população crescente e expectativa de aumento de consumo, num quadro de recursos naturais finitos. Ambicionamos o desenvolvimento sustentável ou durável, que requer novo conhecimento. E precisamos também mudar atitudes.

O novo conhecimento científico cria possibilidades de inovação, mas também coloca perguntas: qual ciência? Qual inovação? Os recursos são sempre limitados, especialmente em países de renda per capita *e índice de desenvolvimento humano baixos. No Brasil, que tem pouca infraestrutura, a situação se torna particularmente séria*

e as questões se desdobram: onde se deve gastar? Quanto se pode gastar? Quem vai gastar? Como? Os gastos feitos proporcionarão sustentabilidade para o sistema? Para o país? Para o mundo? Essas questões devem estar sempre presentes nas mentes de cientistas, pesquisadores e gestores.

Hoje há no mundo muitos grupos envolvidos com esses problemas. O chamado Grupo Carnegie é formado por ministros de C&T *de países do G8 e trata, entre outros temas, das* Research Facilities of Global Interest. *Estas são hoje principalmente os grandes aceleradores de partículas e observatórios astronômicos. Recentemente o Grupo Carnegie começou a discutir as necessidades de ciência para a sustentabilidade e a transição rumo à economia "verde". Uma conclusão atual é a de que não existem as infraestruturas que deveriam estar disponíveis, independentemente de méritos intrínsecos das que já existem. Ou seja, não há* facilities *aptas para sediar o trabalho científico requerido para o enfrentamento dos problemas globais. Essa situação faz voltar à pergunta: qual ciência?* [...]

Qual inovação interessa? A inovação depende de desenvolvimento, que custa muito dinheiro, por isso só faz sentido fomentar trabalhos de P&D *que tenham foco bem definido e perspectivas concretas de utilização. Inovação tem que satisfazer necessidades emergentes, e é essencial saber em que setores da agricultura, da indústria e dos serviços estão essas necessidades. Inovação tem impacto econômico, estratégico ou social e, de novo, precisamos saber: em quais cenários? Em qual contexto? Para quem? A ciência em princípio beneficia a todos, mas a inovação frequentemente beneficia alguns, e não outros, podendo mesmo prejudicar muitos.*

Há 10 anos, em meio à euforia em torno da nanotecnologia, alguns a descreviam como uma solução de todos os problemas da humanidade. Também a energia nuclear foi apresentada, em meados do século XX, como uma solução para todos os problemas – e nós sabemos o que aconteceu. Qualquer nova tecnologia cria riscos ambientais, sociais e econômicos e isso vale para a nanotecnologia. Portanto, as decisões sobre incentivos à inovação e à ciência que ela demanda têm de ser instruídas por uma análise do equilíbrio entre benefícios e riscos. [...]

GALEMBECK, Fernando. Ciência e inovação. *Pesquisa Fapesp*. ed. 200, out. 2012. p. 52-53. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/10/11/ciencia-e-inovacao>. Acesso em: 15 mar. 2016.

C&T: ciência e tecnologia.
***Facilities*:** instalações.
P&D: pesquisa e desenvolvimento.
***Research Facilities of Global Interest*:** Instalações de Pesquisa de Interesse Global.

Ciência básica para conhecer e inovar

Há uma pergunta feita há séculos que ainda se apresenta com alguma insistência: "Para que serve a ciência básica?". Tomo o exemplo da descoberta recente de um bóson que poderá ser a partícula de Higgs. O experimento foi feito num grande laboratório europeu e envolveu recursos da ordem de US$ 13,5 bilhões. Ouvi muitas indagações sobre até que ponto vale a pena gastar tanto com esse tipo de experimento. E então resolvi, em lugar de recorrer a revistas científicas, tomar outra mais distante desse universo. A Forbes *pareceu-me interessante porque trata das grandes fortunas do mundo.*

O comentário da Forbes *menciona que a quantia investida é grande, mas que em sua lista dos mais ricos do mundo há mais de 50 bilionários cuja fortuna é maior que isso. Observa que US$ 13,25 bilhões parecem uma bagatela ante o potencial de avanço na tecnologia de computação, de diagnóstico por imagem, em* breakthroughs *científicos e – destacando outra faceta da ciência – diante do quanto o experimento nos aproxima do entendimento dos mistérios do universo.*

Vale a pena, ante a pergunta "para que serve a ciência básica?", voltar-se para o começo do século XX e observar o surgimento da física quântica. Uma galeria de jovens movia-se pela curiosidade e pela paixão nesse momento mágico. Certamente, jamais poderiam imaginar que aquela teoria que desenvolviam para melhor entender a natureza poderia mudar o mundo. A física quântica resultou mais tarde no desenvolvimento do laser, *ponto de partida dos discos de* laser, *das unidades centrais de processamento dos computadores modernos, dos leitores dos códigos de barras e de relógios atômicos que são a base do sistema GPS, hoje utilizado em todo o mundo.*

[...]

Numa época de crise global como a que estamos vivendo, o primeiro-ministro da China, ao anunciar no Congresso Nacional do Povo que o crescimento do PIB chinês passaria de 8% para 7,5%, para eles uma grande tragédia, anunciou também que o investimento em pesquisa básica em 2012 teria um aumento de 26% e que o financiamento das chamadas top universities *cresceria em torno de 24%. Sua promessa, feita em janeiro de 2012, foi mais que dobrar o gasto da nação em pesquisa e desenvolvimento nos próximos cinco anos. Associa-se, assim, a batalha contra a crise global ao desenvolvimento da ciência. E o Brasil em relação a isso? Seguimos uma trajetória ascendente nos últimos anos e temos, de fato, uma longa história de grandes sucessos* [...] *associados a uma verdadeira política de Estado de formação de recursos humanos. Tivemos depois uma grande ideia, que foi a formação dos fundos setoriais,*

***Breakthroughs*:** inovações.
Top universities: universidades de ponta.

impostos recolhidos em empresas a fim de aplicá-los em pesquisa. Mas sua evolução mais recente não parece estar de acordo com a estratégia adotada por outros BRICs para combater a crise global. Faço por último uma referência a um artigo do físico Brian Greene, publicado no New York Times*, em junho de 2008. Ele fala de uma carta que recebeu de um soldado americano no Iraque, contando--lhe como naquele ambiente hostil e solitário um de seus livros tinha se tornado uma espécie de linha de vida para ele. Propiciara-lhe o contato com o poder da ciência para dar à vida contexto e significado. Então, esse é um grande objetivo da ciência, ao qual eu acrescentaria que, devido a uma sutil peculiaridade da evolução da espécie humana, a paixão pela ciência serve à humanidade. Ela revoluciona a vida diária das pessoas, afeta nossa organização social, nossos modos e costumes.*

DAVIDOVICH, Luiz. Ciência básica para conhecer e inovar. *Pesquisa Fapesp*. ed. 200, out. 2012. p. 50-51. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/10/11/ciencia-basica-para-conhecer-e-inovar>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRICs: bloco dos principais países emergentes em termos proporcionais de área e de importância econômica: Brasil, Rússia, Índia e China. A partir de 2011, a África do Sul (em inglês, South Africa) foi admitida no grupo, e o acrônimo passou a ser BRICS.

Após a leitura e discussão coletiva dos textos, faça o que se pede a seguir.

a) Dividam-se em oito grupos. Cada grupo escolherá um dos seguintes temas: trabalho, lazer e cultura, moradia, educação, transporte, comunicação, saúde e alimentação.
b) Cada grupo deve realizar uma pesquisa sobre a tecnociência aplicada à vida cotidiana, em relação ao tema pesquisado.
c) Para encerrar, o grupo deverá escrever uma reflexão sobre os impactos da tecnociência na vida das pessoas e apresentar o trabalho aos colegas da classe, para debate.

É LÓGICO!

Nos capítulos anteriores vimos que a **lógica clássica**, que teve início com os silogismos de Aristóteles, recebeu várias contribuições no decorrer do tempo. Com isso, novas formas de raciocínio lógico se configuraram, dentre as quais a lógica simbólica (ou lógica matemática), da qual fazem parte a lógica proposicional e a lógica de predicados.

De acordo com a lógica clássica, há três **princípios fundamentais** que servem de base para toda construção correta do pensamento. São eles:

- **Princípio da identidade:** Toda coisa é idêntica a si mesma.
- **Princípio da não contradição:** Uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo.
- **Princípio do terceiro excluído:** Uma coisa é ou não é, não havendo uma terceira possibilidade.

Esses três princípios se articulam entre si. O princípio da identidade, ao afirmar que “A = A” (e não que “A = B”), permite afirmar a unidade de uma coisa, indicando que ela é sempre igual a si mesma e nunca igual a outras coisas. Ao afirmar que uma proposição é equivalente a si mesma, o primeiro princípio nos fornece condições para enunciar os demais. Então, se afirmo de uma coisa que ela é “p”, não posso, ao mesmo tempo, afirmar que ela é “não p” (~p): é o princípio da não contradição. Tomemos como exemplo a proposição “Esta praia **é** poluída”. Seria contraditório, para a lógica clássica, afirmar, ao mesmo tempo, que “Esta praia não é poluída”. De forma semelhante podemos compreender o princípio do terceiro excluído: para a lógica clássica, uma proposição sempre pode ser classificada como verdadeira ou como falsa, não havendo um terceiro valor que lhe possamos atribuir. Se afirmo que “Todos os seres humanos são egoístas”, posso atribuir o valor verdadeiro (V) ou falso (F) à proposição, mas não há uma terceira possibilidade de julgamento, porque tanto afirmar “Alguns seres humanos são egoístas” como “Nenhum ser humano é egoísta” corresponderiam a atribuir o valor de falsidade à proposição inicial.

Embora distintos, os três princípios atendem a uma mesma exigência: garantir o bom funcionamento do pensamento. Para pensar corretamente, analisar os fatos e tirar conclusões corretas é preciso seguir esses princípios básicos do pensamento, que são chamados de princípios justamente por serem evidentes e imediatos, sem necessidade de demonstração.

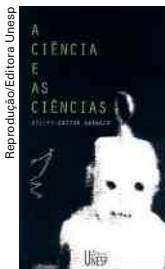
Mas, será que essas são as únicas possibilidades de pensamento lógico? Não haverá alternativas, outras formas de pensar? Nos últimos séculos alguns filósofos se aventuraram a pensar outros sistemas lógicos, com base em princípios diferentes destes que acabamos de ver. Elas são denominadas “Lógicas não clássicas” e nos próximos capítulos trataremos de algumas delas.

Sugestão de leituras e de filmes

Leituras

Reprodução/Ed. Arqueiro

ADAMS, Douglas. *O guia do mochileiro das galáxias*. Rio de Janeiro: Arqueiro, 2009.

Este livro e outros quatro que dão seguimento a ele (*O restaurante no fim do universo*; *A vida, o universo e tudo mais*; *Até mais, e obrigado pelos peixes!*; e *Praticamente inofensiva*) compõem uma série de ficção científica que mistura guerras intergalácticas com guias de viagem, apostando no *nonsense*. Uma sátira à busca do ser humano pela resposta definitiva para “a vida, o universo e tudo mais”, na qual o planeta Terra é um computador criado por uma raça de ratos alienígenas para responder à pergunta fundamental.

Reprodução/Editora Unesp

GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

Nesta obra, o filósofo francês, que foi professor no Brasil, sintetiza suas reflexões no campo da filosofia da ciência, em linguagem acessível ao grande público.

Reprodução/Ed. Alínea

MORAIS, Régis de. *Evoluções e revoluções da ciência atual*. Campinas: Alínea, 2007.

Com uma visão humanista, o filósofo expõe os desafios colocados ao ser humano pela ciência contemporânea, explorando-os sob vários aspectos.

Filmes

Divulgação/Fox Filmes

***Amor e outras drogas*. Direção de Edward Zwick. Estados Unidos, 2010. (112 min).**

Um representante comercial de produtos farmacêuticos se envolve com uma garota que sofre do Mal de Parkinson. O filme expõe as táticas que os laboratórios farmacêuticos utilizam para convencer os médicos a prescrever seus produtos aos pacientes.

Ed Lachman/Columbia Pictures

***Erin Brockovich*: uma mulher de talento. Direção de Steven Soderbergh. Estados Unidos, 2000. (130 min).**

O filme se baseia na história real de uma advogada que descobre que uma companhia de energia estava contaminando as águas de uma cidade na Califórnia, causando danos à saúde de muitos habitantes. Erin resolve investigar o caso e convencer os habitantes a processar a empresa.

Ricardo Della Rosa/Conspiração Filmes

***O homem do futuro*. Direção de Cláudio Torres. Brasil, 2011. (106 min).**

Comédia romântica brasileira em que um físico inventa a máquina do tempo e resolve voltar ao passado para acertar os erros que cometeu em sua vida. Isso acaba gerando diversos problemas, que tornam necessárias novas viagens no tempo para corrigir as mudanças feitas.

Divulgação/Paramount

***O início do fim*. Direção de Roland Joffé. Estados Unidos, 1989. (127 min).**

Narra o andamento do Projeto Manhattan, que na Segunda Guerra Mundial reuniu cientistas em um deserto norte-americano com o objetivo de estudar a energia nuclear e construir a bomba atômica.

Divulgação/Universal Pictures do Brasil

***O jardineiro fiel*. Direção de Fernando Meirelles. Alemanha/Reino Unido, 2005. (129 min).**

Uma trama internacional envolve questões políticas e sociais em torno da pesquisa de medicamentos e das cobaias usadas pela indústria farmacêutica. Uma história policial de suspense que coloca em pauta discussões sobre os limites da ciência e da tecnologia em sua relação com seres humanos.

2 Quais são os desafios políticos contemporâneos?

Inspirado na série de quadrinhos escrita por Alan Moore, o filme retrata uma sociedade totalitária na qual um militante anarquista escolhe o terrorismo como forma de resistência.

V de Vingança. Direção de James McTeigue. Estados Unidos/Reino Unido/Alemanha, 2006. (132 min).

Warner Bros./Everett Collection/Keystone

V (Hugo Weaving) em cena do filme V de Vingança.

COLOCANDO O PROBLEMA

O filme de ficção científica *V de vingança* se relaciona com uma discussão política contemporânea. Em um futuro próximo, uma guerra civil deixou os Estados Unidos devastados, e o Reino Unido está sob o controle de um governo totalitário, corrupto e violento. Um militante anarquista que usa uma máscara e se denomina "V" comete uma série de atentados terroristas contra o governo. Em vários momentos, as atitudes do ativista revolucionário não são diferentes daquelas que ele critica. O filme permite refletir sobre as seguintes questões: até que ponto é válido recorrer ao terrorismo como arma política? O uso da força e da violência não representaria o fim da política como a conhecemos?

Como você verá neste capítulo, a ação política não se restringe ao que comumente se considera "esfera política", e a filosofia pode nos ajudar a refletir sobre as várias formas de atuar politicamente.

Banksy é um artista de rua britânico que atua no mundo inteiro. Sua identidade é desconhecida e suas intervenções têm forte conteúdo político. Alguns o consideram mero vândalo; outros, um ícone do terrorismo simbólico, uma forma pacífica, mas atuante, de resistência. Esta imagem traz uma versão do flower power, *em uma mostra de arte em Bristol (Reino Unido), em 2011. Ela talvez expresse o sentido do próprio trabalho de Banksy.*

1000 Words/Shutterstock/Glow Images

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Vivemos sob a forma política do império?

Segundo o filósofo **Antonio Negri**, todas as transformações que a sociedade tem sofrido, especialmente ao longo do século XX, tornaram pouco úteis os conceitos clássicos da política. Sua tese central é de que, com a consolidação do processo de globalização nas últimas décadas daquele século, a noção de soberania centrada no Estado-nação declinou.

Para ele, assim como para outros filósofos contemporâneos, já não vivemos a era moderna, e sim uma fase posterior, a **pós-moderna**. Essa nova situação se caracteriza por uma forma diferente de soberania, composta de uma rede de organismos nacionais ou supranacionais – como empresas e organizações políticas e sociais – articulados segundo uma mesma regra. A soberania pós-moderna está centrada na produção **biopolítica** (termo que Negri toma emprestado de Foucault), em que a produção da vida social abarca os planos econômico, político e cultural de modo que eles se atravessam e se completam.

Antonio Negri (1933-)

Antonio Negri, em foto de 2011.

Filósofo e cientista político italiano. Foi professor da Universidade de Pádua e militante social e político na Itália dos anos 1950-1970. Foi também um dos fundadores das organizações *Potere Operaio* e *Autonomia Operaia*, que defendiam princípios marxistas mas se colocavam à margem do Partido Comunista Italiano. Estudou as obras de Espinosa e de Marx, entre outros filósofos, e manteve estreita relação com filósofos franceses, em especial Foucault e Deleuze. É autor de vasta obra no campo da filosofia e da ciência política, com destaque para: *A anomalia selvagem: poder e potência em Espinosa* (1981) e *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade* (1992). Com o norte-americano Michael Hardt escreveu: *Império* (2000), *Multidão* (2004) e *Commonwealth* (2009).

O império e a fabricação de uma "ordem mundial"

Se no período moderno o Estado-nação representava a soberania, a forma política da soberania na pós-modernidade é denominada por Negri **império**. Não se trata, porém, de uma alusão aos impérios antigos, como o romano. O termo também não se refere à ideia de imperialismo – ação política e econômica de um país que visa exercer dominação política, econômica e cultural sobre outros povos e territórios.

Para Negri, o conceito de império pós-moderno se distingue por quatro características principais.

1. No império não há fronteiras. Ele atua de modo global, abarcando todo o mundo, independentemente das fronteiras nacionais.
2. O império não resulta de um processo histórico de conquistas que o tenha consolidado – ou seja, o conceito de império é supra-histórico. É como se o império estivesse fora da história.
3. No império, o exercício do poder não se limita ao plano político, mas estende-se a todas as esferas sociais. Ele governa a vida social como um todo, pois opera por meio da biopolítica.
4. O império está sempre dedicado à paz, ainda que sua prática seja fazer a guerra. O projeto político globalizado é um projeto de paz entre as nações, uma vez que são todas parte de um mesmo organismo político. Porém, ainda que esse organismo seja comum, podem surgir conflitos, e cabe ao império combatê-los por meio da guerra, de modo que estejam todos alinhados ao mesmo projeto.

Fora da ordem

Vapor barato, um mero serviçal do narcotráfico
Foi encontrado na ruína de uma escola em construção
Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína
Tudo é menino e menino no olho da rua
O asfalto, a ponte, o viaduto, ganindo pra lua
Nada continua
E o cano da pistola que as crianças mordem
Reflete todas as cores da paisagem da cidade
que é muito mais bonita
E muito mais intensa do que no cartão-postal

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Alguma coisa está fora da ordem
Fora da nova ordem mundial

Escuras coxas duras tuas duas de acrobata mulata
Tua batata da perna moderna, a trupe intrépida
em que fluis
Te encontro em Sampa de onde mal se vê quem sobe ou desce a rampa
Alguma coisa em nossa transa é quase luz forte demais
Parece pôr tudo à prova, parece fogo, parece, parece paz
Parece paz
Pletora de alegria, um show *de Jorge Ben Jor dentro de nós*
É muito, é grande, é total

Alguma coisa está fora da ordem
Fora da nova ordem mundial

Meu canto esconde-se como um bando de ianomâmis na floresta
Na minha testa caem, vêm colocar-se plumas de um velho cocar
Estou de pé em cima do monte de imundo lixo baiano
Cuspo chicletes do ódio no esgoto exposto do Leblon
Mas retribuo a piscadela do garoto de frete do Trianon
Eu sei o que é bom
Eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem
Apenas sei de diversas harmonias bonitas possíveis sem juízo final

Alguma coisa está fora da ordem
Fora da nova ordem mundial

VELOSO, Caetano. Fora da ordem. In: *Circuladô*. PolyGram, 1991.
Letra disponível em <http://www.letras.com.br/#!caetano-veloso/fora-da-ordem>. Acesso em: 15 mar. 2016.

A queda do muro de Berlim em 1989 e a extinção da União Soviética em 1991 puseram fim à Guerra Fria e à antiga bipolarização mundial entre Estados Unidos e União Soviética, dando lugar a uma nova ordem mundial que não mais se baseia no antagonismo entre capitalismo e socialismo. A hegemonia capitalista fez emergir grandes conglomerados empresariais, capazes de atuar de forma globalizada, e estimulou a

criação de blocos econômicos. Apesar de haver cada vez mais riquezas circulando mundialmente, a desigualdade econômica e os problemas dela decorrentes muitas vezes foram ampliados.

Essa ordem mundial, característica do império, se expressa de forma jurídica por meio de leis, tratados, acordos, e nada mais é que a materialização de uma ordem capitalista, que une poder econômico e poder político.

Na canção "Fora da ordem", reproduzida na página anterior, Caetano Veloso expõe alguns problemas da sociedade brasileira, que são fruto, entre outros fatores, das diferenças e contradições econômicas e sociais. Na análise de Antonio Negri, a ordem mundial do império se sustenta graças a esse tipo de contradição – ela abarca a tudo e a todos.

Império, democracia e consenso

Antonio Negri afirma que o império não nasce da intenção de alguém ou algum grupo. O império vai se constituindo aos poucos, nos movimentos do jogo político das instituições sociais. Em outras palavras, o império não é um organismo que se coloca além do conjunto social, organizando-o e gerindo-o; ele brota do próprio meio social.

É próprio do império estar aberto à diversidade, às diferenças sociais. Diferentemente de um regime totalitário, ele não busca eliminar as diferenças, impondo uma igualdade social; nesse novo regime político a diversidade chega mesmo a ser cultivada. O império nasce dos consensos sociais que resultam dos conflitos gerados por essas diferenças.

CONSENSO

Produção de uma visão comum, de uma concordância, de um consentimento nas ações políticas e sociais. Se uma decisão foi consensual, isso significa que foi aceita por todos. No regime do império, o objetivo é fazer com que todos os indivíduos concordem com certas decisões e ações, não importando as diferenças que existam entre eles.

David Silverman/Getty Images

Uma rede norte-americana de fast food *especializada em hambúrguer criou lojas* kosher*, ou seja, adaptadas às regras alimentares da religião judaica, para garantir um maior público em Israel. Exemplo de empresa que se espalhou globalmente, oferecendo comida rápida, calórica e pouco nutritiva, e responsável pela geração de grande quantidade de lixo, em razão das embalagens descartáveis. Na foto, loja em Tel-Aviv, Israel, em 2006.*

Uma habilidade importante para o império é o gerenciamento dos conflitos. Em meio à diversidade de interesses econômicos, sociais e políticos, ele administra as situações que possam ser conflituosas. Por essa razão, é fundamental para o império o exercício do **direito de polícia**. O poder jurídico do império deve ser capaz de harmonizar as diferenças. Porém, quando por algum motivo a situação foge ao controle, os dirigentes recorrem ao poder de polícia para resgatar o equilíbrio social.

Um correlato do direito de polícia é o **direito de intervenção**. Quando um território coloca a ordem imperial em risco, o império exerce o direito de intervenção de modo a resgatar o equilíbrio de forças. Um exemplo foi a invasão do Iraque pelos Estados Unidos e outros países aliados em 2003. A justificativa da invasão era a de que o Iraque produzia armas químicas e era governado por um ditador, colocando em risco a ordem mundial. Pela lógica do império, a invasão não poderia ser condenada como uma intervenção ilegítima, que ferisse a soberania política daquele país. Ela visaria recuperar para o Iraque e para a comunidade global uma situação de paz e segurança, ameaçada por um ditador ambicioso e pela fabricação de armas banidas pela comunidade internacional.

Nessa "máquina biopolítica globalizada" que é o império, não se consegue definir onde está o centro. O centro e as margens estão sempre se conectando e mudando de posição. De qualquer forma, a soberania do império ocorre nas margens, onde as fronteiras são mais fluidas. Por essa razão, Negri afirma que o império atua de maneira **virtual**: é como se fosse uma "máquina de alta tecnologia", construída para controlar os eventos marginais e organizada para dominar globalmente, sendo capaz de intervir nos casos de falha do sistema. O império representa, hoje, a ordem global do capital, que articula economia e política, produção e circulação de bens e de ideias.

Uma brigada de combate norte-americana no Iraque, em 24 de março de 2003, intercepta um homem em atividades consideradas suspeitas.

David Leeson/Dallas Morning News/Sygma/Corbis/Latinstock

Em busca de uma democracia da multidão

Haverá como resistir e escapar ao controle quase absoluto que o império parece nos impor?

Negri vê possibilidades de resistência ao império e, mais do que isso, afirma que o potencial de libertação humana tem aumentado. Segundo ele, o império é fruto da ação das massas. Ainda no século XIX, o movimento operário organizado lutava contra a exploração dos trabalhadores e defendia a necessidade de internacionalização dessa luta. Os militantes daquela época compreendiam que as lutas dos trabalhadores não poderiam ficar restritas a seus países, pois o capital é internacional e não respeita fronteiras políticas em seus fluxos e acumulação. Por isso, foram as massas (que Negri denomina **multidão**) que exigiram o nascimento do império. A nova ordem política se construiu com base nesse desejo da multidão, mas continuou representando uma forma de exploração da multidão em nome do capital.

Embora aja segundo a lógica do capital, o império contribui para derrubar regimes ditatoriais, e assim o potencial de libertação se amplia. No regime imperial, os cidadãos parecem ser mais "livres", uma vez que o controle está virtualizado. Como você já estudou, nas sociedades de controle há um aparente ganho de liberdade, pois as pessoas têm muito mais opções e possibilidades de mobilidade. Negri afirma que, ao virtualizar o controle, o império abre possibilidades de organização da multidão, e é nesse aspecto que reside a possibilidade de enfrentar o regime. Uma vez que o império é fruto da multidão, dela provém seu poder.

Um exemplo disso é o uso das redes sociais virtuais para organizar manifestações (como as *flash mobs*), protestos, ações na rede ou mesmo ações na rua. Em 1999, uma grande mobilização aconteceu em Seattle, nos Estados Unidos, em protesto contra a Organização Mundial do Comércio, que fazia uma conferência naquela cidade. A partir de então, manifestações desse tipo se tornaram comuns no mundo todo. A multidão, nesse caso, usa uma arma do império – a intervenção – para enfrentá-lo.

FLASH MOB

A expressão *flash mob* significa 'mobilização instantânea'. Corresponde a uma forma de manifestação popular organizada via redes sociais ou meios de comunicação de massa, na qual um grupo de pessoas se reúne, realiza um ato e se dispersa com rapidez. Sua intenção pode ser festiva, artística ou política.

Ammar Awad/Reuters/Latinstock

Em 2011 grandes manifestações se espalharam por diversos países do norte da África e do Oriente Médio que eram governados por ditadores havia décadas. Em alguns deles, o processo resultou na deposição desses governantes autoritários. O uso das redes sociais foi de grande importância para mobilizar a população para os protestos e divulgar informações para o mundo todo. Na imagem, manifestantes protestam contra o então presidente do Iêmen, Ali Abdullah Saleh, em Sanaa.

Daryl Lang/Shutterstock/Glow Images

Manifestação do movimento Occupy Wall Street contra o sistema financeiro, em Nova York, Estados Unidos, em 12 de dezembro de 2011.

Segundo Negri, existem duas formas de ação complementares para enfrentar o império. De um lado, uma forma **crítica e desconstrutiva**, voltada para recuperar as bases criadoras e produtivas da multidão. De outro lado, uma forma **construtiva e ético-política**, que pretende construir uma alternativa social e política ao império.

Na visão de Negri, somente a multidão criada pelos jogos políticos do império pode voltar-se contra ele e sua dominação, apropriando-se dos meios virtuais e reinventando a democracia. Como vimos, no mundo ocidental moderno, a princípio a soberania esteve concentrada na figura política do Estado-nação, sendo depois transferida para a figura política do império. Segundo o filósofo italiano, teríamos hoje condições práticas para, de modo articulado, transferir essa soberania das organizações econômicas e políticas do império para a multidão. Isso seria a verdadeira realização da democracia, com a ação popular direta, sem mediações.

Jacques Rancière (1940-)

Ulf Andersen/Getty Images

Jacques Rancière, em foto de 2011.

Filósofo francês nascido na Argélia, foi professor emérito da Universidade de Paris VIII, na qual trabalhou entre 1969 e 2000, quando se aposentou. Foi aluno de Louis Althusser (1918-1990) na Escola Normal Superior de Paris, participando do grupo de pesquisa dirigido por ele, que publicaria o livro *Para ler O Capital*, em 1965. Afastou-se do pensamento de Althusser e dedicou-se a refletir sobre a relação entre dois campos em geral vistos como distintos: a política e a estética. É autor de mais de 30 livros e diversos artigos. Entre seus livros, destacam-se: *A noite dos proletários* (1981), *Às margens do político* (1990), *O desentendimento* (1995), *O ódio à democracia* (2005) e *As distâncias do cinema* (2011).

A política como "partilha do sensível"

Enquanto Antonio Negri confronta modernidade e pós-modernidade, para **Jacques Rancière** essa distinção não faz nenhum sentido, nem ajuda a refletir sobre a sociedade atual. Segundo Rancière, o problema da política contemporânea está em buscá-la naquilo que não é, em essência, o político. Para ele, a pergunta fundamental que define o campo da filosofia política seria: "o que há de específico para pensar sob o nome política?".

A resposta para a pergunta é simples: o que há de específico na política é o **desentendimento**. Com isso, Rancière se coloca em uma linha de pensamento distinta tanto da filosofia política antiga quanto da moderna. Aristóteles (c. 384 a.C.-322 a.C.) via o ser humano como "naturalmente" político, social, na medida em que é próprio de sua natureza viver junto com outros e compartilhar a vida. E esse compartilhamento só é possível se há entendimento entre os indivíduos. Thomas Hobbes (1588-1679), por sua vez, afirma que a política é uma produção humana para colocar fim ao desentendimento que reina no estado de natureza. Para Rancière, porém, o desentendimento é a própria base da política.

Entre a polícia e a política

Rancière afirma que deveríamos mudar os termos. Aquilo que chamamos de **política**, deveríamos chamar de **polícia**. É evidente que as duas palavras têm a mesma origem, o termo grego *polis*, que designa a cidade, a comunidade política básica. Em suas análises sobre o poder, Foucault já havia proposto a denominação **polícia** para as táticas e práticas da organização social, reservando o termo **política** para as relações efetivas de poder. Para Rancière, porém, mesmo essas relações de poder pertencem ao âmbito da polícia. Por política ele entende algo muito mais raro, que é exatamente aquilo que perturba a ordem da polícia (compreendida como administração do social) pela introdução da diferença, daquilo que é heterogêneo.

O que Rancière propõe é ampliar, alargar o sentido de polícia. Ela não seria simplesmente um aparelho repressor a serviço do Estado, que entra em ação para combater as práticas vistas como nocivas à sociedade: para esse filósofo a polícia é algo muito mais amplo, como a própria organização da vida social e sua administração cotidiana, a garantia de uma ordem instituída. Ao mesmo tempo, Rancière propõe restringir o sentido de política. A política é um acontecimento, algo incomum, que se manifesta na afirmação da "igualdade de qualquer ser falante com outro ser falante".

Cau Guebo/Futura Press

Vários protestos contrários à realização, no Brasil, da Copa do Mundo de futebol masculino ocorreram entre 2013 e 2014, muitos dos quais organizados em comitês que utilizavam as redes sociais como canal de divulgação. Os manifestantes protestavam contra os gastos de dinheiro público nas obras de infraestrutura para a realização do evento. Ao lado, manifestantes em Porto Alegre (RS), em 2013.

Nacho Doce/Reuters/Latinstock

*Ao lado, policiais reprimem manifestantes em protesto contra a Copa do Mundo, em 2014, em São Paulo (SP). Se aplicarmos os conceitos de Rancière, podemos dizer que a população praticava **política**, enquanto os políticos, ao reprimir violentamente os movimentos para garantir a ordem instituída, praticaram **polícia**.*

O problema é que, desde a Antiguidade grega, aqueles que falam de forma diferente são excluídos. Como é difícil compreender aquele que tem um discurso diferente, sua fala não é reconhecida, e o sujeito é excluído do universo político. A política é entendida como a convivência e o compartilhamento da vida entre aqueles que são iguais entre si. Os demais são excluídos desse universo. Assim, na Antiguidade grega, só determinada camada social tinha direito à cidadania. Os que não compartilhavam desse mesmo mundo não faziam parte da política. Esse sistema de exclusão persiste ainda hoje, mesmo que de outras maneiras.

Um mundo dividido, mundos em convivência

Segundo Rancière, a política é a partilha do mundo. Não o compartilhamento, conforme Aristóteles, que significa viver juntos; mas a partilha como divisão, como separação de partes, que permite que cada um seja integrante de uma comunidade e possa viver à sua maneira.

A **multiplicidade** se sustenta na existência de vários mundos. Isso que chamamos de "mundo", afirma Rancière, não é uma unidade, pois há diferentes formas de sentir o mundo. Para ele, assim como a arte, a política envolve percepções individuais, e ambas pertencem à esfera da sensibilidade – razão pela qual ele define a política como a **partilha do sensível**.

Porém, se cada indivíduo ou cada grupo pode viver à sua maneira, a convivência tende a ser conflituosa. A **política** é justamente esse conflito, que ele chama de **desentendimento**. Em outras palavras: a política não é o entendimento entre as pessoas do povo; ao contrário, a política é a vida no desentendimento, e por essa razão Rancière afirma que ela não consiste no consenso, mas no **dissenso**, ou seja, na discordância, na falta de consentimento.

Nigel Pavitt/JAI/Corbis/Latinstock

Jovem e sua casa em uma ilha flutuante habitada pelo povo Uros, no lago Titicaca, no Peru (foto de 2009). Para Rancière, o mundo não é uma unidade, mas uma multiplicidade de formas de viver e de sentir.

O desentendimento é também tema da passagem bíblica da Torre de Babel. Segundo a Bíblia, os seres humanos falavam a mesma língua, o que os tornava poderosos. Tão poderosos que resolveram alcançar o céu. Para isso, puseram-se a construir uma torre. Deus, descontente com essa ação, instaurou a confusão entre os humanos: fez com que cada um começasse a falar uma língua diferente, para que não mais se entendessem. Em razão dos desentendimentos, já não era possível construir um projeto comum – a Torre –, e ela foi abandonada. Os seres humanos nunca mais foram tão poderosos, e então espalharam-se pelo mundo. Uma interpretação dessa história nos leva a considerar a política como a construção de um projeto comum, e tal projeto só seria possível se nos entendêssemos (isto é, se construíssemos um consenso). Para que isso se realize, é necessário que a política cumpra seu papel: possibilitar que, em meio às diferenças, haja algo em comum, algo que não seja a eliminação das diferenças, mas sua confirmação.

A filosofia de Rancière chama a atenção para a dificuldade de construir a **igualdade na diferença**. Segundo ele, o problema das filosofias políticas modernas é definir a igualdade como algo a ser construído. Somos desiguais e queremos ser iguais. Então, define-se que "todos são iguais perante a lei": trata-se de uma igualdade fabricada, de uma igualdade legal. É preciso construir socialmente a igualdade; porém, como os interesses são distintos, isso acaba sendo impossível. Para Rancière, a igualdade é o ponto de partida da política, não seu ponto de chegada. Só pode haver política entre iguais, entre seres que se reconhecem como iguais, como falantes, ainda que sejam completamente diferentes entre si. Em outras palavras: diferenças não significam desigualdades; é possível nos reconhecermos como iguais, ainda que sejamos diferentes em nossas visões de mundo. Podemos falar linguagens ou línguas diferentes, mas falamos – e isso nos torna seres igualmente políticos.

Igualdade e emancipação

De acordo com Rancière, a finalidade da política é a **emancipação** dos seres humanos. Por emancipação entendemos a capacidade de cada um agir por si mesmo, segundo suas próprias ideias. Em um de seus livros (*O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual*) Rancière mostra que a sociedade moderna construiu-se com base na ideia de emancipação intelectual, a capacidade de cada um pensar por si mesmo. Lembremos, por exemplo, do lema iluminista de Kant (1724-1804): "Ouse saber!".

A crítica de Rancière mostra que o ideal de emancipação é impossível em nossa sociedade, que ele denomina "sociedade pedagogizada". Nessa sociedade, sempre precisamos aprender com alguém que saiba mais. Os mestres, os professores, são explicadores; sem a explicação, ninguém aprende. Ele afirma, então, que nessa sociedade parte-se de uma ideia de "desigualdade de inteligências". Se as inteligências são desiguais, porque sempre haverá alguém que sabe mais, nunca será possível chegar à igualdade. E sempre precisaremos dessa desigualdade para aprender.

A proposta de Rancière é romper com essa sociedade pedagogizada. Um antigo professor francês, Joseph Jacotot (1770-1840), inspirou-lhe a ideia de um ensino que não é explicativo. Jacotot afirmava que todos têm condições de ensinar, desde que sejam emancipados intelectualmente; e todos têm condições de aprender, desde que também o sejam. Do método de "ensino universal" proposto por esse professor francês, Rancière tirou o **princípio da igualdade de inteligências**, que afirma que todos são capazes de aprender e todos são capazes de ensinar, visto que todos são inteligentes. Todos são iguais na inteligência, ainda que uns saibam mais que outros, dadas as condições de vida de cada um. Mas o fato de alguém saber mais não significa que seja mais inteligente. Assim, a relação pedagógica já não é uma relação entre inteligências desiguais, em que uma ensina e outra aprende, e esta que aprende só pode aprender porque a outra ensina. A relação pedagógica torna-se uma relação entre inteligências iguais, emancipadas, na qual uma não domina a outra, mas pode haver uma partilha de aprendizados.

Semed/Ascom-PMM

Idosa participa de curso de informática em Manaus (AM), em 2015.

A emancipação política é análoga à emancipação intelectual. Só pode haver emancipação política quando os diferentes atores políticos se reconhecem e se relacionam como iguais, como seres falantes, ainda que um não entenda a palavra do outro. É o reconhecimento dessa igualdade que pode ensejar a construção de projetos em comum, mesmo que na relação entre diferentes, estruturando algo que é de todos, que é compartilhado por todos.

A democracia e o dissenso

Rancière afirma que, em nossos dias, vivemos uma espécie de "ódio à democracia", que se manifesta das mais diversas formas. Manifesta-se nos países teocráticos, em que líderes religiosos defendiam que a palavra de Deus está acima de qualquer democracia. Porém, manifesta-se também nos países que assumem a democracia como princípio político. Como compreender esse ódio à democracia, se desde o século XVIII, nos países ocidentais, temos visto esforços para sua construção?

Segundo Rancière, o ódio vem do medo que sentimos da democracia. No fundo, sente-se que a democracia é mais que um regime político, que ela é o verdadeiro nome da política.

Ao longo da modernidade, construiu-se uma visão social da democracia como o regime do consenso, a forma de administração do social na qual todas as forças estão mobilizadas em uma única direção, em torno de uma ideia comum.

Entende-se que agir democraticamente é produzir esse consenso com base na vontade da maioria, de modo que a minoria vencida submeta-se à vontade da maioria e assim seja abarcada no todo. Por ser o desejo da maior parte, ele deve ser o movimento de todos. No reinado do consenso, não há lugar para as diferenças. Elas podem existir no princípio, mas deverão ser "diluídas" na construção do projeto comum. O jogo democrático da fabricação do consenso apaga as diferenças e torna o mundo em um só.

Rodrigo Félix Leal/Futura Press/Folhapress

À esquerda, manifestação favorável ao impeachment *da presidente Dilma Rousseff, ocorrida em abril de 2016, em Curitiba (PR). Abaixo, manifestantes contrários ao* impeachment *da presidente, em Recife (PE), no mesmo dia. Numa democracia, cada cidadão tem o direito de expressar sua opinião política. Segundo Rancière, a política é dissenso, mas deve agir na construção de um projeto comum.*

Guga Matos/JC Imagem/Folhapress

No entanto, Rancière afirma que há política quando a minoria não se cala, quando faz questão de fazer valer sua voz diferente. Esse é o dissenso, o desentendimento de que fala o filósofo. A democracia, portanto, não pode ser um entendimento único, um mundo único, uma vontade única. Isso é dominação de uns por outros, ainda que seja a dominação da maioria. A **democracia é a arte de viver nas diferenças**, partindo do fato de que somos todos igualmente seres políticos. Cada um com sua voz, cada um no exercício de sua diferença, na construção de um projeto que é comum, mas que não apaga a diferença. Um projeto comum que precisa ser construído a cada instante, que nunca está pronto. Um projeto comum que não é um mundo único, mas a convivência de diferentes mundos, diferentes perspectivas, diferentes vozes. Isso não é nada fácil. Daí o medo que se tem da democracia e o ódio que resulta desse medo.

É justamente nessa difícil convivência das diferenças que reside a potencialidade do humano no ato político.

Trabalhando com textos

Os textos a seguir foram escritos por filósofos estudados neste capítulo. Atente para as diferentes caracterizações do político e para as formas de ação que cada um deles traça.

Texto 1

Neste texto, Antonio Negri sistematiza seu pensamento na forma de "lições ensinadas a ele mesmo". O texto é construído na forma de proposições numeradas que vão sendo desdobradas. O trecho aqui destacado coloca em jogo as noções de biopolítica e de multidão, centrais no pensamento contemporâneo desse filósofo.

Multitudo, prolegômenos do político

1. A multidão pós-moderna é um conjunto de singularidades cuja ferramenta de vida é o cérebro e cuja força produtiva consiste na cooperação. Quer dizer: se as singularidades que constituem a multidão são múltiplas, o modo no qual elas se conectam é cooperativo.

1.2. Nossa questão é: como essa massa biopolítica (intelectual e cooperativa), que chamamos "multidão", pode exercer o "governo de si mesma"? Como a pluralidade e a cooperação das singularidades, uma vez que formam o poder constituinte do mundo, podem exprimir o governo do comum?

[...]

1.5. [...] *nosso questionamento assume o nome de soberania como ilusório. Considera, portanto, o comum como critério exclusivo do ser político. Mas como entregar o governo ao comum?*

2. No desenvolvimento do pensamento político revolucionário, ao longo de toda a modernidade, a percepção fundamental da revolução como transformação ontológica sempre recuperou, e integrou, o pensamento da soberania. A ontologia política sofreu as consequências desse pecado original. Já na teleologia do comum, a transformação ontológica é livre da soberania.

[...]

3. A teleologia do comum, como motor da transformação ontológica do mundo, não pode ser submetida à teoria da mediação soberana. Na verdade, a mediação soberana é sempre fundação de uma unidade de medida, enquanto a transformação ontológica é sempre desmedida.

3.2. A forma-Estado moderna articula a unidade de medida num processo de composição e de distribuição "orgânicas" de funções "representativas". A medida subordina a pluralidade das potências singulares a um esquema de mediação orgânica e as distribui numa hierarquia de funções. A democracia representativa moderna é uma prática da medida e uma exaltação do limite.

[...]

4. Na teleologia materialista do comum, a filosofia política nada tem a ver com a teoria da "democracia direta". A democracia direta não se livra da figura da soberania moderna; ao contrário, exalta-a por meio de uma ilusão transcendental de comunidade (das singularidades).

[...]

5. No pós-moderno, uma teoria fraca da soberania exige, como condição para o domínio da multidão, uma espécie de pluralização e de "sindicalização" (ou corporativização) do social [...].

[...]

7. O horizonte biopolítico do mundo é plural. A multidão é um conjunto irredutível de singularidades, e a singularidade (como instante de exposição para além da medida) é a produção de nova pluralidade, de novas multidões.

[...]

9. Uma "constelação produtiva" se forma onde as potências-diferenças da multidão começam a cooperar, criando nova potência. A constelação é mais produtiva do que a soma das produtividades singulares (consideradas separadamente) que nela cooperam. É por isso que as singularidades procuram a cooperação, e as multidões singulares formam a constelação, pois, assim, podem produzir mais, melhor, podem ultrapassar continuamente a medida singular de produtividade, abrir-se cada vez mais à desmedida.

[...]

13. O "poder constituinte", no pós-moderno, não é mais aquela concentração criativa instantânea da multidão (ou da pobreza em revolta) que, pela insurreição [...] *constrói uma nova ordem: era assim no moderno. Ora, o poder constituinte é a dimensão política inscrita no desenvolvimento da teleologia do comum, ou seja, é o impulso constitutivo que deriva de uma base biopolítica e atinge todo o horizonte do ser, em cada instante da temporalidade.*

[...]

13.5. Tudo o que é político é biopolítico. O conceito de "autonomia do político" é, consequentemente, ideologia pérfida e mórbida. No pós-moderno, sua impotência (ineficácia) é total.

NEGRI, Antonio. *Kairòs, Alma Venus, Multitudo*: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 171-186.

Corporativização: efeito de tornar corporativo; neste contexto, uma organização da sociedade segundo seus grupos específicos.
Mórbido: que revela uma doença.
Ontologia/ontológico: o que diz respeito ao ser e seu sentido.
Pérfido: desleal, traidor.
Prolegômeno: noção preliminar.
Teleologia: o mesmo que finalismo, que aponta para uma meta, uma finalidade.

Questões sobre o texto

1 A partir do texto, explique como Negri compreende a política.

2 Segundo o texto, que diferenças há entre uma política moderna e uma política pós-moderna?

3 Como a multidão pode instituir uma política?

Texto 2

No texto a seguir, Rancière expõe seu pensamento sobre a política de modo sistemático e na forma de teses. Nele se percebe a crítica à noção de consenso como anulação da política, e não sua realização.

Dez teses sobre a política

1. A política não é o exercício do poder. A política deve ser definida por ela mesma, como um modo de agir específico posto em ação por um sujeito próprio e realçando uma racionalidade própria. É a relação política que permite pensar o sujeito político, e não o inverso.

[...]

Perde-se aquilo que é próprio da política, se a pensamos como um mundo vivido específico. A política não poderia ser definida por nenhum sujeito que lhe preexistisse. É na forma mesma de sua relação que deve ser buscada a "diferença" política que permite pensar seu sujeito. Se retomamos a definição aristotélica de cidadão, vemos que há nela o nome de um sujeito que se define por um fazer parte de um modo de agir e ao sofrer que corresponde a esse modo de agir. Se há algo próprio da política nós o vemos por inteiro nessa relação que não é uma relação entre dois sujeitos, mas uma relação entre dois termos contraditórios pela qual se define um sujeito. A política desaparece quando desfazemos esse nó de um sujeito e de uma relação. É isso que se passa em todas as ficções, especulativas ou empiristas, que buscam a origem da relação política nas propriedades de seus sujeitos e nas condições de sua reunião. A questão tradicional: "por qual razão os homens se reúnem em comunidades políticas?" é já sempre uma resposta, e uma resposta que faz desaparecer o objeto que ela pretende explicar ou fundar, seja a forma do fazer parte político, que desaparece no jogo dos elementos ou dos átomos de sociabilidade.

2. O próprio da política é a existência de um sujeito definido por sua participação em relação aos contrários. A política é um tipo de ação paradoxal.

[...]

3. A política é uma ruptura específica com a lógica da arkhé *['o princípio']. Ela não supõe simplesmente a ruptura da distribuição "normal" das posições entre aquele que exerce uma potência e aquele que a sofre, mas uma ruptura na ideia das disposições que tornam "próprias" tais posições.*

[...]

4. A democracia não é um regime político. Ela é, como ruptura da lógica da arkhé*, isto é, da antecipação do comando nessa disposição, o regime mesmo da política como forma de relação definindo um sujeito específico.*

[...]

A democracia não é de forma alguma um regime político, no sentido de constituição particular entre as diferentes maneiras de reunir os homens sob uma autoridade comum. A democracia é a instituição mesma da política, a instituição de seu sujeito e de sua forma de relação.

[...]

5. O povo, que é o sujeito da democracia, logo o sujeito matricial da política, não é a coleção dos membros da comunidade ou a classe laboriosa da população. Ele é a parte suplementar em relação a toda soma das partes da população, que permite identificar no todo da comunidade a soma dos não contados.

[...]

6. Se a política é o traçado de uma diferença evanescente com a distribuição dos partidos e das partes sociais, resulta que sua existência é em nada necessária, mas que ela advém como um acidente sempre provisório na história das formas da dominação. Disso resulta também que o litígio político tem por objeto essencial a existência mesma da política.

[...]

Evanescente: aquilo que tem curta duração.
Litígio: o mesmo que conflito.

7. A política opõe-se especificamente à polícia. A polícia é uma partilha do sensível em que o princípio é a ausência de vazio e de suplemento.

A polícia não é uma função social, mas uma constituição simbólica do social. Sua essência não é a repressão, nem mesmo o controle sobre os vivos. Sua essência é uma certa partilha do sensível. Chamaremos partilha do sensível a lei geralmente implícita que define as formas do fazer parte ao definir, de princípio, os modos perceptivos nos quais elas se inscrevem [...] *Essa partilha deve ser entendida no duplo sentido da palavra: aquilo que separa e exclui, de um lado, aquilo que faz participar, de outro lado. Uma partilha do sensível é o modo pelo qual se determina no sensível a relação entre um comum compartilhado e a repartição das partes exclusivas.*

[...]

8. O trabalho essencial da política é a configuração de seu próprio espaço. É o de fazer ver o mundo de seus sujeitos e de suas operações. A essência da política é a manifestação do dissenso, como presença de dois mundos em um só.

[...]

9. Assim como o próprio da filosofia política é fundar o agir político em um modo de ser próprio, o próprio da filosofia política é apagar o litígio constitutivo da política. É na

descrição mesma do mundo da política que a filosofia efetua esse apagamento. Sua eficácia se perpetua também até nas descrições não filosóficas ou antifilosóficas deste mundo.

[...]

10. O fim da política e o retorno da política são duas maneiras complementares de anular a política na relação simples entre um estado do social e um estado do dispositivo estatal. O consenso é o nome vulgar dessa anulação. [...]

RANCIÈRE, Jacques. Dix thèses sur la politique. In: *Aux bords du politique*. Paris: Folio Essais, 2007. p. 223-254. Texto traduzido.

Questões sobre o texto

1. Qual é a diferença entre política e polícia?
2. Você concorda que a polícia ajuda a refletir sobre a política? Explique, usando suas palavras.
3. Como a política lida com as diferenças?
4. Por que, para Rancière, o consenso é a anulação da política?

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

Atividades

1. Explique o conceito de império proposto por Antonio Negri e responda: como ele pode ajudar a compreender o mundo contemporâneo?
2. Explique as relações entre biopolítica, sociedades de controle e império.
3. Explique a ideia de política como "partilha do sensível".
4. Explique a noção de dissenso e como ela fundamenta a política.
5. Que relação existe, segundo Rancière, entre emancipação política e emancipação intelectual?
6. Leia a letra da canção dos Titãs reproduzida a seguir. Depois, responda à pergunta que se segue.

Disneylândia

Filho de imigrantes russos casado na Argentina com uma [pintora judia,
Casou-se pela segunda vez com uma princesa africana [no México.
Música hindu contrabandeada por ciganos poloneses faz [sucesso no interior da Bolívia.
Zebras africanas e cangurus australianos no zoológico de [Londres.
Múmias egípcias e artefatos incas no museu de Nova York.
Lanternas japonesas e chicletes americanos nos bazares [coreanos de São Paulo.
Imagens de um vulcão nas Filipinas passam na rede de [televisão em Moçambique.
Armênios naturalizados no Chile procuram familiares na [Etiópia.
Casas pré-fabricadas canadenses feitas com madeira [colombiana.
Multinacionais japonesas instalam empresas em Hong--Kong e produzem com matéria-prima brasileira para [competir no mercado americano.
Literatura grega adaptada para crianças chinesas da [comunidade europeia.
Relógios suíços falsificados no Paraguai vendidos por [camelôs no bairro mexicano de Los Angeles.
Turista francesa fotografada seminua com o namorado [árabe na Baixada Fluminense.
Filmes italianos dublados em inglês com legendas em [espanhol nos cinemas da Turquia.
Pilhas americanas alimentam eletrodomésticos ingleses [na Nova Guiné.
Gasolina árabe alimenta automóveis americanos na [África do Sul.
Pizza *italiana alimenta italianos na Itália.*
Crianças iraquianas fugidas da guerra não obtêm visto no consulado americano do Egito para entrarem na [Disneylândia.

TITÃS. Disneylândia. In: *Titanomaquia*. Warner Music, 1993. Letra disponível em: <www.letras.com.br/#!titas/disneylandia>. Acesso em: 15 mar. 2016.

- Como você analisa essa letra com base nos conceitos estudados no capítulo? Escreva uma dissertação argumentativa expondo suas conclusões.

7. Pesquise sobre ações políticas realizadas recentemente por redes sociais virtuais, selecione uma delas e responda:
   a) Qual é o objetivo da ação?
   b) Quem são os organizadores?
   c) Quantas pessoas estão envolvidas?
   d) Qual é a forma de participação?

e) A ação obteve algum resultado positivo?
f) Pode-se afirmar que esse tipo de ação representa uma forma de emancipação política, segundo os conceitos estudados no capítulo?

8 Ao se cadastrar em uma rede social, você tem o hábito de ler documentos como "Termos de uso" e "Política de privacidade"? Escolha uma rede de sua preferência, leia e analise seus documentos e responda: a ação dessa rede contribui para a participação democrática dos usuários?

9 Leia a matéria a seguir, publicada pela revista *Superinteressante* em outubro de 2012, época de eleições municipais no Brasil e eleições presidenciais nos Estados Unidos.

As armas do futuro na guerra política

Com as eleições municipais no Brasil e para presidente nos Estados Unidos, veja como celulares e computadores têm papel de destaque nas mãos de representantes e representados.

Aplicativos engajados

Os americanos têm aliados poderosos: os aplicativos. Numa eleição em grande parte financiada pelo setor privado, um aplicativo ajuda a achar as empresas que apoiam os presidenciáveis. Basta esperar a campanha do político começar e apontar o celular para a televisão. Ele identifica quem deu o dinheiro e mostra notícias sobre aquele candidato. Outro aplicativo ainda informa se os dados mostrados no comercial são verdadeiros.

Buscas compradas

Ainda nos Estados Unidos, anúncios pagos em sites *de busca são responsáveis por grande parte dos acessos aos portais dos candidatos. 60% das visitas à página do democrata Barack Obama vêm desses anúncios.*

E no Brasil?

Por aqui, ainda estamos no começo. O aplicativo Candidatos exibe uma ficha dos aspirantes a prefeito e vereador. Mais simples, o aplicativo Eleições ajuda a organizar as opções de voto e atualiza o usuário sobre o resultado das eleições.

ROMERO, Luiz. *Superinteressante*, out. 2012.
Disponível em: <http://super.abril.com.br/cotidiano/armas-futuro-guerra-politica-721147.shtml>.
Acesso em: 15 mar. 2016. Texto adaptado.

Entreviste duas pessoas que tenham acesso a informações veiculadas por meios de comunicação impressos e eletrônicos. Faça as seguintes perguntas:

a) Você acredita que os meios de comunicação são importantes para a formação de opinião política? Por quê?
b) Qual é a diferença entre os meios impressos e os eletrônicos na atuação política dos cidadãos?

Relate aos colegas as respostas obtidas. Depois, discutam: as tecnologias de informação e comunicação têm o potencial de tornar o mundo mais democrático?

10 No ano de 2003 debateu-se intensamente na França um projeto de lei (aprovado em março de 2004) que proibia nas escolas públicas o uso de símbolos religiosos, inclusive na forma de adereços pessoais. A argumentação central era a de que o Estado é laico e as instituições públicas também devem sê-lo. No contexto desse debate, Jacques Rancière fez uma conferência na rádio France Culture, em 19 de dezembro de 2003. O texto a seguir é a transcrição dessa exposição. Leia-o e responda à pergunta que se segue.

Sobre o véu islâmico: um universal pode esconder outro

Há uma maneira tranquilizadora de colocar a questão que se está chamando "do véu islâmico". Ela consiste em sopesar dois princípios da vida em comum. Por um lado, a universalidade da lei à qual as particularidades devem estar submetidas; por outro, o respeito às diferenças, sem o qual nenhuma comunidade é viável. Sem dúvida, poderia acontecer de a questão ser mais temível: que se tratasse de escolher não entre o universal e o particular, mas entre várias formas universais e várias maneiras de particularizar o universal.

Aquilo a que se apela com maior facilidade na atualidade é o universal jurídico-estatal da lei que não faz preferências entre as pessoas e suas peculiaridades. De fato, é duvidoso que esse universal possa resolver a querela aqui tratada. Se a educação pública se dirige a todos por igual, deixando de lado as características – religiosas ou não – que diferenciam os alunos, a consequência mais lógica é que também se deve ser distribuída a todos e a todas, sem levar em conta tais diferenças e símbolos que as exibam. A escola, então, não deve excluir tais símbolos, uma vez que, por definição, não os vê.

O pedido de uma lei sobre o véu é então o pedido de uma lei que introduza uma exceção na invisibilidade das diferenças com respeito à lei. Deve ser feita em nome de um princípio de universalidade que ultrapasse a mera igualdade jurídica. Para os defensores mais intransigentes da laicidade, essa universalidade é aquela do conhecimento compartilhado, superior a qualquer convenção jurídica e a toda lei estatal. A criança que tenha compreendido – diz uma teoria da laicidade – está em uma posição divina. Essa participação espinosana na divindade do conhecimento define, para a escola que forma segundo ela, um regime de exceção radical ao regime comum de indiferença para com as diferenças.

Espinosano: relativo a Espinosa.
Sopesar: contrabalançar o peso de duas coisas.

A questão é saber se uma lei como aquela hoje proposta responde de forma adequada a essa exigência. Se a comunidade escolar é uma exceção em relação aos agrupamentos sociais comuns, o que primeiro deve reivindicar é sua autonomia. Os diretores e os conselhos disciplinares são aqueles que possuem o poder de avaliar soberanamente que pessoas e que atitudes são as que destroem a comunidade do saber. Desse ponto de vista, nada é pior que a tendência atual a despojar as instituições escolares de seu poder de decisão para entregá-lo aos tribunais. Sem dúvida, a lei proposta evidentemente não faz outra coisa senão reforçar essa tendência, que trata a escola como qualquer outro lugar social.

O que sustenta, então, o pedido atual da lei não é nem a universalidade indiferente às particularidades nem a singularidade radical da comunidade escolar. É um universal cultural, a ideia de um conjunto de valores de universalidade sobre os quais se assenta nossa sociedade e que impõe uma repressão, não das diferenças em geral, mas de algumas particularidades opostas a tais valores. A lei proposta é, pois, uma lei excepcional, que aponta a alunos de um sexo e uma religião determinados, a fim de agir de modo indireto sobre a comunidade a que pertencem. A exclusão das meninas que usam véu é posta como uma maneira de liberar as mulheres muçulmanas do véu e da situação de desigualdade da qual ele é símbolo.

Uma posição desse tipo exige somente que se revogue a forma de universalidade até então reivindicada pelos teóricos da laicidade. A escola, diziam, ocupa-se apenas de uma única igualdade, a sua: aquela do saber que distribui a todos por igual. Ainda que queira ocupar-se em reduzir as desigualdades existentes na sociedade, confunde a instrução e funde a universalidade do saber nos perigos da demanda social. Os termos em que hoje está redigido o pedido de lei voltam a questionar, sem dizê-lo, essa visão da especificidade escolar. Não reivindicam a neutralidade da escola, e sim uma função social da qual ela deva ser instrumento. Mas se a escola deve, uma vez mais, reduzir as desigualdades na sociedade, colocam-se duas questões: quais desigualdades sociais pertencem à escola e quais não? E esse efeito deve ser operado por aquilo que a escola inclui ou por aquilo que ela exclui?

São perguntas um pouco intimidantes, por isso a busca de um terreno aparentemente mais seguro: aquele da luta por defender a homogeneidade social contra as diferenças comunitárias. O que converte esse terreno seguro em instável por si mesmo é que nossa sociedade está regulada, antes de tudo, por uma quarta universalidade: a universalidade capitalista do equivalente monetário. Nos tempos de Marx se acreditava que se afogaria nas águas geladas da diferença religiosa. Agora parece que suas consequências são muito diferentes: por um lado, tende a fazer da insígnia religiosa um desses símbolos de diferença que cada um de nós – e cada aluno em particular – deve exibir em seu corpo como marca de pertencimento à felicidade coletiva do sistema; por outro, tende a fazer da diferença religiosa a única diferente que lhe resiste, o único princípio de outra comunidade.

Pensar a relação desses quatro universais e agir esse pensamento provavelmente exigiria a participação de um quinto universal. Poderíamos chamar "universal político" a esse universal adicional que mediria a todos os outros com sua régua, a da igualdade incondicional de todos com todos. Mas talvez isso seja trabalho demais. Tenhamos, portanto, uma lei cuja tarefa será dissimular, em sua aparente simplicidade, a contradição não medida dos universais. A questão reside em saber se a confusão consensual dos conceitos pode curar a confusão comunitária dos sentimentos.

RANCIÈRE, Jacques. Sobre el velo islámico: un universal puede esconder otro. In: *Momentos políticos*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010. p. 121-124. Texto traduzido.

Várias situações cotidianas podem ser consideradas análogas à discutida por Rancière no texto anterior.

I. Escreva uma reflexão sobre o possível sentido de expor um símbolo religioso em cada caso a seguir:

a)

Cesar Manso/Agência France-Presse

Sala de aula em Burgos, na Espanha, em 2009.

b)

Jonathan Nackstrand/Agência France-Presse

Tatuagem da estrela de davi em perna de fiel. Jerusalém, 2008.

c)

Ale Ruaro/Pulsar Imagens

Árvore de Natal em Antonio Prado (RS), em 2008.

d)

Ricardo Azoury/Pulsar Imagens

Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 2008.

e)

Rubens Chaves/Pulsar Imagens

O profeta Baruc, escultura de Aleijadinho, na Basílica do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (MG), em 2011.

f)

Trucic/Shutterstock/Glow Images

Bandeira da Turquia, com o símbolo do islã.

II. Com base nas análises que você fez no item anterior, redija uma dissertação filosófica sobre o tema "A presença dos símbolos religiosos na sociedade democrática laica".

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Vejamos agora algumas dicas de como redigir uma dissertação filosófica segundo o **plano progressivo**. Neste plano, trata-se de trabalhar com uma noção ou um conjunto de noções que vai sendo apresentado segundo diferentes perspectivas.

O trabalho deve ser organizado em várias partes. Em cada uma delas, explora-se uma determinada perspectiva do tema. Se o assunto da dissertação for um conceito, em cada parte pode-se apresentar como esse conceito foi trabalhado por diferentes filósofos. Ao final, o autor redige uma conclusão, na qual apresenta seu ponto de vista.

Segundo Jacqueline Russ (1934-1999):

[...] *o método progressivo consiste então em construir e produzir, a partir de pontos de vista diferentes, definições sucessivas da noção ou do conceito considerados, definições cada vez mais complexas e ricas, de modo a trazer à tona e explicitar a essência do termo que exige análise: trata-se de dar uma explicação autêntica da noção ou conceito.*

RUSS, Jacqueline. *Os métodos em filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 109.

É LÓGICO!

Como vimos, para a lógica clássica a contradição é o maior absurdo lógico. Isso é demonstrado pelos três princípios básicos: o da identidade, o da não contradição e o do terceiro excluído. Algo não pode ser e não ser ao mesmo tempo, pois as regras da lógica formal não permitem pensar tal situação.

O filósofo alemão Georg W. F. Hegel (1770-1831) questionou esses princípios. Como compreender o movimento que observamos no mundo, a constante transformação das coisas, se não enfrentarmos a possibilidade de situações que se apresentam como contraditórias? O que acontece quando uma coisa é e não é ao mesmo tempo?

Para Hegel, é o embate de opostos que provoca as transformações, o movimento do mundo. Portanto, tudo o que existe só pode ser pensado a partir da contradição. Por exemplo: é necessário que uma semente seja plantada, deixando de ser semente, para que surja uma planta. A negação da semente faz com que ela deixe de existir como semente e passe a existir como planta, assumindo outra realidade. Essa passagem do ser para o não ser não significa a morte pura e simples: a contradição entre o ser e não ser da semente leva à transformação, à evolução.

Hegel buscou estratégias de raciocínio que atribuíssem valor à contradição, em lugar de negá-la. Nos primeiros anos do século XIX ele elaborou a primeira lógica não clássica: a **lógica dialética**. Um dos problemas filosóficos centrais era articular a realidade objetiva e o racional, isto é, aquilo que existe materialmente e o pensamento sobre aquilo que existe. Hegel não considerava suficiente a afirmação de que o pensamento é mera representação da realidade, pois, para ele, não existe realidade fora do pensamento: realidade objetiva e pensamento são a mesma coisa. No âmbito da lógica clássica esta questão ficava muito difícil de ser pensada, pois, segundo os três princípios, realidade objetiva e pensamento não podem ser confundidos um com o outro.

A noção de dialética proposta por Hegel como movimento lógico do pensamento foi a base para Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) desenvolverem o **materialismo dialético**, que evidencia o movimento dialético da matéria. De acordo com a dialética, o movimento se dá pelo antagonismo entre uma **tese** e sua **antítese**, cuja contradição deve ser superada por meio da **síntese**.

Em termos gerais, os princípios da lógica dialética são os seguintes:

- **Princípio da totalidade**: tudo o que existe, sejam coisas concretas, sejam pensamentos, se relaciona e forma um amplo conjunto, uma totalidade; é como parte desta totalidade que tudo precisa ser compreendido.
- **Princípio do movimento**: tudo aquilo que existe está em movimento, em constante transformação. As coisas se transformam porque estão relacionadas umas com as outras, e umas negam as outras.
- **Princípio da contradição**: a transformação se move pelas contradições entre as coisas. A contradição não paralisa nem as coisas nem o pensamento; é ela que os coloca em movimento e produz transformações constantes.

No século XX, o filósofo Henri Lefebvre (1901-1991) sistematizou em nove regras a prática do método dialético, aqui citadas de forma resumida:

*a) **Dirigir-se à própria coisa**, isto é, a análise é sempre objetiva.*

*b) Apreender o **conjunto das conexões** internas da coisa, de seus aspectos; o desenvolvimento e o movimento próprios da coisa.*

*c) Apreender os aspectos e momentos contraditórios; **a coisa como totalidade e unidade dos contraditórios**.*

*d) Analisar a luta, o conflito interno das contradições, o movimento, a **tendência**.*

*e) Não se esquecer de que **tudo está ligado a tudo**.*

*f) Não se esquecer de captar as **transições**; transições dos aspectos e contradições, passagens de uns nos outros, transições no devir.*

*g) Não se esquecer de que o **processo de aprofundamento do conhecimento** é infinito. Jamais estar satisfeito com o obtido.*

*h) Penetrar, portanto, mais fundo do que a simples coexistência observada; **penetrar sempre mais profundamente na riqueza do conteúdo**, captar solidamente as **contradições** e o **movimento**.*

*i) Em certas fases do próprio **pensamento**, este deverá se transformar, se **superar**.*

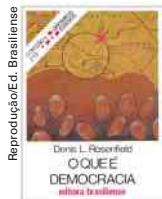
LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/Lógica dialética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 241. Texto adaptado.

Sugestão de leituras e de filmes

Leituras

Reprodução/Ed. Aleph

LE GUIN, Ursula K. *A mão esquerda da escuridão*. São Paulo: Aleph, 2008.

Romance de ficção científica que trata da tentativa de construção de uma comunidade política universal. Um enviado visita o planeta Inverno para convencer seus habitantes a aderir a essa comunidade, mas sente na pele o que é ser um estranho em um mundo estranho. O romance propõe uma profunda reflexão sobre a convivência das diferenças e as possibilidades de construção da comunidade.

Reprodução/Ed. Brasiliense

ROSENFIELD, Denis L. *O que é democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Uma introdução em linguagem clara e simples às várias teorias que embasam o sistema democrático.

Reprodução/Ed. Brasiliense

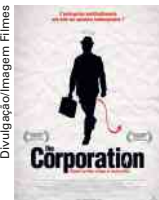
DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Uma discussão em linguagem acessível sobre os fundamentos da política e a necessidade de uma efetiva participação popular para a construção de um regime democrático.

Filmes

Divulgação/California Filmes

***A batalha de Seattle*. Direção de Stuart Townsend. Canadá/Alemanha/Estados Unidos, 2007. (100 min).**

Relata os protestos em 1999 na cidade de Seattle, Estados Unidos, contra a Organização Mundial de Comércio e o mecanismo da globalização. A manifestação pacífica acabou em rebelião, ensejando protestos dessa natureza em outros lugares do mundo.

Divulgação/Imagem Filmes

***A corporação*. Direção de Jennifer Abbott e Mark Achbar. Canadá, 2003. (145 min).**

Documentário que mostra como se constituem as corporações empresariais, relacionando-as com tipos psicológicos humanos. É um exercício interessante de compreensão da biopolítica.

Pedro Sotero/Cinemascópio

***O som ao redor*. Direção de Kleber Mendonça Filho. Brasil, 2012. (131 min).**

Um retrato da classe média brasileira, das relações entre as pessoas nas grandes cidades contemporâneas e das maneiras de lidar com as violências cotidianas. Qual é o papel das milícias na proteção e segurança das comunidades?

Divulgação/Imagem Filmes

***Terra de ninguém*. Direção de Danis Tanovic. Reino Unido/Bósnia/Eslovênia/Itália/Bélgica, 2001. (90 min.)**

Um episódio na Guerra da Bósnia em 1993, que mostra a ineficiência da ONU para agir como poder moderador supranacional.

1000 Words/Shutterstock/Glow Images

3 Os desafios éticos contemporâneos

EUTANÁSIA

De origem grega, o termo significa 'boa morte', 'morte tranquila e sem sofrimento'. Em medicina designa o ato de antecipar a morte de um doente terminal, com o objetivo de abreviar seu sofrimento e dor física.

O filme *Você não conhece o Jack* conta a história verídica de Jack Kevorkian, médico defensor da eutanásia, e suas batalhas judiciais para legalizar o suicídio assistido.

Você não conhece o Jack.
Direção de Barry Levinson.
Estados Unidos, 2010. (134 min).

Abbot Genser/HBO/Everett Collection/Keystone

Jack (Al Pacino) em cena do filme Você não conhece o Jack.

COLOCANDO O PROBLEMA

No final do século XX, o médico norte-americano Jack Kevorkian (1928-2011) tornou-se mundialmente conhecido como Dr. Morte. Com o objetivo de abreviar o sofrimento de doentes terminais, ele desenvolveu uma máquina para a prática do "suicídio assistido": o próprio paciente acionava um mecanismo capaz de liberar substâncias letais em seu corpo. Mais de 130 pessoas morreram por meio desse procedimento, considerado um tipo de **eutanásia** e proibido por lei em diversos países, inclusive nos Estados Unidos. Em muitos locais, a lei também considera crime fornecer meios para que alguém pratique eutanásia. Suspeita-se que alguns pacientes de Jack Kevorkian não eram doentes terminais, e sim pessoas depressivas que poderiam ter recebido tratamento específico. Ele foi processado e condenado à prisão. Sua história é contada no filme *Você não conhece o Jack*.

O caso envolve uma questão ética importante: as pessoas devem ter o direito de decidir quando e como querem morrer?

Em sociedades que funcionam segundo a lógica do biopoder, cuja função primordial é garantir a vida dos cidadãos, essa situação se torna bastante controversa. Nem sempre é fácil estabelecer os limites entre o cidadão e o Estado.

O filósofo francês Gilles Lipovetsky (1944-) afirma que vivemos em uma "sociedade pós-moralista", na qual nossas ações já não são determinadas pelo dever, pois a ética abarca praticamente todos os campos da vida social. Fala-se de ética nas empresas, na política, na imprensa, nas decisões relacionadas à vida humana e aos animais, na educação e em outras tantas áreas. As instituições são chamadas a criar e a tornar públicos seus "códigos de ética". Tudo isso, segundo o filósofo, porque a ética já não tem, de fato, o valor e a força que teve outrora. Vivemos uma "moralidade minimalista", com valores que mudam de acordo com a situação. Essa é uma das formas do que se denomina **relativismo moral**.

O sociólogo polonês **Zygmunt Bauman** (1925-) opõe-se frontalmente a Lipovetsky. As preocupações éticas continuam as mesmas, diz Bauman, que cita os direitos humanos, a justiça social, a autoafirmação pessoal e a relação entre a conduta individual e o bem-estar coletivo. Porém, para ele, hoje esses problemas precisam ser tratados de uma nova maneira, gerando possibilidades de transformação.

Mesmo que não tomemos partido por uma dessas posições, aquilo que elas ressaltam é de grande importância. Não podemos deixar de enfrentar os problemas éticos que surgem todos os dias em várias esferas da vida. É necessário encontrar ferramentas conceituais para esse enfrentamento.

Você poderá refletir melhor sobre isso ao conhecer, a seguir, algumas importantes perspectivas filosóficas contemporâneas sobre a ética. Analisaremos três temas éticos fundamentais: a bioética, que trata de questões relacionadas à vida; o mundo corporativo e as relações entre economia e política; e o meio ambiente.

Dignitas/ Arquivo da editora

Na Suíça, associações oferecem a estrutura necessária para a eutanásia, ou o suicídio assistido, prática médica permitida por uma brecha na legislação do país. Uma das mais conhecidas se chama Dignitas *(em latim, 'dignidade') e tem como lema "viver com dignidade – morrer com dignidade".*

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Questões de vida e de morte: elementos da bioética

Cada vez mais, o conhecimento científico e tecnológico permite a manipulação de processos naturais. Os novos saberes trouxeram muitos benefícios, como o aumento da expectativa de vida, o conforto da vida urbana e a agilidade nas comunicações. Porém, quando realizada de forma excessiva e sem parâmetros, a interferência na natureza pode colocar em risco a vida de diversas espécies, inclusive a humana, razão pela qual esses procedimentos sempre envolvem discussões éticas.

Com o avanço da medicina, por exemplo, atualmente é possível realizar o transplante de órgãos, o que levanta um dilema ético relacionado à vida. O critério médico da morte encefálica (ou cerebral) atesta o óbito do potencial doador, embora muitas vezes o coração continue a bater e a temperatura do corpo se mantenha normal. Cabe à equipe de transplantes orientar os familiares do paciente sobre o critério, confortá-los pela perda de seu ente querido e, ao mesmo tempo, convencê-los da importância da doação imediata dos órgãos, que poderão melhorar a qualidade de vida ou até mesmo salvar a vida de outras pessoas. Acima de tudo, é dever ético da equipe respeitar a vontade da família.

Zygmunt Bauman (1925-)

Andrea Astes/Demotix/Corbis/Latinstock

Zygmunt Bauman, em foto de 2015.

Sociólogo polonês, professor emérito das universidades de Leeds (Reino Unido) e de Varsóvia (Polônia). Pensador crítico do mundo contemporâneo, criou a expressão "modernidade líquida" para analisar as relações fluidas e sempre em transformação que travamos na atualidade. Escreveu, entre outros livros, *O mal-estar da pós-modernidade* (1997) e *Modernidade líquida* (2000).

Reprodução/Ministério da Saúde, Governo Federal.

Cartaz de campanha de doação de órgãos de 2010, do Ministério da Saúde. No Brasil, por muitos anos era necessário que o futuro doador deixasse sua vontade expressa por escrito em documento. Em 1997 avançou-se para a doação presumida, mas, posteriormente, condicionou-se a doação de órgãos ao consentimento familiar.

Hans Jonas (1903-1993)

Effigie/Leemage/Agência France-Presse

Hans Jonas, em 1991.

Filósofo alemão de origem judaica, estudou filosofia e teologia. Com a ascensão do nazismo, refugiou-se na Inglaterra e depois na Palestina. Ensinou na Universidade Hebraica de Jerusalém; transferiu-se para o Canadá e posteriormente para os Estados Unidos, onde trabalhou na Nova Escola de Investigações Sociais de Nova York, entre 1955 e 1976. Em sua obra destacam-se os seguintes livros: *O princípio vida: fundamentos de uma biologia filosófica* (1966), *O princípio responsabilidade* (1979) e *Técnica, medicina e ética* (1985).

Situações como essa pertencem ao campo da **bioética**, um conjunto de interrogações e procedimentos éticos relacionados ao fenômeno da vida. O termo foi utilizado pela primeira vez na Alemanha, no título de um artigo do teólogo Fritz Jahr (1895-1953), “Bioética: um panorama das relações éticas dos homens com os animais e as plantas”, de 1927. No início da década de 1970, o termo foi retomado pelo médico oncologista Van Renssellaer Potter (1911-2001) para integrar às ciências da vida os estudos sobre valores. A partir daí, a bioética foi se constituindo como um campo de pesquisas e consolidando sua importância, especialmente no âmbito da medicina.

Uma das principais fontes filosóficas da bioética é o trabalho de **Hans Jonas**, especialmente em seus livros *O princípio vida* e *O princípio responsabilidade*.

Para Jonas, agir com ética é “atuar de forma que os efeitos de suas ações sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana genuína”. A ética, portanto, diz respeito à vida não apenas do indivíduo, mas da espécie humana.

De acordo com Álvaro Valls (1947-), filósofo brasileiro especialista em ética, são quatro os princípios básicos da bioética que se aplicam aos profissionais da área de saúde, tanto os que exercem a profissão (médicos, enfermeiros e outros) quanto os que fazem pesquisas que envolvam seres humanos:

1. **princípio da não maleficência:** proveniente do código de conduta médico definido na Antiguidade por Hipócrates (século IV a.C.), afirma que o profissional deve agir de modo a não causar nenhum mal ao paciente;
2. **princípio da beneficência:** também proveniente do código hipocrático, afirma que o profissional deve agir de modo a buscar o benefício do paciente;
3. **princípio do respeito à autonomia do indivíduo:** de origem moderna, procura desfazer o paternalismo na relação profissional-paciente; o paciente deve ser informado de tudo e decidir por si próprio se quer ou não ser tratado e de que forma; no caso de participação em uma pesquisa, ele deve tomar conhecimento e assinar o termo de consentimento esclarecido;
4. **princípio de justiça:** busca regular as relações entre o profissional e o paciente em uma perspectiva contratual, não baseada apenas na autoridade do profissional.

Stock Montage/Getty Images

Gravura colorizada de Hipócrates, feita no século XVI. Hipócrates viveu entre os séculos V e IV a.C. e é considerado o fundador da medicina como conhecimento racional, e não religioso. O enorme Corpus hippocraticus *contém obras dele, as de alguns de seus seguidores e outras cuja autoria é desconhecida, mas que por muito tempo foram creditadas a ele.*

Nos trechos abaixo, destacados do Juramento de Hipócrates, que até hoje é utilizado como símbolo do comprometimento médico, fica clara a influência do teórico grego sobre os princípios contemporâneos da bioética:

Eu juro por Apolo, médico, por Esculápio, por Higea e Panacea, e tomo por testemunha todos os deuses e todas as deusas, cumprir, segundo meu poder e minha razão, o que se segue:
[...]
Aplicarei os regimes para o bem do doente, segundo o meu poder e entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém. A ninguém darei com comprazer, nem remédio mortal, nem um conselho que induza a perda. Do mesmo modo não darei a nenhuma mulher uma substância abortiva.
[...]
Em toda casa que eu vá, aí entrarei pelo bem dos doentes, mantendo-me longe de todo o dano voluntário e de toda sedução, sobretudo longe dos prazeres do amor, com as mulheres ou com os homens livres ou escravizados.
Aquilo que, no exercício ou fora do exercício da profissão e no convívio da sociedade, eu tiver visto ou ouvido, que não seja preciso divulgar, eu conservarei inteiramente secreto.
[...]

HIPÓCRATES. *Conhecer, cuidar, amar*: "O juramento" e outros textos. São Paulo: Landy, 2002. p. 17-18.

Podemos compreender a **bioética** como uma **ética aplicada**. Seu objetivo é refletir sobre problemas concretos e definir princípios e valores para lidar com esses problemas. Nessa perspectiva, Peter Singer (1946-) defende uma mudança radical no campo da ética, dada a complexidade atual das questões relacionadas à vida. No livro *Repensando a vida e a morte: o colapso da ética tradicional*, publicado em 1994, ele afirma que não se pode continuar a utilizar uma perspectiva religiosa, que considera a vida humana sagrada. É preciso repensar os valores para criar uma nova ética, adequada aos novos problemas práticos.

Theo Szczepanski/ Arquivo da editora

Assumindo essa tarefa, Singer seleciona cinco mandamentos do que ele chama "velha ética" e propõe reescrevê-los:

1. **Trate todas as vidas humanas como se tivessem valor igual**. Singer diz que isso já não se sustenta. Os médicos, afirma ele, fazem um grande esforço para salvar a vida de um bebê com anomalias, mas ao mesmo tempo permitem que um idoso com mal de Alzheimer morra de pneumonia ao não lhe darem antibióticos. São duas vidas humanas, mas a medicina as trata de maneiras distintas. A própria desigualdade social fere esse mandamento. No Brasil, por exemplo, quem tem bom poder aquisitivo pode pagar pela internação imediata e pelo tratamento em hospitais bem equipados, enquanto pessoas pobres aguardam em macas, ou mesmo no chão dos corredores de hospitais públicos, por um atendimento, em muitos casos, precário. O filósofo cita também casos específicos de prolongamento da vida de pacientes que não têm condição de sobreviver, como um bebê nascido sem cérebro ou um esportista acidentado que vive décadas em estado vegetativo. Assim, ele propõe escrever o "primeiro novo mandamento" da seguinte maneira: "Reconheça que o valor da vida humana é variável". Isso permitiria, por exemplo, aceitar a decisão de suicídio de alguém com doença incurável e dolorosa, até porque essa pessoa poderia doar seus órgãos para salvar a vida de outras.

Antonio Cruz/ABr/Radiobrás

No Brasil, desde abril de 2012 o aborto de bebês anencéfalos não é considerado crime e pode ser feito com assistência médica na rede de saúde. Na foto de 2012, manifestações de religiosos contrários ao procedimento, em Brasília (DF).

2. **Jamais tire intencionalmente a vida de um ser humano inocente**. Esse mandamento não tem sido suficiente para evitar que pessoas sejam assassinadas em guerras, assaltos e outros episódios de violência. No entanto, ele limita a ação dos médicos, que se veem impedidos de agir na circunstância específica de doentes terminais – como no polêmico caso do Dr. Morte, citado no início do capítulo. Singer propõe que tal mandamento seja reescrito desta forma: "Assuma a responsabilidade pelas consequências de suas decisões". O filósofo afirma que, com isso, o médico poderia sentir-se livre para aceitar a vontade do paciente, no caso de uma doença terminal, e conduzir a eutanásia da forma que julgar mais adequada, assumindo a responsabilidade por essa decisão.

3. **Jamais tire sua própria vida e sempre tente impedir outros de tirarem suas vidas**. Singer afirma que esse mandamento tem origem no fato de que o cristianismo considera o suicídio um pecado. Só Deus pode decidir a hora da morte de cada um. Contudo, diz ele, isso não faz sentido no caso de doentes terminais. Desde que sua decisão não cause danos a outras pessoas, cada um deveria ser capaz de escolher se deseja morrer ou continuar vivendo. Por isso ele sugere este "terceiro novo mandamento": "Respeite o desejo do outro de viver ou morrer".

4. **Sede frutíferos e multiplicai-vos**. Se esse princípio fazia sentido em uma época na qual o planeta era pouco povoado, o que dizer dele hoje, quando mais de 7 bilhões de pessoas disputam espaço e recursos? Ainda faz sentido incentivar a multiplicação? Como garantir qualidade de vida para tanta gente? A nova versão proposta é: "Só traga ao mundo filhos desejados". Singer afirma que essa reforma do quarto mandamento nos permitiria enfrentar de forma muito mais racional questões como o aborto e o descarte de embriões mantidos em laboratório.

5. **Trate toda vida humana como se fosse mais valiosa que qualquer vida não humana**. Segundo Singer, o antropocentrismo dessa formulação não tem nenhuma sustentação racional. Apenas uma perspectiva religiosa, que afirma que o ser humano é superior aos outros animais, poderia dar-lhe algum sentido. Ele propõe a seguinte formulação para o "quinto novo mandamento": "Não discrimine com base na espécie". Se os humanos não são o centro do universo, não faz sentido afirmar sua superioridade e, com base nisso, discriminar outras espécies animais. Isso implica, por exemplo, não testar produtos dermatológicos nem medicamentos em animais, causando-lhes sofrimento. Singer alerta, porém, que esse mandamento não pode contradizer o primeiro. Não se trata de afirmar que toda vida, humana ou não humana, tem o mesmo valor. Se nem as vidas humanas têm o mesmo valor, não faria sentido afirmar que todas as espécies valem o mesmo. O que esse quinto novo mandamento afirma é apenas que não podemos discriminar outras espécies por considerar a espécie humana mais importante.

As propostas de Singer têm provocado muita polêmica. No entanto, é preciso reconhecer seu mérito de rediscutir valores até então considerados absolutos, universais e inquestionáveis. Não é possível julgar os problemas bioéticos de hoje – como eutanásia, aborto e manipulação genética – com base em valores e conceitos originados de um contexto diferente.

Mark Large/Daily Mail/SOLO Syndication/Zuma Press/Keystone

Em 2012, na vitrine de uma loja de Londres, capital da Inglaterra, a artista Jacqueline Traide se submeteu publicamente a testes químicos e a outros procedimentos comumente aplicados em animais usados como cobaias em laboratórios. A aversão causada pela intervenção artística expõe o antropocentrismo de nossas concepções éticas.

Ética, empresa e sociedade: um novo tecido político?

No início do terceiro milênio, um escândalo empresarial sem precedentes causou grandes perdas nos Estados Unidos. Uma companhia que atuava no ramo de energia fraudou suas operações financeiras para elevar o valor de suas ações na Bolsa de Valores. Como os altos lucros divulgados não correspondiam ao crescimento real da empresa, em determinado momento as ações começaram a cair. Os altos executivos da companhia venderam rapidamente suas ações, a empresa decretou falência e o prejuízo ficou para seus funcionários e pequenos investidores. As investigações revelaram indícios da conivência de influentes políticos norte-americanos nas fraudes.

Casos como esse ilustram os graves problemas éticos contemporâneos concernentes às relações das empresas e dos setores públicos com a sociedade. Nas últimas décadas, com o objetivo de estabelecer parâmetros para suas ações, as empresas têm elaborado **códigos de ética**. Segundo Gilles Lipovetsky, o surgimento nos Estados Unidos do campo nomeado como "ética nos negócios" é mais um sintoma do que ele denomina "sociedade pós-moralista". O filósofo afirma que a empresa, que sempre se preocupou estritamente com o aspecto financeiro, guiando-se por eficácia e rentabilidade, agora parece buscar sua "alma", que seria traduzida em seu código de conduta ética.

O fenômeno da ética nos negócios está intimamente relacionado com as sociedades democráticas. As empresas tornam-se parte de um jogo político no qual os funcionários e os clientes são vistos como cidadãos, e a própria empresa apresenta-se como partícipe da vida social. É nesse contexto que surge a ideia de "responsabilidade social da empresa". Entende-se por **responsabilidade social** o investimento em iniciativas públicas sem a expectativa de retorno financeiro, como o financiamento de projetos sociais relacionados ou não com o ramo de atuação da empresa.

Lipovetsky afirma que a ética é um "bom negócio" para as empresas, pois, ao ser instrumentalizada, as ajuda a construírem uma imagem social de respeitabilidade e confiança. Um código de ética, longe de inibir sua liberdade e seus movimentos, confere à empresa uma "personalidade moral" e respeito público, atraindo mais clientes. Constrói-se a ideia de que o lucro não é mais a finalidade última da empresa, passando a ser visto como o meio de realização de seu projeto social.

As instituições públicas fazem algo similar. Várias instituições das diversas esferas de governo criaram seus códigos de ética, no intuito de definir os princípios de sua relação com os cidadãos. Além disso, a legislação fortalece a imagem de transparência e bom uso dos recursos públicos ao determinar que a população tem o direito de consultar as finanças de todos os órgãos públicos. Exemplo disso é o Portal da Transparência, um *site* mantido pela Controladoria-Geral da União desde 2004 que permite fiscalizar os gastos de dinheiro público por parte do Governo Federal.

Tirinha do personagem Calvin, de Bill Watterson (1993).

No âmbito da ação política, a ética se empenha na busca de uma convivência democrática por meio do diálogo e do consenso. Os filósofos Levinas e Habermas se dedicaram a analisar esse tema.

Levinas: o outro é um ser

O pensamento de **Emmanuel Levinas** foi muito influenciado pelo holocausto nazista. Toda a filosofia ocidental, disse ele, foi pensada segundo a lógica da dominação do ser humano por outro ser humano. Daí a necessidade urgente de dirigir-se ao outro, àquele que não sou eu, mas não para dominá-lo nem para ser dominado por ele. Uma primeira fase da filosofia ocidental, da Antiguidade à Idade Média, foi centrada no estudo do "ser". Esse estudo apagou a ideia de **alteridade** (a condição de ser o outro), pois a noção geral de ser envolve o estudo daquilo que é em si mesmo, e não a partir de outro. O estudo do ser é fechado em si mesmo. Depois de pensar o ser, a filosofia passou a pensar o eu: a filosofia moderna constituiu-se como uma filosofia do sujeito. Mas nessa filosofia do sujeito o outro também ficou de fora, pois ele é sempre definido a partir daquilo que não é o "eu". Era necessário, portanto, voltar-se para o outro, colocar aquilo que é diferente em primeiro plano na análise. Essa é, pensava Levinas, a tarefa da filosofia contemporânea. Isso significaria colocar a ética em primeiro lugar, pois é dessa relação com o outro que surge o questionamento moral.

Emmanuel Levinas (1906-1995)

Emmanuel Levinas, em foto de 1988.

Filósofo francês nascido na Lituânia em uma família judaica, estudou filosofia em Estrasburgo, na França. Foi influenciado por Husserl e por Heidegger. Seu pensamento filosófico se concentrou na questão do outro (alteridade). Em sua extensa obra, se destacam os títulos: *Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade* (1961), *Humanismo do outro homem* (1972), *Entre nós: ensaios sobre a alteridade* (1991) e *Ética como filosofia primeira* (publicação póstuma em 1998).

Dessa forma, a ética está fundada em dois conceitos centrais: **proximidade** e **responsabilidade**. A vida humana é marcada pelo constante e incontornável encontro com o outro, ou seja, com aquilo que é diferente do **eu**. Nesse encontro, o rosto do outro vem até nós e nos faz perceber que existe um ser "igual a mim", porém diferente. Ele é igual a mim na medida em que tem, assim como eu, uma consciência, mas é diferente de mim por ter uma consciência distinta da minha. A proximidade se expressa no rosto do outro que me olha, pois é no semblante que percebo a existência dessa consciência diante de mim, da mesma forma que sou capaz de perceber minha própria consciência.

Estamos sempre nos relacionando com outros e é nessa relação que a moral adquire sentido, que nunca é individual. A proximidade, ou seja, a constatação de que este outro que está diante de mim tem, como eu, uma consciência, implica responsabilidade para com o outro. Estamos juntos, somos próximos, somos responsáveis uns pelos outros. Se alguém sofre do meu lado, isso convoca minha ação; se nada faço, me torno responsável por seu sofrimento. Não podemos simplesmente esquecer o outro ou apagá-lo. Proximidade e responsabilidade resultam na justiça, que significa deixar-se julgar pelo rosto do outro, buscando sempre corrigir as assimetrias entre os seres humanos.

A **ética da alteridade** pensada por Levinas implica uma convivência democrática entre iguais, que só é possível no diálogo – a ética desse diálogo, ou discurso, é outro tema relevante na Filosofia.

Autorretrato de Rembrandt, feito por volta de 1665. Em seus autorretratos, Rembrandt era capaz de expressar muitos sentimentos por meio do olhar. Os olhos, em seus quadros, são verdadeiras janelas para a alma. Segundo Levinas, é por meio dos olhos que encontramos o outro, na realidade tão próximo a nós.

Habermas: entendimento pelo discurso ético

Jürgen Habermas dedica-se a analisar a **ética do discurso**. Suas ideias exercem grande influência nos debates éticos e políticos contemporâneos.

Um dos conceitos fundamentais do pensamento de Habermas é o **agir comunicativo**. Agimos e interagimos com outras pessoas por meio da comunicação. Essa ação é racional, uma vez que a razão é pensamento e comunicação. Segundo ele, duas esferas compõem o social: o **sistema** e o **mundo da vida**. O que Habermas chama de **sistema** é a esfera da reprodução material, ou seja, as instâncias relacionadas à manutenção e à distribuição de bens e poderes. Os principais elementos do sistema são a economia e a política. O **mundo da vida** é a esfera da linguagem, da cultura – enfim, da reprodução simbólica. Na história ocidental, tem havido uma "colonização" do mundo da vida pela lógica do sistema, pela razão instrumental: essa foi a crítica feita por Adorno e Horkheimer, como vimos no Capítulo 3 da primeira Unidade. A intenção de Habermas é investir em uma "descolonização" por meio do exercício de uma razão comunicativa e de uma ação comunicativa que sejam livres, racionais e críticas, o que envolve uma **ética comunicativa**.

Habermas procura resgatar uma ética universalista e racional. Opõe-se assim à visão pós-moderna, segundo a qual os valores são relativos, mudando conforme as necessidades. A ética proposta por Habermas é centrada na razão comunicativa, na prática do discurso como forma de garantir uma participação democrática de todos. Levando-se em conta que a relação entre os indivíduos é marcada pelas pressões do sistema, em especial as demandas políticas dos jogos de poder e as demandas econômicas, é fundamental a existência de uma esfera comum, em que o diálogo e a comunicação possam garantir a autonomia do mundo da vida.

Jürgen Habermas (1929-)

Odd Andersen/Agência France-Presse

Jürgen Habermas, em foto de 2010.

Filósofo e sociólogo alemão. Após seus estudos de filosofia, doutorou-se em 1954 e foi assistente de Theodor Adorno no Instituto de Pesquisa Social entre 1956 e 1959. Lecionou na Universidade de Heidelberg e depois na Universidade de Frankfurt, onde voltou a trabalhar com Adorno, agora como colega. Trabalhou também no Instituto Max Planck e na Universidade J. W. von Goethe. Defende uma "ética comunicacional", centrada no agir comunicativo. Entre suas obras, destacam-se: *Técnica e ciência como ideologia* (1968), *Teoria do agir comunicativo* (1981), *O discurso filosófico da Modernidade* (1985) e *Sobre a constituição da Europa* (2011).

Pio3/Shutterstock/Glow Images

Para Habermas, diante das tentativas do sistema de colonizar o mundo da vida e formatar as pessoas a sua lógica, é preciso buscar construir a emancipação por meio do agir comunicativo. Na foto, pessoas caminham pela Times Square, em Nova York, Estados Unidos, em 2012.

O princípio ético de Habermas é algo a ser construído, não algo dado. Uma ética para as sociedades democráticas é aquela capaz de promover a justiça pelo entendimento de todos com todos. O entendimento é possível pelo exercício da razão comunicativa, que pouco a pouco pode ir descolonizando o mundo da vida. O agir comunicativo possibilita o convencimento, um diálogo no qual as pessoas convencem e são convencidas, de acordo com a validade dos discursos. A ética do discurso investe na produção de um **consenso democrático** como forma de produzir a **emancipação humana**.

Ética e questões ambientais: por um "contrato natural"

No século XX, a humanidade passou a se preocupar cada vez mais com a preservação dos recursos naturais e as questões ambientais em geral. Segundo o filósofo Bruno Latour, um problema ecológico é um híbrido, pois não envolve apenas uma ciência ou um conjunto de ciências; tem também um aspecto político. Por essa razão, Latour fala em "políticas da natureza". Já não basta produzir uma ciência, um conhecimento da natureza: é necessário também construir ações políticas na relação entre o ser humano e a natureza. Um terceiro elemento deve ser acrescentado: uma **ética ambiental**. Uma abordagem política pode corrigir equívocos passados, mas apenas uma abordagem ética que mude a forma como os seres humanos se relacionam entre si e com a natureza pode evitar futuros equívocos.

Um dos estudiosos que têm se dedicado a refletir sobre esse tema é o filósofo francês **Michel Serres**. Em 2008 ele lançou um livro com o título *O mal limpo: poluir para se apropriar?*, no qual expõe uma tese inquietante. Serres afirma que, assim como os outros animais, os seres humanos procuram "marcar território", apropriar-se de espaços. Alguns bichos deixam excrementos para identificar o território com seu cheiro, afastando dali outros bichos. Os seres humanos, segundo Serres, poluem o ambiente com o mesmo objetivo.

Para Serres, é um equívoco nos referirmos à natureza com a expressão "meio ambiente". Essa expressão denota que somos o centro de um sistema de coisas que se espalham a nossa volta. Seríamos o "umbigo do universo", os senhores e possuidores da natureza, que existiria apenas para nos servir. Daí as ações de apropriação poluidoras. A realidade, afirma Serres, é diferente: o ambiente físico constitui um sistema que independe do ser humano. O planeta sobreviveria bem sem nós; nós é que não viveríamos sem o planeta. A humanidade vive na Terra como um parasita, retirando tudo para seu proveito sem dar nada em troca. A visão de que o ser humano teria direitos sobre a natureza foi difundida pelo relato bíblico, segundo o qual o ser humano é o "senhor da natureza" porque é o único ser à imagem e semelhança de Deus; e também pela filosofia moderna, que considera o ser humano senhor do mundo por meio do exercício da razão. Esse tipo de pensamento constituiu a base da relação parasitária da humanidade com o mundo.

Michel Serres (1930-)

John Van Hasselt/Corbis/Latinstock

Michel Serres, em foto de 2012.

Filósofo e membro da Academia Francesa, graduou-se em Matemática e em Filosofia. Seu doutorado foi orientado por Gaston Bachelard. Foi professor em universidades francesas, entre as quais a Sorbonne, e também na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Seu pensamento transita por diversos campos científicos, bem como pela literatura, resultando em uma filosofia bastante singular. É autor de uma obra vasta e abrangente, dedicando-se a temas diversos mas sempre em torno das ciências. Entre seus livros, destacam-se: *O sistema de Leibniz e seus modelos matemáticos* (1968), *Hermes* (vários volumes, publicados entre 1969 e 1980), *Os cinco sentidos* (1985), *O contrato natural* (1990), *O mal limpo: poluir para se apropriar?* (2008) e *A guerra mundial* (2008).

Serres explica que, na filosofia moderna, tanto a noção de um **contrato social** como a de um **direito natural** deixaram de lado a proteção para o conjunto da natureza, porque previam proteção apenas para os seres humanos. O contrato social é firmado entre os seres humanos para garantir sua convivência, mas, estando os indivíduos pactuados entre si, a natureza é esquecida, fica fora do contrato e não interessa à política. A mesma filosofia fala em um direito natural, que possibilitou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Com a noção de direito natural, especificamente como era compreendido na Idade Moderna, é enfatizada a ideia da liberdade que cada indivíduo tem para reivindicar seus direitos, assegurando seus interesses subjetivos. Nessa concepção, o conceito de natureza fica reduzido ao de natureza humana. Ou seja: a constituição da sociedade como a conhecemos nunca levou em consideração a necessidade de conviver com a natureza.

Serres exemplifica o direito natural comentando uma pintura de Francisco de Goya (1746-1828), na qual dois homens lutam com porretes enquanto afundam em areia movediça. Trata-se, segundo ele, de uma metáfora de nossa condição: enquanto nos preocupamos com assuntos exclusivamente humanos, sem atentar para a natureza, destruímos nossas próprias vidas.

Para mudar essa situação, é necessário um novo contrato, que Serres denomina **contrato natural**. Seria não mais um contrato firmado exclusivamente entre os seres humanos, mas um contrato dos humanos com a natureza inumana. O contrato natural transformaria os seres humanos de parasitas em **simbiontes**. Em uma relação simbiótica há um compartilhamento: os dois lados retiram aquilo de que necessitam, mas também fornecem ao outro aquilo de que ele necessita. A relação de simbiose é uma relação de reciprocidade, não de exploração unilateral.

No livro *O mal limpo*, Serres se pergunta se a Terra estaria preparada para assinar tal contrato. Caberia questionar, também, se a humanidade, enfim, está pronta para isso.

Duelo com porretes*, de Francisco de Goya (1746-1828), pintada entre 1820 e 1823.*

Trabalhando com textos

Os textos a seguir se referem a cada uma das partes deste capítulo e visam aprofundar as reflexões até aqui desenvolvidas. O primeiro, um trecho de um livro de Peter Singer, debate o problema da riqueza e suas implicações éticas. Em seguida, um trecho de Gilles Lipovetsky discute as questões relativas à ética no mundo empresarial. Por fim, o texto de Michel Serres problematiza nossas relações com a natureza e seus impactos na vida e na cultura.

Texto 1

Neste texto, o filósofo Peter Singer discorre sobre a fome no mundo, provocada pela má distribuição de riquezas, e a responsabilidade ética que essa situação implica.

Alguns fatos sobre a riqueza

Esse é o panorama, a situação que predomina o tempo todo em nosso planeta e que não resulta em manchetes. Ontem, muitas pessoas morreram de subnutrição e doenças a ela associadas, e muitas mais morrerão amanhã. As secas, as inundações, os furacões e terremotos que eventualmente tiram as vidas de milhares de pessoas em um só lugar são muito mais interessantes enquanto notícias. São coisas que ajudam muito a aumentar o sofrimento humano; contudo, é um erro pensar que tudo está bem quando essas grandes calamidades não acontecem.

O problema não é que o mundo não seja capaz de produzir o suficiente para alimentar e abrigar a sua população. Nos países pobres, as pessoas consomem, em média, 180 quilos de grãos por ano, ao passo que, nos Estados Unidos, essa média é de cerca de 900 quilos. A diferença resulta do fato de que, nos países ricos, alimentamos os animais com a maior parte dos nossos grãos, transformando-os em carne, leite e ovos. Por ser este um processo extremamente ineficaz, os habitantes dos países ricos são responsáveis pelo consumo de muito mais alimento do que os dos países pobres, que comem poucos produtos de origem animal. Se parássemos de alimentar os animais com grãos e com soja, a quantidade de alimento poupado seria – caso fosse distribuído aos que necessitam – mais do que suficiente para acabar com a fome no mundo inteiro.

Esses fatos sobre a alimentação animal não significam que possamos facilmente resolver o problema mundial da fome mediante a redução dos produtos de origem animal, mas mostram que, essencialmente, trata-se de um problema de distribuição, e não de produção. Na verdade, o mundo produz alimento suficiente. Além disso, as próprias nações mais pobres poderiam produzir muito mais se fizessem um maior uso das técnicas avançadas de agricultura.

Por que, então, as pessoas passam fome? Os pobres não têm condições de comprar os grãos cultivados pelos agricultores dos países mais ricos. Os agricultores pobres não têm condições de comprar sementes melhores nem os fertilizantes ou as máquinas necessárias para abrir poços e bombear água. A situação só poderia ser mudada através da transferência de uma parte das riquezas dos países desenvolvidos para os mais pobres.

[...]

Se assim é, não podemos deixar de concluir que, por não darem mais do que damos, as pessoas dos países ricos estão permitindo que os que vivem nos países mais pobres sofram de pobreza absoluta, a consequente desnutrição, falta de saúde e morte. Esta conclusão não diz respeito apenas aos governos. Aplica-se também a cada indivíduo absolutamente rico, pois todos nós temos a oportunidade de fazer alguma coisa para melhorar essa situação; temos, por exemplo, a oportunidade de dar nosso tempo ou nosso dinheiro para organizações voluntárias [...] *Portanto, se o fato de permitir que alguém morra não é intrinsecamente diferente de matar alguém, fica a impressão de que somos todos assassinos.*

Palê Zuppani/Pulsar Imagens

Agricultores em lavoura de cultivo orgânico em Santa Maria de Jetibá (ES). Foto de 2008.

Ernesto Reghran/Pulsar Imagens

Trabalhador acompanha colheita mecanizada de milho em Cornélio Procópio (PR), em 2015.

O veredito será duro demais? Muitos irão rejeitá-lo como um absurdo evidente. Tratariam logo de entendê-lo como uma demonstração de que deixar morrer não equivale a matar, e não como uma demonstração de que viver em alto estilo sem contribuir para um órgão de assistência internacional equivale, eticamente, a ir para a Etiópia e atirar em alguns camponeses. Sem dúvida, colocado assim abruptamente, o veredito é duro demais.

São muitas as diferenças significativas entre gastar dinheiro com coisas luxuosas, em vez de usá-lo para salvar vidas, e atirar deliberadamente em pessoas.

Em primeiro lugar, a motivação será quase sempre diferente. Os que atiram deliberadamente em outras pessoas são movidos por uma intenção; supõe-se que, por sadismo, maldade ou qualquer outra motivação igualmente desagradável, querem as suas vítimas mortas. Imagina-se que quem compra um novo sistema de som esteja querendo sofisticar a sua fruição da música – o que, em si, não é uma coisa horrível. Na pior das hipóteses gastar dinheiro com supérfluos em vez de dá-lo a quem precisa indica egoísmo e indiferença diante do sofrimento alheio, características que podem ser indesejáveis, mas que não podem ser comparadas com a intenção criminosa ou motivações semelhantes.

Em segundo lugar, para quase todos nós, não é difícil agir de acordo com uma regra contrária a matar pessoas; por outro lado, é muito difícil obedecer a um preceito que nos manda salvar todas as vidas possíveis. Para levar uma vida confortável, ou mesmo luxuosa, não é preciso matar ninguém, mas é preciso permitir que morram algumas pessoas que poderíamos ter salvo, pois o dinheiro de que precisamos para viver confortavelmente poderia ter sido dado a elas. Portanto, cumprir a obrigação de não matar alguém é muito mais fácil do que cumprir a obrigação de salvar alguém. Salvar todas as vidas que pudéssemos significaria reduzir o nosso padrão de vida ao mínimo essencial para nos manter vivos. Eximir-se de todo dessa obrigação exigiria um grau de heroísmo moral profundamente diferente do que é exigido pelo simples fato de impedir que pessoas sejam mortas.

Uma terceira diferença diz respeito à maior certeza das consequências do tiro em comparação com a recusa em ajudar. Se aponto um revólver carregado para alguém, a queima-roupa, e puxo o gatilho, é virtualmente certo que a pessoa vai morrer, ao passo que o dinheiro que eu poderia dar talvez fosse empregado num projeto que, por não dar certo, não ajudaria ninguém.

Em quarto lugar, quando as pessoas são baleadas existem indivíduos identificáveis contra os quais se fez mal. Podemos mostrá-los, e mostrar também o sofrimento de suas famílias. Quando compro o meu sistema estéreo, não posso saber a quem o meu dinheiro teria salvo se eu o tivesse dado. Em tempos de escassez e fome, posso ver corpos mortos e famílias mortificadas nos noticiários de televisão, e poderia não ter dúvidas de que o meu dinheiro teria salvo alguns deles. Mesmo assim, é impossível apontar para um cadáver e dizer que, se eu não tivesse comprado o estéreo, aquela pessoa não teria morrido.

Em quinto e último lugar, poderia dizer que as agruras dos famintos não me dizem respeito e que, portanto, não posso ser responsabilizado por elas. Os famintos continuariam morrendo de fome mesmo que eu nunca tivesse existido. Se eu matar, porém, torno-me responsável pelas mortes de minhas vítimas, que jamais teriam morrido se eu não as tivesse matado.

Essas diferenças não precisam abalar a nossa conclusão anterior de que não há uma diferença intrínseca entre matar e deixar morrer. São diferenças extrínsecas, isto é, diferenças em geral, mas não necessariamente associadas à distinção entre matar e deixar morrer [...].

Explicar as nossas atitudes éticas convencionais não significa justificá-las. As cinco diferenças não só explicam, como também justificam as nossas atitudes? [...]

SINGER, Peter. *Ética prática*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 231-236.

Questões sobre o texto

1 Na sua opinião, o veredito expresso no texto é duro demais, como se pergunta o autor? Explique.

2 Você concorda que o problema da fome no mundo necessita de uma abordagem ética, e não apenas política? Por quê?

3 Responda à questão do texto: as diferenças entre matar e deixar morrer explicam e justificam nossas atitudes? Por quê?

4 Observe as duas imagens da página 304. O que cada uma delas apresenta? Procure descobrir o destino mais comum para cada um dos produtos originados desses diferentes modelos de produção agrícola. De que modo elas se relacionam com o texto de Peter Singer?

Texto 2

O texto a seguir é parte de uma conferência que Gilles Lipovetsky proferiu em uma universidade canadense em novembro de 2001, sobre as preocupações éticas nas empresas. O filósofo questiona em que medida esse novo tipo de abordagem empresarial vai além dos interesses meramente econômicos.

A onda ética

Como compreender as razões desse crescimento da exigência de valores no mundo econômico? Antes de responder, cabe precisar um aspecto essencial: essa valorização da ética é tudo menos evidente, sobretudo quando nos remetemos à opinião tradicionalmente dominante nos negócios, ou seja, como dizem pragmaticamente nossos amigos anglo-saxões, business is business, *expressão que indica a própria ideologia da mão invisível, cujo princípio é o de que a economia não necessita de virtudes morais e dos bons sentimentos recíprocos dos homens. São, para falar como Mandeville* [filósofo do século XVIII], *os vícios privados, a busca do interesse pessoal, que permitem o crescimento da riqueza coletiva, não a moralidade subjetiva. A preocupação ética aparece, então, numa visão liberal clássica, como um freio ou como um*

obstáculo à eficácia econômica. Nessa perspectiva, a moral era boa para os patrões cristãos, mas não podia ser uma atitude geral e realista na condução dos negócios.

Essa atitude começa a mudar, ao menos ideologicamente. Em algumas décadas, o respeito aos princípios da moral tornou-se a condição para o sucesso a longo termo dos negócios, o motor de uma empresa eficiente, fazendo parte das necessidades do comércio e do próprio capitalismo; até então esse respeito era considerado como uma utopia mais ou menos contraprodutiva. É essa reviravolta ideológica maior que devemos tentar compreender.

Deixadas de lado as origens históricas e religiosas do fenômeno, parece-me que é possível ligar essa nova ascensão do parâmetro ético a quatro grandes fatores. Primeiro grande fator, o mais envolvente, uma sucessão de catástrofes e de perigos que acelerou a tomada de consciência relativa à preservação do meio ambiente e do homem: as catástrofes marítimas de Amoco Cadiz e da Exxon Valdez, a tragédia de Bhopal, na Índia (2 850 mortos), depois do acidente da Union Carbide, e, mais amplamente, todos os problemas enfrentados pela época contemporânea, como a diminuição da camada de ozônio, poluição atmosférica, emissão de gás de efeito estufa e destruição da floresta Amazônica. Mais recentemente ainda, vimos aparecerem inquietações em relação aos OGM, às farinhas animais, ao amianto. Todos esses desastres acentuaram a questão da responsabilidade dos industriais em relação não somente a nós mesmos, mas também no que se refere às futuras gerações e ao destino do planeta.

Em nossas sociedades, o medo e o desejo de proteção estão na base da preocupação com a ética no mundo industrial e comercial. Diante das ameaças do laissez-faire *econômico, cresce a exigência de instauração de controles e de proteções suplementares em nome do "compromisso com o futuro", para falar como Hans Jonas* [filósofo do século XX], *mas também de uma ética da sobrevivência e do bem viver no presente. O "sucesso" da temática ética traduz menos uma intensificação do ideal moral que uma ascensão do sentimento de insegurança das populações, assim como uma demanda de eliminação dos riscos (industriais, alimentares) e de proteção da saúde e da qualidade de vida. No coração da ascensão do referencial ético está a obsessão securitária e higiênica dos novos tempos individualistas.*

O segundo fator é o novo modelo econômico do capitalismo determinado pelas políticas neoliberais dos anos [19]*80 e pelo desenvolvimento de inovações financeiras cada vez mais sofisticadas* [...].

[...]

Ao dotar-se de códigos de ética e de um "Senhor Ética", encarregado de garantir a transparência das operações, os estabelecimentos financeiros tentam estabelecer um clima de confiança, condição essencial para que os negócios "funcionem". Ao mesmo tempo, essa ênfase na ética dos negócios constitui uma operação destinada a melhorar a imagem das empresas junto ao Estado, às comunidades e aos organismos regionais, numa época em que se multiplicam os casos de corrupção. [...]

Terceiro grande fator. A ascensão do referencial ético no universo empresarial é também inseparável de novas estratégias de marketing, *com o objetivo de ganhar novas fatias de mercado por meio de novas políticas de comunicação e de produtos.* [...]

A nova onda do marketing *não se limita às políticas de comunicação; inclui também a política dos produtos, como indicam o crescimento dos mercados verdes, das ecoproduções, das embalagens e acondicionamentos "limpos", a gasolina menos poluente, etc. Doravante, o* marketing *quer estimular e lançar produtos que respeitem o meio ambiente e melhorem a qualidade de vida dos homens.*

[...]

Um quarto fator deve ser considerado, o da promoção da chamada cultura empresarial, com a exigência de mobilização dos empregados. Durante muito tempo, acreditou-se que o sucesso econômico dependia exclusivamente de uma organização racional mais forte, de uma administração científica ou tecnocrática. Era, para resumir, o modelo tailoriano, que rachou por todos os lados. As novas condições de concorrência, a informatização do trabalho, os gastos com burocracia, a exigência de produção mais diversificada, todos esses fatores conjugaram-se para colocar o homem no centro da empresa e promover os recursos humanos como a primeira condição da produtividade de uma empresa, como aquilo que faz a diferença entre as empresas.

[...]

Vê-se claramente o aspecto instrumental da ética dos negócios comandada pelos interesses vitais das empresas. A moral transformou-se em meio econômico, em instrumento de gestão, em técnica de administração. Fala-se, com frequência, de um retorno da moral. Creio que essa formulação não é exata. De fato, produziu-se uma reviravolta, pois, de agora em diante, virtudes e valores são instrumentalizados a serviço das empresas. Não há retorno ou renascimento da moral, mas operacionalização utilitária dos ideais. Paralelamente à irrupção dos valores, avança a lógica do poder e da competição econômica, transformando os fins em meios, tecnicizando, "racionalizando" a esfera da virtude.

Se nos esforçamos para tirar as consequências das análises feitas até agora, podemos responder, ao menos parcialmente, à questão clássica de saber se a ética dos negócios é ou não uma moda, um fenômeno passageiro. Trata-se de um deslumbramento de algumas empresas prósperas ou de uma exigência de fundo das nossas sociedades neoliberais? [...] *A ética dos negócios é, ao mesmo tempo, uma moda e uma tendência pesada da pós-modernidade.*

LIPOVETSKY, Gilles. *Metamorfoses da cultura liberal:* ética, mídia, empresa. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.42-51.

OGM: organismos geneticamente modificados, também conhecidos como transgênicos.

***Laissez-faire* econômico:** doutrina do liberalismo, de não interferência na economia; em tradução literal, 'deixar fazer'.

Questões sobre o texto

1 Que fatores levaram ao surgimento de uma "ética nos negócios"? Como ela responde aos interesses capitalistas?

2 A que "reviravolta ideológica" o autor se refere?

3 Explique a última afirmação do texto: "A ética dos negócios é, ao mesmo tempo, uma moda e uma tendência pesada da pós-modernidade". Você concorda ou discorda dessa afirmação? Justifique sua resposta.

Texto 3

No texto a seguir, Michel Serres discute o afastamento do ser humano em relação à natureza, base dos problemas ecológicos que vivemos atualmente. Antes do trecho reproduzido, o autor relata que, em francês – assim como em português –, a palavra tempo designa tanto a passagem temporal quanto o estado momentâneo da atmosfera. Em algumas línguas, há palavras diferentes para expressar essas duas coisas, como *time/weather*, em inglês, e *Zeit/Wetter*, em alemão. Quando o autor fala em "primeiro tempo", está se referindo à passagem temporal; quando fala em "segundo tempo", está se referindo ao estado momentâneo da atmosfera.

Camponês e marinheiro

Antigamente, dois homens viviam mergulhados no tempo exterior das intempéries: o camponês e o marinheiro, cujo emprego do tempo dependia, a cada hora, da situação do céu e das estações; perdemos toda a memória do que devemos a esses dois tipos de homens, desde as técnicas mais rudimentares até os mais elevados refinamentos. Um certo texto grego divide a terra em duas zonas: aquela onde um mesmo instrumento passava por ser uma pá de grãos e aquela em que os passantes nele reconheciam um remo de embarcação. Essas duas populações acabaram desaparecendo progressivamente da superfície da terra ocidental; excedentes agrícolas, navios de grande porte transformaram o mar e o solo em desertos. O maior acontecimento do século XX continua sendo incontestavelmente o desaparecimento da agricultura como atividade orientadora da vida humana de maneira geral e das culturas singulares.

Vivendo apenas em interiores, mergulhados exclusivamente no primeiro tempo, os nossos contemporâneos, empilhados nas cidades, não utilizam mais nem pá nem remo e, pior, sequer já os viram. Indiferentes ao clima, a não ser durante as férias, quando voltam a encontrar de maneira arcádica e pesada o mundo, poluem, ingênuos, aquilo que não conhecem, que raramente os machuca e que nunca lhes diz respeito.

Espécies sujas, macacos e automobilistas, rapidamente, deixam cair o seu lixo porque não habitam o espaço por onde passam e o emporcalham.

Mais uma vez: quem decide? Cientistas, administradores, jornalistas. Como vivem? E, antes de mais nada, onde? Em laboratórios, onde as ciências reproduzem os fenômenos para melhor defini-los, em escritórios ou estúdios. Enfim, em interiores. O clima não mais influencia nossos trabalhos.

Com que nos ocupamos? Com dados numéricos, com equações, com relatórios, com textos jurídicos, notícias no prelo ou telex; enfim, com a língua. Com linguagem, verdadeira para a ciência, normativa para a administração, sensacional para a mídia. De vez em quando um especialista, climatólogo ou geofísico parte em missão para recolher no local suas observações, assim como um repórter ou um inspetor. O essencial, no entanto, acontece do lado de dentro e em palavras, jamais fora com as coisas. Chegamos até a emparedar as janelas, para nos escutarmos melhor ou para mais facilmente discutir. Sem poder reprimir, comunicamos. Estamos ocupados apenas com os nossos canais.

Os que hoje dividem o poder se esqueceram de uma natureza, da qual se pode dizer que se vinga mas que, de preferência, remete-se a nós que vivemos no primeiro tempo e jamais diretamente no segundo, do qual no entanto temos a pretensão de falar com pertinência e a respeito do qual temos de decidir.

Perdemos o mundo: nós transformamos as coisas em fetiches ou mercadorias, apostas dos nossos jogos de estratégia; e nossas filosofias, acosmistas, sem cosmos, há quase um meio século, só dissertam sobre a linguagem ou a política, a escrita ou a lógica.

Exatamente no instante em que agimos fisicamente pela primeira vez sobre a Terra global, e quando ela reage sem dúvida sobre a humanidade global, tragicamente, nós a desprezamos.

SERRES, Michel. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 40-41.

Acosmista: sem cosmos; uma filosofia que não está voltada para a natureza.
Arcádica: relativo à Arcádia, antiga província grega, pastoril e bucólica. Diz respeito a uma relação romantizada com a natureza.
Fetiche: ídolo, objeto que se considera encantado, com poderes sobrenaturais.
Telex: antigo sistema de envio rápido de notícias, derivado do telégrafo.

Questões sobre o texto

1 Quais são os efeitos, para nós, de vivermos em ambientes fechados, sem maior contato com a natureza? O que ganhamos? O que perdemos?

2 Segundo o autor, pensamos sobre problemas como as mudanças climáticas estritamente com "linguagem", seja ela científica, administrativa ou midiática. Essas linguagens são adequadas a esse gênero de problema? Por quê?

3 Como uma filosofia atenta aos fenômenos naturais poderia enfrentar os problemas ambientais?

EM BUSCA DO CONCEITO

Agora é a sua vez. Com base no que foi estudado neste capítulo, vamos tornar viva a prática filosófica.

ATIVIDADES

1 Com base no que você estudou neste capítulo, redija um conceito de bioética e cite aqueles que você considera os principais temas dessa área.

2 Explique a relação entre uma "ética nos negócios" e os princípios da sociedade democrática.

3 Como as perspectivas dos filósofos Emmanuel Levinas e Jürgen Habermas, estudadas neste capítulo, contribuem para a construção de uma ética adequada às sociedades democráticas?

4 Sobre o "contrato natural" proposto por Michel Serres, escreva um texto argumentativo respondendo às perguntas:

a) Esse contrato é viável?

b) Em caso afirmativo, como ele seria posto em prática? Em caso negativo, que proposta você faria em lugar de um contrato natural?

5 Explique as diferenças entre a ética do discurso que busca o consenso, proposta por Habermas, e a perspectiva de Rancière estudada no capítulo anterior, que considera a democracia como exercício do dissenso.

6 Leia o texto abaixo e responda à pergunta que se segue.

Todas as atividades envolvidas nos debates e avaliações sobre o binômio risco-benefício visam a uma finalidade que é a própria razão de ser dos debates na bioética. Esse projeto bioético não se restringe a se enclausurar no estreito limite de simples debates, é uma linguagem que visa à prática, à concretude e, para isso, envolve em sua dinâmica a deliberação e a tomada de decisão.

[...]

A intenção ética que anima todo projeto da bioética traz a suposição de que o panorama englobante se chama bem comum. O cenário conceitual que dá suporte ao projeto bioético está contido na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

[...]

A ética não se presta a ser utilizada para a luta contra as inovações. Não se constrói o futuro sobre o reconhecimento da tirania de uma opinião sem nada fazer para avaliá-la criticamente e mesmo opor-se a ela, não por ser uma opinião, mas por impor-se dogmaticamente.

VON ZUBEN, Newton Aquiles. *Bioética e tecnociências*: a saga de Prometeu e a esperança paradoxal. Bauru: Edusc, 2006. p. 229-231.

Segundo o autor, não compete à bioética frear o conhecimento e o progresso, mas analisar de forma clara os riscos, de modo a encontrar caminhos de ação. Você concorda com essa perspectiva? Redija uma resposta expondo seus argumentos.

7 Leia a notícia a seguir e responda à pergunta ao final.

Brasil anuncia quebra de patente inédita para remédio contra a aids

O governo brasileiro anunciou [...] a quebra da patente de um medicamento utilizado no tratamento da aids. Atualmente, ele é fornecido pelo governo a cerca de 23,4 mil pacientes de todo o país. Essa é a primeira vez que um antiaids tem sua patente quebrada no mundo, segundo informou o Ministério da Saúde.

Em portaria do Ministério da Saúde [...], o governo declarou essa patente de interesse público e determinou o licenciamento compulsório do antirretroviral, fabricado por um laboratório norte-americano.

O medicamento será produzido no laboratório Farmanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz [...], para consumo exclusivo do SUS (Sistema Único de Saúde). [...]

O ministro da Saúde, Humberto Costa, informou que o licenciamento compulsório será adotado porque o laboratório não concordou em negociar a redução do preço do medicamento [...]

O medicamento que é vendido pelo laboratório a US$ 1,17 a unidade, custará US$ 0,68 no Farmanguinhos.

O laboratório será notificado pelo governo brasileiro e terá dez dias para se pronunciar sobre a decisão. Para evitar a quebra da patente, o laboratório terá que concordar em fornecer o medicamento pelo preço do laboratório de Farmanguinhos.

Segundo Costa, as negociações com outros laboratórios para o licenciamento voluntário de dois medicamentos estão em curso, mas há uma expectativa positiva sobre a possibilidade de acordo.

Os três medicamentos em negociação pelo Ministério representam 66% do orçamento destinado à compra de antirretrovirais. A compra do primeiro compromete cerca de um terço do orçamento.

A medida representará uma economia de R$ 130 milhões por ano ao governo brasileiro, que deverá gastar, somente neste ano, R$ 945 milhões em medicamentos contra a aids.

O ministro deixou claro, no entanto, que o licenciamento compulsório não significará pirataria. O governo pagará royalties *de 3% sobre o valor do produto fabricado em Farmanguinhos.*

ZIMMERMANN, Patrícia. Brasil anuncia quebra de patente inédita para remédio contra a aids, *Folha de S.Paulo*, 24 jun. 2005. Cotidiano. Texto adaptado. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u110423.shtml>. Acesso em: 2 abr. 2016.

Com a ação relatada na matéria, o governo brasileiro assumiu uma posição de destaque no mundo quanto ao atendimento público a doentes com aids. Com base no que foi estudado neste capítulo, como você analisa filosoficamente a ação de quebra de patentes do governo brasileiro? Redija sua resposta de forma argumentativa.

8 Antiéticos é um grupo de *rap* do Rio de Janeiro (RJ). Na entrevista a seguir, os músicos explicam o nome do grupo, além de comentar seu trabalho. Leia o texto e faça o que se pede ao final.

> ***Central Hip-Hop (CHH):*** *Por que Antiéticos?*
>
> ***Antiéticos:*** *Ética é um nome que inventaram pra representar um conjunto de normas e princípios da boa conduta humana. Seria um conjunto de valores que direcionam os humanos a um bem-estar, conservando sua vida, logo, a vida do seu grupo. E a gente passou a observar que, primeiro, isso é uma definição grega. Segundo, esses princípios conservam sim a vida e o bem-estar, mas de um grupo que se definiu humano sozinho. Os outros tiveram que provar.*
>
> *Na medida em que eles são éticos, que possuem suas boas condutas, suas normas, seus princípios, os outros grupos são mortos. Aí a gente pensou: "Ué, como é que pode?"* (risos). *Não! Essa ética aí, esses princípios, esses valores não estão favorecendo a nossa humanidade. O ser humano não é mau, não destrói o mundo.*
>
> *Nunca foi dada a chance de a gente administrar o controle do mundo, nem os indígenas, nem os orientais. Então não tem nada de errado com os seres, tem com um grupo: o grupo que administra o mundo hoje, o mesmo que vai nos ver como transgressores, fora do padrão, pois a gente acaba pondo em risco o conforto deles.*
>
> *Então "Antiéticos" surge desse "biri-bolo" de ideias desse tipo aí* (risos). *Não seria ausência da ética, nem pessoas sem escrúpulos, nada disso. Não seria nesse sentido, mas sim um desacordo.*
>
> ***CHH:*** *Desenvolver uma proposta contra-hegemônica é viável?*
>
> ***Antiéticos:*** *Sim. Sempre seremos a favor de alternativas, de possibilidades. Sempre seremos a favor da criação e descoberta de novas áreas de conhecimento, de cultura. Pra nós, não é apenas viável, é necessário para nossa sobrevivência. Hegemonia é entendida por nós como uma imposição, uma supremacia cultural de um determinado grupo sobre outro que não permite autonomias, não reconhece o outro como complementar, mas sim como inimigo. Então se impõe, sem permitir que o outro se desenvolva por si só, anula o nosso autoconhecimento e veta nossa capacidade criadora, capacidade de criar para o nosso grupo.*
>
> *O grupo hegemônico só permite que você crie pra ele, que você faça pra beneficio dele. Esse grupo está aí, matou, escravizou, estuprou, tomou as terras, construiu fábricas e hoje quer determinar como deve ser o* rap. *Afinal, eles acabam sendo os possuidores dos recursos, dinheiro. E isso ilude, engana nosso povo.*
>
> *Através de vários aparelhos, eles reforçam, reafirmam suas ideias o tempo todo. Tem hora que parte da nossa comunidade passa a acreditar. Então, tudo que for contra a hegemonia, a homogenia também* (risos), *tudo que provoque uma nova possibilidade que venha resgatar a autoestima, os valores ancestrais, a felicidade e o sorriso do nosso povo, nós seremos a favor.*
>
> *Numa sociedade que só produz ódio, amar já se tornou contra-hegemônico. A gente se amando, se protegendo já estamos num bom caminho, com certeza. Não é apenas viável, mas acaba se tornando necessário para nossa sobrevivência.*

ANTIÉTICOS. Entrevista concedida à *Central Hip-Hop*. Disponível em: <https://territoriocoletivo.wordpress.com/antieticos/>. Acesso em: 4 abr. 2016.

Reprodução/www.antieticos.com

O grupo Antiéticos, em foto de 2015.

Considerando o que foi estudado neste capítulo e as ideias expressas na entrevista dos Antiéticos, debata estas questões com os colegas:

a) Quais alternativas éticas contra-hegemônicas você consegue imaginar para a sua comunidade?
b) Elas produziriam alguma transformação na vida das pessoas? Quais?

De forma colaborativa, elaborem um mural ou painel (com desenhos, colagens, escritos, etc.) que reúna os pontos levantados nesse debate e o exponham na escola.

9 Como você estudou neste capítulo, no mundo capitalista contemporâneo as empresas e corporações elaboram seus códigos de ética. Se as empresas ditam as normas de comportamento moral, como é possível uma sociedade democrática? Como escolher, se a escolha já está feita pelo meio empresarial? Reflita sobre essas questões e escreva um texto sobre as relações entre a ética e a política nos dias de hoje.

10 Escolha uma empresa que tenha um projeto de ação social (responsabilidade social). Leia e analise o projeto e faça uma pesquisa sobre o investimento da

empresa nessas ações, a fonte dos recursos, a execução do projeto, seus resultados práticos e suas dificuldades. Redija ao final um relatório de pesquisa, comentando os resultados de sua investigação.

11 Escreva uma dissertação filosófica sobre um dos três grupos de problemas éticos contemporâneos estudados neste capítulo, analisando as possibilidades atuais de enfrentar esses problemas.

DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Uma possibilidade de organização da dissertação é o **plano nocional**, que destaca uma noção ou conceito analisados no texto. Esse plano pode ser subdividido: pode-se escrever uma dissertação sobre apenas uma noção ou um conceito; ou pode-se preparar uma dissertação na forma de uma confrontação de diferentes noções ou de diferentes conceitos.

No primeiro caso, apresenta-se a noção ou o conceito, mostrando diferentes abordagens possíveis, os vários aspectos nela implicados. A base da dissertação é uma interrogação em torno do sentido ou dos sentidos da noção ou conceito escolhido. O autor deve apresentar essa interrogação e o sentido ou sentidos, explicando-os e argumentando em torno da perspectiva que escolheu. Esse plano de dissertação aproxima-se do plano progressivo, mas está centrado no conceito.

No segundo caso, trata-se de apresentar um confronto de noções ou conceitos, com base em um problema central. A proposta é aproximar dois ou mais conceitos, estabelecendo as relações entre eles. Dessa forma, cada conceito é mais bem explicado e compreendido na sua confrontação com os outros. Esse plano aproxima-se do plano dialético, mas também se diferencia por estar centrado nos conceitos ou noções.

É LÓGICO!

Vimos no capítulo anterior que a lógica dialética opera com o princípio da contradição. Outra lógica contemporânea não clássica que opera com a contradição é a **lógica paraconsistente**. O filósofo e matemático brasileiro Newton Carneiro Affonso da Costa (1929-) é um de seus criadores. O nome foi dado pelo filósofo peruano Francisco Miró Quesada Cantuarias (1918-) e evidencia que essa lógica opera próximo aos sistemas consistentes, que são o objeto da lógica clássica. Ela é uma alternativa lógica aos sistemas formais.

A lógica clássica trabalha com proposições que podem ser verdadeiras ou falsas, não havendo meio-termo possível; daí a consistência do sistema. Temos preto ou branco e podemos decidir entre eles; mas, se introduzimos uma zona cinza (isto é, que mistura preto e branco), a lógica clássica já não consegue trabalhar.

O sistema lógico binário (verdadeiro *ou* falso) possibilitou a invenção da computação. Filósofos modernos, como Pascal (1623-1662) e Leibniz (1646-1716), criaram as bases matemáticas e lógicas que tornaram possível, no século XX, a invenção dos computadores. Toda a lógica computacional é binária: as informações são codificadas em 0 ou 1, formando sequências que permitem ao computador efetuar suas operações.

Porém, os avanços da computação na segunda metade do século XX levaram ao desenvolvimento de novas áreas, como a inteligência artificial. A partir de então tem-se procurado desenvolver uma máquina que seja capaz não só de calcular com base em informações dadas, mas também de aprender e pensar, tomando decisões próprias. Neste caso, as lógicas clássicas e seu binarismo não são suficientes. Elas não são capazes, por exemplo, de lidar com as contradições presentes em uma massa de informações. Para um sistema de inteligência artificial, as contradições não podem ser simplesmente ignoradas e descartadas; elas precisam ser incorporadas ao pensamento. Aí entra a lógica paraconsistente.

Ela analisa, numa massa de dados, os **graus de certeza** e os **graus de contradição**, para possibilitar uma tomada de decisão. Retomando o exemplo dado anteriormente: a lógica paraconsistente não se limita a analisar o preto e o branco, mas considera toda a zona cinzenta que existe entre o preto e o branco, analisando os vários graus de contradição e de certeza numa dada situação para poder tomar uma decisão. Isso permite que a inteligência artificial ganhe maior complexidade, tornando-se cada vez mais próxima do pensamento humano.

Ainda estamos longe de ter “máquinas pensantes”, mas já há vários produtos tecnológicos em nosso cotidiano que só se tornaram possíveis porque usam os mesmos princípios lógicos da inteligência artificial. Um exemplo são os sistemas de reconhecimento de voz, cada vez mais comuns nos telefones celulares. O programa reconhece determinados padrões e os associa com seu banco de memória, utilizando os princípios lógicos na análise dos graus de contradição e de certeza das palavras que o usuário diz. Isso permite chegar a um resultado o mais aproximado possível das palavras que o programa tem em seu banco de dados. A lógica formal não permitiria tal grau de sofisticação no reconhecimento de palavras, pois as variações e nuances de pronúncias são muitas (basta pensar nos diferentes sotaques, nos diferentes timbres e alturas de voz, na variação da velocidade da fala, entre outras).

Os sistemas complexos pedem lógicas cada vez mais complexas. Elas são possíveis porque partem dos princípios básicos da lógica formal, utilizando-os quando é viável e buscando alternativas quando estes não são capazes de oferecer respostas.

Sugestão de leituras e de filmes

Livros

Reprodução/Ed. Record

STRIEBER, Whitley; KUNETKA, James. *A morte da natureza*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

Romance de ficção científica sobre uma crise ecológica que pode significar o extermínio da natureza. Enseja uma reflexão sobre aquilo que o ser humano está fazendo com sua espécie e com o planeta.

Reprodução/Ed. Vozes

VALLS, Álvaro L. M. *Da ética à bioética*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Coletânea de textos escritos em linguagem simples e acessível sobre os problemas da ética e da bioética.

Reprodução/Ed. Brasiliense

VON ZUBEN, Newton Aquiles. *Bioética e tecnociências*: a saga de Prometeu e a esperança paradoxal. Bauru: Edusc, 2006.

Série de ensaios sobre os problemas éticos relacionados à ciência e à tecnologia, com ênfase nas questões de bioética. Uma reflexão filosófica que acredita nas possibilidades humanas.

Filmes

Divulgação/California Filmes

***A bela que dorme*. Direção de Marco Bellocchio. Itália e França, 2012. (115 min).**

Filme sobre a batalha judicial em torno do caso verídico de Eluana Eglaro, uma jovem italiana que, depois de um acidente, passou 17 anos em estado vegetativo. Seu pai recorreu à justiça para ter o direito a desligar as máquinas que alimentavam sua filha.

FilmAnnex/Arquivo da editora

***A história das coisas*. Direção de Louis Fox. Estados Unidos, 2007. (21 min).**

Animação que se propõe a problematizar o consumo. Os pontos de vista adotados são a economia, a política e ecologia.

Warner Bros./Arquivo da editora

***A ilha*. Direção de Michael Bay. Estados Unidos, 2005. (136 min).**

Ficção científica que põe em discussão temas atuais da bioética, como clonagem humana e uso de células-tronco no tratamento de doenças congênitas.

Lucas Barreto/Repórter Brasil, 2011

***Carne, Osso*. Direção de Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros. Brasil, 2011. (65 min).**

Documentário realizado pela ONG Repórter Brasil, mostra o trabalho degradante nos frigoríficos brasileiros e a violência que envolve o abate dos animais.

Divulgação/Magnolia Pictures

***Enron*: os mais espertos da sala. Direção de Alex Gibney. Estados Unidos, 2005. (109 min).**

Documentário sobre o caso empresarial que chocou os Estados Unidos. Questiona a ética do mundo corporativo e os limites da ambição por lucro e enriquecimento.

Divulgação/Downtown Filmes

***Lixo extraordinário*. Direção de Lucy Walker, João Jardim e Karen Harley. Brasil/Reino Unido, 2009. (99 min).**

Documentário sobre o trabalho do artista plástico Vik Muniz com um grupo de catadores de lixo reciclável. Reflete sobre a relação do ser humano com o lixo e, portanto, sobre sua relação com o planeta.

Divulgação/Sony Pictures

***Lunar*. Direção de Duncan Jones. Reino Unido, 2009. (97 min).**

Perturbador filme de ficção científica em que clones humanos são usados para atividades comerciais de mineração na Lua. Discute a manipulação genética realizada por interesse econômico.

Divulgação/Sony Pictures

***Trabalho interno*. Direção de Charles Fergusson. Estados Unidos, 2010. (105 min).**

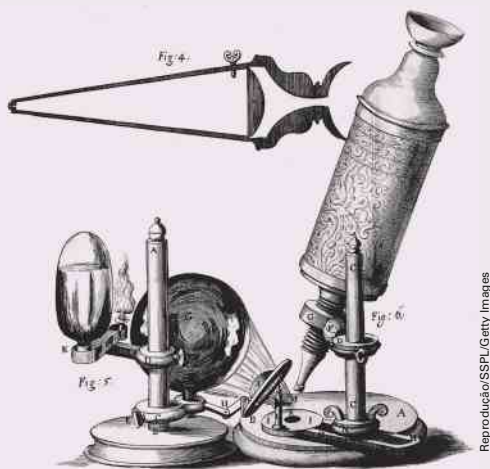
Documentário que investiga as causas da enorme crise econômica mundial, desencadeada pela crise hipotecária dos Estados Unidos, em 2007. Entre as causas, o filme encontra ganância e corrupção empresarial.

A filosofia na história

Consulte na linha do tempo presente no final deste livro o contexto histórico e cultural dos acontecimentos mencionados aqui, bem como os filósofos que se destacaram no período em questão.

A **revolução científica** ocorrida no século XVII originou a ciência moderna, que desenvolveu uma nova concepção de conhecimento, de universo e de ser humano. O período que se seguiu a esse evento histórico trouxe avanços para diversas áreas da ciência e propiciou o desenvolvimento de suas técnicas e tecnologias. Durante o século XIX, esses avanços se intensificaram, o que gerou um grande otimismo quanto ao papel da ciência, reforçando a ideia de que o futuro da humanidade seria magnífico graças a ela. A corrente filosófica do **positivismo** é expressão desse otimismo.

Entretanto, já no século XIX é possível identificar algumas **consequências negativas** do desenvolvimento da ciência. A máquina a vapor, por exemplo, poluiu as grandes cidades, causando sérios problemas de saúde às pessoas, os quais a ciência nem sempre foi capaz de resolver.

Durante o início do século XX, essas consequências negativas se multiplicaram. Percebeu-se que os perigos da ciência não são um pequeno "erro de percurso", mas decorrem de algumas características da própria estrutura da racionalidade científica, desenvolvida ao longo dos séculos.

Reprodução/SSPL/Getty Images

Construído pelo inglês Robert Hooke em 1665, o primeiro microscópio (representado acima por uma gravura do século XVII) foi uma das maiores conquistas da ciência moderna. Sua invenção possibilitou o avanço no estudo científico da estrutura íntima da matéria, dimensão até então muito pouco conhecida pela humanidade.

O papel da ciência nas catástrofes (duas guerras mundiais, ataque atômico norte-americano ao Japão, Guerra Fria, etc.) levou vários filósofos a reconsiderar o otimismo que envolvia a ciência moderna no século XIX. Nessa reconsideração, percebeu-se que havia muitos elementos nocivos e contestáveis na ciência moderna, como a primazia do cálculo, a crença na objetividade absoluta dos métodos e procedimentos, a universalidade das conclusões, a infinidade e baixa comunicabilidade dos números, bem como a falsa ideia de neutralidade da ciência e dos cientistas. Segundo os críticos, esses elementos que compõem a **racionalidade científica**, e se fizeram presentes nas práticas que levaram à humanidade às grandes descobertas, também se converteram em práticas desumanas e, portanto, irracionais, pois se tornaram lógicas autônomas e nocivas ao próprio ser humano e à natureza.

Diante disso, filósofos do século XX indicaram alguns caminhos para a construção de outro tipo de racionalidade científica, que fosse válida objetivamente e universalmente, mas que correspondesse aos ideais **humanistas**. Essa mudança se faz necessária até os dias de hoje, isto é, pensar em uma ciência que não paute sua relação nos termos de uma dominação da natureza pela técnica, mas sim que nos conduza a um modo racional e pacífico de sobrevivência, tornando positiva a relação que mantemos com o mundo e com nós mesmos.

Roger-Viollet/The Bridgeman Art Library/Keystone/ Coleção particular, Paris, França.

A bomba atômica que os norte-americanos lançaram sobre o Japão em agosto de 1945 foi resultado de muitas pesquisas científicas. Ela é um exemplo de como a técnica, a ciência e outras grandes potencialidades da razão podem se voltar contra a humanidade.

1 Indique alguns exemplos que justifiquem o otimismo científico que acompanhou a ciência moderna.

2 Cite um caso ou procedimento científico no qual a racionalidade científica se manifesta claramente de forma prejudicial à natureza e ao ser humano.

3 Sobre a racionalidade da ciência, a filósofa Hannah Arendt indicou o caráter "não humano" da ciência moderna. Segundo ela, esse caráter, cujos elementos se encontram descritos no texto a seguir, também é perceptível em ações que não conduzem necessariamente a catástrofes. Ela afirmou que, de fato, o homem moderno, seguindo a racionalidade científica, está empreendendo uma revolta contra a condição humana, ou seja, contra algumas características que o definem.

Em 1957, um objeto terrestre, feito pela mão do homem, foi lançado ao universo, onde durante algumas semanas girou em torno da Terra segundo as mesmas leis de gravitação que governam o movimento dos corpos celestes – o Sol, a Lua e as estrelas [...] e lá ficou, movendo-se no convívio dos astros como se estes o houvessem provisoriamente admitido em sua sublime companhia.

[...] O curioso, porém, é que essa alegria não foi triunfal: o que encheu o coração dos homens que, agora, ao erguer os olhos para os céus, podiam contemplar uma de suas obras, não foi orgulho nem assombro ante a enormidade da força e da proficiência humanas. A reação imediata, expressa espontaneamente, foi alívio ante o primeiro "passo para libertar o homem de sua prisão na terra".

[...] Devem a emancipação e a secularização da era moderna [...] terminar com um repúdio ainda mais funesto de uma terra que era a Mãe de todos os seres vivos sob o firmamento? A Terra é a própria quintessência da condição humana e, no que sabemos, sua natureza pode ser singular no universo, a única capaz de oferecer aos seres humanos um habitat *no qual eles podem mover-se e respirar sem esforço nem artifício. [...] Recentemente, a ciência vem-se esforçando por tornar "artificial" a própria vida, por cortar o último laço que faz do próprio homem um filho da natureza. [...]*

Esse homem futuro [...] parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como nos foi dada – um dom gratuito [...] que ele deseja trocar, por assim dizer, por algo produzido por ele mesmo. Não há razão para duvidar de que sejamos capazes de realizar essa troca, tal como não há motivo para duvidar de nossa atual capacidade de destruir toda a vida orgânica da Terra. A questão é apenas se desejamos usar nessa direção nosso novo conhecimento científico e técnico – e esta questão não pode ser resolvida por meios científicos: é uma questão política de primeira grandeza, e portanto não deve ser decidida por cientistas profissionais nem por políticos profissionais.

[...] Se realmente for comprovado esse divórcio definitivo entre o conhecimento (no sentido moderno de know-how*) e o pensamento, então passaremos, sem dúvida, à condição de escravos indefesos, não tanto de nossas máquinas quanto de nosso* know-how*, criaturas desprovidas de raciocínio, à mercê de qualquer engenhoca tecnicamente possível, por mais mortífera que seja.*

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981. p. 9-11.

Expedição 35/ISS/NASA

Astronautas se alimentam na Estação Espacial Internacional, em abril de 2013. A conquista do espaço, fruto da ciência moderna, trouxe grandes benefícios para o ser humano no campo das comunicações. Mas ela não revelaria também a pretensão do homem moderno de subjugar tudo o que estiver ao seu alcance?

Carlos Cecconelli/Folhapress

Os enormes avanços da medicina nos permitem viver mais e melhor, constituindo um dos grandes méritos da ciência moderna. Esses avanços permitiram também a manipulação da vida e do corpo em função de outros interesses. Na imagem, o brasileiro Celso Santebañes, em foto de 2014, após a realização de várias intervenções estéticas para ficar semelhante a um famoso boneco.

Os grandes avanços da ciência moderna permitiram que as pessoas sonhassem com uma utopia científica, ou seja, um mundo perfeito construído pela ciência. Com base no texto de Hannah Arendt e em exemplos retirados das artes (literatura, cinema, quadrinhos, etc.), indique algumas características dessa utopia.

Um diálogo com geografia, sociologia e língua portuguesa

Leia o texto a seguir.

Fome é causada pela má distribuição e não pela falta de alimentos

Se em 2008 o número de vítimas da fome no mundo havia sido reduzido para menos de 1 bilhão, já em junho de 2009 essa marca foi ultrapassada. Neste ano, o número de famintos aumentou em 150 milhões. Muitas das soluções encontradas em certos países em desenvolvimento não dão mais conta do crescimento populacional. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) já tinha reconhecido há 20 anos que "o problema não é tanto a falta de alimentos, mas a falta de vontade política". ***Como a pobreza é o principal causador da fome, esta diminui em países que empreendem políticas capazes de gerar empregos e renda****. Em contrapartida, onde há ditaduras e despotismo, há fome e morte por inanição. [...] No entanto, há alimento suficiente no mundo para o sustento diário de todos os habitantes do planeta, afirma Benedikt Haerlin, da fundação Zukunftsstiftung Landwirtschaft, que apoia projetos ecológicos e sociais no setor agrícola. "Hoje produzimos alimentos demais. Muito mais do que seria necessário para alimentar a população atual, sendo que ainda nem estamos perto de esgotar o potencial da alimentação direta.*

"E, para pequenos produtores rurais, dobrar a produção custa pouco", argumenta Haerlin, que participou da elaboração do Relatório Internacional sobre Ciência e Tecnologia Agrícolas para o Desenvolvimento (IAASTD, na sigla em inglês) de 2008. [...] "Se temos 1 bilhão de pessoas que passam fome por não ter dinheiro para comprar comida e outro bilhão de clinicamente obesos, alguma coisa está obviamente errada", alerta Janice Jiggings, do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento em Londres. "O sistema agrário saiu do controle e, no futuro, não estaremos mais em condições de nos alimentar de forma pacífica e civilizada. Precisamos mudar todo o sistema. O consumidor já nota isso e, aos poucos, os políticos também.

"Ao mesmo tempo em que temos uma crise de alimentos, jogamos fora 30% a 40% dos alimentos produzidos. Ao invés de nos perguntarmos onde podemos encontrar mais terra para cultivar ou se será preciso plantar na Lua, deveríamos olhar para o nosso quintal. Temos que encontrar estímulos financeiros para evitar que se jogue comida fora", conclui.

JEPPESEN, H.; ZAWADZKY, K.; Abdelmalack, R. Fome é causada pela má distribuição e não pela falta de alimentos. *Agência Deutsche Welle*. In: EcoDebate. *Cidadania e meio ambiente*, 16 out. 2009. Disponível em: <www.ecodebate.com.br/2009/10/16/fome-e-causada-pela-ma-distribuicao-e-nao-pela-falta-de-alimentos>. Acesso em: 4 abr. 2016.

Velar Grant/ZUMA Press/Corbis/Latinstock

Centenas de migrantes ganham refeição distribuída por uma instituição local em Calais (França), 2014.

Frutas e hortaliças descartadas em centro de distribuição em Foz do Iguaçu (PR), 2010.

Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

1 Em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) analisou os maiores problemas mundiais e estabeleceu oito objetivos, conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) ou 8 jeitos de mudar o mundo, que são os seguintes:

ONU/Arquivo da editora

Esses objetivos deveriam ser atingidos por todos os países até 2015. Para saber mais sobre o assunto, acesse os *sites*:

- ODM Brasil. Disponível em: <www.objetivosdomilenio.org.br>. Acesso em: 4 abr. 2016.
- PNUD. Disponível em: <www.pnud.org.br/odm.aspx>. Acesso em: 4 abr. 2016.

Com base nessas informações e no trecho do texto em destaque, pesquise quais foram as ações do Brasil para atingir os objetivos do milênio, em especial no que se relaciona ao primeiro objetivo.

a) Quais foram as ações políticas promovidas?
b) Quais foram os resultados obtidos?
c) Esses resultados trouxeram consequências positivas para o país? Quais?

2 Pesquise em um dicionário de língua portuguesa o significado das palavras **ditadura** e **despotismo**. Depois, explique a frase: “Em contrapartida, onde há ditaduras e despotismo, há fome e morte por inanição”.

3 Comente o paradoxo (a contradição) existente na seguinte frase: “Ao mesmo tempo em que temos uma crise de alimentos, jogamos fora 30% a 40% dos alimentos produzidos.” Agora, reflita: o que você pode fazer em sua casa e em sua comunidade para evitar o desperdício de alimentos?

4 Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2002, mais de 1 bilhão de adultos da população mundial estava com sobrepeso e 300 milhões com obesidade. No entanto, grande parte destes adultos era desnutrida. Analise esse diagnóstico e responda: Quais são as contribuições de uma educação para a cidadania para a garantia social e política da distribuição de renda, a aquisição de alimentos e o alimentar-se com qualidade e saúde?

A filosofia no Enem e nos vestibulares

Enem

1 (Enem 2014)

Panayiotis Zavos "quebrou" o último tabu da clonagem humana — transferiu embriões para o útero de mulheres, que os gerariam. Esse procedimento é crime em inúmeros países. Aparentemente, o médico possuía um laboratório secreto, no qual fazia seus experimentos. "Não tenho nenhuma dúvida de que uma criança clonada irá aparecer em breve. Posso não ser eu o médico que irá criá-la, mas vai acontecer", declarou Zavos. "Se nos esforçarmos, podemos ter um bebê clonado daqui a um ano, ou dois, mas não sei se é o caso. Não sofremos pressão para entregar um bebê clonado ao mundo. Sofremos pressão para entregar um bebê clonado saudável ao mundo."

CONNOR, S. Disponível em: www.independent.co.uk. Acesso em: 14 ago. 2012 (adaptado).

A clonagem humana é um importante assunto de reflexão no campo da bioética que, entre outras questões, dedica-se a

a) refletir sobre as relações entre o conhecimento da vida e os valores éticos do homem.
b) legitimar o predomínio da espécie humana sobre as demais espécies animais no planeta.
c) relativizar, no caso da clonagem humana, o uso dos valores de certo e errado, de bem e mal.
d) legalizar, pelo uso das técnicas de clonagem, os processos de reprodução humana e animal.
e) fundamentar técnica e economicamente as pesquisas sobre células-tronco para uso em seres humanos.

2 (Enem 2015)

O filósofo Auguste Comte (1798-1857) preenche sua doutrina com uma imagem do progresso social na qual se conjugam ciência e política: a ação política deve assumir o aspecto de uma ação científica e a política deve ser estudada de maneira científica (a física social). Desde que a Revolução francesa favoreceu a integração do povo na vida social, o positivismo obstina-se no programa de uma comunidade pacífica. E o Estado, instituição do "reino absoluto da lei", é a garantia da ordem que impede o retorno potencial das revoluções e engendra o progresso.

RUBY, C. *Introdução à filosofia política*. São Paulo: Unesp, 1998 (adaptado).

A característica do Estado positivo que lhe permite garantir não só a ordem, como também o desejado progresso das nações, é ser

a) espaço coletivo, onde as carências e desejos da população se realizam por meio das leis.
b) produto científico da física social, transcendendo e transformando as exigências da realidade.
c) elemento unificador, organizando e reprimindo, se necessário, as ações dos membros da comunidade.
d) programa necessário, tal como a Revolução Francesa, devendo portanto se manter aberto a novas insurreições.
e) agente repressor, tendo um papel importante a cada revolução, por impor pelo menos um curto período de ordem.

Vestibulares

1 (UEM-PR 2014 – somar respostas corretas) Encontra-se no positivismo de Auguste Comte a "lei dos três estados". Segundo este princípio básico de classificação, o primeiro estado é o teológico (quando os fenômenos da natureza são explicados a partir de forças divinas e sobrenaturais); o segundo estado é o metafísico (quando os fenômenos da natureza são explicados a partir de teorias arbitrárias e especulativas) e o terceiro estado é o positivo (quando os fenômenos da natureza são explicados a partir da observação empírica). Sobre a lei dos três estados de Auguste Comte, assinale o que for correto:

01) O estado metafísico representa a expectativa de superação do estado teológico, pois o sobrenatural é substituído pela razão teórica.
02) O estado positivo dispõe de leis causais, segundo as quais os fenômenos físicos são explicados a partir da observação empírica.
04) A lei dos três estados influenciou as "metamorfoses de Zaratustra". Nessa metaforização de Nietzsche, o camelo representa a infância da humanidade.
08) Segundo a disposição dos três estados, a ciência moderna corresponde ao estado positivo.
16) Segundo a disposição dos três estados, a mitologia grega corresponde ao estado teológico.

2 (Unicentro-PR 2013) Com o aparecimento da ciência, a humanidade deparou-se com um fenômeno que o pensador Max Weber convencionou chamar de "desencantamento do mundo", a partir do qual a natureza, bem como a realidade humana, desprendendo-se do sagrado, começa a sofrer intervenções que vão desde a dissecação dos corpos para os fins da medicina, no início da época moderna, até as situações que nos são mais próximas, como a inseminação artificial, a clonagem, os transgênicos, as células tronco etc. Considerando essas questões, próprias das transformações ocasionadas pelo advento da ciência, da técnica e da tecnologia, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

( ) A filosofia, no século XIX, demonstrou desconfiança com o aparecimento dos avanços técnico-científicos, pois, através de seus processos, ter-se-ia um domínio e um controle arbitrários com relação à natureza, à sociedade e à realidade dos indivíduos.

( ) A filosofia, no século XX, passou a ver com entusiasmo tudo quanto a ciência, através do seu progresso, proporcionou, incluindo o fato de que, com suas contribuições, seria possível sanar definitivamente os problemas enfrentados pela humanidade.

( ) No processo histórico de desenvolvimento científico-tecnológico, muita coisa foi desenvolvida visando o incremento da vida de certas pessoas, e isso porque, em vez da promoção humana, o que vem a ocupar o centro dos valores é, sobretudo, a utilidade.

( ) Para a filosofia, o problema da ciência é que, ao invés de cumprir seu papel de perseguir o desenvolvimento e a projeção de si mesma, busca, ao contrário, respostas para os problemas do ser humano em um mundo que sempre se caracterizou por ser adverso.

( ) Se o ser humano é colocado como valor fundamental de escolhas, a ciência e a tecnologia podem permitir ações antes impossíveis. Assim, os avanços tecnológicos possibilitariam hoje uma prática democrática direta que, historicamente, nunca foi possível. Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

a) V, V, V, F, F.
b) V, V, F, V, F.
c) F, V, F, V, V.
d) F, F, V, F, V.
e) F, F, F, V, V

3 (Unicentro-PR 2015) A filosofia contemporânea buscou superar a ideia metafísica de uma essência universal do homem. O pensador alemão Peter Sloterdijk desenvolve a tese de que aquilo que nós conhecemos como ser humano foi desenvolvido por uma série de exercícios e protocolos – religiosos, educativos, culturais etc. – nomeados por ele de antropotécnicas. Em relação às implicações dessa reflexão sobre a Bioética, assinale a alternativa correta.

a) A manipulação genética, aproximando o homem do animal, retira sua dignidade.
b) A manipulação genética é mais uma técnica frente a todas aquelas que constituíram o ser humano ao longo da história.
c) A engenharia genética destrói a consciência humana de sua originalidade.
d) A essência humana permanece inalterada através, ou apesar, da manipulação genética.
e) A humanidade se identifica com um código genético, que poderá ser aperfeiçoado.

4 (Unicentro-PR 2016) Leia o texto a seguir.

Habermas defende a tese de que a tolerância religiosa formulada nos séculos XVI contribuiu para o surgimento da democracia e sua legitimação nas sociedades ocidentais. A necessidade de vários credos religiosos ressaltou a importância da tolerância, seja por imperiosidade mercantilista, seja para garantir a lei e a ordem, seja por questões morais e éticas.

(VELLOSO, C. M. S.; AGRA, W. M. *Elementos de Direito Eleitoral*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 23-24.)

Sobre a aproximação da tolerância religiosa e da democracia, considere as afirmativas a seguir.

I. A democracia permite a convivência da diversidade e do mútuo respeito.
II. A democracia legitima o ordem social por meio da participação e do debate público.
III. A democracia organiza a sociedade e seus valores a partir de liderança carismática.
IV. A democracia requer ordem e respeito por coação exercida em nome do Estado.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

5 (Fuvest-SP 2014)

Fuvest 2014

A fotografia acima, tirada em Pequim, China, em 1989, pode ser identificada, corretamente, como

a) reveladora do sucateamento do exército chinês, sinal mais visível da crise econômica que então se abateu sobre aquela potência comunista.
b) emblema do conflito cultural entre Ocidente e Oriente, que resultou na recuperação de valores religiosos ancestrais na China.
c) demonstração da incapacidade do Partido Comunista Chinês de impor sua política pela força, já que o levante daquele ano derrubou o regime.
d) montagem jornalística, logo desmascarada pela revelação de que o homem que nela aparece é chinês, enquanto os tanques são soviéticos.
e) símbolo do confronto entre liberdade de expressão e autoritarismo político, ainda hoje marcante naquele país.

6 (UEL-PR 2004)

O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições mais justas para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 14.

De acordo com o texto de Adorno e Horkheimer, é correto afirmar:

a) A alta capacidade produtiva da sociedade garante liberdade e justiça para seus membros, independentemente da forma como ela se estrutura, controlando ou não seus membros.
b) O "desaparecimento" do indivíduo diante do aparato econômico da sociedade se deve à incapacidade dos próprios cidadãos em se integrarem adequadamente ao mercado de trabalho.
c) A ciência e a técnica, independente de quem tem seu controle, são as responsáveis pela circunstância de muitos estarem impossibilitados de atingir o *status* de sujeito numa sociedade altamente produtiva.
d) O fato de a sociedade produzir muitos bens, valendo-se da ciência e da técnica, poderia representar um grau maior de justiça para todos; no entanto, ela anula o indivíduo em função do modo como está organizada e como é exercido o poder.
e) O alto grau de autonomia das massas na sociedade capitalista contemporânea é resultado do avançado domínio tecnológico alcançado pelo homem.

7 (UEL-PR 2010) Leia o texto a seguir.

Habermas distingue entre racionalidade instrumental e racionalidade comunicativa. A racionalidade comunicativa ocorre quando os seres humanos recorrem à linguagem com o intuito de alcançar o entendimento não coagido sobre algo, por exemplo, decidir sobre a maneira correta de agir (ação moral). A racionalidade instrumental, por sua vez, ocorre quando os seres humanos utilizam as coisas do mundo, ou até mesmo outras pessoas, como meio para se alcançar um fim (raciocínio meio e fim).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria da ação comunicativa de Habermas, é correto afirmar:

a) Contar uma mentira para outra pessoa buscando obter algo que desejamos e que sabemos que não receberíamos se disséssemos a verdade é um exemplo de racionalidade comunicativa.
b) Realizar um debate entre os alunos de turma da faculdade buscando decidir democraticamente a melhor maneira de arrecadar fundos para o baile de formatura é um exemplo de racionalidade instrumental.
c) Um adolescente que diz para seu pai que vai dormir na casa de um amigo, mas, na verdade, vai para uma festa com amigos, é um exemplo de racionalidade comunicativa.
d) Alguém que decide economizar dinheiro durante vários anos a fim de fazer uma viagem para os Estados Unidos da América é um exemplo de racionalidade instrumental.
e) Um grupo de amigos que se reúne para decidir democraticamente o que irá fazer com o dinheiro que ganhou em um bolão da Mega Sena é um exemplo de racionalidade instrumental.

8 (UFMG-MG 2011) Leia estes trechos:

Texto I

Segundo uma concepção amplamente difundida, objetividade e neutralidade são características centrais do conhecimento científico. Opiniões, referências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. As teorias científicas são neutras no sentido de não possuírem vínculo com ideologias, interesses pessoais ou de grupos, fatores políticos ou econômicos. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é neutro e provado objetivamente.

Texto II

A ciência nos permitiu mandar homens à Lua, curar a tuberculose, inventar a bomba atômica, o automóvel, o avião, a televisão e inúmeros outros inventos que mudaram a natureza da nossa vida cotidiana. O método científico é geralmente reconhecido como o meio mais efetivo para descobrir e prever o comportamento do mundo natural. Nem todas as invenções científicas foram benéficas aos seres humanos – há progressos científicos que vieram a ser utilizados tanto para destruir como para melhorar a vida humana. Entretanto, seria difícil negar o sucesso das manipulações do mundo natural que a ciência tornou possíveis.

WARBURTON, Nigel. *O básico da Filosofia*. Tradução de Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008. p. 167.

Com base na leitura desses trechos e considerando outros conhecimentos sobre o assunto, REDIJA um texto, argumentando a favor de ou contra esta afirmativa:

A finalidade da investigação científica é a verdade pela própria verdade.

É LÓGICO?

1 Leia o poema abaixo:

não sei
se é meu
ou de mim

o eu
que rima
com fim

talvez
ali
ou além

alguém
seja eu
por mim

ANTUNES, Arnaldo. *n. d. a.* São Paulo: Iluminuras, 2010. p. 80.

- Analise o poema segundo o princípio da identidade da lógica formal. Ele tem um sentido lógico? E se for analisado segundo o princípio dialético da contradição? Explique o motivo para cada caso.

2 Leia o poema:

Elogio da dialética

A injustiça vai por aí com passo firme.
Os tiranos se organizaram para dez mil anos.
O poder assevera: Assim como é deve continuar a ser.
Nenhuma voz senão a voz dos dominantes.
E nos mercados a espoliação fala alto: agora é minha vez.
Já entre os súditos muitos dizem:
O que queremos, nunca alcançaremos.
Quem ainda é vivo, nunca diga: nunca!
O mais firme não é firme.
Assim como é não ficará.
Depois que os dominantes tiverem falado
Falarão os dominados.
Quem ousa dizer: nunca?
A quem se deve a duração da tirania? A nós.
A quem sua derrubada? Também a nós.
Quem será esmagado, que se levante!
Quem está perdido, que lute!
Quem se apercebeu de sua situação, como poderá ser detido?
Os vencidos de hoje serão os vencedores de amanhã.
De nunca sairá: ainda hoje.

BRECHT, Bertolt. Elogio da dialética. In: CAMPOS, Haroldo de. Breve antologia de Bertolt Brecht. *Fragmentos*, v. 5, n. 1, 1995, p. 149.

- Identifique as passagens do poema que podem indicar os princípios da lógica dialética (princípio da totalidade; princípio do movimento; princípio da contradição).

3 Analise o poema a seguir e explique em que medida ele pode ser compreendido por meio das ideias da lógica paraconsistente.

Você que me continua

Se ando cheio me dilua
Se estou no meio conclua
Se perco o freio me obstrua
Se me arruinei reconstrua

Se sou um fruto me roa
Se viro um muro me rua
Se te machuco me doa
Se sou o futuro evolua

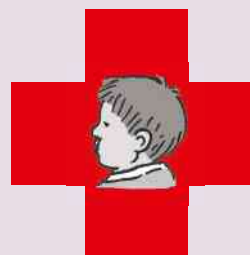
Se eu não crescer me destrua
Se obcecar me distraia
Se me ganhar distribua
Se me perder subtraia

Se estou no céu me abençoe
Se eu sou seu me possua
Se dou um duro me sue
Se sou tão puro polua

Se sou voraz me sacie
Se for demais atenue
Se fico atrás assobie
Se estou em paz tumultue

Se eu agonio me alivie
Se me entedio me dê rua
Se te bloqueio desvie
Se dou recheio usufrua

ANTUNES, Arnaldo. *Agora aqui ninguém precisa de si.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 75.

Theo Szczepanski/ Arquivo da editora

A filosofia na história

O crédito e a legenda das imagens desta linha do tempo encontram-se nas páginas 327 e 328.

FILÓSOFOS	TEMAS E PROBLEMAS
TALES DE MILETO (c. 625 a.C.-546 a.C.)	*A água como elemento primordial*
ANAXIMANDRO DE MILETO (c. 610 a.C.-545 a.C.)	*O ápeiron (o indeterminado) como princípio*
ANAXÍMENES DE MILETO (c. 588 a.C.-528 a.C.)	*O ar constitui tudo*
HERÁCLITO DE ÉFESO (c. 535 a.C.-475 a.C.)	*A contradição produz a unidade do cosmo*
XENÓFANES DE CÓLOFON (c. 570 a.C.-475 a.C.)	*Reflexões sobre senso comum e religiões tradicionais*
PARMÊNIDES DE ELEIA (c. 530 a.C.-460 a.C.)	*Metafísica, lógica e a identidade do ser*
ZENÃO DE ELEIA (c. 490 a.C.-430 a.C.)	*A pluralidade e o movimento como ilusão*
PITÁGORAS DE SAMOS (c. 570 a.C.-495 a.C.)	*O número como o fundamento da natureza*
FILOLAU DE CROTONA (c. 470 a.C.-385 a.C.)	*O pitagorismo*
LEUCIPO (séc. V a.C.)	*O átomo como o princípio da natureza*
DEMÓCRITO DE ABDERA (c. 460 a.C.-370 a.C.)	*O atomismo, a ética, a técnica e a percepção*
GÓRGIAS DE LEONTINOS (c. 485 a.C.-380 a.C.)	*Retórica e relativismo intelectual e moral*
SÓCRATES (c. 469 a.C.-399 a.C.)	*Moral, ideias, verdade e essência das coisas*
PLATÃO (c. 427 a.C.-347 a.C.)	*Dialética, teoria das ideias e relação entre mundo inteligível (ideias) e mundo sensível*
ARISTÓTELES (384 a.C.-322 a.C.)	*Metafísica e lógica; relação entre mundo sensível e conceitos*
ANTÍSTENES (c. 445 a.C.-365 a.C.)	*Ética e física*
DIÓGENES DE SÍNOPE (c. 413 a.C.-323 a.C.)	*Moral e costumes*
ZENÃO DE CÍCIO (c. 334 a.C.-262 a.C.)	*Física e moral*
CLEANTO DE ASSOS (c. 331 a.C.-230 a.C.)	*Física e lógica*
CRÍSIPO DE SOLES (c. 280 a.C.-210 a.C.)	*Ética e lógica; dialética e paradoxos*
EPICURO DE SAMOS (c. 341 a.C.-271 a.C.)	*Ética do prazer: como viver com o mínimo de dor e o máximo de prazer*

PERÍODO	CORRENTES
XII a.C. ao V a.C.	**Escola Jônica**, **Escola Eleática**, **Escola Itálica**, **Escola Atomista** — *Filosofia da natureza: a origem e os fundamentos do cosmo (cosmologia)*
V a.C.	**Sofistas**
IV a.C.	**Cinismo** — *Vida como prática filosófica*
III a.C.	**Estoicismo** — *Como viver segundo a razão e de acordo com as leis da natureza*; **Epicurismo**

CONTEXTO HISTÓRICO

XII a.C. ao V a.C.

- Aqueus, jônios e dórios conquistam o entorno do mar Egeu (1200 a.C.-800 a.C.)
- Homero (*Ilíada* e *Odisseia*) e Hesíodo (*Teogonia* e *Os trabalhos e os dias*)
- Primeiras pólis e fortalezas no território continental grego, na Ásia Menor (atual Turquia), nas ilhas do mar Egeu e na Magna Grécia (sul da atual Itália)
- Implantação da democracia por Clístenes (507 a.C.) e governo de Péricles (461 a.C.-429 a.C.), em Atenas
- Fundação de Roma (509 a.C.)

V a.C.

- Guerras Médicas: gregos contra persas (490 a.C.-479 a.C.)
- Apogeu de Atenas (V a.C.-IV a.C.):
  - florescimento cultural: arquitetura de Fídeas e teatro de Ésquilo, Sófocles, Eurípedes e Aristófanes
- Guerra do Peloponeso (431 a.C.): Esparta contra Atenas

IV a.C.

- Macedônia conquista Grécia:
  - Felipe II (382 a.C.-336 a.C.)
- Helenismo (IV a.C.-II d.C.):
  - início: a expansão territorial da Macedônia e difusão da cultura grega aos reinos conquistados por Alexandre Magno (356 a.C.-323 a.C.)
  - fim: anexação da Grécia pelo Império Romano

III a.C.

- Guerras Púnicas (264 a.C.-218 a.C.): Roma contra Cartago
- Euclides: geometria
- Fim da autonomia das pólis gregas

II a.C. ao I a.C.

- Roma conquista Macedônia
- Fim da República e início do Império Romano (27 a.C.) com Otaviano

I d.C.

- Morte de Jesus Cristo (33)
- Imperador Nero: incêndio de Roma (64 d.C.)

II

- O Alto Império Romano (séc. I-III)
- Retomada da expansão territorial de Roma após período de disputas sucessórias

III

- O Baixo Império Romano (séc. III-V)
  - crises econômicas e políticas
  - dificuldades de manter a coesão do vasto império
  - expansão do cristianismo

Filósofo	Tema
POSIDÔNIO DE APAMEIA (c. 140 a.C.-51 a.C.)	*Física e ética*
SÊNECA (4 a.C.-65 d.C.)	*Ética, física, lógica e arte*
EPITETO, O FILÓSOFO EX-ESCRAVO (55-135)	*Ética e moral*
MARCO AURÉLIO, O IMPERADOR FILÓSOFO (121-180)	*Ética e moral*
PLOTINO (205-270)	*Ontologia (estudo do ser) sob a luz da filosofia platônica*
HIPÁTIA (355-415)	*Astronomia, matemática e política*
SANTO AGOSTINHO (344-430)	*Filosofia cristã pensada pelos padres da Igreja; relação entre razão e fé na busca da verdade e à luz do platonismo*
SÃO TOMÁS DE AQUINO (1225-1274)	*Relação entre razão e fé, entre filosofia e teologia; aristotelismo e platonismo sob princípios da fé cristã*
PICO DELLA MIRANDOLA (1463-1494)	*Afirmação da dignidade do homem*
MAQUIAVEL (1469-1527)	*Realismo político*
THOMAS MORE (1478-1535)	*Utopismo crítico*
ERASMO (1466-1536)	*Exercício da razão*
ETIENNE DE LA BOÉTIE (1530-1563)	*Crítica da tirania*
MONTAIGNE (1533-1592)	*Vida cotidiana e pensamento sobre si mesmo*
GIORDANO BRUNO (1548-1600)	*Ciência livre da fé*
GALILEU (1564-1642)	*Revolução científica (método)*
NEWTON (1642-1727)	*Princípios matemáticos e leis que regem a natureza*
DESCARTES (1596-1650)	*Método cartesiano, sujeito do conhecimento, dúvida e verdade*
ESPINOSA (1632-1677)	*Ética, teologia e política*
BACON (1561-1626)	*Método experimental; ciência e a dominação da natureza*
HOBBES (1588-1679)	*Política e ética; "contrato social"*
LOCKE (1632-1704)	*Epistemologia e política; "contrato social" e defesa da propriedade privada*

II a.C. ao I a.C.	I d.C.	II	III	IV ao XIII	XIV ao XV	XVI	XVII

Estoicismo eclético – *Ação e reflexão para uma vida boa*

Neoplatonismo

Patrística

Escolástica

Renascentistas – *Volta às preocupações da Antiguidade clássica; ser humano no centro das atenções*

Racionalismo – *Os princípios da razão; método e teoria do conhecimento*

Empirismo – *A experiência sensível na obtenção do conhecimento*

IV ao V

- Édito de Tessalônica (380): o cristianismo torna-se a religião oficial do Império Romano
- Divisão do Império Romano: Ocidente e Oriente
– Império Bizantino (395)
- Queda do Império Romano do Ocidente (476) pelas invasões bárbaras
- Declínio da vida urbana europeia e a ruralização:
– formação dos feudos

VI ao XII

- Cisma do Oriente (1054): Igreja católica romana e Igreja ortodoxa
- Expansão do Império Turco Otomano sobre o Império Bizantino e o entorno do Mediterrâneo:
– compilação, tradução e comentário de textos filosóficos da Antiguidade por judeus e muçulmanos
- Cruzadas (1096-1270)
- Renascimento comercial e urbano na Europa

XIII

- Fundação das universidades: Pádua (1222) e Paris (1253)
- Fundação das Ordens Franciscana e Dominicana:
– mosteiros: formação espiritual (teologia) e intelectual (filosofia)

XIV ao XV

- Fim do Império Bizantino: turcos otomanos conquistam Constantinopla (1453)
- Guerra dos Cem Anos: Inglaterra x França
- Renascimento:
– arte e ciência: Da Vinci
– literatura: Dante e Boccaccio
- Consolidação dos primeiros Estados Nacionais na Europa

XVI

- Chegada de europeus à América (1492) e ao Brasil (1500)
- Reforma Protestante (1517)
- Reforma Católica (ou Contrarreforma). Concílio de Trento (1542-1563):
– fundação da Companhia de Jesus (1534);
– Santo Ofício da Inquisição;
– *Index Librorum Proibitorum* (índice dos livros proibidos)

XVII

- Mercantilismo e absolutismo na Europa
- Guerra dos 30 Anos (1618-1648): França contra dinastia Habsburgo e protestantes contra católicos
- Revolução Gloriosa (1688):
– burguesia fortalece o Parlamento na monarquia constitucional inglesa
- Consolidação da ciência moderna
- Arte barroca

FILÓSOFOS / TEMAS E PROBLEMAS

Filósofos	Temas e problemas
MONTESQUIEU (1689-1755)	*Política; tripartição dos poderes e reflexão sobre as leis*
VOLTAIRE (1694-1778)	*Liberdade de expressão; crítica da intolerância e do fanatismo religiosos*
ROUSSEAU (1712-1778)	*Política e educação; liberdade e "contrato social"*
DIDEROT (1713-1784)	*Crítica dos costumes e das artes; filosofia da natureza*
KANT (1724-1804)	*Ética, moral e estética (experiência na arte); condições de possibilidade do conhecimento*
HEGEL (1770-1831)	*Dialética, política, direito e história; as relações entre o real e o racional*
SAINT-SIMON (1760-1825)	*Socialismo, utopia, reformas sociais*
COMTE (1798-1857)	*Organização moral e intelectual da sociedade segundo a ciência*
MARX (1818-1883) e **ENGELS** (1820-1895)	*Filosofia como práxis, alienação, reificação e crítica ao capitalismo*
PROUDHON (1809-1865)	*Crítica da propriedade privada; anarquia como "ordem natural"*
BAKUNIN (1814-1876)	*Liberdade individual e práxis anarquista*
KIERKEGAARD (1813-1855)	*Crítica do racionalismo hegeliano, dando relevância à fé, à liberdade e ao desejo*
NIETZSCHE (1844-1900)	*Crítica radical à moral e à ciência como instrumentos de dominação*
GRAMSCI (1891-1937)	*Política, cultura e transformação social*
CASSIRER (1874-1945)	*Linguagem, antropologia filosófica e filosofia da cultura*
HUSSERL (1859-1938)	*Criação de um método que permita a "volta às coisas mesmas"*
MERLEAU-PONTY (1908-1961)	*Fenomenologia da percepção; conhecimento e corpo*
WITTGENSTEIN (1889-1951)	*Lógica e filosofia da linguagem; "virada linguística"*
HEIDEGGER (1889-1976)	*Ser, ente e temporalidade*
SARTRE (1905-1980)	*Existência, liberdade e política*
BENJAMIN (1892-1940)	*Técnica, arte e revolução*
ADORNO (1903-1969) e **HORKHEIMER** (1895-1973)	*Indústria cultural; crítica do mito e da razão como instrumentos de dominação*

XVIII | **XIX** | **XX**

CORRENTES

- **Iluminismo (França)** — *Crítica da religião, da moral, da política e dos saberes da época à luz da razão*
- **Idealismo alemão**
- **Socialismo utópico**
- **Positivismo**
- **Materialismo histórico**
- **Anarquismo** — *Crítica do Estado, da propriedade e da autoridade; construção de uma sociedade justa*
- **Marxismo**
- **Neokantismo**
- **Fenomenologia**
- **Fenomenologia existencial** — *Compreensão do homem como ser-no-mundo, por meio dos princípios fenomenológicos e políticos*
- **Teoria crítica** — *Marxismo e crítica cultural*

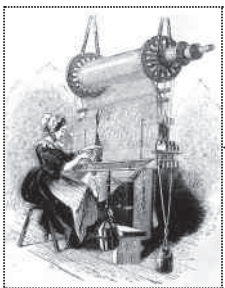
CONTEXTO HISTÓRICO

XVIII

- "Despotismo esclarecido" na Europa continental
- Independência dos Estados Unidos (1776)
- Revolução Francesa (1789)
- Revolução Industrial

NO BRASIL

- Inconfidência Mineira (1789)

XIX

- Ascensão de Napoleão na França
- Consolidação do capitalismo monopolista
- Guerra Franco-Prussiana (1870-1871)
- Comuna de Paris (1871)
- Segunda Revolução Industrial
- Neocolonialismo: divisão da Ásia e da África pelas potências europeias
- Cinema: irmãos Lumière apresentam o cinematógrafo na França (1895)

NO BRASIL

- Independência do Brasil (1822)
- Assinatura da Lei Áurea (1888)
- Fim do Império e Proclamação da República (1889)

- **ARENDT** (1906-1975) – *Crítica ao totalitarismo; análise da condição humana*
- **LÉVI-STRAUSS** (1908-2009) – *Antropologia estruturalista e etnologia*
- **BARTHES** (1915-1980) – *Semiótica e significação*
- **BEAUVOIR** (1908-1986) – *Política, feminismo e liberdade*
- **FOUCAULT** (1926-1984) – *Crítica dos saberes e dos poderes; ética do cuidado de si*
- **JONAS** (1903-1993) – *Ética da responsabilidade, direito*
- **GUATTARI** (1930-1992) – *Filosofia e psicanálise; "revolução molecular"*
- **FEYERABEND** (1924-1994) – *Epistemologia e crítica da ciência*
- **LEVINAS** (1906-1995) – *Ética; alteridade e dominação*
- **DELEUZE** (1925-1995) – *Filosofia como criação de conceitos; multiplicidade e diferença*
- **LADRIÈRE** (1921-2007) – *Crítica dos limites da ciência*
- **HADOT** (1922-2010) – *História da filosofia e filosofia antiga*
- **HELLER** (1929-) – *Ética, política e existencialismo*
- **HABERMAS** (1929-) – *Teoria social, marxismo, direito, ética comunicativa*
- **SERRES** (1930-) – *Política e cultura; relação ser humano-natureza*
- **NEGRI** (1933-) – *Políticas do Império*
- **RANCIÈRE** (1940-) – *Política como dissenso*
- **LIPOVETSKY** (1944-) – *O efêmero nos tempos hipermodernos*
- **SINGER** (1946-) – *Bioética e desafios da ética na contemporaneidade*
- **LATOUR** (1947-) – *Ética e política, ciência e poder*
- **COMTE-SPONVILLE** (1952-) – *Ética; virtudes no mundo contemporâneo*
- **LÉVY** (1956-) – *Filosofia e informática*
- **ONFRAY** (1959-) – *Comportamento, consumismo, corpo e hedonismo ("materialismo hedonista")*

XX | **XXI**

Estruturalismo – *Análise da linguagem e da realidade social por meio de suas estruturas*

Existencialismo

Filosofia da ciência

Teoria crítica

Marxismo

XX

- Primeira Guerra Mundial (1914-1918)
- Revolução Russa (1917)
- Ascensão do fascismo (1922) e do nazismo (1933)
- Segunda Guerra Mundial (1939-1945)
- Guerra Fria: Estados Unidos x União Soviética

- Descolonização da África e da Ásia
- Conflitos Israel-Palestina
- Queda do Muro de Berlim (1989) e da União Soviética (1991)
- Revolução Digital:
  - primeiros computadores domésticos (1981)
  - internet

NO BRASIL

- Semana de Arte Moderna (1922)
- Estado Novo (1937-1945)
- Período democrático (1945-1964)
- Inauguração de Brasília (1960)
- Ditadura civil e militar (1964-1985)
- Redemocratização (1985)

- Atentados terroristas em Nova York (2001)
- Crise econômica (2008)
- Primavera Árabe (2011)

XXI

- Revolução Digital:
  - criação das redes sociais
  - avanço tecnológico na criação de *hardwares* e *softwares*

Bibliografia

OBRAS GERAIS E DE REFERÊNCIA CONSULTADAS EM VÁRIAS UNIDADES

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
CAILLÉ, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel (Org.). *História argumentada da Filosofia moral e política:* a felicidade e o útil. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004.
CANTO-SPERBER, Monique. *Dicionário de Ética e Filosofia moral*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2003. 2 v.
CHÂTELET, François. *Histoire de la philosophie, idées, doctrines*. Paris: Hachete, 2000. 8t.
COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
FERRATER MORA, José. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2000. 4t.
HUISMAN, Denis. *Dicionário de obras filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
_______. *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
LAÉRCIO, Diógenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Brasília: Ed. da UnB, 1988.
LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
ONFRAY, Michel. *Contre-histoire de la philosophie*. Paris: Grasset, 2006-2013. 9 v.
REALE, Giovanni; ANTISSERI, Dario. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulus, 1990. 3 v.

UNIDADE 1

Capítulo 1

ARISTÓTELES. *Da geração e da corrupção:* seguido de Convite à Filosofia. São Paulo: Landy, 2001.
CASSIN, Barbara; LORAUX, Nicole; PESCHANSKI, Catherine. *Gregos, bárbaros, estrangeiros:* a cidade e seus outros. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
COLLI, Giorgio. *O nascimento da Filosofia*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
MOSSÉ, Claude. *Dicionário da civilização grega*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1981.

Capítulo 2

DESCARTES, René. *Discurso do método* – e outras obras. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
GRIMAL, Pierre. *Dicionário de mitologia grega e romana*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. 4. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.
_______. *Teogonia:* a origem dos deuses. São Paulo: Iluminuras, 1991.
HOMERO. *Ilíada*. 2. ed. São Paulo: Mandarim, 2002.
_______. *Odisseia*. São Paulo: Edusp, 2000.
KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
SNELL, Bruno. *A cultura grega e as origens do pensamento europeu*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
SÓFOCLES. *A trilogia tebana:* Édipo Rei, Édipo em Colono, Antígona. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
VERNANT, Jean-Pierre. *Entre mito & política*. São Paulo: Edusp, 2001.
VIDAL-NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
_______. *Os gregos, os historiadores, a democracia:* o grande desvio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
ZACHARAKIS, Georges E. *Mitologia grega:* genealogia de suas dinastias. Campinas: Papirus, 1995.

Capítulo 3

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência:* introdução ao jogo e suas regras. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
ARAÚJO, Inês Lacerda. *Introdução à Filosofia da Ciência*. 3. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.
BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
CHALMERS, Alan. *A fabricação da ciência*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.
FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007.
FOUREZ, Gérard. *A construção das ciências:* introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.
GRANGER, Giles-Gaston. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.
KIRK, G. S.; RAVEN, J. E. *Os filósofos pré-socráticos*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Edusp, 1979.
MORAIS, Regis de. *Evoluções e revoluções da ciência atual*. Campinas: Alínea, 2007.
_______. *Filosofia da ciência e da tecnologia*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2002.
NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
_______. *O nascimento da tragédia:* ou helenismo e pessimismo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *A nova aliança*. Brasília: Ed. da UnB, 1984.
SERRES, Michel. *Hermes:* uma filosofia das ciências. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

UNIDADE 2
Capítulo 1

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
_______. *Compreender:* formação, exílio e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
FROMM, Erich. *O conceito marxista do homem*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
GROETHUYSEN, Bernard. *Antropologia filosófica*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1988.
HACKER, P. M. S. *Natureza humana:* categorias fundamentais. Porto Alegre: Artmed, 2010.
HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Campinas: Ed. da Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.
HUIZINGA, Johan. *Homo ludens:* o jogo como elemento da cultura. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.
MORIN, Edgar. *O enigma do homem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
PICO, Giovanni. *A dignidade do homem*. 2. ed. Campo Grande: Solivros/Uniderp, 1999.
SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
VAZ, Henrique C. L. *Antropologia filosófica I*. São Paulo: Loyola, 1991.

Capítulo 2

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
CASSIN, Barbara. *O efeito sofístico*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1997.
GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica:* cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
GUTHRIE, W. K. C. *Os sofistas*. São Paulo: Paulus, 1995.
MORAIS, Regis de. *Estudos de Filosofia da cultura*. São Paulo: Loyola, 1992.
MORENO, Arley. *Wittgenstein:* os labirintos da linguagem. São Paulo: Moderna/Ed. da Unicamp, 2000.
WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
_______. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994.

Capítulo 3

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2 v.
DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
FONTANELLA, Francisco Cock. *O corpo no limiar da subjetividade*. Piracicaba: Ed. da Unimep, 1995.
FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I:* a vontade de saber. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
_______. *Le corps utopique, les hétérotopies*. Paris: Lignes, 2009.
GIL, José. *Metamorfoses do corpo*. 2. ed. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.
LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal:* ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
_______. *A sociedade pós-moralista*. São Paulo: Manole, 2005.
_______. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.
LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho:* ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
SPINOZA. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

UNIDADE 3
Capítulo 1

CENCI, Angelo Vitório. *O que é ética?:* elementos em torno de uma ética geral. 2. ed. Passo Fundo: Edição do Autor, 2001.
HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal:* prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
_______. *Genealogia da moral:* uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
NODARI, Paulo César. *Sobre Ética:* Aristóteles, Kant, Levinas. Caxias do Sul: Educs, 2010.
PLATÃO. *A República*. 3. ed. Belém do Pará: Ed. da UFPA, 2000.

Capítulo 2

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1992.
BORGES, M. L.; DALL'AGNOL, D.; DUTRA, D. V. *Ética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
CENCI, Angelo (Org.). *Ética, racionalidade e modernidade*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1996.
DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1994.
HARE, R. M. *Ética:* problemas e propostas. São Paulo: Ed. da Unesp, 2003.
HIPÓCRATES. *Conhecer, cuidar, amar:* o juramento e outros textos. São Paulo: Landy, 2002.
KANT. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Porto: Porto Editora, 1995.
LEBRUN, Gérard. *Sobre Kant*. São Paulo: Iluminuras/Edusp, 1993.
NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
SAVATER, Fernando. *Invitación a la Ética*. Barcelona: Anagrama, 1995.
SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Vozes, 1997.
VAZ, Henrique C. L. *Escritos de Filosofia IV:* introdução à ética filosófica 1. São Paulo: Loyola, 1999.
_______. *Escritos de Filosofia V:* introdução à ética filosófica 2. São Paulo: Loyola, 2000.
VERGNIÈRES, Solange. *Ética e política em Aristóteles: physis, ethos, nomos*. São Paulo: Paulus, 1999.

Capítulo 3

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
EPICURO. *Carta sobre a felicidade (a Meneceu)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

EPICURO et al. *Antologia de textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Pensadores).
EPITECTO. *Manual de Epitecto: máximas, diatribes e aforismos*. Lisboa: Vega, 1992.
FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
_______. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
_______. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos & Escritos, vol. V).
_______. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
GOULET-CAZÉ, M.-O.; BRAHAN, R. B. (Org.). *Os cínicos:* o movimento cínico na Antiguidade e o seu legado. São Paulo: Loyola, 2007.
GREENBLATT, Stephen. *A virada:* o nascimento do mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
NAVIA, Luis E. *Diógenes, o cínico*. São Paulo: Odysseus, 2009.
ONFRAY, Michel. *A arte de ter prazer:* por um materialismo hedonista. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
_______. *A escultura de si:* a moral estética. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
_______. *Cinismos:* retrato de los filósofos llamados perros. Buenos Aires: Paidós, 2007.
_______. *La potencia de existir:* manifiesto hedonista. Buenos Aires: La Flor, 2007.
PAQUET, Léonce (Ed.). *Les cyniques grecs:* fragments et témoignages. Paris: Livre de Poche, 1992.
SAVATER, Fernando. *Ética como amor-próprio*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
SINGER, Peter. *Vida Ética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

Unidade 4
Capítulo 1

BARKER, Ernest. *Teoria política grega*. Brasília: Ed. da UnB, 1978.
BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 6. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1994.
DELACAMPAGNE, Christian. *A Filosofia política hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da servidão voluntária*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe e escritos políticos*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores).
RUBY, Christian. *Introdução à Filosofia política*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.
SAVATER, Fernando. *Política para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
WOLF, Francis. *Aristóteles e a política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

Capítulo 2

BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 2000.
_______. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983.
BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia política moderna*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
HOBBES, Thomas. *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
_______. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo e outros textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
MABBOTT, J. D. *O Estado e o cidadão:* uma introdução à filosofia política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2012.
_______. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 6 v.
PROUDHON, Pierre-Joseph. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1983.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens e outros textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
_______. *Do contrato social*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2011.
STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau:* a transparência e o obstáculo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Capítulo 3

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
_______. *Deux régimes de fous:* textes et entretiens 1975-1995. Paris: Minuit, 2003.
_______; GUATTARI, Félix. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.
FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
_______. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
_______. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
_______. *Vigiar e punir:* história da violência nas prisões. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
GUATTARI, Félix. *Revolução molecular:* pulsações políticas do desejo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
_______. *Caosmose:* um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
MENGUE, Philippe. *Deleuze et la question de la démocratie*. Paris: L'Harmattan, 2003.
_______. *Utopies et devenirs deleuziens*. Paris: L'Harmattan, 2009.
SIMONS, Jon. *Foucault and the political*. London/New York: Routledge, 1995.

Unidade 5
Capítulo 1

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
_______. *Arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
LADRIÈRE, Jean. *Les enjeux de la racionalité:* Le défi de la science et de la technique aux cultures. Montréal: Liber, 2001.
LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*. Bauru: Edusc, 2001.
_______. *Cogitamus:* seis cartas sobre las humanidades científicas. Buenos Aires: Paidós, 2012.
_______. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
_______. *Políticas da natureza:* como fazer ciência na democracia. Bauru: Edusc, 2004.
_______. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: Edusc, 2002.
MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
SERRES, Michel. *Júlio Verne:* a ciência e o homem contemporâneo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
STENGERS, Isabelle. *Quem tem medo da ciência?:* ciências e poderes. Rio de Janeiro: Siciliano, 1990.
VON ZUBEN, Newton Aquiles. *Bioética e tecnociências*. Bauru: Edusc, 2006.
YAZBEK, André Constantino. *10 lições sobre Foucault*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Capítulo 2

GUATTARI, Félix; NEGRI, Toni. *Les nouveaux espaces de liberté*. Paris: Dominique Bedou, 1985.
LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
_______. *La fabrique de l'homme endetté:* essai sur la condition néolibérale. Paris: Éditions Amsterdam, 2011.
NEGRI, Antonio. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
_______. *A anomalia selvagem:* poder e potência em Spinoza. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
_______. *Exílio, seguido de valor e afeto*. São Paulo: Iluminuras, 2001.
_______. *Kairós, alma Vênus, multitudo*: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
_______. *O poder constituinte:* ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
_______; COCCO, Giuseppe. *Glob(AL):* biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.
NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Comonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
_______. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
_______. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
_______. *O trabalho de Dioniso:* para a crítica ao Estado pós-moderno. Rio de Janeiro: Pazulin/UFJF, 2004.
NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível:* estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2005.
_______. *Aux bords du politique*. Paris: Folio Essais, 2007.
_______. *El odio a la democracia*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.
_______. *Momentos políticos*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.
_______. *O desentendimento:* política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.
_______. *O mestre ignorante:* cinco lições de emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
RUBY, Christian. *Rancière y lo político*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

Capítulo 3

APEL, Karl-Otto. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.
BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.
BELLINO, Francesco. *Fundamentos da bioética:* aspectos antropológicos, ontológicos e morais. Bauru: Edusc, 1997.
DALL'AGNOL, Darlei. *Bioética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
HABERMAS, Jürgen. *Ética da discussão e a questão da verdade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
_______. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
_______. *O princípio vida:* fundamentos para uma biologia filosófica. Petrópolis: Vozes, 2005.
LIPOVETSKY, Gilles. *Metamorfoses da cultura liberal:* ética, mídia, empresa. Porto Alegre: Sulina, 2004.
SERRES, Michel. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
_______. *O mal limpo:* poluir para se apropriar?. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
VALLS, Álvaro L. M. *Da ética à bioética*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SEÇÃO *É LÓGICO!*

BARBOSA, Severino A. M.; AMARAL, Emília. *Escrever é desvendar o mundo*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1987.
CERQUEIRA, Luiz Alberto; OLIVA, Alberto. *Introdução à Lógica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
COPI, Irving M. *Introdução à Lógica*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
HAACK, Susan. *Filosofia das lógicas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.
KURTZWEIL, Ray. *Como criar uma mente*: os segredos do pensamento humano. São Paulo: Aleph, 2014.
LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/Lógica dialética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
SAMPAIO, Luiz Sergio Coelho. *A lógica da diferença*. Rio de Janeiro: Ed. da Uerj, 2001.
VELASCO, Patrícia Del Nero. *Educando para a argumentação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CRÉDITOS E LEGENDAS DAS IMAGENS DA LINHA DO TEMPO

Filósofos

Litografia de Tales de Mileto, de autor desconhecido, século XIX. Bianchetti Stefano/Leemage, França.
Busto em mármore de Heráclito de Éfeso, da Escola Romana, 480 a.C. AKG-Images/Latinstock/Museu Capitolino, Roma, Itália.
Retrato de Parmênides de Eleia, da Escola Francesa, século XVII. Bianchetti/Leemage/TheBridgeman Art Library/Keystone/Coleção particular, França.
Busto em mármore de Pitágoras de Samos, em Jardins da Villa. Borghese, Roma, Itália. Offscreen/Shutterstock/Glow Images/Jardins da Villa Borghese, Roma, Itália.
Retrato de Demócrito de Abdera, de autor desconhecido. Michael Nicholson/Corbis/Coleção particular
Busto em mármore de Sócrates, da Escola Grega, c. 400 a.C. Alinari/The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu Arqueológico Nacional, Nápoles, Itália.
Busto de Platão, da Escola Grega, c. 400 a.C. The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu Capitolino, Roma, Itália.
Cabeça em mármore de Aristóteles, uma cópia romana feita no século I com base na escultura do grego Lísipo, do século IV a.C. G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu Nacional Romano, Roma, Itália.
Gravura de busto de Epicuro de Samos, de autor desconhecido. The Granger Collection/Other Images
Cabeça de Sêneca, cópia romana do original grego do século II. Prisma/Album/Latinstock/Museu Britânico, Londres, Inglaterra.
Busto romano em mármore de Plotino, c. 350. G. Dagli Orti/De Agostini/Album/Latinstock/Museu Arqueológico de Ostia Antica, Roma, Itália.

Retrato de Hipátia de Alexandria (data desconhecida). Bettmann/Corbis/Latinstock
Retrato de Santo Agostinho, feito por Guido Reni, séculos XVI--XVII. Erich Lessing/Album/Latinstock/Monastério Real de São Lorenzo, El Escorial, Espanha.
Retrato de Maquiavel, gravura da Escola Italiana, feita no século XIX. The Bridgeman Art Library/Keystone/Coleção particular, Itália.
Pintura de Erasmo de Rotterdam, feita por Hans Holbein, o Jovem, em 1530. AKG-Images/Latinstock/Museu de Belas Artes, Basel, Suíça.
Retrato de Giordano Bruno, feito por Johann Georg Mentzel, em 1700. AKG-Images/Latinstock/Biblioteca Herzog August, Wolfenbüttel, Alemanha.
Pintura de Galileu Galilei, feita por Justus Sustermans, em 1636. Reprodução/Galeria Uffizi, Florença, Itália.
Retrato de Descartes, de autor desconhecido, feito no século XVII. Adoc-Photos/Corbis/Latinstock
Pintura de Hobbes, feita por John Michael Wright, em c. 1670. Reprodução/Galeria Nacional de Retratos, Londres, Inglaterra.
Retrato de Voltaire com 24 anos, de Nicolas de Largillière, c. 1724. The Art Archive/Corbis/Latinstock/Museu Carnavalet, Paris, França.
Pintura de Rousseau, de Anna Fittipaldi, feita no século XVIII. De Agostini/Getty Images/Conservatório de Música de Nápoles, Itália.
Retrato de Hegel, pintado por Jakob Schlesinger no século XIX. Bettmann/Corbis/Latinstock
Retrato de Claude Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon, com 35 anos, feito por Hippolyte Ravergie, em 1848. Archives Charmet/The Bridgeman Art Library/Keystone/Biblioteca do Arsenal, Paris, França.
Retrato de Marx, de um pôster dos anos 1940. Michael Nicholson/Corbis/Latinstock
Retrato de Proudhon, feito por Gustave Coubert entre 1865 e 1867. Reprodução/Museu d´Orsay, Paris, França.
Retrato de Kierkegaard, feito por seu irmão no século XIX. Bettmann/Corbis/Latinstock
Fotografia de Nietzsche, de 1873. Bettmann/Corbis/Latinstock
Fotografia de Gramsci, c. 1900. Ullstein Bild/The Granger Collection/Other Images
Fotografia de Husserl (data desconhecida). The Granger Collection/Other Images
Fotografia de Wittgenstein, de 1905. AKG-Images/Album/Latinstock
Fotografia de Sartre, de 1974. Alain Nogues/Sygma/Corbis/Latinstock
Fotografia de Benjamin (data desconhecida). Ullstein Bild/The Granger Collection/Other Images
Fotografia de Adorno, c. 1960. AKG-Images/Album/Latinstock
Fotografia de Hannah Arendt, de 1949. Fred Stein Archive/Archive Photos/Getty Images
Fotografia de Lévi-Strauss, de 2005. Pascal Pavani/Agência France-Presse
Fotografia de Foucault (data desconhecida). Friedrich/Interfoto/Latinstock
Fotografia de Feyerabend, de 1992. Anna Weise/AKG-Images/Latinstock
Fotografia de Deleuze (data desconhecida). ARTE/AP Photo/Glow Images
Fotografia de Heller, de 2012. Markus Hibbeler/AP Photo/Glow Images
Fotografia de Habermas, de 2003. Notimex/Agência France--Presse
Fotografia de Negri, de 2011. Ulf Anderson/Getty Images
Fotografia de Rancière, de 2011. Ulf Anderson/Getty Images
Fotografia de Peter Singer, de 2003. Steve Pyke/Getty Images
Fotografia de Comte-Sponville, de 2005. Eric Fougere/VIP Images/Corbis/Latinstock

Imagens históricas

A Loba Capitolina, símbolo da fundação de Roma, amamentando os irmãos Rômulo e Remo. Escultura etrusca do final do século V a.C. Javarmann/Shutterstock/Glow Images/Museu Capitolino, Roma, Itália.
Mosaico retratando uma Nereide montada em um monstro do mar e rodeada de querubins, de autoria desconhecida, 2004. De Agostini/Getty Images/Museu de Tazoult, Argélia.
Relevo em mármore do Fórum de Trajano, em Roma, Itália, retratando um soldado romano lutando contra um soldado bárbaro, do século II d.C. G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/The Bridgeman Art Library/Museu do Louvre, Paris, França.
Iluminura de uma crônica universal de Jean de Courcy, de 1440, retratando o saque de Jerusalém por cristãos (1099). The Bridgeman Art Library/Keystone/Biblioteca Nacional, Paris, França.
Basílica de Santa Maria de Fiori, em Florença, Itália, em 2010. Iornet/Shutterstock/Glow Images
O desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500, pintura feita por Oscar Pereira da Silva em 1902. Reprodução/Museu Paulista da USP, São Paulo (SP).
O profeta Joel, escultura de Aleijadinho presente no adro da Basílica do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (MG), em foto de 2011. Rubens Chaves/Pulsar Imagens
Gravura de trabalhadora tecendo em tear mecânico, de 1844. Hulton Archive/Getty Images
Napoleão cruzando os Alpes, pintura de Jacques-Louis David, c. 1801. Reprodução/Museu de Arte Fuji de Tóquio, Japão.
Gravura da Comuna de Paris destruindo a Coluna de Vendôme, de autor desconhecido, 1871. Keystone-France/Gamma--Keystone/Getty Images
Independência ou morte (O grito do Ipiranga), pintura de Pedro Américo, feita entre 1886 e 1888. Reprodução/Museu Paulista da USP, São Paulo (SP).
Cena do filme *Viagem à Lua*, de Georges Méliès, de 1902. Méliès/Album/Latinstock
Soldados britânicos na França, em batalha da Primeira Guerra Mundial, de 1916. Hulton-Deutsch Colletion/Corbis/Latinstock
Palácio do Congresso, em Brasília (DF), em foto de 1958. Bettmann/Corbis/Latinstock
Soldado alemão sobre parte do muro de Berlim destruído em novembro de 1989. Patrick Piel/Gamma-Rapho/Getty Images
Manifestantes próximos à praça Tahrir, centro do Cairo, capital do Egito, em 2011. Amr Abdallah Dalsh/Reuters/Latinstock
Policiais reprimem manifestação estudantil contra a ditadura civil e militar, em São Paulo (SP), em 1977. Juca Martins/Olhar Imagem
Interação com tela de um *tablet*, século XXI. Peshkova/Shutterstock/Glow Images

Filosofia

MANUAL DO PROFESSOR

VOLUME ÚNICO

Sumário

Apresentação

Caro professor,

ensinar não é tarefa fácil. Ensinar filosofia, por sua vez, tem suas dificuldades adicionais. Como escolher os conteúdos a serem trabalhados de um campo do pensamento com mais de 2 500 anos de história? É praticamente impossível produzir um livro didático de filosofia que aborde, de forma extensiva e exaustiva, toda a produção do pensamento construída nessa longa trajetória. Essa tarefa fica ainda mais complexa quando temos o objetivo de produzir um livro didático que atenda à realidade das escolas brasileiras, com toda a diversidade regional que conhecemos. É preciso fazer escolhas, privilegiar determinados aspectos em detrimento de outros, tomando sempre o cuidado de não expor apenas uma única perspectiva filosófica, pois isso seria trair a própria filosofia.

Considerando todas essas questões, esta obra propõe uma abordagem problematizadora, que coloca em foco os problemas que impulsionam a prática do pensamento filosófico, compreendido como um pensamento conceitual. Propõe também uma abordagem contemporânea, atenta aos problemas que vivenciamos na atualidade.

O objetivo dessa abordagem é tratar a filosofia em sala de aula como uma prática viva e diária, e não como um conjunto de pensamentos dos quais nos aproximamos de forma reverencial apenas para conhecê-los, memorizá-los e eventualmente esquecê-los. É a partir de problemas atuais e de pensadores contemporâneos que visitamos a história da filosofia, de forma a buscar elementos para pensar “o tempo presente e os homens presentes”, parafraseando o poeta Carlos Drummond de Andrade.

O percurso pela história da filosofia procurou ser o mais abrangente possível, possibilitando o contato dos estudantes com a diversidade de ideias dos principais pensadores. Porém, não se propôs exaustivo, em razão do pouco tempo reservado às aulas de filosofia no Ensino Médio.

Nesse sentido, embora o percurso previsto neste livro forneça ao estudante uma visão panorâmica da filosofia – ao mesmo tempo que o convida a praticá-la –, cabe ao professor avaliar as dificuldades específicas de seus alunos e as possibilidades de agregar informações extras ao seu curso. Com base nisso, e conforme a disponibilidade de tempo, será possível complementar da maneira que julgar necessário.

Assim como o livro do aluno é um mediador da relação dos estudantes com a filosofia – algo aberto, a ser produzido, transformado, adaptado de acordo com a realidade de cada sala de aula –, este Manual do Professor é também um convite para que cada professor torne esta obra sua, em uma espécie de coautoria.

Por isso, este Manual do Professor fornece um conjunto aberto de possibilidades de uso do livro didático, aproximando-se mais de uma caixa de ferramentas que de um livro de receitas.

Com este convite lançado, desejamos a você, professor, um trabalho criativo e produtivo.

O autor

1 O ensino da filosofia no Brasil

A filosofia tornou-se disciplina obrigatória nas três séries do Ensino Médio brasileiro a partir de junho de 2008, com a aprovação da Lei n. 11 684. O projeto aprovado mudou a redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9 394/1996), que indicava apenas a necessidade de se trabalhar "conteúdos de filosofia" nesse nível de ensino. Embora alguns falem em "retorno da filosofia", pensamos ser mais apropriado falar em "introdução da filosofia no Ensino Médio". Vários trabalhos que traçam a história da presença da disciplina nos currículos da educação brasileira mostram que ela nunca foi "universal" como é agora: em todas as séries de todas as escolas de nível médio no território nacional.

A introdução da disciplina nos currículos do Ensino Médio não foi, porém, obra do acaso. Depois que a reforma do ensino levada a cabo pelo regime militar (por meio da Lei n. 5 692/1971) excluiu a filosofia do rol de disciplinas do então denominado segundo grau, constituiu-se um movimento pela "volta da filosofia ao segundo grau". Nele se engajaram os departamentos de filosofia das universidades brasileiras, os estudantes universitários de filosofia e algumas associações da sociedade civil. Entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980, vários encontros foram realizados, diversos textos e livros foram publicados e manifestações públicas foram organizadas. Em 1985, uma lei complementar permitiu que, em alguns estados brasileiros, a filosofia figurasse como disciplina optativa.

Com a redemocratização do país e a Constituição de 1988, começou-se a discutir uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Um projeto de lei que tramitou pelo Congresso Nacional, elaborado com ampla participação da sociedade civil, previa a filosofia como disciplina obrigatória no Ensino Médio. Porém, o governo optou por um texto substitutivo, muito mais enxuto e flexível, e a Lei n. 9 394/1996 acabou por indicar apenas que os estudantes do Ensino Médio deveriam ter acesso aos "conhecimentos de filosofia necessários ao exercício da cidadania". Embora representasse um avanço, essa formulação não garantia, de fato, a presença da filosofia na escola.

Entre 1997 e 2008, duas frentes de atuação foram importantes:

- uma frente **acadêmica**, formada pelas universidades brasileiras, que incentivaram a reflexão sobre o ensino de filosofia quando a presença dessa disciplina nas escolas se mostrou possível. Uma série de seminários e congressos locais, regionais e nacionais foi realizada, vários livros e artigos foram publicados e inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado foram produzidas, consolidando um campo de pesquisa, pensamento e produção sobre o ensino de filosofia no Brasil. Isso nos elevou a um patamar que não existia anteriormente.
- uma frente **política**, que, juntamente com deputados e senadores, visava produzir um projeto de lei complementar para alterar a LDB, tornando a filosofia uma disciplina escolar. Nessa frente, a atuação conjunta com os cientistas sociais, que também lutavam pela implantação da disciplina de sociologia, foi decisiva. Em 2001, foi aprovado no Congresso Nacional um projeto de lei com esse teor, vetado em seguida pelo presidente da República. Após essa derrota, novas articulações foram construídas, novo projeto de lei foi elaborado, outra tramitação e aprovação no Congresso foram encaminhadas até que, em junho de 2008, ele foi sancionado pelo presidente e passou a vigorar.

Essa inovação no ensino de filosofia – sua presença obrigatória nos três anos do Ensino Médio – nos coloca diante do desafio permanente de tornar as aulas da disciplina uma realidade em toda escola brasileira. Essa realidade só pode ser construída pela ação de cada professor de filosofia.

TEXTOS SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

ALVES, D. J. *A filosofia no Ensino Médio* – ambiguidades e contradições na LDB. Campinas: Autores Associados, 2002.

CARTOLANO, M. T. P. *Filosofia no ensino de 2º grau*. São Paulo/Campinas: Cortez/Autores Associados, 1985.

GALLINA, S. F. S. A disciplina de filosofia e o Ensino Médio. In: GALLO, S.; KOHAN, W. (Org.). *Filosofia no Ensino Médio*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GALLO, S. Governamentalidade democrática e ensino de filosofia no Brasil contemporâneo. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, v. 42, n. 145, jan./abr. 2012. p. 48-65.

HORN, G. B. A presença da filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro: uma perspectiva histórica. In: GALLO, S.; KOHAN, W. (Org.). *Filosofia no Ensino Médio*. Petrópolis: Vozes, 2000.

2 Referenciais curriculares: dos PCN às OCEM

Três documentos do Ministério da Educação oferecem orientações concernentes ao ensino da filosofia.

PCNEM

Em 1999, foram publicados os *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio* (PCNEM), organizados pelas grandes áreas do conhecimento. No volume *Ciências Humanas e suas Tecnologias* há um capítulo relativo aos "conhecimentos de filosofia". É importante ressaltar que esse documento foi produzido em decorrência da LDB de 1996, na qual se indicava a necessidade de que o jovem estudante desse nível de ensino contasse com "conhecimentos de filosofia" em sua formação, mas sem apontar a presença dessa disciplina no currículo. Essa ambiguidade, que foi bem analisada e discutida por Dalton José Alves[1], está expressa também no PCNEM.

O documento se esforçava para apresentar referenciais para o trabalho com a filosofia, mas, visto que não a tratava como uma disciplina, era praticamente impossível indicar conteúdos específicos, pois não haveria como garantir sua materialização nas escolas. Como a tônica do momento na política do ministério era a afirmação de "habilidades e competências", elas foram apresentadas em três grandes blocos. Porém, embora o documento se refira aos "conhecimentos de filosofia", não há qualquer indicativo de que conhecimentos seriam esses.

Os blocos de competências e habilidades são apresentados como segue:

Competências e habilidades a serem desenvolvidas em filosofia

Representação e comunicação

- Ler textos filosóficos de modo significativo.
- Ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros.
- Elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo.
- Debater, tomando posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição diante de argumentos mais consistentes.

Investigação e compreensão

- Articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas Ciências Naturais e Humanas, nas artes e em outras produções culturais.

Contextualização sociocultural

- Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica, quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sociopolítico, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica.[2]

PCN+

Em 2002, foi apresentado novo documento, as *Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*, que ficou conhecido pela sigla PCN+. Mais uma vez, no volume dedicado às Ciências Humanas e suas Tecnologias, encontramos um capítulo relativo à filosofia. Dessa vez, porém, foi feito um esforço para relacionar as competências e habilidades aos chamados "conceitos estruturantes" de filosofia, além de se propor um conjunto de conteúdos de filosofia a serem trabalhados em sala de aula.

Os conteúdos foram organizados de acordo com os temas. Foram propostos três eixos temáticos, cada um deles desdobrado em três temas, com suas respectivas subdivisões. Com isso, seguiu-se a mesma lógica de estruturação de conteúdos dos outros componentes curriculares da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Os conteúdos sugeridos e sua estruturação foram os seguintes:

I. RELAÇÕES DE PODER E DEMOCRACIA

1. A democracia grega

- A ágora e a assembleia: igualdade nas leis e no direito à palavra
- Democracia direta: formas contemporâneas possíveis de participação da sociedade civil

2. A democracia contemporânea

- Antecedentes:
  – Montesquieu e a teoria dos três poderes
  – Rousseau e a soberania do povo

[1] ALVES, D. J. *A filosofia no Ensino Médio* – ambiguidades e contradições na LDB. Campinas: Autores Associados, 2002.

[2] BRASIL-Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, 1999. p. 125.

- O confronto entre as ideias liberais e o socialismo
- O conceito de cidadania

3. **O avesso da democracia**
   - Os totalitarismos de direita e esquerda
   - Fundamentalismos religiosos e a política contemporânea
   - Relações de poder e democracia

II. A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO MORAL

1. **Autonomia e liberdade**
   - Descentração do indivíduo e o reconhecimento do outro
   - As várias dimensões da liberdade (ética, econômica, política)
   - Liberdade e determinismo
2. **As formas da alienação moral**
   - O individualismo contemporâneo e a recusa do outro
   - As condutas massificadas na sociedade contemporânea
3. **Ética e política**
   - Maquiavel: as relações entre moral e política
   - Cidadania: os limites entre o público e o privado

III. O QUE É FILOSOFIA

1. **Filosofia, mito e senso comum**
   - Mito e filosofia: o nascimento da filosofia na Grécia
   - Mitos contemporâneos
   - Do senso comum ao pensamento filosófico
2. **Filosofia, ciência e tecnocracia**
   - Características do método científico
   - O mito do cientificismo: as concepções reducionistas da ciência
   - A tecnologia a serviço de objetivos humanos e os riscos da tecnocracia
   - A bioética
3. **Filosofia e estética**
   - Os diversos tipos de valor
   - A arte como forma de conhecer o mundo
   - Estética e desenvolvimento da sensibilidade e imaginação[3]

Vê-se, nessa proposta, uma tentativa de recortar temas de filosofia com o provável objetivo de distribuir o conteúdo a ser trabalhado pelas três séries do Ensino Médio, uma vez que são apresentados três eixos temáticos.

OCEM

Um terceiro documento de referência foi divulgado em 2006, as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (OCEM). No volume 3, dedicado às Ciências Humanas e suas Tecnologias, encontramos um capítulo dedicado aos "conhecimentos de filosofia". Em vários momentos, esse documento reafirma os PCNEM, assumindo sua definição das competências e habilidades em filosofia. No entanto, defende que a filosofia seja tratada no Ensino Médio como componente curricular, apresentando-se como uma disciplina. O documento dialoga intensamente com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em filosofia e com as *Diretrizes do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)* para essa área, defendendo a necessária articulação com a história da filosofia.

Com base nesses referenciais, as competências e habilidades requeridas para o professor de filosofia no Ensino Médio são:

a) capacitação para um modo especificamente filosófico de formular e propor soluções de problemas, nos diversos campos do conhecimento;

b) capacidade de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;

c) capacidade para análise, interpretação e comentário de textos teóricos, segundo os mais rigorosos procedimentos de técnica hermenêutica;

d) compreensão da importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais;

[3] BRASIL-Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. PCN+EM – *Orientações Curriculares Complementares para o Ensino Médio* – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, 2002. p. 52-53.

e) percepção da integração necessária entre a filosofia e a produção científica, artística, bem como do agir pessoal e político;
f) capacidade de relacionar o exercício da crítica filosófica à promoção integral da cidadania e ao respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos.[4]

As OCEM criticam e não assumem a estruturação de conteúdos proposta no PCN+, pois esta não se centrava na história da filosofia e restringia a autonomia do professor, ao apresentar esses conteúdos de forma estanque, sem margem de escolha. Não se furtam, porém, a propor conteúdos em uma lista de trinta tópicos; no entanto, o fazem de forma que possibilite a autonomia do professor na escolha daqueles que julgar mais relevantes para seu trabalho em suas condições específicas.

Os tópicos são os seguintes:

1. filosofia e conhecimento; filosofia e ciência; definição de filosofia;
2. validade e verdade; proposição e argumento;
3. falácias não formais; reconhecimento de argumentos; conteúdo e forma;
4. quadro de oposições entre proposições categóricas; inferências imediatas em contexto categórico; conteúdo existencial e proposições categóricas;
5. tabelas de verdade; cálculo proposicional;
6. filosofia pré-socrática; uno e múltiplo; movimento e realidade;
7. teoria das ideias em Platão; conhecimento e opinião; aparência e realidade;
8. a política antiga; a República de Platão; a Política de Aristóteles;
9. a ética antiga; Platão, Aristóteles e filósofos helenistas;
10. conceitos centrais da metafísica aristotélica; a teoria da ciência aristotélica;
11. verdade, justificação e ceticismo;
12. o problema dos universais; os transcendentais;
13. tempo e eternidade; conhecimento humano e conhecimento divino;
14. teoria do conhecimento e do juízo em Tomás de Aquino;
15. a teoria das virtudes no período medieval;
16. provas da existência de Deus; argumentos ontológico, cosmológico e teleológico;
17. teoria do conhecimento nos modernos; verdade e evidência; ideias; causalidade; indução; método;
18. vontade divina e liberdade humana;
19. teorias do sujeito na filosofia moderna;
20. o contratualismo;
21. razão e entendimento; razão e sensibilidade; intuição e conceito;
22. éticas do dever; fundamentações da moral; autonomia do sujeito;
23. idealismo alemão; filosofias da história;
24. razão e vontade; o belo e o sublime na filosofia alemã;
25. crítica à metafísica na contemporaneidade; Nietzsche; Wittgenstein; Heidegger;
26. fenomenologia; existencialismo;
27. filosofia analítica; Frege, Russell e Wittgenstein; o Círculo de Viena;
28. marxismo e Escola de Frankfurt;
29. epistemologias contemporâneas; filosofia da ciência; o problema da demarcação entre ciência e metafísica;
30. filosofia francesa contemporânea; Foucault; Deleuze.[5]

Na elaboração deste livro, orientamo-nos por esses três documentos e procuramos contemplar as questões neles elencadas. Os campos problemáticos tratados nos capítulos mantêm relação com a lista de tópicos temáticos das OCEM, e há uma orientação de diálogo constante com a história da filosofia e com textos dos próprios filósofos. De alguma maneira os temas elencados nos PCN+ estão presentes nesta obra, ainda que sua estrutura não seja temática e em alguns casos o livro parta de outras perspectivas de abordagem teórica. As competências e habilidades indicadas nos PCNEM, enfim, estão contempladas nas atividades propostas, que estimulam o debate de ideias, o trabalho com textos filosóficos e não filosóficos e experimentações de leitura e escrita.

3 Aprender filosofia como experiência do pensar

Em termos didáticos, este livro se baseia na concepção de filosofia apresentada por Gilles Deleuze e Félix Guattari: a filosofia como uma atividade de criação de conceitos. Optou-se por essa perspectiva, basicamente, por duas razões. Primeiro, por sua **generalidade**: ela é aplicável a toda e qualquer filosofia produzida ao longo da história e, portanto, afirma a diversidade das filosofias.

[4] BRASIL-Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* – Ciências Humanas e suas Tecnologias (v. 3). Brasília, 2006. p. 31.

[5] BRASIL-Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* – Ciências Humanas e suas Tecnologias (v. 3). Brasília, 2006. p. 34-35.

Segundo, por seu **caráter ativo**: considerar a filosofia uma atividade de pensamento é recusar seu ensino como um desfile de ideias a serem assimiladas ou decoradas. Ao contrário, o sentido de ensinar filosofia está em tornar possível sua prática, por meio do aprendizado daquilo que foi praticado pelos filósofos na história. O propósito, portanto, é deixar explícita a atividade criativa da filosofia, apresentando aos estudantes do Ensino Médio um pouco dessa criação, convidando-os e estimulando-os para que eles também criem seus próprios conceitos, ou ao menos reelaborem criativamente os conceitos com os quais terão contato.

Concordamos com Alejandro Cerletti, quando afirma que:

> [...] **Ensinar filosofia é dar um lugar ao pensamento do outro**. Não tem sentido transmitir "dados" filosóficos (isto é, informação extraída da história) como se fossem peças de uma loja de antiguidades com a qual os jovens não teriam qualquer relação. Não há sentido em tentar transmiti-los sem vivificá-los no perguntar dos alunos. A lógica do antiquário filosófico, que atesoura joias para oferecê-las a alguns poucos privilegiados, emudece o filosofar e mutila sua dimensão pública.
>
> A filosofia não é uma questão privada, ela se constrói no diálogo. Ensinar significa retirar a filosofia do mundo privado e exclusivo de uns poucos para colocá-la aos olhos de todos, na construção coletiva de um espaço público. Por certo, em última instância, cada um escolherá se filosofa ou não, mas deve saber que **pode** fazê-lo, que não é um mistério insondável que apenas alguns atesouram. E, nisso, o professor tem uma tarefa fundamental em estimular a vontade.
>
> CERLETTI, A. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 87.

Um caminho esboçado ao longo dos anos para viabilizar a aprendizagem da filosofia no Ensino Médio como uma experiência **do** pensamento e **no** pensamento está organizado em quatro etapas, partindo do problema e chegando ao conceito. Essas etapas são:

1. **SENSIBILIZAÇÃO**. Uma vez que se compreenda a filosofia como um movimento no pensamento que se inicia com um problema, é necessário que os estudantes sejam sensibilizados para o problema. Segundo o filósofo Gilles Deleuze, em livros como *Diferença e repetição* e *Lógica do sentido*, o problema não é algo racional, mas algo da natureza do sensível. O problema é algo que experimentamos, que sentimos, que não sabemos ainda o que é. Quando somos capazes de dar um formato racional a um problema (como no caso dos problemas matemáticos, ou mesmo daquilo que chamamos "problemas filosóficos"), sua solução já está implícita, mesmo que ainda não seja conhecida; perde, assim, seu caráter problemático. Segundo esse filósofo, o problema é o "motor do pensamento", é aquilo que nos tira do lugar-comum, nos provoca incômodo, e por isso pensamos. Toda criação provém de um problema; aquilo que se cria é a forma de enfrentar o problema, não necessariamente sua resolução. Desse modo, em filosofia, o problema mobiliza o pensamento e provoca a criação de conceitos.
   A questão é que essa sistemática de criação só se coloca em marcha quando efetivamente sentimos, experimentamos um problema. Portanto, não basta que o professor de filosofia simplesmente apresente um problema aos alunos e peça que pensem a respeito; eles só pensarão, de fato, se sentirem aquilo como um problema. Daí a necessidade de aguçar sua percepção, de provocar sua sensibilidade para determinado problema.
   A ideia é que na etapa de sensibilização se trabalhe com objetos não filosóficos: uma canção, um poema, um conto, um filme (ou cenas dele), uma imagem, uma história em quadrinhos, por exemplo. Em suma, um objeto cultural que desperte a sensibilidade dos alunos, que os mobilize, que os provoque, que os deixe curiosos, que os faça pensar. Mas também se pode trabalhar com pequenos textos filosóficos que tenham potencial problematizador. O essencial é conseguir mobilizar os alunos em torno de um tema.
   Para enriquecer as atividades de sensibilização, recomendamos ao professor o livro *Simplicidades insolúveis* – 39 histórias filosóficas, de Roberto Casati e Achille Varzi (São Paulo: Companhia das Letras, 2005). Trata-se de um conjunto de histórias curtas, em linguagem bem acessível, que apresentam problemas filosóficos interessantes nos mais variados campos e possibilitam desdobramentos diversos. Várias delas podem ser usadas em diálogo com temas dos capítulos do livro do aluno.
2. **PROBLEMATIZAÇÃO**. A etapa seguinte, praticamente simultânea à sensibilização, consiste em **evidenciar** o problema. Em outras palavras, fazer com que o problema seja visto. Transformá-lo em questão, em algo que pode e precisa ser investigado, procurado, revirado, para que possa ser

enfrentado. Nessa etapa, a ação do professor é fundamental para evitar que as sensibilidades dos estudantes em torno do tema-problema se dispersem. O objetivo é fazer com que essas múltiplas sensibilidades convirjam, articulem-se em torno de um esforço comum de busca, de investigação.

As etapas de sensibilização e problematização correspondem, no livro do aluno, à seção *Colocando o problema*.

3. **INVESTIGAÇÃO**. Trata-se da etapa mais longa, de estudo e pesquisa na história da filosofia. O problema que nos mobiliza já foi pensado anteriormente? Por quem? Em que contexto(s)? Quais foram as abordagens realizadas? Quais são os conceitos criados em seu enfrentamento? Nessa etapa do trabalho, diversas fontes podem ser utilizadas. O livro do aluno procura oferecer subsídios para essa investigação, explorando autores, temas, períodos da história da filosofia, bem como trechos de textos de filósofos sobre o problema em questão. Mas isso pode ser complementado por outros textos de comentadores da filosofia, outros trechos de textos de filósofos ou mesmo textos filosóficos completos que o professor julgue apropriados para seus alunos.

   No livro do aluno, essa etapa de investigação é contemplada na seção *A filosofia na história*.

   É importante que a etapa de investigação seja feita em constante diálogo com os filósofos e a história da filosofia, uma vez que seu objetivo é encontrar ferramentas conceituais para enfrentar os problemas trabalhados. Quanto maior a diversidade de elementos trabalhados, melhor.

4. **CONCEITUAÇÃO**. Esta etapa coroa o processo de trabalho, pois mobiliza o aluno a lidar ele próprio com o conceito. Considera-se que o conceito seja, ao mesmo tempo, um ato de pensamento e a materialização desse ato em um produto, que, por sua vez, é materializado no texto escrito. Para dar materialidade ao conceito e não permitir que ele se perca no turbilhão do pensamento, o filósofo o nomeia com uma **palavra** que ele escolhe para esse fim. Um exemplo: **Ideia** é um conceito de Platão. Ainda que ele definisse a ideia como uma existência independente do ser humano, eterna e perfeita, aqui trabalhamos com uma noção de filosofia antiplatônica. As ideias, como conceitos, são criações humanas. Portanto, não são eternas nem perfeitas. Por ideia compreendemos o ato de pensar do filósofo, seu enfrentamento de um problema, a meditação, a reflexão, o raciocínio em torno do problema. E a palavra Ideia dá materialidade a todo esse processo **do** pensamento **no** pensamento. Da maneira como se concebe a filosofia neste livro, também Platão foi um criador de conceitos, sendo aquele de Ideia um dos mais importantes do seu pensamento. Quando lemos um texto de Platão no qual ele argumenta em torno desse conceito, estamos, a nosso modo, refazendo seu percurso. É claro que já não é o percurso do filósofo, mas o percurso próprio de cada um que lê o texto dele. Ler filosoficamente um texto filosófico significa, portanto, entrar no movimento de pensamento do filósofo. Pensar **com** ele e, às vezes, pensar **contra** ele. Entrar nesse movimento de pensamento em sintonia com o(s) conceito(s) que está(ão) materializado(s) no texto lido.

   Falar em uma etapa de conceituação não significa, portanto, fazer com que cada estudante crie um **novo** conceito. Não descartamos, em hipótese alguma, essa possibilidade. Mas não precisamos exigi-la. Ela pode ser decorrência da experiência de pensamento de um ou outro aluno, mas **não podemos ter como objetivo geral que todos criem conceitos**. Nosso objetivo é que os estudantes se coloquem em **sintonia com os conceitos**, que sejam capazes de pensar por si mesmos aquilo que já foi pensado. Que eles possam experimentar o pensamento no pensamento ou, em outras palavras, que tenham a experiência do pensamento próprio, para que possam pensar autonomamente e, assim, exercitar uma cidadania de fato.

   Experimentar o pensamento refazendo os percursos do pensamento dos filósofos, sendo capazes de dialogar com os textos, de neles encontrar ferramentas conceituais para enfrentar os problemas que estamos investigando. Essa é a meta da etapa de conceituação, que finaliza os quatro passos didáticos de um aprendizado ativo da filosofia.

   No livro do aluno, a etapa de conceituação está materializada na seção *Em busca do conceito*, que propõe atividades de diversos tipos (pesquisa, leitura, reflexão, compreensão, escrita) a fim de estimular o uso das ferramentas trabalhadas ao longo do capítulo. Espera-se que, a cada capítulo, ao menos uma atividade de escrita seja realizada, de modo que o estudante sistematize, sintetize e materialize os movimentos de pensamento realizados ao longo do estudo. Ao final da seção, é apresentada uma lista de sugestões de livros e de filmes

acessíveis aos estudantes, para que possam complementar seus estudos.

Com a realização desse movimento do pensamento em quatro etapas, objetiva-se um contato vivo, pulsante e inquietante com a filosofia. Mais do que nos dar respostas prontas, esse movimento nos coloca em uma busca permanente.

TEXTOS SOBRE A SENSIBILIZAÇÃO A PARTIR DE FILMES

CABRERA, J. *De Hitchcock a Greenaway pela história da filosofia* – novas reflexões sobre cinema e filosofia. Rio de Janeiro: Nankin, 2007.

______. *O cinema pensa* – uma introdução à filosofia através dos filmes. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

POURRIOL, O. *Cine filô* – as mais belas questões da filosofia no cinema. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ROWLANDS, M. *Scifi = scifilo* – a filosofia explicada pelos filmes de ficção científica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

4 Ensino de filosofia e interdisciplinaridade

Uma característica central da filosofia é sua conexão com outras áreas, conforme destacam Deleuze e Guattari:

> O conceito não é paradigmático, mas sintagmático; não é projetivo, mas conectivo; não é hierárquico, mas vicinal; não é referente, mas consistente. É forçoso, daí, que a filosofia, a ciência e a arte não se organizem mais como os níveis de uma mesma projeção e, mesmo, que não se diferenciem a partir de uma matriz comum, mas se coloquem ou se reconstituam imediatamente numa independência respectiva, uma divisão do trabalho que suscita entre elas relações de conexão.
>
> DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 119-120.

Sendo o conceito um operador sintagmático, conectivo e vicinal, isto é, que sempre se liga a outros conceitos e a outras ideias para produzir novos sentidos, fica evidente que não se pode tomar a filosofia de forma isolada. De todas as disciplinas que compõem o currículo do Ensino Médio, a filosofia é a única que é **interdisciplinar** em sua própria essência. Enquanto as ciências modernas ganharam autonomia à medida que afirmaram sua singularidade disciplinar, a autonomia da filosofia reside justamente em sua percepção da multiplicidade, sem a definição de objetos únicos. Aquilo que é pensado pela filosofia na maioria das vezes é pensado também por outra(s) disciplina(s), sendo importante para ela o diálogo com essa outra maneira de abordar o mesmo objeto. Não se faz filosofia sem o diálogo aberto com as outras disciplinas.

Ao longo dos capítulos do livro do aluno, esse diálogo aparece nos momentos propícios. Em várias das atividades propostas na seção *Em busca do conceito*, a conexão com outras disciplinas enriquecerá a abordagem. Além disso, ao final de cada uma das cinco unidades do livro há uma seção intitulada *Um diálogo com...*, na qual são propostas atividades e questões que solicitam o trato com outras disciplinas do currículo do Ensino Médio.

Seria interessante que, nos momentos de exposição/explicação dos tópicos dos capítulos, o professor explicitasse a relação com outras disciplinas. Por exemplo: ao trabalhar a emergência da filosofia na sociedade grega antiga, pode-se promover um diálogo com a história, examinando as características dessa sociedade; com a geografia, explorando as condições geográficas e suas implicações para o pensamento; e assim por diante. Outro exemplo: ao falar das teorias atomistas da filosofia grega, pode-se relacionar o assunto com a química e a física, explorando as semelhanças e diferenças entre as noções antiga e contemporânea de átomo. Ou, ainda: ao trabalhar a emergência do método científico na modernidade, podem-se explorar as produções científicas em âmbitos como a matemática, a geometria, a física, a astronomia, de filósofos como Descartes, Newton e Berkeley, por exemplo.

O diálogo com as demais disciplinas do currículo do Ensino Médio certamente enriquecerá a reflexão filosófica experimentada em sala de aula e fora dela. Além disso, explicitará aos alunos as múltiplas conexões da filosofia, deixando claro que ela não corresponde a um conhecimento isolado.

Conhecemos a anedota sobre Tales, que teria caído em um poço ao andar olhando as estrelas. Na contramão da anedota, pode-se evidenciar a filosofia como uma atividade do pensamento conectada ao tempo e ao mundo presentes, articulando os mais variados conhecimentos e saberes, a fim de enfrentar os problemas concretos que a vida cotidiana nos apresenta.

A seguir, reproduzimos um quadro elaborado por Ronai Pires da Rocha, que sintetiza as várias áreas de conhecimento e suas relações intrínsecas.

1. Eixos de conhecimento	2. Relações com o mundo	3. Relações conosco
Primeiro grupo: as ciências que privilegiam o eixo sintático do conhecimento humano.	São as chamadas "ciências formais"; a lógica e a matemática, que são centradas, preferencialmente, nas formas do raciocínio dedutivo. Elas não precisam dar conta da referência e verificação de enunciados no mundo. Pode-se dizer, aproximadamente, que o cientista investiga relações entre signos.	Neste grupo de ciências o estudioso dispõe do "estado da arte": do léxico, regras de inferência, axiomas, etc. A dimensão semântica do conhecimento ("verdadeiro" e "falso"), nesse eixo, diz respeito à consistência das expressões, à validade do uso das regras de inferência, etc.
Segundo grupo: as ciências que privilegiam o eixo semântico do conhecimento humano.	São as chamadas "ciências materiais": física, química, biologia, baseadas em raciocínios teóricos e processos indutivos. Os enunciados são objetos de processos de verificação ou validação, com algum tipo de instanciação de natureza empírica, a partir de esquemas conceituais. O cientista investiga objetos desprovidos da dimensão cultural: os processos da natureza. O cientista deve dar conta das relações entre os signos (enunciados) e a realidade investigada.	Neste grupo de ciências o pesquisador precisa dispor do "estado da arte": teorias, instrumentos, além de preservar a dimensão "sintática" do conhecimento. A dimensão semântica do conhecimento ("verdadeiro" e "falso") nesse âmbito diz respeito à adequação dos enunciados aos estados de coisas descritos.
Terceiro grupo: as ciências que privilegiam o eixo pragmático do conhecimento humano.	São as chamadas "ciências humanas": psicologia, história, economia, antropologia, etc. Elas têm por objeto o ser humano tomado como ser de sentido. O "sujeito" investiga "objetos-sujeitos". Tanto o sujeito quanto os "objetos" possuem uma dimensão histórica, cultural, social, valorativa, etc.: as ações e os eventos são revestidos de sentido, isto é, não compreensíveis apenas como naturais.	Neste grupo de ciências, o pesquisador igualmente precisa dar conta das relações entre os signos (enunciados) e a realidade investigada. A dimensão semântica do conhecimento ("verdadeiro" e "falso") diz respeito à adequação dos enunciados aos estados de coisa descritos. O pesquisador deve ter presente que seu esquema conceitual investiga um "sistema de sentido", e isso exige mecanismos adicionais de segurança e validação do que afirma.

ROCHA, Ronai Pires. *Ensino de filosofia e currículo*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 180.

5 O trabalho com textos filosóficos

O filósofo contemporâneo francês Pierre Lévy afirma que o pensamento utiliza-se de "tecnologias da inteligência", ferramentas que moldam nossas formas de pensar.[6] Segundo ele, ao longo da história humana, três "polos do espírito" foram conformados a tecnologias da inteligência específicas e estratégias de pensamento hegemônicas ou predominantes. Os três polos são o da "oralidade primária", o da "escrita" e o da "informática". A filosofia foi produzida e se desenvolveu segundo a lógica do polo da escrita; portanto, sua principal forma de codificação é o texto. Salvo raras exceções, a tradição da filosofia ocidental produziu-se e perpetuou-se por meio dos textos.

Em larga medida, é por meio da leitura de textos filosóficos que aprendemos filosofia. Assim, essa atividade é indispensável no Ensino Médio.

Para o trabalho com textos em filosofia, partimos de três pressupostos:

- o estudo da história da filosofia é um exercício filosófico por natureza;
- ler um texto é repensá-lo, e repensar é pensar;
- há textos propriamente filosóficos e há textos não filosóficos; mas mesmo estes podem ser lidos filosoficamente, pelas questões que suscitam.

O trabalho com textos permitirá, assim, um exercício de pensamento que coloca os estudantes em contato direto com a prática filosófica e sua história. Sabemos que a leitura não é um hábito consolidado em nossa cultura e, portanto, não é algo fácil para a maioria dos alunos.

[6] LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. São Paulo: Ed. 34, 1993.

Por essa razão, só será possível aprimorar a experiência de leitura com muito esforço e dedicação. Esse trabalho exige persistência; se desistirmos diante das primeiras dificuldades, pouco ou nenhum êxito teremos. É importante manter **disciplina** e **regularidade** na leitura, e isso pode ser estimulado e praticado nas aulas de filosofia.

Todo o nosso esforço didático consiste em sensibilizar o aluno para o estudo da filosofia. Se tivermos sucesso nesse esforço, as atividades de leitura de textos ganham sentido para ele. Porém, se simplesmente colocarmos em pauta o trabalho com textos, sem um esforço de sensibilização, os resultados podem ser deploráveis.

A sugestão é iniciar o trabalho com textos de forma lenta e leve, aumentando gradativamente, ao longo do ano letivo e das três séries do Ensino Médio, a quantidade e o nível de exigência desse trabalho.

Apresentaremos a seguir, de forma resumida, algumas diretrizes para o trabalho com textos nas aulas de filosofia.

1. AS VÁRIAS POSSIBILIDADES DE LEITURA

Podemos distinguir pelo menos três possibilidades de leitura de um texto:

- **leitura rápida**: permite avaliar o conteúdo do texto, sem se deter em seus detalhes e argumentações;
- **leitura aprofundada**: permite uma reflexão sobre o texto, um diálogo com o autor e com seus argumentos, aos quais contrapomos nossas próprias ideias;
- **leitura alternada/mista**: uma combinação dos dois processos anteriores, que nos permite passar de forma mais rápida por certas partes do texto e nos deter em outras, trabalhando com mais vagar.

Nas aulas de filosofia, é importante que os estudantes aprendam a distinguir entre esses tipos de leitura e a saber quando aplicar um ou outro. Isso só se adquire com exercício e treino. Seria interessante começar com exercícios de leitura rápida, a fim de identificar o conteúdo do texto, para depois passar a exercícios de leitura aprofundada. Apenas quando tiver alguma destreza nesses dois tipos de leitura é que o estudante estará apto a realizar uma leitura alternada.

2. DOCUMENTAÇÃO DE LEITURA

Os estudantes precisam ser orientados a documentar suas leituras, a fim de facilitar sua consulta posterior.

A técnica mais simples é **grifar** o texto, destacando as ideias principais, as partes mais importantes, as palavras desconhecidas. É importante orientá-los a criar uma notação própria para cada uma dessas situações. Pequenas anotações e comentários à margem do texto são também um exercício interessante, que pode tornar a leitura mais produtiva.[7]

Dessa primeira forma de documentação derivam outras duas:

- as **fichas**: anotar as leituras em fichas e criar um arquivo pessoal das leituras realizadas são práticas que facilitam nossa referência posterior. Além disso, a escrita da ficha aprimora a própria atividade de leitura, de assimilação do texto e de reflexão sobre ele.
- o **caderno de vocabulário**: anotar em um caderno as palavras novas que descobrimos em um texto com seu respectivo significado torna-se um poderoso auxiliar no aprendizado da filosofia, pois temos uma fonte rápida e segura de consulta. O caderno de vocabulário não pode, porém, ser confundido com um dicionário, que em hipótese alguma o substitui. O caderno de vocabulário é uma documentação pessoal de leitura.

3. A EXPLICAÇÃO DE UM TEXTO

A leitura de um texto complementa-se com sua explicação, que não é nem uma dissertação, nem um comentário, nem uma paráfrase, nem uma reprodução ao pé da letra, mas a apresentação pessoal de um texto lido, levando em conta os seguintes aspectos:

- seu tema;
- a tese do autor;
- o movimento do texto (isto é, seus diferentes momentos e suas articulações);
- as noções filosóficas apresentadas no texto;
- uma análise da natureza e do alcance do texto.

A explicação do texto consiste em uma espécie de prova de leitura, na qual o leitor expõe aquilo que o autor realmente disse, não as suas opiniões a respeito.

4. O COMENTÁRIO DE UM TEXTO

O comentário é uma discussão mais ampla sobre um texto. Trata-se de uma reflexão pessoal sobre o tema, suscitada pelo texto, mas que pode remeter a outros autores e pontos de vista sobre o tema.

O comentário pressupõe a explicação do texto, uma vez que só se pode comentar e debater aquilo que foi efetivamente compreendido.

---

7 Lembramos que, conforme o subitem 3.1.10 do edital do Programa Nacional do Livro Didático 2018, as obras didáticas do componente curricular filosofia são consumíveis e permanecem com o estudante. Essa particularidade facilita o trabalho do estudante com a leitura dos textos filosóficos reproduzidos no livro e permite o retorno, ao longo dos três anos do Ensino Médio, a textos já lidos anteriormente.

Sugere-se que se façam comentários de textos como exercícios complementares: é possível solicitar aos estudantes que escrevam uma explicação do texto lido, recolhê-la, ler, comentar, avaliar, para em seguida devolver aos alunos e pedir que refaçam, se for o caso, de acordo com as observações do professor, incluindo os comentários e as opiniões pessoais. Após essa segunda etapa, recolhê-la novamente para outra leitura, avaliação e comentários.

5. A DISSERTAÇÃO FILOSÓFICA

Após a leitura do texto, seu estudo, a reflexão em torno dele e exercícios de escrita, como a explicação e o comentário, é preciso exercitar as técnicas de redação da dissertação filosófica para de fato concluir o trabalho com textos filosóficos.

A dissertação é um exercício privilegiado e completo, pois pressupõe a leitura e o estudo de textos e de filósofos, bem como a materialização do pensamento próprio no texto escrito. A dissertação filosófica é definida por Jacqueline Russ da seguinte maneira:

> A dissertação filosófica representa, em nosso sistema de ensino, um exercício privilegiado. Distinta do trabalho literário, do ensaio de formato livre, mas distinta também da demonstração de tipo matemático, ela designa uma "demonstração-argumentação" rigorosa e metódica, convertendo sempre um enunciado em problema, de maneira a trabalhar para a solução deste, a determinar o problema sem jamais desintegrá-lo e a responder ao título do tema. Definitivamente, a dissertação assemelha-se a um exercício espiritual.
>
> RUSS, J. *Os métodos em filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 89.

Essa mesma autora alerta para o fato de que a dissertação filosófica é comumente confundida com outros tipos de escrita. É importante, pois, afirmar que ela **não é**:

- um **exercício de erudição**, que acaba por se tornar um "desfile de conhecimentos", uma exposição mais ou menos desconexa de um grande conjunto de ideias e de leituras, apenas para fazer crer que aquele que escreve leu e estudou muito;
- um **exercício literário**, uma vez que a dissertação filosófica implica um trabalho com os conceitos que o exercício literário não foca;
- um **ensaio**, que embora possa ter uma dinâmica conceitual, não segue os protocolos de demonstração-argumentação da dissertação; enquanto o primeiro quer envolver o leitor por uma empolgação literária, a dissertação filosófica pede a adesão do leitor por meio de uma exposição rigorosa dos argumentos.

É interessante a aproximação que Russ faz da dissertação filosófica com o "exercício espiritual", que segundo Pierre Hadot era a forma privilegiada da filosofia na Antiguidade, mas também estaria presente no mundo contemporâneo. Hadot define o exercício espiritual como um trabalho do pensamento, um exercício filosófico, um trabalho de si sobre si mesmo. O exercício espiritual é um trabalho de subjetivação, de constituição do sujeito. Por meio do trabalho do pensamento nós nos tornamos nós mesmos. Se tomarmos, então, a dissertação filosófica como esse tipo de atividade, ela se coloca bem mais além de um mero exercício de escrita. Praticando a dissertação filosófica entramos no movimento mesmo da filosofia, da experimentação do pensamento e, com isso, nos construímos como sujeitos e como cidadãos.

É de grande importância, pois, que as aulas de filosofia preparem pouco a pouco os estudantes para produzirem suas dissertações, tanto como forma de "coroar" seus estudos de filosofia quanto de trabalhar sobre eles mesmos. A cada capítulo do livro do aluno sugerimos a realização de ao menos uma dissertação filosófica. Recomendamos ao professor que realize o máximo possível esse tipo de atividade, começando da forma mais simples, com pequenos textos, aumentando a complexidade ao longo do tempo, à medida que o nível de exigência se elevar conforme o progresso dos alunos.

TEXTOS SOBRE METODOLOGIAS DE TRABALHO COM TEXTOS

ARONDEL-ROHAUT, M. *Exercícios filosóficos*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSSUTTA, F. *Elementos para a leitura de textos filosóficos*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOLSCHEID, D.; WUNENBURGER, J.-J. *Metodologia filosófica*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RUSS, J. *Os métodos em filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SAUNDERS, C. et al. *Como estudar filosofia* – guia prático para estudantes. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TEXTO SOBRE MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDO E DE PESQUISA

SEVERINO, A. J.; SEVERINO, E. S. *Ensinar e aprender com pesquisa no Ensino Médio*. São Paulo: Cortez, 2012.

6 A avaliação no ensino de filosofia

A lógica da instituição escolar está centrada nas táticas de avaliação. Em *Vigiar e punir*, Foucault afirma que a técnica do **exame** permitiu que, na modernidade, a pedagogia se constituísse como ciência. Isso não é nada desprezível e precisamos estar atentos às questões de poder envolvidas nas várias metodologias e práticas de avaliação.

Porém, não podemos desprezar o potencial formativo da avaliação. É inegável que o acompanhamento minucioso dos processos de aprendizagem pode potencializar e intensificar esses processos.

A questão que se apresenta é: quando adotamos um ensino de filosofia como prática do pensamento, como exercício espiritual, como experiência com o conceito, o que, como e quando avaliar?

A sugestão que permeia o livro do aluno é o trabalho de avaliação centrado na redação das dissertações filosóficas. O professor pode buscar outros elementos que possam ser avaliados no processo, como a capacidade de argumentação, a participação em debates, etc. Mas nos parece que a dissertação filosófica dá à avaliação uma materialidade e uma "objetividade" que outras técnicas não permitem. Por meio dela, é possível avaliar o processo de estudo do aluno, bem como os resultados a que ele efetivamente chegou. É possível, ainda, acompanhar seus progressos durante o ano letivo.

Como etapas intermediárias, pode-se também avaliar outros exercícios de escrita, como a produção de explicações e comentários de texto.

Se o professor conseguir trabalhar, por exemplo, uma atividade de dissertação por bimestre, terá bons elementos a serem avaliados.

O artigo a seguir, escrito pelo professor português radicado no Brasil Desidério Murcho, propõe interessantes reflexões sobre a possibilidade de uma avaliação objetiva no ensino de filosofia e desfaz uma série de mitos.

Avaliação em filosofia e subjetividade

A ideia de que a avaliação em filosofia é necessariamente subjetiva, ao contrário do que acontece em disciplinas como a física, a história ou a matemática, é o resultado de uma confusão que estas páginas visam esclarecer. Não está tanto em causa defender que a avaliação em filosofia é objetiva, mas antes defender que é falsa a dicotomia entre disciplinas cuja avaliação é objetiva e outras cuja avaliação é subjetiva. Na verdade, as disciplinas que geralmente se pensa serem susceptíveis de uma avaliação mais objetiva são, em virtude deste mito, objeto de uma avaliação imensamente subjetiva.

A ideia em que se baseia este mito é a seguinte: Numa disciplina como a matemática, a física ou a lógica a avaliação pode ser perfeitamente objetiva porque uma equação foi bem ou mal resolvida; um cálculo ou fórmula da física foi bem ou mal realizado; os passos de uma demonstração lógica estão todos corretos ou não. Assim, a avaliação é completamente objetiva porque trata-se apenas de ver se o estudante resolveu bem a equação, ou realizou bem o cálculo, ou demonstrou bem o argumento.

Que esta ideia é fantasiosa começa a perceber-se quando nos perguntamos que pesos relativos dar a cada erro ou a cada acerto. Uma demonstração lógica correta com apenas um deslize, que cotação recebe? Um estudante que apresenta uma demonstração correta, mas cinzenta, deve ter a mesma classificação de um estudante que apresenta uma demonstração igualmente correta, mas particularmente brilhante?

Como se vê, a pretensa objetividade na avaliação de disciplinas deste tipo começa a cair por terra. Pior ainda acontece quando nos apercebemos que a escolha dos materiais sujeitos à avaliação e o modo como tais materiais são apresentados estão longe de ter o grau de objetividade que o mito apresenta. Pois imagine-se dois professores, X e Y, de ou matemática ou física. X ensina apaixonadamente os seus estudantes, detém-se na compreensão das coisas, dá-lhes uma imagem real da disciplina, não esconde os problemas em aberto, exige-lhes que pensem e compreendam. Y limita-se a dar aulas cinzentas, automáticas, treinando os seus estudantes como macacos para escrever carreiras de símbolos no papel cujo significado lhes escapa. X e Y vão agora avaliar os seus alunos. E X faz testes nos quais os estudantes têm de mostrar que compreendem o que estudaram; Y faz testes para macacos e papagaios, que consistem unicamente em continuar a pôr no papel os intermináveis símbolos e fórmulas que há meses andam a escrever nos cadernos. E agora vamos ver os resultados. O aluno x teve X como professor e teve um 16; é um aluno inteligente, que compreende razoavelmente o que estudou, apesar de lhe escaparem alguns aspectos.

O aluno y teve Y como professor e teve também 16; mas é um aluno absolutamente bronco, incapaz de compreender a diferença entre um sapato esquerdo e um direito, mas que à força de decorar métodos mecânicos e de escrevinhar fórmulas que não percebe acabou por apanhar a coisa. E aqui temos a pretensa objetividade da avaliação destas disciplinas em todo o seu esplendor: é um mito.

E é um mito por quê? Porque a objetividade na avaliação não depende apenas de saber se o teste pode ser classificado automaticamente, mas igualmente de saber que métodos e conteúdos foram escolhidos pelo professor nas suas aulas, que quer ele realmente ensinar e como está ele a tentar fazer isso. Se tudo o que o professor quer ensinar é repetir fórmulas e palavras e datas e fatos, então vive na mais perfeita das ilusões da avaliação objetiva. O preço a pagar é um ensino tonto, frio, distante da realidade, formalista e sem futuro. E os seus estudantes melhor classificados ficam pior preparados do que os estudantes mais fracos do professor que procura dar uma imagem realista da disciplina, apelando à compreensão do que está em causa e ao sentido crítico do estudante, exigindo raciocínio e castigando o *repetitorium*.

Em suma, o mito da avaliação objetiva em disciplinas como a Matemática ou a Física é conseguido à custa de transformar estas disciplinas em imagens pálidas do que na realidade são. E a consequência é um empobrecimento do ensino e a impossibilidade da sua excelência.

Contudo, isto não significa que toda avaliação é subjetiva, no sentido ridículo de tudo depender das idiossincrasias do professor, das suas preferências e manias, preconceitos e ódios de estimação. A avaliação que se rege por estes parâmetros — e infelizmente há muita a reger-se por eles — é apenas uma farsa infeliz de quem é incapaz de ser um bom professor. Ora, é precisamente quando comparamos este tipo de avaliação, verdadeiramente subjetiva, com o que acontece na avaliação em filosofia concebida pelos melhores professores que compreendemos duas coisas: que o que conta não é saber se a avaliação é objetiva ou subjetiva, mas justa e correta, ou injusta e incorreta; e que o pretenso contraste entre disciplinas como a lógica ou a matemática e a filosofia é enganador, sendo possível conceber uma avaliação muito mais justa e correta em filosofia do que muitas formas correntes de avaliação em lógica ou matemática.

Assim, o primeiro aspecto a ter em conta na avaliação é decidir o que se vai avaliar. Evidentemente, isto só pode fazer-se decidindo primeiro o que vai lecionar-se. E esta é a primeira escolha fundamental, que vai determinar a avaliação. Saber escolher as matérias adequadas é fundamental: os aspectos fundantes e fundamentais das disciplinas em causa, que permitirão ao estudante uma progressão segura na compreensão das coisas. Não se pode, pois, decidir lecionar seja o que for que "dá jeito para avaliar" — nem aquilo que o professor mais gosta porque gosta. Veja-se um mau exemplo do ensino da lógica aristotélica: como é muito fácil e dá a ideia de objetividade, decide-se ensinar as regras dos silogismos e determinar se um dado silogismo é ou não válido percorrendo as regras uma a uma. O que fica de fora é a compreensão do que é um argumento silogístico, da razão de ser daquelas regras, dos limites e da importância da teoria lógica de Aristóteles; ficam ainda de fora noções centrais como a de validade por oposição a verdade, argumento sólido por oposição a argumento meramente válido, falácia por oposição a validade, e argumento dedutivo por oposição a outros tipos de argumentos. O resultado final é uma avaliação aparentemente mais objetiva, mas que na verdade é pior do que uma avaliação baseada nestes conteúdos, de longe mais importantes do que saber decorar meia dúzia de regras e saber usá-las mecanicamente.

Quando se abandona o mito do contraste na avaliação entre disciplinas como a matemática ou a lógica e disciplinas como a filosofia, compreende-se que o que conta é o rigor e a qualidade da avaliação, e que o que está em causa não é ser objetivo ou subjetivo, mas ser mais ou menos objetivo. Ora, avaliar corretamente um estudante em filosofia é uma tarefa tão objetiva quanto avaliar corretamente um estudante de lógica ou matemática. É só uma questão de saber escolher os conteúdos a lecionar, de saber como se fazem perguntas e de saber como se avaliam respostas. Mas tudo isto supõe um domínio sólido da disciplina, uma compreensão abrangente da disciplina e da sua importância, sendo, portanto contrário ao registro do funcionário público que se limita a cumprir mais uma formalidadezinha — é que, como dizia Eça de Queirós, a formalidadezinha mais importante no ensino é que é preciso saber.

Ora, quando se sabe, sabe-se o que é mais importante e fundamental em cada área; por onde se deve começar; e como se deve ensinar e avaliar. No livro *O lugar da lógica na filosofia* (Plátano, 2003) dou vários exemplos de como se avalia corretamente e incorretamente em lógica; e no manual *A arte de pensar* (Didáctica, 2003) é também nítido como se pode avaliar em filosofia com segurança e sem o mito da subjetividade. O propósito deste artigo foi tão só o de sacudir o mito da subjetividade da avaliação em filosofia. Agora, é necessário cumprir a tal formalidadezinha a que Eça se referia.

MURCHO, D. *Avaliação em filosofia e subjetividade.*
Disponível em: <http://criticanarede.com/fil_avaliacao2.html>.
Acesso em: 25 abr. 2016.

7 Fontes de pesquisa complementar para o professor

OBRAS DE REFERÊNCIA PARA CONSULTA

Dicionários de filosofia

* As obras assinaladas com asterisco indicam dicionários com preocupação didática de serem acessíveis aos estudantes.

BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUNGE, M. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CANTO-SPERBER, M. *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo: Unisinos, 2003. 2 v.

COMTE-SPONVILLE, A. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERRATER MORA, J. *Dicionário de filosofia*. 3. ed. Versão abreviada. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_______. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2000. 4 tomos.

GIACOIA JUNIOR, O. *Pequeno dicionário de filosofia contemporânea*. São Paulo: Publifolha, 2006.

HUISMAN, D. *Dicionário de obras filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_______. *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

*JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RICKEN, F. (Org.). *Dicionário de teoria do conhecimento e metafísica*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

*RUSS, J. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Scipione, 1994.

História da filosofia

CAILLÉ, A.; LAZZERI, C.; SENELLART, M. (Org.). *História argumentada da filosofia moral e política* – a felicidade e o útil. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

CHAUI, M. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 1 e 2.

HUNNEX, M. *Filósofos e correntes filosóficas em gráficos e diagramas*. São Paulo: Vida, 2003.

PECORARO, R. (Org.). *Os filósofos* – clássicos da filosofia. Petrópolis: Vozes, 2008. 3 v.

REALE, G.; ANTISSERI, D. *História da filosofia*. São Paulo: Paulus, 1990. 3 v.

FONTES DE PESQUISA *ON-LINE*

ANTOLOGIA DE TEXTOS FILOSÓFICOS. SEED-PR. Disponível em: <www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/caderno_filo.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA – ANPOF (destaque para a seção “filosofia na escola”, que aborda temas relativos ao Ensino Médio). Disponível em: <www.anpof.org.br>. Acesso em: 25 abr. 2016.

DICIONÁRIO ESCOLAR DE FILOSOFIA. Plátano (Portugal). Disponível em: <www.defnarede.com>. Acesso em: 25 abr. 2016.

ENSINO DE FILOSOFIA (*blog* destinado a pesquisas, debates, novas publicações e eventos sobre filosofia no Ensino Médio). Disponível em: <http://filosofiaensina.blogspot.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2016.

FILOSOFIA NA ESCOLA (*blog* do projeto Filosofia na Escola, do curso de filosofia da Universidade de Caxias do Sul). Disponível em: <http://filescola.blogspot.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2016.

FILOSOFIA NA ESCOLA (*blog* editado por Marcelo Guimarães, com uma extensa lista de *links* de interesse para o ensino de filosofia). Disponível em: <http://filoescola.blogspot.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2016.

LABORATÓRIO DE ENSINO DE FILOSOFIA GERD BORNHEIM. Faculdade de Educação – UFRJ. Disponível em: <www.lefgb.fe.ufrj.br>. Acesso em: 25 abr. 2016.

LABORATÓRIO DE LICENCIATURA E PESQUISA SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA – UERJ. Disponível em: <www.llpefil-uerj.net>. Acesso em: 25 abr. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal do professor. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

PORTAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO. Núcleo de Estudos Filosóficos da Infância – UERJ. Disponível em: <http://filoeduc.org>. Acesso em: 25 abr. 2016.

PROJETO PAIDEIA. Pibid – Filosofia da UnB. Disponível em: <http://projetopaideia.wordpress.com>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Área de filosofia. Disponível em: <http://filosofia.seed.pr.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2016.

8 Bibliografia geral sobre ensino de filosofia

ALVES, D. J. *A filosofia no Ensino Médio* – ambiguidades e contradições na LDB. Campinas: Autores Associados, 2002.

ARONDEL-ROHAUT, M. *Exercícios filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASPIS, R.; GALLO, S. *Ensinar filosofia* – um livro para professores. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

BERTTOLINI, M. et al. *Materiales para la construcción de cursos de filosofía* – ¿que és la filosofía?. Montevidéu: A-Z, 1997.

_______; LANGON, M. *Diversidad cultural e interculturalidad* – propuestas didácticas para la problematización y la discusión. Buenos Aires: Novedades Educativas, 2009.

BRASIL-MEC/SEMT. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, 1999.

CANDIDO, C.; CARBONARA, V. (Org.). *Filosofia e ensino* – um diálogo transdisciplinar. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2004.

CARMINATI, C. J. *Professores de filosofia* – crise e perspectivas. Itajaí: Ed. da Univali, 2006.

CARNEIRO, A. A. *Novo ensino da filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

CASTRO, E. A.; RAMOS-DE-OLIVEIRA, P. (Org.). *Educando para o pensar*. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

CEPPAS, F.; OLIVEIRA, P. R.; SARDI, S. A. (Org.). *Ensino de filosofia* – formação e emancipação. Campinas: Alínea, 2010.

CERLETTI, A. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COMTE-SPONVILLE, A. *Uma educação filosófica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COSSUTTA, F. *Elementos para a leitura de textos filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CUNHA, J. A. *Filosofia na educação infantil*. Campinas: Alínea, 2002.

DANIEL, M.-F. *A filosofia e as crianças*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

DERRIDA, J. *Du Droit à la Philosophie*. Paris: Galilée, 1990.

_______ et al. *La Grève des philosophes* – école et philosophie. Paris: Osiris, 1986.

EVANGELISTA, F. *O pensar e o agir eticamente*. Florianópolis: Sophos, 2003.

_______; GOMES, P. de T. (Org.). *Educação para o pensar*. Campinas: Alínea, 2003.

FÁVERO, A.; RAUBER, J. J.; KOHAN, W. O. (Org.). *Um olhar sobre o ensino de filosofia*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

FERREIRA, M. L. R. (Coord.). *Ensinar e aprender filosofia num mundo em rede*. Lisboa: Universitas, 2012.

FIGUEIREDO, V. de. *Filósofos na sala de aula*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2007. v. 2.

_______. *Seis filósofos na sala de aula*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2006.

FOLSCHEID, D.; WUNENBURGER, J.-J. *Metodologia filosófica*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GALLO, S. *Metodologia do ensino de filosofia* – uma didática para o Ensino Médio. Campinas: Papirus, 2012.

_______.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.). *Ensino de filosofia*: teoria e prática. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2004.

_______ (Org.). *Filosofia do ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_______; KOHAN, W. O. (Org.). A filosofia e seu ensino. *Cadernos Cedes*, v. 24, n. 64. Campinas: Cedes, set./dez. 2004.

_______. *Filosofia no Ensino Médio*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOTO, R.; GALLO, S. (Org.). *Da filosofia como disciplina*: desafios e perspectivas. São Paulo: Loyola, 2011.

GUSDORF, G. *Professores para quê?* São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HENNING, L. M. P. (Org.). *Apoio ao ensino de filosofia nas séries iniciais*. Londrina: Ed. da UEL, 1999.

HEUSER, E. M. D. *Pensar em Deleuze* – violência e empirismo no ensino de filosofia. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2010.

HORN, G. B. *Ensinar filosofia* – pressupostos teóricos e metodológicos. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2009.

HÜHNE, L. M. (Org.). *Fazer filosofia*. Rio de Janeiro: Uapê, 1994.

JOSÉ, E. T. (Comp.). *Propuestas para enseñar a filosofar com temas transversales*. Salta: Ed. U.N.Sa., 2001.

KLUMB, I. M. *Diário de um professor de filosofia*. Rio de Janeiro: Uapê, 1997.

KOHAN, W. O. (Org.). *Ensino de filosofia* – perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_______. *Infância*. Entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_______ (Org.). *Filosofia*: caminhos para seu ensino. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_______ (Org.). *Lugares da infância*: filosofia. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_______ (Org.). *Políticas do ensino de filosofia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_______. *Filosofia para crianças*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_______; CERLETTI, A. A. *A filosofia no Ensino Médio*. Brasília: Ed. da UnB, 1999.

_______; KENNEDY, D. (Org.). *Filosofia e infância*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_______; LEAL, B.; RIBEIRO, Á. (Org.). *Filosofia na escola pública*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_______; WAKSMAN, V. (Org.). *Filosofia para crianças na prática escolar*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_______. *Filosofía para niños* – discusiones y propuestas. Buenos Aires: Ed. Novedades Educativas, 2000.

_______; XAVIER, I. M. (Org.). *Abecedário de criação filosófica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KOHAN, Walter. *Filosofia* – o paradoxo de aprender e ensinar. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LIMA, M. A. C. *A pesquisa-ação e o ensino de filosofia*. Curitiba: CRV, 2013.

_______. *O ensino de filosofia e suas contradições*. Gov. Valadares: Ed. da Univale, 2002.

LIPMAN, M. *Filosofia na sala de aula*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

LORIERI, M. A. *Filosofia*: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

MAAMARI, A. M.; BAIRROS, A. T. C.; WEBER, J. F. (Org.). *Filosofia na universidade*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2006.

MARNOTO, I. (Coord.). *Didáctica da filosofia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

MATTHEWS, G. *A filosofia e a criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEYER, M. *A problematologia*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

NETO, H. N. (Org.). *O ensino da filosofia no 2º grau*. São Paulo: Seaf, 1986.

NOBRE, M.; TERRA, R. *Ensinar filosofia* – uma conversa sobre aprender a aprender. Campinas: Papirus, 2007.

OBIOLS, G. *Uma introdução ao ensino da filosofia*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

PALÁCIOS, G. A. *De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio*. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

PANCIROLI, E. L. et al. *Análisis de los currículos de Filosofía en el nivel medio en Iberoamérica*. Madri: OEI, 1998.

PERINE, M. *Ensaio de iniciação ao filosofar*. São Paulo: Loyola, 2007.

PIOVESAN, A.; EIDT, C.; GARCIA, C. B.; HEUSER, E. M. D.; FRAGA, P. D. (Org.). *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

PORTA, M. A. G. *A filosofia a partir de seus problemas*. São Paulo: Loyola, 2002.

QUINTELA, M. *Problemas filosóficos en el imaginario social de nuestra época*. Montevidéu: A-Z, 1997.

RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RIBAS, M. A. C. et al. *Filosofia e ensino* – a filosofia na escola. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2005.

ROCHA, R. P. da. *Ensino de filosofia e currículo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

RODRIGO, L. M. *Filosofia em sala de aula* – teoria e prática para o Ensino Médio. Campinas: Autores Associados, 2009.

ROLLA, A. B. M.; SANTOS NETO, A. dos; QUEIROZ, I. P. (Org.). *Filosofia e ensino* – possibilidades e desafios. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2003.

RUSS, J. *Os métodos em filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SABOIA, B. *A ditadura brasileira e o ensino de filosofia*. São Luís: Ed. da UFMA, 2001.

SARDI, S.; SOUZA, D. G.; CARBONARA, V. (Org.). *Filosofia e sociedade*: perspectivas para o ensino da filosofia. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2007.

SAUNDERS, C. et al. *Como estudar filosofia* – guia prático para estudantes. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SAVATER, F. *As perguntas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SILVEIRA, R. J. T. *A filosofia vai à escola?* Campinas: Autores Associados, 2001.

_______. *Filosofia na escola*: diferentes abordagens. São Paulo: Loyola, 2008.

_______. *Mathew Lipman e a filosofia para crianças*: três polêmicas. Campinas: Autores Associados, 2003.

_______; GOTO, R. (Org.). *Filosofia no Ensino Médio* – temas, problemas e propostas. São Paulo: Loyola, 2007.

TOMAZETTI, E. M.; GALLINA, S. F. S. (Org.). *Territórios da prática filosófica*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2009.

TOULMIN, S. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TUGENHADT, E.; VICUÑA, A. M.; LÓPEZ, C. *O livro de Manuel e Camila* – diálogos sobre moral. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

VASQUEZ, G. H. et al. La enseñanza de la Filosofía en el nivel medio: tres marcos de referencia. *Cuadernos de la OEI* – Educación: currículos y didácticas I. Madri: OEI, 1998.

VELASCO, P. del N. *Educando para a argumentação* – contribuições do ensino da lógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WILSON, J. *Pensar com conceitos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

9 Estrutura do livro do aluno e sua utilização

A obra está organizada em cinco unidades temático-problemáticas, cada uma delas composta de três capítulos. A primeira unidade (*Como pensamos?*) tem um caráter introdutório. Seu objetivo é apresentar ao aluno o pensamento filosófico e convidá-lo à sua prática. O Capítulo 1 introduz a filosofia como pensamento, como enfrentamento dos problemas vivenciados pelos seres humanos no mundo. Apresenta o pensamento como uma ferramenta de transformação e a filosofia como o exercício de um pensamento conceitual. O Capítulo 2 apresenta as relações da filosofia com outras formas de pensar, com destaque para aquelas com as quais mantém relações que tendem a

ser mais conflituosas: o mito, a religião e o senso comum. O Capítulo 3 aborda a ciência e a arte como "potências do pensamento", na expressão de Deleuze e Guattari; estas compõem com a filosofia três formas de pensamento criativo.

A segunda unidade (*O que somos?*) está dedicada a pensar o ser humano. O primeiro capítulo trata de problemas centrais da antropologia filosófica – as dificuldades do autoconhecimento, o humano como corpo e alma, a discussão conceitual em torno de uma natureza humana e uma condição humana –, e encerra-se com considerações a respeito de uma filosofia da existência, pensada no século XX. O Capítulo 2 trata da linguagem e da cultura como fenômenos humanos, com ênfase ao impacto da primeira no pensamento filosófico. No terceiro capítulo as questões da corporeidade, do gênero e da sexualidade são trabalhadas em uma perspectiva filosófica.

A Unidade 3 (*Por que e como agimos?*) trata da ética. O Capítulo 1 está centrado na noção de valor, problematizando o ato de escolher e a liberdade. O segundo capítulo aborda as concepções clássicas da ética como teoria do agir humano. Ressalta aquelas que orientam a ação para a felicidade, particularmente a de Aristóteles, e as que afirmam uma orientação a partir do dever, particularmente o pensamento de Kant. O Capítulo 3 trata da ética como condução da vida. São apresentadas e discutidas as três escolas filosóficas antigas que lidaram com essa questão (cinismo, estoicismo e epicurismo), bem como a abordagem contemporânea de Foucault, ao tratar a ética como uma "estética da existência".

Na quarta unidade (*Como nos relacionamos?*), o tema-problema central é a política. O primeiro capítulo discute conceitualmente o poder e como ele permeia as relações humanas, para em seguida apresentar as matrizes do pensamento político grego antigo, com Platão e Aristóteles, e a emergência de uma nova forma de pensar a política no Renascimento, com Maquiavel e La Boétie. No Capítulo 2 é trabalhado o pensamento político moderno, tomando como centralidade a noção de Estado e a relação dos indivíduos com essa instituição. São tratadas as diferentes concepções de contrato social e, em seguida, as críticas ao Estado construídas no século XIX. O Capítulo 3 fecha a unidade com leituras políticas do século XX: o estudo dos totalitarismos, com Hannah Arendt; disciplina e biopoder, com Michel Foucault; e a noção de sociedades de controle, com Gilles Deleuze.

A Unidade 5 está estruturada em torno dos *Problemas contemporâneos*, tratados em três grandes blocos. O primeiro deles (Capítulo 1) é dedicado aos problemas do conhecimento e dos limites da ciência. Se a ciência foi apresentada na Unidade 1 como uma das "potências do pensamento", aqui ela é problematizada em uma perspectiva filosófica. Discute-se tanto o positivismo e a emergência de uma tecnociência nos séculos XIX e XX quanto as peculiaridades das Ciências Humanas, finalizando com uma abordagem das questões políticas relativas ao conhecimento. O Capítulo 2 trata da política contemporânea, principalmente da democracia. Ela é abordada por duas concepções filosóficas contemporâneas bastante distintas entre si: a de Antonio Negri e a de Jacques Rancière. Por fim, o Capítulo 3 aborda os problemas contemporâneos de ética, também organizados em três blocos: aqueles relativos à vida (bioética); os relativos ao mundo empresarial e à política; e aqueles relativos às relações do ser humano com a natureza.

A princípio, sugere-se trabalhar com uma unidade por semestre ao longo dos dois primeiros anos do Ensino Médio e com uma unidade no terceiro ano, na sequência em que são apresentadas no livro. Dessa forma, no primeiro ano seriam trabalhadas as Unidades 1 e 2 (problemas do conhecimento e do ser humano); no segundo ano, as Unidades 3 e 4 (problemas da ética e da política); e no terceiro ano, a Unidade 5, cujos capítulos são ligeiramente mais longos e podem oferecer desdobramentos que exigirão maior tempo de desenvolvimento.

Essa estruturação, porém, não é estanque. O professor pode escolher uma sequência completamente diferente na abordagem das unidades e dos capítulos, de acordo com seus interesses e preferências de trabalho e com as especificidades de cada escola. Embora todas as unidades e capítulos estejam interligados, eles são autônomos entre si, de modo que não é necessário seguir a estrutura linear de progressão das unidades e capítulos aqui apresentada. Ainda assim, recomenda-se iniciar a exploração da obra pela Unidade 1, pois esta apresenta as origens e os fundamentos do pensamento filosófico.

Outra forma interessante de abordagem seria trabalhar cada um dos capítulos da Unidade 5 em uma das séries do Ensino Médio, centrando as aulas de filosofia na abordagem dos problemas contemporâneos para, a partir deles, visitar as demais unidades. Apenas a título de exemplo: poder-se-ia trabalhar no primeiro ano do Ensino Médio o Capítulo 1 da Unidade 5

(problemas do conhecimento) e, a partir dele, trabalhar a Unidade 1 (pensamento, conhecimento e seus tipos) e o primeiro capítulo da Unidade 2 (conhecimento humano de si mesmo). No segundo ano, o ponto de partida seria o Capítulo 2 da Unidade 5 (problemas políticos), para em seguida trabalhar a Unidade 4 (política) e o segundo capítulo da Unidade 2 (linguagem e cultura). Para o terceiro ano, ficaria o Capítulo 3 da Unidade 5 (problemas éticos), que remeteria para a Unidade 3 (ética) e para o Capítulo 3 da Unidade 2, que trata de corporeidade, sexualidade e gênero.

Evidentemente, também nesse tipo de abordagem o professor pode alterar essa ordem, escolhendo com qual bloco de problema prefere iniciar, assim como pode alterar a sugestão de articulação com as demais unidades. Qualquer combinação é possível, a depender do tipo de trabalho que o professor queira desenvolver.

Estrutura dos capítulos

Cada capítulo do livro é composto por quatro seções principais:

- ***Colocando o problema***: Nesta seção, o tema-problema é introduzido, em geral, a partir de um filme, uma letra de música ou um poema. Espera-se que o professor realize atividades de sensibilização, podendo acrescentar outros elementos: por exemplo, apresentar um filme, uma cena de um filme ou mesmo uma imagem; colocar uma música e apresentar a letra; trabalhar uma história em quadrinhos, um poema, um conto. Enfim, a ideia é que se chame a atenção dos estudantes para aquilo que será estudado no capítulo, debatendo os vários aspectos dessa questão por uma perspectiva problematizante. O objetivo é que os estudantes, sensibilizados pelo tema, possam percebê-lo como um problema a ser enfrentado filosoficamente, isto é, por meio do pensamento conceitual.
- ***A filosofia na história***: É a seção mais longa do capítulo, pois corresponde à etapa da investigação. Nesta seção, o texto apresenta diferentes abordagens filosóficas ao longo da história, procurando mostrar distintas construções conceituais produzidas para o enfrentamento do problema colocado no início do capítulo. Procura-se, nesta seção, abranger a diversidade filosófica, apresentando diferentes pensadores, de distintas linhas de pensamento.

  A parte final da seção é sempre composta de textos filosóficos, em uma subseção intitulada *Trabalhando com textos*. É preciso atentar para o fato de que esses não são textos complementares. Ao contrário, são parte da exposição e do tratamento do tema, com a intenção de promover um aprofundamento no diálogo com o pensamento dos próprios filósofos. Na etapa de investigação conceitual na história da filosofia, é fundamental o contato com textos dos filósofos, e esses trechos oferecem um contato mínimo com eles. É desejável que o professor explore em sala de aula o trabalho com os textos e, se possível, inclua outros trechos, textos mais longos, textos de outros filósofos e assim por diante.

  Dependendo da forma de trabalho em sala, é possível começar a explorar a problemática do capítulo por essa subseção, logo após a sensibilização. O texto filosófico iniciaria a etapa de investigação, para depois serem trabalhados os demais conteúdos do capítulo. Espera-se que o professor avalie qual estratégia funciona melhor em cada turma.

  A proposta do livro é que tanto o texto didático quanto os textos filosóficos sejam trabalhados em sala de aula, por meio de atividades de leitura, interpretação e debate coletivo. Após cada texto filosófico, são apresentadas algumas questões, que visam nortear a leitura e explorar seus pontos essenciais.
- ***Em busca do conceito***: A penúltima seção de cada capítulo apresenta uma série de atividades que têm por objetivo estimular a prática do pensamento conceitual. As atividades são, basicamente, de três tipos: questões de compreensão do texto; atividades de pesquisa sobre um tema em meios diversificados, a serem realizadas individualmente ou em grupo, algumas vezes sendo finalizadas com debates coletivos; e práticas de redação que visam sistematizar os estudos e as ideias, por meio do exercício da argumentação.

  É possível traçar um roteiro de realização das atividades com os estudantes. O professor pode optar por dar ênfase às atividades coletivas de pesquisa ou privilegiar as atividades individuais, como as de redação de dissertações filosóficas. Sugere-se diversificar o trabalho ao longo do ano, para que os estudantes experimentem as diferentes ferramentas do pensamento conceitual. As atividades presentes no livro do aluno podem também ser utilizadas como instrumentos de avaliação.

  Na seção *Em busca do conceito* encontra-se, ainda, a subseção *Sugestão de leituras e de filmes*, que lista textos filosóficos em linguagem acessível ao jovem e romances e outros textos literários relacionados com a temática do capítulo. Nas sugestões de filmes, optou-se por uma diversidade de filmes contemporâneos que de alguma maneira dialogam com as temáticas trabalhadas.

O objetivo é que os estudantes possam se divertir com leituras e filmes e, ao mesmo tempo, encontrar elementos para o exercício do pensamento conceitual.

Essas sugestões de leituras e filmes podem ser utilizadas na etapa de sensibilização, ao iniciar um capítulo. Também indicamos diversos filmes brasileiros que podem ser trabalhados na escola, auxiliando no cumprimento da Lei n. 13 006/2014, que estabelece a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica, e aproximando os temas filosóficos da realidade dos alunos.

- ***É lógico!***: Ao final de cada capítulo, o livro propõe um trabalho com conceitos e correntes da lógica, fundamental para a organização do pensamento e para garantir possibilidades de experimentação do pensamento conceitual. Abordar a lógica por meio de seus conteúdos próprios pode ser um tanto árido para o estudante do Ensino Médio. Por isso, optou-se aqui por não incluir um capítulo ou conjunto de capítulos com assuntos específicos desse campo. Ao trabalhar a lógica em paralelo aos conteúdos filosóficos, desenvolve-se um aprendizado de seus conceitos que acompanha o processo educativo do estudante.

  Na seção são trabalhados os princípios lógicos fundamentais, bem como um pouco da história desse campo. A abordagem geral e panorâmica oferecida pode ser aprofundada por meio de materiais complementares. Para instrumentalizar-se para este tipo de trabalho, sugerimos dois livros bastante interessantes: *Redação – escrever é desvendar o mundo*, de Severino A. M. Barbosa e Emília Amaral (Campinas: Papirus, 2004, 17. ed.), que traz diversas sistemáticas possíveis e sugestões de atividades com textos; e *Educando para a argumentação – contribuição do ensino da lógica*, de Patrícia del Nero Velasco (Belo Horizonte: Autêntica, 2010).

Estrutura da unidade

Ao final de cada unidade há quatro outras seções:

- ***A filosofia na história***: Tem o mesmo nome da seção mais longa dos capítulos, porque aprofunda o contexto histórico em que se desenvolveram determinadas produções filosóficas tratadas no texto. Esse contato com pontos da história da filosofia é fundamental para o entendimento dessas produções. Esta seção deve ser trabalhada em conjunto com a linha do tempo apresentada no final do livro, que também recebe esse nome.
- ***Um diálogo com...***: Consiste em uma proposta de trabalho interdisciplinar. Nesse diálogo da filosofia com outras disciplinas do currículo do Ensino Médio, o estudante poderá estabelecer as articulações entre os diferentes campos e conhecimentos.
- ***A filosofia no Enem e nos vestibulares***: Traz atividades propostas em provas de vestibulares de universidades brasileiras e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O objetivo da seção é que o estudante possa experimentar a realização dessas atividades desde o início do Ensino Médio, preparando-se aos poucos para esse tipo de prova.
- ***É lógico?***: Seção que dialoga com os temas de lógica tratados nos capítulos que compõem a unidade. A proposta é trabalhar por meio de textos, sem ensinar as regras lógicas de forma desconectada, como se elas se sustentassem por elas mesmas. Coerentemente com a própria expressão da lógica como *organon*, 'ferramenta', pretende-se chegar ao conhecimento das regras lógicas básicas por meio de seu uso.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

10 Sugestões de trabalho por unidade

Apresentamos a seguir sugestões de como organizar o trabalho docente em cada unidade, em torno das problemáticas apresentadas no livro do estudante. Ressaltamos que são sugestões e que o professor deve ficar à vontade para usar as próprias estratégias e criar novos percursos.

UNIDADE 1. COMO PENSAMOS?

Esta unidade está centrada no problema do conhecimento e do pensamento. Tem por objetivo apresentar ao estudante a filosofia, bem como suas relações com outros tipos de pensamento.

Capítulo 1. Filosofia: o que é isso?

No Capítulo 1, sugerimos iniciar a sensibilização pela música "Tô", de Tom Zé, cuja letra está reproduzida no livro. O professor pode ouvir a canção com os estudantes em sala de aula, pedindo-lhes que acompanhem a letra no livro. Com base nela, podem-se problematizar as seguintes questões: Como pensamos? Por que pensamos? O pensamento é algo "natural", feito "automaticamente" no dia a dia, ou é algo especial, que acontece apenas algumas vezes?

Pode-se solicitar aos estudantes que escrevam o que eles entendem por filosofia, o que eles pensam que ela seja. Em seguida, as respostas podem ser lidas e discutidas pela turma. Sugerimos guardar as respostas e repetir a atividade ao final do estudo do capítulo, comparando os resultados.

Outra estratégia de sensibilização é o uso de um filme ou da cena de um filme, caso haja recurso na escola para exibi-lo. O filme *Sócrates*, de Roberto Rossellini, por exemplo, permite introduzir os estudantes na filosofia por meio dessa figura emblemática que foi Sócrates, pois ele mostra o pensamento como algo vivo e praticado no cotidiano. Se não for possível exibir o filme na íntegra, pode-se selecionar uma cena, como aquela em que Sócrates se defende diante do tribunal de Atenas, que está nos capítulos 8 e 9 do DVD.

Se o professor julgar que esse filme não despertará o interesse dos estudantes, pode optar por outro, ficcional, que tenha um enredo mais dinâmico. É possível trabalhar, por exemplo, com o filme *Matrix* (o primeiro da trilogia), que é repleto de referências filosóficas, como a prática da dúvida cartesiana na pergunta sobre a realidade.

Após a sensibilização e a apresentação do problema, passa-se à etapa da investigação na história da filosofia. Aqui, conforme comentado anteriormente, pode-se seguir a ordem da exposição proposta no capítulo, que finaliza com o trabalho com textos, ou invertê-la, começando a trabalhar com os dois textos propostos e depois com a exposição do capítulo. No caso dos textos, são apresentadas duas visões bastante distintas de filosofia: um trecho de uma carta de Aristóteles e uma parte da introdução do livro *O que é a filosofia?*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Sugere-se que o professor explore as diferenças entre as duas concepções de filosofia, como forma de já ir explicitando a diversidade do pensamento filosófico. Por ser a primeira atividade em que os estudantes trabalharão com textos filosóficos, oferecemos trechos mais curtos, para serem explorados cuidadosamente.

Sugere-se que a atividade de dissertação filosófica seja aproveitada como material para avaliação. Seria importante fazê-la em duas etapas: uma primeira redação pelos estudantes, que será lida e anotada pelo professor, seguida da reescrita em sua forma final, para ser avaliada.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Solicite aos estudantes que façam uma pesquisa em grupo sobre os Jogos Olímpicos na Antiguidade grega e sobre outros jogos e competições daquela época, para que compreendam melhor o gosto dos gregos pela disputa. Organize a apresentação coletiva dos resultados para um debate sobre o tema.
2. Peça aos estudantes que pesquisem um pouco mais sobre as cidades-Estado gregas e as comparem com as cidades atuais. Como finalização da atividade, pode ser solicitada uma redação.
3. Oriente os estudantes a fazer uma busca na internet e/ou em livros sobre diferentes definições de filosofia ao longo do tempo. Em seguida, peça-lhes que comparem essas definições e, se possível, organizem um painel para expô-las.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

ARISTÓTELES. *Da geração e da corrupção* – seguido de convite à filosofia. São Paulo: Landy, 2001.

COLLI, G. *O nascimento da filosofia*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MOSTAFA, S. P.; NOVA CRUZ, D. V. *Para ler a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari*. Campinas: Alínea, 2009.

INDICAÇÃO DE FILME

Matrix. Direção de Lana e Lilly Wachowski. Estados Unidos/Austrália, 1999. (136 min).

Comentários e respostas das atividades propostas

Apresentamos neste Manual do Professor algumas possibilidades de respostas para as atividades sugeridas em todos os capítulos do livro. Elas correspondem, em linhas gerais, ao que se espera dos estudantes. No entanto, como a proposta desta obra é tratar a filosofia como uma experimentação do pensamento, as atividades são sempre abertas e requerem dos estudantes a exploração e o uso da criatividade, aspectos que devem sempre ser valorizados.

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Para Aristóteles, a filosofia é uma atividade própria do ser humano, uma vez que ele é um ser racional e ela é uma das formas de uso da razão. Filosofar, portanto, é exercitar a faculdade racional própria aos humanos; quanto mais se filosofa, mais humana uma pessoa se torna.
2. O texto afirma que a prática da filosofia nos torna mais humanos. Além disso, afirma que a filosofia é a única "ciência" capaz de contemplar o bem e usar a razão em sua totalidade; por isso ela é a sabedoria mais completa e deve ser praticada.
3. A filosofia é a ciência mais completa porque apenas ela é capaz de articular, em uma mesma resposta, o uso da razão e a contemplação do bem. Algumas ciências, segundo Aristóteles, produzem as comodidades da vida; outras usam essas ciências para produzir novos saberes. Além disso, algumas ciências são úteis para nós, enquanto outras são capazes de nos dizer o que fazer. A filosofia é a única ciência capaz de fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

Texto 2

- Com suas palavras, responda:
  - **a)** A filosofia consiste na criação de conceitos que nos ajudam a compreender o mundo e a vida.
  - **b)** O filósofo é aquele que pensa e, pensando, produz conceitos que nos ajudam a pensar. Por ser o "amigo do conceito", o filósofo tem a potência e a competência para essa atividade de produção.
  - **c)** Essa afirmação significa que os conceitos não estão prontos, esperando que nós cheguemos a eles por meio do pensamento; eles precisam ser criados por nós.
  - **d)** Porque, quando confiamos demasiadamente nos conceitos, eles não nos fazem pensar. Precisamos desconfiar deles, examiná-los com calma e profundidade, para garantirmos que são confiáveis. Com isso, exercitamos o pensamento.
  - **e)** Sim, pois, quando não aceitamos as opiniões, desconfiamos delas e buscamos bases mais sólidas para o pensamento. Se confiássemos nos conceitos, eles seriam semelhantes a opiniões, e não algo que nos faz pensar cada vez mais e cada vez melhor.

Atividades

1. De acordo com Aristóteles, o ser humano é um ser racional; é isso que nos torna diferentes dos outros animais. A atividade mais humana de todas, portanto, é aquela que mais exercita a razão. Dessa forma, exercitar a filosofia é a atividade mais humana que podemos fazer e, logo, a mais digna de todas para um ser humano.

2. É possível citar os seguintes fatores:
   - a pluralidade cultural dos gregos, cuja sociedade foi constituída por três diferentes povos e recebeu influências culturais de muitos outros. Isso propiciou um intenso debate e estimulou o desenvolvimento das artes e do pensamento;
   - os gregos viviam em cidades-Estado independentes; nunca formaram um império centralizado, como outros povos antigos. Essa proximidade das esferas de decisão favoreceu que os habitantes das cidades debatessem ideias e participassem dos debates políticos;
   - a sociedade grega era marcada pelo espírito competitivo. As batalhas entre as cidades e os jogos e disputas esportivas (como os Jogos Olímpicos) são exemplo disso. Esse espírito competitivo levou também a um gosto pelo debate, pela disputa de ideias, o que instituiu entre os gregos o hábito de aprimorar cada vez mais o pensamento.
3. A filosofia é uma atividade do pensamento. Quando examinamos filosoficamente um assunto qualquer, pensamos sobre ele, procuramos suas causas, suas implicações, e buscamos ou criamos conceitos que nos permitam compreendê-lo. Quando emitimos uma opinião, simplesmente afirmamos uma posição, muitas vezes de maneira irrefletida.
   Costumamos ouvir que "opinião, cada um tem a sua!". Isso revela que a opinião é algo que não se costuma colocar em debate. Não é necessário argumentar em torno de uma opinião, comprová-la. No caso da filosofia, sempre colocamos nosso pensamento à prova; temos uma ideia a respeito de algo, mas ela pode se transformar ou ser refutada quando confrontada com outras ideias.
4. Semelhança: em ambos os casos, a filosofia é vista como uma experiência do pensar, como um exercício da razão.
   Diferenças: para Aristóteles, a filosofia é prescritiva e sempre apresenta o julgamento correto. Para Deleuze e Guattari, a filosofia é um exercício, uma busca constante, algo que se aprimora; assim, não se pode dizer que ela sempre apresenta um julgamento correto. Além disso, para os filósofos contemporâneos não compete à filosofia fazer prescrições, mas buscar formas de compreender o mundo e a vida.
5. O importante na avaliação da dissertação é acompanhar a capacidade do estudante de argumentar e construir o pensamento corretamente, fazendo uso das informações trabalhadas em sala de aula. Também devem ser avaliadas sua capacidade de organização das ideias e sua forma de escrita.

Capítulo 2. Filosofia e outras formas de pensar

Neste capítulo, exploramos outros tipos de conhecimento e suas relações com a filosofia, demarcando as convergências e, principalmente, as diferenças em relação a ela. São destacados aqui o mito, a religião e o senso comum. O objetivo principal dessa abordagem é definir claramente as fronteiras do pensamento filosófico.

Na abertura do capítulo, trabalhamos com o filme *Os agentes do destino*, inspirado em um conto de Philip K. Dick, que coloca a seguinte questão: somos livres ao conduzir nossa vida ou não? Partindo disso, discute-se o mito de Édipo, conhecido principalmente por meio da tragédia *Édipo rei*, de Sófocles. É interessante que o professor procure assistir ao filme com os estudantes, problematizando o tema a partir da narrativa, que tem o potencial de gerar um bom debate sobre mitologia, religião e senso comum. Outro filme citado no livro do estudante, *Fúria de titãs*, também é uma boa opção para iniciar o estudo deste capítulo.

Caso essa alternativa não seja viável, pode-se trabalhar um texto, como uma narrativa da mitologia grega (veja algumas sugestões a seguir), ou mesmo uma lenda brasileira. Com base na leitura do texto, as explicações míticas do mundo podem ser debatidas e problematizadas.

Na seção *A filosofia na história*, são trabalhados o mito, a religião e o senso comum, bem como suas relações com a filosofia. A subseção *Trabalhando com textos* traz um trecho de texto de um dos principais helenistas (estudiosos da cultura da Grécia antiga) do século XX, Jean-Pierre Vernant, e um texto completo do filósofo Roland Barthes, escrito na década de 1950 e publicado no livro *Mitologias*, no qual ele trata do fenômeno do plástico como uma mitologia. É possível explorar com esse texto a própria estrutura do pensamento mitológico, bem como sua permanência na atualidade.

Neste capítulo, apresentamos duas propostas de redação. Sugere-se que, após os exercícios com os textos, o professor escolha uma das propostas de dissertação filosófica para trabalhar como avaliação.

TEXTOS COMPLEMENTARES PARA O ESTUDANTE

BULFINCH, T. *O livro de ouro da mitologia*: histórias de deuses e heróis. São Paulo: Ediouro, 2011.

SRBEK, W.; WILL. *Monstros e heróis*: mitos recriados em quadrinhos. Belo Horizonte: Nemo, 2012.

VERNANT, J.-P. *O universo, os deuses, os homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Mostre aos estudantes algumas representações artísticas da figura de Cronos (ou Saturno, na mitologia romana), como as reproduzidas a seguir. Esse deus representava o tempo e era um dos Titãs, a primeira geração de deuses do panteão grego. Sempre que sua esposa, Reia, dava à luz, Cronos devorava a criança, em razão do medo de que um de seus filhos o matasse para tomar seu lugar. Quando nasceu Zeus, mais uma criança que seria devorada, Reia deu a Cronos uma pedra embrulhada em panos, que ele engoliu, pensando ser o filho. Zeus foi criado em uma ilha afastada e, quando cresceu, matou o pai e libertou seus irmãos que haviam sido devorados. Assim, tornou-se o rei de uma nova geração de deuses, chamados olimpianos, porque habitavam o Olimpo, o monte mais alto da Grécia.
- Essa história é uma explicação da imortalidade dos deuses. Como Zeus foi capaz de matar Cronos (o tempo), ele libertou a si e a seus irmãos da mortalidade.

Wikipedia/Wikimedia Commons/Museu do Prado, Madri, Espanha.

Saturno devorando seu filho, *de Peter Paul Rubens, 1639.*

Bettmann/Corbis/Latinstock/Museu do Prado, Madri, Espanha.

Saturno, *de Francisco Goya, 1821-1823.*

- Inspirando-se nessa interpretação do mito de Cronos e nas imagens levadas à sala de aula, o estudante deve escolher um mito – antigo ou moderno – e elaborar uma interpretação própria, escrita ou artística. Os resultados podem ser apresentados para a classe ou mesmo para toda a escola.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

BARTHES, R. *Mitologias*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HUXLEY, A. *A filosofia perene*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

VERNANT, J.-P. *Entre mito & política*. São Paulo: Edusp, 2001.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. De acordo com Vernant, a mitologia é um tipo de saber que está próximo das religiões, na medida em que ela apresenta deuses e heróis, isto é, seres humanos ou antropomórficos dotados de capacidades extraordinárias. Ao mesmo tempo, a mitologia é uma narrativa e traz em si algo de invenção, de relato. Por não estar vinculada a um livro sagrado em que a fé esteja depositada, a mitologia grega não é dogmática.
2. A religião grega não era expressa em um livro ou em textos sagrados, como as religiões que têm maior número de fiéis na atualidade. Ela se expressava por meio das narrativas míticas, que são abertas e plurais. Por outro lado, como parte significativa das narrativas mitológicas estava focada nos deuses gregos, é preciso conhecer a religião grega para compreender a mitologia que esse povo produziu.
3. A resposta será aberta, mas é desejável que explore a dimensão do dogmatismo. As religiões citadas que se baseiam em textos sagrados amparam-se em dogmas – verdades que não podem ser contestadas. Enquanto isso, a religião grega, que não se centrava em um texto dado aos humanos por Deus ou pelos deuses, admitia uma abertura muito maior.

Texto 2

1. Barthes refere-se ao mito contemporâneo, isto é, à possibilidade que temos de tomar um tema, pessoa ou produto de nossos dias e tratá-lo na forma de uma narrativa mitológica, como fizeram os antigos. Partindo da origem etimológica grega das palavras que designam os diferentes tipos de plástico, Barthes compara o espanto das pessoas diante das possibilidades desse material àquele causado por seres mitológicos na Antiguidade.
2. A alusão aos “nomes de pastores gregos”, que remete à cultura grega antiga; a ideia do plástico como algo capaz de uma transformação infinita; a constituição “negativa” do plástico, que faz com que ele não tenha uma “substância”; a remissão que faz o plástico ao “mito do símili”; por fim, o fato de os seres humanos se relacionarem com ele como se fosse algo “mágico”.
3. Os estudantes podem indicar os mais diversos produtos. O que vale é a explicação que darão para considerar esse produto um mito contemporâneo. Exemplo: o petróleo, por causa da multiplicidade de produtos dele originados, o fato de ser um produto fóssil, etc.

Atividades

1. O mito é uma narrativa, uma ficção por meio da qual se procura explicar os fatos da natureza por meio da ação de forças sobrenaturais. A religião é também uma explicação da natureza por meio de forças sobrenaturais específicas (os deuses e as divindades). Contudo, apresenta também a força do dogma, daquilo que não pode ser posto em questão. O mito, como narrativa explicativa, não apresenta qualquer institucionalização ou prática de ritos; não se desdobra em uma igreja ou templo sagrado e, assim, não apresenta qualquer hierarquia nem cria uma comunidade de fiéis. Já no caso da religião, a hierarquia e a instituição estão presentes: há pessoas designadas para mediar a relação com o sagrado, templos para homenagear as divindades, ritos para reforçar as ligações, etc.

2. A princípio, a filosofia opôs-se ao mito, procurando oferecer uma explicação racional em lugar das narrativas míticas. Isso não significou o fim ou a morte do mito, e mesmo a filosofia, em vários momentos, utilizou-se dele para produzir seus argumentos racionais, como foi o caso de Platão.

3. Assim como se opõe ao mito, a filosofia opõe-se também ao senso comum, na medida em que procura ser um saber sistematizado e crítico por meio da criação de conceitos. Mas a filosofia não prescinde do senso comum, uma vez que a construção conceitual só pode ser feita com base naquilo que as pessoas já conhecem. É a partir dele que a filosofia é construída, ainda que, conforme se constrói um pensamento conceitual, o senso comum vá sendo pouco a pouco deixado para trás.

4. Essa atividade depende de escolhas e pesquisas a serem feitas pelos estudantes. É importante verificar a capacidade do estudante de reelaborar o material pesquisado, construindo uma reflexão própria a respeito dele.

5. Sugere-se centrar a avaliação de dissertação na capacidade de argumentação e na redação do estudante. Caso se proponha a leitura dos textos indicados, deve-se verificar se o estudante teve dúvidas em sua compreensão.

6. Também nessa atividade, não há uma resposta definida. O objetivo é avaliar a capacidade do estudante de sintetizar as ideias do texto sobre como o esclarecimento buscou suplantar o mito e de pensar sobre esse texto, chegando a uma conclusão própria.

Capítulo 3. A ciência e a arte

No último capítulo da Unidade 1, a ciência e a arte são abordadas como outras formas de pensamento criativo, que também dialogam com a filosofia. Procurou-se enfatizar os aspectos da arte e da ciência que interferem positivamente na criação filosófica.

Para a sensibilização, sugerimos trabalhar com a canção "Quanta", de Gilberto Gil, presente no CD de mesmo nome, de 1997. Após ouvir a canção, pode-se analisar sua letra, reproduzida no capítulo, e explorar as relações entre arte e ciência, mostrando como ambas são atividades criativas que se inspiram uma na outra. É possível utilizar outras músicas desse mesmo álbum, caso o professor queira ampliar esse momento de sensibilização. Outra canção que também pode ser usada é "Maracatu atômico", de Jorge Mautner, que já foi gravada por Gilberto Gil e pelo grupo Chico Science & Nação Zumbi.

Uma alternativa para a sensibilização é o trabalho com imagens. É possível explorar a litografia *Relatividade*, de Escher, apresentada no capítulo, assim como outras obras do artista. O capítulo mostra também desenhos de Leonardo da Vinci que exemplificam sua atuação em diversas áreas. São interessantes exemplos de relação entre arte e ciência. Uma sugestão adicional é explorar as fotografias científicas disponíveis na seção "Imagens" do *site* da revista *Pesquisa Fapesp* (<www.revistapesquisa.fapesp.br>, acesso em: 25 maio 2016).

Caso prefira trabalhar com filmes, sugerimos *Alexandria*, que narra a história de Hipátia (355--415), uma das poucas mulheres de sua época que puderam se dedicar à filosofia. Cientista e filósofa, Hipátia ensinava na Biblioteca de Alexandria e foi vítima da intolerância religiosa. O filme pode mobilizar um bom debate.

Na segunda parte do capítulo, relativa à arte, é proposta nova sensibilização por meio de um texto do encarte do CD *Com defeito de fabricação*, do compositor Tom Zé. Também aqui seria possível o trabalho com um filme. Sugerimos, de forma especial, o episódio "Corvos", do filme *Sonhos*, de Akira Kurosawa. Uma pessoa observa uma pintura de Van Gogh em um museu e, como se fosse mágica, entra na obra de arte, passeia pela paisagem e se encontra com o artista. A sequência não é tão longa e possibilita debater sobre a importância da arte em nossa vida.

A subseção *Trabalhando com textos* traz um texto sobre cada um dos temas do capítulo. Sobre a ciência, selecionamos um trecho de *A formação do espírito científico*, de Gaston Bachelard. Sobre a arte, um aforismo de Nietzsche reproduzido de *A gaia ciência*. Sugere-se que o primeiro texto seja trabalhado ao finalizar a primeira parte do capítulo, e o segundo, após o trabalho com a segunda parte, a fim de explorar melhor cada um deles na relação com os problemas estudados.

Neste capítulo há uma quantidade maior de atividades, e elas são também mais diversificadas. A proposta de dissertação filosófica, baseada em um texto de Lévi-Strauss, pode ser utilizada como estratégia de avaliação.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Solicite aos estudantes que registrem em fotografias ou pequenos vídeos intervenções de arte urbana, como dança de rua, instalações, grafites, etc. Peça-lhes que montem um painel, apresentando as variadas formas de intervenção encontradas. Depois, promova uma discussão em torno da importância da arte em nossa vida; das formas contemporâneas de arte; dos limites que separam o artístico do não artístico.
2. Escolha uma vertente artística que seja tratada pela indústria cultural, como música ou cinema. Peça aos estudantes que façam um levantamento de produtos dessa indústria e, com base nisso, promova uma discussão em grupo sobre o fato de poderem ou não ser considerados obras de arte, em que sentido e quais as implicações disso.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FOUREZ, G. *A construção das ciências* – introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.

GRANGER, G.-G. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Bachelard apresenta uma metáfora ao afirmar que ninguém começa a se dedicar à ciência com um espírito jovem. Com isso, quer dizer que o cientista, como qualquer um, traz já em seu espírito um conjunto de ideias e de opiniões que foram se cristalizando ao longo do tempo. Como o essencial da "atitude científica" é colocar em questão tudo isso que já se sabe, buscar o conhecimento científico significa rejuvenescer o espírito.
2. Porque não há conhecimento científico sem uma pergunta. A faculdade de perguntar, de propor problemas, é, então, central para a produção do conhecimento científico. Ela é o passo inicial para a construção de qualquer conhecimento no campo da ciência.

Texto 2

1. Para Nietzsche, a ciência é um conhecimento que faz com que os seres humanos se tornem demasiadamente "sérios" e compenetrados. A ciência nos faz seres de certezas, o que nos torna pesados, incapazes de agir de forma leve e descompromissada. A arte, com todo o seu potencial de criação, nos permite essa leveza e "descompromisso". E é nesse sentido que ela nos consente um distanciamento de nós mesmos, como esse ser pesado e sério da ciência. Assim, o exercício da arte permite um descanso da seriedade e do peso da verdade científica.
2. Espírito livre é, para Nietzsche, aquele capaz de pensar e de criar por si mesmo, construindo a própria vida.

Atividades

1. Se compreendemos por ciência o conhecimento produzido por meio do método científico, é evidente que ela não existia na Antiguidade. Mas, se usarmos o termo "ciência" de forma ampla, significando um conhecimento sistematizado, e não apenas especulativo, é possível falar em ciência antiga. Como exemplo podemos citar os conhecimentos práticos de matemática que os egípcios possuíam, assim como sua formulação em teorias pelos gregos, como foi o caso do teorema de Pitágoras ou do teorema de Tales. Outro exemplo são os conhecimentos astronômicos, que eram bastante avançados nas culturas antigas e permitiram a elaboração de teorias sobre o mundo.
2. A ciência moderna só pode ser compreendida por meio dos polos **sujeito** e **objeto**. Só há conhecimento porque há um sujeito que conhece e um

objeto que é conhecido. Com base no método, sujeito e objeto se relacionam a fim de produzir conhecimento verdadeiro.

3. A arte é importante porque por meio dela exercitamos aquilo que é propriamente humano no ser: a faculdade criativa. Somos humanos porque somos capazes de criar, e essa faculdade é mais explorada no universo artístico, de forma que, quanto mais nos dedicamos à arte – qualquer que seja –, mais nos humanizamos pelo exercício da criação.

4. Os filósofos da Escola de Frankfurt denominam indústria cultural a forma de produção industrializada dos produtos culturais. A cultura é transformada em mercadoria, produzida, distribuída e consumida de forma industrial. A produção artística contemporânea perde muito de seu impacto criativo, pois, na medida em que a arte se transforma em produto, em mercadoria, ela fica presa às regras do mercado. Um artista é levado, então, a produzir aquilo que vende. Perde-se a liberdade de criação e ocorre uma "desumanização da arte".

5. Espera-se com essa atividade que o estudante seja capaz de exercitar aquilo que aprendeu, escrevendo um texto no qual mostre como as noções de mito e de ciência estão relacionadas e como cada uma delas se associa com os planos do concreto e do abstrato.

6. O objetivo dessa atividade é aproximar os estudantes das revistas de divulgação científica, como *Pesquisa Fapesp* ou mesmo *Galileu*, *Superinteressante*, *Scientific American Brasil*, entre outras. Sugere-se avaliar nessa atividade a capacidade dos estudantes de identificar nos textos escolhidos as questões relativas ao método científico.

7. No caso da dissertação, sugere-se centrar a avaliação na capacidade de argumentação e na redação do estudante. Verifique também se, ao se posicionar em relação ao texto, ele compreendeu o ponto de vista de Lévi-Strauss, que coloca magia e ciência como formas paralelas de conhecimento, embora com resultados diferentes.

A filosofia na história

A proposta dessas atividades é mostrar aos estudantes uma relação entre o nascimento da filosofia e a sociedade grega antiga, especialmente no contexto do período democrático ateniense. O ponto central consiste na racionalização das formas culturais e políticas, influenciadas pela filosofia. Essas formas foram se tornando laicas à medida que mito e religião, pouco a pouco, se mostravam insuficientes como paradigmas explicativos de fenômenos cosmológicos e antropológicos. A vida urbana, política e cultural das pólis gregas demandava respostas racionais, baseadas nos critérios de clareza, plausibilidade e coerência, que compunham a ideia grega de razão.

Na política, os arcanos do poder e dos governantes são rejeitados em nome da transparência, ou seja, da possibilidade de o pensamento racional compreender o fundamento do poder e querer fazer parte dele. Além disso, ao negar o fundamento misterioso e determinante dos dogmas religiosos que alicerçam o poder, a sociedade democrática põe em discussão os critérios adequados às deliberações e decisões em um governo de homens. Essa mudança traz ao centro da reflexão os seres humanos e seu destino, e não mais a adequação das ações aos desígnios dos deuses.

Pretende-se, com isso, mostrar aos estudantes que certas condições histórico-sociais favorecem o desenvolvimento do pensamento filosófico e que este, por sua vez, reforça o tipo de sociedade que o favorece. Tanto a filosofia quanto a democracia agem na rejeição de fundamentos dogmáticos religiosos, que devem ser explicitados e tornados transparentes à razão que todos partilham. Por isso, ambas são capazes de proporcionar a crítica por meio da reflexão sobre o que, nessa forma de governo, está acessível. Dessa forma, ambas podem ser contestadoras de poderes estabelecidos e promotoras de liberdade e conhecimento.

1. Pode-se citar: a exigência de que as decisões e os fenômenos naturais, culturais e políticos passem pelo crivo da razão; consequentemente, a rejeição de decisões tomadas sem discussão; a transparência do fundamento que baseia a ação.

2. Na democracia ateniense, a concepção racional de destino se diferencia da concepção comum ao mito, à religião e ao senso comum por meio da promoção de um debate aberto aos cidadãos (isegoria) e da possibilidade de que eles decidam, legislem e se submetam às leis (isonomia). Estas, por sua vez, são fruto dos interesses políticos

comuns à comunidade. Para essa concepção, o destino não está determinado pelos deuses (mito e religião), muito menos nos é acessível por meio da opinião (senso comum), mas é algo aberto, deliberado e merecedor de um apreço da razão.

3. Resposta pessoal.

Um diálogo com história e sociologia

1. Sugere-se avaliar, nesta atividade, a capacidade do estudante de localizar, sistematizar e comentar as informações sobre história do Brasil e as análises sociológicas do período. De forma especial, espera-se que exercite a reflexão a respeito do presente, ao discutir o que mudou em nossos dias em relação ao período pesquisado.
2. Essas duas respostas são pessoais. Sugere-se avaliar a capacidade de argumentação do estudante evidenciada nelas.
3. O estudante tem múltiplos caminhos que podem ser explorados. O importante é que ele seja capaz de mostrar que leu os dois textos de registros diferentes (artigo e canção) e que é possível pensar filosoficamente com base em tais registros.
4. É desejável que o estudante explore os temas do capítulo, em especial a ciência e a arte, como atividades de um pensamento inconformado, que desafia as verdades impostas e as aceitas socialmente.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1. C
2. C
3. B
4. 27 (01 + 02 + 08 + 16)
5. C
6. Marcuse considera que uma obra autônoma origina uma realidade diferente daquela estabelecida, pois estimula os indivíduos a tomar consciência e a se mobilizar para a mudança. O projeto de facilitação afasta-se das ideias de Marcuse, pois reforça uma realidade já existente. A obra perde potencial de alterar a ordem estabelecida e se aproxima da doutrinação ao simplificar a concepção original da obra.

É lógico?

- Todos os habitantes que têm olhos azuis vão abandonar a ilha. Se apenas um tivesse olhos azuis, ele saberia, pois veria que todos os outros 99 habitantes têm olhos castanhos. Caso dois habitantes tivessem olhos azuis, o primeiro (A) poderia pensar que o viajante se referia ao segundo (B) e que há apenas um com olhos azuis, e B pensaria o mesmo em relação a A. No entanto, quando um deles observar que o outro não deixa a ilha no dia seguinte, deduzirá que também tem olhos azuis, de modo que os dois teriam de partir no dia seguinte. O mesmo aconteceria caso fossem três os habitantes com olhos azuis, uma vez que A veria que B e C não deixam a ilha e descobriria, portanto, que ele também tem olhos dessa cor. Segue-se assim até que saiam da ilha todos os habitantes com olhos azuis, sejam quantos forem.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR COMPLEMENTAR

- O professor pode solicitar aos estudantes que leiam o texto a seguir (ou ler para a turma), publicado na edição de outubro de 2012 da revista *Pesquisa Fapesp*. Após a leitura, eles devem identificar nas disciplinas científicas do Ensino Médio os conteúdos que dialogam com as teorias filosóficas da Antiguidade grega.

Atualidade da Grécia antiga

Quando confrontada a duas teorias – uma simples e outra complexa – para explicar um problema, a maior parte das pessoas não hesita em favorecer a primeira, também qualificada como elegante. “Em muitos casos, porém, a complexa pode ser mais interessante”, lembra o filósofo Marco Zingano, da Universidade de São Paulo (USP). Segundo ele, a escolha é de tal forma natural na cultura ocidental contemporânea porque o pensamento dessas civilizações foi moldado por Aristóteles e Platão, os filósofos de maior destaque na Grécia antiga, para quem a metafísica da unidade tinha como paradigma a simplicidade. Entender até que ponto as ideias desenvolvidas há cerca de 2 400 anos ainda hoje

balizam a forma de ver o mundo é o que mantém Zingano imerso em textos antigos. E está longe de fazer isso sozinho. Em uma sucessão de projetos que já duram 10 anos, ele vem reunindo um grupo rico e diverso de pesquisadores de várias universidades brasileiras e estrangeiras em seminários para discussão de textos e ideias.

A linha mestra do grupo consiste em reconhecer a influência de Aristóteles e de Platão, seu professor por 20 anos, no pensamento contemporâneo. "Quando se estudam os gregos, encontram-se temas atuais", diz o filósofo da USP Luiz Henrique Lopes dos Santos, um dos pesquisadores associados ao projeto. "Fazer história da filosofia já é fazer filosofia", completa. "O tempo da ciência é cumulativo, o da filosofia é mítico, caracterizado pela retomada contínua, de diferentes perspectivas históricas, dos mesmos temas fundamentais." O enfoque do estudo diverge dos olhares mais comuns sobre os escritos da Grécia antiga, que ora envolvem historiografia pura, ora consideram que Aristóteles continuaria hoje na fronteira do pensamento, caso fosse possível ressuscitá-lo. "Seria ingênuo tanto limitá-lo ao passado como trazê-lo para nos corrigir", afirma Zingano.

Levado ao pé da letra, o resgate puramente historiográfico das contribuições da Antiguidade pode parecer folclórico, até risível, diante do conhecimento atual. Exemplos interessantes estão na biologia, que representa um terço dos escritos de Aristóteles remanescentes hoje. Ele descreveu uma série de espécies, como peixes e corais, mas também ia além e buscava explicar padrões que via na natureza. Por que, por exemplo, certos animais têm casco fendido? A explicação do filósofo grego partia do princípio de que cada organismo tem uma determinada cota de matéria óssea a ser usada em sua construção. Por necessidade de se defender, veados, por exemplo, desviariam parte dessa matéria para os chifres e não teriam o suficiente para as patas, que ficariam incompletas. Uma explicação completamente desbancada pelo conhecimento atual, mas não necessariamente irrelevante de todo.

Pensando na permanência das ideias, Zingano cita a busca de Aristóteles por entender o que faz com que homens gerem homens e plantas, plantas – uma observação aparentemente óbvia, mas que em sua época guiava uma investigação que contrariava antecessores. Os organismos, o grego definia, são feitos de matéria e forma. O que confere estrutura a um ser vivo é a forma, transmitida de uma geração para outra e que governa a matéria. "A ideia de que a forma não provém da matéria, mas a governa, se tornou familiar a tal ponto que o conceito de DNA, de certo modo, ainda hoje a reflete", explica o filósofo da USP, numa analogia do conceito antigo com o que hoje se sabe controlar a hereditariedade.

Outra teoria que à primeira vista não parece aproveitável diz respeito ao cosmos, que para os gregos antigos era único, com um sol apenas e todos os planetas girando em torno da Terra. Além dos quatro elementos básicos que compõem a matéria – terra, ar, água e fogo –, tudo o que parece vazio no espaço seria formado por um quinto elemento: o éter. Invisível, inalterável e com seu movimento circular uniforme, o éter definiria o chamado mundo supralunar. Aparentemente divorciado por completo da compreensão cosmológica moderna, o conceito de éter no entanto foi retomado pelo físico Albert Einstein cerca de 23 séculos depois na construção de seu modelo do espaço-tempo, hoje central na astrofísica.

Aristóteles está, portanto, presente, mesmo que oculto, na forma como o pensamento governa os hábitos intelectuais da civilização atual. Se isso já é verdade para disciplinas mais específicas como biologia e física, é mais ainda para as bases mais amplas tanto da ciência como do pensamento em geral – a lógica, a ética e a metafísica.

Um dos problemas que ocuparam Platão e Aristóteles foi a acrasia, que leva uma pessoa a tomar uma atitude contrária à que sabe ser a correta. Se está claro, por exemplo, que uma moderada dose diária de exercício é suficiente para prevenir uma série de doenças graves e trazer benefícios sensíveis à saúde, por que alguém optaria por passar horas a fio deitado no sofá, se locomover apenas de carro e deixar a academia de lado? Para Sócrates, que foi professor de Platão, a resposta era simples: guiado pela razão, o ser humano só deixa de fazer o que é melhor se lhe faltar o conhecimento.

Platão discordava, e resolveu o dilema dividindo a alma em três partes, representadas por um par de cavalos alados conduzidos por um cocheiro que representa uma delas, a razão. Um dos cavalos, arredio, só pode ser controlado a chicotadas e representa a parte dos apetites. O outro, mais dócil, é a porção irascível da alma. É o impulso, em geral

obediente à razão, mas que pode levar a decisões impetuosas em determinadas situações. "O que determina as ações seriam fontes distintas de motivação", observa Zingano. Platão pensou o conflito como interno à alma, dando lugar à acrasia. Já Aristóteles dedicou um livro de sua Ética ao fenômeno. O embate entre paixão e razão, tão familiar hoje, tem sua matriz nas reflexões dos dois gregos sobre as fontes de motivação para a ação.

Algumas das contribuições do pensamento antigo são essenciais ao desenvolvimento científico. "Aristóteles deixou um conjunto de textos sobre como argumentar, e como essas formas argumentativas podem ser usadas de maneira geral", conta Roberto Bolzani, também do Departamento de Filosofia da USP. O foco de seu estudo são os diálogos socráticos de Platão, sobretudo no que diz respeito à refutação e persuasão. No grupo de pesquisa, ele compara as ideias do mestre aos modos de argumentação descritos por Aristóteles em seus tópicos. Entre eles estão a indução e a dedução, que se tornaram elementos centrais do método científico aplicado até hoje. "Antes de Aristóteles e Platão não havia um sentido de conhecimento", explica, "que eles definiram como algo imutável, eternamente verdadeiro e que pode ser demonstrado." A definição serviu como base para a concepção moderna, que leva em conta o uso de experimentos para testar hipóteses.

Para Bolzani, o encontro entre ética, lógica, metafísica e teoria do conhecimento é natural na busca por apreender o pensamento de Platão e Aristóteles. "A visão de mundo dos dois autores gregos faz com que as coisas estejam ligadas", afirma. "A busca pelo conhecimento, para eles, é uma busca ética." Hoje a ciência se tornou cada vez mais compartimentalizada, uma característica que também acaba por definir a filosofia moderna. "Ao contrário do que acontecia na Antiguidade, hoje é possível estudar física sem um sentido moral."

A relação com o pensamento moderno confere ao projeto, segundo Bolzani, uma certa vivacidade. "Não é um estudo apenas de erudição." Aristóteles e Platão tiveram um papel importante – e persistente – porque foram grandes sistematizadores do conhecimento. Eles procuraram domar os conceitos mais diversos do Universo, do corpo e da mente, entender seu funcionamento e deixar registrado para uso futuro. Resgatar esses textos, explica Zingano, além de atuar na manutenção da erudição, é uma busca da compreensão de como a cultura ocidental descreve o mundo e enxerga a si mesma. Para isso, ele mantém um calendário rigoroso de seminários que todas as semanas reúnem os integrantes do projeto em torno da análise de um texto. Alguns integrantes do grupo vieram de longe, como um pós-doutorando venezuelano, um italiano, um norte-americano e um francês. Além disso, a estrutura de um grande projeto lhe permite trazer pesquisadores de outros países para apresentar e discutir trabalho em curso, além de mandar estudantes para temporadas de aprendizado e discussão fora de São Paulo e mesmo do Brasil.

À medida que cria um ambiente de investigação e torna a USP um centro reconhecido no estudo de filosofia antiga, Zingano cria uma cultura no departamento. Em um primeiro momento, os alunos acharam estranho ver um professor encher o quadro de escrita grega durante as aulas. "Hoje já ficou natural", afirma o filósofo, que considera essencial integrar a expressão da língua ao pensamento.

A tradução é, de fato, uma parte central do grupo de estudos e acaba sendo indissociável das questões filosóficas. Daniel Lopes, professor de língua e literatura grega na USP, é pesquisador associado do projeto e concentrou sua carreira na tradução de textos gregos, embora tenha formação em filosofia. Nos seminários ele contribui para a discussão de aspectos de tradução e interpretação dos textos, mas sua pesquisa particular diz respeito a um problema filosófico específico: o hedonismo nos diálogos Górgias e Protágoras, de Platão. Ele publicou no ano passado a tradução do primeiro pela editora Perspectiva e está traduzindo o segundo. "No Górgias a personagem Sócrates condena o prazer e no Protágoras ele parece considerar prazeres e dores como o critério para ação", explica. Lopes ainda não terminou a análise dos textos, mas por enquanto acredita que a contradição é apenas aparente, pois Sócrates não se compromete com a tese hedonista do Protágoras. "As opções do tradutor na interpretação do texto fazem toda a diferença", conclui.

Para quem acha estranha a ideia de um grupo internacional constantemente debruçado sobre textos escritos há mais de 20 séculos em uma língua morta, fica o recado: seu conteúdo está longe de ultrapassado, quando se olha a fundo.

GUIMARÃES, Maria. Atualidade da Grécia antiga. *Pesquisa Fapesp*, ed. 200, out. 2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/10/11/atualidade-da-gr%C3%A9cia-antiga>. Acesso em: 26 abr. 2016.

UNIDADE 2. O QUE SOMOS?

A Unidade 2 está centrada no problema antropológico construído em torno da interrogação "Quem somos nós?". Ou, para evitar qualquer pressuposição personalista e identitária do humano, a pergunta "O que somos?". Além das questões relativas à interrogação do humano, a unidade focaliza algumas das dimensões desse fenômeno, como a linguagem, a cultura e a corporeidade.

Capítulo 1. O ser humano quer conhecer a si mesmo

A etapa de sensibilização desse capítulo é iniciada com um poema de Carlos Drummond de Andrade. Pode-se problematizar com os estudantes o fato de procurarmos em vão fora de nós mesmos aquilo que somos, com base na ideia de empreender uma viagem para dentro de si. Até que ponto podemos nos conhecer? De forma complementar, pode-se realizar uma dinâmica em grupo sobre o conhecimento de si mesmo; cada um pode, por exemplo, se desenhar, e em seguida todos podem participar de uma discussão sobre a representação pessoal de cada um.

Outro bom ponto de partida para as questões tratadas no capítulo é o filme *Blade Runner: o caçador de androides*, indicado no livro do estudante. Caso não seja viável assistir em sala de aula a todo o filme, sugerimos trabalhar as cenas 33 e 34. Após uma violenta perseguição, o policial Deckard está prestes a cair de um prédio, mas é salvo pelo androide que ele caçava. O androide, ao perceber que vai morrer, salva o humano que o perseguia. O filme propõe uma interessante discussão sobre a consciência da finitude e nossa busca por aquilo que somos.

A trajetória de investigação na história da filosofia traça a concepção do humano no período clássico grego e no período renascentista, apresentando alguns pensadores humanistas. Sugere-se que o professor explore mais o pensamento renascentista, que problematizou a questão humana. Em seguida, o capítulo apresenta o debate entre duas perspectivas: aquela que afirma a universalidade de uma natureza humana e aquela que centra o pensamento sobre o humano no estudo de sua condição. O debate contemporâneo sobre o tema é desenvolvido em torno da filosofia da existência, com ênfase maior em Heidegger e em Sartre.

Pode-se, ainda, complementar a investigação desse capítulo introduzindo um fragmento de texto de algum pensador existencialista não focado no texto.

Em *Trabalhando com textos*, o trecho de Ernst Cassirer dialoga e aprofunda o debate sobre a oposição entre as ideias de natureza e condição humanas. O trecho de Sartre retoma a discussão sobre o existencialismo e a afirmação da dignidade do humano centrada na escolha e na liberdade. Sugere-se que, após a leitura silenciosa e coletiva dos textos, as explanações sobre possíveis dúvidas de leitura e um debate sobre as ideias de cada autor, os estudantes escrevam, em no máximo cinco linhas, uma síntese das ideias centrais de cada texto. Esse tipo de exercício é um bom instrumento de refinamento de leitura e compreensão de textos.

Na seção final, além do tipo de questões já presentes na unidade anterior, há uma atividade de leitura de imagem. O estudante deve ser estimulado a analisar a tela de Hopper usando os conceitos trabalhados no capítulo.

Como atividade de dissertação, solicita-se que o estudante assuma uma posição no debate sobre natureza e condição humanas, defendendo-a. Essa atividade pode ser precedida por um debate coletivo e aberto sobre o tema, de modo a auxiliar o estudante a posicionar-se e a construir argumentos, que deverão ser refinados e aprofundados na atividade escrita. A atividade pode ser usada como instrumento de avaliação.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Os estudantes devem realizar uma pesquisa (na internet, em livros de história da filosofia ou em outras fontes) sobre as várias definições dadas para a pergunta "O que é o ser humano?". Com base no levantamento, eles terão de elaborar uma dissertação, argumentando a favor de uma das definições encontradas.
2. Em grupos, os estudantes farão uma pesquisa sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Peça a eles que destaquem os artigos que considerarem mais desrespeitados atualmente.

Em seguida, eles devem ilustrar com imagens o desrespeito à Declaração, montando um painel e expondo-o na sala de aula ou em outro local da escola.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

ARENDT, H. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VAZ, H. C. L. *Antropologia filosófica I*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. O autor afirma que não há uma natureza humana porque, para ele, o ser humano não é homogêneo e simples, mas uma heterogeneidade, uma mistura de ser e não ser ao mesmo tempo. Por isso, o ser humano só pode ser pensado com base naquilo que faz e realiza, e não em algo que o defina de antemão.
2. O autor afirma que o pensamento metafísico só é capaz de compreender aquilo que é simples e homogêneo, dotado de uma natureza intrínseca. A metafísica é incapaz de compreender aquilo que é heterogêneo, formado por contradições e que não possui uma natureza clara e distinta.
3. Segundo o autor, só podemos estudar o ser humano por meio de suas manifestações e realizações no mundo. Por isso, o objeto de estudo de uma filosofia antropológica só pode ser o "círculo de humanidade", constituído pela linguagem, pelo mito, pela religião, pela arte, pela ciência, pela história.

Texto 2

1. Essa afirmação significa que, no caso do ser humano, não há uma essência universal que nos faz ser o que somos. Ao contrário, primeiro existimos, somos lançados no mundo, para em seguida construirmos nossa vida e aquilo que somos. Assim, uma essência do ser humano não pode ser mais do que aquilo que ele realiza ao longo de sua vida.
2. Significa que o ser humano é livre e que por isso precisa fazer escolhas. Escolher a si mesmo é assumir a construção de sua própria vida, não confiar que já está tudo definido de antemão, mas afirmar que tudo está por ser feito.
3. Uma escolha individual envolve a humanidade inteira porque o ser humano é um ser de valores. Quando alguém faz uma escolha, indica aquilo que pensa ser bom, não apenas para ele, mas para todos. Como no exemplo dado no texto: o casamento é uma decisão individual. Mas, quando uma pessoa decide se casar, não está dizendo apenas que considera o casamento uma boa opção para ela; está assumindo que o casamento é algo bom para todo ser humano ou, então, não seria digno de sua escolha pessoal.

Atividades

1. O dualismo psicofísico consiste na afirmação de que o ser humano é um ser duplo, constituído por um corpo físico e por uma parte espiritual, psíquica. Nessa visão, não faz sentido pensar o ser humano como puramente corpo ou puramente alma; ele só pode ser compreendido como a união dessas duas instâncias, intimamente ligadas.
2. A noção de natureza humana afirma que o ser humano pode ser compreendido com base em algo que faz com que ele seja humano, e não outra coisa qualquer. Por exemplo, quando afirmamos que o humano é um ser racional, estamos dizendo que a natureza humana é a razão. Ela nos distingue dos outros seres vivos. A noção de condição humana, por outro lado, afirma que não há qualquer característica que defina o que é ser humano. Ele só pode ser compreendido historicamente, por meio das condições em que vive, uma vez que são essas condições que fazem com que o ser humano seja de um modo ou de outro. A segunda parte da questão pede uma posição pessoal e argumentada.
3. Segundo Sartre, o ser humano está condenado a ser livre porque ele é um ser que faz escolhas. É nisso que consiste a liberdade: em uma dada situação,

escolher entre as opções que são apresentadas como possibilidade. Há uma única coisa que o ser humano não pode fazer: deixar de escolher, pois mesmo quando abdica de fazer uma escolha ele está escolhendo. Ora, se não pode deixar de escolher, se é obrigado a fazê-lo sempre, ele é condenado à liberdade, por mais paradoxal que isso possa parecer.

4. A dissertação é sempre um percurso pessoal, de cada estudante. Aqui, pede-se que ele assuma uma posição e use os elementos estudados no capítulo para construir uma argumentação. Deve-se avaliar, então, sua capacidade de argumentar, e não a posição assumida.

5. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante seja capaz de articular os temas estudados no capítulo com a pintura de Hopper, pensando nas possibilidades de interpretação da cena representada na pintura.

Capítulo 2. A linguagem e a cultura: manifestações do humano

Para introduzir a questão da linguagem como fenômeno humano, o capítulo se vale do filme *Planeta dos macacos – a origem* e do conto “Um relatório para uma academia”, de Franz Kafka. No primeiro, alterações genéticas em um chimpanzé fazem com que ele tenha sua inteligência aumentada e aprenda a falar, o que lhe permite que se comunique com outros de sua espécie e inicie a conquista do planeta. No conto, um chimpanzé capturado e colocado na jaula percebe que a única maneira de se libertar seria comportar-se como os humanos. Para isso, ele aprende a falar, por imitação, tornando-se não muito diferente de qualquer pessoa.

São duas linguagens distintas, e o professor está livre para escolher uma delas na atividade de sensibilização dos estudantes. O filme pode ser visto e discutido. O conto, que não é longo, pode ser distribuído e lido pelos estudantes. Seria interessante trabalhá-lo em conjunto com o professor de língua portuguesa: este exploraria os conteúdos gramaticais e literários, enquanto em filosofia se discutiria a questão da linguagem na constituição do humano.

Uma alternativa é o trabalho com a canção “Língua”, de Caetano Veloso. Uma vez mais, é possível buscar uma articulação com a disciplina língua portuguesa, que pode fazer uma análise da letra da música, enquanto em filosofia se trabalha a língua como instrumento de criação em sua diversidade de possibilidades.

Na etapa de investigação na história da filosofia, partimos do pensamento grego, com ênfase em Platão, para depois tratar de aspectos da “virada linguística” da filosofia no século XX, com foco no pensamento de Wittgenstein. Na primeira parte do capítulo, é apresentada, de forma breve, a relação da linguagem com o pensamento. Essa é uma oportunidade para introduzir conteúdos de lógica, caso o professor opte por isso. Na segunda parte do capítulo, é tratada outra manifestação humana, a cultura, de modo articulado com o fenômeno da linguagem.

A subseção *Trabalhando com textos* traz um fragmento da obra *Investigações filosóficas*, de Wittgenstein, que define o conceito de jogos de linguagem, apresentado no capítulo. O segundo texto é um trecho de *Dialética do esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, e explora as relações entre linguagem e cultura ao analisar a propaganda na sociedade capitalista. Se por um lado se afirma a potencialidade criativa da linguagem, por outro se evidenciam seus limites e suas armadilhas. Sugere-se que o professor explore essa ambiguidade na análise dos textos com os estudantes.

Na seção *Em busca do conceito*, destacam-se duas atividades: uma de pesquisa sobre os usos da linguagem nas redes sociais, que pode produzir resultados bastante interessantes com os jovens; e outra de análise de um poema de Arnaldo Antunes, que diversifica a leitura filosófica de textos não filosóficos. Neste capítulo, solicita-se o exercício de escrita da dissertação filosófica com base nesse texto poético.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Caso a escola ofereça condições, pode-se fazer uma atividade com o filme *1984*, indicado no livro do estudante. Após assistir a ele, comente os aspectos relativos à linguagem: de que maneira uma sociedade totalitária procura controlar o pensamento dos cidadãos, reduzindo seu universo de linguagem? Realize um debate sobre o tema, contrapondo a estratégia apresentada no filme com a diversidade criativa da língua, explorada na canção “Língua”, de Caetano Veloso.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

MORAIS, R. de. *Estudos de filosofia da cultura*. São Paulo: Loyola, 1992.

MORENO, A. *Wittgenstein* – os labirintos da linguagem. São Paulo: Moderna/Ed. Unicamp, 2000.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Os jogos de linguagem são múltiplos porque a linguagem é plural. Existem diversos tipos de linguagem. Cada uma, em particular, é composta de grandes conjuntos de signos e de regras próprias de associação e de uso, que podem originar diferentes significados. Dessa maneira, são praticamente infinitas as combinações de signos e de regras que podemos construir.
2. Uma reforma da linguagem pode chegar a diferentes resultados. Por exemplo, no romance *1984*, uma reforma constante da linguagem diminui cada vez mais o número de palavras, como maneira de reduzir o repertório de pensamento. Porém, para Wittgenstein, ainda que sempre seja possível propor reformas na linguagem, não é aí que se coloca o problema dos usos dela. Pensar filosoficamente a linguagem é identificar os equívocos não de seus diferentes usos possíveis, mas justamente daqueles que impedem seu funcionamento.

Texto 2

1. Segundo os autores, a propaganda funciona pela repetição mecânica de um *slogan*. É essa repetição que penetra na mente das pessoas, incitando-as a consumir determinado produto.
2. A indústria cultural assemelha-se a um *slogan* propagandístico porque também ela é marcada pela repetição dos produtos. A cultura transformada em mercadoria e produto industrial é aquela que se reproduz continuamente, inundando o mercado cultural com produtos semelhantes. Podemos ver esse fenômeno na música, por exemplo. Quando determinado gênero musical faz sucesso (isto é, vende bem), vemos se repetirem inúmeros produtos que imitam aquela fórmula até a exaustão.
3. Há certas palavras que, de tanto serem repetidas, tornaram-se petrificadas, com um sentido único. Quando isso ocorre, as palavras perdem sua multiplicidade de possibilidades, sua riqueza semântica.

Atividades

1. Resposta pessoal. Sugere-se observar se o estudante demonstra capacidade de dialogar com os elementos trabalhados no capítulo.
2. O ser humano é capaz de simbolizar o mundo por meio de várias perspectivas, como a linguagem. Se considerarmos a cultura um conjunto das atividades da ação humana sobre o mundo, podemos dizer que ela constitui a associação dos mais variados símbolos por nós criados, o que, por sua vez, constitui a possibilidade de novas simbolizações.
3. Resposta pessoal. É importante que os estudantes percebam a diversidade da linguagem usada na internet, que inclui desde formas semelhantes às já existentes até novas possibilidades inauguradas pela comunicação instantânea e pelos recursos próprios da informática, dos *softwares* e das redes sociais.
4. Atividade aberta a ser desenvolvida individualmente.
5. Resposta pessoal.
6. Dissertação a ser realizada com base nos elementos fornecidos. Avaliar a capacidade do estudante de utilizá-los no próprio discurso.

Capítulo 3. Corporeidade, gênero e sexualidade: formas de ser

Para problematizar a percepção e o pensamento sobre a dimensão humana da corporeidade, o capítulo inicia com uma foto que mostra modelos contemporâneos de corpos belos. Em contraponto à imagem, são apresentados comentários do filósofo Gilles Lipovetsky e um pequeno poema de Arnaldo Antunes.

Essas possibilidades podem ser exploradas pelo professor, principalmente por meio de uma leitura crítica da imagem, problematizando se ela representa os corpos da maior parte da população brasileira e por que motivo aqueles corpos são considerados belos. Caso o professor opte por trabalhar com um filme, sugere-se a comédia romântica *O amor é cego*, dirigida por Peter e Bobby Farrelly. De forma bastante divertida, o filme lança questionamentos sobre nossas representações físicas da beleza e sobre como nos relacionamos psicologicamente com elas. A partir dele, é possível problematizar nossa percepção do corpo e da corporeidade.

É interessante também trabalhar com a canção "O pulso", da banda Titãs. Sugere-se ouvir a música em sala, com os estudantes, observando a letra e questionando-os sobre ela. Depois, pode-se perguntar se eles observaram que, entre doenças corporais, são citados estados de ânimo, estados psicológicos. Será possível separar o físico, o corporal, do psicológico, anímico? O que é o corpo?

A seção *A filosofia na história* percorre diferentes visões de corpo e sua relação com a alma, da Antiguidade aos nossos dias. Sugere-se ao professor dar especial destaque a Espinosa, autor não trabalhado em outros capítulos, o qual apresenta uma inovação importantíssima na filosofia moderna, com sua concepção de não separação corpo-alma. Em termos contemporâneos, destaca-se a noção de corpo próprio, trabalhada por Merleau-Ponty, para a qual também sugerimos atenção especial no desenvolvimento do capítulo.

Na segunda parte dessa seção, exploramos as questões relativas à sexualidade e ao gênero, como entrelaçamento do biológico e do cultural, não podendo ser pensados de forma dicotômica. Aproveitamos esse tema para explorar o pensamento de uma filósofa do século XX, Simone de Beauvoir, e suas explorações conceituais em torno do "segundo sexo".

Na subseção *Trabalhando com textos* trazemos um trecho da obra *O segundo sexo*, de Beauvoir, que problematiza a constituição do gênero como uma produção social, trabalhando com a ideia de "tornar-se mulher". Sugerimos especial atenção no trabalho com esse fragmento, a fim de mostrar aos estudantes que o domínio histórico dos homens na filosofia foi rompido com força no século XX, com trabalhos como esse e de várias outras filósofas. No outro fragmento, Foucault mostra como o corpo é produzido culturalmente, às vezes com intervenções físicas, como o uso de máscaras, de certas roupas e de tatuagens. Esse texto permite uma discussão interessante com os adolescentes sobre as técnicas de diferenciação corporal, como a tatuagem, o uso de *piercings*, a *body art* e as técnicas de cirurgia plástica, como lipoaspiração e lipoescultura.

As atividades da seção *Em busca do conceito* são diversificadas, a fim de contemplar os vários temas tratados no capítulo. Caso julgue que o número de atividades propostas é excessivo, o professor pode escolher aquelas que lhe pareçam mais interessantes para seus estudantes.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2 v.

FONTANELLA, F. C. *O corpo no limiar da subjetividade*. Piracicaba: Ed. Unimep, 1995.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I* – a vontade de saber. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GIL, J. *Metamorfoses do corpo*. 2. ed. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Segundo o filósofo, seu efeito é projetar o corpo em outro espaço, por isso ele fala em "corpo utópico". Essas intervenções estéticas sobre o corpo produzem o efeito de uma multiplicação das possibilidades e sentidos do corpo. Não se trata de buscar um outro corpo, mas de multiplicar as possibilidades do próprio corpo.

2. É pelo corpo que nós nos colocamos no mundo e é por meio dele que podemos nos relacionar com as coisas e com outras pessoas. Nesse sentido, tudo parte do corpo e tudo passa por ele. O corpo é, para cada um de nós, como uma esquina na qual se encontram todos os caminhos, a confluência de todas as possibilidades.

Texto 2

1. Vivemos em uma cultura centrada no masculino, uma cultura machista, que coloca o sexo feminino como o outro sexo, ou seja, como o sexo que se define por não ser o sexo masculino. Cultural e socialmente, produziu-se, portanto, uma perspectiva de divisão e de segregação, como se os mundos masculino e feminino fossem completamente separados, como se cada um dos sexos tivesse sua função definida.
2. Na cultura machista, o homem costuma afirmar sua sexualidade dominante. Como à mulher é reservado o lugar da passividade, do dominado, a sexualidade feminina foi identificada com essas características. Assim, afirmar a independência da mulher seria o mesmo que afirmar sua masculinidade, sua posição de não passividade. Mas a autora alerta que isso é uma armadilha; a mulher não pode se libertar afirmando-se como homem. Ela precisa se libertar afirmando sua sexualidade feminina, tirando essa sexualidade do lugar social da passividade e do dominado.
3. Resposta pessoal.

Atividades

1. Cada estudante pode escolher diferentes perspectivas do dualismo psicofísico para sua resposta. Como exemplo, pode-se citar o dualismo platônico ou o dualismo cartesiano.
2. A visão de Espinosa não é dualista porque, para ele, o corpo não é um simples receptáculo físico para a alma, aquilo que faz com que sejamos humanos. Corpo e alma não são duas realidades distintas, mas uma só e a mesma coisa. Nós não podemos separar corpo e alma, pois isso não faria sentido em seu pensamento. Quando pensamos, pensamos corporalmente; quando agimos, agimos corporalmente.
3. A noção de corpo próprio é uma reação ao tratamento dado ao corpo como um objeto. Segundo Merleau-Ponty, não faz sentido afirmarmos que "temos" um corpo, pois isso indica que haveria algo ou alguém que controla esse corpo. A noção de corpo próprio implica afirmar que "somos" um corpo e habitamos um mundo que é percebido por esse corpo. É também o corpo próprio que permite que nos relacionemos com o mundo e com outras pessoas.
4. Atividade de pesquisa aberta, que pode apresentar distintos resultados. O importante é a discussão resultante dela.
5. A dissertação é uma atividade pessoal, sem resposta definida.
6. Resposta pessoal.
7. Atividade aberta e pessoal.
8. Resposta pessoal.

A filosofia na história

A proposta dessas atividades é indicar aos estudantes as causas históricas que levaram filósofos a questionar algo supostamente muito fixo e etéreo: a essência humana. Ao longo da modernidade, o ser humano ampliou seus poderes sobre a natureza. Com a Revolução Industrial, essa possibilidade de alterar a natureza se ampliou. Além disso, mostrou-se ser possível também modificar a natureza humana. Ou seja, a civilização construída pelo ser humano altera profundamente a ele próprio. Mais do que isso, percebeu-se que é possível manipular as alterações dos seres humanos em função de interesses. Essa situação nova torna necessária a reconceituação da questão do **ser** que define o ser humano.

O foco desta seção é a atividade do trabalho, mas é importante reforçar que a possibilidade de definição do ser humano se ampliou. Atualmente, é perceptível que, mesmo fora da esfera do trabalho em sentido estrito, as pessoas estão cada vez mais formatadas por interesses. Pretende-se, com isso, problematizar a questão da essência humana, mas também a da responsabilidade humana pelos rumos históricos e pela construção de si mesmo, rumo à emancipação.

1. Platão definia o ser humano como a junção de um corpo (material, imperfeito e mortal) a uma alma (imaterial, perfeita e imortal). Segundo ele, esta deve controlar aquele. Aristóteles seguiu a mesma trilha, mas encontrou na alma (para ele, a parte mais importante do ser humano) vários atributos, dos quais a razão é o mais considerável. Assim, Aristóteles define o ser humano como um animal racional. Mas, como a razão trabalha por meio da linguagem, que se efetiva na comunicação entre os indivíduos, Aristóteles define o ser humano

também como um animal político. Na Idade Média, o ser humano era definido como criação e instrumento divinos, ao passo que no Renascimento tornou-se o centro das preocupações, a medida de todas as coisas.

2. Na Revolução Industrial, ao se mostrarem adaptáveis às novas regras de produção em série, à vida urbana caótica, ao ritmo das máquinas motorizadas e às necessidades de mecanizar a vida em função do trabalho, homens e mulheres foram vistos como portadores de características até então insuspeitas. Não havia mais correspondência plena com a concepção de natureza humana. Fenômenos como a alienação e a reificação, apontados por Marx, revelam o impacto que homens e mulheres sofreram com a nova organização do trabalho. Isso fez com que a ideia de existência de um **ser** imutável, cuja natureza é única e determinante, fosse repensada nos termos de uma condição humana historicamente determinada.

3. Embora as condições de trabalho hoje sejam, em tese, melhores do que as existentes durante a Revolução Industrial, a mecanização ainda se faz presente no cotidiano das pessoas. Atualmente, ela está ainda mais presente fora do ambiente de trabalho, por meio dos inúmeros bens duráveis e não duráveis de alta tecnologia. Por um lado, eles nos são oferecidos com a promessa de encurtar distâncias e facilitar as dificuldades da vida contemporânea; por outro, no entanto, inserem-se no conjunto de produtos que são desenvolvidos para criar novas necessidades, e não para sanar as já existentes. Elas chegam até nós pela incitação controlada ao consumo por meio da propaganda, veiculada pelos meios de comunicação. Estes não privilegiam o tempo da reflexão, mas se valem de técnicas discursivas e imagéticas para despertar o desejo imediato e irrefletido dos indivíduos. O contato cotidiano com esses meios inibe fortemente a autonomia do indivíduo, levando-o a uma heteronomia do consumo.

Um diálogo com biologia, psicologia e sociologia

1. Quando examinamos a questão do sexo em seu aspecto genético, podemos afirmar que existe uma determinação biológica dele. Um indivíduo com dois cromossomos X será do sexo feminino, ao passo que um indivíduo com um cromossomo X e um cromossomo Y será do sexo masculino.

   A sexualidade, por outro lado, pode ser compreendida como uma vivência cultural, e é disso que se origina a distinção entre sexo e gênero. Para a sexualidade, fatores sociais e culturais estão em jogo. Um indivíduo com carga genética masculina não necessariamente vive a sexualidade como homem, e um indivíduo com carga genética feminina não necessariamente vive a sexualidade como mulher. Da mesma maneira, a orientação sexual é afetada por fatores sociais e culturais.

2. Essa resposta é aberta, podendo contemplar várias dimensões. É desejável que o estudante explore as questões de representação social sobre o gênero e os vários preconceitos e formas de discriminação aí implicados.

3. Resposta aberta e pessoal.

4. Resposta aberta e pessoal.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1. C

2. E

3. E

4. Marcuse considera que uma obra autônoma origina uma realidade diferente daquela estabelecida, pois estimula os indivíduos a tomar consciência e a se mobilizar para a mudança. O projeto de facilitação afasta-se das ideias de Marcuse, pois reforça uma realidade já existente. A obra perde potencial de alterar a ordem estabelecida e se aproxima da doutrinação ao simplificar a concepção original da obra.

5. 22 (02 + 04 + 16)

6. D

7. A

8. B

9. 28 (04 + 08 + 16)

10. A

É lógico?

1. A premissa do eu lírico é de que o ser humano está condenado a amar, sendo este amor dirigido a qualquer coisa. Isso é expresso nos seguintes versos:

> "Este o nosso destino: amor sem conta,
> distribuído pelas coisas pérfidas ou nulas,
> doação ilimitada a uma completa ingratidão,
> e na concha vazia do amor a procura medrosa,
> paciente, de mais e mais amor."

As conclusões estão expressas nos demais versos: "o que podemos, senão amar?" E o poeta cita diversos exemplos das coisas que amamos, com base na premissa de que estamos destinados a amar.

2. a) Várias conclusões são possíveis, por exemplo: 1. Quando entramos novamente no rio as águas já não são as mesmas; 2. Quando entramos novamente no rio nós já nos transformamos e não somos os mesmos; 3. Tudo está sempre mudando.
   b) Não devemos temer a morte, mas ter coragem para enfrentar a vida.
3. a) Ensinar a pescar dá autonomia a alguém. Ter autonomia é muito importante para o ser humano.
   b) Nem toda herança favorece a autonomia do indivíduo. Uma herança em bens pode prender o indivíduo a uma situação.
4. O poema é uma indução por analogia, pois Brecht cita diversos poetas ao longo da história, de diferentes nacionalidades, mostrando que eles foram perseguidos e, assim como ele, tiveram de se exilar. Sim, é uma analogia válida, pois um poeta cita os casos particulares de outros poetas para indicar sua conclusão.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES COMPLEMENTARES

- Pode-se mostrar o seguinte painel de fotos para a classe. Após observá-lo e ler o comentário que o acompanha, os estudantes devem responder às seguintes questões.

Cristina Guerra/Acervo da artista

Cada vez me pareço menos com minha foto 3 × 4, painel de fotos 3 × 4 automáticas feito em 1996 pela fotógrafa e artista plástica Cristina Guerra, moçambicana radicada no Brasil. A artista registra em painéis as fotografias descartadas pelos fotografados em cabines fotográficas instantâneas. Por que as pessoas descartam essas imagens? Por defeitos na revelação? Por não a apreciarem, de acordo com seu juízo estético? Por não identificarem nela o que são, parecem ou desejam ser?

a) Observe a sua carteira de identidade (RG). Qual é a sua impressão? Este documento representa a sua identificação de forma ampla? Comente.

b) O título do painel, *Cada vez me pareço menos com minha foto 3 × 4*, refere-se a que tempo verbal? Apresente a sua opinião referente ao título e à obra dessa artista e a justifique.

c) Como as disciplinas que você estuda apresentam e tentam compreender o ser humano? Escreva um pequeno comentário sobre cada uma delas.

d) Com base na ideia da artista plástica Cristina Guerra, organizem-se em grupo e montem um painel com as fotografias da sua turma. Depois de pronto, exponham esse painel no saguão de entrada da escola. Reflitam: qual foi o critério para a escolha dessas fotografias? O local onde o painel ficará exposto interferiu nessa escolha? Explique.

UNIDADE 3. POR QUE E COMO AGIMOS?

Essa unidade é dedicada ao problema da ação individual e às teorias éticas voltadas para a ação humana visando a uma "boa vida". Um capítulo introdutório problematiza a questão dos valores e os dois seguintes apresentam e discutem algumas das principais posições sobre a ética trabalhadas ao longo da história da filosofia.

Capítulo 1. Os valores e as escolhas

Esse primeiro capítulo problematiza as noções de valor como fundamento para a ação humana. Procurou-se expor uma perspectiva universalista do valor, em diálogo com a teoria platônica, e um panorama historicista e perspectivista, em diálogo com Nietzsche e com Sartre.

A sensibilização é feita por meio do filme *Ágora*, que narra a história da filósofa Hipátia e os problemas que ela enfrentou em Alexandria no século IV, com o conflito entre o paganismo e o cristianismo que crescia no Império Romano. O dilema moral de Davus, que trabalhava para ela na condição de escravizado, é apresentado para discutir o conflito de valores. Uma boa estratégia de trabalho seria começar a aula assistindo ao filme com os estudantes, de modo a chamar a atenção deles para o tema e problematizar a questão.

Uma alternativa a essa abordagem seria exibir o filme *Minority Report – a nova lei*, indicado no livro do estudante. No ano de 2054, a polícia alega ter conseguido resolver o problema da criminalidade na cidade de Washington, nos Estados Unidos. Uma divisão especial, chamada "Pré-crime", dispõe de três pessoas que possuem a capacidade de ver o futuro e, assim, prever uma ação criminosa antes que ela aconteça. A polícia age e prende quem cometeria o crime antes que ele ocorra, garantindo a pacificação da cidade. Mas uma questão ressoa: como pode uma pessoa ser presa se ela não fez, de fato, aquilo que ocasionaria sua prisão? Essa problematização pode mobilizar todo o trabalho com o capítulo. Caso não seja possível assistir a todo o filme, sugere-se trabalhar com as duas primeiras cenas, que duram cerca de quinze minutos e são suficientes para colocar essa questão.

O capítulo se desenrola em diálogo com alguns filósofos, na seção *A filosofia na história*. Começamos com Platão, tratando da articulação entre valor e virtude na construção da cidade perfeita. Seria interessante introduzir, na abordagem desse tema, alguns trechos do diálogo *A república*. Na subseção *Trabalhando com textos* selecionamos um trecho, mas o professor pode levar outros que julgar mais convenientes.

Em seguida, exploramos a perspectiva nietzschiana trabalhada em *Genealogia da moral*. Ao final do capítulo encontra-se, na subseção *Trabalhando com textos*, um aforismo de Nietzsche que dialoga com esse tema e ajuda a aprofundar a investigação. Sugerimos uma edição resumida e adaptada do texto de Nietzsche, feita pelo especialista Oswaldo Giacoia Júnior. Pode-se desenvolver um trabalho complementar com esse livro.

O capítulo dialoga ainda com Sartre, ao tratar a questão do valor articulada com as noções de escolha e liberdade. Ao trabalhar essa parte do capítulo, podem ser feitos com os estudantes exercícios práticos de discussão em torno de valores e escolhas. Sugere-se escolher algumas situações concretas, como: quando respeitamos uma lei (que limita a velocidade dos veículos automotores em uma rua ou rodovia, que impede a venda de bebida alcoólica a menores de 18 anos, etc.), o fazemos porque escolhemos respeitar a lei ou porque não queremos sofrer as sanções ao desrespeitá-la? Qual é a diferença entre as duas posições? Quais são os valores envolvidos em um e outro caso? Esse tipo de exercício pode aguçar o debate e o pensamento dos jovens, bem como justificar a argumentação filosófica.

Na seção *Em busca do conceito*, são sugeridas várias atividades: debate, pesquisa, análise de imagem. Chamamos a atenção para a proposta de dissertação filosófica, que pede ao estudante que redija um texto assumindo uma posição em relação aos textos de Platão e de Nietzsche e justificando-a.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Pode-se promover um debate em classe sobre a questão proposta pelo texto de Platão presente na subseção *Trabalhando com textos*: "O que é pior: praticar ou sofrer uma injustiça?". Duas estratégias são possíveis. A primeira consiste em fazer o debate antes da leitura do texto. Seria interessante simular uma situação concreta. Por exemplo: um estudante foi acusado de ter picha-

do o muro da escola, mas não o fez. O que é pior? Realizar o ato ou ser acusado dele? Como cada um se posiciona? Que tipos de argumentos se constroem para justificá-lo? Em seguida, os estudantes devem ler o texto e confrontar as posições assumidas com a argumentação de Sócrates. A segunda estratégia é inverter a ordem: solicitar primeiro a leitura do texto e depois realizar o debate em classe, também valendo-se de uma situação concreta. A argumentação socrática convence os estudantes? Eles a manifestam no debate?

2. O professor pode escolher um dos filmes sugeridos no livro do estudante, assistir a ele com a turma e promover um debate sobre valores. A atividade fica ainda mais interessante se, ao final do debate, for solicitado a cada estudante que redija suas conclusões.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral* – uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PLATÃO. *A república*. 3. ed. Belém: Ed. UFPA, 2000.

SARTRE, J.-P. *O ser e o nada*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Cometer uma injustiça seria pior do que sofrê-la porque o mais feliz entre os seres humanos é aquele que não possui maldade na alma. Ora, para Sócrates, apenas os maus são capazes de cometer injustiça contra os outros; logo, praticar esse ato é ruim. Já aquele que sofre uma injustiça pode superar o sofrimento.

2. Sócrates faz uma analogia entre o doente que não se trata e permanece doente e aquele que comete uma injustiça. Cometer uma injustiça contra outrem é um crime do qual só é capaz alguém que possui maldade na alma. Mas, assim como um doente, ele pode se curar, pois a prática da justiça é uma cura moral. Logo, alguém que pratica a justiça é como o doente que se trata e pode alcançar a felicidade. Por outro lado, alguém que pratica injustiça é como o doente que não se trata, permanece no mal e não pode ser feliz.

3. Não ser punido por um crime significa permanecer no mal, porque enfrentar a punição equivale a uma cura moral. A pessoa que comete uma injustiça mas o reconhece e aceita ser punida pode se libertar da maldade da alma. Mas aquele que não é punido permanece na maldade.

Texto 2

1. Para Nietzsche, a vontade de poder é a própria vida. Viver é exercer a vontade de poder, querer expandir, crescer, tornar-se sempre melhor. Viver, assim, é dominar o mundo e os outros, no exercício da vontade de poder.

2. Porque no Ocidente construiu-se uma moral que nega a vida, na medida em que nega a exploração, transformando-a em uma coisa negativa. Mas, segundo o filósofo, viver é explorar, é dominar, arriscar-se, ir além de si mesmo; nesse sentido, viver é uma violência. Abster-se disso é, então, negar a vida.

3. A vida é opressão e exploração porque ela é a expansão para fora de si mesmo, por meio do exercício da vontade de poder. Viver é necessariamente entrar em confronto com outras pessoas e com o mundo, e é necessário enfrentá-los. Nisso consiste a vontade de poder que afirma a vida. Sem opressão e exploração não há vida possível. A segunda parte da resposta é pessoal.

Atividades

1. O valor é compreendido na filosofia como o padrão a partir do qual nós tomamos decisões sempre que estamos diante de uma situação em que precisamos escolher. Cada sociedade em cada época constrói seus próprios valores, que balizam as ações dos indivíduos.

2. Platão falava na existência de três tipo de caráter. O caráter concupscível é aquele responsável pelos desejos. A pessoa em que esse caráter predomina, quando precisa tomar uma decisão, o faz sempre com base em seus desejos. O caráter irascível é aquele guiado pelas paixões. Uma pessoa em que

o caráter irascível predomina toma suas decisões sempre sob o calor da emoção. Por fim, o caráter racional é aquele orientado pela razão. Uma pessoa em que predomina o caráter racional sempre pensa antes de agir e avalia todas as consequências para tomar uma decisão.

3. Para Nietzsche, não há valores universais. Todos os valores são criações humanas e correspondem a interesses particulares. Os valores são sempre criações históricas, com validade naquele tempo e lugar. Segundo o filósofo, há um caráter ativo, que afirma seus próprios valores, e um caráter reativo, que só afirma seus valores negando os valores do outro. Para ele, uma situação saudável é aquela em que predomina o caráter ativo. Porém, na sociedade ocidental houve um processo de "inversão de valores", pois predomina o caráter reativo, centrado na negação da vida e não em sua afirmação. Por isso é necessária uma "transvaloração dos valores", que recoloque em cena o caráter afirmativo da vida.
4. Para Sartre, a liberdade é a capacidade humana de fazer escolhas. Mas, para escolher, precisamos avaliar, julgar o valor de nossos atos. O valor é, então, um dos motores da liberdade. No entanto, o valor é como o desejo: valorizamos sempre aquilo que não temos. Por isso, é fonte de transcendência, nos coloca sempre em ação, em direção àquilo que ainda não possuímos, àquilo que ainda não somos.
5. Dissertação. Trabalho de caráter pessoal.
6. Atividade aberta a ser realizada individualmente e debatida em grupo.
7. Resposta pessoal.

Capítulo 2. Ética: por que e para quê?

Duas das principais perspectivas teleológicas da ética são destacadas e problematizadas nesse capítulo: a perspectiva aristotélica e a perspectiva kantiana, sem dúvida as mais importantes para o campo da ética até nossos dias.

Nesse capítulo a atividade de sensibilização proposta se baseia nos questionamentos que podem ser feitos a partir de uma tira do personagem Armandinho. Caso o professor queira trabalhar com um filme, uma possibilidade é *Substitutos*, dirigido por Jonathan Mostow e estrelado por Bruce Willis. Nesse filme de ação inspirado em uma história em quadrinhos, os seres humanos vivem confinados em seus apartamentos, de onde controlam androides que os substituem. Os androides são mais fortes, mais bonitos e não colocam em risco a vida da pessoa. Pode-se então questionar: o que faríamos em uma situação como essa? Como seria nossa vida? Em nome de que agiríamos? Buscaríamos a felicidade a qualquer custo? Ou agiríamos segundo aquilo que deve ser feito?

Iniciamos a investigação pela história da filosofia com a *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, e sua conceituação da **felicidade** como o "supremo bem" a ser buscado nas ações humanas. A subseção *Trabalhando com textos* traz um trecho da obra do filósofo que articula a felicidade com a atividade racional. A segunda parte do capítulo é dedicada a Kant e à construção de uma ética centrada no dever. O "imperativo categórico" é apresentado e discutido, sendo articulado com a perspectiva de saída da menoridade como emancipação pela ação racional. Um trecho da *Fundamentação da metafísica dos costumes* que trata do imperativo categórico e da lei moral completa essa etapa de investigação.

Dentre as atividades propostas nesse capítulo, destacamos a redação de uma dissertação filosófica. Nela, optou-se por uma estratégia semelhante à das redações de vestibulares. Solicita-se que os estudantes escrevam a dissertação com base nos dados de uma reportagem sobre acidentes de trânsito no Brasil e nos temas estudados no capítulo. É importante, porém, reforçar para os estudantes que não se trata de uma redação qualquer, mas de uma dissertação filosófica, na qual o tema será tratado conceitualmente e de forma argumentada.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Pode-se realizar em sala de aula as atividades de leitura dos textos da subseção *Trabalhando com textos*, exercitando com os estudantes a elaboração de uma síntese escrita de cada um deles, como forma de fixação da leitura filosófica. É preciso ficar atento às eventuais dificuldades de compreensão e, se for proveitoso, conduzir uma leitura comentada, especialmente no texto de Kant. Após o estudo dos dois textos, pode-se solicitar aos es-

tudantes que tomem partido por uma das duas perspectivas éticas apresentadas e que escrevam uma dissertação, mostrando sua posição e defendendo-a com argumentos.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1992.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Porto: Porto Editora, 1995.

LIMA VAZ, H. C. *Escritos de filosofia IV* – introdução à ética filosófica 1. São Paulo: Loyola, 1999.

_______. *Escritos de filosofia V* – introdução à ética filosófica 2. São Paulo: Loyola, 2000.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Para Aristóteles, a felicidade é uma forma de contemplação. Como o ser humano é racional, sua principal atividade é contemplativa, de modo que ele será mais feliz quanto mais exercer a faculdade da contemplação.
2. Segundo o filósofo, a felicidade consiste no resultado de agir conforme a virtude. De modo que, para ser feliz, são necessários meios, como as posses. Por exemplo, quem não tem dinheiro algum não consegue ser feliz, pois não realiza seus atos mínimos, como se alimentar. Porém, como a felicidade não reside nas posses, elas não precisam ser excessivas. Necessitamos apenas do mínimo que nos permita agir.
3. O filósofo é o mais feliz dos seres humanos porque é aquele que consegue juntar as duas principais características humanas: a contemplação e a ação. As duas são fonte de felicidade, mas a felicidade completa reside no exercício de ambas as características. Um ser humano que age mas não contempla não pode ser plenamente feliz, e vice-versa. Desse modo, ao reunir as duas perspectivas e agir com justiça e nobreza, o filósofo tem afinidade com os deuses e será o mais feliz dos seres humanos. A segunda parte da resposta é pessoal.

Texto 2

1. O imperativo categórico é para Kant a enunciação da lei moral, e a liberdade é seu pressuposto. O imperativo categórico só tem sentido se for assumido por um sujeito racional livre, que escolhe agir moralmente. Isso porque diz respeito a uma ação livre de cada sujeito racional, que escolhe, pelo uso da razão, que essa é a melhor forma de agir.
2. O limite de toda investigação moral é saber como uma razão pura (pensamento) pode se tornar uma razão prática (ação), uma vez que a razão humana não é capaz de explicar essa transformação.
3. O interesse pela lei moral é produzido nos seres humanos na medida em que eles participam da comunidade dos seres racionais. Como participantes a um só tempo do mundo da razão e do mundo prático, os seres humanos são despertados para a necessidade de compreender os princípios de uma ação moral.

Atividades

1. Na filosofia aristotélica, a ação humana é sempre orientada para os fins que se pretendem alcançar; por isso, essa filosofia é vista como uma "ética dos fins". Sua questão é saber quais são os melhores e verdadeiros fins para os quais devem convergir nossas ações.
2. Para Aristóteles, os fins da ação humana são sempre um bem, porque não faz sentido agirmos em direção ao mal. Entre os vários bens para os quais nossas ações tendem, a felicidade é o bem superior, porque ela é um bem em si mesmo. Isto é, nós procuramos a felicidade por ela mesma, não como um meio para atingir outra coisa.
3. Para Kant, as ações humanas são orientadas para finalidades. Porém, o que confere valor a essas ações não são as finalidades, mas os princípios com base nos quais nós agimos. Os fins podem se alterar, mas nossos princípios de ação devem ser sempre os mesmos.
4. Porque uma comunidade humana só é possível se houver respeito mútuo, que garanta boas práticas de convivência. Desse modo, se todos seguirem o princípio universal do imperativo categórico, a convivência será harmoniosa.

5. Para Kant, a maioridade consiste no uso pleno da razão. Saímos da menoridade quando somos autônomos, isto é, capazes de pensar e agir por nós mesmos, sem obedecer a outras regras que não aquelas que nossa própria razão considera adequadas. Nisso consiste a liberdade e a ação ética.
6. Dissertação. Atividade aberta e pessoal.
7. Atividade de interpretação de texto. Resposta pessoal, na qual devem ser utilizados argumentos trabalhados no capítulo.

Capítulo 3. A vida em construção: uma obra de arte

O último capítulo dessa unidade problematiza as perspectivas éticas voltadas para a vida cotidiana, visando a uma ética prática, mais do que teórica. Inicia-se a sensibilização com o filme *A vida é bela*, porém uma alternativa seria trabalhar com o filme *O fabuloso destino de Amélie Poulain*, também sugerido no livro do estudante. O filme apresenta a história de uma garota que vive uma vida comum, mas que decide realizar pequenos gestos cotidianos para provocar felicidade nas pessoas. Com base nele, pode-se problematizar os modos por meio dos quais construímos nossa vida. Deixamo-nos levar pelo “destino”? Vivemos ao sabor dos acontecimentos? Ou traçamos planos e nos esforçamos para realizá-los? Assumimos a vida como algo dado ou como algo a ser construído?

Outra alternativa de sensibilização seria trabalhar com a música “O que é, o que é?”, de Gonzaguinha. Sugere-se ouvi-la em sala com os estudantes, acompanhando a letra. Em seguida, fazer uma rodada de discussão, para cada estudante dar sua opinião sobre o que é a vida, problematizando as diferentes perspectivas.

Na seção *A filosofia na história*, o capítulo apresenta as correntes filosóficas helenísticas e romanas que elegeram a ética como um dos temas centrais de seu pensamento. São abordados o cinismo, o estoicismo e o hedonismo epicurista, para enfatizar suas convergências e divergências e, principalmente, o tipo de condução da vida que cada uma dessas correntes propunha. Na última parte da seção, é explorado como Michel Foucault resgata essa perspectiva no século XX ao propor a ética como uma estética da existência.

A subseção *Trabalhando com textos* traz trechos da *Carta sobre a felicidade (A Meneceu)*, de Epicuro, e de *Sobre a brevidade da vida*, de Sêneca. A sugestão é trabalhar esses textos para aprofundar a visão do epicurismo e do estoicismo, e também para demarcar as diferenças de pensamento entre as duas correntes. É interessante mostrar aos estudantes o estilo direto dos textos, escritos para orientar as pessoas sobre como conduzir a vida, e não para produzir grandes sistemas teóricos. Deve ficar claro que esse é um **estilo** de se fazer filosofia, usando-a como prática de vida cotidiana.

Na seção *Em busca do conceito*, destaca-se uma atividade que atualiza a prática de um exercício espiritual, com base naquilo que Foucault denomina “escrita de si”: fazer um diário ou mesmo um *blog*, no qual os estudantes escrevam suas experiências cotidianas e reflexões, analisando, depois de um período, o impacto disso em seu autoconhecimento. Sugerimos ao professor que, caso perceba a possibilidade de desenvolvimento desse tipo de atividade com sua turma, explore-a a fundo, articulando-a com o conteúdo do capítulo.

Na proposta de dissertação filosófica optou-se por lançar um tema na forma de pergunta (“A felicidade é nosso único objetivo?”), fornecendo um fragmento de texto e um poema para mobilizar o pensamento.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Pode-se propor aos estudantes uma pesquisa sobre os tipos de exercício espiritual praticados por estoicos e epicuristas e a realização de alguns deles. Por exemplo: os estudantes podem se reunir em duplas e, durante um período (uma semana, por exemplo), conversarem, narrando suas experiências e pedindo comentários um ao outro. Em uma primeira etapa, um escreve e o outro comenta; na etapa seguinte, invertem-se os papéis. Ao final do período, deve-se fazer uma análise da experiência e promover um debate coletivo sobre os resultados.
2. No livro *101 experiências de filosofia cotidiana*, de Roger-Pol Droit (Rio de Janeiro: Sextante, 2002), pode-se escolher duas ou três que sejam apropria-

das para as condições disponíveis na escola e realizá-las com os estudantes, organizando em seguida um debate coletivo.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

EPICURO; LUCRÉCIO; CÍCERO; SÊNECA; MARCO AURÉLIO. *Antologia de textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os pensadores).

EPICURO. *Carta sobre a felicidade (A Meneceu)*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

EPITECTO. *Manual de Epitecto* – máximas, diatribes e aforismos. Lisboa: Vega, 1992.

SAVATER, F. Ética como amor-próprio. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SÊNECA. *As relações humanas*. 2. ed. São Paulo: Landy, 2007.

______. *Sobre a brevidade da vida*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Não precisamos temer a morte porque ela não é mais do que o fim da existência. Nada há depois dela, portanto não temos do que ter medo. Se com a morte cessam as sensações, também não haverá dor. Quando ela chegar, nós já não estaremos presentes, portanto ela não poderá nos fazer qualquer mal. A segunda parte da resposta é pessoal.
2. O prazer é o bem inerente ao ser humano; ele é a fonte de uma vida feliz. É pelo prazer que tomamos nossas decisões; é ele que nos faz agir. O verdadeiro prazer não é aquele dos sentidos, mas da alma: não há prazer equivalente a ter a alma tranquila, não perturbada por medos e dores.
3. A prudência é a principal das virtudes, e a felicidade é inseparável das virtudes. Uma vida de prazeres sensíveis não é uma vida feliz, pois é uma vida inconstante. A felicidade consiste na ausência de sofrimentos físicos e de perturbações da alma. Esses estados só podem ser alcançados pelo exercício da prudência, por meio do qual evitamos cometer excessos que possam provocar dores físicas ou perturbações na alma.

Texto 2

1. Os poetas são criticados porque em seus versos exaltam os vícios humanos e os remetem aos deuses, que são vistos como exemplos de fraqueza (aos deuses do panteão romano atribuíam-se tanto virtudes como fraquezas). Aqueles que vivem uma vida de prazeres mundanos não conseguem existir de forma plena, porque estão sempre esperando por uma situação melhor, que realizará seus desejos. Mas, nessa espera, perdemos a chance de bem viver a vida. A segunda parte da resposta é pessoal.
2. Porque nas coisas tranquilas podemos encontrar o verdadeiro prazer. É vivendo com tranquilidade, evitando as perturbações da alma, que achamos a felicidade.
3. É uma condição miserável porque esses seres humanos perdem a vida se ocupando de outras coisas e de outras pessoas, esquecendo-se de cuidar de si mesmos. Apenas aqueles que cuidam de si mesmos podem aproveitar a vida em sua brevidade.

Atividades

1. Os cínicos não se dedicaram a produzir tratados teóricos de ética, a pensar em como deveríamos agir. Eles simplesmente agiam, no espaço público, de forma coerente com seu pensamento. Por exemplo: se pensavam que o dinheiro não é fundamental para a felicidade, viviam numa situação de pobreza material, mas com grandeza de espírito. Sua ação era, assim, uma forma de ensinamento prático para aqueles que com eles conviviam.
2. As duas escolas filosóficas defendiam a vida pautada no princípio da não perturbação da alma (ataraxia). No entanto, divergiam na forma de alcançar a tranquilidade da alma. Para os epicuristas, chegava-se à ataraxia pela dupla ação de evitar a dor e buscar o prazer. Para os estoicos, a ataraxia era alcançada evitando o prazer. É interessante que, com base nesse núcleo, os estudantes construam sua análise e aprofundem a questão.

3. Deleuze chamou de "arte das superfícies" uma preocupação com a vida cotidiana, que diferia da preocupação com as ideias universais (em Platão) ou com os fundamentos da natureza (nos pré-socráticos). Espera-se que cada estudante possa expressar essa noção de modo pessoal, como a compreendeu.
4. Na sociedade capitalista contemporânea, vivemos um individualismo extremado, ao mesmo tempo que tudo é transformado em mercadoria. Uma "ética do eu" nesse contexto significa uma intensificação do individualismo, bem como um hedonismo (culto do prazer) direcionado ao prazer como consumo. Isso desvirtua completamente a perspectiva de uma ética como construção de si mesmo.
5. Foucault não vê a liberdade como uma essência, como uma característica intrínseca do sujeito. Para ele, a liberdade está na ação. Para ele, só faz sentido falarmos em práticas de liberdade. O sujeito capaz dessas práticas é aquele que cuida de si mesmo, que constrói sua vida e a si mesmo, sem se deixar levar pelos processos sociais de assujeitamento.
6. Os exercícios espirituais foram usados, especialmente na filosofia antiga, como práticas de pensamento, de construção de si mesmo, voltados para uma autoformação. Por meio deles, a filosofia deixa de ser pura contemplação e se torna algo prático. Como exemplos, podemos citar várias formas de escrita, nas quais a pessoa escreve (para si ou para os outros) como forma de se conhecer melhor e aprimorar sua vida.
7. Atividade aberta a ser realizada individualmente.
8. Dissertação filosófica.

A filosofia na história

A proposta dessas atividades é vincular a reflexão ética kantiana à liberdade política trazida pelo fim das monarquias absolutistas. Com a queda do direito divino dos reis e, consequentemente, do monarca, tornou-se necessário encontrar um novo fundamento para a ação humana. Ao fundá-la na razão, Kant repensa também a questão da responsabilidade pelos próprios atos e reafirma que o ser humano é livre.

Procurou-se também problematizar essa liberdade nos dias atuais, mediante a consideração do fenômeno da publicidade no contexto da sociedade de consumo. A publicidade ataca frontalmente a razão, fonte da liberdade, ao seduzir pessoas por meio da manipulação do desejo. Pretende-se, com essas atividades, mostrar a importância das reflexões sobre a liberdade e da responsabilidade nela presente, bem como oferecer a possibilidade de uma visão crítica a respeito dos obstáculos à emancipação e à conquista da liberdade na sociedade contemporânea.

1. Em um contexto no qual a autoridade está fundada no direito divino dos reis, os sentidos do pensar e do agir são dados ao indivíduo de forma heterônoma. Assim, a visão de mundo e as leis morais que acata não decorrem de seu exercício do pensamento autônomo, mas lhe são fornecidas de antemão pela autoridade da ordem estabelecida. Ora, quando os indivíduos não estabelecem suas próprias leis – as quais decidem promover e respeitar em um gesto racional de liberdade (autonomia) – e devem aceitar e se adequar às leis de outrem (heteronomia) de forma acrítica, então eles estão na menoridade, conforme caracteriza Kant.
2. Com o fim da autoridade divina dos reis na Europa ocidental, aquelas sociedades perderam aquilo que fundamentaria as ações humanas. Diante desse vazio, foi necessário que os indivíduos estabelecessem por si mesmos, isto é, com base na própria razão, os critérios que determinam que uma ação seja boa ou ruim.
3. O sistema capitalista teve um papel importante na queda do regime absolutista, pois deu ensejo ao nascimento de uma nova classe, denominada burguesia. À medida que aumentava seu poder econômico e político, a burguesia passou a considerar que era preciso se ver livre do rei, mantenedor da antiga ordem, uma vez que, em sua maioria, os burgueses eram destituídos de origem nobre.

   Na sociedade de consumo, o sistema capitalista engendra necessidades e desejos com a criação de produtos e sua promoção pelos meios de comunicação. Isso garante que o círculo de produção e consumo seja intensificado e perpetuado, de maneira que os lucros capitalistas são preservados. Ou seja, aos indivíduos é propagado cotidianamente, por meio da aparência das propagandas, um modo de vida padronizado, único, pautado funda-

mentalmente no consumismo. Isso inibe o indivíduo a buscar o exercício do pensamento autônomo, fundamental à formação da subjetividade e à concepção de uma pluralidade de ideias.

4. A propaganda ameaça a autonomia porque apela aos desejos irrefletidos. Ao instigá-los por meio de uma bela aparência ou um discurso elaborado, que raramente correspondem às reais intenções de seu emissor, a propaganda induz as pessoas a formas de pensamento e de ação baseadas no desejo, e não na razão. A segunda parte da pergunta é pessoal.

Um diálogo com sociologia e história

1. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante faça uso dos conceitos estudados para construir sua argumentação.
2. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante aplique os conceitos estudados na unidade, como a noção de imperativo categórico de Kant, para discutir a relação da lei com a justiça.
3. Espera-se que os estudantes usem elementos da sociologia para pensar a questão da justiça relacionada com os princípios éticos, bem como conteúdos de história, comparando momentos em que a lei não necessariamente é justa, do ponto de vista social.
4. O paradoxo aludido na pergunta diz respeito ao fato de o tratorista ter tido, em dado momento, a função de derrubar casas e, em outro, a de preparar o terreno para sua construção. No entanto, na ação central da notícia, revela-se um conflito entre a atitude do tratorista e o que sua função exigia. Espera-se que o estudante possa avaliar isso usando elementos de filosofia e de sociologia. Na segunda parte, ele deve fazer uso dos vários conceitos relacionados à ética para analisar a situação trabalhada no texto.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1. C
2. B
3. A concepção socrática é idealista, pois acredita na possibilidade de "vislumbrar o bem em si mesmo" por meio do estudo da filosofia – isto é, de tentar atingir uma ideia universal de bem. Esse bem será posteriormente aplicado na administração e no governo da cidade. Assim, Sócrates acredita que ética e política estão intimamente ligadas. Maquiavel nega o idealismo: sua filosofia é realista e se apoia no estudo histórico de fatos. Para ele, o bom governante não é o que mantém um rigor ético em suas ações, e sim aquele que consegue se fazer respeitar, manejando os acasos (a fortuna).
4. D
5. B
6. 31 (01 + 02 + 04 + 08 + 16)

É lógico?

1. **a)** Silogismo incorreto. O erro está no fato de que as duas premissas são universais, relacionando diferentes espécies animais à condição de mamíferos. Assim, as informações das premissas não autorizam concluir que esses animais são equivalentes apenas pelo fato de serem ambos mamíferos.

   b) Silogismo correto. Apresenta uma ideia geral e em seguida um caso particular, compreendido pela ideia geral, e que permite concluir que este caso particular atende à condição geral.
2. Resposta aberta. Os estudantes podem formular qualquer silogismo e explicar o que são as premissas e o que são as conclusões. Atentar para a correção do raciocínio nas respostas dadas.
3. Trata-se de uma falácia de ambiguidade. A primeira premissa diz que está ocorrendo o desaparecimento dos datilógrafos no Brasil, indicando sua *diminuição*, o que os faria desaparecer como profissão. Já a conclusão toma desaparecimento no sentido de *sumir da visão*, relacionando-o a um datilógrafo específico, o que, evidentemente, torna a afirmação falsa.

   Temos uma quantidade muito grande de variações de ambos os grupos de falácias não formais, que têm sido estudadas e classificadas pelos lógicos à exaustão ao longo dos séculos. Para auxiliar no estudo de lógica desse capítulo, pode-se encontrar uma visão geral, repleta de exemplos, no artigo "Argumentos falaciosos: um pequeno compêndio para evitar a compra de gatos por lebres", de Fredric Litto, disponível em: <www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/f_litto> (acesso em: 26 abr. 2016).

4. O argumento é falacioso porque, sob um formato de raciocínio aparentemente correto, induz a uma conclusão falsa. A falsidade na conclusão é ocasionada pelo fato de as horas dos dias serem contadas várias vezes (isto é, elas são contadas em duplicidade após cada exclusão de período).

SUGESTÃO DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES COMPLEMENTARES

1. (Enem, 2011 – redação) Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma-padrão da língua portuguesa sobre o tema "Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado", apresentando proposta de conscientização social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Liberdade sem fio

A ONU acaba de declarar o acesso à rede um direito fundamental do ser humano – assim como saúde, moradia e educação. No mundo todo, pessoas começam a abrir seus sinais privados de *wi-fi*, organizações e governos se mobilizam para expandir a rede para espaços públicos e regiões onde ela ainda não chega, com acesso livre e gratuito.

ROSA, G.; SANTOS, P. *Galileu*. n. 240, jul. 2011. (Fragmento).

A internet tem ouvidos e memória

Uma pesquisa da consultoria Forrester Research revela que, nos Estados Unidos, a população já passou mais tempo conectada à internet do que em frente à televisão. Os hábitos estão mudando. No Brasil, as pessoas já gastam cerca de 20% de seu tempo *on-line* em redes sociais. A grande maioria dos internautas (72%, de acordo com o Ibope Mídia) pretende criar, acessar e manter um perfil em rede. "Faz parte da própria socialização do indivíduo do século XXI estar em uma rede social. Não estar equivale a não ter uma identidade ou um número de telefone no passado", acredita Alessandro Barbosa Lima, CEO da e.life, empresa de monitoração e análise de mídias.

As redes sociais são ótimas para disseminar ideias, tornar alguém popular e também arruinar reputações. Um dos maiores desafios dos usuários de internet é saber ponderar o que se publica nela. Especialistas recomendam que não se deve publicar o que não se fala em público, pois a internet é um ambiente social e, ao contrário do que se pensa, a rede não acoberta anonimato, uma vez que mesmo quem se esconde atrás de um pseudônimo pode ser rastreado e identificado. Aqueles que, por impulso, se exaltam e cometem gafes podem pagar caro.

Disponível em: <www.terra.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2011. (Adaptado).

DAHMER, A. Disponível em: <http://malvados.wordpresss.com>. Acesso em: 30 jun. 2011.

2. (Fuvest, 2012 – 2ª fase) Leia com atenção o seguinte texto:

A onipresença do olho mágico da televisão no centro da vida doméstica dos brasileiros, com o poder (imaginário) de tudo mostrar e tudo ver que os espectadores lhe atribuem, vem provocando curiosas alterações nas relações entre o público e o privado. Durante pelo menos dois séculos, o bom gosto burguês nos ensinou que algumas coisas não se dizem, não se mostram e não se fazem em público. Essas mesmas coisas, até então reservadas ao espaço da privacidade, hoje ocupam o centro da cena televisiva. Não que o bom gosto burguês deva ser tomado como referência indiscutível da ética que regula a vida em qualquer sociedade. Mas a inversão de padrões que pareciam tão convenientemente estabelecidos nos países do Ocidente dá o que pensar. No mínimo, podemos concluir que a burguesia do terceiro milênio já não é a mesma que ditou o bom comportamento dos dois séculos passados. No máximo, supõe-se que os fundamentos do contrato que ordenava a vida social entre os séculos XIX e XX estão profundamente abalados, e já vivemos, sem nos dar conta, em uma sociedade pós-burguesa, em um sentido semelhante ao que chamamos uma sociedade pós-moderna.

KEHL, Maria R. In: BUCCI; KEHL. *Videologias:* ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.

a) O que a autora do texto quer dizer quando se refere ao "poder de tudo mostrar e tudo ver", atribuído à televisão, como "imaginário"?

b) Indique a palavra do primeiro período que tem o mesmo significado do prefixo que entra na formação da palavra "onipresença".

c) Indique uma palavra ou expressão do texto que corresponda ao sentido da palavra "ética".

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

UNIDADE 4. COMO NOS RELACIONAMOS?

A quarta unidade está dedicada aos relacionamentos humanos coletivos e à política. Um capítulo introdutório discute alguns conceitos de poder e apresenta o pensamento político desde sua emergência entre os gregos até o período renascentista. O Capítulo 2 está centrado na noção de Estado, abordando as teorias contratualistas modernas e as críticas ao Estado no século XIX. O capítulo final mostra alguns elementos do pensamento político contemporâneo.

Capítulo 1. Poder e política

Considerando que as relações entre os seres humanos são correlações de forças, relações de poder, e que é o poder que possibilita a política, é necessário compreender o poder. A etapa de sensibilização é trabalhada com a música "Companheiro Bush", de Tom Zé. Como alternativa, pode-se usar duas outras canções, ambas de Milton Nascimento: "Coração civil" e "Carta à república". Essas letras são marcadas pela crítica e resistência ao regime militar brasileiro.

Ao trabalhar com canções, sempre que possível, é interessante ouvi-las em sala de aula, acompanhar a letra, destacar os pontos de interesse para o problema que será estudado e estimular um debate coletivo em torno desses pontos. No caso da canção de Tom Zé, que trata de um fato internacional recente de grande repercussão, salientamos as ambiguidades entre o discurso sobre a democracia, de um lado, e a imposição da guerra, de outro. No caso das canções de Milton Nascimento, a primeira, de 1981, é um dos "hinos" contra o regime militar no Brasil: é uma defesa de um regime democrático inspirado no da Costa Rica, uma das mais antigas democracias em território americano. A segunda, de 1987 – portanto, do início do processo de redemocratização do país –, trata da construção do futuro. Em ambas, fica muito marcada a questão da participação popular como base da política. Essa discussão seria bastante pertinente para abrir o capítulo.

A seção *A filosofia na história* está estruturada em duas partes. A primeira dedica-se à apresentação e discussão de diferentes conceitos de poder. Optou-se por uma exposição didática da concepção clássica de poder como uma "macrofísica", a ela contrapondo uma "microfísica do poder", tal como pensada por Foucault. A segunda parte da seção inicia um percurso histórico pelas filosofias políticas, começando por Platão e Aristóteles. Enfatizam-se, em seguida, as transformações no pensamento político renascentista introduzidas por Maquiavel e as ideias de tirania e servidão segundo Etienne de la Boétie.

A subseção *Trabalhando com textos* visa aprofundar os conteúdos trabalhados no capítulo por meio de dois textos: um trecho de *A política*, de Aristóteles, que conceitua o ser humano como "animal político"; e um trecho de um texto de Foucault, em que o poder é pensado como rede de relações. Uma conceituação antiga e uma conceituação contemporânea, por meio das quais podem ser exploradas as diferentes perspectivas a respeito do tema, bem como as divergências.

Entre as várias atividades propostas, destacamos duas, que estão centradas na prática da cidadania. Uma delas tematiza os grêmios escolares e a participação dos estudantes; a outra está focada nas propostas do "Portal da Transparência" e no efetivo acompanhamento pelos cidadãos dos assuntos de sua cidade.

Para a proposta de dissertação filosófica, sugeriu-se um artigo de jornal e uma letra de música como ponto de partida para explorar o tema: "as relações sociais e os limites da comunidade política". Na realização dessa atividade, os estudantes devem ser orientados a explorar os conteúdos conceituais trabalhados no capítulo, tomando os textos propostos como provocações, não como elementos de argumentação.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

ARISTÓTELES. *A política*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LA BOÉTIE, E. de. *Discurso da servidão voluntária*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LEBRUN, G. *O que é poder*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe e escritos políticos*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).

RUBY, C. *Introdução à filosofia política*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Para Aristóteles, a cidade está nos desígnios da natureza porque é próprio da natureza humana a associação com outros, a convivência, o compartilhamento da vida. Se naturalmente os seres humanos vivem juntos, as cidades são resultado natural do crescimento das comunidades humanas.
2. O que diferencia o ser humano dos outros animais e faz dele um "animal político" é que a natureza lhe concedeu o dom da palavra (linguagem), o que o possibilitou ser mais social em relação aos outros animais e constituir os laços que ligam toda sociedade doméstica e civil.
3. A cidade basta a si mesma porque é perfeita e constitui um bem em si. Em outras palavras, a perfeição da cidade consiste em sua plena realização em relação à finalidade que a natureza lhe atribuiu, que é proporcionar a conservação dos seres humanos e o seu bem-estar. Seus habitantes não podem ser autossuficientes porque é da natureza deles ser animais políticos. Sendo assim, cada habitante busca naturalmente a conservação de si e o bem-estar na cidade e realiza isso mediante um laço necessário, que é racional, político e comunicativo, pois ocorre por meio da palavra.

Texto 2

1. Porque, no Ocidente, historicamente, há uma constante disputa pelo poder. Ademais, a visão restritiva do poder, concebido como regra e proibição, foi o modo como se deu a concorrência e a apropriação do poder pela via jurídica.
2. As monarquias medievais usaram o direito romano como meio de definir as formas e mecanismos de seu poder, que adotou então uma perspectiva jurídica. Um poder capaz de dizer sim a determinadas práticas e não a outras, de definir o que pode e o que não pode ser feito. Essa forma de exercício jurídico do poder contribuiu para consolidar um conceito de poder como repressão e interdição.
3. Não, porque a burguesia também se beneficiou do poder de se autorrepresentar. Isso não constituiu, para Foucault, uma mudança na concepção de poder vigente, pois a burguesia utilizou o mesmo discurso jurídico a que a monarquia recorria, voltando-o contra esta última.

Atividades

1. Por um lado, a macrofísica do poder o analisa desde uma perspectiva ampla, percebendo as grandes linhas de seu exercício. Nesse contexto, o poder é visto como repressão, capacidade de interdição, e o fato de alguns deterem o poder significa que outros estarão fora dele. Em contrapartida, a microfísica do poder o vê como uma rede de relações, presente em todas as relações humanas, das mais simples, como o envolvimento entre professor e estudante, até aquelas entre governantes e governados. Aqui, o poder é entendido como algo que todos os sujeitos exercem, em âmbitos próprios de relação; nesse contexto, o poder produz coisas e efeitos e sempre encontra resistência. A segunda parte da resposta é pessoal.
2. Platão determinou, por meio de critérios, a função de todos os integrantes de uma cidade de acordo com seu caráter. Para ele, o governo cabe aos filósofos, aos sábios, dotados de um caráter racional, que, por meio do exercício do pensamento, podem contemplar a ideia verdadeira de justiça; a defesa da cidade fica reservada àqueles em que o caráter irascível predomina, por serem corajosos; e a produção de bens necessários à sobrevivência fica reservada aos de caráter concupiscível, por serem ambiciosos.
3. Para Aristóteles, a comunidade política é natural porque é a realização da própria natureza dos seres humanos. O ser humano é um ser social, um "animal político". Por ser dotado de linguagem – e, portanto, de razão –, o ser humano busca naturalmente a forma comunitária de sociabilização mais racional – a cidade.
4. A concepção política de Maquiavel introduziu uma nova forma de pensar sobre a política, em um sentido oposto à concepção dos antigos: enquanto estes consideravam a política sob o ponto de vis-

ta do que ela deveria ser, Maquiavel buscou defini-la como ela efetivamente é. Nesse sentido, sua concepção ficou conhecida como realista (as coisas como realmente são) e utilitarista (os conselhos a um bom governo).

5. A crítica de La Boétie à servidão voluntária recai sobre as relações de poder que se estabelecem no tecido social, e não sobre as que se dão por meio da imposição de um tirano a uma sociedade submissa. Assim, as razões de os indivíduos serem subjugados à violência, à escravidão e à guerra não se encontram na autoridade do tirano, mas na submissão voluntária dos súditos às suas imposições. Para ele, a dominação se realiza mediante a participação direta dos próprios dominados, que, ao se entregarem ao tirano, fundamentam seu poder.
6. Resposta pessoal, que depende da realidade do estudante.
7. Atividade pessoal.
8. Dissertação filosófica; atividade de cunho pessoal.

Capítulo 2. Estado, sociedade e poder

O objetivo desse capítulo é discutir o conceito de Estado. A sensibilização pode ser feita com a canção "Estado violência", dos Titãs, cuja letra está reproduzida no livro do estudante. Sugere-se, como em situações anteriores, ouvi-la em sala, debatendo a letra. Nesse caso, a questão central que se coloca é: como indivíduo e Estado se relacionam? A ação do Estado sobre o indivíduo é uma violência, um impedimento à liberdade? Ou será sua condição?

A investigação pela história da filosofia está centrada nas filosofias modernas. Uma primeira parte apresenta a noção de contrato social na teoria política moderna, com foco nas concepções de Hobbes, Locke e Rousseau. Nas perspectivas contratualistas, o Estado é uma instituição produzida pelos próprios seres humanos, que deixam o "estado de natureza" para produzir o convívio social e político com vistas a alguma finalidade coletiva. O Estado é a própria política.

A segunda parte da seção *A filosofia na história* foca teorias políticas do século XIX, centradas na crítica ao Estado como instrumento de exploração de classes sociais. Foram destacados o marxismo e o anarquismo, que são discutidos em suas semelhanças e diferenças.

Em *Trabalhando com textos* estão reproduzidos um trecho de Rousseau sobre a soberania e um trecho de Bakunin, que toma o Estado como instrumento de dominação que traz em si mesmo o germe da revolta. Como já sugerido em outros momentos, uma estratégia interessante seria começar a etapa de investigação por esses textos. Após discutir a música dos Titãs na sensibilização, o texto de Rousseau poderia ser trabalhado para afirmar uma relação positiva entre indivíduo e Estado, e o texto de Bakunin, para estabelecer uma relação negativa entre ambos. Com base na leitura, no comentário e nos exercícios de síntese dos textos, cada uma dessas posições seriam aprofundadas, depois, com o texto do capítulo.

Na seção *Em busca do conceito*, as propostas de atividades concretas de afirmação da cidadania focam as organizações da sociedade civil, o poder legislativo e a questão do voto no Brasil. É importante dedicar um bom tempo de trabalho a essas atividades, estimulando os estudantes a relacionarem os conteúdos trabalhados no capítulo com a abordagem dessas questões contemporâneas. A proposta de dissertação filosófica é feita com a indicação de um tema-problema: "o fim do Estado é inevitável?". Além dos elementos trabalhados no capítulo, sugerem-se dois trechos de texto como disparadores da reflexão.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Pode-se trabalhar com o filme *Terra e liberdade* (Direção de Ken Loach. Reino Unido/Espanha/Itália/Alemanha, 1995, 109 min), inspirado em um romance de George Orwell. O filme, ambientado na Guerra Civil Espanhola da década de 1930, mostra como anarquistas em certas regiões da Catalunha coletivizaram os bens e instauraram uma gestão anarquista das esferas sociais. Após a exibição do filme, é interessante promover um debate que resgate os temas do capítulo e trate de sua questão inicial: o Estado é uma violência sobre o indivíduo?

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

BAKUNIN, M. *Deus e o Estado*. São Paulo: Hedra, 2011.

HOBBES, T. *Do cidadão*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo e outros textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2012.

ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2011.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Para Rousseau, diferentemente dos regimes monárquicos, em que o soberano é um indivíduo, na democracia o soberano é um ser coletivo, isto é, a reunião de todos os cidadãos. É esse ser coletivo que representa a vontade geral, a expressão do que o conjunto dos cidadãos quer.
2. A soberania é inalienável porque só ela pode garantir ao povo o exercício da sua vontade, que visa ao bem comum. A vontade jamais pode ser atribuída a um representante, pois isso significaria abdicar dela – e, portanto, o fim da vontade geral. Assim, apenas o poder pode ser delegado ao governo escolhido por meio da soberania popular.
3. Sim. Segundo Rousseau, a concordância de uma vontade particular com a vontade geral é possível em duas condições: quando não há garantia de segurança e de duração da concordância das vontades, e quando o povo se silencia em relação a uma medida tomada pelo soberano a partir de sua própria vontade. Pois do silêncio, diz Rousseau, deve-se deduzir o consentimento do povo.
4. A soberania é a base de qualquer sociedade porque, para Rousseau, tanto a necessidade do estabelecimento da sociedade quanto sua realização provêm das práticas políticas da oposição e, sobretudo, da convergência dos interesses particulares dos indivíduos a uma vontade comum a todos, o que constitui a soberania popular – princípio fundamental de uma sociedade justa, igual e livre.

Texto 2

1. O Estado é um mal porque é a expressão da violência e da exploração dos indivíduos. Diante do Estado, não há liberdade possível. Em sociedades de exploração do homem pelo homem, fez-se necessária uma instituição que garantisse a estruturação dessa sociedade e protegesse os direitos dos dominantes. Mas, assim como o Estado resultou de uma necessidade histórica, também sua destruição é necessária para que possa ser possível a construção de uma sociedade justa, sem exploração.
2. Para Bakunin, a exploração e o governo são termos inseparáveis da política, porque enquanto o primeiro fornece os meios e constitui a base e o objetivo de todo governo, o segundo garante a legalidade da exploração.
3. Bakunin considera que o Estado moderno, fundado pela burguesia, e o governo compõem uma doutrina que busca a liberdade e a moral fora da solidariedade social. Essa doutrina, por sua vez, sob o ponto de vista prático, conduz a burguesia ao governo de um pequeno grupo espoliador, que leva a maioria à escravidão e à negação da liberdade e da moralidade.

Atividades

1. Resposta pessoal, de acordo com os conceitos estudados no capítulo.
2. Há muitas possibilidades de relacionar as semelhanças e diferenças entre as noções de “estado de natureza” e “contrato social” em Hobbes, Locke e Rousseau. De um modo resumido, pode-se dizer que Hobbes, Locke e Rousseau pensavam que o contrato social era precedido de um estado de natureza. Esse estado, tanto para Hobbes como para Locke, era marcado pelo exercício da liberdade natural em nome da segurança individual. Para Hobbes, isso ocorria por meio da violência e da guerra de todos contra todos, deflagrada em nome da sobrevivência, da posse de bens e da

propriedade privada. Para Locke, os indivíduos, livres e com direito natural à propriedade, percebem o risco desse contexto em que as leis reguladoras da vida comum e os direitos garantidores da paz estão ausentes. Discordando dos dois pensadores ingleses, em especial de Hobbes, Rousseau afirmava que o estado de natureza era justamente o estado de liberdade e igualdade entre os seres humanos. Para ele, era a sociedade política a verdadeira fonte de guerra contra a qual um pacto social (contrato social) deveria ser firmado, a fim de garantir a paz, a liberdade e a igualdade a todos. Além disso, embora Locke e Rousseau concordassem que no estado de natureza a disputa pela propriedade era central, Rousseau discordava de que uma das finalidades do contrato social fosse regular e garantir o direito à propriedade privada, conforme Locke propunha. Para Rousseau, a necessidade do pacto consistia justamente em suprimir a desigualdade histórica que fundou o estado social.

3. Assim como Marx e Engels, os anarquistas criticavam o Estado como instrumento da burguesia para conquistar e manter privilégios por meio da limitação das liberdades individuais e da exploração do proletariado, mantendo assim a dominação sobre os indivíduos e a desigualdade social. Porém, anarquistas e marxistas discordavam quanto ao uso político do Estado como meio para alcançar a liberdade e o comunismo.
4. Resposta pessoal na forma de texto dissertativo.
5. Os marxistas defendiam a tomada do poder de Estado pela classe trabalhadora, a estatização dos bens e dos meios de produção, com a instituição do socialismo. Com o tempo, o Estado se tornaria desnecessário e desapareceria. Os anarquistas defendiam que a revolução social deveria destruir rapidamente o Estado e abrir caminho para a construção de uma sociedade igualitária e libertária.
6. Resposta pessoal na qual se espera que o estudante utilize os conceitos estudados para analisar sua própria realidade.
7. Resposta pessoal.
8. Dissertação filosófica; atividade pessoal.

Capítulo 3. Totalitarismo e biopolítica na sociedade de controle

A questão central desse capítulo é a sociedade contemporânea pensada como "sociedade de controle". Para compreendê-la, o capítulo apresenta aquilo que Foucault denominou biopolítica, uma política que se exerce pelo controle da vida das populações. Dada a proximidade dessa questão com um importante fenômeno político de meados do século XX, o totalitarismo também é trabalhado no capítulo.

Para a sensibilização, foi escolhido um filme clássico de ficção científica da década de 1960, *Alphaville*, de Jean-Luc Godard. Ainda que talvez não prenda tanto a atenção dos adolescentes de hoje em dia, julgamos interessante trabalhar com ele ou com algumas de suas cenas para problematizar o pensamento da década de 1960 sobre o que seria uma sociedade controlada por um computador, em confronto com as possibilidades de controle eletrônico de que dispomos atualmente. Pode-se partir da seguinte pergunta: a tecnologia nos possibilita maior liberdade ou somos cada vez mais controlados?

Uma alternativa é fazer a sensibilização por meio de um trecho de um poema de Bertolt Brecht, reproduzido a seguir.

Dificuldade de governar

1
Os ministros não cansam de dizer ao povo
Como é difícil governar. Sem os ministros
O grão de trigo cresceria para baixo, não para cima.
Nenhum pedaço de carvão sairia das minas
Se o Chanceler não fosse tão sábio. Sem o Ministro da Propaganda
Nenhuma mulher ficaria grávida. Sem o Ministro da Guerra
Jamais haveria guerra. Sim, se o sol se levantasse de manhã
Sem a permissão do *Führer*
É inteiramente discutível, e se o fizesse
Seria no lugar errado.

BRECHT, B. *Poemas 1913-1956*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 195.

Após a leitura e o debate sobre o poema, pode-se problematizar a função do governo e o modo como um regime totalitário se faz representar para a população, como se a própria natureza dependesse da ação daqueles que ocupam cargos públicos.

A seção *A filosofia na história* é iniciada com a análise feita por Hannah Arendt dos totalitarismos no século XX, o regime nazista alemão e o stalinismo soviético. A filósofa mostra que ambos assentavam-se sobre o isolamento político dos indivíduos. Em seguida, passa-se a uma análise da perspectiva política das últimas décadas do século XX e as primeiras deste século, com base nos conceitos foucaultianos de disciplina e biopoder. A última parte do capítulo aborda a filosofia política produzida por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Evidenciam-se a noção deleuziana de "sociedade de controle" e as possibilidades de resistência das "revoluções moleculares" pensadas por Guattari.

Um texto de Agnes Heller que desvenda como o regime nazista lançou mão do preconceito para a construção de uma política totalitária está na subseção *Trabalhando com textos*. Ele dialoga diretamente com as análises de Arendt, e, por isso, sugere-se ao professor que trabalhe com esse texto quando abordar essa parte do capítulo, articulando o preconceito como categoria do comportamento cotidiano ao isolamento dos indivíduos analisado pela filósofa alemã. No outro texto dessa subseção, Guattari explora as possibilidades de que as micropolíticas do desejo desencadeiem amplos processos de transformação.

Entre as diversas atividades da seção *Em busca do conceito*, destaca-se uma vez mais a proposta de dissertação filosófica como forma de estimular nos estudantes a prática do pensamento próprio com base naquilo que foi estudado no capítulo. Nessa oportunidade, sugere-se como tema-problema "A sociedade de controle é um novo totalitarismo?".

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- A proposta é assistir com os estudantes ao filme *Controle absoluto* (Direção de D. J. Caruso. Estados Unidos, 2008, 118 min) ou solicitar a eles que o vejam em casa. No filme, um programa de computador é capaz de assumir o controle dos meios de comunicação e vigiar e fiscalizar as ações de uma pessoa. Sugere-se debater a seguinte questão: até que ponto a tecnologia nos liberta? Até que ponto ela nos controla? Quais são as implicações políticas disso para a sociedade contemporânea? Após o debate, cada estudante deve redigir um texto argumentativo com suas conclusões.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

DELEUZE, G. *Conversações*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir* – história da violência nas prisões. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUATTARI, F. *Revolução molecular* – pulsações políticas do desejo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Resposta pessoal. Espera-se que a resposta contemple a ideia de que, além de ser uma categoria do pensamento e do comportamento cotidianos, conforme aponta Heller, o preconceito é também um instrumento político das classes dominantes. Dessa maneira, o preconceito é usado de modo extracotidiano contra aqueles que ameaçam os interesses dessas classes e a estrutura social vigente.
2. Um governo totalitário pode fazer uso do preconceito de modo extracotidiano, incitar o ódio e a aversão de um grupo de indivíduos contra outro, recorrer à particularidade individual contra a práxis orientada no sentido humano-genérico. Ele o faz seja para manter seus interesses e a ordem do poder vigente, seja para mobilizar a seu favor indivíduos de uma mesma sociedade que representem interesses antagônicos.
3. Segundo Heller, na maioria dos casos, somente depois de ocorrer uma situação que envolve preconceito, é que nos damos conta do caráter preconceituoso daquilo que parecia ser uma opinião. Além disso, com frequência, somos incapazes de reconhecer o momento histórico emergencial no qual nossas ideias não preconceituosas tornam-se preconceitos.

4. Resposta pessoal, conforme o material pesquisado.

Texto 2

1. Para Guattari, uma política que se dirige ao desejo e às questões individuais é uma política na medida em que é uma microfísica do desejo, isto é, uma análise que busca a política dirigida no desejo do indivíduo e dos pequenos grupos sociais.
2. A utilidade da análise micropolítica consiste em situar as ações de transformação social com base em um objetivo transcendente e único, em objetivos múltiplos e de alcance imediato dos mais diversos grupos sociais. Sua utilidade consiste também em relativizar essas ações de transformação, opondo-se à repressão, ao burocratismo e ao maniqueísmo nos movimentos sociais vigentes.
3. Segundo Guattari, as lutas micropolíticas evitam a centralização da ação política em um ponto único, uma luta única (partido político, sindicato, etc). Elas privilegiam uma análise que aponta as grandes lutas no acúmulo de pequenas lutas cotidianas (ações pessoais ou coletivas, nos âmbitos privado e público), protagonizadas por indivíduos e grupos sociais diversos.

Atividades

1. Arendt diferencia o totalitarismo dos sistemas políticos clássicos. Para ela, enquanto os governantes de sistemas clássicos, como monarquia, república e tirania, têm respectivamente a honra, a virtude e o medo como princípio, o totalitarismo tem o terror como princípio. Ademais, ao contrário dos sistemas clássicos, que visam ao domínio das esferas pública ou privada da vida do indivíduo, o totalitarismo busca a dominação total do ser humano e apaga a divisão entre as esferas.
2. O terror é o fundamento do totalitarismo porque, no governo totalitário, a dominação completa do ser humano torna dispensáveis os princípios buscados pelos sistemas clássicos de governo. O totalitarismo se legitima fora das convenções humanas (legalidade e ilegalidade, justiça e injustiça, etc.). Assim, por meio do terror, o totalitarismo não se dispõe ao debate ou ao controle humano.
3. Há muitas relações que podem ser feitas entre o poema e o conceito de totalitarismo. Um ponto importante que se espera que a resposta contemple é o papel da propaganda, referido de diversas formas no poema, de acordo com o modo de funcionamento do totalitarismo.
4. Criação burguesa do século XVII, a disciplina é um tipo de poder que age sobre os indivíduos e o corpo deles. Essa tecnologia de poder é utilizada em “instituições disciplinares” (a fábrica, o exército, a prisão, o hospital, o hospício, etc.), cuja função é disciplinar corpos. Por meio do tratamento individualizado, vigiado, punitivo, violento, repressor e impositivo, essas instituições procuram reconfigurar o indivíduo segundo as necessidades sociais e as expectativas desejadas. Já o biopoder é uma tecnologia criada no final do século XVIII, no contexto do Estado moderno, que designa a administração da vida e da morte dos indivíduos de uma sociedade. Ele é complementar à disciplina, porém diferencia-se dela ao dispor o poder não apenas sobre indivíduos isolados, mas também sobre grandes grupos de indivíduos já disciplinados, de modo massificante e controlado, dentro de um contexto de políticas de bem-estar social.
5. Sim. Segundo Deleuze e Guattari, em termos políticos, a sociedade de controle se aproxima do totalitarismo porque visa ao mesmo objetivo, isto é, ao controle absoluto da vida das pessoas. Para isso, ela fornece às pessoas os meios pelos quais serão isoladas, controladas e vigiadas. Exemplos disso são os sistemas de vigilância por câmera e as tecnologias informacionais (celulares, computadores, redes sociais, etc.), oferecidas às pessoas como benfeitorias ou inovações tecnológicas, promotoras da segurança pública e da comunicação.
6. Resposta pessoal que exige pesquisa. Espera-se que a resposta contemple os conteúdos expostos neste capítulo e os conhecimentos do estudante sobre os acontecimentos políticos recentes, que se apropriaram politicamente desses meios (Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, protestos de junho de 2013 no Brasil, etc.).
7. Os sistemas totalitários enfrentam os sistemas democráticos e os destroem. Enfrentar a violência

é o grande desafio da democracia. Se ela se utilizar da violência para enfrentar o totalitarismo, será um novo totalitarismo. Seu problema consiste, então, em enfrentar e vencer os totalitarismos sem fazer uso da violência.

8. Dissertação filosófica; trabalho pessoal.

A filosofia na história

A proposta dessas atividades é vincular o pensamento de Maquiavel ao contexto histórico, político e filosófico do Renascimento. Pretendeu-se mostrar que a atribulada realidade política de Florença está na base das reflexões do autor, que, conforme o espírito de seu tempo, recusa as propostas da teologia política medieval. Sempre que se trata de Maquiavel, é necessário evitar as simplificações, ou seja, considerar que o autor prega a maldade ao recusar o fundamento cristão para a política. Para tanto, é importante enfatizar que Maquiavel recomenda ao príncipe ações bondosas quando estas lhe parecerem vantajosas e, sobretudo, que ações más do príncipe não tornem seus adversários pessoas bondosas. Pretende-se aqui mostrar aos estudantes que o âmbito da política, por ser um âmbito humano, ou seja, sem interferência divina, é refratário a ideias simplistas de bom e mau. Nem os Médici, nem os Pazzi, nem Savonarola são totalmente bons ou maus.

1. O pensamento medieval submetia a política ao cristianismo, baseando-se na Bíblia. Maquiavel rejeitou esse princípio para a política. Sua teoria política partiu da realidade humana, baseando-se em análises da realidade da política ensinada pela história, sobretudo a de Roma. Ou seja, ele colocou o ser humano, com seus defeitos e qualidades, no centro de sua reflexão.

2. Maquiavel rejeitou que a ideia cristã de bondade era o critério de ação do bom príncipe e, assim, abriu espaço para que o príncipe agisse com maldade quando fosse conveniente para sua manutenção no poder. Nesse sentido, pode-se dizer que uma ação maquiavélica é má. Entretanto, Maquiavel nunca disse que o príncipe deve sempre agir com maldade. Ao contrário, o autor sugere que os príncipes ajam com bondade sempre que julgarem necessário. Nesse sentido, o adjetivo é inadequado.

3. Resposta pessoal.

Um diálogo com sociologia, geografia, história e língua portuguesa

1. Espera-se que o estudante seja capaz de identificar as diferenças na construção dos dois textos jornalísticos e de mostrar que elas estão relacionadas a diferentes posições ideológicas.

2. Resposta pessoal, baseada na argumentação, que deve fazer uso dos conceitos estudados na unidade. Vale ressaltar que, ao final, o edifício não foi demolido. No entanto, o Museu do Índio mesmo assim foi transferido para outro local, pois havia sido decidido que no edifício original seria instalado um Museu Olímpico.

3. Resposta pessoal, baseada na argumentação, que deve fazer uso dos conceitos estudados na unidade.

4. Trabalho aberto, a ser realizado com pesquisas individuais.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

1. D
2. 07 (01 + 02 + 04)
3. 06 (02 + 04)
4. B
5. 05 (01 + 04)
6. A

É lógico?

1. **a)** Condicional: $i \rightarrow p$
   b) Bicondicional: $e \leftrightarrow i$
   c) Negativa: $\sim t$
   d) Conjuntiva: $s \wedge e$
   e) Disjuntiva: $c \vee g$

2. Respostas abertas. Indicam-se possibilidades a seguir, a título de exemplo:
   a) "Salgado não é doce"; "Mentira não é verdade".
   b) "Se estudar muito, passo de ano"; "Trabalho muito, por isso estou cansado".

c) “Gosto de jogar futebol e de jogar vôlei”; “Ouço *rock* e pagode”.

d) “Ou caso, ou compro uma bicicleta”; “Ou escuto *gospel*, ou escuto sertanejo”.

e) “Como carne apenas quando saio para caçar”; “Fico em casa se não tenho nada para fazer”.

3. a) Verdadeiro. Enunciado disjuntivo, com duas afirmações verdadeiras.

b) Falso. Enunciado condicional, com uma afirmação verdadeira e outra falsa.

c) Verdadeiro. Enunciado disjuntivo com duas afirmações verdadeiras.

d) Falso. Enunciado equivalente com uma afirmação verdadeira e outra falsa.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES COMPLEMENTARES

1. (Fuvest, 2007 – 2ª fase)

Muitos políticos olham com desconfiança os que se articulam com a mídia. Não compreendem que não se faz política sem a mídia. Jacques Ellul, no século passado, afirmava que um fato só se torna político pela mediação da imprensa. Se 20 índios ianomâmis são assassinados e ninguém ouve falar, o crime não se torna um fato político. Caso apareça na televisão, o que era um mistério da floresta torna-se um problema mundial.

GABEIRA, F. *Folha de S.Paulo*. (Adaptado).

a) Explique a distinção, explorada no texto, entre dois tipos de fato: um relacionado a “mistério da floresta” e outro relacionado a “problema mundial”.

b) Reescreva os dois períodos finais do texto, começando com “Se 20 índios fossem assassinados...” e fazendo as adaptações necessárias.

c) Comente a frase: “Não compreendem que não se faz política sem a mídia” (adap.).

2. Transcrevemos, a seguir, os versos finais da canção “Podres poderes”, de Caetano Veloso, exposta nessa unidade; um poema de Bertolt Brecht; e uma explicação conceitual da palavra *poder*. Leia com atenção, reflita e responda às questões propostas.

Podres poderes

[...]
Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Morrer e matar de fome de raiva e de sede
São tantas vezes gestos naturais
Eu quero aproximar o meu cantar vagabundo
Daqueles que velam pela alegria do mundo
Indo e mais fundo
Tins e bens e tais

VELOSO, Caetano. “Podres poderes”. In: *Velô*. Polygram, 1984.

Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam – Isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia,
Numa época em que corre o sangue
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam nunca: Isso é natural
A fim de que nada passe por imutável.

Bertolt Brecht (1898-1956), teatrólogo e poeta alemão.

Poder (lat. vulgar *potere*). Capacidade, faculdade, possibilidade de realizar algo, derivada de um elemento físico ou natural, ou conferida por uma autoridade institucional. Ex.: poder criador, poder do fogo de derreter a cera, poder de nomear e demitir, etc. Em um sentido político, examina-se o fundamento do poder, do exercício do domínio político, seja na força: poder ditatorial, poder militar, seja em uma autoridade legitimamente constituída: poder constitucional.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 215.

a) Explique o significado de naturalizar os acontecimentos e comente as consequências para as relações humanas.

b) Podemos classificar de natural aquilo que se refere ou pertence à natureza, que por ela é produzido, sem a intervenção ou o trabalho humano. Em pesquisas científicas, os cientistas podem afirmar que os resultados e aplicações desses conhecimentos pela sociedade são naturais? Comente.

c) Explique as diferenças entre poder de arbítrio e poder arbitrário e comente o verso: “Em que o arbitrário tem força de lei”.

3. Observe a tirinha, leia o texto e responda às questões.

© André Dahmer/Acervo do cartunista

DAHMER, André. *Malvados*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/#14/1/2013>. Acesso em: 26 abr. 2016.

[...] O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. *[...]* Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. p. 183-184.

a) Explique as diferenças entre a ideia de “rede” comentada no texto e na tirinha.

b) Comente as ideias centrais do texto. Você concorda com o conceito de poder apresentado pelo filósofo Michel Foucault? Justifique a sua opinião.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

UNIDADE 5. PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS

A última unidade do livro dedica-se a problemas contemporâneos enfrentados pela filosofia. O primeiro capítulo tematiza, de modo mais geral, as questões contemporâneas da ciência e do conhecimento. O segundo tem foco na questão política e nos desafios de realizar uma democracia de fato. Por fim, o terceiro explora os dilemas e os problemas éticos de nossos dias. A intenção é que o enfrentamento dessas problemáticas em sala de aula ajude a desenvolver nos estudantes uma experiência de pensamento filosófico como exercício do pensamento conceitual.

Capítulo 1. Quais são os limites do conhecimento e da ciência?

Quais são os limites da ciência? O conhecimento pelo conhecimento pode estar acima dos benefícios que ele traz para a humanidade? O capítulo questiona esse tipo de problema. Para a sensibilização, propomos exibir e debater o filme *Gattaca: a experiência genética*, uma ficção científica que toca na questão de como o conhecimento proporcionado pelo avanço das ciências pode interferir na vida das pessoas.

Como alternativa, pode-se trabalhar com a canção "Ogodô ano 2000", de Tom Zé, que tem um trecho reproduzido no livro do estudante. Após escutar a música, pode-se debater a mistificação da ciência na contemporaneidade, como forma de expor seus limites e os embates com esse conhecimento.

A seção *A filosofia na história* passa pelo positivismo de Comte, mostrando como ele influenciou na formação da ideia de uma autonomização e neutralidade da ciência e na construção, ao longo do século XX, daquilo que se convencionou chamar de "tecnociência". Em seguida, com base na perspectiva construída por Foucault em *As palavras e as coisas*, o texto trata da emergência das chamadas ciências humanas e das questões metodológicas implicadas nelas. A seção é finalizada com a abordagem contemporânea de Bruno Latour às relações entre ciência e política.

Os textos escolhidos para aprofundar a problemática em *Trabalhando com textos* são de dois autores contemporâneos que transitam na interface ciência/filosofia. Um trecho de Isabelle Stengers focaliza a questão do interesse e das relações de poder no desenvolvimento dos conhecimentos científicos, enquanto o trecho de Edgar Morin trata das questões éticas relativas à produção da ciência.

Na seção *Em busca do conceito*, procurou-se trabalhar com atividades mais complexas e com maior carga de leitura de textos. Chamamos atenção para a última atividade proposta, a ser realizada em grupo, que colocará os estudantes em contato com a atividade científica contemporânea. Para a realização da dissertação filosófica, é proposto o tema "Desafios da ciência contemporânea: limites e possibilidades", que é propositalmente aberto e abrangente, de forma que o professor possa verificar a capacidade dos estudantes de recortar um aspecto do tema e trabalhá-lo de forma argumentativa.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Uma possibilidade é promover uma sessão do filme *O jardineiro fiel,* indicado no livro do estudante. Como alternativa, pode-se solicitar aos estudantes que assistam ao filme em casa. A proposta é organizar um debate sobre o tema do filme: os testes de medicamentos em populações pobres de países africanos. Após o debate, problematize se esse tipo de conhecimento científico está a serviço do bem-estar da humanidade ou estritamente a serviço da produção de lucros para os investidores. A atividade deverá ser finalizada com a redação de um texto argumentativo individual.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GRANGER, G.-G. *A ciência e as ciências.* São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

LATOUR, B. *A esperança de Pandora*. Bauru: Edusc, 2001.

MORAIS, R. de. *Evoluções e revoluções da ciência atual*. Campinas: Alínea, 2007.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

STENGERS, I. *Quem tem medo da ciência?* – ciências e poderes. São Paulo: Siciliano, 1990.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. O cientista precisa despertar o interesse dos outros em suas pesquisas porque, sendo um estrategista político de interesses, ele deve conseguir aliados que possam lhe ajudar, proporcionando-lhe condições favoráveis à realização de seus projetos de inovação científica.

2. Segundo a autora, as relações entre ciência e política são fundamentalmente éticas, pois envolvem poder (Estado e ciência), ética (prática científica) e interesse (cientistas, Estado e sociedade).

3. As questões políticas interferem na ciência por meio da capacidade das ciências de propor questões e gerar respostas singulares sobre um aspecto presente na própria sociedade, isto é, sobre o arranjo de forças sociais que giram em torno dos interesses. O cientista que deseja realizar uma pesquisa inovadora e relevante deve antes considerar um aspecto político a ser integrado à sua pesquisa, a fim de despertar os interesses do público e de quem mais puder lhe ajudar na realização de seu projeto. O caso do biólogo que vincula sua pesquisa ao problema da Aids é um exemplo disso. O caso de Lyssenko, segundo a autora – um exemplo moralmente negativo, mas válido no nosso caso – também ilustra a interferência das questões políticas na ciência, uma vez que o cientista russo mobilizou o poder do Estado soviético contra outros cientistas. Já no caso hipotético do cientista que detém o conhecimento do composto com potencial bélico, a prioridade do político sobre o científico pode ser notada na ação moral do cientista, que engana os militares mediante a possibilidade de sua descoberta científica ser utilizada para fins políticos violentos. O inverso também acontece. Este último aspecto do caso hipotético dado pela autora do texto diz respeito à primazia da ciência sobre a política, visto que uma inovação científica aplicada militarmente pode atribuir ao Estado um poder desmesurado e definir tragicamente o destino de milhares de pessoas.

Texto 2

1. A condição para que os cientistas recuperem o controle intelectual sobre a ciência é a reforma do modo de pensar.

2. Os "dois deuses" são antagônicos porque, enquanto o deus da ética do conhecimento exige que o cientista submeta a natureza a uma dominação aniquiladora para alcançar novas descobertas na ciência, o deus da ética cívica e humana exige que a ciência seja produzida mediante uma prática que respeite a natureza em todas as suas formas de manifestação de vida.

3. A "árvore do conhecimento" (imagem presente no Gênesis, o primeiro texto da Bíblia cristã, que versa sobre a origem do mundo) pode ser interpretada como metáfora do estado atual da ciência. Em nome das grandes conquistas científicas – os pesados frutos –, a ciência foi e ainda é posta em prática para além dos limites éticos, o que pressupõe a perda histórica do controle intelectual sobre a ciência. Esse conhecimento desimpedido de seus limites éticos guarda um potencial destrutivo e dominador, representado na imagem da queda da árvore. É possível que sua queda seja interpretada como consequências nocivas da prática científica, que recaem sobre a própria humanidade (Adão e Eva) e sobre a natureza (árvore e serpente) em forma de sacrifício (queda da árvore e esmagamento de todos que se encontram sob ela).

Atividades

1. O cientificismo e a noção de neutralidade (ambas tendências positivistas) interferiram nas reflexões sobre os limites da ciência de modo profundo. A primeira, pela valorização excessiva da ciência, o que incentivou sua adoção como padrão absoluto e ilimitado aos outros saberes, durante o século XIX; a segunda, pela ideia de que os conhecimentos da ciência são neutros, isto é, não são nem bons nem ruins. Se a ciência não deve ser submetida a esse julgamento, então é a aplicação da ciência que precisa ser analisada. Afinal, segundo essa noção, é a tecnologia que se encarrega de dar ao conhecimento um uso prático, que pode visar a fins bons (pacíficos) ou ruins (não pacíficos).

2. A valorização excessiva da ciência promovida pelo positivismo fez nascer a crença de que, uma vez submetidos à necessidade e à eficácia do método científico da física, os problemas sociais poderiam ser cientificamente apreendidos e explicados. Por isso, em seus primórdios, a sociologia ficou conhecida como física social.

3. Tecnociência diz respeito ao conhecimento científico produzido em um contexto atual, no qual ciência e tecnologia, isto é, conhecimentos científicos e sua aplicação, não são mais compreendidos como coisas separadas. Esse conceito, portanto, vai contra a noção de neutralidade da ciência, baseada na afirmação da existência da separação.

4. Foucault estuda a formação das ciências humanas com base no conceito de *episteme*, advertindo que não há um progresso histórico do conhecimento científico e do pensamento, como afirma o positivismo, e sim a constituição de diferentes *epistemes* em distintos períodos históricos. Das *epistemes*, nascem os saberes de cada época, sendo este um conceito que inclui não apenas os conhecimentos científicos, alvo principal do interesse do positivismo, mas também aqueles que não são científicos.

5. **a)** Há problemas de método nas ciências humanas porque seu objeto – os fatos humanos e as ações humanas – é muito variável.

   b) Os problemas são concentrados em torno da tentativa de cientificizar ao máximo as humanidades, de alcançar a objetividade do método científico. O método científico normalmente é aplicado a um objeto constante ou pouco variável. Ao tentar submeter as ações humanas a um método único, há uma incompatibilidade entre instrumento de investigação e objeto. Como consequência do uso de um método incompatível com seu objeto, leis e regras são postuladas como válidas, invariáveis e necessárias, quando, historicamente, se revelam inválidas, incompatíveis e incoerentes. Esse problema é enfrentado pelas ciências humanas por meio da criação de métodos analíticos que se baseiam no método científico, mas o adequam às especificidades de seu objeto, isto é, as ações humanas (fluidas, mutantes e inconstantes).

6. É possível estabelecer várias relações entre ciência e política. Neste capítulo, a relação mais forte entre esses saberes pode ser compreendida por meio do conceito de tecnociência. Com o avanço do conhecimento científico ao longo dos séculos XIX e XX, a aplicação bélica das descobertas da química e da física deu, por exemplo, aos países totalitários e às superpotências capitalistas um poder de destruição sem precedentes na história.

7. Exige pesquisa em grupo. Respostas pessoais.

8. Texto dissertativo. Resposta pessoal.

9. a), b) e c) Atividade em grupo, que exige pesquisa.

Capítulo 2. Quais são os desafios políticos contemporâneos?

Para problematizar os desafios políticos contemporâneos, propusemos como sensibilização um trabalho com o filme *V de vingança*. Inspirado em uma série de quadrinhos, ele tem uma linguagem dinâmica, ao gosto dos adolescentes. Embora seja uma ficção, aborda questões políticas atuais de modo bastante direto e permite iniciar um proveitoso debate com os estudantes a respeito dos limites da democracia, da frágil separação entre participação e manipulação, do atendimento às necessidades dos cidadãos e do totalitarismo. Coloca também em discussão as formas de resistência política: faz sentido agir violentamente contra a violência?

Na seção *A filosofia na história*, optamos por trabalhar com dois dos principais pensadores políticos contemporâneos, o italiano Antonio Negri e o francês Jacques Rancière. De Negri, destacamos a formulação da noção de império como a forma política contemporânea de um mundo global. Para esse autor, se o império significa uma nova forma de dominação, abre também possibilidades de realização democrática em torno do conceito de "multidão", reformulado com base em Espinosa. Com Rancière, problematizamos o próprio conceito de democracia, tomado por ele como a realidade da política. Sua crítica da forma política das sociedades contemporâneas é bastante interessante e desafiadora, motivando a pensar no que significa, hoje, fazer política.

A intenção do capítulo não é defender o ponto de vista de um ou de outro autor apresentado, mas, com eles, colocar em debate as questões políticas contemporâneas, possibilitando aos estudantes que não caiam facilmente nos discursos fáceis e vazios das propagandas políticas midiáticas. Além disso, espera-se, com a filosofia, fornecer ferramentas conceituais para uma problematização do presente, a fim de produzir uma cidadania ativa e consciente.

Na seção *Trabalhando com textos*, foram escolhidos trechos de um texto de Negri e de um texto de Rancière para aprofundar as dimensões conceituais trabalhadas ao longo do capítulo. Não são textos simples, mas acreditamos na capacidade dos estudantes de assimilá-los, com a intermediação do professor e das ferramentas apresentadas.

Na seção *Em busca do conceito*, uma vez mais exploramos atividades que exigem dos estudantes refletir sobre suas atividades – no caso, em sua participação em redes sociais, bem como nas possíveis explorações políticas delas. Atividades que se baseiam em notícias sobre política contemporânea também foram sugeridas, e pede-se ao professor especial atenção a elas. Na proposta de dissertação filosófica, reproduzimos um texto de Jacques Rancière que discute os vários aspectos de um debate político contemporâneo na França e desafiamos os estudantes a pensar essa questão na sociedade brasileira, por meio do enfrentamento do tema: "A presença dos símbolos religiosos na sociedade democrática laica".

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- Após a divisão da turma em grupos, cada um deles deverá pesquisar um aspecto da globalização: econômico, social e geopolítico. Finalizada a pesquisa, os grupos devem apresentar o aspecto pesquisado, estabelecendo um tempo para isso. Após a apresentação de todos os grupos, poderá ser realizado um debate sobre os efeitos da globalização na política contemporânea. Essa atividade pode ser complementada com um debate sobre o filme *A batalha de Seattle*, sugerido no livro do estudante, que retrata os primeiros movimentos sociais antiglobalização.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

NEGRI, A.; HARDT, M. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento* – política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

______. *O mestre ignorante* – cinco lições de emancipação intelectual. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Negri compreende a política com base na ideia de biopolítica, isto é, como algo que diz respeito à produção da vida social, que abarca os planos econômico, político e cultural, nos quais as singularidades compõem a multidão.
2. Enquanto a política moderna considera a soberania e o Estado elementos primordiais do exercício do poder e da organização social, a pós-moderna se funda nos termos da biopolítica. Assim, na política pós-moderna, os conceitos de soberania, poder constituinte e Estado dão lugar aos conceitos de multidão, pluralidade e constelação.
3. A multidão pode instituir uma política por meio da cooperação e da produção de uma nova pluralidade, que supere a falsa ideia de soberania e rompa com as medidas e os limites presentes em uma democracia representativa.

Texto 2

1. A política não é uma forma de poder, e sim uma ação paradoxal em que o litígio está presente. Já a polícia é uma constituição simbólica do social, que diz respeito à partilha do sensível e aponta para uma solução dos problemas da política atual.
2. Sim, porque por meio do conceito de polícia compreendemos as deficiências contidas na política.

3. Segundo Rancière, a essência da política é a manifestação do dissenso, isto é, o fazer ver as diferenças presentes em um só mundo.
4. Para Rancière, o consenso é a anulação da política porque ele é produzido à força ou institucionalmente por meio da supressão das diferenças. A política só terá relevância social quando puder proporcionar a igualdade nas diferenças e, assim, acolher o dissenso.

Atividades

1. O conceito de império é a forma política da soberania na pós-modernidade, que exerce seu poder globalmente. É supra-histórico; atua em todas as esferas sociais; opera pela biopolítica; e atua em nome da paz mesmo quando, para defender seus interesses, declara e promove guerras. Esse conceito pode ajudar a compreender o mundo atual pela sua capacidade de descrever e explicar a lógica de funcionamento de um tipo de exercício de poder, que é autoritário, nocivo à sociedade e se encontra vigente.
2. Há muitas relações entre biopolítica, sociedade de controle e império possíveis de serem mencionadas nessa resposta. Talvez a principal diga respeito à capacidade que o conceito de biopolítica tem de diagnosticar as atuações do império. Isso ocorre por meio das instituições de uma sociedade de controle, concretizadas em ações militares, econômicas, políticas, médicas, jurídicas e midiáticas, que visam controlar a vida dos indivíduos.
3. Como partilha do sensível, a política entende o mundo não como uma unidade, mas como multiplicidade de diferentes formas de sentir e viver, que devem ser partilhadas pela sociedade, a fim de que as diferentes pessoas possam viver em igualdade e liberdade.
4. O dissenso ou desentendimento diz respeito à multiplicidade das formas de sentir e viver a vida, que, em conflito, compõem e fundamentam a existência dos diferentes mundos sociais. Essa noção alicerça a política e dá uma orientação contrária ao funcionamento da forma política atual, que visa suprimir o desentendimento, excluir e restringir as vozes que discordam da ordem social vigente.
5. A emancipação intelectual e a emancipação política são análogas, pois, assim como se deve considerar que na educação todos os indivíduos são iguais em inteligência, para que possa haver um processo de aprendizado emancipado, na política é preciso que os atores políticos se entendam como iguais para que a emancipação seja alcançada.
6. Resposta pessoal. Para essa atividade, espera-se a mobilização de conceitos trabalhados no capítulo, tais como os de poder, império, dissenso e multiplicidade. Por meio deles, espera-se a compreensão de como as diferentes concepções de Negri e Rancière se referem a problemas presentes no mundo globalizado, marcado por conflitos, desigualdades e multiplicidades.
7. As questões demandam pesquisa e resposta pessoal.
8. Resposta pessoal, que demanda pesquisa.
9. As questões demandam resposta pessoal e pesquisa. Para essa atividade, espera-se, por meio do estudo dos dados da proposta, do exercício da pesquisa e da análise do material coletado à luz dos conceitos de Negri e Rancière, a compreensão ampla dos pontos negativos e positivos que os meios de comunicação tecnológicos guardam.
10. Resposta pessoal, com base em pesquisa.

Capítulo 3. Os desafios éticos contemporâneos

Esse capítulo trabalha as questões éticas atuais, apresentando-as em três blocos: bioética; ética nos negócios e na política; e ética ambiental. A sensibilização é feita em torno de um dos problemas centrais da bioética, a eutanásia, por meio de um filme que narra a trajetória do médico que a defendeu nos Estados Unidos, Jack Kevorkian. Outra possibilidade é problematizar a ética da pesquisa científica ao manipular geneticamente algumas espécies. Nesse caso, um filme bastante interessante, do qual se podem selecionar apenas algumas cenas para exibição em sala de aula, é a ficção científica *Splice – a nova espécie* (direção de Vincenzo Natali. Canadá/França, 2009, 104 min).

Na segunda parte da seção *A filosofia na história*, trabalha-se com a temática da ética nas empresas com base no caso de uma grande empresa do setor elétrico nos Estados Unidos. Há um interessante documentário, *Enron: os mais espertos da sala*, do qual podem ser selecionadas algumas cenas para esse momento do capítulo. A discussão central é feita com base nas análises críticas realizadas por Gilles Lipovetsky. Ainda nessa parte, articula-se a perspectiva ética com as sociedades democráticas, explorando os pensamentos de Levinas e de Habermas.

A terceira parte está centrada no debate dos problemas da relação do ser humano com a natureza e traz a contribuição do pensamento instigante de Michel Serres. O filósofo propõe enfrentar a problemática ambiental por meio daquilo que denomina um “contrato natural”, que modifica nossa relação com a natureza.

A subseção *Trabalhando com textos* traz três textos de filósofos, um para cada bloco do capítulo. Para o primeiro bloco, propomos um texto do polêmico Peter Singer, problematizando como os ricos tratam os pobres e as questões éticas aí implicadas. Para o segundo, há um trecho de Gilles Lipovetsky, problematizando o fenômeno contemporâneo da ética nos negócios. Já o terceiro bloco dialoga com um trecho de Michel Serres. A sugestão ao professor é que se trabalhe cada texto com a parte correspondente do capítulo, solicitando aos estudantes que, após leitura e discussão, respondam às questões e escrevam uma pequena síntese desse texto.

A seção *Em busca do conceito* também procura contemplar cada um dos blocos que estruturam o capítulo, apresentando questões de compreensão e reflexão, propostas de atividades de pesquisa e de diálogo com textos da mídia. Como dissertação filosófica, deixamos à escolha do estudante explorar um dos três eixos do capítulo, mas o professor pode optar por apenas uma das temáticas ou mesmo pela exploração das três.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Após a exibição do documentário *Criança, a alma do negócio* (direção de Estela Renner. Brasil, 2008, 50 min), pode-se promover um debate sobre as questões éticas implicadas pela propaganda.
2. Com base no documentário *Super size me – a dieta do palhaço* (direção de Morgan Spurlock. Estados Unidos, 2004, 100 min), pode-se organizar um debate sobre as questões éticas no âmbito da alimentação. Como compreender o predomínio das redes de *fast-food*, que alteraram tão drasticamente nossos hábitos alimentares?
3. Os estudantes podem ser estimulados a cultivar, em um espaço disponível da escola, verduras e ervas, que podem ser utilizados na merenda ou em lanches. Com base nessa experiência, é interessante debater a relação ética que mantemos com a alimentação e como isso afeta nossa relação com os outros.

LEITURAS DE APROFUNDAMENTO PARA O PROFESSOR

BAUMAN, Z. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

LIPOVETSKY, G. *A sociedade pós-moralista*. São Paulo: Manole, 2005.

SERRES, M. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

_______. *O mal limpo* – poluir para se apropriar? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SINGER, P. *Vida ética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

VON ZUBEN, N. A. *Bioética e tecnociências*. Bauru: Edusc, 2006.

INDICAÇÃO DE VÍDEO

Em novembro de 1999, o filósofo Michel Serres participou de uma interessante entrevista no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em que expôs seu pensamento sobre temáticas atuais. A entrevista, com aproximadamente 85 minutos de duração, está disponível no acervo da emissora, podendo ser obtida em formato DVD. Constitui-se um rico material para pensar questões éticas contemporâneas.

Comentários e respostas das atividades propostas

Trabalhando com textos

Texto 1

1. Resposta pessoal.

2. Resposta pessoal.
3. Resposta pessoal.
4. A primeira imagem mostra agricultores em uma lavoura de cultivo orgânico utilizando técnicas tradicionais para produzir alimentos para consumo humano (aparentemente, hortaliças). A segunda mostra uma grande plantação de milho, cuja colheita é realizada de forma mecanizada. Na pesquisa, os estudantes poderão descobrir que o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de milho e que a maior parte dessa produção é utilizada na alimentação de animais. Ou seja, extensas áreas de cultivo são utilizadas para alimentar animais que alimentarão seres humanos, o que confirma a fala de Singer a respeito do problema de distribuição, e não de falta, dos produtos alimentícios.

Texto 2

1. Segundo Lipovetsky, há quatro grandes fatores que levaram ao surgimento de uma "ética nos negócios": o primeiro foi o acontecimento de uma série de catástrofes e perigos que contribuíram para a conscientização relacionada à preservação do meio ambiente e da segurança dos seres humanos; o segundo foi o novo modelo econômico capitalista, oriundo das políticas neoliberais dos anos 1980; o terceiro é a ascensão das preocupações éticas no mundo empresarial aliadas ao *marketing*; e o quarto fator é a promoção da cultura empresarial. Essa ética responde aos interesses capitalistas, na medida em que traz segurança às empresas e aos seus consumidores, atrai os clientes para a efetivação de negócios por meio da criação de um clima de confiança, produz novos nichos mercadológicos e produtos impulsionados pelo *marketing* da ética e adequa o funcionamento das empresas às novas demandas capitalistas pela centralização do trabalhador na empresa e pela promoção dos recursos humanos.
2. O autor se refere à reviravolta criada pela "ética na empresa", que não dispôs as virtudes e os valores a serviço da moral, mas instrumentaliza a ética segundo os interesses capitalistas das empresas.
3. Para Lipovetsky, a ética dos negócios é, ao mesmo tempo, uma moda e uma tendência da pós-modernidade. É próprio da ordem neoliberal pós-moderna a criação de tendências comportamentais e fenômenos econômicos passageiros, consumistas e individualistas, sempre passíveis de serem reinventados pelas empresas e de serem instrumentalizados segundo os interesses comerciais. A segunda parte da resposta é pessoal.

Texto 3

1. Resposta pessoal. Espera-se que a resposta leve em consideração os apontamentos dados por Serres em seu texto.
2. Não, porque elas se reportam a outros tipos de fenômeno e saber que são muito abstratos e distantes do vocabulário comum à meteorologia.
3. Uma filosofia atenta aos fenômenos naturais poderia enfrentar os problemas ambientais propondo uma reflexão teórica e, sobretudo, prática, com orientações éticas voltadas para um agir consciente, que nos conduza para além da atual relação alienada, fetichizada e de dominação que mantemos com a natureza.

Atividades

1. Resposta pessoal. Espera-se que a resposta tome como base as reflexões e os conceitos da bioética trabalhados neste capítulo.
2. A relação entre a "ética nos negócios" e os princípios da sociedade democrática reside na estratégia de um jogo político, por meio da qual os funcionários e os clientes são vistos como cidadãos, e a própria empresa se apresenta como cidadã, alegando ser partícipe da vida social. Nesse contexto, as empresas põem em prática a "responsabilidade social", que consiste em iniciativas de cunho público, como financiamentos de projetos sociais, ligados diretamente ou não à área de atuação da empresa.
3. Por meio das reflexões éticas do filósofo Emmanuel Levinas, centradas nos conceitos de proximidade e responsabilidade, podemos pensar em quanto o individualismo da vida cotidiana e a singularidade das leis nos distanciam do outro (alteridade) ser. Já por meio das reflexões éticas do filósofo Jürgen Habermas, fundamentadas no conceito de razão comunicativa, podemos pensar

no potencial que uma ética de cunho comunicativo tem para descolonizar o mundo da vida (reprodução simbólica) das demandas do sistema (reprodução material), proporcionando um diálogo mais direto e livre, rumo à emancipação.

4. Resposta pessoal.

5. É possível elencar muitas diferenças entre as concepções éticas de Habermas e Rancière. Resumidamente, as principais diferenças se dão em decorrência do significado que cada pensador dá aos conceitos de consenso e dissenso. Habermas acredita que o consenso é a expressão democrática de diferentes vozes e diferentes demandas, contrárias às ações e aos procedimentos não comunicativos que padronizam e colonizam o mundo da vida. Para ele, o consenso é resultado do exercício de uma ética discursiva orientada em princípios de uma razão discursiva, da qual todos os diferentes indivíduos são dotados e devem exercer livremente em nome da democracia e de sua emancipação. Já Rancière ressalta o dissenso como algo democrático e contrário ao consenso produzido pela democracia representativa vigente. Esta privilegia o consenso dentro de uma organização e distribuição do poder desiguais e excludentes. Por isso, para Rancière, o dissenso é o exercício realmente democrático que contempla a multiplicidade de formas de sentir e viver o mundo, que extrapolam as determinações da ordem vigente. O dissenso busca a igualdade e a liberdade na diferença, no entanto tende a ser suprimido pela ordem democrática vigente, que visa apenas ao consenso.

6. Resposta pessoal. Espera-se a articulação crítica da análise do trecho fornecido, dos conteúdos estudados neste capítulo e dos conhecimentos pessoais do estudante referentes aos problemas da bioética.

7. Resposta pessoal. Espera-se que a resposta contenha uma articulação crítica da análise do trecho fornecido, dos conteúdos estudados neste capítulo e dos conhecimentos pessoais do estudante referentes aos problemas da bioética.

8. As questões demandam pesquisa e resposta do grupo.

9. Resposta pessoal. Espera-se que a resposta articule as reflexões críticas trabalhadas em todo o livro sobre a relação entre ética, moral e capitalismo, bem como as reflexões do estudante sobre o assunto.

10. Resposta pessoal, que demanda pesquisa.

11. Resposta pessoal, que demanda pesquisa.

A filosofia na história

Essas atividades propõem despertar nos estudantes uma visão crítica, mas não catastrofista, da ciência moderna. Deve-se atentar para o fato de que os problemas causados pela ciência não se devem apenas ao "mau uso" do conhecimento e da técnica. É importante enfatizar que há elementos não humanos e irracionais dentro da estrutura da ciência que podem avançar cegamente se deixados por si mesmos.

Pretende-se também abordar, ainda que apenas inicialmente, as modificações do corpo realizadas com o auxílio da ciência. Essa discussão tem sido feita atualmente por filósofos, por meio de ideias como a de "pós-humano" e "ciborguização". Nessa seção, a abordagem baseou-se naquilo que Arendt chama de "revolta contra a condição humana". Uma pesquisa adicional pelas obras do artista plástico Sterlac pode auxiliar na ilustração desse ponto.

1. Há várias possibilidades de resposta a essa questão. Podem-se listar exemplos do aumento da produtividade de bens de consumo e dos avanços das ciências, da comunicação, dos transportes, entre vários outros ramos.

2. Durante os séculos XVIII e XIX, por exemplo, com a invenção e o desenvolvimento dos modelos de motores a vapor, as áreas verdes e a qualidade do ar em vários países capitalistas (sobretudo os europeus) foram reduzidas drasticamente. No final do século XIX e início do XX, o desenvolvimento da eugenia, em grande medida, fundamentou a dominação europeia sobre os continentes africano e asiático. Nesse contexto, povos e culturas foram submetidos a ações violentas de autoridades políticas, com o aval de autoridades científicas. Essas ações vão desde o trabalho forçado até a dizimação de comunidades inteiras submetidas a testes biológicos. No século XX, as técnicas de manipulação química e atômica deram ensejo à fabricação de armas letais de destruição em massa, que foram largamente utilizadas em várias guerras travadas ao longo do século.

3. Há várias possibilidades para essa resposta, que se baseiam na bagagem cultural de cada estudante.

Um diálogo com geografia, sociologia e língua portuguesa

1. A atividade demanda pesquisa e resposta pessoal.
2. A resposta demanda pesquisa. Espera-se que a explicação da frase em destaque indique que o autoritarismo, a corrupção e a violência presentes na ditadura e no despotismo, duas formas de governo fundamentalmente antidemocráticas, são concretizados em políticas altamente desiguais e excludentes. Isso afeta diretamente as questões de interesse público e as condições que garantem o bem-estar e o suprimento das necessidades básicas de uma população, tais como alimentação e saúde.
3. Resposta pessoal.
4. Resposta pessoal.

A filosofia no Enem e nos vestibulares

Enem

1. A
2. C

Vestibulares

1. 26 (02 + 08 + 16)
2. D
3. B
4. A
5. E
6. D
7. D
8. A favor: a ciência busca afastar a subjetividade do âmbito de suas pesquisas e também as ideias preconcebidas, pois estas se afastam da verdade.

   Contra: o cientista é um ser humano, subjetivo, e nunca pode agir com o mesmo desinteresse da ciência. Como ser subjetivo, o pesquisador acaba fazendo algum tipo de análise sobre as consequências do que pesquisa.

É lógico?

1. Segundo o princípio da identidade, o poema não faz sentido, pois afirma a possibilidade de que outro seja eu em meu lugar, o que expressa uma contradição lógica. Mas, segundo o princípio da contradição da lógica dialética, isso é perfeitamente possível, por causa da possibilidade de síntese dos opostos. Ainda no âmbito da dialética, o poema expressa o movimento, ao afirmar a finitude do eu e as diferentes posições, como o ali e o além.
2. A totalidade está expressa nos versos:

> A injustiça vai por aí com passos firmes.
> Os tiranos se organizaram para dez mil anos.
> O poder assevera: Assim como é deve continuar a ser.
> Nenhuma voz senão a voz dos dominantes.

O movimento está expresso nos versos:

> Quem se apercebeu de sua situação, como poderá ser detido?
> Os vencidos de hoje serão os vencedores de amanhã.
> De nunca sairá: ainda hoje.

A contradição está expressa nos versos:

> O mais firme não é firme.
> Assim como é não ficará.
> Depois que os dominantes tiverem falado
> falarão os dominados.
> Quem ousa dizer: nunca?
> A quem se deve a duração da tirania? A nós.
> A quem sua derrubada? Também a nós.
> Quem será esmagado, que se levante!
> Quem está perdido, que lute!

3. O poema de Arnaldo Antunes pode ser visto como uma série de operações similares àquelas pensadas pela lógica paraconsistente. Falando de alguém que continua o outro, vai desfilando uma série de operações que não são totalmente consistentes, mas que também não são inconsistentes. Vemos

contradições, como na estrofe: “Se ando cheio me dilua/Se estou no meio conclua/Se perco o freio me obstrua/Se me arruinei reconstrua”, que não paralisam, mas implicam uma resolução. E vemos contiguidades, como na estrofe: “Se estou no céu me abençoe/Se eu sou seu me possua/Se dou um duro me sue/Se sou tão puro polua”. Em suma, há sempre uma decisão a partir de uma situação dada.

Observação: outras partes do poema podem ser tomadas como exemplos dessas operações lógicas.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES COMPLEMENTARES

A atividade a seguir propõe uma discussão sobre ética, alimentação e meio ambiente. Os estudantes devem ler os textos e realizar as propostas.

Agrotóxicos

Na contracorrente dos países desenvolvidos, onde há forte tendência de redução no uso de agrotóxicos por conta dos danos diretos à saúde humana e impactos ambientais preocupantes, a agricultura brasileira ostenta números nada admiráveis: em 2011, as vendas de agrotóxicos no país alcançaram cerca de R$ 14 bilhões, um aumento de mais de 72% entre 2006 e 2012, e o consumo médio por hectare saiu de 7 para 10,1 quilos, em um salto de 43,2%. Desde 2008, o Brasil ocupa a primeira posição no consumo mundial, quando ultrapassou os Estados Unidos. Atualmente, é responsável pelo consumo de 1/5 dos agrotóxicos produzidos no mundo e, entre 2000 e 2010, enquanto o mercado mundial de tais produtos subiu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Comemorando, certamente, estão as 130 empresas produtoras de defensivos agrícolas que atuam no país.

Os defensores do uso de agrotóxicos alegam que o consumo no país é alto porque a área plantada é muito extensa. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na safra 2011/2012, a área cultivada com grãos, fibras, café e cana-de-açúcar foi de 81,7 milhões de hectares. Outro argumento é que, nos últimos 20 anos, a safra de grãos tem batido recordes sucessivos de produtividade. A produção de soja, por exemplo, saltou de 15,4 milhões de toneladas na safra 1980/1981 para 75,3 milhões de toneladas na safra 2010/2011, ganho atribuído, em parte, ao combate sistemático de pragas e doenças. Argumenta-se, ainda, que o Brasil tem clima tropical, o que favorece a proliferação de ervas daninhas, fungos, insetos, bactérias e vírus.

À sociedade fica o papel de avaliar se o preço pago pela população brasileira não seria alto demais para justificar um modelo que consome recursos na forma de isenção de impostos e sobrecarrega a saúde pública. Os que preconizam o uso de agrotóxicos procuram difundir o uso correto e seguro desses produtos. O desafio é garantir o uso seguro de venenos agrícolas em um país continental, onde é possível comprar o produto que estiver disponível e usá-lo sem que haja monitoramento dos efeitos no ambiente e na saúde de trabalhadores e consumidores. Além disso, nenhum estudo laboratorial pode assegurar que determinado nível de veneno é inócuo, pois, entre outros fatores, depende do estado de saúde do indivíduo que vai manipulá-lo.

Existem técnicas alternativas para combater pragas, doenças e plantas infestantes nas lavouras, mas são ainda pouco praticadas em larga escala. O uso intensivo de agrotóxicos tem menos de 70 anos, certamente, e aumentou a produtividade agrícola, mas não melhorou a segurança e a soberania alimentar da humanidade. Ao contrário: hoje, quase um bilhão de pessoas são desnutridas ou subnutridas no planeta.

Porém, enquanto políticas públicas para o setor agrícola privilegiarem sistemas de produção intensivos, com monoculturas em grandes exten-

sões de terra, visando à exportação de produtos com baixo valor agregado, os agrotóxicos serão cada vez mais necessários para combater o que não pode ser combatido por meio da biodiversidade perdida. Outro desafio a enfrentar é de ordem cultural: enquanto o consumidor preferir um produto com aparência perfeita, os alimentos oferecidos por sistemas de produção agroecológicos não ganharão escala e continuarão mais caros.

Incentivos fiscais no Brasil

O uso de agrotóxicos na agricultura teve seu primeiro grande incentivo em 1965, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural, que vinculava o crédito agrícola à obrigatoriedade de compra de insumos químicos pelos agricultores. Em 1975, o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas destinou recursos financeiros para a criação de empresas de insumos agrícolas. Mas, são as isenções fiscais e tributárias concedidas ao comércio desses produtos que, até hoje, impulsionam o mercado multibilionário. Desde 1997, encontra-se vigente o Convênio ICMS 100/97, segundo o qual o governo federal concede redução de 60% da alíquota de cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) a todos os agrotóxicos.

Flavia Londres, em seu livro *Agrotóxicos no Brasil:* um guia para ação em defesa da vida, assinala que o Decreto 6.006/06 isenta completamente da cobrança de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) agrotóxicos fabricados a partir de uma lista de dezenas de ingredientes ativos, dentre eles o glifosato, campeão de vendas, e o metamidofós, retirado de mercado em junho de 2012 pela Anvisa. Além disso, o Decreto 5.630/05 isenta da cobrança de PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor) e de Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) os defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) e suas matérias-primas, que compreendem produtos diversos das indústrias químicas como inseticidas, fungicidas e herbicidas. Além das isenções federais, há as isenções complementares determinadas por alguns estados. No Ceará, por exemplo, a isenção de impostos para atividades envolvendo agrotóxicos chega a 100%, afirma Flavia.

No Brasil, a venda de agrotóxicos é controlada. O comprador deve apresentar um receituário agronômico assinado por engenheiro agrônomo, após vistoria da lavoura. Na prática, a situação é bem diferente. A professora Raquel Rigotto explica que "a maioria das revendas conta com um agrônomo que passa de vez em quando, às vezes uma vez por mês, para assinar receituários agronômicos". Ou seja, o agricultor não recebe a devida orientação e, muitas vezes, a compra não é a mais adequada para as suas reais necessidades.

ASSAD, Leonor. Agricultura brasileira é a maior consumidora mundial; gasto em 2011 chegou a R$ 14 bilhões. *Ciência e Cultura* – Revista da SBPC. Ano 64, número 4, out-dez. 2012. p. 6-8. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252012000400003&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 abr. 2016.

1. Faça uma pesquisa sobre a composição química dos agrotóxicos e dos efeitos que cada uma dessas substâncias pode provocar no corpo humano. Redija uma redação com os dados encontrados e comente-os.
2. Faça um levantamento sobre as várias regiões agrícolas brasileiras, identificando:
   a) o tipo de cultivo que se faz;
   b) o uso de sementes industrializadas;
   c) o uso de agrotóxicos.

   Depois, responda: Quais são os impactos humanos e ambientais provocados em cada uma dessas regiões?
3. Você já pensou sobre a origem do alimento que você come? Como ele é produzido? É orgânico ou convencional? Ele é geneticamente modificado? Assista ao documentário *O veneno está na mesa*, dirigido por Silvio Tendler em 2011. Depois, faça uma pesquisa sobre a origem dos alimentos que você come. Com base nessa pesquisa, escreva uma dissertação sobre o tema: Como as pessoas poderiam melhorar a qualidade dos alimentos ingeridos?

4. Leia o texto e a estrofe da canção e, em seguida, responda às questões.

O conceito de pessoa é o tema mais importante da bioética *[...]* Da definição de pessoa decorre diretamente uma segunda questão: em que momento a existência humana é definida e aceita como pessoa? No momento da concepção? Na implantação do zigoto no útero? No momento do nascimento com vida? Estas questões fundamentais à filosofia, à ética, ao direito, à teologia e à política que estabelece leis, por exemplo, sobre o aborto e o uso de células-tronco para pesquisa científica *[...]* Estas questões filosóficas e jurídicas serão equacionadas com mais clareza e fundamentação quando a ciência biológica puder definir quando começa a vida humana. As perguntas feitas à ciência são: que é a vida? E quando começa a vida?

PEGORARO, O. Bioética: ciência e pessoa. *Ética dos maiores mestres através da história*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 165-166.

Haiti

[...]
O Haiti é aqui – Haiti não é aqui
E na TV se você vir um deputado em pânico mal dissimulado
Diante de qualquer, mas qualquer mesmo, qualquer... qualquer
Plano de educação que pareça fácil
Que pareça fácil e rápido
E vá representar uma ameaça de democratização
Do ensino de primeiro grau
E se esse mesmo deputado defender a adoção da pena capital
E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto e nenhum no marginal.

VELOSO, Caetano; GIL, Gilberto. "Haiti". In: *Tropicália 2*. PolyGram, 1993. Letra disponível em: <www.letras.com.br/#!caetano-veloso/haiti>. Acesso em: 26 abr. 2016.

a) Você concorda com a afirmação do autor: "O conceito de pessoa é o tema mais importante da bioética"? Como ficam estabelecidos os estudos e as ações bioéticas para outras modalidades ambientais: animal, vegetal, mineral? Justifique sua resposta.

b) Qual é o seu entendimento no verso na canção: "E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto e nenhum no marginal"?

c) Qual é a definição de vida para a biologia? Para essa área do conhecimento, quando o ser humano passa a existir: na concepção, na implantação do zigoto no útero, no processo de gestação ou no nascimento? Comente.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora